ABBA EBAN

A HISTÓRIA DO POVO DE ISRAEL

Belo Horizonte, 26 de novembro de 1997, lembrança do meu amigo Ludel.

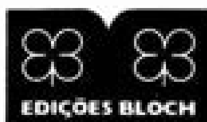
Abba Eban

A HISTÓRIA DO POVO DE ISRAEL

Apresentação de ITZHAK HARKAVI
Embaixador de Israel no Brasil

Tradução de ALEXANDRE LISSOVSKY

Glossário de SALOMÃO SEREBRENICK



EDIÇÕES BLOCH

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DOS MAPAS

Apresentação

UMA ERUDIÇÃO SINGULAR, que abarca os ramos mais diversos da humanística, e um talento admirado por muitos, na arte da exposição verbal e escrita, são os instrumentos usados por Abba Eban nesta história do povo de Israel.

Não se trata, evidentemente, de uma pretendida pesquisa especial dos diversos tópicos; mais do que uma pesquisa — trata-se de uma experiência. Daí o título original do livro "Meu Povo".

Os instrumentos de comunicação de Abba Eban, extraordinários por si mesmos, vêm valorizados por uma militância que obrigou o seu autor, por mais de dois decênios, a ver Israel através de vários prismas. Trata-se de observar a evolução do povo judeu não só através da própria visão judaica, suas lutas, suas dores, suas esperanças, suas criações, sua fé, sua marcha pelo mundo e dentro dele, como também de uma tentativa de situar o povo de Israel na evolução da humanidade e na dimensão da humanidade como um todo.

Com a tarefa de ser, durante anos, o porta-voz de Israel na tribuna das nações, Abba Eban, o representante de Israel nas Nações Unidas e atual Ministro do Exterior de seu país, traz, em seu livro, essa dimensão extrajudia aos problemas que têm afligido seu povo e que continuam a afligi-lo. Assim, vendo em seu povo, ao longo de sua evolução, um dos protagonistas da apaixonante aventura universal, sabe guardar a proporção justa e necessária no confronto internacional de civilizações, culturas, progressos e retrocessos.

Além disso, apesar de sua incessante atuação judia-israelense, sabe Abba Eban conservar, de forma permanente, a dimensão histórica dos fatos atuais, assim como a medida atual e palpitante dos fatos históricos.

É assim que se explica o seu papel ativo no forum das nações. Em sua voz não se sente apenas a justiça da causa, que é o renascer hebreu em sua terra ancestral; em sua voz se soma também a experiência histórica que o autor conhece tão bem e que imprime à dramática luta presente pela sobrevivência de Israel todo o acúmulo de lutas pela sobrevivência, através dos séculos, dando-lhe os matizes epopéicos!

Este livro adquire, pois, um valor muito específico: É o relato, profundamente nacional, de uma história, numa atitude de autêntica universalidade, e uma exposição histórica que a militância política do autor não feriu em sua profundidade filosófica e na excepcional qualidade de seus conhecimentos.

Este livro manifesta a continuidade do povo judeu e a singularidade de sua mensagem, que deve falar à consciência de todos os homens que procuram as raízes de nossa cultura.

E tudo isto escrito com o fervor do homem em plena ação e com o critério científico de um erudito, à luz do ressurgimento do Estado de Israel, que é a culminação de uma era histórica e começo de nova era na trajetória do povo de Israel.

O ciclo que termina é o prenúncio das possibilidades do ciclo que começa. Mais de uma vez tocou a Abba Eban avaliar o início desse novo ciclo que, esperamos, não seja empanado pelas angústias de ações bélicas impostas e sim iluminado pela realização de uma esplêndida criação humanística em meio da paz sonhada e preconizada pelos profetas, ponto de partida desta epopéia quase quadrimilenária.

Outro problema sanado eficazmente, sem seguir uma rotina que já se tornou estagnada, é aquele em que, sem alardear inovação, o autor procede à divisão simétrica dos períodos dentro da própria História judaica. Evidentemente, esta proporcionalidade, esta harmonia interna, é, também, o resultado de suas concepções gerais, tais como as expusemos, como é, outrossim, fruto de uma intuição profundamente judaica, que vê os processos partindo de sua intimidade. É, portanto, um acréscimo para a historiografia hebréia que o leitor culto saberá apreciar.

A obra de Abba Eban, que ora tenho o privilégio de prefaciar, constitui, portanto, uma contribuição erudita a um tema que nunca perdeu sua atualidade. É dedicada aos homens que procuram ver Israel — Povo e Estado — em sua justa dimensão no âmbito da História.

Rio, julho de 1971

ITZHAK HARKAVI
Embaixador de Israel no Brasil

Prefácio

ESTE LIVRO é fruto de um trabalho esporádico que se estendeu por sete anos. Para muitos dos meus leitores não constitui segredo que, durante esse tempo, tive muitas outras ocupações além da de escrevê-lo. Devo explicar, a mim mesmo e aos outros, por que motivo penetrei num campo bem lavrado para ali plantar uma semente e abrir um sulco próprio. Um papel especial me foi imposto ao início de minha vida pública, mantendo-se desde então apegado a mim. Meu mister tem sido o de explicar o povo judeu a um mundo perplexo e muitas vezes incompreensivo. O fato básico da vida judaica moderna foi a restauração de Israel como Estado. A total peculiaridade da história judaica, sua insubordinação a todas as leis históricas, sua completa recalcitrância a qualquer sistema comparativo de pesquisa, tudo isso me foi incutido a cada etapa. Também me vi diante da impossibilidade de compreender, e conseqüentemente de explicar, a atual realidade judaica sem um constante exame de raízes antigas. Não há nenhuma outra nação moderna cujos motivos de existência e ação exijam referências tão freqüentes a dias distantes. Isso se aplica tanto a Israel na Diáspora quanto a Israel na comunidade de nações. E quando tudo estiver dito e escrito, o curso da vida judaica continuará sendo um mistério impenetrado. Por toda parte encontram-se pontos de interrogação. Os problemas podem ser alumiados, mas nunca resolvidos. Lembro as palavras de Kierkegaard: "A vida tem de ser vivida para a frente, mas só pode ser entendida para trás."

Um escritor deve aos seus leitores o esforço da objetividade. Mas o título deste livro é uma confissão franca de que a história foi escrita "de dentro", por alguém que se sente apaixonadamente comprometido com o estranho destino que tenta elucidar. Este é não só e principalmente um registro dos acontecimentos invulgares que compõem a história do meu povo. É, em grande parte, uma reflexão pessoal sobre tais acontecimentos e uma resposta particular às suas origens e ecos. O fato de cada palavra ter sido ponderada e escrita em Jerusalém pode também dar a este livro uma dimensão especial. Muito do que há de admirável e maravilhoso nessa história é devido à experiência da restauração. A jornada retornou ao seu ponto de partida.

ABBA EBAN

Jerusalém
Setembro, 1968

1 A Era dos Patriarcas

A HISTÓRIA DE ISRAEL tem início numa área de penumbra onde fato e lenda se cruzam. A lenda penetrou tão profundamente na experiência humana que adquiriu sua própria realidade. O que se *acredita* ter acontecido no Oriente Médio tem sido não menos formador na história do mundo do que aquilo que se *sabe* ter ocorrido.

Fato e lenda juntam-se para descrever o aparecimento de Israel num Oriente Médio dominado pelos impérios fluviais do Nilo e Eufrates. Em torno dessas águas abundantes foi possível construir sociedades fixas que não dependiam da fortuna variável do tempo. Os que viviam nos vales verdejantes estavam imunes ao destino nômade que, em outras partes do Oriente Médio, enviava homens sedentos, de ano para ano, em busca ansiosa de pastagem.

Ao nascer Israel, o Egito já tinha atrás de si muitos séculos de vida nacional estável. Os faraós eram não só os senhores de uma dinastia, mas também os patrocinadores de uma cultura majestosa. As pirâmides são testemunho de seu instinto de grandiosidade. Inscrições hieroglíficas em paredes e túmulos mostram sua intensa ambição de conservar e transmitir. Imponentes estátuas e pinturas murais estilizadas refletem uma elevada imaginação artística que encontra expressão através do véu de uma técnica estereotipada. O domínio político do Egito faraônico estendia-se das nascentes do Nilo, na Núbia (Sudão), pelo deserto do Sinai até Canaã e Síria. Às vezes uma expe-

dição faraônica atingia, bem para oeste, a Líbia. Mas para o norte e leste do delta do Nilo o poderio egípcio foi constantemente bloqueado pelos impérios que surgiram, um após outro, na Mesopotâmia — a terra entre os rios Tigre e Eufrates.

Ali o povo da Suméria começou a história conhecida de uma região que, sob ocupações sucessivas, criaria e acomodaria muitos impérios e culturas. No terceiro milênio a.C. a Suméria foi invadida pelo marcial povo acádio que se precipitou do leste, de além dos dois rios, para fundar o mais poderoso império então conhecido. A onda invasora seguinte veio do oeste. Os vigorosos amoritas solaparam o poder dos acádios e estabeleceram sucessivas dinastias culminando na ascensão da Babilônia.

Quando se inicia a história hebraica, Suméria, Acade e Babilônia já haviam deixado bem para trás suas épocas primitivas. Aldeias agrícolas evoluíram em cidades-estados animadas de um comércio variado e ofícios requintados. Um sistema de numeração deu precisão à vida e ao pensamento babilônicos. A escrita cuneiforme era muito superior, em flexibilidade de uso, à hieroglífica egípcia. Suméria, Acade e Babilônia construíram grandiosos e adornados templos em devoção aos deuses do ar, sol e céu. Sua habilidade incluía a construção de canais de irrigação que estenderam a zona de cultivo além da proximidade imediata das margens dos rios. O florescimento babilônico revela-se mais vividamente na vida e obra de Hamurábi que, no vigésimo primeiro século a.C., deu a si próprio o orgulhoso título de "Rei da Babilônia, Suméria e Acade e dos quatro quadrantes do mundo". Seus feitos de conquista militar e expansão mercantil foram posteriormente sombreados por sua formulação de um minucioso código, parte do qual chegou até nós numa bem-conservada estátua descoberta em 1901 e agora exposta em Paris, no Louvre. Hamurábi descreve seu reinado com o orgulho comum à maioria dos estadistas — mas com muito maior concisão. "Águas duráveis proporcionei à terra de Súmer e Acade. Seus povos separados eu uni. De bênçãos e abundâncias dotei-os. Em habitações tranqüilas os fiz morar."

As tribos hebréias, segundo a história bíblica e todos os demais registros subsistentes, vieram da Mesopotâmia. Não eram primitivos nômades do deserto, e sim produto de uma região em que Suméria, Acade e Babilônia haviam construído uma longa tradição de civilidade e empreendimentos. Ao tempo de suas conquistas em Canaã haviam ficado de início impregnados das culturas mesopotâmicas, e depois expostos às idéias egípcias. Mas o lar em que se estabeleceram, e ao qual dariam fama eterna, ficava entre os impérios que cavalgavam

o antigo Oriente. Após seu nascimento na Babilônia e sua estada no Egito, encontramos os hebreus lutando por implantação de uma situação nacional, memorável, mesmo que frágil. Visavam a um canto da terra entre o Nilo e o Eufrates que servia, às vezes, como ponte, e outras vezes como cunha, entre os dois; vivendo à sombra de um e de outro — mas finalmente sobrevivendo e ofuscando a ambos.

Historiadores deram a essas terras a denominação de Crescente Fértil. O nome exagerava suas qualidades. Para cada polegada verdejante há inúmeros desencorajadores acres de areia e pedra. O tema do Crescente Fértil na História Antiga é o movimento constante. Populações, exércitos, tribos nômades, mercadores e caravanas atravessam-no em convulsões sem fim. Ocupava o Crescente Fértil a orla intermediária entre os dois centros principais da História Antiga. Seu destino, então e sempre, era ser uma encruzilhada onde o comércio de mercadorias e idéias convergia e se influenciava reciprocamente — para outra vez ramificar em combinações novas e variadas.

O ângulo do Crescente ocupado pelos hebreus raras vezes conheceu a estabilidade do Egito e da Mesopotâmia. Aqueles que lá se encontravam, em qualquer época determinada, achavam-se geralmente a caminho de outro lugar ou à beira da submersão. A literatura bíblica e outros registros contêm longas e cansativas listas de nomes étnicos que, na maioria dos casos, são tudo que resta entre seus donos e o olvido. Subitamente encontramos um grupo de tribos emigrando da Mesopotâmia, fixando-se no ângulo sudoeste do Crescente Fértil, desenvolvendo características de povo separadas e distintas, e, por fim, legando à posteridade uma dádiva dupla: uma legislação moral com uma visão incomparável da História, e um conjunto de esplêndidos e ardentes escritos, venerados durante séculos por maior número do que os que jamais ficaram sob o fascínio de qualquer outra literatura.

Pais de um Povo

A unidade do povo hebreu tem sido mantida através dos tempos por uma visão de descendência de um antepassado único. A narrativa no Gênese sobre Abraão, Isaac e Jacó é apresentada numa linguagem de mito nacional. Evoca a lembrança de uma era em que os deuses acompanhavam com familiaridade os homens em suas caminhadas e intervinham em sua vida cotidiana. Mas se o estilo é lendário, e a linguagem de

A Era dos Patriarcas

fábula, o contexto e o fundo se harmonizam com a História autêntica. Sabemos que na Babilônia, ao tempo de Hamurábi

e após, houve contínuas migrações de famílias e tribos ao longo das orlas do Crescente Fértil. Abraão e sua família estão retratados no relato bíblico saindo da Ur dos caldeus, no sudoeste da Mesopotâmia, para Haran, um centro de povoamento amorita na Mesopotâmia norte-ocidental. Foi aí que ele recebeu a ordem divina de deixar sua terra e parentes por um novo país em que fundaria uma linhagem histórica própria. "E farei de ti uma grande nação, e abençoar-te-ei e engrandecerei teu nome, e tu serás uma bênção."

Obediente à voz divina, Abraão dirige-se para a Palestina ocidental, a terra dos cananeus. O território "de Dan a Beersheba" lhe é prometido como herança. Sabemos que nesse território o elemento dominante era semítico. A configuração acidentada do terreno, sua diversidade de solo e clima, e as mescladas estirpes étnicas que formavam sua população — tudo isso contribuiu para um padrão social disperso e desunido. Era uma terra de muitas soberanias, pequenas e instáveis. Os "reis" com os quais Abraão negociou suas vendas de terras e compras de poços eram, muito provavelmente, patriarcas tribais como ele. O território de Canaã é, em algumas partes verdes, propício a um povoamento permanente. Em outras partes proporciona somente uma existência parca a famílias nômades que se satisfazem com uma vida pastoril. Abraão, Isaac e Jacó movem-se entre a vida sedentária de cidades — Jerusalém, Hebron, Beersheba e Gerar — e os bebedouros no deserto. A vida deles não é completamente sedentária nem totalmente nômade; o solo palestinense convida à fixação e lavoura semipermanentes. Um forte laço de parentesco inspira sua vida familiar e tribal, mas suas vagueações são em busca de subsistência e não de território nacional. Posteriormente as tribos hebréias ingressam no fluxo do comércio internacional, representado no tempo de José por caravanas vindas de Guilead com especiarias, bálsamo e mirra. Quando, numa estação seca, a fome ameaça, Abraão ruma para o sul até o delta do Nilo, mas para retornar a Canaã tão logo as terras de pastagem voltam a verdecer.

Em Hebron um cemitério familial é adquirido na Gruta de Macpela. Ao morrer Abraão, seu filho Isaac mostra uma leal preocupação pela solidariedade tribal, insistindo que seu próprio filho mais moço, Jacó, case com parentes a fim de não romper os laços de família. Os filhos gêmeos de Isaac, Esaú e Jacó, são retratados em termos de conflito pessoal e econômico. Esaú é um "hábil caçador, um homem do campo", e Jacó (Israel) "um homem simples, habitando em tendas". Das esposas de Jacó, Léia e Raquel, e de suas servas, nascem doze filhos: Rubem, Simeão, Levi, Judá, Issacar, Zebulon, Dan,

A Era dos Patriarcas

Neftali, Gad, Asher, José e Benjamim. Seus descendentes formam as "tribos de Israel", e "Filhos de Israel", ou os "Israelitas". Sua identidade social acha-se agora nitidamente definida. Eles evitam alianças matrimoniais fora de seu grupo, e encaram Canaã como seu país e herança. Quando a fome os impele ao Egito consideram-se como "forasteiros" em exílio temporário de seu lar. Sua singularidade é constantemente atribuída à sua visão de um Deus monístico dirigindo os acontecimentos naturais e o destino humano — em contraste com o caótico politeísmo do pensamento mesopotâmico e egípcio.

O Ideal Hebreu

Citam-se razões espirituais tanto para a migração de Abraão quanto para a intensa coesão e solidariedade dos seus descendentes. Não há, de fato, nenhuma outra explicação convincente. Devemos lembrar que a Mesopotâmia em que Abraão nasceu era o centro e pináculo da civilização contemporânea. Ultrapassava Canaã, de muito, no requinte e apuro de suas artes. Lei e comércio deram à sua organização social uma estabilidade não encontrada alhures. Só podemos concluir, de acordo com a narrativa do Gênese, que a migração de Abraão foi inspirada por protesto e afirmação: protesto contra a incoerência da vida e pensamento mesopotâmicos — e afirmação duma resposta nova e satisfatória ao enigma do destino humano.

A história dos Patriarcas é contada no Gênese logo após o relato da Criação e do Dilúvio. Essa narrativa é rica em detalhes comuns à tradição babilônica. Semelhantemente, a narrativa de José está repleta de nomes e lendas de origem egípcia. Mas o que separa os patriarcas dos seus contemporâneos é mais decisivo do que aquilo que os relaciona à vida e hábitos de seu tempo. A história de Israel emerge das brumas numa atitude não de continuidade e sim de revolta. Há uma nova intuição sobre o homem e a natureza, e uma violenta rejeição de mitologias contemporâneas com seus panteões pluralísticos de divindades guerreiras. A unidade e a transcendência de Deus são idéias novas e desagregadoras que transformam todos os aspectos da experiência e criam novas categorias de pensamento. A partida de Abraão de sua terra natal simboliza uma radical secessão das idéias pagãs. Em seu lugar a religião israelita requer o domínio universal de uma única inteligência internacional, um Deus que age com um propósito moral e cujo atributo fundamental é a bondade.

A Era dos Patriarcas

Uma nação escreve sua história na imagem de seu ideal. A história dos patriarcas, desde a migração de Abraão para

Canaã até a estada de Jacó e seus filhos no Egito, tem agido com peculiar força sobre a imaginação judaica. Não é uma crônica de remotos guerreiros sobre-humanos. Não se assemelha à visão de um resplendente mundo heróico tal como os gregos e outros povos antigos viam em seu estado original. As histórias de Abraão, Isaac, Jacó e José estão impregnadas de uma sensação de destino divino. Mas elas contêm também muitos detalhes simples, refletindo um reconhecível modo de vida em que luta e astúcia se acham atenuadas pelas afeições mais delicadas e suaves. Na subseqüente literatura e recordação a nação hebréia relembrou seus primeiros antepassados como protótipos de duas virtudes: bondade e calor nas relações humanas, e total resignação, acima de simples humildade, diante da vontade divina. Tanto a tradição cristã quanto a muçulmana aceitam a autenticidade histórica de Abraão e reconhecem-no como seu antepassado espiritual. Mas para os judeus ele é o primeiro e singular patriarca, o modelo da excelência hebréia. Inspirados por seu pacto e unidos pelas lembranças de três gerações de seus descendentes, os Filhos de Israel, precariamente estabelecidos no Egito, cruzam a fronteira da História em meados do segundo milênio a.C.

2 Nasce uma Nação

A NARRATIVA BÍBLICA irrompe em vívido movimento e colorido ao retratar a família israelita desenvolvendo-se como nação em solo estrangeiro. Conta como a comunidade tribal fundada por Abraão e sua linha é lacerada pelo ódio. José, devido ao ciúme de seus irmãos mais velhos, é removido para o Egito. Seus irmãos são, por sua vez, impelidos para o sul pela fome em Canaã. A esse tempo, sem que o soubessem, José chegara a posição elevada a serviço do monarca egípcio. Ele armazenara a produção excedente de sete anos de abundância como precaução contra os sete anos de fome que se seguiriam. Após uma dramática reunião com seus irmãos, José manda-os de volta a Canaã, pedindo-lhes retornarem com seu idoso pai Jacó. Os irmãos se estabelecem em Goshen, a leste do delta do Nilo. Séculos se passarão antes que seus descendentes vejam novamente a terra de seus pais e sua própria herança prometida. No início de sua estada no Egito são homens livres, seguros na paz de uma vida agrícola em zona irrigada, longe das aflitivas secas de Canaã. Ao fim são escravos oprimidos fugindo da tirania e perseguição.

Outras fontes confirmam a praticabilidade dessa narrativa em seus traços gerais, senão em detalhes pitorescos. Sabemos que no século XVII a.C. tribos semíticas, denominadas hicsos, invadiram o Egito pelo norte e leste. Sendo eles próprios estranhos à cultura egípcia, podem muito bem ter demonstrado tolerância para com a vida social e crença religiosa autônomas

dos colonos israelitas em Goshen. A ascensão de um estrangeiro como José a poderes de vice-rei seria crível numa época em que o nacionalismo egípcio estava eclipsado.

A carência de colheita segura em Canaã deve ter levado outras ondas de israelitas ao Egito, onde, naturalmente, se juntaram aos grupos semíticos aparentados. O contato entre Egito e Canaã foi particularmente íntimo e constante durante o regime hicso. Canaã estava sob virtual suserania egípcia. Havia muitos casamentos mistos, e os israelitas no Egito adaptaram-se facilmente às instituições políticas predominantes. No entanto, a vida social e cultural dos israelitas em Goshen parece ter sido segregada e resguardada. A rigidez ritualística dos egípcios não era facilmente penetrada, e a separação entre egípcios e israelitas foi ratificada por uma espécie de entendimento recíproco. Mesmo durante o regime de José, segundo a Bíblia, "os egípcios não podiam comer pão com os hebreus; pois isso era uma abominação para os egípcios". Tais barreiras estimularam as tribos israelitas a conservar Canaã viva na memória e acarinhar os laços com os parentes hebreus do norte.

Mas foi principalmente em suas percepções religiosas que os israelitas permaneciam distintos e separados da sociedade egípcia. A narrativa no Livro do Êxodo retrata o colapso de sua segurança sob o governo tirânico de um faraó que pode ser seguramente identificado como Ramsés II (aproximadamente 1250 a.C.). A monarquia hicsa tombou no início do século XVI a.C. O nacionalismo egípcio reafirmou-se. Marcavam-no a intolerância e a exclusividade. Os israelitas vivendo em Goshen foram privados de suas liberdades, reduzidos à escravidão e obrigados a trabalhos forçados para a construção de novas cidades. Não eram bem-vindos para ficar nem livres para partir. Em meio à sua humilhação e sofrimento surgiu dentre eles um líder que se tornou o fundador da nação e da religião de Israel.

Moisés nascera e fora criado na vida e tradição egípcias. Era, porém, de ascendência hebréia; a perseguição aos seus parentes levou-o a uma fúria ardente e criadora. Deu ele ao Deus hebreu IAHVEH um caráter distinto e majestoso na consciência de seu povo. Organizou as errantes tribos seminômades para a revolta combinada. Apelou para a vaga mas não interrompida lembrança de liberdade pastoril na "Terra Prometida". Na asserção definitiva de sua dominância política e espiritual tirou os israelitas de sua terra natal egípcia, conduzindo-os, uma multidão turbulenta, lamuriosa e cética, pelo mar dos Juncos e através do deserto, ao limiar de Canaã onde construiriam uma nação e apresentariam testemunho imorredouro de sua fé.

A Revolução Hebréia

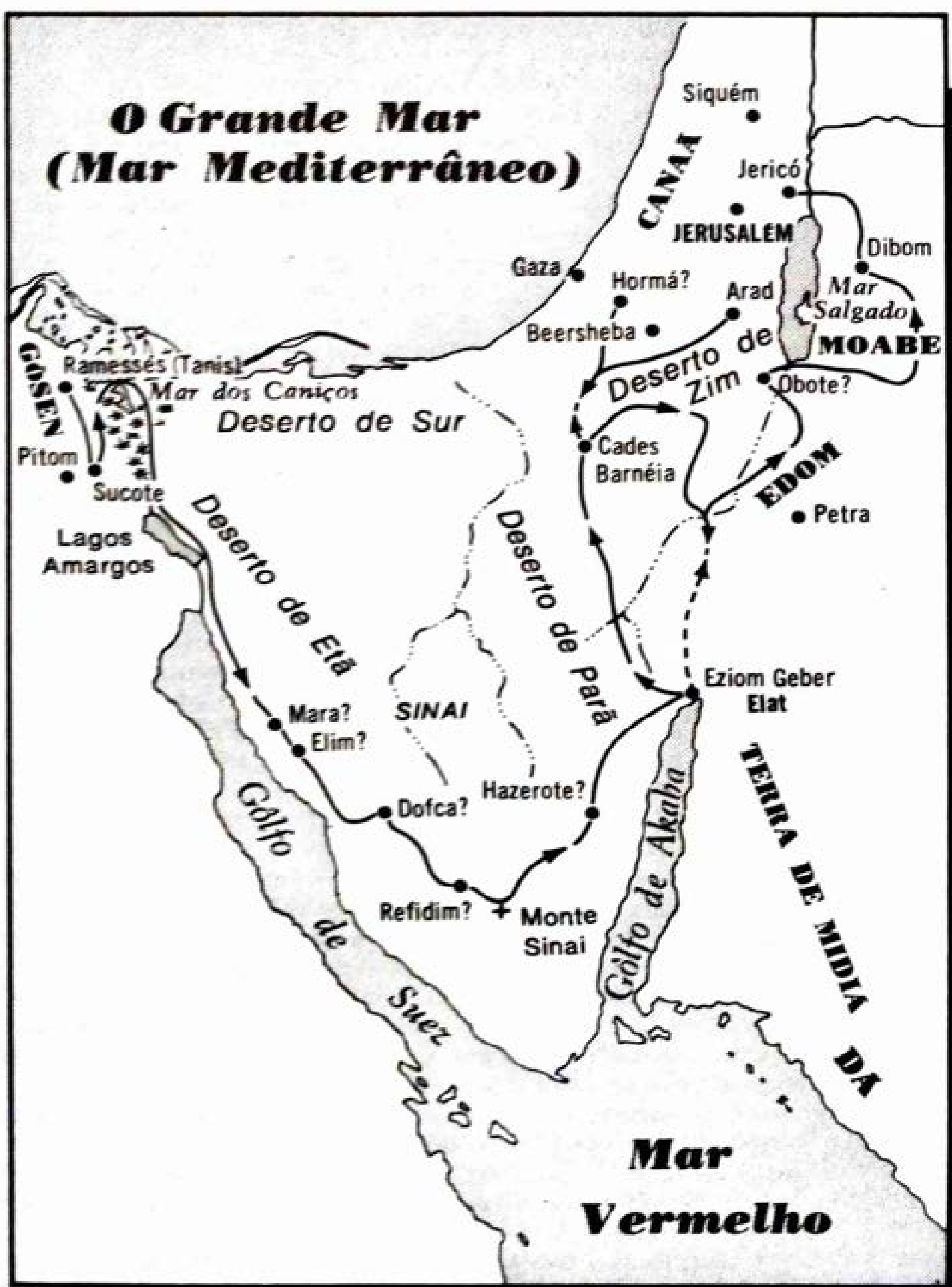
O aparecimento dessa fé tem sido acertadamente descrito como "uma revolução na visão global do homem". Todas as religiões anteriores e contemporâneas viam o destino humano como sujeito às leis da natureza. Assim como os ciclos naturais retornam ao seu ponto de origem sem pretensão de progresso, assim era a vida humana concebida como um infindável cortejo predestinado passando pelo nascimento e vida — de volta a um ponto de partida nas trevas e no caos. Os próprios deuses estavam sujeitos às paixões, instintos e desejos humanos. Eram associados a emanações naturais — sol, luz, ar, fertilidade, chuva. As forças naturais sendo diversas e numerosas, o conceito pagão de divindade era, conseqüentemente, tão pluralístico que chegava ao caos.

Abraão havia rompido com o elemento idólatra no paganismo. Ele não adoraria paus e pedras. Mas o seu Deus não era único, onipresente, ou totalmente transcendente. Era uma divindade da família de Abraão, e não de outras famílias, muito menos de toda a humanidade. Quando algo ia errado Ele afirmava seu poder de consertá-lo. A concepção mosaica de divindade é menos íntima e ingênua, mais austera, mas bem mais sublime. Moisés é capaz de um exercício de abstração sem precedentes. Ele pode imaginar um Deus acima da natureza, imune às paixões humanas e vicissitudes naturais. A concepção pagã de história como ligada inexoràvelmente ao círculo da repetição confere uma profunda melancolia à maior parte do pensamento antigo. Seu tema sombrio reaparece mais tarde na história através do grito desesperado do filósofo romano Marco Aurélio: "Para cima e para baixo, para frente e para trás, voltas e voltas, este o ritmo enfadonho e sem sentido do universo." Contra o fatalismo característico de civilizações pagãs, o pensamento hebreu, a partir de Moisés, concebe Deus como o autor de forças naturais, isento de seu ritmo cíclico. O desígnio divino realiza-se não na natureza, mas na história humana. O progresso, e não a repetição, é a lei da vida. Na tradição mosaica Deus aplica a Si um novo epíteto: "EU SOU O QUE SOU", aquele que nenhuma definição pode exaurir, o auxiliar onipresente do povo, "que se aflige em todas suas aflições e em Seu amor e Sua compaixão os redime".

O destino humano, uma vez separado do ciclo da natureza, liberta-se da fatalista cadeia da repetição. O homem tem a capacidade de "rejeitar o mal e escolher o bem". Está assim dotado de uma dignidade única e ativa, além do alcance de qualquer outro elemento da natureza.

Nasce uma Nação

Só podemos compreender quão revolucionários eram esses conceitos comparando-os com os ambientes egípcio e mesopotâmico em que se desenvolveram. As ruínas e monumentos



Mapa do Êxodo

de culturas pagãs incluem representações híbridas de "deuses" com cabeças humanas e corpos de animais, de touros alados, e aves com corpos de quadrúpedes. O igualamento de deuses com animais irracionais degrada a divindade a um nível abaixo do humano. A presença dessas idolatrias demonstra que a cultura egípcia, com todo seu requinte exterior, estava mergulhada numa profunda confusão espiritual. Rituais mágicos e orgiásticos emanavam naturalmente de uma visão desarmônica da natureza.

Moisés reportou-se às leis mais simples e puras dos seus antepassados, e que eram, indubitavelmente, semelhantes às dos nômades midianitas entre os quais passara o começo de sua idade adulta. Sua religião fica certamente abaixo do judaísmo profético em sua completa evolução alguns séculos depois. A divindade mosaica é ainda o protetor de Israel apenas. O conceito é antiidólatra, ético, mas de modo algum ainda completamente universal. "*Tu* não terás outro Deus senão Eu." A exortação está no singular. Seu alvo parece ser inteiramente nacional, como ocorria com todas as crenças contemporâneas. Analogamente, a magia egípcia e babilônica pode ainda ser percebida nas histórias de serpentes transformadas em varas, de um "arbusto que arde e não é consumido", e de pragas produzidas por encantação. O transporte da "arca da aliança" para as batalhas reflete uma concepção primitiva de uma divindade portátil confinada no espaço, de modo que se perdendo a arca não se poderia esperar proteção divina. Mas todos esses símbolos e imagens, alguns deles primitivos na origem, são postos pela religião mosaica a serviço de uma visão transcendente de grande nobreza, e confiados à guarda de um povo que fora escolhido para um especial encargo de responsabilidade espiritual.

Da Escravidão à Liberdade

O autor da nova religião foi também o líder da libertação nacional de seu povo. Moisés ficou profundamente impressionado pela angústia desse povo no cativeiro egípcio. Incutiu-lhe a convicção de que sua liberdade poderia ser assegurada por revolta — tanto contra a dominação temporal egípcia quanto contra sua corrupção espiritual. Unindo os israelitas na veneração de um Deus único ele consegue, sem sanção ou autoridade física às suas ordens, conduzi-los numa jornada de quarenta anos pelo deserto do Sinai até Canaã, em meio a um constante crescimento de sua identidade espiritual e nacional.

Nasce uma Nação

O Êxodo do Egito não é somente uma libertação da servidão. É o acontecimento crucial na autoconcepção de Israel. É o mo-

mento constitutivo de um povo. Em gerações posteriores, sempre que vozes proféticas advertiam Israel contra a perda de sua identidade ou a erosão de seus valores, apelavam elas à lembrança unificadora e estimulante da saída do Egito.

Além de sua posição particular na história de Israel, o Êxodo se tornaria um símbolo de libertação nacional e social em muitas culturas e línguas. Nas palavras de Henry George: "Dentre as patas da pesada Esfinge ergue-se o gênio da liberdade humana; e as trombetas do Êxodo vibram com a desafiadora proclamação dos direitos do homem." Quando Benjamin Franklin e Thomas Jefferson foram consultados sobre o emblema da futura União Americana, sugeriram que a insígnia dos Estados Unidos representasse os Filhos de Israel fugindo pelas águas separadas do mar a caminho da liberdade. Esse quadro deveria ter encimada a frase "Resistência aos Tiranos é Obediência a Deus". Na Convenção Nacional da França Revolucionária líderes populares referiam-se a si próprios como herdeiros da nova "Canaã". Quer procurando libertação de um jugo estrangeiro, quer da degradação da pobreza, usar-se-ia a imagem do Êxodo para simbolizar a possibilidade de rápida transição da "escravidão para a liberdade, das trevas para a luz". Assim o Êxodo, além do seu papel específico na História, aparece como um dinâmico mito social capaz de descrever e inspirar o impulso revolucionário em muitas épocas e em terras distantes.

No Deserto

Há um período de trezentos anos na história de Israel, entre os séculos XVI e XIII a.C., para os quais a Bíblia é nossa única fonte. Os registros egípcios nunca fazem menção da estada de Israel. Isso talvez porque o período de domínio dos hicsos era considerado inglório demais para ser descrito. Hoje é geralmente aceito que a migração hebraica para o Egito data do século XVIII a.C. ou depois, e que o Êxodo ocorreu após o século XIV, provavelmente durante o reinado de Ramsés II (1290-1225). Provavelmente houve várias ondas, tanto na vinda para o Egito quanto na saída. O número de hebreus que deixou o Egito é igualmente incerto. A versão bíblica de seiscentos mil homens, com suas esposas e famílias, parece grandemente exagerada. É improvável que tal número pudesse ter encontrado sustento no deserto do Sinai. É mais plausível que os israelitas que, atravessando o mar, vieram ao Sinai fossem alguns poucos milhares.

Nasce uma Nação

O Êxodo começou no extremo nordeste do delta do Nilo. A narrativa bíblica conduz os israelitas diretamente ao monte

Sinai. Até hoje a localização do monte Sinai (ou monte Horeb) é um mistério que alguns eruditos modernos alegam ter resolvido entre as montanhas graníticas da península do Sinai meridional. Dali o grupo se dirige para o Oásis de Kadesh (uns cinqüenta quilômetros a sudoeste de Beersheba). De lá provavelmente pretendiam ir direto a Canaã. A rota mais curta através do país dos filisteus lhes estava fechada por fortificações egípcias no litoral. A tentativa de entrar em Canaã pelo sul igualmente não teve êxito. Aí as defesas cananéias bloqueavam a entrada para o Neguev, e a tentativa israelita de rompê-las foi repelida pelo rei de Arad. Após essa derrota foram eles obrigados a voltar ao deserto e vaguear de oásis a oásis. Seu principal centro permaneceu em Kadesh Barnea, onde viveram a costumeira vida do deserto, nômade e incerta.

A narrativa bíblica se divide quanto aos acontecimentos que levaram à conquista de Canaã. Enquanto o Livro dos Juízes fala de uma penetração longa e gradual, o Livro de Josué descreve uma campanha militar rápida e brilhante de um chefe militar que submeteu muitas partes do país. Os entendidos, em sua maioria, concordam em que uma versão não exclui a outra. O assalto militar de Josué foi uma etapa importante numa luta mais longa, na qual cada tribo desempenhou seu particular papel local. É difícil reconstruir com alguma certeza a conquista de Canaã. Não há inscrições contemporâneas, e as fontes bíblicas são discordantes. Escavações recentes trouxeram alguns esclarecimentos sobre a conquista de várias cidades cananéias, como a de Hazor. A captura de Jericó e Ai, a leste de Jerusalém, parece não passar de lenda, já que ambas as cidades haviam sido destruídas muito antes do século XIV.

Retôrno a Canaã

Josué seguiu uma estratégia não convencional. Penetrou em Canaã pelo seu flanco oriental, e da conquista resultou a instalação na Transjordânia. Como os israelitas não tiveram organização tribal no Egito é difícil determinar que tribos participaram do Êxodo ou da conquista. A captura de terras a oeste do Jordão é ainda mais obscura. Não houve uma ocupação imediata ou total do país. Os territórios da Transjordânia à parte, as áreas ocupadas foram principalmente as dos montes de Efraim (Samaria), a Baixa e a Alta Galiléia. Lá os israelitas tiveram de enfrentar o mais temível dos cananeus, o rei de Hazor, "que era forte porque tinha carros de guerra feitos de ferro, enquanto que os israelitas tinham apenas armas leves..." Hazor, localizada na encruzilhada de Sidon a Bet Shean e Megido a Damasco, era a principal cidade cananéia no

Nasce uma Nação

norte. Sua influência política correspondia à sua importância estratégica. A vitória de Josué sobre o rei de Hazor nas Águas de Merom foi, compreensivelmente, aclamada como o ápice de sua carreira militar. Mas mesmo depois disso muitas cidades cananéias nas planícies permaneceram intactas por trás de suas muralhas, e as cidades da faixa costeira nunca foram conquistadas.

Não foram tranqüilas as relações que os israelitas, após sua conquista, mantiveram com seus vizinhos. Suas vitórias podem ter levado a acedências de clãs e cidades derrotadas que vieram a ser incorporados na estrutura israelita. Uma vez estabilizada a vitória militar, Israel iniciou sua vida nacional.

A Bíblia não apresenta a entrada israelita em Canaã como uma conquista feita por um povo estrangeiro. O processo é descrito como o retorno de tribos que, no passado distante mas não esquecido, ali haviam vivido. O povo que então regressava nunca vira a "Terra Prometida", mas com ela sonhara durante gerações. Esse lar estivera vivo em sua lembrança, e como o único lugar em que sua missão divina poderia ser cumprida.

O País

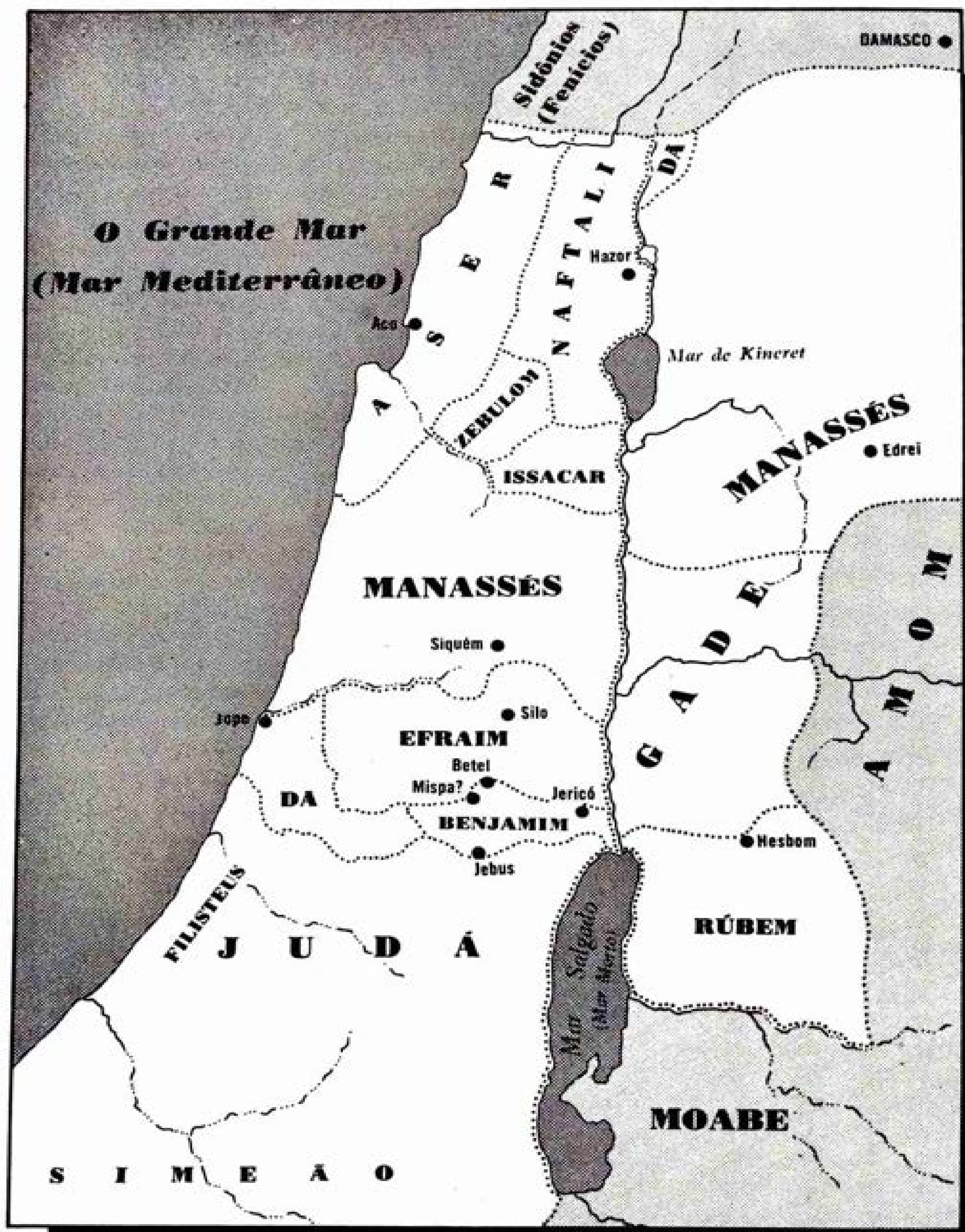
A região entre o Mediterrâneo e o deserto da Arábia, limitada pela Síria ao norte e península do Sinai ao sul, comprime num pequeno espaço uma grande diversidade de clima e paisagem. Entre o rio Jordão e o litoral estão o fértil vale de Esdraelom (Izreel), os outrora ricamente arborizados montes da Galiléia, e a planície (Shefelah) em que colheitas abundantes recompensaram uma cultivação paciente. A planície costeira foi, em tempos antigos, uma estrada para exércitos e mercadorias que iam dos impérios dos vales do Tigre e Eufrates aos do delta do Nilo.

O rio Jordão, nascendo nos contrafortes do Líbano, mergulha no lago da Galiléia, a 207 metros abaixo do nível do mar. Mais para o sul 105 km atinge o mar Morto, a 393 metros abaixo do nível do mar. Esse vale então se eleva depois a um ponto cerca de 90 metros acima do nível do mar antes de novamente baixar ao golfo de Akaba (Eilat), à margem do mar Vermelho. Ao longo dessa linha meridional o clima é tropical, a paisagem vulcânica. Nos montes da Judéia, para o norte e oeste, há uma precipitação regular de inverno. É uma terra acidentada e variegada, aparentemente destinada pela natureza a uma fragmentação tribal e hostil a controle centralizado. O que é comum a todas suas partes é o intenso brilho de sua luz, acentuando as bordas das montanhas contra o céu, dando um aspecto sempre diferente às dobras e recôn-

cavos, e iluminando o mar com dramáticas mudanças de cor ao ascender e cair do sol. Apesar de sua pequenez, o país oferece nítidos contrastes de deserto e fertilidade, uma sensação de espaço e distância que provém da elevada posição da Palestina entre o grande deserto e o grande mar.

O país teve várias denominações. Para os acádios era parte de Amurru ("oeste" em acádico), ou terra dos amoritas. Para os egípcios era Retenu, mas também o chamaram Canaã durante as décima oitava e décima nona dinastias. Este o nome que foi dado ao país pelos hebreus.

A Bíblia descreve os cananeus como um povo dentre outros habitantes da Terra de Canaã. Em outros tempos, porém, "cananeus" é usado como uma designação coletiva para todos os habitantes sedentários na Palestina antes da conquista hebréia. É evidente que Canaã era, antes da conquista israelita, um país sem identidade política, embora marcado por uma forte vitalidade de cultura. De fato, a cultura cananéia ao tempo da conquista abrangia todo o litoral da Palestina e Síria, desde a fronteira egípcia, ao sul de Gaza, até o limite setentrional de Ugarit (a sudoeste de Antioquia). Diversas línguas foram faladas nessa pequena área, e cinco sistemas de escrita vieram a ser empregados. O cuneiforme acádico e os hieróglifos egípcios eram as escritas internacionais do período. Mas havia outras, ainda mais revolucionárias em sua influência — pois são os mais antigos alfabetos jamais usados. Um deles, consistindo em 32 letras, era de uso corrente principalmente na cidade síria de Ugarit. O outro foi provavelmente inventado na Palestina meridional: um alfabeto de 22 letras que originou os alfabetos de línguas modernas — fenício, hebraico, grego e romano.



Mapa da distribuição das tribos de Israel

3 | Israel em sua Terra

DOIS SÉCULOS (1230-1023 a.C.) separam a conquista de Canaã do estabelecimento da monarquia sob Saul. São eles descritos na Bíblia como os "dias em que governaram os juízes".

Quando Israel entrou em Canaã ainda não era uma nação. Seu período formativo ainda se achava à frente. A transição de uma sociedade seminômade para uma agrícola, a transformação na organização política, e a evolução de tribo para nação, tudo isso seria influenciado pelo contato com as populações de Canaã e pela diversidade da própria comunidade israelita. Também o país imprimiria sua marca à evolução social de Israel.

A geografia da Palestina agia em favor de uma organização tribal. Era um país pequeno. Mas dentro de um espaço compacto encontrou lugar para uma série caleidoscópica de paisagens, climas e características geográficas, já tendo sido identificadas, dentro de seus estreitos limites, cerca de quarenta unidades climáticas e geográficas distintas. Vão elas desde o monte Hermon, encimado de neve, até o mar Morto, o lugar mais baixo do mundo. Habitantes das montanhas e moradores das planícies refletiam naturalmente sua diversidade em unidades tribais separatistas.

Enclaves cananeus continuaram a existir — especialmente no vale de Esdraelom e na área montanhosa de Jerusalém. A consolidação das tribos foi assim dificultada. Deve ter havido períodos de relações pacíficas entre israelitas e cananeus, e

sabemos que ocorreu alguma fusão de culturas. Os israelitas se haviam instalado entre uma civilização mais adiantada que a sua, já que eles próprios ainda constituíam uma sociedade heterogênea refletindo muitas diferenças.

As condições materiais dos israelitas melhoraram lentamente. Tornaram-se eles uma nação de pequenos agricultores. Aprenderam a construir cisternas. Em sua necessidade extrema de mais solo mostraram-se engenhosos no aproveitamento de terras desérticas e de florestas. Suas cidades — escassas e mal fortificadas — tinham um caráter rural, diferentes das praças fortes cananéias e filistéias. A força de Israel dependia do número de homens em armas que pudesse ser reunido em caso de necessidade. Não raro as lealdades tribais parecem ter prevalecido contra os interesses maiores de Israel. "Naqueles dias", conforme relata a Bíblia, "não havia rei em Israel; cada um fazia o que lhe parecia certo."

A organização política do antigo Israel expressava-se num vínculo religioso. Formou-se, em torno de um santuário central, uma federação de doze tribos. Um centro religioso foi estabelecido em Shiloh, embora tanto Gilgal quanto Siquém sejam mencionados como lugares onde as tribos se reuniam para guerra ou culto. Em Shiloh colocaram a Arca Sagrada. Ali reconheceram o único e o mesmo Deus, e celebraram festas com o símbolo da presença de Deus entre eles.

O Tempo dos Juízes

Em época de crise o povo pedia auxílio a um juiz. Era ele um zelador geral do interesse público — vidente, líder militar e libertador, tudo junto. Era um homem escolhido por Deus para sua missão, dotado de espírito divino. Nosso único registro para esse período é o Livro dos Juízes. É muito fragmentário, e são poucos os detalhes sobre o domínio dos juízes. De alguns, como Otniel e Ekhud, que não estiveram envolvidos em qualquer crise militar, pouco sabemos além de seus nomes. Por outro lado, Débora e Jefté, Sansão e Gedeão, Eli e Samuel, fizeram história. Juiz algum jamais governou todo Israel. A evolução que levou ao estabelecimento da unidade nacional foi causada mais por fatores externos do que internos. A crise filistéia foi uma situação crítica que as tribos não podiam enfrentar.

Os filisteus eram um povo egeu. Haviam sido expulsos de seus lares em Creta e no litoral da Ásia Menor por invasores vindos do norte. Fracassando em sua tentativa de penetrar no Egito, conseguiram uma cabeça de ponte na costa palestinense onde consolidaram seu poder em torno de cinco cidades: Gaza,

Ascalão, Ashdod, Ekron e Gat. Os filisteus ocuparam parte das terras mais férteis da região, e seus recursos eram abundantes. Tinham armas superiores. Haviam herdado o conhecimento secreto dos hititas de fazer armas de ferro. Sua aparência física era também impressionante. Não era incomum encontrar entre eles homens de grande estatura.

Algumas das tribos israelitas estavam sob pressão constante dos filisteus e foram obrigadas a ceder-lhes territórios. Diante desse perigo comum viram-se as tribos israelitas compelidas a apresentar uma frente unida, mas foram derrotadas em Afek. Esse desastre assumiu proporções de catástrofe nacional quando a Arca, levada à batalha, caiu em mãos do inimigo (1050). A lição era clara: para resistir à dominação filistéia os israelitas precisavam ter um líder nacional.

A Monarquia

Há muitas contradições nas narrativas referentes à ascensão de Saul e ao papel nisso desempenhado por Samuel. Os israelitas haviam pedido a Samuel: "Eis que já estás velho, e teus filhos não andam pelos teus caminhos. Institua sobre nós um rei para que nos julgue, como em todas as outras nações." Mas Samuel advertiu-os quanto aos perigos da monarquia:

> Este será o costume do rei que reinar sobre vós; ele tomará vossos filhos para os seus carros. E designará chefes de mil e chefes de cinqüenta; ele os empregará em suas lavouras e colheitas e na fabricação de suas armas. E tomará vossas filhas para suas perfumistas, cozinheiras e padeiras. E tomará o melhor de vossas terras, vinhas e olivais, e o dará aos seus criados. E dizimará vossas sementes e vossas vinhas, para dar aos seus empregados. E tomará vossos criados e vossas criadas, e os vossos melhores mancebos e jumentos para fazerem o seu trabalho. E sereis seus escravos... O povo se recusou a ouvir a voz de Samuel, e respondeu: Contudo teremos um rei, para que possamos ser como todas as outras nações; nosso rei nos julgará e nos chefiará na guerra.

No fim, porém, Samuel deu ouvidos à voz do povo. Dispôs-se, cheio de pressentimentos, a selecionar um rei.

O homem que Samuel escolheu para ser o primeiro rei de Israel foi Saul, o filho de Kish, um agricultor de Benjamim, a menor das tribos israelitas. Era ele "jovem e belo, e entre os Filhos de Israel não havia outro mais belo. E dos ombros para cima era mais alto que todo o povo".

O reinado de Saul foi tomado principalmente pela luta contra os filisteus. Aproveitou os primeiros anos de seu governo para formar um exército forte e eficiente; muitos dos seus soldados provinham da sua própria tribo, Benjamim.

Uma espetacular vitória em Mikmash levou à expulsão do inimigo dos territórios de Benjamim e Efraim. Empreenderam-se incursões punitivas ou de represálias contra outros vizinhos. Incluíam estes os moabitas, amonitas e arameus, a leste e sudeste, e posteriormente os amalecitas ao sul. Essas vitórias aumentaram o orgulho dos israelitas. O perigo de invasão estrangeira permaneceu, todavia, como um dos fatores dominantes na vida nacional durante toda uma geração seguinte.

Saul preencheu a lacuna entre a organização primitiva sob os juízes e o estabelecimento de uma monarquia plena sob Davi. É ele, talvez, a figura mais trágica na história bíblica. De caráter complexo, foi incapaz de se beneficiar de sua relação com Samuel e Davi. Sua desconfiança beirava a paranóia. Sofria de acessos de terror e de depressões de melancolia. Sua autoridade, porém, tinha um acentuado caráter religioso que, sem dúvida, contribuiu para a unificação da nação ocorrida sob sua égide e organização.

Pouco se sabe sobre a administração do país sob o governo de Saul. Parece que a unificação de várias partes do seu Estado permaneceu imperfeita. Sua autoridade absoluta estendia-se somente ao centro do país, enquanto que os distritos fronteiriços só gradualmente vieram a ficar sob seu poder. Sua residência foi sua cidade natal, Gibeah, no território de Benjamim.

Saul e Davi

Reconhecido pelas tribos do centro e do norte, tinha Saul um inimigo interno, a poderosa tribo de Judá, agastada com seu eclipse por Benjamim. Davi, o filho de Jessé, um lavrador de Judá, gozava de grande consideração na casa militar de Saul. Atingira uma posição de destaque quando ainda menino, após derrotar o gigante filisteu Golias em combate singular "com uma funda e uma pedra". Desde então, "ia Davi onde quer que fosse Saul". Para ele tocava harpa, casou com a filha do rei, e foi o amigo extremoso de seu filho Jônatas. Suas audaciosas incursões contra o inimigo tornaram-se temas de baladas populares.

Saul ficou alarmado com a popularidade de Davi. "Saul matou milhares", cantava o povo, "mas Davi os seus dez milhares." Saul começou a suspeitar de rivalidade política por

parte do jovem. Perto do fim de seu reinado ficou obsedado com a idéia de que podendo livrar-se de Davi tudo iria bem. Em toda parte via traidores.

Vendo sua vida em perigo, escapou Davi para seu distrito natal, a terra montanhosa de Judá. Durante alguns anos viveu como um proscrito. Saul fez várias tentativas de encurralá-lo e mostrou-se impiedoso para com seus simpatizantes. A narrativa da Bíblia capta brilhantemente o tormento espiritual e mental desse infeliz monarca:

> ...Voltando Saul de perseguir os filisteus, disseram-lhe, "Davi está no deserto de Engedi".
> Então Saul tomou três mil homens de elite e foi à procura de Davi entre os penhascos das cabras montesas. Chegou aos currais de ovelhas no caminho onde havia uma caverna, e Saul entrou para cobrir seus pés. No fundo dessa mesma caverna se encontravam Davi e seus homens. Levantou-se Davi e silenciosamente cortou a orla do manto de Saul. Mas depois doeu-lhe o coração, e disse ele aos seus homens, "Deus me guarde de que eu faça tal coisa ao meu amo, estendendo minha mão contra o ungido do Senhor". Com estas palavras Davi conteve seus homens, e não lhes permitiu que se levantassem contra Saul.
> Quando Saul saiu da caverna, Davi também o fez, e chamou-o, "Rei, meu senhor".
> Saul olhou para trás, e Davi se prosternou e disse, "Por que dás ouvido às palavras dos homens que dizem, Davi procura te fazer mal? Vê a orla do teu manto em minha mão; cortei-a, mas não te matei. Não pequei contra ti, mas andas à caça de minha vida para ma tirares. Julgue o Senhor entre mim e ti e vingue-me, mas não erguerei minha mão contra ti. Como diz o provérbio dos antigos, A maldade vem dos maus. Contra quem saiu o rei de Israel? A quem persegues? A um cão morto? A uma pulga? O Senhor será juiz entre nós."
> Quando Davi acabou de falar, Saul disse, "É esta a tua voz, meu filho Davi?" E Saul alçou sua voz e chorou. E disse, "Tu és mais justo que eu, pois me recompensaste com bem, enquanto eu te recompensei com mal." E Saul foi para casa. Mas Davi e seus homens voltaram ao baluarte.

Israel em sua Terra

Davi foi obrigado a refugiar-se entre os filisteus, em campanhas contra os quais ganhara renome. Estava em Ziklag, sob a proteção do rei de Gat, quando Saul juntamente com

Jônatas e dois outros filhos caíram em batalha no monte Gilboa, num vão esforço de deter o avanço filisteu. O rei foi ferido no campo de batalha por arqueiros filisteus. Implorou ao seu escudeiro que pusesse fim à sua vida. O homem se recusou. Saul pegou sua própria espada e caiu sobre ela. Davi pranteou a morte trágica do rei e de seus três filhos numa nobre elegia:

> Como caíram os valentes! Não o noticieis em Gat, nem nas ruas de Ascalom; para que não se alegrem as filhas dos filisteus, para que não exultem as filhas do inimigo.
> Ó montes de Gilboa, que não haja nem orvalho nem chuva sobre vós, pois aí foi arremessado o escudo dos valentes — o escudo de Saul, como se não fora ungido.
> Do sangue dos feridos, da gordura dos valentes, o arco de Jônatas não recuou, nem voltou vazia a espada de Saul.
> Saul e Jônatas, tão amados e queridos em sua vida, também em sua morte não se separaram! Eram mais ligeiros do que as águias: eram mais fortes que os leões.
> Ó filhas de Israel, chorai por Saul, que vos vestia de púrpura, que ornava de ouro vossas vestes. Como caíram os valentes em plena batalha!
> Ó Jônatas, estou angustiado por ti, meu irmão Jônatas. Mais maravilhoso me era o teu amor que o amor das mulheres.
> Como caíram os valentes, e pereceram as armas de guerra!

Davi Torna-se Rei

Saul foi sucedido por seu filho Ishbaal, que transferiu a residência real para Makhanaim, a leste do Jordão. Davi achava-se então em condições de reivindicar a realeza. Reingressou no país com seus guerreiros veteranos e tomou Hebron, muito provavelmente com a ajuda dos filisteus, que não eram avessos a ver seus inimigos enfraquecidos por lutas internas. Os homens de Judá consideravam Davi como chefe da tribo e estavam prontos a aceitá-lo como rei.

Mas as ambições de Davi iam mais alto. Desejava ele completar a tarefa iniciada por Saul e unir todas as tribos de Israel, e não apenas Judá, sob sua coroa. A situação de Israel, após a vitória filistéia no monte Gilboa, era desesperadora. Mas os israelitas estavam decididos a ter um reino próprio. Assim, em certo sentido, a divisão de Israel em dois reinos já havia

Israel em sua Terra

praticamente ocorrido, sumariando simbolicamente o cisma entre Israel e Judá e prefigurando a subseqüente cisão.

Para assumir e consolidar seu poder teve Davi de resolver problemas tanto internos quanto externos. Por um lado, teve de unir Judá sob sua única autoridade, e pelo outro, a fim de incorporar Israel, foi necessário travar guerras constantes. Na maioria dessas batalhas o exército de Davi foi vitorioso. A posição de Ishbaal foi solapada pela traição de seu comandante, Abner, que abertamente fez propostas a Davi. Parece que Abner, à parte suas divergências pessoais com Ishbaal (Abner tomara a concubina do falecido rei Saul — uma prerrogativa real, de acordo com os costumes da época), compreendeu que Davi, tanto como chefe militar quanto político, era muito superior ao medíocre Ishbaal. Este foi ficando cada vez mais isolado; um por um abandonavam-no seus amigos e seguidores mais próximos.

Não obstante seu ressentimento com o sul, as tribos do norte vieram a reconhecer que os interesses da nação seriam mais bem servidos se Davi se tornasse governante de um Israel unido. Davi foi obrigado a agir quando Abner foi traiçoeiramente assassinado por Joab, comandante militar de Davi, enquanto Ishbaal encontrou sua morte às mãos de dois de seus oficiais. Seu reinado havia tido a duração de apenas dois anos.

Após a morte de Ishbaal, as tribos de Israel, representadas pelos seus homens notáveis, vieram a Hebron e ofereceram o trono a Davi. Este alcançara seu objetivo. Tornou-se rei de uma nação unida.

Os filisteus viram bem claramente o significado da elevação de Davi. Este era ainda fraco demais para iniciar uma ofensiva eficaz contra eles, e por isso agiram rapidamente, invadindo Judá e ameaçando Hebron, sua capital. Davi retirou-se para Adulam, onde permaneceu até que pudesse consolidar suas forças. De sua fortaleza empreendeu uma série de ataques contra os filisteus, finalmente derrotando-os de modo decisivo em Gat.

Após expulsar os filisteus, o objetivo seguinte de Davi foi Jerusalém (então chamada Jebus), que havia permanecido em mãos dos cananeus. Tal situação interferia seriamente com as comunicações entre o norte e o sul, impedindo assim a unificação de Judá e Israel, meta principal de Davi. E ele também queria fazer de Jerusalém a sua capital.

Quando Davi fixou residência em Jerusalém, tornou-se a cidadela conhecida como a Cidade de Davi. Tudo que lhe faltava era prestígio religioso. A Jerusalém cananéia tinha seus próprios lugares santos. Davi, desejoso de associar o prestígio nacional da nova capital às tradições religiosas de Moisés,

transferiu para Jerusalém a Arca do Deus de Israel e fez planos para a construção de um magnífico templo destinado a alojá-la. Essa tarefa ele deixou, seguindo o conselho do profeta Natan, ao seu sucessor.

Jerusalém, a Cidade da Paz, a Cidade de Davi, permaneceria como centro sentimental e espiritual para o povo judeu através da História, para mais tarde voltar a ser sua capital. De seu lugar na história judaica decorreu toda sua outra fama.

As Guerras de Davi

Depois de sua vitória decisiva sobre os filisteus iniciou Davi uma série de expedições estrangeiras. Aproveitou-se da fraqueza temporária do Egito, ao sul, e da Assíria, ao norte, para construir um poderoso reino fronteiriço. E então assegurou suas fronteiras com sucessivas guerras contra países vizinhos.

O reinado de Davi durou quarenta anos, e cada um foi um ano de guerra. Recompensou, contudo, seu povo com vitórias sobre os filisteus e sobre Amon, Moab e Edom. Formou alianças com a Fenícia e o rei de Tiro; instalou uma guarnição na Síria; Moab e Amalek foram submetidos (este último decisivamente); e o país de Edom foi anexado. Assim toda a costa mediterrânea, excetuando a Fenícia e pequenas partes da Filístia, fora feita tributária, e a Transjordânia, até o deserto da Arábia, a leste, também reconheceu Davi como rei. Davi foi não só um brilhante líder militar mas igualmente um estadista muito bem dotado. Paralelamente às suas expedições militares, construiu uma rede de alianças. Sua autoridade era reconhecida desde as fronteiras do Egito e golfo de Akaba até as margens do Eufrates. A fim de sustentar seu poder Davi teve de manter um exército permanente, cujo núcleo era a Guarda Real dos *Guiborim* (Heróis). O comando era controlado de Jerusalém e achava-se sob a autoridade direta do rei. O comandante-em-chefe era Abner, sobrinho do monarca.

Não obstante suas preocupações militares, Davi também encontrou tempo para instituir uma nova administração. Potencial humano e dinheiro foram obtidos com presas de guerra e tributos dos povos conquistados, e internamente por taxação e trabalho forçado. A monarquia estabelecida por Davi era, no entanto, constitucional em espírito. Os direitos do soberano eram limitados pela opinião pública conforme expressa pelos profetas.

Israel em sua Terra

Os últimos anos do reinado de Davi foram agitados e perturbados. A família real foi convulsionada por crueldade, ciúme e intrigas. A vida de Davi consumiu-se com sofrimen-

tos constantes, e ele envelheceu prematuramente. Seus filhos de várias esposas brigavam entre si. Por fim seu próprio filho, Absalão, revoltou-se, apoiado nessa ocasião por uma parte da população. Os rebeldes foram derrotados pela milícia de Davi sob seu comandante, Joab. Absalão, o filho querido do rei, foi morto pelo próprio Joab.

Davi foi uma figura inspiradora para gerações posteriores. Seus feitos e sua personalidade foram a força impulsionadora por trás de Esdras e Neemias quando voltaram do exílio para, quinhentos anos após a morte de Davi, reconstruir o Templo e a cidade de Jerusalém. Quase trezentos anos após Neemias, os Macabeus, por sua vez, fortaleceram-se com a lembrança de Davi, o sábio governante e grande salmista, que havia conseguido, de fato, a independência sonhada em gerações futuras.

A tradição bíblica atribui a Davi muitas qualidades, mas nenhuma delas mais cativante que seu dom para a poesia e a música. Compôs, com toda a probabilidade, algumas partes dos Salmos a ele atribuídos. Seus amores e ódios, virtudes e fraquezas humanas prenderam a imaginação dos povos através de muitos séculos. É uma autêntica figura tanto de História quanto de drama.

O Rei Salomão

"Que Sadoc, o Sacerdote, e Natan, o Profeta, o sagrem rei sobre Israel, e toquem a trombeta e digam, 'Viva o rei Salomão!'" Assim o rei Davi, em seu leito de morte, preparou sua sucessão escolhendo seu filho mais moço de sua esposa favorita, Batsheba.

Intrigas palacianas e assassinato marcaram o início do governo de Salomão. Temendo um possível rival, fez executar seu irmão Adonias. (O pretexto, conforme acontecia freqüentemente, foi Adonias ter reclamado uma mulher do harém do falecido rei.) Feito isso, "ficou o reino firmemente em mãos de Salomão". Coube-lhe completar a construção do reino que seu pai iniciara. Não obstante o trabalho de consolidação ter sido um êxito gigantesco, seu governo também lançou a semente para a desagregação que adviria.

O reinado de Salomão não foi perturbado por guerras; não adquiriu ele novos territórios para Israel. Mas com grande habilidade diplomática igualou seu país às grandes potências de seu tempo. Com elas celebrou alianças amistosas, muitas vezes conseguidas ou cimentadas por casamentos com princesas estrangeiras. Seu casamento com a filha do faraó trouxe-lhe mesmo um útil dote na forma da cidade de Gezer, importante para abrir o caminho ao Mediterrâneo.

A ascensão de Israel à preeminência deve ser vista à luz do antigo Oriente Próximo por volta de 1000 a.C. O poderio egípcio achava-se num ponto baixo. A Mesopotâmia estava dividida em vários estados, nenhum dos quais suficientemente forte para se aventurar fora de seu próprio território. Os planos de expansão de Davi preencheram um vácuo de poder na Ásia Ocidental. Nem um único país era bastante poderoso para interferir com a expansão de Israel.

Salomão foi um construtor decidido. Fortificou cidades de interesse estratégico e econômico: Hazor e Megido na rota do Egito a Damasco; Tamar, porta da rota de caravanas levando ao mar Vermelho; e Haran, protegendo Jerusalém pelo sul. Embora Israel fosse principalmente um povo agrícola, pouco inclinado a comércio em vasta escala, Salomão viu grandes possibilidades no desenvolvimento comercial. Construiu magnífica frota e estabeleceu Ezion Geber, no golfo de Akaba, como porto de origem. De lá seus navios empreenderam viagens misteriosas às terras de Ofir (provavelmente Arábia meridional ou talvez Índia), trazendo "ouro e marfim, sândalo e pedras preciosas, macacos e pavões". Permitiu Salomão também que marinheiros hebreus participassem de expedições estrangeiras; navegaram o Mediterrâneo até Tarsis (Espanha). Desse modo tornou seu país um dos principais lugares de trânsito para o comércio de leste a oeste e de norte a sul.

Nelson Glueck aventou que a visita da rainha de Sabá a Jerusalém deve ter tido relação com uma missão diplomática referente à expansão das rotas comerciais de Israel às custas de outras nações. As linhas de navegação de Salomão prejudicavam o lucrativo negócio do comércio de caravanas da rainha. Esta, por isso, apressou-se a ir a Jerusalém com presentes valiosos, na esperança de pôr seus encantos pessoais a serviço da consecução de um acordo comercial. Assegura-nos a Bíblia que "o rei Salomão deu à rainha de Sabá tudo quanto lhe pediu, além do que lhe deu segundo sua real generosidade".

Um dos notáveis empreendimentos econômicos de Salomão foi a construção de minas de cobre e refinarias para a fundição de metais próximo ao rio Timna, no Neguev. Essas minas foram redescobertas pelo moderno exército de Israel três mil anos depois, e estão novamente produzindo para o povo de Israel.

Salomão cercou seu reino com todas as marcas externas de uma grande potência: construiu grande número de palácios luxuosos para os quais teve de importar trabalhadores especializados e matérias-primas. Coroou suas atividades de construção com um suntuoso Templo, erigido no monte Mória, e que adornou com esculturas e obras de arte. Sadoc foi designado

Sumo Sacerdote. Esse acontecimento assinalou o início de um sacerdócio hereditário que duraria mil anos. Salomão inaugurou o Templo com grande esplendor na Festa dos Tabernáculos (aproximadamente 953 a.C.), declarando, "Certamente Te edifiquei uma casa para morada — um lugar para Tua eterna habitação."

Sementes da Desagregação

No reinado de Salomão houve grande progresso material. Surgiram novas cidades e povoados. A população duplicou, atingindo a cifra de 800 000. A prosperidade geral, todavia, não beneficiava todos os súditos de Salomão. O povo tinha de pagar caro por suas extravagâncias, e Salomão foi obrigado a tomar medidas impopulares para enfrentar suas despesas cada vez maiores. Certa ocasião devia estar tão necessitado de dinheiro que cedeu vinte cidades da Galiléia ao seu aliado, o rei de Tiro, por uma soma de 120 talentos. A fim de melhorar a eficiência de sua administração, reorganizou o país em doze distritos, com isso desprezando a divisão convencional das tribos. Nomeou *netzivim* (superintendentes) para supervisionar assuntos internos como o recrutamento dos cidadãos para trabalhos forçados e o pagamento de impostos, um jugo que pesava duramente sobre a população. Tais políticas, evidentemente, indispunham grande parte da população, habituada a uma forma de vida menos rígida e que se encontrava, em vez disso, sob o domínio férreo de um monarca absoluto.

Os contatos crescentes com nações estrangeiras levaram a uma mistura de populações. Junto com princesas estrangeiras vieram idéias religiosas alienígenas. O culto de Baal e outras divindades fenícias espalhou-se por Israel; seus santuários e altares tornaram-se vistas comuns. A tolerância cosmopolita de Salomão abriu, de fato, o caminho à apostasia.

A magnificência do governo de Salomão foi prejudicada pela insatisfação por parte da população. Salomão foi criticado por seu hábito de conceder tratamento preferencial a suas próprias tribos no sul, com isso amargurando o norte. As tribos setentrionais rebelaram-se quando lhes foi imposto trabalho forçado, e seu líder Jeroboão teve de fugir para o Egito. Com a morte de Salomão o rompimento da unidade nacional não pôde ser detido.

Salomão, não obstante as falhas de seu reinado, projeta-se na História como o governante que uniu em uma pessoa a sagacidade de um juiz e os dons de um trabalhador e pensador. Os analistas bíblicos têm glorificado seus empreendimentos, prodigalizando-lhe admiração. Atribuíram a ele todas as qua-

lidades que chegaram até nós numa profusão de lendas, em provérbios e salmos, em canções de amor e encantamentos mágicos.

É irrefutável que Salomão conseguiu reforçar a monarquia; nenhuma guerra macula seu sucesso. Mas um excesso de poder político e econômico acarretou negligência em outros setores: a glória do Estado transcendia todas as considerações humanas e nacionais. É verdade que casamentos estrangeiros promoveram alianças valiosas, e que a cessão de cidades possibilitou a mobilização de fundos, mas tais políticas enfraqueceram a fibra nacional. Perto do fim do reinado de Salomão o profeta Aías censurou a excessiva tolerância do rei para com cultos estrangeiros e, por isso, estimulou as tendências separatistas das dez tribos. A conseqüente ruptura do reino foi ainda mais apressada pelo ressurgimento do Egito e o aparecimento de uma poderosa Assíria. Um período de fraqueza entre as potências vizinhas havia favorecido a meteórica ascensão de Israel a uma posição de força nacional. Esse momento estava então terminado. A era do reino unido durou os reinados de apenas três monarcas — Saul, Davi e Salomão.

4 A Queda de Israel e Judá

A OPRESSIVA POLÍTICA de Salomão provocara o antagonismo do Israel setentrional. Durante os últimos anos de seu reinado já eram audíveis os ribombos longínquos de revolta. Com sua morte uma explosão tornou-se inevitável. O país cindiu-se em duas unidades políticas, que a partir daí iriam ter suas histórias separadas. Eram aparentadas em sangue, mas suas relações alternariam entre rivalidade e aliança, e, ocasionalmente, irrompendo em guerra. Israel, o maior e mais rico dos dois reinos, determinava a política externa de ambos, reduzindo Judá à posição de vassalo. Mas ao próprio reino setentrional faltava coesão. Compunha-se de muitas tribos, e era constantemente dilacerado por dissenções internas. Israel setentrional sobreviveria por duzentos anos antes de desaparecer da História quase sem deixar vestígio.

O destino de Judá seria bem diferente. Menor e menos rico, possuía uma população mais homogênea e menos exposta a influências estrangeiras. Tinha as vantagens de uma tradição dinástica estável e uma unidade religiosa simbolizada no Templo de Jerusalém. Sua geografia tornava-o menos vulnerável à agressão estrangeira.

Após a morte de Salomão, seu filho, Reoboão, foi proclamado rei em Jerusalém. Seguindo precedente criado por seu pai, dirigiu-se às pressas a Siquém para receber a aclamação das tribos setentrionais. Essa foi a sua perda. Os anciãos aos quais se apresentou estabeleceram condições para reconhecê-

lo: ele deveria reduzir os impostos e renunciar ao trabalho forçado. Reoboão reagiu com estupidez e arrogância. Consultou seus conselheiros, que a ele se dirigiram sabiamente, "Se fores servo do povo, e lhe falares boas palavras, então eles serão teus servos para sempre." Mas Reoboão preferiu a atitude de seus consultores mais jovens:

> Assim falarás ao povo: Dizeis, "Teu pai fez pesado o nosso jugo, por isso alivia-o." Mas vereis que meu dedo mínimo é mais grosso que os lombos de meu pai. E agora, se meu pai vos carregou com um jugo pesado, eu ainda aumentarei o vosso jugo. Meu pai vos castigou com açoites, mas eu vos castigarei com escorpiões.

A narrativa bíblica conta, com palavras concisas, a continuação:

> Jeroboão e todo o povo, no terceiro dia, voltaram a Reoboão, como o rei determinara. E o rei respondeu ao povo duramente, e lhe falou conforme o conselho dos jovens. Quando o povo de Israel viu que o rei não lhe dava ouvidos, disseram-lhe, "Que parte temos nós com Davi? Não há para nós herança no filho de Jessé. Às tuas tendas, ó Israel! Provê agora à tua própria casa, Davi!" E o povo se retirou.
>
> Reoboão reinou sobre os que habitavam nas cidades de Judá; mas quando ele enviou Adorão, que estava incumbido dos tributos, o povo de Israel o apedrejou até a morte. E o rei Reoboão fugiu para Jerusalém. Assim Israel se rebelou contra a Casa de Davi. E chamaram Jeroboão à congregação, e o fizeram rei sobre Israel. E a Casa de Davi foi seguida somente pela tribo de Judá.

O Reino Setentrional

O primeiro dos dezenove reis a governar Israel durante os dois séculos subseqüentes foi o chefe da revolta, Jeroboão, que, com a morte de Salomão, retornara do exílio. Já antes, durante o reinado de Salomão, ele havia tentado revoltar-se, mas fora obrigado a fugir e buscar asilo na corte do faraó Shishak I. Pouco se sabe de sua administração. Tirza, próximo de Siquém, foi sua capital. Mas o Templo em Jerusalém retinha a lealdade e afeição do povo. Para concorrer com a atração de Jerusalém, erigiu santuários próprios de Israel nos dois extremos de seu país: em Dan e Betel, onde antigas tradições religiosas ainda sobreviviam na lembrança popular. No Livro dos Reis é Jeroboão censurado por ter aberto o caminho à reintrodução do

A Queda de Israel e Judá

culto de Baal e outras formas de idolatria em Israel. É bem possível que haja alguma base concreta para tal afirmação. A pureza religiosa nunca fora completa em Israel, mas sempre diluída pela presença de populações estrangeiras, e Jeroboão pode ter adaptado sua política a essa realidade.

O reinado de Jeroboão durou vinte e um anos — um reinado longo na história do norte, onde rivalidades tribais, usurpações e conflitos internos provocavam freqüentes mudanças de poder monárquico. Depois dele teve o país apenas dois períodos de descanso: o primeiro, com a ascensão da dinastia de Omri, e o segundo, com a sucessão de Jeroboão II (793-753), da dinastia de Jeú, a qual se manteria por um século. Mas, de um modo geral, a história foi de crises dinásticas acompanhadas de agitação social. Invasões estrangeiras devastaram o país, e pesados tributos a potências alienígenas esgotaram seus recursos.

Uma recuperação política manifestou-se com o estabelecimento da dinastia de Omri (876-842). Não há dúvida que Omri e seus sucessores, com políticas resolutas, prolongaram a existência de seu reino. Omri foi o primeiro governante a estabelecer relações amistosas com Judá. Isso lhe deu liberdade de ação em suas relações exteriores. Conseguiu reconquistar grande parte do território perdido. Também restabeleceu ligações estreitas com a Fenícia, e fortaleceu a aliança casando seu filho Acab com Jezebel, uma filha do rei de Tiro. Seu objetivo era resistir a Aram, a nascente potência com centro em Damasco.

Com a paz e relativa prosperidade adveio uma tendência para a urbanização. Samaria tornou-se a nova capital e deu seu nome a todo o reino. Ultrapassou todas as outras cidades em tamanho e poder econômico. Mas na sociedade urbana os profundos antagonismos sociais se acentuaram. A prosperidade ficou restrita a uma classe superior. Mas a gente do povo, lavradores e artesãos, viu que entre eles e seus senhores ampliava-se a separação. Secas freqüentes, juntamente com outras pragas, agravavam a situação dos pobres.

Nessas circunstâncias a crise religiosa lançou uma sombra profunda. De sua terra natal Jezebel trouxera uma religião pagã que ela não só praticava abertamente como também tentou impingir a outros com ardor missionário. Um templo ao seu deus, Baal Melkart, foi construído em Samaria, e ocorreram apostasias por atacado, especialmente entre a velha população nativa. Por causa disso incorreu Jezebel no intenso ódio dos profetas.

A oposição ao novo paganismo era dirigida pelo profeta Elias e seu grupo de rebeldes. Acusaram Acab de participar

do culto idólatra de Jezebel, e desse modo fazer "mais para provocar a ira do Senhor Deus de Israel do que todos os reis de Israel que reinaram antes dele".

Os profetas não constituíam, porém, a única oposição à monarquia. A insatisfação, enquanto isso, se alastrara ao exército, especialmente durante a guerra de Acab contra Aram, país que viera adquirindo prestígio e poder. Ben Hadad II, rei de Aram, havia invadido a Samaria e exigido a rendição num degradante ultimato. Acab foi impedido de capitular por seus anciãos, que o obrigaram a resistir, e Ben Hadad foi repelido. Um ano depois, contudo, ele tentou nova invasão, dessa vez travando batalha na planície de Izreel. Considerava o Deus de Israel como sendo um deus montanhês e sentia-se mais à vontade em terreno mais baixo. Em oposição aos seus grandes exércitos estavam as tropas inferiores de Israel, que lhe pareceram "dois pequenos rebanhos de cabras". Durante seis dias os dois exércitos aguardaram a batalha. Quando esta irrompeu, no sétimo dia, os israelitas impeliram o inimigo para a cidade de Afek, cujos muros sobre ele fizeram desabar, soterrando entre as ruínas muitos dos soldados arameus. Embora Ben Hadad fosse feito prisioneiro, Acab mostrou-se clemente e deixou-o ir. Mais tarde fez uma aliança com Aram numa tentativa de opor-se ao perigo da Assíria que então assomava.

Mas a luta pela sucessão, conduzida por dissidentes no exército israelita, prosseguiu, sendo finalmente vencida por Jeú, o competente general de Acab. Usurpando o trono, Jeú assassinou a odiada Jezebel e todos os descendentes de Acab. E depois fundou sua própria dinastia, que duraria um século (842-745). Nenhum feito ilustre assinala os anos de seu reinado, em que Israel esteve constantemente ameaçado por Aram. Jeú pôde, na melhor das hipóteses, assegurar uma paz intermitente pagando pesado tributo à Assíria, a nova potência que surgia como rival de Aram. Esse acontecimento acha-se representado num famoso obelisco, descoberto no palácio assírio do rei Salmanasar, que mostra delegações de homens ajoelhando-se diante do monarca assírio.

Na desesperada luta de Samaria pela sobrevivência, a Assíria serviu, durante algum tempo, como coibição à agressão de Aram. Jeú assassinou não só toda a linhagem de Omri e seus adeptos, como também todos os sacerdotes e profetas dedicados ao culto de Baal. Sua revolução teve assim um caráter religioso. Inspirou-se no piedoso fervor que se apossara do país sob a influência de Elias, o trovejante profeta de Guilead, e que foi mantido por seu seguidor Eliseu.

A Queda de Israel e Judá

O Reino de Judá

Duas tribos se juntaram para formar o reino meridional: Benjamim e Judá. Esta lhe deu o nome.

A sorte de Judá estava em seu relativo isolamento e área reduzida. Era menos importante que Israel, fosse como inimigo ou aliado, nas lutas do Oriente Próximo. Ameaçava-o principalmente o expansionismo do seu vizinho do sul, o Egito, que, com a fundação de uma nova dinastia por Shishak, alcançava níveis mais altos de poder.

No quinto ano do reinado de Reoboão os exércitos de Shishak já estavam às portas de Jerusalém. Aparentemente não tinham planos para ocupar a capital, mas a invasão se espalhou por todo o país, devastando-o de uma extremidade à outra. A derrota total só foi evitada pelo pagamento de pesado tributo.

A guerra com o Egito continuou sob o sucessor de Reoboão, Asa, que também teve de enfrentar a agressão do reino de Israel. Asa teve êxito em afastar ambos os perigos. Ele resistiu aos egípcios e, subornando o rei de Aram para atacar Israel, aliviou a pressão que Judá sofria do norte.

Josafá, filho de Asa, muito fez para restabelecer a sorte de Judá, estendendo sua influência até Akaba e Edom meridional. As relações entre Israel e Judá também melhoraram. Foram fortalecidas por um elo matrimonial: Jeorão, filho de Josafá, casou-se com Atália, filha de Acab e Jezebel. Mas esse laço iria contrariar grande parte da população de Judá. Com Atália vieram deuses estrangeiros. O culto de Baal fez ali menos avanços do que no reino setentrional, mas muitos em Judá não podiam perdoar a ruptura da unidade religiosa da nação. Ao morrer seu marido, Atália tentou usurpar o trono, mas como estrangeira teve escasso apoio e foi finalmente assassinada. Um filho menor de Jeorão foi ungido rei, enquanto o sacerdócio ganhava influência e introduzia reformas para consolidar as antigas devoções e restaurar a unidade nacional.

Os dois países aparentados do sul e norte estavam outra vez a ponto de lutar.

O Fim do Reino Setentrional

Sob os sucessores de Jeú a agonia do reino setentrional duraria outros cem anos. Como patético vassalo de Aram só poderia perdurar enquanto comprouvesse à Assíria.

A Queda de Israel e Judá

Dos reis posteriores destaca-se Jeroboão II como um brilhante governante que, durante seu reinado de quarenta anos, trouxe ao reino seu antigo poder e riqueza. Conseguiu mesmo reconquistar território perdido, às custas de Damasco, que competia com a Fenícia pela supremacia sobre toda a Síria. Mas

o aumento de riqueza e o aguçamento das diferenças de classe trouxeram corrupção moral. O culto de Baal, que havia sido desbaratado por Jeú, foi restaurado. Tendo isso como fundo é que devem ser compreendidas as iradas explosões de Amós e Oséias. Esses profetas não viam salvação a não ser que fosse sustada a decadência moral e social em que o país havia sido mergulhado.

Enquanto as classes superiores acumulavam riquezas, os pobres caíam em desastroso declínio social. Amós, em suas esplêndidas tiradas, apareceu em cena como um eloqüente reformador social. O rei e os que o apoiavam, advertiu ele, haviam quebrado o Pacto com Deus: "Venderam os justos por dinheiro e os necessitados pelo preço de um par de sandálias." Amós, em nome de Deus, retratou o perigo moral de uma sociedade em que os poderosos mantinham os pobres sob pesado jugo.

As mesmas advertências foram também proferidas por Oséias, um israelita contemporâneo de Amós. Somente se Israel retornasse a Deus poderia a catástrofe ser evitada: "Volta, ó Israel, ao Senhor teu Deus; porque pelos teus pecados tens caído."

As advertências de Amós e Oséias seriam confirmadas. A dinastia de Jeú terminou, conforme começara, em meio à efusão de sangue.

Seis reis seguir-se-iam a Jeroboão II, um deles permanecendo no trono apenas um mês. A anarquia interna foi agravada pela nova ameaça do exterior. A Assíria estava pronta para atacar. Nem mesmo uma aliança, imaginada às pressas, com a Fenícia, Damasco e Egito, pôde evitar o perigo. Adveio a guerra e Israel foi lentamente desmembrado. A primeira província a cair foi Guilead. Sua população foi deportada. Irrompia novamente a guerra civil quando Oséias, o último dos reis israelitas, subiu ao trono em 732 a.C. Seu adversário assírio, Salmanasar V, sitiou Samaria durante três anos. O rei assírio seguinte, Sargão II, quebrou a resistência de Samaria e ocupou a cidade em 721 a.C., pondo assim fim, de uma vez por todas, à independência do reino setentrional. Nas inscrições que deixou para a posteridade Sargão vangloriou-se de sua conquista do "vasto país de Bet Omri" e dos "27 290 israelitas" que levou cativos.

Essa deportação deu origem a um duplo equívoco: primeiro, que havia dez tribos em Israel setentrional ao tempo de sua destruição; e segundo, que essas dez tribos ficaram "perdidas", para reaparecer depois em outra parte do mundo. De tempos em tempos pessoas de todo o mundo têm alegado descender dessas "Dez Tribos Perdidas". Mas não havia, na

A Queda de Israel e Judá

realidade, dez tribos distintas em Israel ao tempo de Sargão, o Assírio. Os exilados perderam-se como uma entidade. Foram absorvidos onde quer que fossem transplantados. Somente uns poucos dos descendentes dos exilados israelitas permaneceram fiéis ao seu Deus e conseguiram, cerca de 150 anos depois, juntar-se aos exilados de Judá. Os estrangeiros que se estabeleceram em Israel uniram-se por casamento com a população nativa e absorveram parcialmente suas tradições. Assim surgiu uma nova raça, a ser conhecida — pelo nome de sua capital, Samaria — como a dos samaritanos. Sem independência política, não podiam, nem física nem espiritualmente, ser identificados com os hebreus, cujo lugar haviam tomado. Sua evolução fez surgir entre os samaritanos um grupo antijudeu que resistiria à restauração de Jerusalém e do Templo quando os persas chegaram ao poder um século mais tarde.

A independência política e a identidade espiritual do reino de Israel tornaram-se coisa do passado. Era somente em Judá que, a partir de então, se achava encarnada a consciência nacional. A Samaria ficou sendo uma província assíria, administrada por funcionários assírios. Colonos estrangeiros foram transferidos para seu solo. A identidade política e espiritual das dez tribos ficou perdida para sempre.

Judá sob Tutela Assíria

Com o reino de Israel anexado pela Assíria, Judá viu-se cada vez mais atraído para as lutas de poder do mundo antigo. Desde o reinado de Acaz sua ilusória independência fora comprada à Assíria por tributos. O isolamento geográfico de Judá, que até então lhe oferecera uma espécie de proteção, ficou igualmente perdido. Estava como "uma árvore com galhos murchos, sentindo o machado assírio. . ." Jerusalém estava apenas a 48 km da guarnição assíria em Samaria. Enquanto Assíria e Egito competiam pela supremacia sobre a Palestina e Síria, a situação de Judá tornou-se crítica. Estava diante de uma opção crucial — permanecer dominado para sempre ou aproveitar-se da rivalidade entre Egito e Assíria a fim de se livrar do jugo estrangeiro.

Em 705 a.C. apareceu um momento propício para uma tentativa de libertação pelos povos submetidos à Assíria. Após o assassinato de Sargão II e a ascensão de seu filho, Senaquerib, viu-se Nínive assediada por luta interna. Um babilônio, Merodakh-Baladan, dirigiu a revolta em aliança com os reis de Sidon e Ashdod, e posteriormente com Ezequias de Jerusalém.

A Queda de Israel e Judá

Os profetas lançaram enérgicas advertências contra qualquer envolvimento. "Acautela-te e acalma-te", disse Isaías, "e

não desanime o teu coração por causa desses dois restos de tições fumegantes." Referia-se a Peká de Israel e Rezin de Aram que foram destruídos em sua rebelião contra o poder assírio. Mas não deram atenção às advertências dos profetas. Nos cento e vinte anos seguintes a história de Judá foi a de uma luta pela sobrevivência nacional, primeiro contra o poderio da Assíria e, quando esta caiu, contra os dois rivais pela sua herança: a Nova Babilônia e o Egito.

Judá encontrou um rei decidido em Ezequias. Celebrou uma aliança com a Babilônia, onde uma dinastia caldéia ascendera ao poder. Esperava ele que as forças unidas de Judá e Babilônia seriam capazes de assestar um golpe à Assíria. Os egípcios, também, tentaram deter o avanço assírio, mas foram derrotados em Ekron.

Em 701 a.C. os assírios precipitaram-se sobre Judá, destruindo todas as suas fortalezas e sitiando a capital. Ezequias foi obrigado a capitular diante das forças superiores de Senaquerib. Conta-nos a Bíblia que Jerusalém só foi salva por uma epidemia que irrompeu entre os soldados assírios. "Naquela noite saiu o anjo do Senhor e abateu 185 000 no acampamento da Assíria. . . E Senaquerib, rei da Assíria, partiu e foi e regressou a Nínive." Outras histórias atribuem o súbito afrouxamento do sítio à chamada de volta das tropas para abafar uma rebelião que havia irrompido na Babilônia.

Rompida a aliança antiassíria, Judá só poderia continuar a existir pela boa vontade assíria. Durante algum tempo reinou paz no país, e, com isso, uma reforma espiritual e religiosa liderada por Isaías.

A reação veio sob Manassés, governante de Judá durante trinta e cinco anos. Foi ele desde o início um vassalo da Assíria. A Palestina era constantemente invadida por tropas assírias a caminho do Egito. Para cada campanha assíria os povos vassalos tinham de fornecer soldados e dinheiro. À medida que aumentava a dependência da Assíria, tornavam-se mais enraizadas as influências estrangeiras. Era preciso respeitar os deuses dos dominadores. Manassés perseguiu os reformadores judeus e permitiu que o culto de Ashtar poluísse o próprio Templo. A Bíblia lembra-o "pelo mal que fez aos olhos do Senhor".

A Queda de Israel e Judá

Grandes mudanças ocorreram sob Josias (640-609). Foram possibilitadas por uma mudança nas condições externas. Enfraquecida por invasões vindas do norte, a Assíria desmoronou-se diante da Nova Babilônia e Egito. Josias aproveitou essa pausa para dar seu apoio a importantes reformas religiosas. A descoberta, no Templo, do "Código Mosaico" (que pode ter sido o Livro do Deuteronômio) despertou e alimentou um novo

entusiasmo religioso. Esse código, contendo as ordenações sociais e morais de Moisés, apresenta muitos indícios de haver sido redigido após a queda de Samaria. Foi então proclamado lei, lembrando constantemente aos hebreus que eram um povo sagrado e com um destino singular.

Josias foi inicialmente apoiado em suas reformas por Jeremias, mas o profeta depois se dissociou das mesmas quando viu que não tinham efeito profundo sobre a população.

Josias morreu em batalha, tentando interceptar uma invasão egípcia após a queda da Assíria. Poucos meses depois seu filho e sucessor foi feito prisioneiro e levado acorrentado ao vale do Nilo. Seu irmão, Jeoiaquim, foi entronado pelos egípcios como seu satélite e procônsul.

A esmagadora derrota do Egito pela Babilônia em Karkhemish, em 605 a.C., inaugurou um sombrio período de isolamento para Judá. Não tinha este nem aliados nem protetores. A Babilônia conhecia a fraqueza de Judá. Um exército foi mandado para Judá, sendo o país rapidamente submetido. Mas tão logo os babilônios afrouxaram sua vigilância, Jeoiaquim revoltou-se. A resposta babilônica foi violenta. Jerusalém foi sitiada. Embora a capital mostrasse uma inesperada resistência, caiu após três meses. Jeoiaquim foi morto durante o sítio. Foi sucedido por seu filho, Joaquim, que não tardou a ser levado preso. Durante dez anos, mais um governante fantoche, Zedequias, foi deixado no trono de Judá. Tomou-se de coragem Babastante para iniciar outra revolta; e dessa vez a fúria da Babilônia manifestou-se com brutalidade maior. Todas as fortalezas da Judéia foram arrasadas. O cerco de Jerusalém durou quase dois anos, após o que a esmagadora superioridade dos exércitos babilônicos obrigou à capitulação. Em 586 a.C. o Templo foi queimado. "E tomaram o rei e o levaram ao rei da Babilônia, a Ribla, e proferiram sentença contra ele. E degolaram os filhos de Zedequias diante de seus olhos, e acorrentado levaram-no à Babilônia." Os líderes de Judá foram deportados em massa para a terra dos conquistadores.

A História parecia ter fechado o círculo. Os descendentes de Abraão haviam deixado as margens do Eufrates na aurora da História. Voltavam então como prisioneiros e deportados. Judá estava em paz, mas devastado.

5 | Profecia

O MOVIMENTO PROFÉTICO é a expressão mais original e possante do pensamento hebraico. Era de caráter essencialmente religioso, mas de tal modo transcendeu a moralidade ritual e convencional que se tornou uma filosofia duradoura de conduta individual e social.

Os escritos proféticos foram compilados durante um período de 250 anos, abrangendo a queda dos reinos de Israel e Judá. As últimas fases dos principais escritos proféticos mal sobrevivem à queda de Jerusalém e à destruição do Templo. Este último golpe foi mais que uma derrota política: apresentava todos os indícios de um irrevogável julgamento histórico.

Durante gerações os profetas predisseram o colapso do estado hebreu. Em conseqüência, quando adveio finalmente o desastre, o povo viu-se pelo menos poupado da amarga indignação que provém de catástrofes incompreensíveis. Os profetas haviam fornecido resposta à indagação de seu destino. Seu tema era que Deus destruíra Sua própria criação. Mas se as terríveis ameaças dos profetas se revelaram verdadeiras, isso também não estimulava a crença em sua mensagem de consolo e redenção final? Desde que o castigo fosse suportado com humildade, e o arrependimento sinceramente sentido, ainda havia esperança para o futuro. O povo de Israel, politicamente dizimado, continuou a viver por sua fé, sustentado por promessa profética. Israel estava aparentemente acabado,

mas o judaísmo, como uma religião que transcendia o solo da Palestina, havia começado.

Os escritos proféticos que chegaram até nós são considerados como sendo os dos próprios profetas, transmitidos oralmente por discípulos contemporâneos. Para avaliarmos a significação interior dessa literatura temos de considerar se editores, ou discípulos, posteriores foram responsáveis apenas pela estrutura narrativa e arranjo dos livros, ou se intervieram na sua redação. Foi a profecia escrita alterada para se ajustar a novas circunstâncias e refletir idéias posteriores? A opinião de Yekhezkel Kaufmann é a de que "uma revisão internacional, contínua e em vasta escala não se acha, em parte alguma, em evidência. Está claro que os transmissores consideraram seu dever preservar o texto das profecias conforme o receberam."

"Não fui profeta, nem filho de profeta", diz Amós, o primeiro dentre os profetas literários. Não tem pretensões a outra designação intelectual: "...fui pastor e jardineiro." A inferência é que suas palavras eram oriundas de revelação, e não de perícia intelectual. De fato, os profetas clássicos foram visionários. Às vezes são descritos como taumaturgos, mas a magia não era sua verdadeira vocação. Motivava-os um chamamento individual, e vinham, freqüentemente com relutância, a um povo que não os procurara. Sua mensagem era plena de críticas e reprovações. Considerando-se elos de uma cadeia de mensageiros divinos que começou com Moisés, não procuraram inovar. Basearam sua legitimidade em sua fidelidade a antigos valores. Constantemente invocavam o primitivo pacto entre Deus e Seu povo. Como a maioria dos reformadores, aparentavam desejar uma restauração do passado, mas o que pediam era, na realidade, nada menos que a transformação radical de uma fé anterior. Nas palavras de Kaufmann: "Eles mais do que repudiar a religião popular se ergueram acima dela."

Se considerarmos a profecia clássica uma unidade distinta no pensamento hebreu, é importante lembrar que abrange quase três séculos de experiências agitadas e violentas. As circunstâncias políticas e sociais em que viveram os profetas foram marcadas por forte diversidade. E o profeta literário jamais ultrapassaria sua condição humana. Ele se considera como escolhido por Deus para mensageiro ao Seu povo. Mas isso não o faz sentir-se mais que humano. Ele não almeja a superioridade. Deixa-se ser abalado pela ira e tocado pela paixão. Pode ceder ao preconceito ou predileção. Tem momentos de fraqueza e hesitação. Pode mesmo cair em desespero. Intensamente individual, proclama idéias que refletem sua própria filosofia e temperamento. Os livros proféticos são obras

de criatividade pessoal. É, por isso, artificial procurar uma continuidade espiritual ordenada, levando sucessivamente de um profeta ao seu "sucessor". Mas não obstante todas as diversidades que marcam suas fases e expressões particulares, tem o pensamento profético uma unidade consistente básica. Possui também uma significação que transcende, de muito, os fatores temporais que ajudaram a criá-lo.

O óbvio princípio comum compartilhado por todos os representantes do pensamento hebreu é o conceito fundamental de "Um Deus, único criador e juiz do mundo, uma divindade não-mitológica e não-mágica — uma vontade suprema, liberta de destino ou compulsão". A implicação social e política desse conceito já havia sido sondada por profetas antigos como Samuel, Natan e Elias. A parábola de Natan sobre o homem pobre e o cordeiro (II Samuel, 12:1) permanece como um dos mais expressivos símbolos de espoliação; o "Não mataste e te apossaste?" de Elias (I Reis, 21:19) é uma concisa obra-prima de crítica social. Natan pode ser considerado como o "antepassado ideológico" de todos os que desafiaram a instituição monárquica invocando a sua arbitrariedade. Mas nem Natan nem Elias foram teóricos. Sua indignação dirigia-se contra fatos e incidentes específicos. E Samuel, não obstante sua convicção íntima, fundou a monarquia contra a qual advertira. Os primeiros profetas não foram capazes de generalizar suas experiências ou de elevá-las ao nível de um princípio.

A profecia clássica, por outro lado, envolveria uma completa reconsideração das relações humanas. Interessava-se não por fatos contingentes mas pela própria estrutura da natureza humana e social. Por independer de qualquer contexto histórico particular, acha-se a profecia clássica investida de um poder que nunca esmaecerá.

O Imperativo Moral

Os profetas não foram os primeiros a exigir moralidade. O bem e o mal eram noções existentes antes de eles aparecerem em cena. Mas eles foram, com certeza, os primeiros a definir a essência desses conceitos, independentemente de qualquer ritual ou comportamento imposto. Segundo eles, a essência do que Deus exige do homem não é de culto e sim moral: a bondade humana é a realização da vontade de Deus na Terra. O culto em si mesmo não tem valor intrínseco ou transcendente.

A admoestação de Deus ao Seu povo "Detesto, desprezo vossas festas. . ." (Amós 5:21) deve ter parecido estranha ao auditório do profeta. Supunha-se que Deus, afinal, deveria estar

grato pelos sacrifícios que Lhe eram oferecidos. A exigência de Amós pôs todo o culto sob nova luz: Deus de modo algum depende disso, já que o culto é apenas uma manifestação de Sua graça para com o homem. Seu único sentido é simbólico: é útil se inspira um conhecimento de Deus. Mas onde "não há lealdade... nem conhecimento de Deus no país..." (Oséias 4:1), o culto, separado de sua finalidade interior, torna-se uma profanação do nome de Deus.

Porque eu quero a virtude (*khessed*), e não o sacrifício,
E o conhecimento de Deus mais que os holocaustos.

OSÉIAS 6:6

A palavra hebraica *khessed* não tem um equivalente único; significa piedade, bondade, amor, graça. Significa o instinto natural que faz um homem usar a bondade sem constrangimento. Não só prefere Deus *khessed* a holocaustos; isso é, de fato, tudo que realmente se exige do homem:

Disseram-te, ó homem, o que é bom,
E o que o Senhor quer de ti:
Praticar a justiça, e amar a caridade,
E andar humildemente com o teu Deus.

MIQUÉIAS 6:8

Daí os veementes ataques à idolatria em suas variantes expressões. "Ter-se afastado de Deus" não significa necessariamente a adoração de divindades estrangeiras. É, com freqüência, usado para qualificar a maneira impura de os homens adorarem Deus. Uma vez que o povo não resistiu à sedução dos ritos pagãos e se submeteu ao "espírito da prostituição" (Oséias 5:4), Deus não aceitará seu culto.

"Prostituição e vinho tiram o coração..." Um homem governado pelos desejos não pode mais conhecer Deus. Prostituição e embriaguez são incompatíveis com bondade e humildade.

Precedentemente, a idolatria fora considerada como um caminho pecaminoso a ser evitado especificamente por Israel, a quem Deus dera a conhecer o significado da verdadeira devoção. Isaías é o primeiro a encarar a idolatria como uma fraqueza humana não proibida somente a Israel. Isso assinala o início do universalismo profético. A conexão entre idolatria e orgulho nacional ainda está para ser encontrada, mas os papéis de causa e efeito acham-se invertidos. A idolatria passa

Profecia a ser concebida como resultado de orgulho humano. "A sabe-

doria pela qual o homem é criador e pode controlar a natureza tornou-se sua pedra de tropeço. Confiando em seu poder, ele faz deuses para si. Adorando-os, ele venera a si próprio."

Também está cheia a sua terra de ídolos;
Inclinaram-se perante a obra de suas mãos,
Daquilo que seus próprios dedos fabricaram.

ISAÍAS 2:8

A idolatria não somente apaga Deus. Ela alimenta a ambição do homem de oprimir seus semelhantes. Por isso, é a idolatria a fonte de todos os males sociais e morais no mundo. Isaías fica fascinado pela aspiração humana de atingir alturas ainda maiores, conforme simbolizado pela Torre de Babel, altas muralhas ou fortificações. Essa ambição representa a vã procura de domínio. Conseqüentemente, o fim da idolatria será anunciado pela "queda das torres", quando tudo que é orgulho e grandiosidade for abatido:

Porque o Senhor dos exércitos terá um dia
Contra todo o soberbo e altivo,
E contra tudo que se eleva, para que seja abatido.
E contra todos os cedros do Líbano
Que são altos e majestosos,
E contra todos os carvalhos de Basã;
E contra todos os montes altos,
E contra todas as colinas elevadas;
E contra toda torre alta,
E contra todo muro fortificado.

ISAÍAS 2:12-15

Justiça Social e Política

Quanto mais urgentemente fosse necessária essa moralidade, tanto menos poderia ser deixada por conta do indivíduo como matéria de opção deliberada. Pela primeira vez na História faz-se referência à moralidade como um fator decisivo na vida nacional. As mais veementes exprobrações dos profetas tratam da corrupção social. Mas não se restringem mais a meras denúncias, como o haviam feito Natan e Elias. Os primeiros profetas consideraram Davi e Acab como responsáveis únicos pelos crimes que cometeram, e só a eles atingiria a punição. Mas já agora a nação inteira seria responsabilizada, e ameaçada com nada menos que a perda de sua própria existência.

Profecia

Israel e Judá serão julgados por "vender o justo por dinheiro" (Amós 2:6).

Ouvi a palavra do Senhor, vós príncipes de Sodoma; prestai ouvidos à lei do nosso Deus, vós povo de Gomorra.

De que me serve a profusão de vossos sacrifícios? diz o Senhor. Estou farto dos holocaustos de carneiros, e da gordura de animais nutridos; e não folgo com o sangue dos bezerros, nem de cordeiros, nem de bodes.

ISAÍAS 1:10-11

E quando estendeis as vossas mãos, escondo de vós os meus olhos; sim, quando multiplicais as vossas orações, não as ouço, porque as vossas mãos estão cheias de sangue. Lavai-vos, purificai-vos; tirai a maldade de vossos atos de diante dos meus olhos; cessai de fazer mal; aprendei a fazer bem; praticai o que é reto, ajudai o oprimido, fazei justiça ao órfão, defendei a viúva.

ISAÍAS 1:15-17

Há uma constante ênfase sobre a culpabilidade da classe governante.

Ouvi agora, vós, chefes de Jacó
E príncipes da casa de Israel:
Não é a vós que cabe saber a justiça?
Vós que detestais o bem e amais o mal;
Que arrancais a pele de cima deles,
E a sua carne de cima dos seus ossos;
E que comeis a carne do meu povo,
E lhe arrancais a pele,
E quebrais seus ossos;
E os repartis como para a panela,
E como carne no meio do caldeirão.

MIQUÉIAS 3:1-3

Portanto, por causa de vós, Sião será lavrada como um campo,
E Jerusalém se tornará em montões de escombros
E o monte da casa como lugares altos de um bosque.

MIQUÉIAS 3:12

Profecia

Os opressores são, com freqüência, identificados com a nova classe não-patriarcal de funcionários reais estabelecida pelo monarca. Oséias chega mesmo a denunciar a própria monarquia como sendo uma rebelião contra Deus:

Para tua perda, ó Israel,
Te rebelaste contra mim, contra a tua ajuda.
Onde está agora o teu rei,
Para que te guarde em todas as tuas cidades?
E os teus juízes, dos quais disseste:
'Dá-me um rei e príncipes!'
Dei-te um rei na minha ira
E tiro-o em minha indignação.

OSÉIAS 13:9-11

Samuel, em um momento de franqueza, teria certamente aprovado essa arrebatada oração.

As atitudes políticas dos profetas estão intimamente ligadas às suas concepções éticas. O princípio que ressalta é o da total condenação do militarismo como a pior expressão de orgulho pagão. A Assíria, encarnação do poder militar, será punida — mas não por seus feitos:

Por isso acontecerá que, havendo o Senhor acabado toda a sua obra no Monte Sião e em Jerusalém, punirei o fruto do arrogante coração do rei da Assíria e a pompa da altivez dos seus olhos.
Pois ele disse:
Com a força da minha mão fiz isso,
E com a minha sabedoria, porque sou sagaz;
Eu removi os limites dos povos,
E roubei os seus tesouros,
E derrubei os que se sentavam sobre tronos.

ISAÍAS 10:12-13

Se a confiança de Israel no poder militar é um pecado moral, também representa um crime religioso, pois implica não confiar em Deus:

Ai dos filhos rebeldes, diz o Senhor,
Que tomam conselho, mas não de Mim;
E que formam projetos, mas não de Meu espírito,
Para acrescentarem pecado a pecado;

Que descem ao Egito,
E não perguntaram à Minha boca;
Para se refugiarem sob a proteção do Faraó,
E se abrigarem à sombra do Egito!

ISAÍAS 30:1-2

Israel deveria, de preferência, ter buscado sua salvação através de serena e resignada confiança em Deus:

Porque assim diz o Senhor Deus, o Santo de Israel:
Em estardes quietos e repousardes estará a vossa salvação,
No sossego e na confiança estará vossa força;
Mas não quisestes.
Dizeis: Não, sobre cavalos fugiremos;
— Portanto fugireis;
E sobre cavalos ligeiros cavalgaremos;
— Por isso serão ligeiros os vossos perseguidores.

ISAÍAS 30:15-16

A profecia também abrange a crítica política. Ao procurar opor-se à Assíria através de uma aliança com o Egito, comete Israel exatamente o mesmo pecado pelo qual a Assíria há de ser punida. Assim a luta pela independência torna-se manifestação de desafio a Deus. A submissão, pelo contrário, passa a ser símbolo de contrição e arrependimento. Paradoxalmente, a rendição total é o único caminho para a salvação:

Assim diz o Senhor, Deus dos Exércitos, Deus de Israel: 'Se voluntariamente saíres aos príncipes do rei da Babilônia, então viverá a tua alma, e esta cidade não se queimará a fogo; e viverás tu e a tua casa.'

JEREMIAS 38:17

Profecia

Uma atitude dessas nos dias dos poderosos impérios da Assíria e Babilônia representa, indubitavelmente, um dos cumes mais elevados que o idealismo religioso e moral jamais pode atingir. E no entanto, não se pode deixar de estranhar como aos mensageiros de Deus faltava o mínimo sentimento de patriotismo comum. Poderia sua filosofia, por mais elevada, ter sufocado qualquer sentimento de honra nacional? Pa-

rece que em última instância tal não aconteceu. Na crise suprema, quando Judá é invadido e Ravshake ordena sejam abertas as portas da cidade, Isaías — e somente Isaías — pede ao rei que resista, em contradição completa com a política de resignação que anteriormente vinha advogando. A Santa Jerusalém não poderia submeter-se à Assíria pagã.

A virgem filha de Sião te despreza e zomba de ti
A filha de Jerusalém meneia a cabeça por detrás de ti.
A quem insultaste e blasfemaste?
Contra quem alçaste a voz
E ergueste os teus olhos ao alto?
Contra o Santo de Israel!

ISAÍAS 37:22-23

As circunstâncias e seu próprio temperamento tornavam, por outro lado, tal impetuoso otimismo impossível para Jeremias. Ele nunca volta atrás do seu apelo à rendição; mas sua lamentação é prova suficiente de seu amor por Israel. Ele tentara interceder a seu favor, mas Deus lhe dissera, "Não favoreças esse povo", e não havia como se opor à palavra de Deus. Podia apenas amaldiçoar o dia em que nascera.

Até extremistas na aceitação do destino, como Oséias e Miquéias, não podiam conformar-se com a destruição total de seu povo:

Como te deixaria, Efraim?
Como te entregaria, Israel?
Como te faria como Admá?
Como te poria como Zeboim?
Meu coração se volta dentro de mim,
Meus pesares despertam juntos.

OSÉIAS 11:8

Pois mesmo se Israel é indigno, Deus perdoará o "restante da Sua herança". O povo será redimido em consideração aos patriarcas:

Mostrarás fidelidade a Jacó e piedade a Abraão,
Como juraste a nossos pais desde os dias antigos.

MIQUÉIAS 7:20

O Fim dos Tempos

A noção de redenção final é fundamental na idéia profética. Psicologicamente aparece como expressão da relutância dos profetas em admitir a perdição definitiva de Israel, mas não significa que suas aspirações e pensamentos fossem destituídos de consciência nacional. Os profetas da desgraça nacional estavam, à sua maneira crítica, animados de um espírito nacional que não se satisfaria com a simples sobrevivência de Israel. Sua escatologia baseia-se na idéia da supremacia de Israel. Não se trata, certamente, de uma vulgar supremacia de força e poder. Israel há de governar o mundo não pela força das armas mas somente por seu espírito. O "povo eleito" foi incumbido de uma missão: é através de Israel que a humanidade aprenderá a "conhecer Deus e seguir seus mandamentos".

Por mais elevados que possam ter sido seus conceitos, os profetas não foram utopistas ingênuos. Quanto mais alto seu ideal, mais cônscios estavam de sua inatingibilidade. Mesmo, porém, que o objetivo não pudesse ser alcançado, poderia ele, não obstante, indicar uma direção de conduta. A realização dar-se-ia ao "fim dos tempos".

Tendo assim feito a necessária concessão à realidade, o profeta dá largas ao seu pensamento imaginativo. Em futuro remoto será Israel governado por um rei justo:

> E repousará sobre ele o espírito do Senhor, o espírito de sabedoria e inteligência, o espírito de conselho e fortaleza, o espírito de conhecimento e de temor do Senhor;
> E deleitar-se-á no temor do Senhor; e não julgará segundo a vista dos seus olhos, nem repreenderá segundo o ouvir de seus ouvidos;
> Mas com justiça julgará os pobres, e com eqüidade repreenderá os humildes; e ferirá a terra com a vara de sua boca, e com o sopro de seus lábios matará o mau.
> E a justiça será o cinto dos seus lombos, e a verdade o cinto dos seus rins.
>
> ISAÍAS 11:2-5

Não é apenas à humanidade que está assegurada a graça de Deus. O mundo animal, igualmente, será reformado e cessará a milenar hostilidade entre homens e animais:

Profecia

> O lobo morará com o cordeiro
> O leopardo se deitará com o cabrito
> . . .E uma criança pequena os guiará.

. . . A criança de peito brincará na toca da áspide
. . . Não farão mal nem dano algum em todo o meu monte santo,
Porque a terra se encherá do conhecimento do Senhor
Como as águas cobrem o mar.

ISAÍAS 11:6-9

Este é o clímax predestinado da visão do "fim dos tempos", quando

. . . O monte da casa do Senhor se firmará no cume dos montes
E se exalçará por cima dos outeiros;
E afluirão a ele todas as nações.

ISAÍAS 2:2

Não é isso simplesmente um local de culto; é, antes, um lugar de onde emanarão justiça e lei para toda a humanidade:

Porque de Sião sairá a lei
E de Jerusalém a palavra do Senhor.

ISAÍAS 2:3

Aqui atingimos o centro ideológico da escatologia profética. No clímax da História a humanidade está reunida, todos os homens e nações compartilharão a divina graça que no passado fora prometida somente a Israel. Iguais ante a justiça de Deus, todos os povos do mundo compartilharão igualmente Sua graça ao "fim dos tempos". Então Deus dirá, "Bendito seja o Egito, meu povo, e a Assíria, obra de minhas mãos, e Israel, minha herança" (Isaías 19:25).

É provável que uma tal perspectiva não provocasse entusiasmo num Israel oprimido pela Assíria e traído pelo Egito. Mas a mensagem profética não corteja a popularidade. Além de suas implicações políticas, a visão de Isaías do "fim dos tempos" ergue a cortina de um horizonte de fraternidade universal, quando os povos não lutarão um com outro, quando

. . . Converterão suas espadas em relhas,
E suas lanças em foices;
Não levantará espada nação contra nação,
Nem aprenderão mais a guerrear.

ISAÍAS 2:4

Nesse ponto o papel de Israel como depositário da verdadeira religião é quase que evidente por si mesmo: libertar a humanidade da idolatria que obstrui sua salvação. Pois, conforme o compreendia Isaías, não pode haver redenção para o homem a não ser que ele domine a autodeificação. Tem de abandonar a adoração de suas próprias criações, e libertar-se de sua ânsia de poder, avareza, dominação e culto do estado. Não pode haver redenção até que o homem reconheça como transcendentes e divinas as suas obrigações morais. Nenhuma forma de governo, nenhum nível de bem-estar material salvará os homens. Estes só serão redimidos quando "torres caírem, e Jerusalém triunfar sobre a Babilônia".

O que está em jogo, finalmente, é não só a inteligência mas também o sentimento. O homem tem de transformar seu coração. A salvação, dizem-nos os profetas, é predeterminada pelo arrependimento. O ato redentor de Deus espera pela iniciativa do homem.

6 | Exílio e Retorno

A HISTÓRIA DE ISRAEL assume uma característica singular com o cativeiro babilônico. Muitos povos têm preservado seu nacionalismo em seu próprio solo, mesmo sob conquista estrangeira. Mas nunca antes havia qualquer povo preservado sua identidade nacional e distintividade espiritual no exílio por milhares de anos, com suficiente vitalidade para assegurar um renascimento. A singularidade do judaísmo estava nesse extraordinário poder de florescer na Diáspora. Na Babilônia, sem dúvida, houve muita assimilação. A fonte de destino coletivo nem sempre foi mantida firme contra a erosão. Muitos havia que, segundo as palavras de Ezequiel, serviam a "deuses de madeira e pedra". Mas o núcleo principal permaneceu intacto. Manteve-se separado e único. De fato, o que parecia, de acordo com toda a lógica prévia e subseqüente, ser a condição de desaparecimento nacional tornou-se, em vez disso, a hora da reavaliação. O povo judeu proviera de Israel; o "judaísmo", como um sistema de idéias e um modo de vida, nasceu na Diáspora babilônica.

Não há maneira precisa de se saber quantos foram para o exílio. Houve ondas de deportação entre a captura de Joaquim e o assassinato de Guedalias, o governador judeu nomeado pelos babilônios após a queda do Templo em 586 a.C. Mas há provas convincentes mostrando que a nata da sociedade judaica foi exilada. Os líderes políticos e militares, os sacerdotes, os prósperos artesãos e os trabalhadores especiali-

zados foram banidos para a Babilônia. Estabeleceram-se em grupos coesos na Mesopotâmia central e na própria cidade de Babilônia. Joaquim, o rei, embora prisioneiro, foi tratado com real deferência. Seria ele pensionista de Nabucodonosor "todos os dias de sua vida". Ao falecer o monarca babilônico, em 562 a.C., Joaquim foi mesmo liberado da detenção. Enquanto viveu encarnou ele uma legitimidade real e manteve forte nos corações judeus a esperança de restauração.

Os cativos de Judá encontravam-se então na mais brilhante civilização do antigo Oriente Próximo. Não eram eles o único grupo estrangeiro na Babilônia. O império caldeu era uma sociedade cosmopolita, sua capital uma metrópole mundial. Babilônia ultrapassou todas as cidades antigas do Oriente. Foi maior do que Tebas, Mênfis e Ur, mais imponente do que Nínive.

Foi assim contra muitos atrativos e tentações que os judeus na Babilônia defenderam sua separação e identidade. Rodeados por povos estrangeiros, expostos aos grandiosos templos e santuários de deuses estrangeiros, os cativos judeus poderiam muito bem se julgar abandonados por seu próprio Deus. Mas embora participando da vida econômica e política da sociedade pagã, resistiram às influências da religião pagã. Outros prisioneiros, oriundos de nações pagãs, podiam facilmente adotar os cultos locais; os israelitas sabiam que sua crença monoteísta única ficaria preservada ou perdida conforme a força ou fraqueza de sua própria fidelidade.

Assim, com a extinção ameaçando-os, aproximaram-se mais de sua vocação profética. Sua fé assumiu a característica de uma posse democrática: abrangia toda uma comunidade étnica.

A tensão entre identidade e assimilação dominaria a história da nação por muitos séculos. Nunca chegou a ser completamente resolvida, quer na primeira Diáspora quer nas que se seguiram. Assimilação ou restauração? O dilema diante do qual se acharam na Babilônia tornou-se a preocupação dominante de judeus em muitos países e gerações. A balança parecia pender pesadamente para a assimilação. As influências do ambiente da nova Babilônia eram fortes. E havia vastas transformações agindo também no mundo exterior. O século VI a.C. foi uma das grandes épocas históricas. O Império Neo-Babilônico, fundado sôbre as ruínas da Assíria imperial, caíra como presa fácil para Ciro, que havia também submetido a Média e a Lídia (Ásia Menor). As fronteiras do Império Persa, que engoliu a Nova Babilônia, não tardaram a se estender da Índia e Ásia Central ao Egito e península Balcânica. No âmbito de um único império as culturas indo-iranianas confrontavam as antigas civilizações do Crescente Fértil, Egito e Fenícia,

Exílio e Retorno

e a cultura grega da Ásia Menor. Na história do pensamento religioso nenhum século pode se gabar de uma constelação mais ilustre de nomes que Confúcio, Lao-tsé, Buda, Pitágoras, Deutero-Isaías, Jeremias, Ezequiel, e, passando pela época de sua maior influência, Zoroastro.

Não é difícil imaginar que irresistível impressão esses movimentos súbitos e turbulentos devem ter causado a homens esclarecidos no mundo asiático. Certamente a quase simultânea expansão do zoroastrismo e judaísmo, do Egito ao Irã, acarretou na mente de todos os povos asiáticos ocidentais uma convulsão espiritual quase tão profunda quanto as vitórias militares persas na esfera política. "Raça que não reconhecia uma pluralidade de deuses", escreve Sidney Smith, "os homens de Israel e Judá haviam sido dispersos por muitas províncias pelos assírios e Nabucodonosor. Povos que não adoravam figuras de deuses em forma humana, os medos e persas chocavam-se com os povos civilizados da Ásia ocidental pelo leste... Algum esforço para reforma e esclarecimento do caos politeísta era necessário."

A essas influências atordoantes devemos acrescentar o desespero dos judeus ao meditarem sobre a destruição de seu país. Muitos acreditavam que os deuses da Babilônia haviam derrotado o Deus de Israel. O profeta Jeremias exortou-os a se conformarem com seu novo destino. "Edificai casas e habitai-as; e plantai jardins, e comei o seu fruto... e multiplicai-vos ali, e não vos diminuais. E procurai a paz da cidade para onde vos exilei."

Mas havia também outra idéia profética agindo. Ezequiel, que fora levado entre os exilados para a Babilônia, tornou-se sua voz. Prometeu ele que o exílio seria temporário. Com esplêndida eloqüência defendeu a esperança de um retorno. Mas enquanto isso, a vida tinha de ser adaptada e reorganizada para preservar a unidade e identidade nacional. Em seus esforços para afastar a assimilação, o judaísmo babilônico enfatizou a preservação de antigas tradições e da continuidade literária e religiosa. Surgiu uma nova criatividade literária. A parte principal da Torá (Pentateuco), cujos componentes mais importantes já havia muito estiveram em existência, foi reunida e sistematizada. A maioria dos eruditos modernos é de opinião que a parte histórica da Bíblia, do Gênese a Reis, deve ter sido registrada por escrito durante esse período de exílio. A composição das Lamentações e dos Salmos também pertence a esse tempo. Todo esse trabalho foi executado pelos escribas e sacerdotes, que eram os chefes espirituais dos exilados e suas comunidades.

Exílio e Retorno

O exílio separara o povo do culto e sacrifício em seu Templo. A fé nacional não se achava mais encarnada em rituais

ou instituições materiais. Talvez por essa mesma razão seu credo básico tornou-se intensamente espiritual e abstrato. Jerusalém e o Templo transformaram-se em ideais. O retorno a Sião e a reconstrução do Templo passaram a ser o anseio máximo daqueles de quem Deus retirara Sua graça. A dor que afligira o povo através da destruição do Templo tinha de ser aliviada e remediada para que a honra de Deus fosse redimida. O anseio por Sião não nasceu de sofrimentos materiais. Os judeus na Babilônia eram uma gente econômica e engenhosa cujos níveis de vida em pouco tempo ultrapassaram os que haviam conhecido na Judéia. Quando finalmente veio a acontecer, o retorno dos exilados a Jerusalém, assim como a migração inicial de Abraão a Canaã, ilustrava o sacrifício do bem-estar material a uma idéia obsessiva.

Judá após a Queda

O país que os cativos haviam deixado desapareceu da atenção dos cronistas por cinqüenta anos. De fato, havia pouco a registrar, a não ser devastação e angústia. A terra assolada não tinha fontes de força das quais extrair renovação ou vitalidade. O Templo estava queimado e Jerusalém deserta. O governador babilônico estabeleceu sua residência em Mitzpah. Nabucodonosor havia transferido o submisso governador Guedalias da capital para a suposta segurança de Mitzpah. Mas um patriota fanático alcançou Guedalias em sua cidade de asilo e matou-o. O assassino era um descendente da Casa de Davi, Iokhanán ben Kerakh. A partir de então Judá seria administrado de Samaria.

A Babilônia não recolonizou Judá com elementos estrangeiros como o fizeram os assírios no Israel setentrional. Mas os povos de Moab e Edom, cujos reinos foram destruídos por Nabucodonosor, penetraram no território montanhoso da Judéia para se estabelecerem permanentemente em suas partes meridionais. Guilead e Galiléia, deixadas em paz pela potência ocupante, continuaram a manter populações judaicas bastante grandes. Assim também em partes do Neguev setentrional. O Egito após 586 a.C. não desempenhou mais qualquer papel nas questões da Palestina — pelo menos até o aparecimento dos Ptolomeus. Judá não podia se recuperar, a não ser que recebesse uma infusão de força de uma direção — os exilados na Babilônia, onde a vida judaica tinha seu centro de gravidade. Mas a Babilônia toda estava condenada. Era seu destino ocupar apenas um interlúdio entre os Impérios Assírio e

Exílio e Retorno

Persa. A preponderância da Pérsia raiou em 559 a.C., quando Ciro, o Grande, subiu ao trono. Livrou-se ele da suserania da

Média e deu início a uma campanha de conquistas rápidas. Foi seguido nesse caminho por seus sucessores Cambises e Dario, que estenderam a suserania persa até Cartago e a península do Peloponeso, onde a Grécia finalmente deteve a maré da expansão persa em direção ao ocidente. Ciro consolidou suas possessões asiáticas derrotando os lídios (549 a.C.). Em 539 a.C. já havia assestado um golpe mortal na Babilônia. Por duzentos anos a Pérsia permaneceria como centro do mundo antigo, incontestado até Alexandre, o Grande, aparecer em cena. A dinastia que fundou o Império Persa continuou a reinar durante todo o período de seu domínio.

De todos os governantes despóticos da Antiguidade foram os persas os mais liberais. Possuíam um talento para a administração e demonstraram tolerância para com os vários grupos étnicos vivendo em seu meio. Às diversas civilizações que haviam caído sob sua dominação permitiram sobreviver em liberdade nacional e espiritual. Embora a religião fosse um elemento fundamental na cultura persa, não se fez nenhuma tentativa de impor o culto persa aos novos súditos do reino.

O Retorno a Sião

Com a queda da Babilônia, a Palestina e Síria tornaram-se parte do Império Persa, e nessa situação permaneceram até a Pérsia ser conquistada por Alexandre, o Grande, em 332 a.C. Não existem provas arqueológicas que tragam esclarecimentos sôbre os duzentos anos de domínio persa na Palestina.

Judá tornou-se parte de uma das vinte satrapias administrativas em que foi dividido o Império Persa. O historiador grego Heródoto relata que a quinta satrapia incluía a Fenícia, Síria, Palestina e Chipre. Em seus escritos a palavra "Palestina" aparece pela primeira vez como um nome coletivo, tendo sido usada antes apenas para a área ocupada pelos filisteus. (Os invasores gregos estabeleceram seu primeiro contato com as áreas costeiras e aplicaram sua denominação ao país todo.)

Ciro, que subiu ao trono da Pérsia em 559 a.C., desempenharia um grande papel na história judaica. Sob sua proteção a visão profética de um retorno a Sião se realizaria. Tão logo anexou Jerusalém, emitiu seu decreto de retorno:

> Assim diz Ciro, rei da Pérsia: "O Senhor, Deus do céu, que me deu todos os reinos do mundo, encarregou-me de construir-lhe uma casa em Jerusalém, que fica em Judá. Quem dentre seu povo assim o desejar, que vá para Jerusalém e edifique a casa do Senhor, Deus de Israel. E que todo aquele que permanecer onde agora se encontra ajude

com prata, e com ouro, e com fazendas, e com gado, além das dádivas voluntárias para a casa do Senhor em Jerusalém."

ESDRAS 1:2-4

Os judeus da Babilônia não se ergueram como um só homem para enfrentar esse desafio. Só foi uma minoria, não mais de cinqüenta mil na primeira leva. Mas eram eles homens convictos e resolutos "cujo espírito Deus despertara para reconstruir a casa do Senhor em Jerusalém". "E todos os que ficaram fortaleceram suas mãos com vasos de prata, com ouro, com gado, e com outras coisas preciosas." A primeira restauração está ligada à liderança de Zerubabel, que foi inspirado pelos profetas Ageu e Zacarias para reconstruir o Templo.

O país ao qual os israelitas retornaram não era mais uma terra transbordante de leite e mel. Era, pelo contrário, "uma terra que devora seus habitantes". Os primeiros anos da restauração foram decepcionantes. Sobre os exilados que regressaram acumularam-se frustrações. A reconstrução do Templo foi um empreendimento difícil, dificultado ainda mais pelos esforços deliberados de obstrução por parte de não-judeus estabelecidos no país. Os alicerces ficaram prontos no segundo ano do retorno, mas a construção só seria concluída vinte anos depois, em 516 a.C. Quanto à magnificência, não podia ser comparado ao edifício construído por Salomão, mas o passar do tempo deu-lhe um crescente prestígio, até poder-se dizer, com razão, que "a glória da segunda casa foi maior que a da primeira".

As Reformas de Esdras e Neemias

Os acontecimentos em Judá após a consagração do Templo estão envoltos em trevas. Sabe-se muito mais sobre a crescente força da comunidade da Babilônia, cujo renascimento espiritual salvaria a mãe-pátria do declínio e elevaria um canto do Império Persa a uma posição de crescente influência sobre a vida do povo judeu e sobre toda a história humana.

Por todo o exílio haviam sido mantidos laços estreitos entre Jerusalém e a Diáspora. Quando chegaram à Babilônia notícias das condições desesperadas em que Judá se achava mergulhado, uma onda de solidariedade fraternal se apossou dos judeus babilônicos. Dois homens puseram-se à frente de um movimento para salvar Jerusalém da desintegração: Neemias em 444 a.C. e Esdras em 397 a.C. vieram a Jerusalém, onde reorganizaram a vida nacional tão eficientemente que a província foi capaz de enfrentar tempestades oriundas de tensão interna e hostilidade exterior. (Segundo o Cronista, Esdras

veio antes, em 457 a.C., e Neemias seguiu-o em 444, quando se associaram numa liderança conjunta. É, contudo, improvável que fossem contemporâneos. Segundo as Escrituras, Neemias encontrou à sua chegada uma população pequena, ao passo que Esdras encontrou uma população numerosa. O Cronista também relata que as muralhas da cidade haviam sido reconstruídas ao tempo da chegada de Esdras.) Neemias deu ao remanescente que retornou um *status* político e uma administração; Esdras reformou sua vida espiritual.

Neemias já atingira um cargo elevado na corte de Artaxerxes I quando recebeu permissão para visitar Jerusalém. Lá encontrou uma situação de intensa angústia. A população de Judá vivia no temor perpétuo de seus vizinhos na Samaria. As relações estavam tensas entre os exilados que retornaram e o remanescente que ficara e herdara suas propriedades. Pesados impostos afligiam cruelmente a população empobrecida.

O primeiro projeto de Neemias foi a reconstrução das muralhas de Jerusalém. Havia o receio de que isso poderia ser considerado pela Samaria como um ato hostil. Assim os construtores da muralha executaram a obra enquanto "uma mão trabalhava e a outra empunhava a arma". Em seguida era necessário pôr gente numa cidade cuja população era pequena demais para assegurar a defesa. Neemias permaneceu em Judá doze anos, tempo durante o qual empenhou-se intensamente para aliviar o sofrimento através de reformas sociais. E então voltou à Babilônia. Mais tarde retornou a Judá para novamente encontrar a situação deteriorando-se constantemente. Chegou a uma forte convicção de que eram necessárias reformas religiosas.

Esdras, o iniciador dessas reformas, trouxe consigo a Torá que fora registrada por escrito pelos escribas na Babilônia. A essência de sua reforma foi a imposição de um rigoroso código para organizar a vida comunitária, preservar a pureza étnica, e afirmar a santidade do destino de Israel.

As condições dessa lei estimularam o separatismo. Tanto Neemias quanto Esdras lutaram contra os casamentos mistos, o primeiro devido ao seu zelo pela pureza étnica, o segundo em virtude de sua visão de um povo singular, "um reino de sacerdotes". Com isso instituiu-se o precedente para a segregação voluntária nas coisas da vida e no desenvolvimento espiritual, segregação essa que, em séculos subseqüentes, protegeria a nação contra a erosão de sua identidade.

Desse modo uma comunidade judaica, vivendo no que era uma pequena província do Império Persa, foi capaz de cultivar e desenvolver suas crenças e valores longe do curso principal da civilização. Voltaria ao centro da História ao pisar Alexandre, o Grande, o solo asiático.

7 O Período Helenístico

"ENCHERAM a Cidade com ancoradouros e estaleiros, muros e impostos, em vez de com justiça e temperança." Este foi o veredicto de Platão sobre a transição da Grécia da glória ao declínio. A obsessão com o progresso material é, na melhor das hipóteses, apenas parte da explicação. Nunca houve um tempo, mesmo no ápice de sua criatividade, em que a sociedade grega fosse totalmente dominada por todas as qualidades de harmonia e equilíbrio, simetria e ordem, que suas maiores inteligências enunciavam e buscavam. O princípio democrático foi corroído pela escravidão. Um talento penetrante para a divisão afirmava-se a cada provação. A grandeza da Hélade estava não nas instituições que construiu, mas nas aldeias que alimentou. Ao tempo em que a Grécia e Israel se encontraram, ambos os povos já haviam dado à humanidade suas mais radiantes dádivas.

Mas se a época helenística foi um período de decadência para a Grécia, para os povos do Oriente que a Grécia penetrou na esteira do avanço de Alexandre rumo a leste proporcionou uma nova era de ressurgimento. Culturas antigas incorporaram-se à nova civilização. Velhas nações entregaram sua identidade em espontânea rendição a novos modos de vida e pensamento. Uma tradição somente resistiu à maré. Nem o crepúsculo do esplendor grego nem a aurora do poderio romano conseguiram abalar a tenaz auto-asserção dos judeus. O mis-

tério da preservação judaica encontra poderosa expressão na recusa de aceitar a assimilação à cultura grega e romana.

Quando Alexandre, em 334 a.C., lançou-se à sua carreira de rápida conquista da Ásia, Judá vivia em segurança sob domínio persa. Era uma província pequena, afastada das rotas comerciais costeiras que ligavam a Ásia à África. Síria, Fenícia e Samaria estavam entre Judá e o mundo mais amplo, relegando os judeus à obscuridade política e atraso mercantil. Com a conquista de Judá por Alexandre, em 332 a.C., teve início uma nova era. A partir de então a história judaica ver-se-ia presa em correntes mais amplas e fortes que ela própria.

As campanhas militares de Alexandre não contam toda a história do que realizou. Tinha ele uma intensa vocação cultural. Via-se como herdeiro de um esplêndido legado que ele estava destinado a reanimar e expandir. A tradicional imagem do helenismo como uma época de declínio surgiu em anos posteriores, quando o encanto da cultura ateniense pôde ser comparado às produções vulgares e formalizadas da arte e literatura helenísticas. Aqueles que viveram na era de Alexandre não tinham tal pressentimento. Uma sensação de autoconfiança elevava o mundo grego. A herança literária era reverenciada, e a cultura grega espalhou-se amplamente pelo Mediterrâneo e Oriente Próximo. Enquanto o declínio econômico e cultural afligia a Grécia continental, as cidades-filhas da Hélade ingressavam num período de criatividade que contrastava fortemente com a languidez e apatia da mãe-pátria. Pois Alexandre considerava o helenismo como um conceito que transcendia de muito a pátria grega. Ele casou-se com esposas persas, estimulou casamentos mistos, e persuadiu a sociedade à sua volta a seguir atitudes de tolerância e fraternidade para com os povos das colônias. O helenismo deveria ser um impulso do espírito, e não um nascimento fortuito.

Alexandre tornou-se o protetor de cientistas, a maioria dos quais — como ele próprio — era de discípulos de Aristóteles. Poucas de suas obras originais sobreviveram, mas sua perícia tecnológica ficou expressa e preservada nos monumentos que deixaram: as vias navegáveis, estradas, anfiteatros, e as novas cidades da era alexandrina.

O Período Helenístico

Na esteira das conquistas de Alexandre surgiram cidades gregas por toda a área do Mediterrâneo oriental. A expansão prosseguiu após sua morte em 323 a.C. Trinta cidades foram fundadas somente na Palestina, com templos e altares, ginásios e teatros. Os colonos macedônios e gregos das novas cidades fizeram do Oriente Médio uma versátil arena da cultura e modos de vida gregos.

Os Ptolemeus na Judéia

Após a morte de Alexandre foi a Palestina governada por dois regimes sucessivos. O Império Ptolemaico no sul, tendo o Egito como centro, governou a Palestina durante mais de um século, de 301 a.C. a 198 a.C. O Império Selêucida no norte, com base na Babilônia, trouxe à Palestina um helenismo mais assertivo e missionário quando obrigou o Egito a entregá-la em 198 a.C.

Houve, desde o início, uma profunda reciprocidade de influência entre os mundos judeu e pagão. O judaísmo foi, ao mesmo tempo, doador e receptor de novos discernimentos e disciplinas. Os gregos viam os judeus como um povo estranho, tenaz em suas peculiaridades herdadas. Mas eles também sentiram sua moral mais elevada. Descobriram uma "nação de filósofos" constantemente sondando os mistérios da natureza e do homem; um povo governado por sacerdotes e unido na fidelidade a uma lei oriunda de Deus.

O Deus dos judeus — invisível, transcendente e remoto — tinha uma atração especial para os não-judeus mais filosóficos e espirituais. Ocorreu uma onda de conversões. Muitos dos novos prosélitos não assumiram todas as obrigações, e poucos submeteram-se à circuncisão. Aceitaram, porém, o monoteísmo, observavam o sabá e as festas, e abstinham-se das mais grosseiras sensualidades e superstições do paganismo.

Não surpreende que os espartanos tivessem afinidades particulares com os judeus. Esparta, mais que qualquer outra cidade-estado grega, fora consolidada por tradições de lei e espírito comunal. A austeridade e os preceitos rígidos do judaísmo eram congeniais às mentes espartanas. Há um profundo simbolismo no fato de, quando o Sumo Sacerdote judeu, Jasão, foi expulso de Jerusalém, ter ele fugido para Esparta — uma cidade onde a autoridade era respeitada.

Houve, contudo, uma nítida diferença entre as reações de Judá e as da coletividade judaica de Alexandria ao avanço da Grécia. Judá resistiu à torrente e, por fim, procurou fazê-la retroceder com a revolta macabéia. Durante o século de dominação ptolemaica, a helenização permaneceu marginal à vida em Judá. Nas cidades gregas que circundavam seu país os judeus tinham abundantes oportunidades para aprender a língua e maneiras gregas. Mas as massas populares não foram afetadas. Somente as classes superiores viram-se arrastadas pelas fortes correntes da nova cultura. Dois partidos — os helenizadores e os anti-helenizadores — surgiram entre os judeus e travaram uma luta pela alma da nação.

O Período Helenístico

Os Judeus de Alexandria

Foi no Egito que a convergência de mentes judaica e grega alcançou sua maior força criadora. Os judeus de Alexandria criaram uma cultura original, marcada por características judaicas e helenísticas, que influenciou a filosofia do mundo antigo e, em particular, do cristianismo primitivo.

Judeus haviam chegado a Alexandria pouco depois da fundação da cidade-porto em 331 a.C. Seu núcleo foi formado por cativos judeus de Judá transferidos à força sob Ptolemeu I (323-263 a.C.). Os homens foram postados em fortalezas militares. Os velhos e crianças tornaram-se escravos. Pesquisas recentes revelam que a maioria desses escravos foi libertada sob Ptolemeu II Filadelfo (263-246 a.C.), um ato que ilustra a simpatia surgida entre a comunidade judaica e a corte ptolemaica.

Sob os Ptolemeus os judeus no Egito tiveram completa autonomia religiosa e cultural. Foram isentos de quaisquer deveres que entrassem em choque com sua religião. Não foram obrigados a prestar honras divinas ao rei. Os soberanos helenísticos viam os judeus como um elemento da população em que se podia confiar. Os imperadores romanos, em sua maior parte, seguiriam a política dos reis helenísticos em sua insistência de que Alexandria e outras cidades gregas permitissem aos judeus seguir, sem interferência, sua religião e costumes.

Aos olhos da Jerusalém ortodoxa o helenismo significava idolatria, impiedade, amoralidade, paganismo. A literatura e o pensamento gregos não penetraram na parte principal da vida judaica. Não eram muitos os judeus que tinham conhecimento da língua grega. Eles evitavam os teatros e ginásios, nos quais se expressava a atividade social e intelectual grega, e os elementos mais elevados da tradição grega achavam-se além de sua experiência. Resistindo à imposição forçada de cultura estrangeira, tinham a sensação de defender pios valores contra a imoralidade.

O Período Helenístico

Na Diáspora foi diferente. Aí a helenização teve um profundo impacto sobre os judeus. O grego tornou-se a língua materna dos judeus, que podiam estudar as obras dos filósofos gregos e descobrir nelas algo afim aos ideais hebreus. Assim o conflito íntimo que atormentava o judeu da Diáspora era mais intenso que o dos judeus de Jerusalém, que encaravam a nova cultura com vigoroso ceticismo. O encontro de judeu e grego na Diáspora deu origem a uma literatura rica e vívida, inspirada pelo espírito grego. Embora os escritores judeus defendessem sua herança contra as superstições da religião olímpica, julgavam-se, sob outros aspectos, como verdadeiros e orgulho-

sos expoentes da cultura helênica. Eram helenos de crença judaica.

A mãe-pátria e a Diáspora reforçaram-se mutuamente. A posição política da Judéia foi realçada por suas "colônias". Inversamente, a Diáspora buscava em Jerusalém reforço político e moral. Na época romana tinha Alexandria uma população estimada em meio milhão, dentro da qual os judeus constituíam importante minoria. Mas eles ocupavam dois dos cinco bairros da cidade. Filo relata que "havia sinagogas por toda parte". Os judeus possuíam suas próprias organizações comunitárias e instituições jurídicas, embora em negócios habitualmente recorressem à lei helenística vigente.

Embora vivendo em bairros separados, os judeus não tardaram a ficar sob o feitiço da metrópole grega em solo egípcio. Pois Alexandria era única em sua energia cultural. Possuía um museu e uma universidade para literatura e ciência. Seu maior orgulho era a biblioteca. O Egito, o país que produzira o papiro em que se escreveram livros, tornou-se uma fábrica de livros para todo o mundo mediterrâneo. Pergaminhos contendo as filosofias de Platão e Aristóteles e os ensinamentos dos estóicos chegaram às mãos de jovens judeus cuja língua era o grego.

Mas embora os judeus gozassem de ampla autonomia, não puderam alcançar integral cidadania alexandrina. Esta só estava disponível para aqueles que renunciavam à sua religião e adoravam os deuses da *polis*. Não muitos judeus parecem se ter convertido ao paganismo. Eles se assimilavam ao helenismo apenas nos aspectos não-religiosos de suas vidas, preservando seu santuário íntimo intacto contra a corrosão por crenças estrangeiras e pagãs.

Helenização sob os Selêucidas

Com o advento do domínio selêucida, em 198 a.C., o helenismo entrincheirou-se no próprio território judaico. Os selêucidas recusaram-se a deixar os judeus sossegados em seu isolamento espiritual. O partido governante em Jerusalém bajulava tudo que fosse grego e recuava de quase tudo que fosse judeu. O ressentimento ortodoxo diante de tal situação expressa-se no Livro dos Macabeus: "Naqueles dias saíram de Israel homens maus que convenceram a muitos, dizendo: Façamos um pacto com os pagãos ao nosso redor, pois desde quando nos separamos deles temos tido muito infortúnio." Os helenistas judeus esforçaram-se por fazer de Jerusalém uma *polis* grega, até o ponto de tolerar ritos pagãos na Judéia. Quando Antíoco IV

sos expoentes da cultura helênica. Eram helenos de crença judaica.

A mãe-pátria e a Diáspora reforçaram-se mutuamente. A posição política da Judéia foi realçada por suas "colônias". Inversamente, a Diáspora buscava em Jerusalém reforço político e moral. Na época romana tinha Alexandria uma população estimada em meio milhão, dentro da qual os judeus constituíam importante minoria. Mas eles ocupavam dois dos cinco bairros da cidade. Filo relata que "havia sinagogas por toda parte". Os judeus possuíam suas próprias organizações comunitárias e instituições jurídicas, embora em negócios habitualmente recorressem à lei helenística vigente.

Embora vivendo em bairros separados, os judeus não tardaram a ficar sob o feitiço da metrópole grega em solo egípcio. Pois Alexandria era única em sua energia cultural. Possuía um museu e uma universidade para literatura e ciência. Seu maior orgulho era a biblioteca. O Egito, o país que produzira o papiro em que se escreveram livros, tornou-se uma fábrica de livros para todo o mundo mediterrâneo. Pergaminhos contendo as filosofias de Platão e Aristóteles e os ensinamentos dos estóicos chegaram às mãos de jovens judeus cuja língua era o grego.

Mas embora os judeus gozassem de ampla autonomia, não puderam alcançar integral cidadania alexandrina. Esta só estava disponível para aqueles que renunciavam à sua religião e adoravam os deuses da *polis*. Não muitos judeus parecem se ter convertido ao paganismo. Eles se assimilavam ao helenismo apenas nos aspectos não-religiosos de suas vidas, preservando seu santuário íntimo intacto contra a corrosão por crenças estrangeiras e pagãs.

Helenização sob os Selêucidas

Com o advento do domínio selêucida, em 198 a.C., o helenismo entrincheirou-se no próprio território judaico. Os selêucidas recusaram-se a deixar os judeus sossegados em seu isolamento espiritual. O partido governante em Jerusalém bajulava tudo que fosse grego e recuava de quase tudo que fosse judeu. O ressentimento ortodoxo diante de tal situação expressa-se no Livro dos Macabeus: "Naqueles dias saíram de Israel homens maus que convenceram a muitos, dizendo: Façamos um pacto com os pagãos ao nosso redor, pois desde quando nos separamos deles temos tido muito infortúnio." Os helenistas judeus esforçaram-se por fazer de Jerusalém uma *polis* grega, até o ponto de tolerar ritos pagãos na Judéia. Quando Antíoco IV

Epifânio subiu ao trono após a morte de seu irmão, ele nem sempre teve de impingir à força o helenismo à sociedade judaica. Já encontrou preparado muito solo propício. Estabelecera-se um padrão que reapareceria em diversas épocas posteriores da história judaica. As classes superiores adotaram a cultura estrangeira, enquanto as massas, mais simples, apegaram-se firmemente à velha herança.

Não levando em conta a tradicional liberdade de Judá nas observâncias religiosas, Antíoco introduziu costumes pagãos em Jerusalém e nas povoações de Judá. Saqueou o Templo a fim de custear suas campanhas militares contra o Egito. Decidira que Judá seria tratada como todas as outras províncias selêucidas, e que os judeus deveriam ser obrigados a sair do seu particularismo.

Nossas próprias fontes não deixam dúvida quanto à ajuda ativa dos helenistas judeus a Antíoco. Jasão, o Sumo Sacerdote, alcançara o cargo subornando Antíoco. Exteriormente Jasão era o guardião da lei. Na realidade, colaborou com Antíoco, não só lhe fornecendo fundos como também fomentando os costumes gregos, de acordo com a política real de propagar a cultura helênica em todo o domínio selêucida.

Jasão construiu então um ginásio no qual jovens sacerdotes competiam nus em jogos atléticos. Em breve trocaram seu traje sacerdotal pelo grego. O gosto judeu pela helenização ultrapassava, às vezes, as exigências do próprio rei selêucida. Mas nem mesmo Jasão foi considerado suficientemente enérgico na promoção do helenismo. Foi sucedido por Menelau, que atingiu o cargo por suborno. Não surpreende que o povo se enfurecesse contra seus líderes. Houve um momento de esperança quando rumores sobre a morte de Antíoco alcançaram Jerusalém. Mas ele sofrera apenas uma derrota local que o obrigou a retirar suas tropas do solo egípcio. Seu ressentimento e fúria viraram-se então contra os judeus. Entrando na Judéia à frente de um vasto exército, massacrou milhares de judeus, profanou o Templo, e tornou ilegais as cerimônias sagradas da lei judaica.

A Revolta Macabéia

Os judeus, em sua história, haviam conhecido muitas dores, mas nunca antes tinham sido proibidos de praticar a sua fé. Levantaram-se em armas. A centelha da rebelião foi acesa em Modin, pequeno povoado ao sul de Jerusalém, aos pés dos montes da Judéia. Ali a chegada dos emissários do rei, concentrados na tarefa de fazer vigorar as leis pagãs, foi acolhida com

uma revolta aberta. Matatias, um sacerdote, e seus cinco filhos fugiram para as montanhas, reunindo em torno deles as massas devotas. Numa espantosa onda de coragem rebelde frustraram a política de Antíoco de assimilação forçada. O que conseguiram ultrapassou a sua mais alta ambição. Completa liberdade religiosa foi restaurada na Judéia e um estado independente, com fronteiras ampliadas, estabelecido sob seu governo.

Quando Matatias faleceu, em 167 a.C., seu filho Judá, chamado Macabeu (o Martelo), tornou-se o chefe da rebelião. Ele se destaca através das brumas do tempo como uma das grandes figuras militares da História — um líder de resistência com uma força indômita. Despertou o entusiasmo de camponeses simples e dirigiu-os numa luta de guerrilhas contra um poderio esmagadoramente superior. Foi, como muitas guerras religiosas, uma luta de poucos contra muitos. Após três anos de combates selvagens Jerusalém foi libertada e o Templo consagrado mais uma vez ao serviço divino. Esse acontecimento é comemorado na história judaica como Khanukah, a Festa das Luzes. Acima de suas conseqüências imediatas, permanece esse feito como símbolo da luta de uma nação para manter sua identidade espiritual contra força superior.

A paz com o inimigo fora das portas não pôs fim, contudo, às dissensões internas. Os partidos helenizantes conseguiram recuperar o cargo de Sumo Sacerdote. Repudiaram Judá e seus seguidores, e chegaram a convidar a Síria a intervir em seu favor. Judá Macabeu, que havia resistido ao tirano estrangeiro, foi morto nessa batalha mutuamente destrutiva. Dois outros irmãos Hasmoneus, Jônatas e Simão, que compartilhavam da habilidade militar de Judá, conseguiram transformar essa família de rebeldes numa dinastia reinante.

Ao morrer Simão, em 135 a.C., seu filho João Hircano subiu ao trono. Os Hasmoneus continuaram governando durante um século, mas com glória diminuída. Haviam eles perdido o contato com a vontade popular. Os prêmios que buscavam eram os que brilhavam no mundo exterior. A dinastia de libertadores nacionais esvaiu-se numa triste sucessão de mesquinhos imperialistas e déspotas. Os Macabeus, que haviam sofrido e lutado pela liberdade nacional, tornaram-se uma lenda esquecida. A ascensão de João Hircano (135-104 a.C.) inaugurou uma era de expansão. Sua política agressiva estendeu as fronteiras do país pela anexação da Transjordânia, Samaria e Iduméia. Hircano é responsável por um capítulo singular na história judaica; ele obrigou os idumeus a adotar o ju-

daísmo. Não há nenhum outro exemplo, em toda a História, dos judeus como agentes, e não vítimas, de conversão forçada. (Os judeus sofreriam terrível vingança por esse ato quando Herodes, o idumeu, mais tarde ascendeu ao trono.) Hircano assumiu o papel dual de Príncipe e Sumo Sacerdote; governo e aristocracia achavam-se então unidos contra o povo.

O Declínio dos Hasmoneus

O sucessor de João Hircano como rei e Sumo Sacerdote foi Aristóbulo, que obteve o trono após assassinar sua mãe e o irmão mais velho. Embora seu reinado durasse apenas um ano, ele entrou na História pelo horror dos seus atos brutais. Foi sucedido por seu irmão Alexandre Janeo, que ele prudentemente mantivera na prisão. Alexandre Janeo reinou vinte e sete anos. Ele também se tornou conhecido pelo seu poder e crueldade. Empreendeu uma guerra após outra, constantemente ampliando seu território mas não dando descanso aos seus cidadãos. Para ele a guerra não era uma relutante necessidade e sim uma paixão destruidora, para a qual o povo tinha de fornecer dinheiro e homens. Favorecendo os saduceus, ele afastou de si o povo. Os fariseus revoltaram-se abertamente. Em desespero, convidaram o rei sírio a apoiá-los contra o próprio amo. Nessa guerra civil Alexandre Janeo foi expulso da Judéia, para onde pôde voltar seis anos depois somente com a ajuda dos fariseus. Uma vez novamente seguro em seu palácio, mandou executar centenas de líderes fariseus. Assim, após apenas três gerações, os descendentes dos grandes Hasmoneus haviam destroçado tanto a estrutura que seus antepassados haviam construído quanto os ideais que a inspiraram.

Após a morte de Alexandre Janeo, sua viúva, Salomé Alexandra, tornou-se rainha. Seu reinado de nove anos foi o único período tranqüilo em oitenta anos de lutas dos Hasmoneus. Sob a influência benigna de seu irmão, Simão ben Shetakh, restaurou a posição dos fariseus e convidou Judá ben Tabai, juntamente com outros fugitivos de Alexandria, para reorganizar o sistema educacional. Salomé Alexandra foi o último governante independente de Judá. Seu espírito tranqüilo deteve, mas foi incapaz de fazer retroceder, a maré da luta interna. O ódio entre fariseus e saduceus continuou após sua morte em 67 a.C. Seus dois filhos, Hircano e Aristóbulo, lutaram pela sucessão. Hircano buscou o auxílio de Antipater, um idumeu, a fim de atacar seu irmão em Jerusalém, também necessitado de ajuda externa.

O Período Helenístico

Assim, quando Roma apareceu no palco da história judaica, a sorte da nação atingira um ponto baixo. Perdera ela sua

coesão interna. Suas visões elevadas haviam sido corroídas por sensualidade, e sua mente estava concentrada em ambições de poder e conquista que não tinha força para concretizar ou conservar.

Fariseus e Saduceus

Vimos que a história política de Judá durante a época grega e romana foi constantemente entrecortada por movimentos de controvérsia religiosa. Ao início do exílio o desenvolvimento espiritual achava-se em mãos dos sacerdotes e escribas. Durante a revolta dos Macabeus seus caminhos se separaram. Após a vitória dos Macabeus aparecem como duas seitas conflitantes. Do círculo sacerdotal vieram os saduceus. Dos escribas surgiram os fariseus.

A diferença entre fariseus e saduceus pode ser melhor compreendida em termos de suas posições sociais e sua atitude perante a lei. A massa da nação inclinava-se para o farisaísmo, cujo princípio fundamental era a rigorosa aplicação da lei a todas as esferas da vida no interesse da preservação nacional. Estavam prontos a abandonar o poder político em favor da glória espiritual. Seu próprio nome exprime a idéia de "renúncia". Como explanadores da lei tornaram-se os curadores da cultura da nação. Propendiam mais a impor deveres do que a conceder direitos aos seus seguidores. Mas mostravam-se sensíveis ao instinto popular e eram estimados.

Os saduceus representavam a classe sacerdotal e a aristocracia. Tentaram helenizar Judá ao tempo de Antíoco Epifânio, embora não fossem os únicos helenizadores. Em questões religiosas dissociaram-se do farisaísmo. Ignoraram praticamente o desenvolvimento da Lei Oral e insistiam na aplicação rígida somente da Lei Canonizada. Embora fossem sempre uma minoria, seu poder político, por vezes, foi grande. Como sacerdotes eram os guardiães do tesouro do Templo, e sua riqueza determinava seu preconceito social.

Sob os Hasmoneus o cisma entre os dois partidos se aguçara, com sucessivos governantes favorecendo um ou outro. Sob Alexandre Janeo o conflito explodiu em nada menos que guerra civil.

O fervor religioso dos saduceus concentrava-se no Templo e seus sacrifícios. Os fariseus não rejeitavam o Templo ou os privilégios da classe sacerdotal. Muita ênfase fora dada às formas rituais durante o exílio e a revolta macabéia. Mas os mestres farisaicos procuraram salvá-las da petrificação dando-lhes o espírito de instituições populares. Introduziram uma nova festa popular (*Simkhat Bet Ha-shoeva* — Festa da Pro-

cissão da Água). Popularizaram o sacrifício da Páscoa bem como a peregrinação a Jerusalém. Achavam que o judaísmo, tanto na Palestina quanto na Diáspora, precisava de algo mais vital que as exigências ritualistas de sacerdócio, Templo e sacrifícios. Revelou-se o farisaísmo como uma força surpreendentemente expansiva tendendo à flexibilidade e evolução. No judaísmo helenístico assim como no babilônico o farisaísmo dominou a cena popular, enquanto que o movimento dos saduceus permaneceu restrito à Palestina. O esforço dos saduceus de ignorar a evolução da Lei Oral deve ter alheado os judeus das comunidades egípcia, síria e babilônica, para as quais os costumes populares consagrados eram a essência do próprio judaísmo. Os saduceus não sobreviveram à destruição do Templo.

Uma das facções menores dos fariseus foi a dos zelotes, ativos na luta de guerrilhas contra Roma. Acreditavam no levante armado como um mandamento divino, visando à expulsão dos romanos. Líderes fariseus atacaram essa política. Para eles nenhum choque armado poderia decidir a luta com esse poderoso império, ao qual só se podia resistir com o poder do espírito. Não havia diferenças teológicas entre zelotes e fariseus, mas divergiam intensamente em sua apreciação das possibilidades políticas.

Os essênios, por outro lado, eram um ramo do judaísmo farisaico que racionalizava a pobreza e a fraqueza política como se fossem virtudes intrínsecas. Essa seita vivia principalmente em comunidades segregadas, conseguindo uma subsistência pobre com a criação de gado e ofícios simples. Concentrando-se na ética e preocupando-se com a justiça social, abandonaram o mundo a fim de se dedicarem às observâncias religiosas. A recente descoberta dos Pergaminhos do mar Morto, nas cavernas de Vadi Kumran, trouxe à luz muitos fragmentos dos escritos dessa seita. Alguns dos essênios viviam vidas rigorosamente disciplinadas em comunidades que podem ter servido de modelo para as ordens monásticas do primitivo cristianismo.

A Bíblia dos Setenta e Filo

A criatividade judaica durante o período helenístico deixou monumentos imponentes. A maior parte da literatura, contudo, permaneceu desconhecida aos judeus da Palestina. Os livros escritos pelo judaísmo helenístico foram preservados pela Igreja Cristã. Não foram incluídos na Bíblia judaica e sua situação de clandestinidade é expressa na palavra pela qual são conhecidos: Apócrifos.

O evento espiritual mais importante entre os judeus helenísticos foi a tradução do Antigo Testamento para o grego. Essa tradução, conhecida como a Bíblia dos Setenta, foi devida a um grupo em Alexandria, auxiliado por eruditos da Palestina, que iniciou sua tarefa durante o século III a.C. Conta a lenda que setenta tradutores foram fechados em setenta aposentos diferentes, e que todos saíram com uma versão exatamente idêntica. Não apraz pôr em dúvida uma crença tão atraente, mas a verdade científica leva-nos a acreditar que o trabalho de tradução foi longo, árduo e altamente contencioso. Durou cem anos, começando pelo Pentateuco e os Profetas. Como modelo literário a tradução tem escasso mérito. É mecânicamente literal, falta-lhe fluência, e, em respeito à sensibilidade pagã, demonstra uma consideração excessiva para com o leitor grego. Num esforço para tornar o texto integralmente compreensível ao leitor grego, idéias e termos gerais são com freqüência substituídos por conceitos puramente locais e nacionais. No entanto, nenhuma obra de tradução jamais teve efeito tão poderoso. Sem uma versão grega do Antigo Testamento os primeiros missionários cristãos não teriam sido capazes de converter não-judeus de língua grega, e o cristianismo nunca se teria tornado uma religião mundial.

A síntese entre a tradição judaica e o pensamento filosófico grego acha-se representada, do modo mais brilhante, em Filo de Alexandria. Viveu ele na meia-luz entre a velha e a nova era. Sua vida coincidiu com os reinados de Herodes e Agripa em Israel, e é ele um contemporâneo mais jovem de Hilel. Pertencia a uma das famílias mais ilustres de Alexandria. É fora de dúvida que visitou Jerusalém como hóspede de Agripa. Nele se combinam o estadista e o filósofo. Sua inteligência intensamente inquiridora foi levada à tarefa de estabelecer uma ponte entre o monoteísmo hebreu e o paganismo grego. Sustentava que todo o pensamento filosófico remontava à Lei Mosaica através da qual Deus revelara Sua vontade. A Torá, em sua opinião, era apenas outro nome para "sabedoria", e essa "sabedoria" (*khokhmah*) e *sophia*, ou ciência grega, eram a mesma coisa. Por muitos séculos, antes e depois de Filo, fizeram-se tentativas de vindicar o pensamento hebreu provando que se assemelhava a outra coisa. Afirmava Filo que o verdadeiro filósofo judeu deve inicialmente dedicar-se à cultura exterior, e, com esse treino, tentar investigar a filosofia mais sublime da Lei Divina.

Filo representa assim o desenvolvimento helênico extremo do judaísmo. Ele sustentava que não havia conflito entre fé e filosofia. Mas não convenceu os judeus de seu tempo, e

poucos não-judeus parecem ter cedido à sua argumentação a ponto de aceitar a Lei Mosaica como a verdadeira Lei Natural, e o judaísmo como a religião universal. Um historiador moderno descreveu-o como "um homem de conhecimentos vastos e intenções nobres, uma grande e inútil figura... A ponte que construiu não foi usada por aqueles a quem se destinava, mas por cristãos quando vieram para desenvolver seu dogma". O pensamento de Filo tornou-se o ponto de partida da filosofia cristã medieval; para gerações posteriores de judeus ele foi uma figura quase que desconhecida. Para a erudição cristã, contudo, permanece um vulto apropriado.

8 | Sob Domínio Romano

A HISTÓRIA do Império Romano no Oriente começa com a derrota de Cartago na segunda guerra púnica. O processo de consolidação durou um século e meio, no decorrer do que Cartago no ocidente e Corinto no oriente foram saqueadas. As conquistas de Pompeu e o estabelecimento do domínio romano na Ásia Menor e Síria foram as etapas culminantes na supremacia de Roma. Somente o Egito dentre os reinos helenísticos conservou alguma parcela de independência até 30 a.C.

Nenhum país mediterrâneo poderia esperar ser bem sucedido em desafiar o preponderante poder de Roma, que crescera de uma cidade-estado para um império maior que o de Alexandre. Roma impôs uma unidade política com a qual Alexandre apenas sonhara. Essa foi, de fato, sua mais brilhante realização. O historiador grego Políbio, em sua história universal, tratando dos anos 220-145 a.C. escreveu:

> Não posso acreditar que alguém seja tão estúpido que não queira saber como os romanos, em menos de cinqüenta e três anos, conseguiram submeter unicamente ao seu governo quase todo o mundo habitado — um feito sem precedentes na História.

Enquanto Roma conquistava o Império Helenístico, a cultura da Grécia conquistava Roma. A vida moral, cultural e intelectual de Roma foi dominada por uma civilização supe-

rior. O grego tornou-se o idioma das classes instruídas. Autores romanos produziram comédias e tragédias em grego para auditórios romanos. Escritores romanos escreveram a história de sua própria nação em grego. O estilo grego na arquitetura e arte foi seguido em toda parte. Construções públicas e particulares copiaram o modelo grego. Esculturas e pinturas gregas foram importadas e imitadas. Médicos, cirurgiões e professores eram trazidos da Grécia. Não menos profundo foi o impacto das idéias gregas sobre a religião e pensamento romanos. O estoicismo agradava à mente e temperamento romanos. Os deuses gregos infundiam respeito em Roma.

As condições econômicas sob o domínio romano passaram por grandes transformações. A economia da Itália fora principalmente agrícola. Mas os camponeses agora estavam sem terras ou haviam sido desarraigados por guerras constantes. A Itália estava inundada de trabalhadores escravos. A administração provincial enriqueceu-se pilhando os países ocupados. Em seu país investiu suas poupanças em terras, levando à criação de grandes propriedades que deixavam os pequenos camponeses sem terra e mesmo sem emprego, uma vez que trabalho escravo se achava facilmente disponível. Desse modo, um proletariado convergiu sobre a capital, seus instintos rebeldes retidos apenas por "pão e circo".

A constituição municipal de Roma foi incapaz de resolver os agudos problemas dos vastos territórios que haviam caído sob o controle romano. As províncias, por isso, tornaram-se presas dos governadores, em virtual independência, apoiados por seu comando de grandes exércitos. Nessa atmosfera floresceu a ditadura. O mais espetacular dos novos autocratas foi César, que se tornou o ditador vitalício e foi adorado como um deus. Para a própria Roma os resultados imediatos da vitória foram luta de classes, corrupção e guerra civil. Com isso a República foi destruída. César foi assassinado em nome da liberdade republicana, e começou a luta por sua herança política. Durante algum tempo o Império foi compartilhado por Marco Antônio e Otávio, mais foi apenas uma questão de tempo antes que eles também entrassem em choque. Em 29 a.C. Otávio fizera-se único senhor do Império. Faltava-lhe ainda o título de imperador, mas como *princeps* e primeiro senador seu domínio era incontestado. Tornou-se conhecido como Augusto, e o principado que estabeleceu, uma espécie de monarquia sob o manto de formas republicanas, perduraria por dois séculos, até a morte de Marco Aurélio em 180 d.C. Ordem e segurança chegaram a todo o mundo mediterrâneo.

Sob Domínio Romano

Alexandre havia unido o Mediterrâneo oriental com a Ásia ocidental; Roma aduziu o Mediterrâneo ocidental. Instituições

romanas e idéias helenísticas fundiram-se na estrutura e vida cultural do Império. Esse Império havia sido inicialmente dividido em duas partes — o Oriente Helenístico e o Ocidente Romano. A primeira era um amálgama de nacionalidades e religiões orientais, unidas pela difusão geral da língua e cultura gregas. A segunda era um ajuntamento de celtas, tribos berberes, e italianos, imbuídos da língua latina e impregnados de tradições latinas.

Essa divisão levou primeiro à ruptura do Império em partes ocidental e oriental, e mais tarde ao cisma do cristianismo entre as igrejas do oriente e ocidente.

O Período Herodiano

Na Palestina a intervenção romana fora decisiva na rivalidade entre os dois filhos de Salomé Alexandra. Roma apoiou Hircano para Sumo Sacerdote e rejeitou Aristóbulo, que foi exilado para a capital do Império com seus dois filhos. Pompeu exibiu-os em sua parada triunfal pelo foro romano. Mas Aristóbulo não tardou a escapar, alcançando novamente a Judéia. Ali reuniu um exército que retomou Jerusalém. Defendeu a cidade contra os romanos durante três anos, até que foi capturado, mandado novamente para Roma, e dessa vez envenenado. Após outra vã tentativa de usurpar o trono contra a vontade romana — dessa vez liderada por Antígono, o filho de Aristóbulo —, Roma decidiu dar a coroa a um emissário de confiança: Herodes, o filho de Antipater, o idumeu, tornou-se rei da Judéia, uma decisão de significado fatal.

Herodes nasceu para mandar. Aos quinze anos de idade combatera rebeldes judeus na Galiléia. Impiedoso na guerra e inacessível na administração civil, subiu ao trono carregando facilmente em sua consciência milhares de vítimas assassinadas. Enquanto governou não havia contra quem não lutasse — os Hasmoneus, os aristocratas, e, acima de todos, o povo, que não estava disposto a aceitar como seu senhor um idumeu e amigo de Roma. Embora casado com uma princesa macabéia, considerava ele a família dos Hasmoneus como inimiga. Primeiro livrou-se de Hircano, o Sumo Sacerdote. Depois mandou executar sua sogra e outros membros da dinastia. Finalmente matou sua esposa. Temendo qualquer oposição, imaginava-se rodeado de traidores. Assassinou até os dois filhos que lhe dera sua esposa Miriam. Dele disse o imperador Augusto: "É preferível ser um porco de Herodes a ser seu filho", apreciação essa não muito forçada.

Sob Domínio Romano

Profundo abismo separava Herodes de seu povo. Ofendiam-se com os costumes pagãos que ele trouxera a Jerusalém.

Repugnavam-lhes o circo e os espetáculos de gladiadores. Abominavam seu desrespeito pela vida animal e humana. Completamente sem instrução, fazia-se passar por um defensor da cultura helenística, e também por essa duplicidade Herodes era detestado.

Quanto mais tempo durava o reinado de Herodes tanto mais selvagens tornavam-se suas brutalidades. Sua desconfiança do povo levou-o a contratar mercenários estrangeiros para seu exército. Encheu o país com fortalezas dirigidas não contra o inimigo externo, mas contra o povo que governava. Seu sucesso estava em suas relações exteriores. Gozava da confiança do imperador Augusto, que lhe permitiu ampliar seus territórios. Fundou novas cidades em Sebasté (a Cidade Real) e em Cesaréia, assim chamada em homenagem ao seu protetor César Augusto. Sua munificiência tinha fama em todo o império. Construiu prédios imensos em cidades estrangeiras. Sua paixão pelas construções levou-o a pavimentar as ruas de Antioquia com blocos de mármore em quatro quilômetros de comprimento, adornados com colunatas de igual extensão. Tudo isso era pago com os impostos extorquidos dos seus súditos palestinenses. Nem mesmo o magnífico Templo que começou a construir em 19 a.C. pôde aplacar seus cidadãos empobrecidos. (Em deferência aos romanos, Herodes mandou colocar uma águia romana sobre o portão principal. Foi ela arrancada pelos zelotes quando ouviram rumores falsos da morte de Herodes. Como castigo, quarenta e dois homens foram queimados vivos.) Além de cidades helenísticas, Herodes construiu também teatros, ginásios, e, nas cidades pagãs, templos a deuses pagãos. Enfureceu assim seus súditos judeus, que ficaram aferrados aos seus costumes e crenças e não se deixaram impressionar pelas sofisticadas glórias da Grécia.

Depois da morte de Herodes em 4 a.C. foi o país governado por procuradores romanos, embora os filhos de Herodes continuassem a exercer uma parcela de poder como tetrarcas ou príncipes nas províncias. Haveria apenas um breve intervalo durante o qual a Palestina ficou sob um rei judeu, Agripa I, que reinou de 41 a 44.

Sob Domínio Romano

Herodes fora conhecido como um dos vassalos mais ricos de Roma. Mas o próprio esplendor do seu reinado levou o povo da Palestina à ruína. Ele taxara pesadamente os pobres, e expropriara os ricos a tal ponto que uma delegação foi a Augusto para se queixar de seus confiscos. A política colonial romana sempre favoreceu a aristocracia local, e a alheação de Herodes dos aristocratas judeus pode ter apressado a decisão de substituir os reis vassalos por controle direto através de procuradores. Outro fator foi, certamente, o reinado do filho de Herodes,

Arquelau, publicamente conhecido como "O Tolo", e que de tal modo ofendeu as suscetibilidades tanto judaicas quanto romanas que acabou sendo exilado para a Gália por Augusto.

Na ausência de quaisquer laços positivos com o poder dominante, o povo angustiado procurou orientação nas academias religiosas. Os chefes de duas escolas durante o reinado de Herodes, Shamai e Hilel, tiveram uma profunda influência sobre a evolução do judaísmo. Muitas lendas envolvem esse famoso par de sábios. Shamai, erudito brilhante, representava a escola mais conservadora. Hilel, seu reverso, era pobre mas universalmente amado. Nasceu na Babilônia mas viera à Palestina em busca de saber. Aqui é que ainda se encontravam as melhores escolas. Representava ele o ponto de vista farisaico, sustentando que a Lei Escrita por si só não representava o judaísmo em seu todo. Insistia que em todas as épocas os eruditos tinham o direito de pesquisar a Torá e aplicar uma lógica racional à sua interpretação. É ele famoso por sua interpretação do "judaísmo em poucas palavras", que destilou numa só frase: "Não faças aos outros o que não quiseres que te façam." Em contraste com as interpretações restritas de Shamai, procurou Hilel aliviar os gravames da lei suavizando suas estipulações em nome do bem-estar e humanidade. Abriu sua academia a todos que quisessem estudar, ricos ou pobres, modestos ou preeminentes. O impacto de Shamai e Hilel sobre sua época foi tão profundo que as escolas de pensamento que se derivaram das suas academias tornaram-se a partir de então conhecidas como *Bet Hilel* e *Bet Shamai*.

Roma e Jerusalém

Com o banimento de Arquelau e a abolição de sua monarquia, tornou-se Judá uma província romana, governada por um procurador imperial com autoridade judicial. O procurador comandava um pequeno corpo de tropas e residia não em Jerusalém, mas em Cesaréia. Fazendo tal arranjo Augusto ilustrava mais uma vez sua leniência para com os judeus, a todos os quais, tanto em Jerusalém quanto na Diáspora, garantiu a manutenção dos privilégios concedidos por Júlio César: liberdade de culto, isenção do serviço militar, o direito de remeter para Jerusalém a taxa anual do Templo, e a cunhagem de moedas sem a cabeça do imperador ou qualquer outra imagem.

Mas os procuradores não tinham o mesmo tato de seu imperador. As relações entre o representante de Roma e os judeus tornaram-se tensas. Os governadores mudavam com

Sob Domínio Romano

freqüência, pois o imperador desejava limitar seus poderes e refrear sua cobiça. Isso não aliviou os sofrimentos da popula-

ção local. Cada procurador tentou extorquir seu saque num período mais curto de administração. Há um famoso dito sobre Varus, governador da Síria: "Pobre ele entrou na rica Síria; e rico ele saiu da pobre Síria."

Os opressivos procuradores foram uma constante fonte de intranqüilidade. Conspícuo entre eles foi Pôncio Pilatos, que governou de 26 a 36. Sua brutalidade excedeu a dos demais. Tinha especial desprezo pelos escrúpulos religiosos dos judeus e provocou sua ira ao trazer ao próprio Templo estandartes tendo estampada a cabeça do imperador. Calígula, o imperador louco, desejou ter sua estátua no Templo. Durante quarenta dias os judeus, revoltados por essa blasfêmia, sitiaram a residência do governador, até que, por sorte, chegou de Roma a notícia do assassinato daquele louco.

As relações entre romanos e judeus tornaram-se tão tensas que se executavam indivíduos ao menor sinal de insurreição. Essa violenta perseguição impeliu os grupos de resistência, conhecidos como zelotes, a extremos fatais. Bandos de *Sicarii*, ou portadores de punhais, aterrorizavam os romanos e intimidavam os elementos relutantes e moderados entre os judeus. No ano 66 o governo despótico do procurador Florus levou a uma insurreição em Cesaréia e ao desencadeamento da Grande Guerra Judaica.

Florus, segundo o historiador Josefo, era tão mau que fazia todos seus predecessores parecerem benfeitores públicos. Não havia limite para o seu gosto pela pilhagem. Era evidente que a menor centelha iniciaria uma conflagração. Os judeus sentiram-se insultados pelos privilégios concedidos aos seus vizinhos não-judeus em Cesaréia, que tentaram interferir em seu culto sabático e sacrificaram uma ave à entrada da sinagoga. Florus recusou-se a resolver a perturbação, embora houvesse previamente aceito um suborno pela sua arbitragem. Essa traição enfureceu de tal maneira os judeus que eles passaram cestos a fim de recolher dinheiro para o "pobre" Florus. O procurador jurou vingar-se. Realizou uma corte marcial e vários judeus foram crucificados. Depois Florus tentou roubar o tesouro do Templo. Seus homens matavam sem piedade.

A indignação ultrapassou todos os limites. A pequena nação havia decidido combater a maior potência do mundo. Os líderes judeus eram homens moderados que haviam tentado todos os recursos para conter a insurreição. Não receberam ajuda nem de Agripa nem de Florus, e os zelotes passaram a predominar. Recusando-se ao costumeiro sacrifício para o imperador Nero, o líder dos zelotes, Eleazar, declarou rebelião pública contra Roma.

A Guerra Judaica

Roma não subestimou seu antagonista. Designou um de seus generais mais capazes, Vespasiano, para comandar a guerra contra os judeus. Usaram os romanos seus melhores instrumentos bélicos e aplicaram sua mais sutil estratégia às campanhas judaicas. Construíram plataformas para tomar de assalto fortalezas, e muralhas em torno de cidades para obrigar pela fome seus habitantes à submissão. Do lado judeu havia escasso material bélico e muita fome e ódio. Mesmo assim, a resistência judaica durou sete anos.

A primeira etapa da guerra desenrolou-se na Galiléia. O comando da defesa da Galiléia foi entregue a José ben Matatias (Flávio Josefo). Foi uma escolha incongruente. Uma cidade após outra entregaram-se aos romanos quase sem resistência. O próprio Josefo passou-se para o inimigo em 67. O herói dessa província, Iokhanán de Gush-Khalav, escapou com seu bando de zelotes e alcançou Jerusalém. Sua chegada mergulhou essa cidade na guerra civil. Com a ajuda de voluntários da Iduméia, Iokhanán tornou-se senhor de Jerusalém. Muitos da aristocracia e da liderança farisaica, que se opunham à guerra, foram mortos.

Vespasiano decidiu esperar e deixar que os judeus se destruíssem sozinhos pela guerra civil em Jerusalém. Foi só na primavera de 68 que ele reiniciou suas operações. A Peréia não tardou a ser conquistada. Nesse momento a notícia do suicídio de Nero fê-lo voltar apressadamente a Roma. A guerra foi então interrompida por um ano, enquanto em Roma várias facções manobravam para alcançar o poder.

Vespasiano foi proclamado imperador, e seu filho Tito recomeçou a guerra em 69. Em pouco tempo toda a região rural foi submetida e iniciou-se o cerco de Jerusalém. Três líderes chefiavam a defesa da cidade: Iokhanán, Simão ben Guiora e Eleazar ben Shimon. Não era esse um comando unificado. Não possuíam material bélico adequado para enfrentar as superiores legiões romanas. Josefo descreveu, com grande minúcia, as operações. A cidade era cercada por três muralhas. Dentro delas os defensores sofriam de fome e exaustão. A primeira muralha caiu em maio do ano 70. Os defensores resistiram por três meses até que os portões foram capturados no nono dia do mês de Av. A última batalha foi travada nos pátios do Templo, e o Santuário foi presa das chamas. Iokhanán e Simão escaparam para o palácio de Herodes, onde por cinco meses resistiram a outro cerco. Quando esse último baluarte caiu, foram eles capturados.

Sob Domínio Romano

Eleazar fugiu para Massada, a última fortaleza em mãos dos judeus. Nessa rocha granítica do deserto da Judéia, da qual se avista o mar Morto, uma encarniçada defesa foi sus-

tentada por mais de dois anos. Quando os romanos finalmente capturaram a cidadela constataram que seus 960 defensores se haviam suicidado. Era o primeiro dia da Páscoa. Lembrando sua escravidão no Egito, os judeus haviam preferido a morte a um renovado cativeiro. Apenas duas mulheres e cinco crianças ficaram vivas para contar a história desse último ato de heroísmo. Escavações recentemente empreendidas em Massada deram ao homem moderno um novo contato com essa época heróica. Do alto de Massada ainda se podem discernir os vestígios dos acampamentos romanos que sitiaram a fortaleza.

A guerra estava terminada. "Judea Capta" foi inscrito nas moedas cunhadas para comemorar a vitória de Tito. Milhares haviam sido mortos. Outros milhares foram levados como cativos e vendidos como escravos. Em Roma, Tito recebeu as honras devidas a um herói, ao entrar na capital em triunfo. O saque do Templo e os prisioneiros de Jerusalém foram exibidos. Construiu-se um arco no Foro, mostrando troféus do Templo esculpidos em pedra. É mais significativo como lembrança de resistência judaica do que de vitória romana, embora o Arco de Tito, como veio a ser conhecido, retratasse as devastações da derrota sobre os conquistados.

Em sua guerra contra Roma a Judéia esperara que os judeus da Diáspora, pelo menos no mundo não-romano, viessem em seu auxílio. Na Palestina os judeus já estavam cônscios do poder exercido pelos seus correligionários no mundo mediterrâneo. Na maioria dos países eram uma minoria favorecida. Foi somente na Palestina que os romanos subordinaram os judeus aos gregos.

Na própria Palestina o povo achava-se profundamente dividido: os saduceus ou eram pró-romanos ou estavam tão intensamente preocupados com a preservação do *status quo* que não tinham ânimo para revolta. Também a liderança farisaica estava muito mais preocupada com religião do que com problemas políticos. Podem igualmente ter pensado que uma guerra judaico-romana prejudicaria seriamente os interesses do judaísmo mundial. E no entanto, apesar da enorme disparidade de forças, a guerra prosseguiu intermitentemente por sete anos, sustentada pela devoção dos líderes e o sacrifício de seus seguidores.

Há duas fontes conflitantes quanto à responsabilidade pela destruição do Templo. Josefo, que é um historiador sumamente parcial, afirma que Tito deu ordens para salvar o Templo, mas foi desobedecido por seus soldados. A outra fonte, Juliano, que foi um dos membros do conselho de guerra romano, informa que Tito havia anunciado sua política para a destruição do Templo. Qualquer que seja a verdade, o nome de Tito ficou inseparável da grande catástrofe da história judaica.

Flávio Josefo

José ben Matatias nasceu em 37, em Jerusalém, numa família de sacerdotes. Educado tanto por saduceus quanto por fariseus, cedo alcançou reputação por seus conhecimentos. A elite de Jerusalém recorria a ele para conselhos e interpretação da Lei. Em 64 foi enviado a Roma para intervir em favor de prisioneiros judeus. Conseguiu obter sua libertação com a ajuda simpática de Popéia Sabina, esposa do imperador Nero.

Quando regressou à Judéia encontrou o país fervilhando de agitação. Foi nomeado chefe da defesa na Galiléia. A isso se opuseram violentamente os zelotes mais ardorosos, que se haviam agrupado em torno de Iokhanán de Gush-Khalav (Guishala). Josefo não fora moldado em forma heróica. Sitiado pelos romanos em Jotapata, tentou negociar a rendição. Quando fracassou foi obrigado a lutar com forças inferiores. Quando a fortaleza caiu, muitos dos seus companheiros, para não serem capturados pelos romanos, suicidaram-se. Mas Josefo furtivamente escapuliu pelas montanhas e entregou-se a Vespasiano.

A história judaica possui poucos renegados. Josefo entrou em seus anais como traidor. Mas sua reputação por inconstância foi atenuada pelas suas realizações literárias. Deixou duas grandes obras de importância histórica: *Antiguidades Judaicas*, uma história dos judeus, da Criação à Guerra Romana; e *A Guerra Judaica*, um relato da luta dos judeus contra os romanos. Embora escrita com clara tendência apologética, é essa segunda obra uma fonte sem rival para aquele período da história judaica. Josefo também foi o autor de *Contra Apion*, um livro polêmico que é a primeira detalhada exposição e defesa do judaísmo como religião.



A Revolta de Bar Kokhba

Duas vezes após a grande guerra os judeus voltariam a enfrentar em batalhas os romanos, e em ambas com desastrosas conseqüências. Sob Trajano irromperam rebeliões em Alexandria, Chipre e Cirene. Os judeus pagaram uma dura pena em sofrimento e morte. Mas bem mais vívida e memorável foi a rebelião na Palestina, chefiada por Bar Kokhba, no reinado do imperador Adriano.

Sob Domínio Romano

Conta-nos Josefo que a Grande Guerra havia passado sem deixar cicatrizes profundas na maior parte da Palestina. A queda de Jerusalém aparece mais como um episódio do que como o término de uma época na história judaica. Muitas cidades haviam aberto suas portas aos soldados romanos e com isso se salvaram da destruição. Em pouco tempo o país voltara à normalidade. Jerusalém, antes da queda do Templo,

era não só o centro espiritual; era também o centro econômico e comercial do país. Sofrera terrivelmente na guerra. E devia agora renunciar à sua situação de uma *polis* bem como à sua autonomia interna.

Toda a Judéia tornou-se uma província governada por um general que tinha sob seu comando a décima legião romana. A terra pertencia ao governo romano que a distribuía à sua vontade a soldados que haviam dado baixa. Isso se ajustava à política governamental de estabelecer estrangeiros na Judéia. O Sanedrim e os tribunais locais foram, durante breve tempo, privados dos seus privilégios. Os judeus decidiam então suas questões em Cesaréia. Construíram um novo centro espiritual em Iavné. Mas consideravam isso um período de transição e esperavam pela restauração do Santuário em Jerusalém. Recusaram-se a aceitar a destruição do Templo como um fato definitivo ou irrevogável.

Em 118 Adriano ascendeu ao trono do império. Procurou apaziguar as amarguradas massas judaicas com vagas promessas de reconstruir sua cidade santa e, talvez, o próprio Templo. Mas logo se tornou claro que um tal plano entraria em choque com a política de Adriano de alcançar maior homogeneidade cultural em seu império. Conseqüentemente, decidiu reconstruir Jerusalém não como um centro judeu mas como uma cidade grega, a ser chamada Aelia Capitolina.

Isso provocou violento ressentimento. Rabi Akiva, o líder espiritual do país, conhecido como um moderado, tentou acalmar as massas exasperadas e negociar com o imperador. As conversações foram demoradas, mas Adriano não mudou de idéia. Prosseguiram os preparativos para construir Jerusalém nos moldes gregos. Chegou o dia de arar a linha de construção, um costume romano que marcava tradicionalmente o início do desenvolvimento urbano e anunciava a intransigência de Adriano.

Para os judeus era isso um mau augúrio. Irrompeu uma nova rebelião. Seu líder foi Simão bar Kozeba, um descendente da família de Davi. Sua linhagem dava-lhe o direito de ser considerado por muitos como o Messias. Mesmo Rabi Akiva o seguiu, junto com muitos outros mártires, em sua guerra sagrada. Foi o próprio Akiva que mudou seu nome para Bar Kokhba, "Filho da Estrela".

Muitas lendas sobre Bar Kokhba chegaram até nós. Elas exaltam sua força física, seu gênio militar, e seu magnetismo pessoal que lhe possibilitou liderar massas de voluntários em lutas de guerrilhas. Essas lendas agora adquiriram autenticidade histórica. Valiosas provas foram descobertas, em 1960-61, durante escavações em cavernas do deserto da Judéia. Além

de cerâmica e vidro, foi encontrado um feixe de rolos de papiro, que se constatou serem cartas em hebraico, aramaico e grego, assinadas por "Bar Kozeba Ha-nassi de Israel". Moedas encontradas datando do período de Bar Kokhba trazem inscrições como "Redenção de Sião", "Liberdade para Israel", ou "Simão, Príncipe (Nassi) de Israel".

Na primeira fase da rebelião, Jerusalém foi capturada pelos judeus. Reintroduziram-se sacrifícios, embora o Templo não existisse. Naquele ano milhares de judeus fizeram uma peregrinação a Jerusalém, e cunharam-se moedas com a inscrição "Simão Ha-nassi" e "Eleazar, Sumo Sacerdote". O Sanedrim sob Rabi Tarfon e Rabi Akiva, foi por curto período revivido. A chama da independência judaica tremulava novamente.

O ataque veio no verão de 134. Sextus Severus havia sido chamado da Grã-Bretanha para chefiar a décima legião. Mas o imperador Adriano estava suficientemente preocupado para ordenar que a campanha fosse dirigida de Gerasa, na Transjordânia. Com a queda de Jerusalém transferiu Bar Kokhba sua resistência para Betar, uns treze quilômetros para o sul. Fortificações foram apressadamente improvisadas. Não resistiram à investida romana. Como em Massada, os romanos construíram rampas até o topo da elevação e abriram caminho à força até a fortaleza. De acordo com a tradição judaica, Betar caiu no nono dia de Av, aniversário da destruição do Templo, após uma guerra que durara três e meio anos. Bar Kokhba estava entre os mortos. Akiva e muitos dos seus colegas rabinos foram martirizados pelos lugar-tenentes de Adriano.

A independência judaica fora finalmente esmagada. Mas a resistência de Bar Kokhba continuaria a viver como uma poderosa lenda histórica, despertando em corações judeus heróicas esperanças e altivas lembranças.

9 A Ascensão do Cristianismo

AO NASCER o cristianismo, a história judaica já havia cruzado as fronteiras da Palestina. Judeus se tinham estabelecido em quase todos os países do mundo civilizado. Suas comunidades estendiam-se da Itália e Cartago a oeste à Mesopotâmia a leste, do mar Negro ao norte à Etiópia ao sul. Cerca de quatro milhões de judeus viviam no Império Romano fora da Palestina. Havia pelo menos um milhão mais na Babilônia. A Palestina tinha uma população de aproximadamente três milhões, incluindo meio milhão de samaritanos, gregos e nabateus. Mesmo antes da destruição do Segundo Templo havia duas vezes mais judeus na Diáspora do que na Palestina. O próprio nome Palestina entrou em uso comum durante o período greco-romano. Na Bíblia era usado para designar o país dos filisteus, uma faixa costeira contígua ao Vale de Sharon. Os romanos, ao conquistarem o país em 63 a.C., tomaram o nome da província de Judá para todo o país. O Talmude ao referir-se à Palestina fá-lo simplesmente como "A Terra", termo que perdurou na terminologia judaica até os dias de hoje.

Em conseqüência das conquistas territoriais no período dos Hasmoneus, o país passou a abranger, além de Judá, as províncias de Galiléia, Transjordânia e Iduméia. Os samaritanos viviam à parte, como um grupo fechado religioso e étnico.

As populações das várias províncias eram marcadas por profundos contrastes. Havia uma intensa vitalidade judaica

entre os habitantes de Judá. A província iluminava-se à luz da grande distinção de Jerusalém e do Templo. Por quase dez séculos Jerusalém fora o centro sagrado dos judeus. Toda a Diáspora encarava-a como o "centro do mundo". Em comparação com as outras capitais do Império Romano era um lugar modesto. Mas a modéstia de sua escala e comodidades era ultrapassada por sua significação e orgulho históricos.

O Templo ofuscava todos os esplêndidos edifícios e palácios que foram construídos em Jerusalém durante o domínio romano. Pela primeira vez construído por Salomão e destruído por Nabucodonosor, reconsagrado mais modestamente por Esdras e Neemias, ergueu-se em novo esplendor durante o reinado de Herodes, embora sua construção não fosse completada até pouco antes de sua destruição por Tito.

A população de Jerusalém, calculada em 120 000 habitantes, era intermitentemente aumentada por multidões de peregrinos que, às vezes, excediam em número a população local. O Templo e a Corte proporcionavam emprego permanente. Jerusalém era a sede do Sumo Sacerdote e do Sanedrim; ricos proprietários e abastados mercadores e artífices achavam-na atraente para se estabelecerem. Havia um próspero comércio em artigos de luxo, incluindo pedras preciosas e tecidos caros.

O povo da Galiléia, por outro lado, só se juntara à nação durante o período dos Hasmoneus. Sua região era o principal centro da gente comum (*am ha-aretz*), que tomavam liberdades com a Lei, na qual não eram bem versados. Ficaram permanentemente ligados à antiga superstição. Não havia, ainda, grandes centros de estudo na Galiléia. Não ostentava grandes cidades nem mestres famosos. Seus habitantes não se comparavam em erudição com a população que vivia próxima do esplendor do Templo. Muitos despojados e sem terras podiam ser encontrados errando de aldeia em aldeia. Desses judeus espezinhados veio Jesus de Nazaré.

O idioma corrente era o aramaico, falado num dialeto diferente do da Babilônia. O povo de Judá desprezava os galileus por causa de seu sotaque peculiar. O hebraico ainda permanecia em uso como língua das Escrituras e da classe culta.

A economia baseava-se na agricultura. Trigo e cevada eram produzidos em grande quantidade, principalmente na Galiléia. Mas as colheitas dos pomares e vinhedos eram ainda mais abundantes. Os figos, tâmaras e azeite palestinenses eram grandemente apreciados em todos os países do Mediterrâneo.

O comércio achava-se principalmente em mãos de gregos, de quem os judeus estavam aprendendo a arte mercantil. Disse Flávio Josefo dos judeus de seu tempo "...não somos um

povo comercial; vivemos num país sem litoral e não temos inclinação para comerciar."

Sob o domínio dos Hasmoneus algumas cidades costeiras como Ascalão foram temporariamente capturadas, e Israel renovou seu contato com o mar. Tito, ao ocupar a Palestina, fez cunhar uma moeda com a inscrição "Judea Navalis".

Os Hasmoneus haviam construído na Palestina uma economia forte. Herodes lentamente a destruiu. Grande parte do seu programa de construções efetuou-se fora do território judeu, de modo que seus benefícios advieram para províncias vizinhas. Uma grave crise econômica atingiu o país ao fim do século. Tornou-se ainda mais aguda após terremotos e inundações. Colheitas foram destruídas e grassou a fome. O peso dos impostos tornou-se insuportável.

Administração Interna

A autoridade civil judaica era o Conselho de Anciãos, ou Sanedrim, constituído de setenta membros. Embora não haja vestígio dessa instituição para os primeiros mil anos de história judaica, sua origem remonta a Moisés, a quem Deus havia pedido "setenta homens dos Anciãos de Israel". A partir do período helenístico o Sanedrim abrange os órgãos estatais administrativos e judiciários.

Os Sumos Sacerdotes dos períodos macabeu e pós-macabeu não eram apenas líderes religiosos. Eram também príncipes dirigentes. Sua posição era fortalecida por hereditariedade vitalícia. Mas seu *status* foi enfraquecido sob os governadores romanos que os nomeavam ou demitiam à vontade. Houve nada menos que dezoito Sumos Sacerdotes durante o período herodiano-romano.

A casta sacerdotal era importante enquanto havia o Templo. Seus membros tinham o direito exclusivo de trazer sacrifícios e sua pureza pessoal era assegurada pelas meticulosas leis que regiam sua vida diária. Sua posição social era realçada pelo fato de compartilharem a riqueza do Templo e dos sacrifícios. Recebiam também remuneração especial por serviços prestados fora de suas obrigações regulares.

Demografia Judaica

Há muitas estimativas, mas não números fidedignos relativos à população durante o período romano. Na era helenística os judeus ficaram dispersos por todo o mundo grego. Já em 140 a.C. o autor dos Oráculos Sibilinos afirmava "que todas as terras e mares estão cheios de judeus". Estrabão, um contemporâneo de Herodes, diz, "Seria difícil encontrar um único

lugar no mundo onde não haja judeus." E Josefo acrescentou: "Não há povo no mundo entre o qual não se encontre parte de nossos irmãos." Filo refere-se à "vasta expansão dos judeus pelo mundo" e a Jerusalém como "o centro da nação dispersa".

A população do mundo greco-romano durante o primeiro século a.C. é calculada em 60-70 milhões. Desses, tinha o Egito uma população de aproximadamente sete e meio milhões, e Alexandria cerca de 500 000, dois quintos dos quais eram judeus. Outra fonte dá para Alexandria, em 38 a.C., uma população de um milhão ou mais, dos quais nada menos que dois quintos eram judeus.

A Palestina, antes da destruição do Templo no ano 70, tinha uma população de cerca de três milhões de judeus. Um milhão, pelo menos, vivia em cada um dos países do Egito, Síria, Ásia Menor e Babilônia, de modo que os judeus da Diáspora eram em número muito mais elevado que os da Palestina.

Tudo considerado, uma população total judaica de oito milhões não é improvável.

No Império Romano do Oriente os judeus constituíam cêrca de 20% da população, assim que cada quinto habitante "helenístico" do Mediterrâneo oriental era um judeu. No Ocidente, a proporção era de um em dez. Em tempo algum na História, antes ou depois, formaram os judeus uma parcela tão grande da população conhecida do mundo civilizado ocidental.

A Ascensão do Cristianismo

O século entre a conquista de Jerusalém por Pompeu e o fim do governo de Pôncio Pilatos (ano 36) foi marcado por paz exterior e luta interna. Judá foi governado por príncipes-fantoches que se sucediam através de assassinato e guerra. O número de vítimas de guerra civil tem sido calculado em 200 000.

Fugindo em desespero ao caos político, muitas pessoas buscaram refúgio na especulação religiosa. Multiplicaram-se as seitas. A discussão religiosa era dominada por uma crença no "fim dos tempos que se aproximava" e na iminência do Messias. O reinado temporário dos "filhos das trevas" seria seguido pelo domínio dos "filhos da luz". A crença na vinda próxima do redentor era estimulada por desespero e alimentada por esperança extática.

A Ascensão do Cristianismo

O ar estava carregado de presságios vulcânicos quando apareceu Jesus de Nazaré. Era ele um judeu farisaico. Vivia entre a gente comum da Galiléia e era o porta-voz das suas

idéias. A Galiléia era o baluarte de um robusto patriotismo judaico, que encontrava ressonância nos ensinamentos de Jesus na medida em que se harmonizavam com os dos antigos profetas. Ele nunca se considerou um profeta universal fora do contexto judaico. Não se pode nem dizer que era indiferente às formas externas da religião. Guardava meticulosamente as leis judaicas, fez uma peregrinação a Jerusalém durante a Páscoa, comia pão ázimo e proferia uma oração quando bebia vinho. Era um judeu nas palavras e nos atos.

Jesus exprimia as idéias e costumes das massas. Mesmo seus ataques aos líderes hipócritas não eram sem precedentes. Ele próprio declarou, no Sermão da Montanha, que "não viera para destruir a Lei e sim para cumpri-la". Alimentado pelas idéias do judaísmo farisaico, salientou a esperança messiânica, predizendo sua realização em seu próprio tempo. Os termos "Messias" e "Rei dos Judeus" eram por ele usados em seu significado espiritual. Mas na atmosfera da época ressoavam como um apelo à revolução. As autoridades romanas viam as atividades de Jesus como sinais de subversão. Sua prisão, julgamento e execução refletiam a intolerância de um regime inseguro que já experimentara muitas revoltas judaicas decorrentes de fervor religioso.

Após a morte de Jesus, um pequeno grupo de seus discípulos começou a propagar seus ensinamentos entre os judeus da Palestina. Foi somente depois da cruzada moral de Paulo que esse ensinamento se difundiu entre a população não-judaica sob a forma de uma nova religião.

Saulo de Tarso tornou-se Paulo no Novo Testamento. Em contraste com Jesus, era ele um intelectual, profundamente influenciado pela cultura greco-romana. Seu gênio missionário transformou um credo desprezado e perseguido numa religião mundial. Onde quer que o Apóstolo viajasse, denunciava os males da sociedade pagã. Paulo, na paixão do seu zelo moral, desenvolveu e cristalizou as crenças que fizeram dele o fundador intelectual do cristianismo.

O judeu chegara, através da Torá, a uma compreensão de Deus. Para Paulo, Cristo era a encarnação da Lei, e mesmo seu substituto. Jesus se sacrificara a fim de emancipar o homem do fardo da Lei. Ele era um intermediário entre Deus e os homens. O princípio de Cristo como mediador tornou-se a base da nova fé, ao denunciar Paulo a original Lei Judaica como pesada tanto para judeus quanto para não-judeus.

Gradualmente os cristãos judeus foram conquistados, em números crescentes, por suas opiniões. Ao romper a nova fé cada vez mais acentuadamente com as antigas instituições e proibições contra a deificação, uma cisão definitiva tornou-se

A Ascensão do Cristianismo

inevitável. Com o tempo o cristianismo, em contato com o mundo romano, foi ficando cada vez mais distinto da fé judaica da qual se originara.

Se a Bíblia não houvesse sido traduzida para o grego, poucos teriam sido os convertidos entre os não-judeus de língua grega, e o cristianismo dificilmente se teria tornado uma religião mundial no decurso de três séculos. A Bíblia dos Setenta acendera uma chama de anseio religioso entre a população helenística do Império. Vimos que, a partir do século I, a Diáspora judaica estava profundamente enraizada em todo o Oriente Médio helenístico. A dispersão deu forte impulso ao ensinamento cristão. As comunidades cristãs mais antigas, estabelecidas pelos seguidores imediatos de Jesus, consistiam em judeus da Palestina que falavam o aramaico, e judeus de língua grega de Cirene, Alexandria, Síria e Cilícia. Quando o apóstolo Estêvão foi lapidado em Jerusalém, seus colegas dirigiram-se à Fenícia e Antioquia, pregando a judeus de disposição mais tolerante e menos ortodoxa.

O Caráter Judaico do Pensamento Cristão

O cristianismo primitivo está mais próximo do judaísmo do que os adeptos das duas religiões têm, em geral, desejado reconhecer. Tanto os teólogos cristãos quanto os judeus ortodoxos subestimaram a afinidade inicial judeu-cristã. Foi só gradualmente que o cristianismo rompeu sua conexão com a comunidade judaica e se transformou numa religião não-judaica.

A história de Israel tem imenso significado histórico para todos os cristãos. O judaísmo, além de Jesus, deu ao cristianismo o Deus vivo, Único. Contribuiu com um Livro Sagrado — seu próprio Testamento — e com isso abriu caminho para o Novo Testamento. Transmitiu uma tradição histórica que dava sentido à vida e tornava a história plena de significação. Os evangelhos são um registro da vida judaica na Judéia e Galiléia nas primeiras décadas do século I. Os atores do drama são judeus vivendo em seu próprio país. Os historiadores devem, com toda a objetividade, incluir o cristianismo entre as realizações decisivas do espírito judaico. Ética e conceitos hebreus impregnam a fé e civilização que, com misterioso poder, têm dominado dois milênios de história humana.

A Ascensão do Cristianismo

Os primeiros cristãos, quando partiam para converter os não-judeus, levavam como seu texto o Antigo Testamento. Tinham nisso uma vantagem inestimável sobre seus rivais: nenhuma outra religião no império possuía um Livro tão carregado de vitalidade e eloqüência. Israel dera ao cristianismo os

profetas da verdade e justiça, bem como a crença no Messias. Nenhum outro povo havia concebido um mito tão possante. A fé messiânica é a semente do progresso plantada pelo judaísmo na história da humanidade, a única idéia capaz de se contrapor ao pessimismo crônico da cultura heleno-romana.

O mais significativo aspecto da herança judaica foi sua visão da História. Outros povos antigos acreditavam numa idade do ouro, mas sempre a situavam no passado, no início da História. Somente Israel aguardava uma idade do ouro no futuro e interpretava a História como um movimento significativo e progressivo em direção à realização messiânica. Assim o pensamento judeu assinalava uma revolta contra religiões anteriores. Nunca antes havia um povo concebido uma visão de destino humano como algo claramente diferente do ciclo natural, com sua inexorável sucessão de nascimento, vida e decadência. O homem se libertara da escravidão da inevitabilidade e predestinação. Era um ser senciente, dotado do risco da escolha.

10 Novos Centros de Diáspora

DEVE-SE distinguir entre as duas palavras — Exílio, que significa um banimento compulsório, e Diáspora, significando uma dispersão voluntária. Ambos têm feito parte da existência judaica desde o início de sua história. O Exílio transformou-se em Diáspora quando os judeus se adaptaram ao novo ambiente. O primeiro cativeiro, *Galut Iehoiakhin*, deu origem a sentimentos de grande amargura entre os exilados para a Babilônia: incessantemente pediam aos que não foram levados que os libertassem. Jeremias, por outro lado, instava com eles para que aceitassem seu destino com resignação: "...Edificai casas e habitai-as; e plantai jardins e comei o seu fruto; tomai mulheres e gerai filhos e filhas... e multiplicai-vos ali e não vos diminuais. E procurai a paz da cidade para onde vos exilei..." (Jeremias, 29: 5-7).

A Diáspora é quase tão antiga quanto o próprio povo judeu. Havia povoações judaicas fora da Palestina ao tempo dos Reis. Mercadores judeus iam ao Egito para comprar cavalos, e a Damasco para instalar bazares. Outros povoados surgiram do cativeiro das Dez Tribos em 722 a.C., e do exílio de Judá para o Egito e Babilônia em 586 a.C. Alguns cativos judeus de Nabucodonosor escaparam para o Egito e se estabeleceram na cidade de Tanis. O profeta Jeremias foi um deles. Escravos judeus foram vendidos às ilhas Jônicas durante o reinado de Josafá em meados do século nono a.C., e a colônia militar judaica de Elefantina, no Alto Egito, data do sétimo ou

sexto século a.C. Os judeus exilados para a Babilônia espalharam-se por toda parte, especialmente durante o período helenístico. Ao tempo do Império Romano cerca de quatro e meio milhões de judeus viviam fora da Palestina.

As primeiras migrações da Palestina foram acarretadas principalmente por catástrofes. Os exilados eram vítimas de invasão estrangeira e eram considerados por seus conquistadores como parte da presa de guerra. Mas havia também judeus que foram induzidos a se estabelecer no exterior pela esperança de êxito comercial. Com o tempo, a superpopulação tornou-se uma causa primária de emigração. Nas palavras de Filo: "País algum pode sustentar os judeus porque eles são tão numerosos." Mesmo antes da expansão do tempo dos Hasmoneus era a Judéia pequena demais para conter toda a nação judaica. Na época de Filo os judeus viviam na Palestina toda e transbordavam para além de suas fronteiras.

Depois da Revolta de Bar Kokhba

A última resistência armada dos judeus contra o jugo romano ocorreu em 132-135 sob Bar Kokhba. O país foi devastado pela guerra. A maioria das cidades e aldeias em Judá foi ou destruída ou abandonada. Alguns agricultores tenazes continuaram apegados ao seu solo, mas os sobreviventes, em sua maior parte, fugiram para a Galiléia, onde as feridas infligidas pela guerra cicatrizaram rapidamente.

Das setenta e cinco povoações conhecidas em Judá nenhuma sobrou com qualquer sinal de vida judaica após a queda de Betar. Mas na Galiléia apenas oito foram destruídas, deixando cinqüenta e seis ao fim da revolta com uma população de 400 000. A comunidade judaica estava reduzida a cerca de 800 000 almas, metade das quais agora se encontrava na Galiléia. As maiores cidades eram Tiberíades e Tzipori, existindo menores em Shafr'am e Bet Shearim.

Os romanos apagaram o nome de Judá no tratamento oficial, deliberadamente dando ao país a designação de Palestina. Jerusalém, já uma cidade fechada aos judeus, teve seu nome mudado para Aelia Capitolina; soldados romanos guardavam-na assiduamente contra qualquer judeu que pudesse ousar vir para chorar junto às ruínas do Templo. O Monte do Templo foi coberto de sal. Tudo que restava era o Muro Ocidental, o antigo muro de sustentação ao pé do Monte Moriá. Quinhentos mil judeus morreram ou foram vendidos como escravos no ato final da opressão romana.

Novos Centros de Diáspora

A destruição de uma grande parte da população foi seguida pela implacável supressão de sua vida intelectual. Uma

série de leis privou os judeus de qualquer vestígio de sua religião: circuncisão, guarda do sabá ou qualquer observância da lei judaica estavam proibidas por decreto. Dar ou receber ordenação rabínica (*semikhah*) era punível de morte. As autoridades sabiam que a concessão de autoridade espiritual reviveria um senso de comunidade. Qualquer estudo da tradição judaica foi tornado punível por tortura e morte. As páginas da História judaica nesse período sombrio estão repletas dos nomes de mártires que foram mortos por infringir o decreto de Adriano. (O Rabi Judá ben Bava foi executado por ordenar seis discípulos em Usha. Eles sobreviveram para tornar-se líderes numa nova academia.) Mas a centelha da identidade judaica não foi facilmente extinta.

As Escolas

Sob Antonino Pio (138-161), sucessor de Adriano, prevaleceu uma atmosfera mais liberal. As leis antijudaicas foram, em sua maioria, revogadas. Em conseqüência, muitos dos exilados retornaram, entre eles um grupo de discípulos ordenado por Rabi Akiva.

A queda de Betar havia posto fim à independência política do povo judeu, mas sua vida espiritual agora florescia com nova intensidade. O renascimento tivera início muito antes, com Iokhanán ben Zakai. Durante o cerco de Jerusalém permanecera ele até o fim na cidade sitiada. Prevendo o destino desta, decidiu assegurar a sobrevivência de Israel pela salvação de sua integridade espiritual. A cadeia da tradição não deveria ser rompida. Ele se fez carregar para fora da cidade num caixão, como se fora para um enterro, e, quando descoberto e levado perante o general romano, tinha apenas um pedido: "Iavné e seus sábios." Vespasiano concordou em deixar aquele velho ter as paredes, já caindo aos pedaços, da sua escola. Não se poderia esperar que ele compreendesse estar permitindo que fosse plantada de novo a semente do renascimento judaico. Iokhanán, ao fazer seu pedido, não estava preocupado principalmente com a vida de algumas dezenas de velhos sábios. Sua preocupação era possibilitar a sobrevivência do espírito que esses homens encarnavam. Seu ato, durante gerações, tornou-se simbólico das prioridades judaicas. O estudo era considerado a essência da sobrevivência nacional para um povo ao qual faltavam as condições normais de identidade coletiva. A força espiritual, quando as circunstâncias o permitissem, faria nascer uma capacidade para a revolta ativa. Essa idéia não tardaria a ser posta à prova. Foram Rabi Akiva e seus alunos que

Novos Centros de Diáspora

deram fervor e ânimo à revolta de Bar Kokhba. Já alertadas para o papel decisivo das academias em manter viva a energia política, as autoridades romanas agiram para suprimir as escolas.

Quando Iavné finalmente caiu, o centro de gravidade deslocou-se para a Galiléia, onde os discípulos de Rabi Akiva estabeleceram, em Usha, o núcleo de uma nova escola. Foi escolhido um novo Sanedrim, tendo à sua frente Rabi Shimon ben Gamliel. Era ele conhecido pelo novo título de *Nassi*. Seu dogmatismo era amenizado por um empirismo social. Disse ele, "Não é conveniente impor leis ao povo, a menos que haja certeza de que a maioria será capaz de suportá-las."

A administração romana, em seus esforços para pacificar o país, colaborou com esse novo Patriarca. Assim foram lançados os alicerces para o desenvolvimento do Patriarcado Palestinense que guiaria seu destino por várias gerações.

A política rabínica procurou meios de adaptar a vida judaica às novas condições. Era necessário consolidar uma população dizimada por guerras, emigração e conversões religiosas. As velhas instituições nacionais tinham de ser substituídas por um novo foco de lealdade. A lembrança do Templo e da glória de Israel deveria, de algum modo, ser reavivada.

As cidades gregas da Galiléia não tardaram a se modificar. Tornaram-se centros de estudo que atraíam eruditos e estudantes de todas as partes do país. Foi feito um convite público a "qualquer um que tenha estudado para vir e ensinar, e qualquer um que não tenha estudado para vir e aprender".

O Rabi Shimon ben Iokhai abriu uma academia em Tekoa, perto de Safed, o Rabi Iossi ben Halafta outra, em Tzipori, e os Rabis Natan e Iokhanán bar Napakha fundaram escolas em outros lugares. Esses grupos deram novo impulso à vida judaica. Os professôres eram todos muito pobres. Tinham de ganhar a vida como artesãos ou escribas de Torá. A personalidade mais vívida desse grupo é o Rabi Meir. Foi ele um discípulo favorito de Rabi Akiva. Consta ter nascido na Ásia Menor, e acreditava-se que fosse descendente de um ramo da família do imperador Nero que se havia convertido ao judaísmo. Sua fama estava em seu profundo conhecimento do hebraico. Certa vez escreveu de cor, sem um só erro, todo o Livro de Ester.

Novos Centros de Diáspora

Meir era também famoso por suas fábulas, centenas das quais chegaram até nós. Têm elas algo da lucidez de La Fontaine. "Aquele que toca o bastão de Meir torna-se sábio", dizia o povo de Tzipori. Ele era consideravelmente mais douto que Rabi Shimon, o *Nassi*, mas também muito mais moço, e por

isso menos respeitado. Reagiu a essa situação dizendo, "Não olhe o recipiente e sim seu conteúdo. Muitos recipientes novos contêm vinho velho, mas muitos vasos velhos estão vazios."

A Tarefa dos Rabinos

A perda do Templo fora uma experiência traumática para o povo judeu, e fizeram-se insistentes esforços para perpetuar sua lembrança. Os rabinos introduziram o costume de assinalar todos os acontecimentos pela data da destruição. Judeus na Palestina e fora dela continuaram a pagar o dízimo. Mantiveram-se as peregrinações a Jerusalém muito depois da perda do Templo. Realizavam-se as mesmas não só no Tisha b'Av (Nove de Av) como também nos três feriados de peregrinação (Pessakh, Shavuot e Sukot). A oração substituiu o sacrifício, e adotaram-se rituais para reforçar o elo simbólico entre o Templo e a sinagoga. Incluíam eles a cerimônia do *lulav* em cada dia da festa de Sukot, de uma semana de duração; o toque do *shofar* em Rosh Hashaná; e a observância do ano sabático (*Shemitah*). Fez-se uma revisão da Hagadah para incluir referência ao sacrifício da Páscoa no Templo e orações pela restauração de Jerusalém.

O passo seguinte foi restabelecer controles espirituais palestinenses sobre os judeus da Diáspora. A emigração da Palestina havia atingido proporções alarmantes, e os rabinos esforçaram-se vigorosamente para detê-la. Uma passagem típica na *Tosefta*, evidentemente oriunda de discussões no período pós-adriânico, diz:

> Um homem deve viver na Palestina, mesmo numa cidade com maioria não-judaica, de preferência a no exterior numa cidade totalmente judaica. Viver em Israel equivale a cumprir todos os mandamentos da Torá, e aquele que é enterrado na Palestina é como se fosse enterrado sob o altar...

A unificação do mundo judeu exigia a regulamentação de um calendário judaico único, fixando a comemoração da lua nova e dos feriados decorrentes. Outro laço importante foi assegurado revivendo-se, como idioma nacional, o hebraico. Quando Jerusalém caiu, a grande maioria dos judeus falava ou aramaico ou grego. Mas o aramaico foi excluído das escolas superiores e sinagogas. Rabi Meir pôs o falar hebraico no mesmo nível que morar na Terra Santa, como uma condição da devoção judaica. Na sinagoga, igualmente, as orações permaneceram predominantemente hebraicas.

Novos Centros de Diáspora

Rabi Judá e a Mishná

A Assembléia em Usha foi importante porque estabeleceu uma instituição nacional, cuja autoridade era reconhecida mesmo por seus opositores espirituais. Assim Rabi Shimon ben Gamliel conseguiu lançar os alicerces para o patriarcado de seu filho Judá, que elevou ao ápice o prestígio do cargo. Judá atingiu uma posição não igualada por qualquer dos *Nessi'im* e tornou-se conhecido na história judaica simplesmente como "Rabi". Passou a etapa inicial de sua vida em Usha. Sua estada posterior em Bet Shearim deu duradoura fama a essa cidade, da qual, ao fim de sua vida, teve de se transferir para Tzipori por motivos de saúde. Sua casa era pouco menos que régia, e ali até a criada falava hebraico. Sua atividade abrange quase meio século (170-217) e seu grande feito é ter completado a codificação da *halakhah* (Lei Oral) sob a forma da Mishná, o grande documento literário e jurídico da época.

Lado a lado com a Lei Escrita (Torá) havia existido durante séculos uma vasta quantidade de Lei Oral que foi transmitida, de memória, de geração a geração. Essa lei interpretava casos individuais de comportamento humano em termos de preceitos bíblicos, a questão geral em cada caso girando em torno do problema do que deveria ou não um homem fazer para cumprir em todos os detalhes o espírito e ordenações da Torá. Assim se havia acumulado, em acréscimo ao código escrito, um vasto conjunto de "legislação de casos", transmitido verbalmente nas escolas. Foi Rabi Akiva quem começou a reduzir essa massa caótica a uma aparência de ordem. Procurou justificação no texto bíblico para cada ato que expandia a vida para além da experiência bíblica. Seu discípulo, Rabi Meir, reviu e desenvolveu o trabalho do seu mestre, sem nada pôr por escrito. A redação final foi empreendida sob Judá Ha-Nassi, a cujo nome a codificação da Mishná acha-se preeminentemente ligada. Judá, em sua obra, recorreu a umas treze coleções anteriores, contendo tradições transmitidas em nome de cento e cinqüenta eruditos. Essas tradições foram reunidas e examinadas, suplementadas e, onde necessário, recompostas. A divisão por assunto foi aperfeiçoada. O todo foi organizado em seis Ordens (Plantações, Festas, Mulheres, Danos, Consagrações, Purificações). Cada uma delas foi subdividida em Tratados, Capítulos e Cláusulas. O idioma empregado era um hebraico puro e vigoroso pelo qual o Patriarca tinha predileção. Os rabinos que colaboraram para esse trabalho, desde Hilel e seus predecessores até o próprio Judá, tornaram-se conhecidos pelo nome aramaico de *Tanaim* (mestres).

Novos Centros de Diáspora

O Talmude e sua Evolução

Enquanto Roma floresceu, a hegemonia da Palestina no mundo judeu foi incontestada. Mas o declínio econômico e social do Império Romano marcou uma concomitante decadência no centro palestino. Em conseqüência de guerras a população judaica diminuíra. Embora não houvesse mais interferência com costumes religiosos, após a revogação dos decretos de Adriano por Antonino Pio, os judeus, não obstante, levavam uma vida segregada; só secundariamente é que se consideravam cidadãos do Império Romano. Atividades missionárias cristãs acarretaram um crescente atrito com o ambiente não-judaico. O fardo dos impostos tornara-se quase insuportável. A situação dos judeus piorou ainda mais quando o cristianismo se tornou a religião de estado e o domínio da Igreja foi estabelecido em todo o Império. Não havia espaço, ao mesmo tempo, para o patriarca judeu em Tiberíades e o bispo em Jerusalém.

Essa tensão levou muitos judeus a emigrar. Emigração em massa para a Síria e Babilônia havia ocorrido após o ano 70. Na Pérsia os monarcas Sassânidas que ascenderam ao trono em 226 estimularam a imigração, uma vez que os novos cidadãos traziam habilidades técnicas para projetos industriais e empreendimentos comerciais. Sob Shapur II, que reinou em meados do século II, 86 000 famílias judias transferiram-se da Armênia para as províncias iranianas. Da Palestina a principal corrente de emigração tomou a direção leste, rumo à Babilônia.

A história judaica na Babilônia começara com o primeiro cativeiro sob Nabucodonosor. A comunidade que ali se instalou nunca perdeu sua identidade nacional ou cortou seus laços com a mãe-pátria. Os judeus babilônicos pagavam suas taxas ao Templo, faziam peregrinações a Jerusalém, e mandavam seus filhos às academias palestinenses. Grandes eruditos da Babilônia, dentre os quais foi Hilel o mais renomado, achavam Jerusalém um lugar apropriado para estudo.

Ao fim do século III, contudo, a vida comunitária e a organização religiosa na Babilônia ultrapassavam, de muito, as condições vigentes na mãe-pátria. A vida judaica na Babilônia era completamente autônoma. Algumas cidades, como Nehardea — conhecida como a "Jerusalém da Babilônia" —, eram inteiramente judaicas.

Novos Centros de Diáspora

À frente da comunidade judaica estava o *Rosh Ha-golah* (Exilarca), cuja autoridade era maior que a do Patriarca. Seu mandado transcendia o domínio religioso: era ele o juiz supremo em casos criminais, e exercia poder executivo na vida econômica do país. Sob a dinastia Sassânida ele era o representante dos judeus perante o rei, e nessa qualidade ocupava posição elevada entre os conselheiros imperiais. Parece ter havido

uma não rompida continuidade do regime exilárquico desde o antigo exílio de Joaquim, numa linha que se estenderia, sem interrupção, até um pouco além do ano 1000.

Como na Palestina, possuía a maioria dos judeus babilônicos uma agricultura altamente desenvolvida, enriquecida pelas abundantes águas do Tigre e Eufrates. Canais de irrigação eram escavados e mantidos sob supervisão governamental. A atividade agrícola era tão importante que os tribunais interrompiam suas sessões durante a estação intensiva. A população judaica contribuiu para o êxito da economia babilônica, adquirindo fama especial por haver transplantado da Palestina a oliveira.

O *status* do exilarcado não dependia unicamente dos poderes que lhe eram conferidos pelo governo central. Seu destino achava-se intimamente ligado à influência da classe erudita que então ascendia à liderança na comunidade judaica. Como na Palestina, o poder do rabinato cresceu com o desenvolvimento das academias. Mas com os centros de estudo palestinenses em declínio, os da Babilônia aumentaram de importância. Ao fim do século III a Babilônia era, na vida judaica, academicamente independente e materialmente predominante.

O principal texto de estudo era a Mishná de Judá, o *Nassi*. Eruditos babilônicos haviam constatado que muitas explicações na Mishná referiam-se exclusivamente a tradições palestinenses, e que maior consideração deveria ter sido dada a condições na Babilônia. Por isso sentiram-se no direito de seguir seu próprio caminho e desenvolver o trabalho de seus colegas palestinenses. Foi assim que surgiram as famosas academias de Sura e Pumbedita. Foram consagradas sob Rav e Samuel no século III. Se havia alguma diferença entre elas, estava em suas relações com a Palestina durante os primeiros anos. Pumbedita, a herdeira de Nehardea, que foi destruída em 259, continuou a antiga tradição de estudo judaico babilônico nativo. Era dirigida por Mar Samuel, um discípulo de Judá Ha-Nassi que preferia independência do método palestinense. Rav, por outro lado, fundou sua academia em Sura "onde não houvera Torá antes". Transplantou muito do estudo palestinense e adotou muitos costumes palestinos que também estudara na escola de Judá e trouxera às novas circunstâncias.

Novos Centros de Diáspora

Durante algum tempo as escolas da Palestina e Babilônia trabalharam simultaneamente na Mishná. Mas após a vitória da Igreja Cristã no Império Romano a coletividade judaica palestinense entrou em declínio e sua erudição ficou enfraquecida. A mais ampla pesquisa da Mishná ocorreu sob gerações de professores chamados *Amoraim*. Descobriram eles que a

Mishná não continha todo o material jurídico disponível, e certamente não as *halakhot* (leis) adicionais que nesse ínterim se haviam acumulado. Sua tarefa foi coligir todos esses acréscimos, codificá-los e dar-lhes a marca de finalidade. Surgiu assim a compilação de exegese jurídica denominada *Guemara*. Mishná e Guemara juntas formam o Talmude, esse imenso comentário sobre a vida judaica.

As academias palestinenses e babilônicas continuaram independentemente suas pesquisas, embora com troca de idéias através de visitas recíprocas dos rabinos. O Talmude Palestinense — também conhecido como o Talmude de Jerusalém — foi iniciado por Iokhanán bar Napakha (199-279), quando chefiava a academia de Tiberíades. Foi concluído em meados do século IV, sob condições políticas adversas. Em comparação com o Talmude Babilônico tem muitas deficiências. É incompleto e não possui continuidade. Entretanto, é uma importante fonte de informações sobre os judeus da Palestina, tendo por isso grande significação histórica.

O Talmude Babilônico é, mais do que um livro, um monumento literário. Exprime quase dez séculos de vida judaica na Palestina e Babilônia. É o registro da criatividade intelectual e religiosa judaica. A palavra da Bíblia é seu ponto inicial, mas afasta-se para bem longe dali num mundo de sagas e lendas, contos e poemas, alegorias, reflexões éticas e reminiscências históricas. Dos dois e meio milhões de palavras do Talmude, um terço é dedicado a *Midrashim*, ou homílias. Pertencem elas à *Agadah*, a narrativa, ou parte não-jurídica da literatura rabínica que reflete as opiniões pessoais dos professores e eruditos. A *Agadah* afasta-se infinita e encantadoramente do seu ponto de partida e quebra o tédio do debate em torno das *halakhot* por incursões na história e folclore, na astronomia e medicina.

Os problemas jurídicos são tratados no Talmude pela exposição dialética, através de uma forma de raciocínio chamada *pilpul*, que expõe tanto a verdade quanto seu oposto, e examina todos os argumentos pró e contra a fim de chegar a uma razão lógica para a aplicação de uma determinada lei. Essa forma de dialética aguçou a tradição de racionalidade na vida judaica.

A compilação do Talmude só foi terminada ao fim do século V. Mas o trabalho principal é atribuído a Rav Ashi (352-427), que por cinqüenta anos dirigiu a academia em Sura. Durante os séculos VI e VII o Talmude foi ampliado pela escola dos *Sevoraim* (raciocinadores), que foram os sucessores dos *Amoraim*. Foi então interpretado por eruditos posteriores, cuja contribuição para seu esclarecimento é inestimável.

Novos Centros de Diáspora

Existe somente um manuscrito completo do Talmude. Encontra-se no Museu de Munique e foi escrito em meados do século XIV. Um dos principais motivos para a inexistência de quaisquer outros manuscritos sobreviventes é o fato de, como o Talmude continha os principais ensinamentos da religião judaica, ter sido considerado o âmago da resistência judaica à conversão ao cristianismo, sendo freqüentemente lançado às chamas por autoridades cristãs medievais.

Se a Bíblia foi o Livro Eterno, o Talmude foi um companheiro diário. Prosaico, caseiro, prático, e repleto de inúmeras respostas para as necessidades humanas, foi para os homens do gueto um reservatório de vida nacional, o espelho fiel de uma civilização ancestral na Babilônia e Judéia. Diante da hostilidade exterior e da segregação forçada, viram-se os judeus da Idade Média impelidos para dentro de fontes independentes, de memória e experiência. A hostilidade ajudou a reuni-los em torno das tradições dos seus antepassados. Foram auxiliados no cultivo de sua identidade separada pelos regulamentos coligidos na literatura talmúdica, que a partir de então regiam suas vidas. O Talmude proporcionava uma porta aberta para um mundo pleno, vívido e animado de experiência judaica, mas uma experiência de vida humana que não era, de forma alguma, provinciana.

Triunfo da Igreja

O imperador Constantino, após sua conversão ao cristianismo em 313, decidiu estabelecer uma nova capital no Oriente: Constantinopla. Pretendia também preservar Roma, mas conseguiu, em vez disso, fundar o Império Bizantino. Caiu o pano lentamente sobre Roma. O moribundo Império originou o Papado, que então assumiu as responsabilidades estatais. (O cristianismo sob Teodósio foi declarado religião oficial.) A transferência da capital de Roma para Bizâncio foi de grande importância política. Levou à desintegração do Império Romano e à cisão da Igreja em partes oriental e ocidental.

A "Paz de Constantino", conforme Herbert J. Muller chamou o Edito de Milão de 313, introduziu um longo período de intolerância. A partir de então o cristianismo impor-se-ia pela força. Toynbee, inexplicavelmente, fala da "brandura" que assinalou o triunfo da Igreja em contraste com a "ofensa moral de tentar impor religião por força política", tal como era a prática do Islã. Muller, contudo, salienta que foi a cristandade que introduziu na história a "ofensa moral" de Toynbee como uma política deliberada e sustentada.

Novos Centrós de Diáspora

Os Judeus sob o Império Bizantino

O século e meio que precedeu a propagação do Islã foi marcado por um declínio político e econômico, acompanhado por um modo de ver pessimista que ganhou terreno tanto entre cristãos quanto pagãos. Os judeus tiveram de suportar degradação e insultos. Levavam o estigma de uma seita "nefanda" e "congregação sacrílega". Até que pudessem assumir seu importante papel sob o poderoso Império Islâmico, sofreriam algumas das suas maiores angústias sob a Pérsia e Bizâncio, e entre as civilizações mais novas que lentamente emergiam das enfumaçadas ruínas da Roma Ocidental. A partir do século VI foram os judeus sistematicamente perseguidos de um lugar para outro. Foram ou obrigados ao batismo ou desarraigados do solo. Embora não tivessem lar político, continuavam a representar uma entidade e como tal eram tratados.

A parte ocidental do Império Romano não pôde resistir à investida das tribos germânicas e desintegrou-se completamente. Roma foi saqueada primeiro pelos visigodos (godos ocidentais) em 410; o último imperador do Ocidente foi posto para fora em 476.

A Palestina, ao fim do século IV, tornara-se um país predominantemente cristão. Após a conclusão do Talmude Palestinense a maior parte das informações sobre a vida na Palestina se deriva de fontes cristãs.* O povoamento judaico mais denso achava-se na parte setentrional, mas mesmo ali os judeus não representavam mais de 10 ou 15% da população. Desiludidos, muitos começaram a emigrar, embora Hieronymus (S. Jerônimo) escreva que os judeus "crescem como vermes".

O fato de a Palestina se ter tornado um país cristão atraía então muitos peregrinos cristãos aos quais, ironicamente, os judeus serviam como guias, especialmente naqueles santuários mencionados no Antigo Testamento. Por outro lado, os cristãos também começaram a retirar do solo palestino as relíquias dos seus primeiros santos e de profetas e figuras bíblicas.** E também construíram igrejas sobre as sepulturas de profetas e santos. Esse foi o tempo em que os judeus viviam como estrangeiros em sua própria terra. Somente no dia 9 de Av permitia-se-lhes entrar em sua Cidade Santa. Às vezes tinham a sorte de encontrar um soldado romano que, por suborno, os deixava chorar um pouco mais junto às ruínas do Templo. Hieronymus descreve o quadro do povo enlutado:

* Indícios reveladores podem ser também reunidos das muitas ruínas de antigas sinagogas dos séculos II-VI, recentemente escavadas em Israel: Capernaum, Bar-Am, Nirim, Bet-Alfa, Gadera e outras.

** Em 395 os restos de José foram transferidos de Siquém para Constantinopla; os do profeta Samuel foram exumados em 406.

Novos Centros de Diáspora

"...mulheres já sem força por causa de sua avançada idade; estão despenteadas e com a roupa rasgada, têm aspecto pálido e choram. Enquanto os homens sopram o *shofar* sobre as cinzas do Templo, os soldados romanos exigem mais dinheiro antes de acederem ao seu desejo de chorar ainda mais um pouco. Tudo isso acontece sob as cruzes douradas da Igreja do Sepulcro e as cruzes do Monte das Oliveiras."

Assim Jerusalém foi proibida aos judeus, que mais uma vez caíram no velho lamento: "Como está solitária a cidade, que era cheia de gente."

As freqüentes guerras entre Bizâncio e Pérsia intensificaram-se no reinado do imperador Heráclio. De início os persas conquistaram vastos territórios, inclusive a Palestina. Jerusalém foi capturada pelos persas em 614. Muitos judeus haviam combatido nos exércitos persas contra Bizâncio, e em sinal de gratidão os persas entregaram aos judeus a administração da cidade. Tomaram-se então medidas para reintroduzir o culto e reconstruir o Templo. Mas esse interlúdio durou apenas três anos, após o que se desmoronaram todas as esperanças para o restabelecimento do domínio judeu: os persas foram derrotados e Jerusalém voltou aos cristãos. Judeus foram proibidos de residir num raio de cinco quilômetros da cidade.

A esse tempo, todavia, Bizâncio estava tão enfraquecido por incessantes guerras que não era páreo para os ferozes exércitos árabes avançando dos desertos no sul. A era do Islã estava prestes a começar.

Novos Centros de Diáspora

11 | A Era Islâmica

O INÍCIO do século VII encontrou judeus habitando a maior parte da Europa. Em poucos países europeus, contudo, permitia-se-lhes viver em paz por mais do que algumas décadas de cada vez. Com a difusão do cristianismo católico, e a crescente influência da Igreja sobre governos, uma após outra comunidade judaica sofreram o destino do exílio ou batismo forçado. A história da sobrevivência judaica na Europa cristã está durante séculos pontuada por esse opressivo ritmo de rejeição e expropriação.

Os judeus vieram pela primeira vez à Europa na esteira das conquistadoras legiões romanas; foi assim que chegaram à Itália setentrional, ao reino franco-germânico, e à Espanha, países onde outros povos, entre eles comerciantes fenícios e sírios, já se haviam estabelecido. Para conveniência de culto na sinagoga e vida comunitária, os judeus tendiam a se estabelecer em grupos e ocupar áreas urbanas separadas — padrão seguido por praticamente todos os grupos estrangeiros nas grandes cidades do Império Romano. Judeus eram encontrados em todas as profissões, mas a maioria deles, tendo começado sua vida na Diáspora como escravos, dedicava-se às ocupações mais humildes, inclusive agricultura (na Itália, lavrar a terra era principalmente uma ocupação para escravos).

Sob o Edito de Caracala (212) foi concedida cidadania a todos os judeus que residiam no Império Romano. Essa situação permaneceu inicialmente inalterada mesmo quando a Itália e a Europa Ocidental foram invadidas pelos bárbaros.

A maioria dos reis bárbaros, ao lidar com a população judaica, continuou seguindo os editós incluídos no Código Teodosiano. Esse código, promulgado em 438, destinava-se a estipular os limites precisos dos direitos civis judaicos no Império. Entre outras medidas restritivas, proibia aos judeus de casar com cristãos, possuir escravos cristãos, e construir novas sinagogas. É verdade que o código também estipulava a proteção de direitos judaicos em outras áreas, mas seu principal impacto foi proporcionar uma base legal para posteriores medidas restritivas executadas e impostas pela Igreja. Sob essa legislação posterior os judeus seriam definidos como estrangeiros étnicos e infiéis religiosos, até que — despojados de seus direitos civis e tornados sujeitos a restrições especiais — viriam a entrar no gueto, essa instituição peculiarmente medieval a que homens de todas as épocas se têm agarrado como a um verdadeiro instrumento e símbolo de degradação social.

Com a adoção do catolicismo pelos ostrogodos na Itália, visigodos na Espanha, e francos e borgonheses na França, tornaram-se os judeus o alvo do zelo cristão. Embora fossem ainda, oficialmente, membros de uma "religião permitida" — uma *religio licita* —, tornava-se cada vez mais difícil aos judeus navegar com exito através das águas turbulentas das recém-convertidas, e recém-fanáticas, nações européias. O Código Teodosiano aplicava-se a todos os países sob a influência da Igreja, mas sua interpretação dependia muito do capricho de cada soberano. A Espanha foi especialmente dura: os Concílios Eclesiásticos de Toledo insistiram rancorosamente na aplicação rigorosa de todos os regulamentos antijudaicos. Piorando as relações com os cristãos, os judeus da Espanha, numa última tentativa de provar sua inocência, procuraram mostrar que seus antepassados haviam deixado a Palestina muito antes da época de Cristo, não podendo, portanto, ter participado da crucificação. É desnecessário acrescentar que argumentos dessa espécie — fossem eles racionais ou espúrios — de nada adiantaram. As medidas opressivas atingiram uma espécie de clímax em 613, quando o rei Sisebuto exigiu que todos os judeus da Espanha aceitassem o batismo; era a primeira vez que um tal decreto afetava todo um país, e formava um sinistro prenúncio da tragédia que iria acontecer aos judeus espanhóis oitocentos anos mais tarde. Centenas cederam à pressão, e se converteram. Mas, não obstante essas conversões em massa, e os severos castigos infligidos àqueles que depois "recaíam" no judaísmo, comunidades inteiras conseguiram sobreviver. Nem a força política dos reis nem o ardor religioso dos bispos foi suficiente para assegurar anuência à perseguição.

O mesmo se pode dizer da França, onde os merovíngios, seguindo o exemplo de Sisebuto, exigiram o batismo ou expulsão dos seus judeus (629). As conversões em massa que se seguiram deixaram um grupo facilmente identificável de "judeus convertidos" que não eram considerados totalmente judeus nem por eles próprios nem por seus vizinhos, e que se aproveitavam da primeira oportunidade para largar qualquer simulacro de conversão. Muitos judeus que haviam aceito o batismo à ponta de espada voltavam ao judaísmo tão logo houvesse passado o perigo imediato ou subido ao trono um nôvo rei. De fato, considerando-se a constante intensidade da perseguição, surpreende que tantos judeus se tenham apegado aos seus próprios valores; nada menos que uma inabalável convicção de superioridade moral e religiosa lhes poderia ter possibilitado sobreviver às implacáveis ondas de terror e conversão forçada que, no século VII, levaram à devastação quase total da coletividade judaica espanhola.

O resultado dessa prolongada perseguição foi um constante declínio no número de judeus em países cristãos — isso não obstante o fato de que geograficamente encontravam-se judeus em mais países que em qualquer época anterior. É verdade que esse período também viu um declínio econômico geral, mas um papel nada pequeno na dizimação do judaísmo foi desempenhado pela Igreja Católica. (Na Palestina só havia sobrado um pequeno resto; no Egito o declínio era consternador.) Pode ter havido três milhões de judeus durante o período do Segundo Templo; no início do século VII, no que então restava do Império Romano, esse número havia diminuído a não mais que meio milhão.

O máximo de batismos e expulsões foi alcançado nesses países por um processo cuja meta era transformar os judeus num povo estrangeiro e privado de direitos civis. Freqüentes perseguições cobravam seu tributo no enfraquecimento da estrutura social e econômica da comunidade judaica. Forçados a abandonar a agricultura — ocupação que os teria ligado fisicamente ao solo da Europa —, viram-se os judeus obrigados a se dedicar ao comércio. Nesse papel, para o qual o fato da dispersão judaica os qualificava materialmente, alcançariam, nos séculos posteriores, uma preeminência universal e nada invejável, tornando-se alvo natural de injúrias.

Concluindo esse breve exame do mundo judeu ao início do século VII, temos de fazer menção da grande comunidade judaica na Babilônia. O domínio Sassânida fora, de um modo geral, brando para com essa comunidade. Não obstante ocasionais atos de violência (dois dos exilarcas foram executados), a situação na Babilônia era melhor do que na maioria

dos países cristãos. Os judeus da Babilônia constituíam, nessa época, o maior reservatório de força espiritual e física judaica. Mas pouca influência exerceram sobre as distantes comunidades judaicas da Europa. Mesmo esse estado de coisas, porém, não tardaria a se modificar, quando o advento do Islã e da dominação árabe alteraria radicalmente o mapa geográfico e político do Império Bizantino e de todo o mundo mediterrâneo.

A Ascensão do Islã

Desde tempos imemoriais a Arábia — lugar de origem dos povos semitas — tem sido um país de nômades. Pode-se dizer que até o século VII a vida nessa terra árida passou por poucas transformações. De tempos em tempos, bandos de nômades vagueavam para o norte, leste e oeste, até as áreas civilizadas do Egito, costa mediterrânea e Mesopotâmia. Vários impérios, em diversas épocas, reivindicaram uma hegemonia aliás tênue sobre a península Arábica. De um modo geral, contudo, a própria terra, bem como o povo que nela vivia, fora pouco afetada por essas mudanças nas condições temporais. As poucas nesgas de terra fértil junto às faixas costeiras sustentavam uma escassa população agrícola. Através do deserto vagavam os nômades, com seus rebanhos e camelos. Efetuava-se o comércio por meio de caravanas que mantinham algum contato entre os dispersos povos árabes.

As duas cidades principais da Arábia eram Meca e Medina (Iatrib). Meca, no início do século VII, pode ter tido uns vinte ou vinte e cinco mil habitantes; era povoada principalmente por beduínos. Mas mesmo nessa época Meca era mais que um centro comercial. Era o local da *Caaba* — um pequeno templo de pedra negra, cuja pedra angular era um meteorito — e conseqüentemente um centro de peregrinação religiosa. Medina, a esse tempo, era uma cidade menor, fundada, dizia-se, por judeus oriundos do Iêmen. Até 525 os príncipes de Medina haviam durante séculos professado o judaísmo como sua religião.

Na verdade, muito após 525, os judeus da Arábia norte-ocidental formavam uma comunidade numerosa e poderosa. Vários oásis e cidades achavam-se inteiramente em suas mãos. Constava terem introduzido a palmeira na região, assim tendo sido responsáveis pelo cultivo e lucrativa comercialização de tâmaras. As relações com seus vizinhos, muitos dos quais se sentiam atraídos pelo judaísmo, eram geralmente cordiais. Os costumes e o folclore judaicos se haviam tornado um elemento integrante do ambiente global.

Foi contra esse fundo que se desenrolou a carreira do profeta Maomé. Nascido em Meca, em 570, de família pobre e humilde, ascendeu, de acordo com a lenda, da posição de simples cameleiro para tornar-se primeiro líder de uma caravana e depois o líder de todo o povo árabe. Nos percursos que realizava com sua caravana entrou em contato com muitos judeus e cristãos, cujas crenças religiosas despertaram sua curiosidade. Durante algum tempo sentira-se Maomé possuído de poder profético — poder cuja proveniência sobrenatural era atestada por ocasionais visitações do céu. Maomé acreditava unir em sua pessoa duas funções religiosas distintas: a de *nabi*, ou profeta, e a de *rasul*, ou apóstolo. A base de sua doutrina era simples: existia somente um Deus (nisso Maomé adotou a concepção judaica de unidade, oposta à doutrina cristã da Trindade), e deveria haver apenas uma comunidade de crentes. Começou a pregar essas idéias e a converter, em segredo, aqueles com quem entrava em contato. Seus primeiros seguidores foram escravos e gente de origem humilde; os prósperos e abastados, desconfiados de seus motivos, evitavam-no. De fato, foi tão intensa sua oposição a Maomé, que acreditavam ser uma ameaça ao seu prestígio e poder, que sua posição em Meca se tornou em breve periclitante e cada vez mais precária.

Em 622, temendo por sua vida, fugiu Maomé com alguns dos seus seguidores mais próximos para Medina. A data dessa fuga — conhecida em árabe como a *hégira* — marca o início do calendário muçulmano. Em Medina a posição de Maomé, no que tange aos árabes, estava assegurada. Mas encontrou inesperada resistência por parte dos judeus. Por causa da semelhança de sua nova religião com o judaísmo, Maomé esperava contar com a simpatia dos judeus árabes. Mais do que isso, esperava mesmo que adotassem sem hesitação o islamismo. Deixara, todavia, de reconhecer dois fatores: primeiro, o alto grau de consciência cultural e histórica que existia entre os judeus da Arábia, e que era em boa parte responsável por sua atitude de desdém em relação a esse pretenso "profeta" e seus discípulos grosseiros e iletrados; segundo, a destacada posição política e social dos judeus árabes, que tornava desnecessário para eles tomar em consideração a conversão como meio de progredir socialmente. De qualquer modo, enfurecido por sua oposição e invejoso de seu êxito financeiro, concebeu Maomé um ódio aos judeus que em anos subseqüentes teria conseqüências graves para não poucas comunidades judaicas.

Para propagar a nova religião do Islã, escolheu então Maomé um processo novel. A maioria dos seus conversos foi conseguida nos campos de batalha, onde aos derrotados — principalmente membros das caravanas comerciais de Meca —

foi dada a alternativa de conversão ou morte. Tão impressionante foi a demonstração do poderio militar de Maomé que muitos árabes se convenceram da divindade de sua missão. Outro instrumento de conversão usado eficazmente por Maomé foi a imposição de taxas especiais àqueles que inicialmente se haviam recusado a aceitá-lo como um profeta. Com o passar do tempo tornou-se Maomé suficientemente poderoso para que lhe fosse finalmente concedida permissão de realizar uma peregrinação a Meca. Essa cidade, a partir de então, tornou-se um centro muçulmano, e a *Caaba* um dos principais santuários da religião maometana.

Em 632, quando faleceu Maomé com a idade de 61 anos, o Islã já abrangia toda a Arábia e parte da Ásia Ocidental e África Setentrional. Esses vastos territórios haviam sido subjugados por exércitos relativamente pequenos, cujo fenomenal sucesso pode ser atribuído à ajuda e simpatia que, em quase toda parte, recebiam da população local, que invariavelmente acolhia de braços abertos os soldados de Alá. A cultura nativa desses lugares tornara-se degenerada e sem vida. Cristãos e judeus que se recusavam a entregar-se à nova religião podiam comprar sua liberdade pagando um tributo, sendo-lhes então concedido o *status* de *dhimmi*, infiéis protegidos. Mas eles eram uma minoria. Um milênio de dominação grega e romana deixara a maioria da população nos territórios conquistados disposta para mudanças, e os árabes foram considerados espiritualmente mais próximos que seus predecessores cristãos. O mesmo se pode dizer dos que viviam no decadente Império Sassânida. Num período surpreendentemente curto a nova religião do Islã tornara-se um Império Árabe; absorvendo muito da cultura persa e bizantina, tornar-se-ia em breve uma civilização. Os Sassânidas capitularam em 637; Síria e Mesopotâmia caíram pouco depois. Em 639 Alexandria foi sitiada por Omar, o sucessor de Maomé, e conquistada no ano seguinte. De sua nova capital, Damasco, onde foi estabelecida a primeira mesquita, os árabes precipitaram-se sobre todo o norte da África, e daí passaram para a Espanha em 711. O avanço dos exércitos maometanos foi detido no Oriente só pelo Império Bizantino, e no Ocidente só pela França.

Os vastos territórios do Império Árabe foram consolidados pelos Omíadas, sucessores imediatos de Maomé e primeira dinastia muçulmana. Por quase um século a família Omíada governou sozinha de seu centro em Damasco. Após uma revolta interna em 747, um novo poder muçulmano, os Abássidas, conseguiu estabelecer a hegemonia sobre todas as seções orientais do Império Árabe. De seu novo centro em Bagdá a dinastia Abássida governou o Islã oriental durante quinhentos

anos, até a invasão dos mongóis em 1250. A Espanha e África do Norte, enquanto isso, permaneceram sob suserania omíada. Um membro da família dos Omíadas — Abd-el-Rahman — havia conseguido escapar para a Espanha durante a luta interna pelo poder. Tendo sido declarado Sultão da Espanha, pegou em armas contra Carlos Magno (que tinha uma aliança com os Abássidas) e expulsou-o da Espanha. Um dos heróis dessa guerra foi Rolando. Sob Abd-el-Rahman a Espanha foi a primeira província a se separar dos centros reconhecidos do Islã. Uma nova sede de governo foi estabelecida em Córdova, que se tornou capital do Islã ocidental e um deslumbrante centro de alta cultura. Abd-el-Rahman III (912-961), que se declarou califa, fundou uma universidade em Córdova e foi responsável por um florescimento de atividade civilizada nas esferas política, econômica e intelectual que deixou, durante séculos, sua marca na cultura espanhola. Entre os principais beneficiários e catalisadores dessa onda de atividade estavam os judeus da Espanha, que trariam uma rica contribuição à cultura da Idade do Ouro Muçulmana.

Elementos Judaicos no Pensamento Islâmico

Tão numerosos, e mesmo tão impressionantes, são os elementos de origem judaica no pensamento islâmico que só podemos presumir uma profunda familiaridade com o judaísmo por parte dos primeiros muçulmanos, não excluindo o próprio Maomé. Está claro que os judeus da Arábia mantinham uma comunidade ativa, com sinagogas, escolas, e linhas abertas de comunicação com os judeus da Palestina e Babilônia. E não era também uma comunidade jovem. Já havia judeus na Arábia no período dos Hasmoneus, e seu número aumentou substancialmente após a derrota de Bar Kokhba em 135. Assim, ao tempo de Maomé, eram os judeus uma parte bem entrincheirada da sociedade árabe, especialmente no Iêmen. Não há dúvida de que o judaísmo causou viva impressão à mente árabe, e que muitos dos seus temas fundamentais podem ser ouvidos ressoando na teologia do Islã.

Exemplos dessa influência são abundantes. Como o judeu, o muçulmano afirma a unidade de Deus e a imediação da capacidade do homem de aproximar-se Dele. Como o judeu, igualmente, o muçulmano acredita na imortalidade da alma; na responsabilidade pessoal pelas ações cometidas; no primado da justiça; no dar esmolas (em hebraico: *tzedakah*) como um ato de justiça mais do que de filantropia constrangida. O calendário judaico, o conceito judeu do sabá, a atitude judaica em relação aos alimentos — tudo isso passou para o Islã, em-

bora com qualificações. E além desses princípios básicos, o Islã também se assemelha ao judaísmo em muitos dos seus costumes; o hábito de voltar-se numa determinada direção durante as orações e a prática de lavar as mãos antes de preces são apenas dois exemplos de acentuada similaridade. De fato, um meticuloso exame do Corão revelará uma porção de influências judaicas — eloqüente testemunho da dívida que o pensamento religioso muçulmano tem para com o talento da mente hebraica. Foi, contudo, o talento da mente árabe que fundiu esses elementos díspares de pensamento sacro, assim como fundiu os povos mais variados, de origens e países os mais diversos, num corpo único e coerente.

Judeus sob Domínio Muçulmano

Sob dominação muçulmana ingressaram os judeus num novo período de expansão física e intelectual. Em quase diametral contraste com os persas, cuja religião virtualmente se desintegrou sob o impacto do Islã, e com os cristãos orientais, que em sua maioria haviam renunciado à sua fé em favor da nova revelação, os judeus não só conservaram sua crença ancestral como também ganharam nova força nos países da conquista muçulmana. Essa notável explosão de vigor, além do mais, caracterizou as comunidades judaicas do Ocidente não menos que as do Oriente.

Examinemos primeiro o grande enclave judaico da Babilônia. Bagdá, a nova capital, e sede do Exilarca judeu, atraía muitos colonos judeus. Segundo o historiador Salo Baron, foi na realidade um matemático e astrólogo judeu, um certo Masha'allah, que colaborou em traçar as medidas para a nova metrópole, que tinha "6 000 ruas no lado oeste e 4 000 no leste, num perímetro de aproximadamente trinta e dois quilômetros". Tão numerosa era a comunidade judaica de Bagdá que ainda no século XII, depois que a guerra civil e a fome haviam cobrado considerável tributo em vidas e propriedades, o viajante Benjamim de Tudela encontrou ali 40 000 judeus, os quais continuavam a sustentar e manter vinte e oito sinagogas e dez academias de estudos superiores.

O rejuvenescimento da comunidade da Palestina sob o domínio muçulmano foi igualmente rápido. Oprimida e numericamente dizimada por seus soberanos bizantinos, a comunidade na Palestina ergueu-se então a tais alturas que parecia pronta a recuperar sua autoridade sobre os judeus de todo o mundo, que durante anos buscara sua liderança nos *gueonim* da Babilônia. Apesar da antiga lei de Adriano proibindo os judeus de viver em Jerusalém — uma lei perpetuada pelos

cristãos e teoricamente pelos muçulmanos —, o número de judeus nessa cidade passou a crescer rapidamente. Negociações com o califa resultaram em permissão para setenta famílias retornarem à Cidade Santa, e com o tempo esse grupo inicial foi aumentado por grande número de "Pranteadores por Sião", que se amontoavam em torno do Muro Ocidental, último vestígio visível do Templo. A população judaica de Jerusalém era sustentada por donativos de judeus de toda parte, que viam no renascimento dessa comunidade, e restabelecimento ali da antiga academia rabínica, prova tangível dos inquebráveis laços de seu povo com a pátria. A comunidade de Jerusalém continuou em existência até o ano de 1099, quando foi impiedosamente destruída pelos cruzados invasores.

Jerusalém não foi a única cidade a ter um renascimento sob os muçulmanos. Tiberíades, que através do período bizantino mantivera contínua autoridade sobre as povoações da Galiléia, e mesmo sobre toda a Palestina, entregou então sua academia a Jerusalém. Permaneceu, contudo, como um destacado centro intelectual nos campos da poesia, exegese e estudos lingüísticos hebraicos. Graças aos seus esforços nesses ramos foram os cidadãos de Tiberíades responsáveis pela preservação da língua hebraica em toda sua pureza de sintaxe e pronúncia. Ainda outros centros de estudo foram Gaza, Ascalão e Haifa. A cidade de Ramla tornou-se, por algum tempo, residência do califa, e assim também a capital administrativa da Palestina.

Uma história análoga de renascimento pode ser contada em relação às comunidades judaicas da Síria. Subseqüentemente à evacuação de grande número de cristãos, ondas de colonos judeus afluíram às cidades de Trípoli, Tiro e Alepo, que eram consideradas como parte da Terra Santa. Na Síria, propriamente dita, Damasco deve ser destacada como um singularmente importante centro de vida e ensino judaicos, especialmente após a ocupação seldjúquida de Jerusalém em 1071.

Passamos a seguir ao Egito, para mais uma vez encontrarmos uma recuperação da antiga glória e um aumento no poder econômico. Cairo, em condições de igualdade com Bagdá em requinte e cultura, tornou-se após o estabelecimento da autoridade fatímida em 969 um centro mundial de ciência e estudo judaicos. Em sua oposição a tudo que emanasse de Bagdá, os governantes fatímidas asseguraram independência a todos os líderes religiosos no Cairo, bem como em províncias do Império Fatímida como a Síria e Palestina. A concessão de liberdade possibilitou às comunidades judaicas desses países consolidar seus negócios e consultarem-se mutuamente sobre questões prementes de interesse comunitário. Através desse pe-

ríodo o Cairo (Fustat) exerceu uma influência muito além das fronteiras do Egito, servindo como um elo focal entre os judeus do Oriente e do Ocidente. Sua *guenizah*, ou depósito de livros usados hebraicos, descoberta no princípio do século atual por Salomão Schechter, proporcionou-nos não só valiosos registros locais como também numerosas transcrições de informações importantes, cujos originais haviam sido enviados da Síria e Palestina para Fustat, de onde foram encaminhados aos seus destinos finais.

Em segundo lugar em preeminência, logo após o Cairo, estava Alexandria, outra cidade ostentando importância no comércio internacional. A estratégica posição geográfica de Alexandria tornava sua comunidade judaica o alvo freqüente de pedidos para resgatar judeus capturados em alto-mar por corsários muçulmanos. Um dos poucos manuscritos holográficos sobreviventes de Maimônides é um pedido de fundos para libertar de mãos muçulmanas tais cativos judeus.

A oeste do Egito existiam numerosas outras bem estabelecidas comunidades judaicas. Kairuvan, próximo do local da antiga civilização de Cartago, possuía, ao tempo em que os Fatímidas subiram ao poder (909), uma comunidade judaica plenamente desenvolvida, comunidade essa suficientemente forte para livrar-se da tutela das academias do Oriente. Embora voluntariamente sustentando as academias babilônicas, era a comunidade de Kairuvan dirigida por eminentes eruditos próprios, sábios que se correspondiam com os *gueonim* de Sura e Pumbedita em termos de igualdade. Havia também colônias judaicas de considerável tamanho na vizinha Tripolitânia e no Marrocos. Uma delas, Fez, tornou-se um grande centro de cultura judaica, e judeus figuravam entre os fundadores de Marrakesh (1062).

A posição social dos judeus em países muçulmanos era determinada por incongruente legislação discriminatória, que, naturalmente, variava de uma localidade para outra. De um modo geral, a legislação muçulmana visava a estabelecer a superioridade social dos verdadeiros crentes sobre os *dhimmi* (infiéis). Um código autorizado único de legislação discriminatória contra judeus e cristãos existia desde o tempo de Omar I, mas suas constrições raramente eram aplicadas na íntegra. Entre suas cláusulas estava a estipulação de que todos os grupos religiosos não-muçulmanos deveriam pagar uma taxa especial ao governo. Além disso, era proibida a construção de novas igrejas ou sinagogas, e a nenhuma igreja ou sinagoga existente era permitido ser mais alta que uma mesquita vizinha. Os infiéis deveriam montar mulas ou burros, e não cavalos, e estavam proibidos de portar armas. Os casamentos

mistos eram naturalmente proibidos, e a conversão permitida somente de uma fé não-muçulmana para o Islã.

Na prática, todavia, essas proibições eram aplicadas seletivamente. Os judeus não eram obrigados a viver em guetos, e podiam manter suas próprias instituições comunitárias. Assim, tribunais judaicos exerciam poder judiciário completo sobre a comunidade, e não era necessário recorrer a tribunais árabes. Quanto às taxas especiais, eram cobradas *per capita* igualmente de judeus e cristãos. As comunidades judaicas, na maior parte das vezes, puderam funcionar com relativa autonomia na execução de seus negócios internos.

Semelhantemente, as leis relativas a cores especiais pelas quais os trajes de "infiéis" deveriam distinguir-se dos de muçulmanos eram freqüentemente ignoradas, embora em outros casos fossem não só aplicadas como levadas a extremos absurdos. Um califa fatímida, por exemplo, ordenou aos judeus usarem bolas de dois quilos em volta do pescoço, em comemoração à cabeça de bezerro que seus antepassados outrora haviam adorado. Outro decreto prescrevia que cada judeu deveria usar um distintivo amarelo em seu chapéu e pendurar em seu pescoço uma moeda de prata com inscrição da palavra *dhimmi*. Sinais distintivos para mulheres incluíam sapatos de duas cores diferentes, um vermelho e outro preto, com um sino para anunciar sua chegada. Todas essas leis visavam a rebaixar o respeito social dos infiéis, que viviam rodeados de uma atmosfera de refinado desprezo. Conforme as palavras de um autor do século XI:

> Homens e mulheres cruéis foram contratados para oprimir os judeus, masculinos e femininos, e lançar sobre eles toda espécie de imprecações, afrontas e vexames. E os não-judeus costumavam ridicularizar judeus, a turba e crianças muitas vezes assaltando judeus em todas as ruas de Bagdá.

Deve-se dizer que a liderança judaica não fazia objeção ao rigor da legislação segregacionista muçulmana. Ela também estava interessada em evitar uma remoção das barreiras entre as religiões, e fez tudo que podia para manter uma situação segregada sem pôr em risco a segurança física da comunidade. Assim, para conservar o bairro judeu livre de intromissão exterior, a lei judaica proibia a venda de casas a não-judeus, e todo intercurso social entre os grupos religiosos era desencorajado.

Legislação alguma, porém, podia impedir um certo grau de confraternização. Judeus e não-judeus eram aproximados por interesses comerciais comuns ou por simples curiosidade.

E isso especialmente nas camadas mais altas da sociedade. À medida que os judeus se elevavam a posições importantes nos campos das finanças, medicina e erudição, tendiam freqüentemente a associar-se a seus colegas não-judeus, social e profissionalmente. O respeito árabe pela perícia judaica sobrepunha-se, muitas vezes, às barreiras legais e sociais. O seguinte, por exemplo, é uma homenagem poética prestada a Maimônides por um médico muçulmano:

> A perícia de Galeno cura apenas o corpo
> Mas a de Abu-Irman [Moisés] o corpo e a alma.
> Seus conhecimentos tornaram-no o médico do século.
> Com sua sabedoria ele podia curar a enfermidade
> [da ignorância.
> Se a lua se submetesse à sua arte,
> Ele a livraria de suas manchas ao tempo de lua cheia,
> Aliviá-la-ia de seus males mensais
> E, ao tempo de sua conjunção, evitaria que minguasse.

Um índice de associação inter-religiosa é a adoção de nomes árabes por judeus — isso não obstante o Pacto de Omar que proibia tal uso de *kunias* árabes por infiéis. "Ibn", "Abu" e "el" aparecem regularmente como componentes de nomes judeus, junto com elementos de origem hebraica ou mesmo puramente árabes. Mas em parte alguma era a discrepância entre lei e vida mais aparente do que no costume muçulmano de nomear judeus para cargos públicos. Em Bizâncio e na Pérsia os judeus haviam sido impedidos de exercer quaisquer funções administrativas. Califas e governantes árabes, contudo, recorriam livremente aos serviços de judeus em suas administrações, e dependiam grandemente de seus conselhos hábeis em questões de finanças e diplomacia internacional. A fidedignidade desses funcionários publicos foi talvez melhor expressa por um vizir de Bagdá do século IX:

> Não foi devido a qualquer simpatia minha pelo judaísmo ou cristianismo que fiz ingressar esses infiéis no serviço público, mas porque constatei que estavam mais fielmente vinculados à dinastia que os muçulmanos.

A ascensão do Império Fatímida e da Espanha Muçulmana viu um concomitante aumento no número de conselheiros judeus vinculados às cortes árabes como consultores políticos e mesmo militares. A capacidade diplomática e lingüística desses cortesãos possibilitou-lhes ascender rapidamente às

administrações árabes, e seus serviços não tardaram a se tornar indispensáveis ao funcionamento regular do Império Muçulmano. Nas duas seções mutuamente exclusivas do mundo mediterrâneo — a Cristandade, falando língua românica ou grego, e o Islã, que falava árabe —, somente o judeu tinha um pé em ambos os lados; só ele podia ir de país em país com relativa facilidade; só ele dominava uma língua capaz de levá-lo a quase toda parte; e só ele possuía, entre seus correligionários, contatos e agentes dignos de confiança em todos os grandes centros comerciais. Foi nesse período, além do mais, que a expansão muçulmana pôs as grandes populações judaicas da Mesopotâmia, pela primeira vez, sob o mesmo domínio e na mesma órbita intelectual que as mais remotas povoações a oeste na Europa. O cortesão judeu, cuja carreira, devido às vicissitudes do poder e às rapidamente mutáveis disposições de seu empregador, era com freqüência tão curta quanto brilhante, serviu para unir com seu talento esses cantos afastados dos mundos islâmico e cristão.

Os Judeus na Mesopotâmia

Ao início do período muçulmano a maioria dos judeus ainda vivia na Babilônia. Esses judeus haviam sofrido sérios reveses sob os últimos soberanos Sassânidas. Muitos deles haviam sido afastados do solo; academias foram forçadas a fechar; a ameaça de perseguição era constante. Mas apesar disso a situação na Babilônia era incomparavelmente melhor que nos países sob dominação cristã. E quando grandes massas de judeus ficaram unidas sob a égide do Império Muçulmano, a comunidade judaica da Babilônia pode, mais uma vez, reivindicar a preeminência. Sua influência direta sobre outras comunidades judaicas estendia-se então da Índia à Espanha.

Na recuperação do seu *status* anterior foi a comunidade babilônica auxiliada pelas políticas do califado muçulmano, que, por motivos de estabilidade e controle, decidira conservar tôdas as instituições judaicas preexistentes e até mesmo fortalecer sua autoridade. O Exilarca tornou-se novamente o líder espiritual de todos os judeus no Império, obtendo também ocasionais poderes temporais. As nomeações exilárquicas eram feitas de famílias que alegavam descendência ininterrupta do rei Davi. O Exilarca tinha um lugar nos principais conselhos imperiais; quando o centro do governo árabe se deslocou para Bagdá, o Exilarcado foi junto.

Os novos governantes muçulmanos no Oriente concederam aos judeus liberdade de religião, liberdade de residência, liberdade de trabalho, e liberdade de movimento. Judeus ingres-

saram em altas posições no governo e destacaram-se especialmente no setor econômico. Como "infiéis", lhes era, naturalmente, negado o direito de servir no exército ou ocupar cargo público, mas muitos postos administrativos importantes lhes foram abertos.

Com os judeus ascendendo a posições econômicas significativas e obtendo uma parcela de poder político, a autoridade do Exilarca entrou em declínio. Atingindo então a paridade estava a classe erudita, que no século VIII alcançou controle sobre a comunidade judaica. Como no período talmúdico, os ilustres mestres exerceram amplos controles comunitários. Seu prestígio foi ainda mais favorecido pelo fato de o Talmude Babilônico ter sido indicado como a lei autorizada por todo o povo judeu.

As duas escolas principais eram as de Sura e Pumbedita, a cujos dirigentes foi dado o honroso título de *Gaon*. Rendas para a manutenção dessas academias eram doadas por comunidades judaicas próximas e distantes. Durante séculos as escolas gozaram de prestígio e influência mundiais, bem além das fronteiras do Império Muçulmano. Serviram como academias de estudo, cada uma delas com substancial número de alunos, oriundos de toda parte onde se falava árabe. Mas também assumiram o lugar do antigo Sanedrim, funcionando como uma Corte de Apelação para comunidades tão afastadas quanto a de Kairuvan, e tornando-se responsáveis pela designação de juízes locais. A mais eficaz medida de governo instituída pelas academias foi o *kherem* (excomunhão). Teoricamente foi introduzida para substituir a pena capital, e essa nova forma de punição constituía, de fato, uma sentença de morte do ponto de vista social; nenhuma pessoa posta sob *kherem* podia viver no âmbito da comunidade organizada. (Um poeta do século X comparou a sorte de tal proscrito com a de um leproso.) Essa ameaça de exclusão total da comunidade só era aplicada raramente; sua eficácia estava no conhecimento que tinham todos os envolvidos do seu terrível caráter terminante. Como havia acordo geral quanto a esse ponto, o *kherem* se revelaria um elemento essencial na preservação e desenvolvimento de instituições judaicas sob o Islã.

A rivalidade entre as duas academias durou tanto quanto a instituição do próprio *Gaonato*. Sua autoridade só começou a entrar em declínio no século X, com a deterioração geral da vida babilônica. A esse tempo, porém, os judeus do Egito e Espanha já estavam prontos para assumir a liderança; a crucial tarefa de transmissão fora completada. Grande quantidade de material existia sob a forma conhecida como literatura de Responsa, que consiste de perguntas dirigidas aos eru-

ditos das academias sobre questões de direito, teologia, problemas históricos e assuntos comunitários, junto com suas respostas e conselhos. Durante três séculos essas perguntas haviam sido dirigidas aos sábios do Oriente, e suas respostas haviam ido para as comunidades do Ocidente. Agora o Ocidente tinha seus próprios sábios, e suas próprias academias: a cadeia da tradição, reforçada por fortes elos novos, continuaria não interrompida.

No século VIII teve início um movimento de revolta contra a lei talmúdica e que, durante algum tempo, levaria a um cisma no judaísmo. Esse movimento, conhecido como Caraísmo, iria durar quatro séculos. As violentas controvérsias que provocou levaram à formação de várias seitas que dividiram o judaísmo em diversos campos. O primeiro choque ocorreu na Mesopotâmia durante o período dos *gueonim*, e foi iniciado pelo fundador do Caraísmo, Anan ben David.

Em 761, Anan ben David, um sobrinho do Exilarca babilônico, foi impedido pelos *gueonim* de suceder ao seu tio por causa de suas tendências antitalmúdicas. Foi obrigado a sair do país e estabelecer-se na Palestina, onde construiu sua própria sinagoga em Jerusalém como um baluarte do qual empreenderia sua guerra contra o judaísmo rabínico. Anan acusava os talmudistas de terem corrompido o judaísmo, adicionando demasiadas interpretações complexas à prístina pureza da Torá, e de não fazer caso de muitos dos seus mandamentos. O lema da sua nova seita foi "Pesquise profundamente a Torá, e não se apóie em minha opinião." Sobreviveram apenas fragmentos dos volumes em que Anan expôs suas idéias religiosas fundamentalistas de modo que as origens do Caraísmo permanecem bastante na obscuridade. Sabemos, contudo, que a hostilidade do Caraísmo ao judaísmo talmúdico resultou mais num aumento do que numa diminuição das obrigações religiosas do indivíduo; muitas observâncias há muito abolidas foram então reinstituídas freqüentemente sem levar em conta as modificações tornadas necessárias pelo passar do tempo. As mais importantes alterações introduzidas pelos caraítas relacionavamse com a observância do sabá e festas, e com o casamento e leis dietéticas. Anan aboliu o calendário fixo que fora estabelecido em meados do século IV. Introduziu o costume caraíta de extinguir todas as chamas no começo do sabá e de passar a noite de sabá na escuridão e no frio. Conforme afirmavam com razão seus opositores, o resultado de seu apelo de retorno às Escrituras foi a promulgação de um novo Talmude, muito mais rigoroso e rígido que o "velho". Mas a conse-

qüência mais desastrosa de sua pregação foi o rompimento do elo vivo entre o passado bíblico e o presente. Diferentemente do judaísmo talmúdico, o Caraísmo representava não a evolução espiritual natural de um povo, mas uma criação inteiramente artificial e desnatural.

O movimento que teve início com Anan foi consolidado por Benjamin Nehawendi, que deu à seita o nome *B'nei Mikra* — filhos da Bíblia. Essa fase do movimento caraíta encerrou-se com Daniel el-Kumsi, em cujo tempo ficou sob o violento ataque de Saadiah Gaon (882-942), o dirigente da academia em Sura e um sábio de imensa erudição e perspicácia intelectual. O definitivo assalto crítico de Saadiah contra o Caraísmo teria um duradouro efeito debilitante sobre o movimento. Não obstante periódicos ressurgimentos em séculos posteriores, pode-se dizer que após Saadiah o Caraísmo perdeu seu *élan* essencial.

Um resultado "positivo" desse cisma no judaísmo foi um redespertar do interesse pelo estudo acurado das Escrituras. Um esforço foi feito por ambas as partes em debate para estabelecer um único texto autêntico da Torá. Os rabinos haviam muito antes tomado a dianteira na determinação da correta ortografia e vocalização de cada palavra das Escrituras Sagradas, bem como as notações apropriadas para cantar os versos. Esse trabalho de erudição, conhecido como *Massorah* (tradição), foi executado principalmente na Palestina. Desde esse tempo todas as Bíblias hebraicas têm sido feitas conforme a maneira estabelecida na *Massorah*.

Desde a abolição do Patriarcado na Palestina havia a Babilônia assumido a liderança do judaísmo mundial. Mas a Palestina permanecera, não obstante, como um foco independente de vida judaica. As glórias do passado e as imorredouras esperanças de redenção futura haviam ligado o destino de todo o povo judeu à Terra da Promissão. Acontecimentos externos podiam enfraquecer mas jamais cortar essa conexão. Os próprios *gueonim*, os líderes das academias talmúdicas na Babilônia, não podiam escapar do impacto espiritual dessa inexorável ligação. A inalienável reivindicação do povo judeu por sua terra ancestral é ilustrada em termos legais por uma ordenação originária da Babilônia que justificava o cumprimento de uma complicada ficção legal pela seguinte afirmação:

> A terra pode ter sido ocupada [por não judeus] há muitas gerações, mas temos a antiga máxima legal de que [propriedade da] terra nunca é perdida por tomada ilegal, e daí Israel ainda ter direito a ela.

E outro exemplo dos inabaláveis laços dos judeus com a Palestina pode ser visto na seguinte declaração rabínica relativa à oração para chuva:

> Mesmo que homens de países orientais e aqueles banidos [para as ilhas do mar] necessitem umidade durante a estação de Tamuz, eles não devem rezar pedindo chuva exceto quando a terra de Israel também precisar dela. Pois se lhes permitíssemos rezar sempre que precisassem de precipitação, mesmo durante o verão, poderiam acreditar estar vivendo num país deles próprios. Mas deveriam considerar-se como vivendo numa hospedaria [abrigo temporário], enquanto seus corações se voltam para a terra de Israel. As orações para chuva devem vir, portanto, em seu devido tempo.

Tais sentimentos não eram produto de mera nostalgia, nem se originavam de vãs fantasias rabínicas, sem base em realidade histórica. Expressavam, isso sim, a intenção comum de judeus em toda parte: afirmar, através da lei e do ritual, sua continuidade como povo soberano, ligado a uma pátria única por autoridade divina e direito humano.

Os Judeus na Espanha Muçulmana

Desde o ano 711, quando o general muçulmano Tarik invadiu a Espanha visigótica, até o estabelecimento do domínio Omíada em 756, esteve a Espanha em estado de guerra civil. A primeira grande cidade atacada pelos invasores foi Córdova. Quando a cidade murada foi finalmente capturada, foram os judeus os únicos a receber os muçulmanos como libertadores do opressivo domínio cristão; gratos, os conquistadores muçulmanos confiaram-lhes a guarda da cidade. À medida que cidade após cidade iam sendo capturadas, eram judeus encarregados de sua guarda, sempre que presentes em número suficiente. Desde o início tornaram-se eles, na Espanha muçulmana, uma minoria em que se confiava.

Por causa de sua posição favorecida não é de surpreender que refugiados judeus, muitos dos quais haviam fugido, longo tempo atrás, da Espanha para o norte da África, seguissem os árabes vitoriosos de volta à Andaluzia. Lentamente a vida judaica começou a emergir das ruínas da dominação visigótica. A nova era de tolerância e prosperidade começou formalmente no ano 756, com o estabelecimento do califado de Abd-el-Rahman I, um descendente dos Omíadas. Córdova tornou-

A Era Islâmica

se então independente de Bagdá, e a Espanha não tardou a

tornar-se o país mais rico e mais civilizado da Europa. Córdova transformou-se num centro de alta cultura, uma cidade universitária que se ufanava de uma biblioteca de uns 400 000 volumes manuscritos. Na amplitude de suas atividades intelectuais, em conhecimentos e estudo, Córdova ultrapassava, de muito, os melhores centros da Europa cristã.

O esclarecimento cultural da Espanha muçulmana ia de mãos dadas com a tolerância política. Durante o reinado de Abb-el-Rahman III muitos judeus alcançaram posições de destaque na administração. Dentre eles salientou-se Hasdai ibn Shaprut (915-970), que de médico da corte ascendeu a principal conselheiro do califa em questões financeiras e diplomáticas. À semelhança de muitos cortesãos judeus posteriores, Hasdai unia a maior integridade e lealdade para com seus empregadores muçulmanos e uma intensa dedicação a seu próprio povo. Em seus muitos contatos com missões estrangeiras ele recolhia informações sobre judeus em terras distantes. Hasdai pode ter sido o primeiro a receber informações sobre o reino judeu dos cazares às margens do Volga e do mar Negro. Desejoso de estabelecer contato com esses judeus, enviou ao seu reino, via Constantinopla, um emissário. Este, contudo, devido aos riscos da viagem, deixou de chegar ao destino. Algum tempo depois Hasdai incumbiu dois membros judeus de uma delegação do "Rei dos Guebalim" (búlgaros) de levar uma carta ao rei dos cazares "via Bulgária e Rússia". Essa carta, escrita em hebraico e começando com a frase, "nós, os remanescentes de Israel no exílio", é um documento notável. Nela Hasdai retrata a situação dos judeus sob o califado em Córdova. Explica ao rei dos cazares a natureza de sua própria atividade na corte, onde recebe as várias embaixadas de governos estrangeiros e decide a política relativa ao comércio internacional. Mesmo assim, afirma ele, apesar de sua posição elevada, ele prazerosamente deixaria a corte de Córdova para servir ao rei de um estado judeu independente.

Hasdai infelizmente não veria seu desejo realizado. O reino dos cazares foi destruído pelos russos em 969, um ano antes da morte de Hasdai.

Durante o tempo de Hasdai as comunidades judaicas do Ocidente começaram a adquirir ascendência sobre os centros orientais. Com a jovem Córdova substituindo a envelhecida Bagdá no mundo árabe em geral, os elementos mais vitais do judaísmo também se transferiram para Córdova. Em relativamente pouco tempo essa cidade ficou famosa por seus rabinos, que tanto dissertavam nas academias quanto dirigiam as questões sociais e religiosas da comunidade. Em vez de viajar para leste, jovens eruditos judeus da Espanha e África do Norte

estudavam o Talmude na academia de Córdova, e no devido tempo juntaram-se a eles também estudantes do Oriente. Em todo o mundo judeu instruído os mestres desses estudantes eram conhecidos por sua perícia como gramáticos e lexicógrafos — disciplinas nas quais deram uma contribuição decisiva para o renascimento geral das letras hebraicas na Espanha.

O espantoso florescimento cultural e econômico de Córdova durou quase exatamente um século. Pôs-lhe fim uma série de guerras com tribos berberes invasoras que finalmente conseguiram destruir a capital e obrigar muitos judeus a procurar refúgio em outras partes do país.

Após a dissolução do califado, a Espanha muçulmana fragmentou-se em pequenos principados. A partir de então judeus espanhóis viveram nos emirados de Granada, Sevilha, Saragoça etc. Dentre todos esses principados foi Granada que herdou as ilustres tradições de Córdova; a partir de então seu nome também estava inextricavelmente ligado à história dos judeus na Espanha muçulmana. Cronistas árabes contam-nos que a cidade se achava "compacta com judeus"; "quem não viu seu esplendor em Granada, sua sorte e sua glória, nunca viu a verdadeira glória — pois eram grandes em sabedoria e devoção". Bem alta nos anais da glória judaica em Granada está a figura de Samuel ibn Nagrela, o Príncipe (*Ha-Naguid*) — cortesão, poeta e guerreiro —, que guiou o destino de Granada até que alcançou o ápice de sua glória e poder.

Nascido em Córdova em 993, era Samuel um bem preparado talmudista, gramático, matemático e filósofo, e dominava sete idiomas. Após o saque de sua cidade natal, fugiu para Málaga, de onde foi convocado para uma posição elevada na corte real em Granada. Finalmente, como vizir de Granada, e em numerosas ocasiões comandante de suas forças armadas, conduziu esse estado a alturas não ultrapassadas de riqueza e poder material. Mas Samuel em sua glória não esqueceu a comunidade judaica, da qual fora feito principal guardião. Não só proporcionou amplos recursos para as necessidades educacionais e filantrópicas dos judeus na Espanha; foi especialmente solícito e generoso para com a coletividade judaica na Palestina. Como Hasdai antes, e Judá ha-Levi depois, Samuel ha-Naguid estava numa relação de tensão para com seu país adotivo. Encantado pelas belezas da Espanha, nunca renunciou ao sonho de independência judaica em solo judeu; ao mesmo tempo dedicou seus mais ardorosos esforços à perpetuação e desenvolvimento daquela cultura em que vivia, e ao estado que lhe conferiu posição e responsabilidade.

Mas Granada teria o mesmo destino de Córdova. Guerras dinásticas, que irromperam durante o vizirato de Iehossef, filho

de Samuel, e resultaram no assassinato do jovem, novamente causaram a fuga de muitos judeus. Vamos encontrar a próxima grande concentração em Sevilha, onde judeus foram cortesãos, médicos, astrônomos e vizires de reis mouros até meados do século XII, quando mais uma vez exércitos invasores de fanáticos Almôadas obrigaram-nos às alternativas de conversão ou fuga.

Toledo teve sua própria idade do ouro, a qual durou mais que a dominação mourisca. Lendas judaicas atestam a presença de judeus em Toledo muito antes da vinda dos godos, e chegam mesmo a reivindicar uma origem judaica para a cidade. O poeta hebreu Al-Harizi menciona pelo menos uma dúzia de sinagogas, "belas como em nenhum outro lugar". Por seu estudo, sua devoção e seu esplendor, Toledo foi chamada "Nova Jerusalém". Duas de suas sinagogas existem ainda hoje, para confirmar a vaidade de Al-Harizi. Mesmo agora, após séculos de maus tratos, são "como em nenhum outro lugar". O gênio financeiro de Toledo foi Samuel ha-Levi Abulafia, que como um monumento às suas riquezas deixou a grande sinagoga de El Transito. Ele próprio, num episódio característico da época, foi torturado até a morte por seu amo, o rei Pedro, o Cruel, cujo lucro dessa traição de seu inocente conselheiro incluiu 70 000 dobletes de ouro, 4 000 marcos de prata, 20 caixas de jóias e vestimentas custosas, e 80 escravos mouros. A ironia final da História é que a mansão e sinagoga de Samuel são agora mostradas a visitantes como um monumento histórico judaico.

Na área das realizações espirituais o nome de Toledo está ligado aos dos filósofos-poetas Judá ha-Levi e Abraão ibn Ezra, e do cronista Abraão ibn Daud; todos eles nasceram nessa famosa cidade e ali passaram suas ricas vidas criadoras.

Quando Toledo foi capturada em 1085 por Afonso VI de Castela, os muçulmanos solicitaram reforços à África do Norte. Vieram sob a forma de fanáticas tribos berberes conhecidas como Almorávidas, que não se contentaram em derrotar os cristãos, declarando guerra santa também aos judeus. Por várias décadas os judeus sofreram gravemente; muitas comunidades foram obrigadas à conversão, destacando-se entre elas a abastada coletividade judaica de Lucena. Essa ação foi repetida — após um breve período de abrandamento — quando os Almôadas cruzaram o estreito de Gibraltar em 1146, para mais uma vez pôr em vigor uma rigorosa política de repressão contra religiões não-muçulmanas. Dessa vez não ficou um único judeu praticante ao sul de Andaluzia.

Contra esse fundo de invasão e repressão periódicas, interrompido por anos de tolerância e entendimento, ocorreu uma das mais espantosas erupções de atividade espiritual nos anais da história judaica. Nenhuma outra coletividade judaica jamais se ergueu com tal rapidez a uma posição administrativa tão elevada como a atingida pelos estadistas e financistas judeus da Andaluzia. Nunca antes, e quiçá nunca depois, deixou uma só comunidade uma impressão tão indelével, sobre a civilização ocidental, de suas realizações na ciência, literatura e filosofia. A natureza e o âmbito dessa realização estão descritos abaixo; aqui basta observar que a experiência judaica em solo da Espanha muçulmana no período medieval, uma experiência de esclarecimento e oportunidade, de supressão e trauma, ilustra brilhantemente tanto os aspectos mais belos quanto os mais trágicos da história da Diáspora.

Os Cazares

A história dos Cazares representa uma dimensão, talvez subestimada, dessa experiência. É uma história que, de qualquer maneira, atraiu a curiosidade dos estudiosos desde que se tornou conhecido ao mundo ocidental com a tradução, para o latim, em 1660, do *Kuzari* de Judá ha-Levi. Consiste o *Kuzari* num imaginado diálogo filosófico entre o rei dos cazares e um rabino; ao mesmo acha-se acrescentada a troca de cartas entre Hasdai ibn Shaprut e José, o rei dos cazares. Dessa e de outras fontes, especialmente os relatos de árabes e judeus da Constantinopla do século X, aparece o seguinte quadro: Durante uma migração em massa, no século V, uma tribo turca, conhecida como os cazares, estabeleceu-se junto ao mar Cáspio. De lá seus membros se expandiram em direção a oeste até o mar Negro, para formar um "império da estepe", uma ponte continental atravessada por mercadores errantes, e também um estado-tampão nas guerras do século VIII entre Bizâncio e as potências islâmicas em expansão. Pegados na gangorra entre Islã e cristianismo, os governantes dos cazares aparentemente se converteram ao judaísmo ao fim do século VIII, embora a maioria da população pareça ter permanecido cristã ou muçulmana.

Houvera, naturalmente, antigos colonos judeus nessa região, tendo seu número aumentado com as correntes de migrantes fugindo da intolerância bizantina e sassânida. Como em outros lugares, os judeus se dedicaram a várias atividades pioneiras. Ensinaram aos seus vizinhos, bastante primitivos, métodos mais adiantados de cultivar o solo e maneiras de trocar mercadorias entre si e com nações estrangeiras. Provavel-

mente também ensinaram aos seus vizinhos a arte de escrever. (Um autor árabe do século X afirma que "os cazares usam a escrita hebraica".) E, portanto, natural esperar-se também um certo grau de influência religiosa. Finalmente, por volta do ano 740, segundo uma história não inteiramente implausível, Bulan, rei dos cazares, após ouvir representantes dos vários sistemas religiosos, decidiu adotar o judaísmo.

Parece que os governantes do reino dos cazares conservaram sua fé judaica até o fim. Mas, separados dos grandes centros de estudo, evidentemente sofriam de sua ignorância da lei talmúdica. Não obstante, na disputa entre caraítas e Rabinitas, os cazares apoiaram estes últimos. A verdadeira tragédia dos cazares, contudo, começou no século X, com a decadência do Império Abássida e a ascensão de Bizâncio; o reino dos cazares tornou-se então supérfluo como estado-tampão. Constantinopla ofereceu-o como isca aos russos, que prontamente aproveitaram a oportunidade para invadir. Apesar da derrota e ocupação, os cazares continuaram nominalmente um estado judeu até a invasão dos mongóis em meados do século XIII. Parece que, nesse ínterim, descendentes dos cazares haviam alcançado a Europa Ocidental, onde sua presença deu origem a histórias românticas sobre as Dez Tribos Perdidas. E provável, também, que parte da progênie dos cazares alcançou os vários países eslavos onde ajudaram a construir os grandes centros judeus da Europa Oriental.

Isso é o que se conhece dos fatos. O que o relato omite, contudo, é uma avaliação do impacto sobre os judeus de outras partes dessa aparentemente fabulosa história de um reino judaico independente. Sabemos do fascínio que apresentava essa idéia para homens como Hasdai ibn Shaprut e Judá ha-Levi, cortesãos judeus que, pelo menos como classe, tinham em suas mãos as rédeas de considerável poder. Mas esse poder, embora em mãos de judeus, e suscetível de ser explorado em benefício de outros judeus, era afinal algo de pouca significação. O verdadeiro sonho, o único sonho que vindicava a História e confirmava os anseios metafísicos do povo judeu em conjunto, poderia estar, para esses cortesãos, na narrativa simbólica dos cazares judeus. A Espanha, embora atraente para além dos desejos, permanecia no fim sendo Espanha — propriedade e herança de um povo que não era judeu. Foi talvez inevitável que após terminar sua grande obra filosófica, uma obra dominada pela figura de um rei governando uma nação judaica independente, Judá ha-Levi abandonasse a Espanha muçulmana e partisse sozinho para a Terra Santa.

Cultura Judaica no Período Muçulmano

Quatrocentos anos antes da Renascença européia as terras do Império Árabe tiveram um notável renascimento de cultura que em intensidade e amplitude, bem como na quantidade de suas realizações, igualou, se é que não ultrapassou, qualquer período semelhante na história humana. Na filosofia e na ciência, na teologia, literatura e lingüística, uma assombrosa extensão de talento e gênio inovador foi aplicada à verbalização da busca de saber do homem e sua sede de gozar. Parte não pequena dessa renascença foi desempenhada pelos judeus do mundo muçulmano. Dispersos entre os povos de leste e oeste, os judeus serviram como uma ponte educativa internacional. Houve uma acentuada cooperação entre árabes e judeus nos estudos científicos e filosóficos. Traduzindo importantes obras árabes para o hebraico, os judeus agiam como transmissores da cultura árabe à Europa cristã, onde outros judeus traduziam o hebraico para o latim.

Assim como filósofos judeus em Alexandria haviam escrito suas obras em grego, os cientistas e filósofos da era espanhola escreveram em árabe. O hebraico — então passando por um grande renascimento — foi reservado a obras de imaginação literária e poética, de natureza religiosa ou secular. Os judeus na Diáspora sempre haviam sido bilíngües, mas foi só a partir do período árabe que as maiores mentes criadoras judaicas usaram em seus escritos alternativamente duas línguas com igual facilidade. Grandes mestres da poesia hebraica, como Salomão ibn Gabirol ou Judá ha-Levi, escreveram suas obras filosóficas em árabe com perfeita fluência.

Esse período viu também uma renovação de interesse no estudo comparativo de idiomas. Grandes passos foram dados por eruditos judeus no campo da lexicografia. O primeiro a compilar um dicionário regular de vocábulos foi Semah bar Paltoi (na Mesopotâmia), que restringiu sua obra ao vocabulário talmúdico. Filólogos espanhóis foram bem além desse modesto início. Menahem ben Saruk, um protegido de Hasdai ibn Shaprut em Córdova, publicou um dicionário hebraico puro para a Bíblia bem como diversos estudos sobre a estrutura da língua hebraica. Seguiram-se obras semelhantes sobre o Talmude; o dicionário talmúdico — ou *Arukh* — de Nathan ben Iekhiel, de Roma (aprox. 1030-1106), permaneceu insuperado até o século XIX, que trouxe esforços filológicos mais requintados.

Na literatura, o "povo do livro", como os judeus há muito eram chamados pelos seus vizinhos árabes, fez novos e vastos

avanços. Uma verdadeira revolução literária ocorreu a esse tempo, uma revolução que alcançou seu apogeu na Espanha, onde uma nova classe de poetas-cortesãos, escrevendo em hebraico, criou um conjunto de escritos não superados na extensão de suas emoções e na ousadia de suas formas. Essa foi na verdade a "Idade de Ouro" da literatura hebraica.

Todos esses poetas — e foram em grande número — buscavam inspiração em duas fontes: a paisagem e ambiente de seu novo lar, a Espanha, e a Bíblia, fonte do gênio poético hebreu. Quase que pela primeira vez desde que o povo judeu deixara seu próprio país, poetas judeus começaram a exaltar, em linguagem que lembrava acentuadamente monumentos da literatura bíblica como o Cântico dos Cânticos, as belezas da natureza e os doces encantos do amor humano. Numa linguagem ao mesmo tempo exuberante e apurada, em formas métricas brilhantemente refinadas, esses muitos aristocratas de vida palaciana criaram um duradouro conjunto de versos em que as preocupações e emoções de todo um povo, num momento particularmente rico de sua história, encontram expressão permanente.

Constituiria uma distorção, contudo, dar a entender que a poesia hebraica da Espanha medieval era toda exaltação e panegírico, ou toda fantasia e jocosidade. Há nesses versos muita angústia pessoal, bem como, na poesia religiosa, um sentido de premência nacional e um anseio de redenção. A indiscutível honra da grandeza foi conferida pela História, em primeiro lugar, a quatro poetas desse período: Samuel ibn Nagrela (993-1056), vizir do rei de Granada, poeta, protetor de poetas e modelo de excelência palaciana; Salomão ibn Gabirol, de Málaga e Saragoça (1021?-1058?), filósofo neoplatônico, talvez o mais talentoso, senão o mais completo, dos poetas hispano-hebreus; Moisés ibn Ezra, de Granada (1055?-1138?), poeta-mestre e teórico estético; e Judá ha-Levi de Toledo (1075-1141), protegido de Moisés ibn Ezra, filósofo, poeta de requintada sensibilidade, e um homem do mais extraordinário talento e integridade. Esses quatro, juntamente com seus discípulos, colegas e amigos, legaram às gerações posteriores uma variada e multiforme coleção de versos — de elevados padrões artísticos e, muitas vezes, de emocionante beleza lírica —, durável testemunho das possibilidades criadoras que são inerentes a condições culturais favoráveis e numa sociedade governada pela ética da tolerância.

Judá ha-Levi, Poeta e Filósofo

Judá ha-Levi, o prodígio dos salões literários da Andaluzia, começou cedo a escrever versos. Tinha uma habilidade excepcional em adaptar a um conteúdo hebraico as baladas de amor árabes. Esses versos amatórios, que era hábito recitar em voz alta diante da corte, passavam engenhosamente do lírico ao panegírico, e terminavam com esmerados encômios ao anfitrião ou protetor. Possuía ha-Levi um dom inato de alegria e graça que ele manejava com incrível habilidade. Mas em anos posteriores ocorreu uma transformação lentamente perceptível em sua poesia, com o amor do homem substituído pelo amor a Deus. Entregando-se por completo ao tema do espírito nacional-religioso, compôs ha-Levi alguns dos mais irresistíveis versos da literatura judaica. Seus plangentes *Cantos do Exílio* e a eletrizante "Ode a Sião" deram voz aos mais profundos anseios de seu povo; aprendidos e recitados de cor durante gerações após sua morte, e mesmo até os dias de hoje, esses poemas, de sentimento elevado e amor que tudo abrange, atingem o próprio âmago do espírito hebreu. Muitos dos poemas de ha-Levi foram permanentemente incorporados à liturgia sinagogal, e sua "Ode a Sião" é cantada no serviço religioso, carregado de emoção, do nono dia de Av.

O pensamento filosófico de ha-Levi é da mesma espécie que sua poesia. Para ele, as idéias metafísicas da tradição aristotélica racionalista são subservientes às realidades da consciência judaica — uma consciência baseada na absolutamente livre e espontânea revelação de Deus ao Seu povo eleito.

A grande obra filosófica de ha-Levi foi o *Kuzari*, que tinha por subtítulo "Livro de Argumentos & Demonstração em Auxílio da Fé Desprezada". Nessa obra, originalmente escrita em árabe, procurou ha-Levi demonstrar a superioridade do judaísmo sobre o cristianismo e o Islã. A forma do livro, como vimos, é a de um diálogo platônico entre um erudito judeu e um rei dos cazares que havia recentemente adotado o judaísmo.

No *Kuzari*, Judá ha-Levi admite que a filosofia, ou apenas a razão, seja capaz de aduzir provas da existência de um deus, um governante, um organizador do mundo; mas ele afirma que a filosofia sozinha não pode conduzir às verdades puras da religião, que salienta a existência de uma relação íntima entre Deus e o homem. Tal relação, essencialmente pessoal, só pode originar-se da experiência, da iluminação interior, da revelação extremamente intensa.

Ora, precisamente essa espécie de revelação, mas envolvendo uma nação inteira, foi concedida a Israel no Sinai. Para ha-Levi essa revelação no Sinai é o fundamento inatacável de todo o conhecimento religioso, e confirma a supremacia da verdade e da fé de Israel. No Sinai, Israel, o povo da revelação

e da profecia, foi divinamente escolhido, assim como certos indivíduos foram, no decurso da História, dotados da divina faculdade de profetizar. Essa faculdade divina (*Inian Elohi*) fora primeiro implantada em Adão, criação direta da mão de Deus, que a transmitiu, por hereditariedade, através duma cadeia ininterrupta de descendentes individuais escolhidos. Dos filhos de Jacó passou para toda a comunidade. Assim, cada judeu possui esse dom potencial, e é capaz das mais altas consecuções religiosas. É uma faculdade sujeita à influência de cuidadoso alimento (os mandamentos da Torá, particularmente em seu aspecto puramente ritual, canalizam e estimulam essas energias espirituais) e ambiente físico (a profecia só pode ser alcançada na Terra Santa, "cujo ar torna o indivíduo sábio"). Por sua peculiar estrutura e beleza de expressão é a língua hebraica o meio mais adequado para a comunicação do espírito profético.

O *Kuzari*, não obstante seu ardente nacionalismo, não perde de vista os valores universais. Sustenta ha-Levi que na Era Messiânica todos os povos atingirão o mesmo grau de perfeição espiritual como a originalmente concedida a Israel. Segundo ha-Levi, Israel pode ser comparado ao coração; ele fornece ao corpo, ou mundo, sua força vital moral, mas é também o órgão mais vulnerável a depredações externas. Na Era Messiânica, porém, a verdade encerrada na mensagem de integridade moral e intransigente justiça social de Israel percorrerá as artérias de todas as nações, e então raiará a época da paz universal.

É natural que um pensador tão preocupado como era ha-Levi com os conceitos de eleição e destino nacional desse consideração especial ao problema do *Galut*, ou Diáspora. Quando finalmente partiu para a Palestina, com isso pondo em prática pessoalmente seu programa filosófico de redenção, fê-lo ha-Levi não como um sonhador romântico, mas como alguém que havia analisado uma situação política real e chegado a uma conclusão cuidadosamente raciocinada que levara, inevitavelmente, a um programa de *Aliah*. "O filho da criada persegue-nos com ódio; voltamo-nos suplicantes para Esaú, e ele nos estraçalha como animais selvagens", escreveu ha-Levi. Aos políticos práticos, procurando locais de refúgio para os judeus expulsos do norte pelos conquistadores cristãos, ele retruca: "Temos no Oriente ou no Ocidente um lugar para depositar nossas esperanças?" Sua confiança estava na Terra de Israel. Nenhum judeu antes dele, desde o exílio babilônico, expressou, com uma tão profunda visão histórica, tão ardente anseio pelo "lar e terra-mãe" do povo judeu.

O arrebatado amor de Judá ha-Levi por Sião levou-o finalmente a abandonar seu lar, sua família, e seus amigos, e partir, via Egito, para Jerusalém. Os detalhes de sua viagem marítima e sua calorosa recepção nas comunidades judaicas do Egito nos são conhecidos através da poesia que escreveu nessa viagem e de correspondência sua e de seus anfitriões egípcios. Não temos certeza, contudo, se chegou a alcançar Jerusalém; segundo uma pungente e duradoura lenda, morreu esmagado por um cavaleiro árabe enquanto estava transfigurado e em lágrimas diante do Muro Ocidental.

Maimônides

Com a figura de Rabi Moisés ben Maimon atingimos o ápice do período muçulmano. Maimônides, o mais profundo intelecto de seu tempo, é com justiça famoso não só por seu gênio singular e intrínseco mas também por sua influência sobre a filosofia européia posterior; de fato, até o século XVIII, foi pelas obras de Maimônides que o pensamento do hebraísmo pós-bíblico alcançou o mundo não-judeu.

Maimônides nasceu em Córdova, em 1135; quando ainda menino, sua família, juntamente com muitos não-muçulmanos, fugiu da Espanha após esta cair sob o domínio dos fanáticos Almôadas. Durante algum tempo a família viveu em Fez, emigrando depois para a Palestina e estabelecendo-se finalmente em Fustat (antigo Cairo), onde o grande filósofo morreu em 1204.

Como muitos judeus de seu tempo, foi Maimônides um ilustre médico, médico da corte da família real de Saladino. Escreveu diversas bem conhecidas obras médicas que demonstram seu profundo conhecimento de ciências naturais (astronomia, matemática e física), e pelas quais foi principalmente conhecido para gerações de estudantes de medicina posteriores a ele. Não obstante sua saúde frágil, Maimônides também tomou parte ativa em assuntos seculares judaicos, e comunidades judaicas de todo o mundo mediterrâneo freqüentemente recorriam a ele para conselhos em questões de lei e ética judaica, bem como sobre problemas de crença. Tão generalizada era sua fama, e tão reverenciada sua lembrança, que após sua morte foi homenageado pelo dito "De Moisés a Moisés não surgiu ninguém como Moisés".

A mais completa das obras filosóficas de Maimônides é o *Guia Para os Perplexos*, uma tentativa de estabelecer a compatibilidade do judaísmo com o aristotelismo. Suas abundantes e escrupulosamente corretas citações de filósofos que o precederam tornaram-no também uma preeminente fonte de infor-

mações relativas à teologia e filosofia árabes medievais. O *Guia* foi traduzido do original árabe para muitas línguas européias, e assim serviu não só para lançar as bases da subseqüente filosofia judaica mas também para proporcionar impulso filosófico ao cristianismo latino na Idade Média. Entre os pensadores cristãos foi S. Tomás de Aquino especialmente influenciado por Maimônides; entre os judeus, seu mais ilustre discípulo em séculos posteriores foi talvez Barukh Spinoza.

Grande admirador de Aristóteles, estava Maimônides disposto a ser guiado pela razão em todas as coisas, com a única ressalva de que as mais vitais e absolutas doutrinas do pensamento bíblico permanecessem integrais e intactas. Isso assegurado e demonstrado, apresentou Maimônides no *Guia* a mais completa e sistemática análise dos princípios teológicos do judaísmo jamais empreendida por qualquer pensador. O monumento de erudição e discernimento resultante desse labor de muitos anos permanece até hoje.

Mas se Maimônides é mais conhecido para os não-judeus como autor do *Guia Para os Perplexos*, entre seu próprio povo sua fama durante muito tempo foi devida ao seu grande código de lei talmúdica, o *Mishneh Torá*. É essa obra um arranjo sistemático, tópico por tópico, de toda a lei judaica. A intenção de Maimônides no *Mishneh Torá* era apresentar uma obra ao mesmo tempo completa e acessível ao leigo. "Todos que o lerem, após a Lei Escrita", afirmou, "saberão toda a Lei Oral e não precisarão estudar qualquer outro livro intermediário." O Código de Maimônides é um exemplo máximo do poder disciplinado da mente racionalista. Destituído de julgamentos ou opiniões pessoais, proporciona ao leitor um sumário claro e organizado da lei judaica de acordo com os princípios reconhecidos da *halakhah*. Essencialmente, encara Maimônides a formulação e aplicação da lei de um modo humanístico: "A lei ritual foi dada ao homem e não o homem à lei ritual." Assim, acredita que algumas leis são adaptáveis conforme a necessidade, "a fim de trazer as multidões de volta à fé e salvá-las da frouxidão religiosa". Embora seja demais deduzir desse ponto de vista humanístico uma atitude de irrestrito progressismo, é possível conjecturar que Maimônides teria, até certo ponto, achado justificadas algumas das medidas tomadas, no último século e meio, por movimentos progressistas judaicos a fim de assegurar a participação ativa do maior número na vida da comunidade. Apesar de toda a disciplina que se impôs na elaboração de suas obras, não era, em questões de interesse comunitário, um homem de rigidez doutrinária. E essa flexibilidade, também, deve ser reconhecida como uma das melhores qua-

lidades humanas desse espírito poderoso e original. Uma tal combinação de virtudes é realmente rara: poder-se-ia dizer que foi como filósofo e codificador de leis que Maimônides também realizou sua vocação de médico — solícito pela saúde de seu povo, atento às suas necessidades, sempre ansioso por aliviar seu sofrimento.

O Fim da Experiência Áurea

O mundo árabe nunca iria recapturar a unidade de idealismo político e zelo religioso que outrora caracterizara os grandes centros da Espanha e África do Norte. A crescente fragmentação de propósitos e desintegração de normas sociais, que acabaria na Reconquista cristã, foi acompanhada, nos dois séculos após a morte de Maimônides, por uma arbitrária e frenética política de discriminação para com judeus e outros não-muçulmanos, quando os líderes árabes — num padrão conhecido pelos estudiosos da História judaica — começaram, numa histeria de recriminação, a culpar outros pelas inexoráveis e cada vez maiores fendas na parede de sua própria autoconfiança. Enquanto durou, a idade áurea das relações árabe-judaicas testemunhou uma assombrosa simbiose de talentos e intenções. As águas represadas da criatividade judaica, finalmente liberadas, jorraram em torrentes para enriquecer não só o solo nativo da literatura, religião e filosofia judaicas, mas também a terra árida da civilização européia que emergia da Idade das Trevas. Como estadistas e financistas, como cientistas, tradutores e fomentadores do comércio internacional, deixaram os judeus um incalculável impacto no mundo mediterrâneo. Foi através de seus esforços intermediários que os negligenciados e incultos campos da Europa nos últimos séculos da Idade Média receberam as águas irrigadoras tão necessárias ao crescimento da verdadeira cultura. A esse tempo, contudo, pegadas entre o Siroco do fanatismo árabe e os vagalhões da expansão cristã, essas águas saudáveis e inspiradoras foram, mais uma vez, forçadas para baixo da terra; invisíveis, sua presença durante séculos ficaria sem ser reconhecida.

E no entanto permanece o fato: durante pelo menos dois séculos, sob tutela e condescendência relutante dos árabes, as comunidades judaicas da Espanha e África do Norte viram, em todas as áreas de atividade criadora, um florescimento nunca antes alcançado na Diáspora, e não igualado depois até o século XIX na Alemanha e Áustria, e século XX na América. Esse florescimento, essa simbiose, durou exatamente o tempo que se lhe permitiu durar, até que os povos árabes, afastados

da busca da justiça social por uma secular propensão ao fanatismo, cegados para as possibilidades de coexistência fértil por uma ânsia de poder absoluto, retornaram em desconcertante fúria às táticas estéreis da supressão e perseguição — para a perdição não só dos judeus vivendo em suas terras mas também de si próprios. O fim da experiência áurea de simbiose árabe-judaica assinalou também o término do poder árabe na Europa. A lição aqui é triste, talvez mais triste do que de costume para um povo habituado a períodos de tolerância seguidos por períodos de perseguição e intolerância. Isso porque jamais sob dominação cristã atingiu o espírito judeu as alturas de expressão cultural que alcançara sob domínio árabe.

12 Os Judeus na Europa até 1492

NO SÉCULO X a Europa tornara-se a principal área da História judaica, assim continuando pelos mil anos seguintes. Ao início desse milênio não havia no mundo mais de um e meio milhão de judeus. Desses, um vigoroso núcleo ainda existia na Mesopotâmia, Síria, mesmo na longínqua Índia. Embora a Palestina houvesse decrescido em importância, a coletividade judaica dali era constantemente reabastecida por uma corrente de imigrantes devotos. (Durante o século XII, por exemplo, trezentos rabinos e eruditos vieram para Acre de uma só cidade na França.)

Ao fim do século XV, quando os judeus haviam sido excluídos de toda a Europa Ocidental (com exceção de algumas partes da Alemanha e Itália, onde a falta de unidade política impediu a formação de uma política única de discriminação), as maiores concentrações eram encontradas nos dois grandes impérios da época: na Polônia, novo lar dos ashkenazim (judeus setentrionais), e na Turquia, onde viviam os sefardim (judeus espanhóis). Registros disponíveis contam inúmeras histórias relativas ao começo de cada uma das novas comunidades surgidas na Idade Média. Em muitos casos, judeus eram convidados a se estabelecer numa cidade pelo bispo ou governante laico, que pode ter tido a esperança de que a presença de judeus ajudaria o desenvolvimento comercial do seu domínio. Tal, por exemplo, foi a origem da comunidade judaica de Mainz (Mogúncia), cujos judeus vieram de Luca chamados por Carlos Magno. O núcleo da comunidade foi uma família de nome Kalonimos.

Os judeus chegaram à Europa Setentrional principalmente como comerciantes e artífices. Já durante algum tempo, tanto na Babilônia quanto na Palestina, vinham tendo uma participação cada vez menor na vida agrícola; o declínio pode ser atribuído a um sistema injusto de taxação, mas também a uma depreciação geral na posição da agricultura como profissão — uma depreciação inspirada no desprezo oficial muçulmano pelo trabalho do campo. Na Europa, contudo, havia ainda outras razões para a ausência geral de judeus do solo. Em primeiro lugar, a legislação visigótica havia despojado os judeus de suas propriedades de terras. Além disso, a Igreja exigia que tanto os judeus quanto seus empregados se abstivessem de trabalhar no campo aos domingos. Acontece que os judeus não trabalhavam no sábado, e essa interrupção forçada de trabalho dois dias por semana resultava, com freqüência, em sérios danos para a colheita. Acrescentem-se a isso a constante ameaça de perda da terra em períodos de expulsão e as exigências da observância religiosa judaica, que tornavam extremamente desejável a habitação em povoados judaicos confinados. Todos esses fatores ajudam-nos a compreender por que tantos judeus abandonaram a secular ocupação da agricultura em favor do comércio e mercantilismo. Não obstante, e especialmente em países onde o estabelecimento era recente, o espírito pioneiro judaico ainda sentia-se atraído pela agricultura. Na Espanha cristã podiam ser encontrados judeus dedicados ao cultivo de pomares e vinhedos que se achavam próximos da proteção oferecida por cidades medievais. Judeus foram também pioneiros em indústrias relacionadas com a agricultura, tais como a produção de farinha, a fabricação de prensas de vinho, e o desenvolvimento de estabelecimentos de fiação e tecelagem.

No comércio, desde que nenhuma restrição das guildas proibisse sua participação, podiam ser encontrados judeus em praticamente qualquer campo de atividade imaginável. De fato, algumas indústrias, que haviam sido importadas para o Ocidente por judeus, tornaram-se atividades típicas e quase inteiramente de propriedade judaica, como por exemplo tingiduras, tecelagem de seda, bordados (artesãos judeus fabricavam os caros trajes reais para a coroação dos imperadores Habsburgos), trabalhos em ouro e prata, e fabricação de objetos de vidro (já no século VII existia na França um processo conhecido como "vidro judeu").

A evolução mercantil judaica foi igualmente rápida, não tardando a ultrapassar o ritmo dos não-judeus locais. A rapidez desse desenvolvimento foi acompanhada por uma crescente perícia judaica na área do comércio internacional. O mundo

ocidental já começara a demonstrar um ardente desejo pelos luxos do Oriente. Embora os muçulmanos fossem grandes viajantes, raramente se aventuravam a países cristãos hostis, e o livre comércio entre Europa e Ásia e África esteve assim paralisado por longos anos. A necessidade de uma classe medianeira entre os mundos muçulmano e cristão foi preenchida pelo judeu, que assumiu o papel que nos séculos V e VI pertencera aos sírios. A eficiência do judeu como intermediário foi grandemente favorecida por sua capacidade de se comunicar com seus correligionários no mundo inteiro por meio de uma língua comum — o hebraico. A língua sagrada tornou-se então virtualmente um vernáculo, adaptado por necessidade a propósitos muito práticos; no século IX já se tornara a principal língua internacional usada em transações comerciais entre Paris e Bagdá ou Cairo. Em virtude de uma fé comum, e hábitos sociais comuns, judeus de países ocidentais podiam aliar-se em empreendimentos com outros judeus dos remotos países do Oriente.

A uniformidade básica da lei judaica foi outro fator importante que dava ao judeu uma vantagem sobre seu concorrente não-judeu no desenvolvimento de relações comerciais. Os juízes de um tribunal judeu no Cairo sabiam que suas decisões seriam aceitas pelas autoridades judaicas em Aden ou Marselha. Os contratos comerciais sendo redigidos com uma terminologia legal uniforme, as partes contratantes podiam obter plena justiça em qualquer cidade suficientemente grande para sustentar uma comunidade judaica. E não se pode deixar de levar em conta, finalmente, os sentimentos fraternais existentes entre judeus nos vários países. Viajantes-mercadores judeus sentiam-se seguros sob a proteção de líderes comunitários judeus. Partiam para suas viagens levando cartas de apresentação que lhes assegurariam uma cordial recepção e hospitalidade nas comunidades mais remotas. Em caso de naufrágio ou pirataria, eram exilados ou resgatados por seus correligionários mais próximos.

A preeminência judaica no comércio exterior ficou, no devido tempo, prejudicada com a ascensão das cidades-estados italianas como centros comerciais marítimos; além do talento comercial, tinham os italianos à sua disposição um armamento superior que usavam como proteção contra salteadores e piratas, e freqüentemente como um meio de pressionar nativos para trocar mercadorias. Uma análoga preponderância de mercadores fortemente armados ao longo das rotas setentrionais foi estabelecida pela formação da Liga Hanseática. Com essas marinhas mercantes, italiana e hanseática, os judeus não podiam mais concorrer; ao tempo do Renascimento já se acha-

vam os judeus, em grande parte, deslocados de seu papel de principais comerciantes internacionais.

Talvez a mais notória, e sem dúvida a mais injustamente difamada, das ocupações judaicas na Idade Média foi a do empréstimo de dinheiro. A proibição islâmica contra a usura e as leis canônicas similares da Igreja medieval tiveram como conseqüência relegar o empréstimo de dinheiro, como profissão, aos "infiéis". Anteriormente, sob os Impérios Romano e Bizantino, empréstimos a juros baixos haviam sido legais, e os judeus não desempenharam qualquer papel especial no sistema de crédito. Foi com a expansão islâmica, quando o empréstimo de dinheiro foi entregue aos *dhimmi*, que os judeus ingressaram nessa profissão em maior escala, embora mesmo então nunca se tornasse uma importante ocupação independente, relacionando-se mais, na maioria das vezes, com a atividade bancária e o comércio.

Na Europa cristã, com as Igrejas ocidentais progressivamente acentuando sua oposição ao empréstimo de dinheiro por cristãos, criou-se um vácuo que os judeus foram convidados a preencher. Em breve tiveram um virtual monopólio dessa profissão, embora muitos indivíduos e instituições cristãs, incluindo algumas igrejas e mosteiros, também se dedicassem a isso (de fato, até o século XII, o clero figurava entre os grupos mais importantes de emprestadores de dinheiro). Judeus vindos de países mais adiantados tinham, freqüentemente, dinheiro disponível — ou da liqüidação de suas propriedades de terras ou como resultado de suas atividades comerciais. Além disso, aos judeus era permitido dedicarem-se abertamente ao empréstimo de dinheiro — enquanto que a Igreja tinha de encontrar subterfúgios — e tinham a proteção dos governantes locais. Com o passar do tempo, reis e imperadores também ficaram vitalmente interessados no comércio monetário judaico.

No século XIII, mas não antes, o empréstimo de dinheiro tornou-se a ocupação preeminente dos judeus na França; ainda mais tarde tornou-se também a dos judeus alemães. Mas é preciso ter em mente que os judeus nunca foram os únicos fornecedores de crédito. Mercadores cristãos continuaram a emprestar dinheiro, como o faziam os estrangeiros em geral, e os flamengos e lombardos em particular. Permanece o fato, contudo, de que as autoridades seculares estimulavam especialmente os judeus nessa profissão, primeiro porque os lombardos e os banqueiros eclesiásticos evitavam os leigos como clientes pouco seguros, e segundo porque, quanto mais ricos ficassem os judeus individualmente, tanto maiores seriam os impostos e outros despojos advindos para o Estado. (As cidades de Augsburgo e Regensburgo, por exemplo, justificavam

sua proteção aos judeus sob o fundamento de que "eram cidadãos úteis e indispensáveis ao homem comum".) Foi assim que, muitas vezes, receberam os judeus um monopólio dessa atividade, sendo-lhes ocasionalmente, como no caso da Silésia sob Henrique IV, proibida qualquer outra ocupação.

As recém-estabelecidas comunidades judaicas da Europa Ocidental orientavam seus assuntos internos de acordo com o direito civil canônico, que se esforçaram especialmente para adaptar às suas novas condições. As comunidades da Espanha e Itália, por causa de sua proximidade espiritual com os judeus da Babilônia, mantiveram estreito contato com os *gueonim* nos séculos X e XI, enquanto continuaram em existência ativa as academias babilônicas. Para as comunidades francesas e alemãs o problema era mais complicado. Está claro, contudo, que também elas dirigiram numerosas perguntas aos dirigentes das escolas na Babilônia — muitas dessas comunicações foram conservadas — e que foram auxiliadas por emissários do Oriente que visitavam as novas comunidades com o objetivo de recolher contribuições para suas academias. Tais coletores de fundos eram, com freqüência, eruditos de valor, que, por vezes, podiam ser persuadidos a permanecer nas novas comunidades da Europa. Assim foi plantada a semente para um nôvo florescimento da erudição judaica na Itália, Espanha, França e Alemanha.

Quando ainda em sua infância numérica, as comunidades judaicas da França e Alemanha tiveram um grande erudito e professor: Rabi Guershom de Mogúncia. Sua obra lançou as bases para a organização comunitária dos judeus alemães e franceses em séculos posteriores. Recebendo o título *Meor Ha-Golah*, "Luz do Exílio", dirigiu Rabi Guershom a primeira academia talmúdica em Mogúncia. A estima de que gozava é indicada pelo fato de que vários regulamentos por ele promulgados foram imediatamente aceitos por todos os judeus europeus. Sob pena de excomunhão o Rabi Guershom proibiu a poligamia, tornou obrigatório, para um marido que desejasse um divórcio, obter o consentimento de sua esposa, e proibiu a leitura de correspondência alheia.

A autodeterminação comunitária foi facilitada na Europa pela predileção para uma vida segregada que caracterizava a sociedade medieval em geral; que judeus desejassem viver separados do resto da população era mais ou menos aceito, embora fosse também meta importante da lei rabínica impedir qualquer indevida infiltração de modos de vida não-judaicos na comunidade. Os próprios judeus recebiam muitas vezes como um especial favor a indicação de bairros segregados, especialmente se tais bairros — ou *juderias*, como eram conhe-

cidos na Espanha — estivessem localizados em lugares fortificados. Em 1084, o bispo Rudiger de Speyer chegou mesmo a cogitar do estabelecimento de um bairro separado judeu, rodeado por um muro, como um meio de atrair judeus e assim aumentar o prestígio e as relações comerciais da cidade. Tais bairros não constituíam, de forma alguma, guetos na acepção estrita da palavra. Muitos judeus eram sempre encontrados vivendo fora deles, e não-judeus freqüentemente fixavam residência no bairro judeu. A legislação impondo a segregação ainda estava por vir; quando veio, foi invariavelmente um indício de que as barreiras sociais naturais se haviam tornado tão fracas que chegavam a ameaçar o *status* da maioria. Mas antes de 1200 a maioria dos judeus, em quase todas as cidades, congregava-se voluntariamente em um setor separado próprio, onde podia de modo mais amplo gozar das facilidades educacionais e religiosas e dos prazeres da vida proporcionados por um grupo espiritual e socialmente homogêneo.

No bairro judeu a lei era suprema. Daí terem os administradores e juízes comunitários a integral confiança de seus constituintes. O governo era exercido segundo linhas consagradas pela tradição e reforçadas por sanções legais, cuja origem divina era reconhecida por todos. Por trás desse muro protetor de lei e tradição, mais do que por trás de verdadeiros muros concretos, foi representado o drama da vida judaica. Fechados numa fortaleza espiritual, sentiam os judeus maior afinidade para com seus mais distantes correligionários do que para com o mais próximo habitante não-judeu da mesma cidade, cujos problemas e comportamento eram muitas vezes incapazes de compreender, e para cuja cultura, família, e vida social tinham pouca simpatia.

Os Judeus na França, Alemanha, Inglaterra e Itália

A partir dos séculos X e XI existem provas de comunidades judaicas firmemente estabelecidas em todas as cidades importantes da França e Alemanha. Depois disso a habitação é contínua. Há, além do mais, prova documentada de habitação anterior nesses países, remontando à era do Império Carolíngio, cujas fronteiras se estendiam do Canal da Mancha e Oceano Atlântico ao mar Adriático, e do Oder ao Ebro. Um judeu de nome Isaac foi membro de uma delegação enviada por Carlos Magno a Harun el-Rashid — e o único membro a regressar, trazendo consigo o primeiro elefante, jamais visto na Europa. Foi sob o regime de Carlos Magno que os primeiros judeus foram trazidos a Mogúncia (Mainz), e a esse tempo

judeus eram também encontrados em Colônia, Aachen, e outras cidades da Renânia. Os primeiros registros da presença de judeus em Metz datam de 888, em Magdeburgo de 965, em Worms de 960, e em Speyer de 1084.

Habitualmente o processo era o seguinte: judeus eram convidados, ou autorizados, a se estabelecerem numa cidade porque se achava que seriam de valor para o desenvolvimento econômico da área. Uma vez aceitos, sua situação legal era regulamentada por legislação capitular, que lhes concedia certos direitos e impunha-lhes certas restrições. As primeiras cartas concedidas aos judeus estavam imbuídas de conceitos e terminologia feudais. Em troca de proteção, ficava o judeu preso à corte por um juramento de fidelidade, e, naturalmente, era obrigado a efetuar pagamentos regulares ao suserano. Quase todas essas cartas continham a frase: "...viver sossegadamente sob Nossa tutela e proteção e servir fielmente Nossa corte." Nessa relação feudal a dependência direta dos judeus do poder real tornou-se o esteio de toda a estrutura legal que definia sua posição. Enquanto a carta regulasse as relações entre os judeus e o rei ou imperador, estava a comunidade judaica, em geral, segura. Quando, todavia, o poder feudal era delegado a barões ou bispos, a situação dos judeus periclitava. Assim, em 973, quando a cidade de Merseburgo foi remitida pelo imperador, "tudo incluso nos muros de Merseburgo, com judeus e mercadores", foi entregue junto.

A expansão física dos judeus franceses e alemães acompanhou o ritmo do desenvolvimento geral desses dois países. Cada nova cidade significativa tinha seu contingente de judeus. No diário de viagem de Petakhiah de Regensburgo vemos que a linha de povoamento judaico seguia as principais rotas comerciais ao longo dos rios e vias terrestres. Mogúncia, por exemplo, foi um importante ponto de partida para caravanas à Europa Oriental e Ásia. Não obstante ocasionais violações de seus direitos, ou clamorosa perseguição, os judeus eram, em geral, aceitos em toda parte devido às suas aptidões no comércio; na economia feudal ligada à terra desempenharam um papel indispensável.

Até o século XI as relações entre judeus e não-judeus foram, nesses países, relativamente tranqüilas e amistosas. Diversas comunidades desenvolveram uma florescente vida intelectual e sustentaram academias talmúdicas; os maiores eruditos da época foram: Guershom de Mogúncia; o prolífico gênio do comentário bíblico e talmúdico, Rashi de Troyes; e os netos de Rashi, Samuel ben Meir e Rabenu Tam. Depois, nos séculos XII e XIII, quando os estados nacionalistas começaram a evo-

luir na Alemanha (sob Frederico II) e França (sob Filipe Augusto), os judeus mais uma vez foram vítimas das intolerâncias do mundo medieval. Para a França e Alemanha foi essa a era de expansão da indústria e comércio nativos, do início de cidades e de construção de catedrais espetaculares; o judeu, tendo preparado o caminho para isso, tendo-o em certo sentido tornado possível, podia agora ser dispensado, e daí não o quererem mais. O *status* dos judeus foi a partir de então determinado pela Igreja de Roma e seus representantes, cuja política de dois gumes era insistir, por um lado, na tolerância e moderação, e, pelo outro, persuadir os judeus de sua inferioridade moral e espiritual, e induzi-los a se converterem.

Nas Ilhas Britânicas a história de um povoamento judeu favorecido está contida nos dois séculos entre a conquista normanda em 1066 e o edito de expulsão de 1290. O declínio da comunidade judaica inglesa foi tão rápido quanto fora meteórica sua ascensão. Judeus foram chamados ao país por causa de uma urgente necessidade econômica — o desenvolvimento do mercado monetário. Foram transformados na Inglaterra numa classe de usurários reais, cuja função principal era fornecer crédito para empreendimentos tanto políticos quanto econômicos. A população total judaica da Inglaterra sempre foi pequena; em 1200 a comunidade abrangia cerca de 2 500 famílias. Mas embora os judeus constituíssem apenas 0,1% da população, sua contribuição à renda real em impostos ordinários foi calculada em cerca de 3000 libras, ou aproximadamente um sétimo da renda total. A maioria dos judeus ingleses era oriunda da França, com uma minoria proveniente da Espanha, Itália e Marrocos. Entre si falavam francês normando. Como no continente, eram considerados "servos da câmara real", sendo-lhes permitida considerável autonomia em seus negócios. Sua vida diferia pouco da de aglomerações judaicas maiores no continente. No todo foram, provavelmente, a comunidade judaica menos importante da Europa Ocidental, tanto numérica quanto culturalmente. Ao tempo da expulsão totalizavam cerca de 16 000 almas, vivendo espalhadas por todo o país. Sua breve história é uma imagem microcósmica da saga da sobrevivência judaica na Europa medieval, com todos seus elementos constitutivos: encorajamento inicial, seguido por degradação, perseguição, e finalmente expulsão. Embora Eduardo I lhes permitisse levar consigo posses móveis, sua propriedade imobiliária, desnecessário dizê-lo, passou para a Coroa.

Na Itália as principais comunidades judaicas, até o século XIII, ficavam ao sul de Roma, onde em virtude de localização e senso de oportunidade puderam proporcionar um importante

elo na transmissão de conhecimentos judaicos do Oriente para o Ocidente. Durante a era muçulmana tiveram um renascimento de atividade cultural semelhante, embora em menor grau, à da "Idade de Ouro" da Espanha. Palermo, a esse tempo capital da Itália, era quase inteiramente uma cidade árabe, e, como na Espanha, era permitido aos judeus tomar parte na vida econômica e intelectual geral. Sua prosperidade continuou durante algum tempo mesmo sob dominação normanda; mas com a ascendência dos governantes Hohenstaufen após 1187, viram-se os judeus da Itália meridional forçados a amoldar-se à forma predominante: eles também tornaram-se "servos" da Câmara Imperial. Todavia, a atmosfera um tanto mais branda da Itália possibilitou um continuado florescimento da ciência e literatura hebraicas, de modo que pelo menos culturalmente os judeus do sul da Itália puderam encarar os dois séculos de domínio normando e dos Hohenstaufen como um prolongamento um tanto circunscrito de sua "idade áurea" sob o regime muçulmano.

As comunidades ao norte dos Estados Papais eram, em sua maior parte, pequenas. A mais importante dessas comunidades setentrionais foi Luca, famosa por sua academia de estudos. Veneza ainda não permitira aos judeus se estabelecerem em seu território.

Relações com a Igreja e Estado

Os judeus da Europa cristã eram considerados, durante a Idade Média, como um grupo racial e religioso distinto que não deveria estar sujeito às mesmas leis que os cristãos; daí as cartas especiais dadas aos judeus, que lhes asseguravam proteção de "vida e membros" e deixavam-lhes o direito de se governarem a si próprios em questões comunitárias e religiosas. Essas cartas foram originalmente emitidas tendo em vista atrair judeus abastados para uma determinada área necessitada de desenvolvimento econômico e dinheiro; em sua maioria continham estipulações detalhadas estimulando judeus a se dedicarem ao empréstimo de dinheiro. Da Alemanha a prática de conceder cartas não tardou a se propagar a todos os países europeus. Mas mesmo com tais cartas os judeus nem sempre se achavam seguros. Acontecia, às vezes, que uma situação de emergência, ou simples cobiça de dinheiro, impelia um soberano concessor a confiscar as riquezas e propriedades judaicas, e não raro eram tais atos seguidos pela expulsão da comunidade judaica local.

Quanto à Igreja, a propagação de heresias cristãs ao fim do século XII obrigou-a a reafirmar seu poder e fortalecer sua

organização. Com o correr do tempo as ações punitivas contra hereges foram ampliadas para incluir também judeus. O Quarto Concílio de Latrão, convocado em 1215 pelo papa Inocêncio III, emitiu uma série de decretos que afetavam diretamente os judeus da Europa. Segundo o Concílio, as leis antijudaicas decretadas pelo Império Romano Cristianizado e pela Igreja deveriam ser escrupulosamente observadas; a repressão aos judeus deveria servir como um edificante exemplo para os cristãos hesitantes. A tendência geral da legislação aprovada no Concílio Lateranense era de segregar os judeus socialmente ainda mais do que no passado. (As ondas de expulsões da Europa Ocidental no decurso dos três séculos seguintes foram conseqüência direta desse novo isolamento social efetuado por Inocêncio.) Antigos regulamentos proibindo aos judeus terem autoridade sobre cristãos deveriam ser novamente postos em vigor. Nenhum príncipe poderia, sob pena de excomunhão, nomear judeus para qualquer cargo. Os judeus, na Páscoa, deveriam permanecer em suas casas com as venezianas fechadas, devendo também ser pago anualmente nesse dia um imposto especial. Judeus e cristãos foram então expressamente proibidos de morarem juntos, e todos os infiéis deveriam, daí em diante, ser diferençados por um distintivo especial. O caminho para o gueto estava sendo preparado.

Não obstante o fato de que o código completo não conseguiu observância imediata, sua promulgação assinalava um momento decisivo na História Judaica. O código estava dependurado sobre as cabeças dos judeus europeus como uma constante ameaça, suspenso pelo frágil fio da conveniência e disposição. Sempre que as forças da reação triunfavam num Estado, sempre que a Igreja se sentia ameaçada de dentro ou de fora, era provável que o código fosse invocado. Fanáticos e pietistas clamavam incessantemente, com algum sucesso, pela sua aplicação rígida. As bulas papais protetórias que haviam sido emitidas no passado tornaram-se então, até certo ponto, apenas uma defesa teórica, ineficaz no domínio da política prática.

Uma importante área de atrito entre judeus e cristãos estava na interpretação da Bíblia, texto que as duas fés tinham em comum mas a respeito de cuja significação diferiam radicalmente. A Igreja alegava representar o cumprimento de todas as promessas bíblicas. Por outro lado, todas as ameaças e censuras contra os judeus eram consideradas como aplicando-se com sua força original. A defesa judaica contra repetidas acusações de inferioridade de pouco valeu. Azucrinava-se constantemente aos judeus que representavam um povo amaldiçoado, um inimigo da raça humana. A conseqüência dessa in-

cessante e incendiária arenga foi, por um lado, inflamar as paixões das turbas, freqüentemente com resultados devastadores, e, por outro, enfraquecer o espírito de resistência entre os judeus.

Outro alvo de ataques eram as "blasfêmias" do Talmude. Judeus eram, às vezes, obrigados a participar de discussões públicas, presididas por reis e bispos, para defender sua literatura tradicional. Os judeus quase sempre "perdiam", sendo o Talmude não raro condenado e queimado. A mais espetacular de tais queimas de livros ocorreu em Paris no ano de 1240. A continuada condenação oficial do Talmude resultou finalmente numa proibição total contra o estudo dessa obra, e isso, por sua vez, levou à cessação dos estudos rabínicos, entre outros lugares, na França setentrional, onde academias talmúdicas haviam florescido desde os dias de Rashi de Troyes. Tais, pois, foram os extremos a que o cristianismo foi levado por seu receio e ódio daqueles que haviam pedido que os deixassem ser não especiais, mas apenas diferentes.

03/11/93

As Cruzadas

No século XI todo o mundo ocidental ficou sob a influência da Igreja de Roma. Após a ruptura definitiva com os cristãos bizantinos, o papa Gregório VII (1073-1085) havia limpado a Igreja dos vícios e corrupção. Seu sucessor, Urbano II, tomou a si desviar a Europa Ocidental das guerras internas, encontrar um escape para a imensa energia dos normandos, e ao mesmo tempo desfechar um golpe decisivo na Igreja Bizantina estendendo o poder de Roma à Turquia, Síria e Palestina. Todos esses objetivos deveriam unir-se no grande projeto das Cruzadas.

Por todo o século XI haviam chegado a Roma queixas referentes a muçulmanos nativos molestando peregrinos cristãos à Palestina. O califa Al-Hakim chegara ao ponto de assassinar cristãos e destruir seus mais sagrados monumentos na Palestina. Além disso, embarcações cristãs estavam sendo constantemente atacadas por piratas árabes, e postos comerciais cristãos em países muçulmanos eram saqueados por bandos de salteadores árabes. Assim, quando o imperador bizantino solicitou a intervenção, encontrou a Igreja pronta a empreender uma guerra universal contra os muçulmanos. Todas as lutas entre cristãos deveriam cessar até que o infiel fosse obrigado a recuar e o Santo Sepulcro voltasse a mãos cristãs.

Esse foi o apelo de reunião das Cruzadas, um apelo que se dirigiu não só a cavaleiros e príncipes, mas também, através da pregação de Pedro, o Eremita, ao homem do povo. Des-

calço, vestindo traje grosseiro, montando um burro e carregando uma imensa cruz, Pedro viajou pela França e Alemanha, arengando vastas multidões nas igrejas e mercados com histórias de impiedosa destruição dos lugares santos pelos turcos seldjúquidas.

Muitos eram os motivos que se achavam por trás das Cruzadas. Havia, antes de tudo, um genuíno zelo religioso, misturado com o desejo de revitalizar a fé espiritual do homem comum. Em segundo lugar, a Igreja Latina viu as Cruzadas como uma oportunidade para submeter a Igreja Bizantina. E havia também um predominante motivo econômico. A presença dos seldjúquidas e fatímidas havia erguido uma barreira intransponível bloqueando o comércio de Gênova e Veneza em direção a leste, que até então se fizera por Bagdá e Alepo, ou pelo Egito. Era preciso forçar a reabertura desses caminhos para que o comércio com o Oriente não fosse inteiramente controlado ou monopolizado por Constantinopla.

Todos esses fatores uniram-se e resultaram no apelo do papa Urbano para uma Cruzada. A resposta foi irresistível. De toda a Europa acorreram homens ao estandarte da Guerra Santa contra os infiéis. Alguns eram impelidos por uma sede de aventura; outros pela perspectiva de alcançar grandes riquezas; outros ainda vieram para fugir do fardo de uma dívida ou obter a remissão de pecados prometida pelo papa a todos os participantes. A Primeira Cruzada, sem organização ou liderança, foi realmente um levante popular, com todos os conseqüentes excessos e crueldades que caracterizam uma turba desordenada. Quando os dois primeiros grupos avançados, dirigindo-se para leste, atingiram a Hungria, cometeram tais atrocidades que a população local, enfurecida, destruiu-os totalmente. Uma terceira horda inaugurou sua jornada com um vasto *pogrom* contra os judeus da Renânia. As duas vagas seguintes, sob Pedro, o Eremita, conseguiram alcançar Constantinopla, para espanto e consternação do imperador bizantino Aleixo. Após saquear a cidade cruzaram o Bósforo, para serem massacrados pelos seldjúquidas (1096). Tal foi a primeira manifestação da "vontade popular" na história moderna da Europa.

Como se poderia esperar, entre as principais vítimas da "Cruzada Popular" estavam os judeus. Tentados pela riqueza judaica, os cruzados subitamente acharam desnecessário seguir adiante para matar os inimigos de Deus na Terra Santa quando o infiel judeu estava tão próximo. "Mata um judeu e salva tua alma" tornou-se o atalho tomado por muitos cruzados ardorosos. O massacre começou em Ruão; propriedades foram saqueadas, casas incendiadas. Mesmo judeus batizados tiveram

dificuldade em escapar com vida. O ataque propagou-se pelo norte da França até a Renânia, onde as promessas de proteção feitas aos judeus por bispos e habitantes das cidades foram rapidamente quebradas diante das turbas que avançavam. As comunidades judaicas de Metz, Speyer, Mogúncia, Troyes, e outras cidades foram destruídas. Um pequeno número de judeus aceitou o batismo para permanecer vivo; a maioria se recusou, e morreu.

O ano seguinte, 1097, assistiu a uma restauração da Primeira Cruzada, dessa vez por forças organizadas. Os cruzados tomaram diversos caminhos, a partir da França, Normandia, Flandres, Inglaterra, Itália e Sicília. Após atravessar o Bósforo, acompanharam mais ou menos a rota originalmente seguida por Alexandre, o Grande. Capturaram Nicéia, sitiaram Antioquia, e derrotaram um grande exército de seldjúquidas perto de Mossul. Uma força menor, sob Godofredo de Bouillon, prosseguiu até Jerusalém. Após um cerco de um mês, foi a cidade capturada a 15 de junho de 1099. A matança nesse dia foi terrível. Ao cair da noite os cruzados reuniram-se junto ao Santo Sepulcro para proclamar o estabelecimento de um reino latino em Jerusalém. A população judaica da Cidade Santa foi levada para as sinagogas e queimada viva.

A dominação cristã da Terra Santa foi desafiada primeiro por um poderoso *atabeg* (governante) seldjúquida, que reconquistou parte do território sob controle cristão, incluindo a fortaleza de Edessa perto de Mossul, que era o posto avançado do cristianismo no Oriente. Logo após, uma Segunda Cruzada (1147) foi proclamada pelo imperador alemão Conrado III e o rei Luís VII da França. Foi esse um empreendimento bem menos fascinante, sabotado desde o início pela recusa das repúblicas italianas de sacrificar seus interesses marítimos no Oriente a fim de vir em auxílio dos francos. A Cruzada foi detida no Egito, defendido por Saladino — então oficial do exército —, que dera ordens para incendiar Fustat de preferência a deixá-la cair em mãos dos cristãos.

Depois dessa vitória sentiu-se Saladino suficientemente forte para tentar uma *jihad* contra a cristandade. Em 1187 retomou Jerusalém, e assim preparou o palco para a Terceira Cruzada, abertamente empreendida como uma guerra da Cruz contra o Crescente. O que havia de melhor entre os cavaleiros europeus, imbuídos tanto de ideais românticos e de cavalaria quanto de ódio religioso, partiu em 1189 sob a chefia de Ricardo Coração-de-Leão. Também essa Cruzada terminou em fracasso. Jerusalém permaneceu em mãos dos muçulmanos, em-

bora os cristãos recuperassem a posse da costa marítima palestinense.

Como fora o caso na Segunda Cruzada, os privilégios de um cruzado participante da campanha de Ricardo incluíam uma moratória sobre todas as dívidas para com judeus. Ataques físicos a judeus na França e Alemanha foram menores em número que anteriormente. Mas na Inglaterra os judeus sofreram muita violência física. Antes do encetamento da Terceira Cruzada espalhou-se um boato infundado de que Ricardo havia ordenado um ataque aos judeus; os distúrbios que conseqüentemente irromperam só foram parados por uma proclamação, assinada por Ricardo, proibindo que judeus fossem molestados. Essa proclamação foi um impedimento eficaz até a partida de Ricardo para a Palestina, quando ocorreram novas erupções. A pior foi em York, em 1190, quando os judeus se refugiaram no castelo real. Ali resistiram durante vários dias; finalmente, para não se entregarem à turba, suicidaram-se. Os poucos que não se submeteram à automatança foram mortos de qualquer maneira pela multidão.

Vestígios materiais do domínio dos Cruzados na Palestina existem até hoje. De Acre a Ascalão uma cadeia de grossas muralhas foi erguida para defender as fortificações costeiras; torres dos Cruzados ainda estão de pé em Ramla e Cesaréia. Ao todo, o domínio dos Cruzados durou duzentos anos. Durante esse tempo tornou-se Acre o centro judaico na Palestina, pois os cristãos haviam renovado a proibição de judeus habitarem em Jerusalém, excetuando-se apenas umas poucas famílias que haviam obtido permissão especial do prefeito cristão (ou Rei de Jerusalém, como ele próprio se intitulara). Certa vez trezentos eruditos vieram da França para se estabelecer na Palestina; quando a Cidade Santa foi recapturada pelos muçulmanos, permitiu-se a muitos reinstalarem-se ali. Os Cruzados foram por fim expulsos da Terra Santa pelos mamelucos egípcios em 1291.

Os Cruzados foram responsáveis pelo assassinato de dezenas de milhares de judeus europeus e a destruição de muitas comunidades judaicas. Perda de capital impeliu os judeus ainda mais do que antes para o negócio de empréstimo de dinheiro, mas dessa vez mais para empréstimos a consumidores do que a produtores. Incapazes de obter tais empréstimos, as classes inferiores conceberam para com os judeus um ódio ainda mais profundo que o instilado neles pela Igreja. Mas os judeus não tinham escolha. A abertura de rotas comerciais para o Oriente havia criado vastas oportunidades novas para mercadores cristãos, e os judeus viram-se privados da maior parte de seu comércio exterior.

As Cruzadas inauguraram na Europa uma época de intensa suspeita e rivalidade, que se manteria por todo o restante da Idade Média. Ao término das Cruzadas a Europa se transformara de uma sociedade relativamente aberta numa sociedade fechada — uma sociedade por demais ansiosa para excluir aqueles sobre os quais, ironicamente, já fizera cair a mais terrível devastação.

Perseguições e Expulsões

As doutrinas e regulamentos discriminatórios da Igreja possuíam uma capacidade de realização das próprias esperanças, naquilo que a existência diária do judeu, conforme definida e limitada por esses regulamentos, só tendia a confirmar a alegação da Igreja de que ele fora rejeitado por Deus. Um *cordon sanitaire* havia sido posto em torno dele para evitar a infecção de almas cristãs. Relações sociais ficaram reduzidas a um mínimo, o homem comum tendo sido proibido de discutir questões de fé com judeus. Os decretos dos Concílios Lateranenses, exigindo que os judeus fossem diferençados por distintivo e traje, encerravam cada judeu num gueto pessoal muito antes que o gueto comunitário completasse a humilhação.

Nas mãos dos leigos e clérigos comuns os decretos emitidos pelos vários Concílios e Sínodos tornaram-se uma arma adicional no existente arsenal de superstições e cobiça. O próprio fato de tal legislação ter sido aprovada — independente de seu conteúdo real — serviu para justificar os mais atrozes atos de crueldade por parte das massas e do baixo clero. Aos Concílios Lateranenses deve caber a culpa das epidemias anti-semitas que grassaram na Europa nos séculos XIII e XIV — explosões baseadas em alegações que o alto clero sabia serem falsas, mas para as quais já havia preparado o caminho. Uma vez essas explosões iniciadas, nada que o papa ou os bispos pudessem dizer seria capaz de impedir suas terríveis conseqüências. Na verdade, esses príncipes da Igreja freqüentemente permaneciam calados, e assim fazendo davam um ar de cumplicidade à incontida fúria da turba. Bulas papais clamando contra a matança de judeus de nada adiantavam; sob tortura, os judeus faziam confissões minuciosas de crimes que jamais cometeram, e com isso justificavam o comportamento de seus opressores. Além disso, ao ocorrer a morte do "réu", todas as dívidas e hipotecas que possuía eram automaticamente canceladas; os despojos eram divididos entre seus acusadores cristãos.

Os judeus não tardaram a tornar-se uma caixa de ressonância universal para a tensão religiosa, registrando, muitas

vezes com suas vidas, as flutuações de sentimento no mundo em geral. Falsas acusações de crimes, freqüentemente iniciadas por apóstatas do judaísmo — os tradicionais arautos do ódio —, eram muitas vezes lançadas contra eles. Que os judeus em conjunto inflexivelmente se recusassem a ser batizados apenas serviu para intensificar o rancor dos seus acusadores. Uma das mais virulentas, e mais fantásticas, acusações feitas contra judeus era a de assassinato ritual. O modelo era o seguinte: Um cristão desaparecia, e os judeus eram acusados de o terem crucificado numa zombaria do martírio de Jesus e terem usado seu sangue para fins rituais judaicos. Alegava-se que o sangue era distribuído entre a comunidade, ou, nas versões mais esmeradas dessa acusação, que servia como um ingrediente necessário na preparação da *matzah* da Páscoa. Os judeus "culpados" eram então massacrados, suas propriedades confiscadas, e o produto dado à igreja local. Não foram poucas as paróquias que alcançaram súbita riqueza com tais procedimentos.

Na nossa atual condição "esclarecida" podemos procurar compreender o mecanismo psicológico dessas acusações lembrando-nos que, no mundo medieval, mágica e feitiçaria faziam parte da bagagem habitual da sociedade. O particularmente potente conceito de sangue, associado à profunda ignorância e receio da "outra" pessoa, servia tudo para perpetuar essas acusações. E no entanto essa calúnia sobreviveu à Idade Média para reaparecer, outras vezes, em meio às sociedades mais adiantadas. No século XIX seu espectro foi erguido no mundo cristão ortodoxo, e também se achava por trás do célebre julgamento, em 1913, de Mendel Beilis. Subseqüentemente foi revivida pelos nazistas, e ainda por volta de 1960 foi repetida nos jornais comunistas das repúblicas muçulmanas da União Soviética. Às vezes — como mentiras repetidas a intervalos suficientes — se tem tornado parte integrante do mito do judeu na mente não-judaica; sob condições de aguda tensão social há sempre probabilidade do seu reaparecimento.

Mesmo na Idade Média, declarações públicas do imperador Frederico II e do papa Inocêncio IV negando a validade dessas acusações não deram resultado. Na literatura a calúnia foi imortalizada pela adorável prioresa nos *Canterbury Tales* de Geoffrey Chaucer. Este inspirou-se para seu conto na história de Guilherme de Norwich — um dos primeiros casos de acusação de assassinato ritual na Europa. Em 1144, em Norwich, Inglaterra, um menino, Guilherme, havia sido encontrado morto. Os judeus foram acusados de tê-lo assassinado para fins religiosos, e foram torturados até confessarem o ato.

É substancialmente esse padrão que se repetiria no episódio inglês posterior de Hugh de Lincoln, bem como em exemplos subseqüentes de acusações idênticas no continente.

Outra acusação habitualmente feita aos judeus era a de terem profanado a Hóstia, uma partícula de pão ázimo que na celebração da Missa é transformada, de acordo com a doutrina católica da transubstanciação, no corpo de Cristo. A alegação era a de que os judeus, ansiosos por torturar e destruir essa representação de Jesus, roubavam as hóstias e nelas espetavam alfinetes, ou as mergulhavam em água fervente ou trituravam numa massa. Em tais ocasiões, acreditava-se, corria sangue da hóstia, ou aconteciam outros milagres. Por esse crime, os judeus acusados eram mortos. Em 1298 os judeus de Rottingen foram acusados de profanar dessa maneira uma hóstia, e a decorrente erupção de violência contra os judeus propagou-se por toda a Baviera e Áustria. Um total de cento e quarenta comunidades foi saqueado. Em 1336, acusações semelhantes provocaram uma onda de violência que se estendeu do Reno à Boêmia e Morávia.

Em 1321 surgiu uma história de que os leprosos da Europa — que a esse tempo eram tratados menos humanitariamente que animais — haviam começado a espalhar sua doença pelo envenenamento de poços. Os judeus foram acusados de estimulá-los nessa ação, e mesmo de instigá-los com dinheiro. Diversas comunidades judaicas foram saqueadas, muitos judeus torturados e mortos e seus bens confiscados por autoridades locais. Essa acusação foi revivida com ainda maior intensidade em 1348, quando a Peste Negra atacou país após país na Europa. Possivelmente devido ao estado mais adiantado dos seus conhecimentos médicos, e por causa de suas condições de vida mais segregadas e, em geral, mais higiênicas, proporcionalmente menos judeus faleceram dessa epidemia do que cristãos. Mas devido a esse fato os judeus foram também acusados de estarem aliados ao Demônio na instigação da Peste Negra. Comunidades judaicas inteiras foram queimadas e milhares de judeus pereceram como revide por uma enfermidade que destruiu um quarto da população da Europa.

Havia outras acusações também. Em Viena, judeus foram culpados por uma estiagem, alegando-se igualmente que prestaram ajuda material aos exércitos hussitas em sua rebelião contra os católicos na Boêmia. Essas acusações resultaram num padrão habitual de massacres. Em 1241, quando a invasão mongólica se alastrou pelas terras alemãs, espalhou-se o boato de que entre os invasores estavam descendentes das Dez Tribos Perdidas de Israel; assim os judeus foram também responsabilizados pelas devastações das hordas mongólicas.

Expulsões de judeus eram comuns nesse período. Revelaram-se um modo eficiente para um governador ou bispo reabastecer os cofres vazios de seu tesouro, já que com a expulsão todas as propriedades judaicas eram confiscadas pelo soberano local. Ademais, ocorria com freqüência que após uma expulsão inicial os judeus eram chamados de volta para um país quando suas aptidões se tornavam novamente necessárias, somente para serem mais uma vez expulsos depois de terem revitalizado a economia e assim cumprido a finalidade para a qual haviam sido chamados.

A história dos judeus alemães e franceses nesse período, por exemplo, é uma série de sucessivas expulsões e chamadas de volta. Entre 1182 e 1321 os judeus da França foram expulsos e chamados de volta quatro vezes. Em 1322 foram novamente expulsos, e durante quarenta anos não houve um único judeu em solo francês. Em 1361, quando o rei João II foi capturados pela Inglaterra, os judeus foram convidados a voltar à França a fim de levantar o enorme resgate necessário para libertar o rei. Em 1394 foram mais uma vez expulsos do país.

Igualmente trágico foi o destino dos judeus da Provença, uma área que se gabava de uma das mais felizes e culturalmente mais produtivas comunidades judaicas na Europa cristã. No século XIII seus judeus ainda podiam possuir propriedades e dedicar-se ao comércio. Os médicos judeus da Provença eram famosos em toda a Europa, e seus financistas judeus eram chamados para auxiliar a administração de Tolouse. E no entanto foi essa liberdade de espírito e receptividade cultural que se revelaria a ruína da Provença. Suficientemente avançado para ver as falhas e corrupção da organização da Igreja, um grupo protestante de cristãos provençais rejeitou a Igreja Católica e estabeleceu uma própria. Esses dissidentes, conhecidos como Albigenses, tornaram-se as vítimas de uma vigorosa cruzada empreendida de 1208 a 1215 pelo papa Inocêncio III, cuja ira inflamou-se não só contra os heréticos dentro de sua Igreja mas também contra os judeus da Provença. Quando a derrotada Provença caiu sob o poder de Roma, os judeus da Europa cristã perderam seu último posto avançado de oportunidade cultural.

E finalmente, o destino que tiveram os judeus da Espanha foi uma tragédia de âmbito e efeito mais espetaculares que em qualquer outra parte da Europa. Em nenhum outro lugar haviam os judeus se elevado a tais alturas, ou se tornado parte tão integrante da população, e em parte alguma ocorreu uma expulsão tão dramática e em proporções tão vastas como na Espanha em 1492.

No decorrer da segunda metade do século XI os judeus espanhóis foram gradativamente transferindo seu centro de atividades para a Espanha setentrional e Portugal. Enquanto as províncias ao sul dos Pireneus eram, uma a uma, reconquistadas por príncipes cristãos, os judeus nessas localidades permaneciam mais ou menos em sua situação anterior. Lutas internas e externas continuaram a caracterizar as cortes cristãs setentrionais tanto quanto haviam caracterizado as províncias muçulmanas meridionais, e, em conseqüência, os judeus eram muitas vezes considerados pela Coroa como sendo seus aliados mais dignos de confiança. Eles foram, além do mais, úteis no desenvolvimento de recém-adquiridas áreas atrasadas e despovoadas. Sua experiência na agricultura e indústria nas partes meridionais da península tornou-se prontamente disponível para o norte, que então recebeu muitos refugiados fugindo dos invasores Almorávidas e Almôadas.

De início os judeus serviram os cristãos como haviam servido os muçulmanos, como estadistas, conselheiros e médicos. Seu conhecimento do árabe foi-lhes proveitoso em suas funções de embaixadores oficiais da Corte junto aos países muçulmanos. Sábios judeus desempenharam um importante papel na atividade intelectual, especialmente como astrônomos e idealizadores de instrumentos náuticos. Lentamente, porém, a posição favorecida dos judeus estimulou o ressentimento da Igreja. Após a morte de Afonso VI, em 1109, sérios distúrbios antijudaicos irromperam em Toledo e daí se propagaram para outras comunidades. A Igreja, temendo que os cristãos pudessem imitar modos de vida judaicos, exigia a rigorosa aplicação das leis lateranenses segregando cristãos de judeus. Todavia, a aplicação dessas leis permaneceu durante algum tempo mais ou menos dependente da vontade do poder secular governante. Como ocorria freqüentemente na Idade Média, a Igreja era inflexivelmente dogmática em seus pronunciamentos, mas os soberanos locais eram igualmente inflexíveis em seu oportunismo.

Como em outras partes da Europa, eram os judeus espanhóis considerados como servos dos seus soberanos cristãos, tendo seus direitos sido estipulados em cartas pela Coroa. Dentro de seus próprios bairros (*juderias*) gozavam de completa autonomia, mas a sorte das comunidades judaicas em conjunto variava com a ascensão e morte dos vários soberanos de Aragão e Castela. Ao fim do século XIII, com a Reconquista pràticamente concluída, os monarcas espanhóis começaram a adaptar seu tratamento dos judeus à disposição predominante na Europa cristã. Os judeus foram então excluídos do serviço público. Embora no século XIII a situação dos judeus espanhóis

fosse superior à de seus correligionários em outras partes da Europa, esse arranjo era, entretanto, inseguro, podendo em qualquer ponto entrar em erupção pela pressão de luta interna, guerras externas, ou os avanços da Igreja, que agia por meios sutis e sempre indiretos para persuadir os poderes seculares do acerto da expulsão e extermínio físico dos judeus — políticas que a Igreja como um todo nunca advogou explicitamente, e que oficialmente fingia abominar.

Em 1391 Ferrand Martinez, arquidiácono de Ecija, instigou uma onda de atrocidades contra os judeus que se propagou por todas as cidades de Castela e Aragão. Algumas comunidades foram quase completamente aniquiladas; outras foram saqueadas e queimadas. A perseguição era de tipo diferente da de outras partes da Europa: judeus em massa foram forçados a decidir entre o batismo e a morte. Exercia-se pressão privando-se os judeus de todos os direitos cívicos e econômicos. Diante dessa ameaça muitos renderam-se ao que parecia de qualquer maneira inevitável, e se converteram. Freqüentemente os membros abastados e influentes da comunidade, acostumados à sua própria riqueza, e cujo moral fora talvez minado pelo extenso período de facilidades, foram os primeiros a ser batizados. Qualquer que tenha sido a razão, um número singularmente grande converteu-se nesse tempo. (Em Toledo mais de quatro mil converteram-se num só dia quando um padre irrompeu em sinagogas exigindo morte ou batismo.) Alguns dos neófitos retornaram ao judaísmo uma vez passado o perigo, mas a maioria não. Alguns deles tornaram-se mesmo cristãos sinceros, e ocasionalmente — como no caso de Pablo de Santa Maria (anteriormente Rabi Salomão Halevi), que se tornou bispo de Burgos — atingiram altos cargos eclesiásticos. Pablo, na verdade, confirmou o padrão dos apóstatas judeus. Sob sua orientação irromperam novos ataques antijudaicos. Outro ex-judeu, Ioshua Lorki, tomou parte num debate público realizado em Tortosa em 1414 e que resultou na condenação do Talmude.

Todas essas atividades antijudaicas chegariam ao apogeu no ano de 1479, quando as coroas de Castela e Aragão se uniram nas pessoas de Fernando e Isabel, os reis católicos. Para eles, a expulsão imediata dos infiéis era fundamental. Decididos a governar um país verdadeiramente "católico", livre de heresia e descrença, Fernando e Isabel ordenaram a expulsão de todos os judeus da Espanha em 1492. Os últimos judeus deixaram a Espanha a 2 de agosto, nove de Av, um dia de luto judaico e véspera do dia em que Colombo partiu de Palos em sua expedição ao Novo Mundo.

Assim, ao fim do século XV, os judeus haviam sido efetivamente expulsos de toda a Europa Ocidental, com exceção de algumas partes da Alemanha e Itália, onde a falta de unidade política impediu a adoção de qualquer política única em relação à população judaica. Mas em qualquer país que houvesse alcançado a consolidação nacional durante esse período, e tivesse caído sob a influência unilateral da Igreja Católica, a história é a mesma: aterradora degradação, tortura, matança e expulsão. A partir daí os judeus se concentrariam predominantemente nos dois grandes impérios do leste: a Polônia, onde estavam os ashkenazim (judeus europeus setentrionais), e o Império Otomano, onde viviam os sefardim (judeus de origem espanhola ou latina). Em outras partes da Europa a lenda do "judeu errante" foi transformada em realidade; havia sido, de fato, trazida à existência pela vontade de um mundo hostil.

Os Marranos

O criptojudaísmo — a prática de judeus que escondem seu judaísmo do mundo exterior — é tão antigo quanto a própria perseguição. Só se tornou, contudo, um fenômeno muito difundido com o advento de uma politicamente poderosa Igreja Cristã. O cristianismo proibia, teoricamente, a conversão pela força, embora na prática, quando diante das alternativas de "morte ou batismo", não seria fácil diferençar entre conversão coagida e voluntária. A Igreja, de qualquer modo, considerava tais conversões por ameaça como realizadas livremente, e a História registra muitos exemplos de batismo em massa sob tais circunstâncias. Mas como as conversões eram, na maioria dos casos, insinceras, suas vítimas tendiam a retornar, sempre que possível, à prática de sua fé ancestral. Guershom de Mogúncia proibiu que fossem tratados asperamente os convertidos forçados que retornavam ao judaísmo, e nas sinagogas compôs-se uma oração especial para implorar a proteção divina a toda a Casa de Israel, incluindo, na linguagem medieval, os "forçados". No que dizia respeito à comunidade judaica, portanto, a conversão forçada não era por lei considerada como igual à apostasia voluntária.

A insinceridade da crença do convertido forçado e, inversamente, a tenacidade de sua fé criptojudaica são atestadas pelo fato de que o conhecimento e prática do judaísmo raras vezes se extinguiam com a morte do convertido inicial, mas eram transmitidos de geração a geração. Assim foi especialmente, embora não exclusivamente, na Espanha e Portugal. Ao fim do século XIII monarcas Angevinos em Nápoles converteram à força judeus que sob o nome de "Neofiti" haviam man-

tido uma existência criptojudaica por mais de três séculos. Sua secreta fidelidade ao judaísmo foi uma das razões para o estabelecimento de uma Inquisição em Nápoles no século XVI. Havia casos semelhantes no mundo muçulmano: por exemplo, os Dagatun do Saara. Na Pérsia havia os Iedidim, e em Bokara os Tshola. Sabe-se que na Espanha houve casos de criptojudaísmo nos tempos romanos.

Por fora esses marranos, como eram conhecidos em espanhol, eram cristãos; intimamente eram judeus. Sua descrença nos dogmas da Igreja era notória. Mantinham cerimônias judaicas tradicionais; alguns só comiam carne "kasher"; habitualmente casavam só entre si; conviviam com ex-correligionários e, às vezes, freqüentavam furtivamente a sinagoga. E pior de tudo aos olhos da Igreja, transmitiam sua descrença aos filhos.

Removidas as incapacidades religiosas com a conversão, todos os caminhos ficavam oficialmente abertos aos marranos. Na Espanha eram encontrados em todas as profissões: direito, administração, exército, universidades, e na própria Igreja. Com o tempo, quase que dominaram a vida espanhola. No espaço de poucas gerações quase toda família aristocrática possuía algum sangue judeu. O renascimento da literatura vernácula na corte de João II em Aragão foi devido, em grande parte, ao gênio das pessoas de sangue judeu. Fernando de Rojas, considerado um dos grandes autores clássicos da língua espanhola, era de descendência judaica. Tais indivíduos eram habitualmente chamados "cristãos-novos", para distingui-los dos que nasceram cristãos. Popularmente eram conhecidos como "marranos" — velha palavra espanhola remontando ao princípio da Idade Média e significando "porco". O termo exprime todo o desprezo que o espanhol comum sentia em relação aos insinceros neófitos pelos quais rapidamente ficou cercado.

Com o transcorrer do século XV tornou-se claro que essas conversões em massa haviam criado um elemento perturbadoramente hipócrita na cristandade. Além disso, já uma nova geração fora batizada na infância e era considerada completamente cristã. A Igreja achava-se numa posição difícil. O "batismo espontâneo" havia transformado uma considerável proporção de judeus, de infiéis fora da Igreja em hereges dentro dela. Esses cristãos duvidosos foram, com razão, considerados como uma ameaça maior do que judeus confessos.

O populacho também ficara enraivecido por esses hipócritas que haviam adquirido um monopólio em importantes posições financeiras. Como rendeiros de impostos para a Coroa tornaram-se sinônimos de opressão real. Também a nobreza

espanhola não descurava sua detestação dos conversos, que haviam alcançado posições elevadas na administração. Em 1449, marranos arrecadadores de impostos, empenhados na coleta de um empréstimo forçado para a defesa de Toledo, foram atacados pela multidão. Posteriormente, foi aprovado um decreto declarando os conversos inaptos para ocupar cargos ou testemunhar contra cristãos. O papa Nicolau V condenou os responsáveis por esse instrumento legal, mas em 1467 ele foi revigorado. Distúrbios irromperam em muitas outras cidades da Espanha; dessa vez foi impossível alguém se salvar pela conversão.

Em 1464, na Concordata de Medina del Campo, ficou decidido instituir uma investigação da conduta dos cristãos-novos. Em 1478, depois que alguns conversos foram encontrados celebrando a cerimônia da Páscoa judaica, a Igreja deu a três pessoas poderes de completa jurisdição sobre hereges. Constituiu isso o estabelecimento formal da Inquisição. Em 1480 os acontecimentos começaram a se precipitar.

A cidade de Sevilha era um dos principais centros de conversos. Sob a liderança de Diego de Susan, um rico mercador, os cristãos-novos decidiram resistir à Inquisição. Mas a bela filha de Diego revelou o segredo ao seu amante cristão, que logo após o transmitiu aos inquisidores. Estes, com uma arma positiva em suas mãos, entraram em ação contra os conversos de Sevilha. Cidadãos abastados e honrados foram presos, julgados e condenados à morte.

No princípio de 1481 ocorreu em Sevilha o primeiro auto-de-fé; seis homens e mulheres foram queimados vivos. Na segunda vez o próprio Diego foi executado. Uma pira permanente foi então construída bem junto, do lado de fora, dos muros da cidade para essas execuções por queima. Muitos marranos fugiram para territórios vizinhos, mas foram recambiados pela nobreza a instâncias das autoridades. Suas propriedades foram confiscadas, a maior parte indo para a Coroa. A queima pública de judeus secretos prosseguiu com regularidade, e não tardou a tornar-se um espetáculo popular. Em cada um desses julgamentos públicos proferia-se a sentença e aplicava-se a punição, que incluía açoitamento, prisão, desterro, ou morte pela fogueira. Circulou-se uma lista detalhando os 37 sinais pelos quais se poderia reconhecer um judaizante. A promessa de perdão para confissões completas estimulou denúncias em vasta escala. Judeus, particularmente antigos funcionários de sinagogas, foram recrutados para, sob pena de excomunhão, revelar tudo que sabiam. Pelo menos 2 000 desses "espetáculos" ocorreram na península e suas dependências, e

ao todo umas 400 000 pessoas foram julgadas pela Inquisição na Espanha e Portugal durante os três e meio séculos de sua existência; desses, cerca de 30 000 foram executados. Foi só no século XVIII que a atividade da Inquisição começou a diminuir, e a esse tempo já fizera seu trabalho tão eficazmente que era difícil encontrar vítimas. A instituição foi finalmente abolida em 1834.

Após a expulsão da Espanha em 1492 muitos judeus se haviam dirigido para Portugal, onde os ricos dentre eles foram prazerosamente admitidos, permitindo-se aos outros, mediante pagamento, permanecer no país por um período temporário de oito meses. Em 1496, porém, o rei D. Manuel I, de Portugal, desejoso de casar com a filha de Fernando e Isabel, só obteve o consentimento com a condição de que livrasse seu país de judeus. Em 1497 nenhum judeu conhecido permanecia em Portugal. D. Manuel, que quisera que os judeus ficassem, tentou inicialmente batizá-los. Conhecendo o amor extremado que os judeus tinham por seus filhos, ordenou que todas as crianças judias entre quatro e catorze anos fossem batizadas. Mas seu plano falhou. As crianças foram batizadas, mas seus pais não as seguiram. A visão de crianças sendo arrastadas à pia batismal, embora terrível e dolorosa, não pode levar os adultos a quebrar, por sua livre vontade, um princípio básico do judaísmo. Outra tentativa foi, entretanto, feita para converter os judeus já a caminho do exílio. Ordenou-se-lhes passar pela capital, onde foram conduzidos para um palácio e novamente instados à conversão. Nesse ponto muitos cederam. Alguns poucos, contudo, dirigidos por Simão de Miami, rabino-chefe de Portugal, resistiram. O empenho de Simão custou-lhe a vida; muitos dos seus seguidores foram transportados para a África, uma relíquia patética da outrora renomada comunidade portuguesa.

Assim não houve um verdadeiro exílio de Portugal, mas apenas uma conversão em massa. Os conversos portugueses mostraram-se mais tenazes que os espanhóis; tendo sido convertidos à força, ainda se consideravam como judeus. Uma vez que a Inquisição só iniciou suas operações em Portugal cinqüenta anos depois da expulsão, esses conversos tiveram mais tempo que seus irmãos espanhóis para se aclimatarem a uma existência criptojudaica.

Após o edito de expulsão de 1496 foram concedidos a esses cristãos-novos portugueses vinte anos de imunidade contra delitos religiosos. Nenhuma lei seria aprovada contra eles como raça separada. Muitos marranos então deixaram o país para poder praticar seu judaísmo em outro lugar. Mas em 1499

D. Manuel proibiu qualquer cristão-novo de sair do país sem permissão real. Em 1506 ocorreu um terrível massacre de cristãos-novos depois que se alegou que um deles havia rido de um "milagre" causado por um crucifixo excessivamente luminoso. O monarca, cônscio de sua necessidade do talento judaico, puniu os principais instigadores dos distúrbios contra os judeus.

Em 1536 a Inquisição foi introduzida em Portugal. Não obstante o decreto anterior de D. Manuel de que os conversos não deveriam ser tratados como uma entidade separada, a Inquisição fixou-se neles como um corpo separado. Famílias ilustres, uma após outra, foram atingidas, e incidentes de martírio não eram incomuns. Um jovem frade franciscano, Frei Diogo da Assunção, proclamou tão veementemente sua crença no judaísmo que foi queimado. Um dos maiores mártires foi Don Lope de Vera, que na realidade não tinha em si sangue judeu. Ele havia estudado o hebraico e sentiu-se atraído pelo judaísmo. Denunciado por seu irmão, declarou aos inquisidores que desejava tornar-se judeu. Em sua cela circuncidou-se e trocou seu nome para Judá, o Crente. Foi queimado vivo. Conta-se que ao ser conduzido para sua morte recitou orações hebraicas.

Até o século XVI os marranos conservaram algum conhecimento de hebraico. Todavia, com o passar do tempo, a transmissão da herança judaica tornou-se cada vez mais uma questão de instrução oral, passada de uma geração à seguinte. O credo marrano era resumido numa frase: "A salvação é possível através da Lei de Moisés, e não através da Lei de Cristo." Com a intenção de ser uma profissão de fé judaica, essa frase emprega a linguagem e concepções da teologia católica, e daí exemplificar a situação difícil dos marranos: um intenso desejo de permanecerem judeus, mas uma inevitável vulnerabilidade às influências do ambiente. A restauração da "Terra Prometida" ocupava lugar importante nas esperanças e orações dos marranos. Os filhos de cristãos-novos eram habitualmente informados do judaísmo na idade de Bar Mitzvah. Os bebês, contudo, não eram circuncidados, pois isso, se descoberto, equivaleria a uma sentença de morte. Mulheres, muitas vezes, tornavam-se chefes espirituais de comunidades de marranos. Conhecimento do hebraico era raro, sendo as orações proferidas no vernáculo local. Não se costumava usar livros no serviço religioso. No culto, práticas judaicas e cristãs eram freqüentemente misturadas; por exemplo, os marranos quando rezavam ficavam mais ajoelhados do que de pé, e as orações, muitas vezes, não eram cantadas e sim recitadas. A maioria se abstinha

de carne de porco. O sabá era mantido, assim como a Páscoa judaica e o Dia da Expiação. Dava-se, em geral, mais atenção a jejuns do que a festas; enquanto os jejuns eram privados e podiam ser ocultados, as festas tendiam a ser públicas, e daí incriminadoras. Não obstante, a festa de Purim era muito popular, provavelmente porque a história de Ester parecia lembrar a dos próprios marranos; "sem revelar sua raça nem seu nascimento" manteve-se Ester, no entanto, fiel à religião de seus pais num ambiente estranho. Marranos freqüentemente observavam escrupulosamente as práticas judaicas de luto, realizando-se também um casamento judaico privado após a compulsória cerimônia católica. Nomes bíblicos eram, com freqüência, usados em segredo. Assim, apesar dos elementos de sincretismo que se insinuavam em suas práticas, os marranos agarravam-se ardorosamente à fé de seus pais — ou à parte dela que eram capazes de lembrar e reconstituir. Sem livros, sem escolas, sem liderança, e acima de tudo em constante perigo de serem descobertos, agüentaram — a que custo é impossível calcular, mas com que fim seria blasfêmia indagar.

Foi, pois, natural que sob tais circunstâncias muitos conversos procurassem deixar seus países de origem. Apesar das leis proibindo a emigração de cristãos-novos, muitos fugiam da Espanha e Portugal pretextando peregrinações religiosas. Fugiam para toda parte — para o Levante, a Itália, Holanda, Inglaterra. Freqüentemente esses marranos recebiam consideração especial em seus novos lares. João Migues, um marrano refugiado na Turquia, durante algum tempo foi virtualmente governante do Império Turco. Álvaro Mendes foi outro que se tornou poderoso e importante na corte turca.

Na Itália, a cidade de Ferrara tornou-se um centro de emigrantes marranos. Para os marranos fizeram-se as primeiras traduções espanholas da Bíblia. Em Veneza muitos marranos ingressaram no gueto e viveram livremente como judeus. Pisa chegou a fazer um convite a judeus marranos; alguns anos após sua chegada, essa cidade, graças aos seus esforços, tornou-se um dos portos mais importantes da Itália.

Na França a história é semelhante: tão bem-vindos foram ali os marranos que em 1624 a lealdade dos "Mercadores Portugueses" foi destacada para louvor oficial. Em 1730 foram formalmente reconhecidos como judeus. De fato, onde quer que fossem, desempenhavam os marranos um importante papel econômico e comercial. Conforme escreveu o inglês Joseph Addison: "Eles estão, realmente, tão disseminados por todas as partes do mundo onde há comércio, que se tornaram o instrumento pelo qual as nações mais distantes se comu-

nicam uma com a outra, e pelo qual a humanidade se liga numa correspondência geral." Os marranos foram recebidos nesses países mais como pessoas de crença diferente do que como membros de um povo diverso. Tinham direitos iguais, e sua emancipação política era garantida pelo governo.

Cristãos-novos judaizados foram em determinada ocasião proibidos de entrar nos Países Baixos. Em 1565, porém, teve início uma nova imigração, e em princípios do século XVII uma congregação judaica com um total de membros superior a quatrocentas famílias foi formalmente estabelecida em Amsterdam. Os antigos marranos em pouco tempo obtiveram o controle de grande parte do comércio marítimo holandês e constituíram 25% do capital da Companhia das Índias Orientais. Seus idiomas oficiais eram o espanhol e o português. O nível educacional na escola da comunidade era muito elevado. Em 1627 Menasseh ben Israel estabeleceu a primeira tipografia judaica local, e durante os duzentos anos seguintes foi Amsterdam o centro do comércio judaico de livros. Rembrandt van Rijn, vivendo entre eles na Jodenbreestraat, encontrou nesses fugitivos um tema ideal para seu pincel. Não obstante um influxo de judeus poloneses (ashkenazim) em 1648, Amsterdam continuou sendo por algum tempo o centro espiritual dos marranos sefardim e foi chamada a "Jerusalém Holandesa".

A comunidade de marranos na Inglaterra era bastante reduzida, mas incluía alguns membros preeminentes. Oliver Cromwell patrocinou uma colônia de marranos porque achava que poderiam auxiliar em fazer de Londres um centro de comércio europeu. Menasseh ben Israel fez-lhe uma visita, que ficou célebre, para advogar a causa de seus irmãos. Em 1664 foi emitida uma carta formal para proteger essa comunidade, que não tardou a ocupar seu lugar ao lado de Veneza, Amsterdam, Hamburgo e Livorno como importante centro sefardita. Liberdade de culto foi concedida em 1673. A comunidade anglo-judaica recebeu tratamento quase igual ao do resto da população, embora judeu algum pudesse ocupar cargos devido ao necessário juramento cristão. A Inglaterra foi capaz de manter essa largueza porque a permanência de judeus na ilha, desde a expulsão de 1290, jamais fora oficialmente permitida, não podendo portanto ser oficialmente suprimida. Embora não fossem, de modo algum, objeto de estima geral, eram os judeus ingleses convenientemente tolerados; para os ingleses protestantes era simplesmente uma questão de olhar em outra direção. Em 1701 foi construída a primeira sinagoga desde 1290. Como em outros lugares, os marranos na Inglaterra mostraram-se competentes médicos, financistas e mercadores. Sua

língua oficial era o espanhol ou português. Em 1755 a comunidade "sefardi" pura tornara-se diluída pelo advento de refugiados de outros países, mas o crédito pelo restabelecimento do judaísmo inglês ainda cabe, seguramente, aos colonos marranos.

Chegamos finalmente ao Novo Mundo. "No mesmo mês em que Suas Majestades decretaram que todos os judeus deveriam ser expulsos do Reino e seus territórios — nesse mesmo mês deram-me a ordem de empreender com suficientes homens minha expedição de descoberta às Índias." O envolvimento judeu com a expedição de Colombo é, porém, mais profundo que a simples coincidência de datas por ele próprio mencionada nesse relatório aos seus patronos. O empreendimento, na realidade, foi em grande parte marrano, tanto na inspiração quanto no financiamento, e há mesmo razões para crer que Colombo pertencia a uma família de cristãos-novos. A expedição foi tornada possível por um empréstimo levantado por Luís de Santangel, um financista de origem marrana. Gabriel Sanchez, tesoureiro-chefe de Aragão, de integral descendência judaica, foi um grande patrono da expedição. Foi a esses dois que Colombo escreveu sua famosa carta anunciando seus novos descobrimentos. Muitos dentre seu pessoal de bordo eram também de sangue judeu; o mais famoso deles foi Luís de Torres, batizado logo antes da partida e o primeiro europeu a pisar na nova terra. Os marranos depressa compreenderam as possibilidades do Novo Mundo. No século XVI foram mestres no comércio colonial, e a maioria das exportações e importações passava por suas mãos. Considera-se que a cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil pelos marranos, e em 1640 o número de habitantes judeus nesse país era muito elevado. Em Suriname, sob domínio holandês, a colonização judaica também floresceu, e o *status* dos judeus nos assuntos locais foi considerável. Tão profundamente haviam os marranos penetrado na vida do Novo Mundo que já no século XVI foi estabelecida uma Inquisição para livrar a terra de judeus e hereges. Numerosos judaizantes sofreram nas mãos do Tribunal, especialmente no México, onde nove foram queimados num auto-de-fé em 1596.

Hoje em dia é muito pequeno o número de marranos existentes no mundo. Durante muito tempo pareceu mesmo que a Inquisição apagara todos os vestígios de judaísmo na Espanha e Portugal. Mas em 1917 um judeu polonês de nome Scwarz, que vivia em Lisboa, obteve informações que desmentiam essa suposição. Descobriu ele colônias de marranos que mesmo após a abolição da Inquisição continuavam a praticar seu judaísmo

dissimuladamente. Ainda se mantinham fiéis às crenças básicas judaicas e só casavam entre eles. O conhecimento do hebraico praticamente desaparecera, embora a palavra *Adonai* (o Senhor) ainda fosse lembrada. Desconhecidos por judeus de outros lugares, viviam esses marranos principalmente nas aldeias de Portugal, onde podiam praticar sua religião secreta sem excessivo receio de serem descobertos. Atualmente os marranos da Espanha e Portugal pertencem principalmente à classe média inferior, e muitos não têm instrução. Sua consciência judaica foi lentamente revivida no último meio-século, devido a freqüentes visitas de eruditos e à atividade iniciada, mais ou menos simultaneamente com as descobertas de Scwarz, por Barros Basto, um descendente de família cristã-nova, que organizou uma congregação formal e estabeleceu uma sinagoga para sua comunidade. Além disso, formou-se em Londres um comitê marrano português, sob os auspícios da *Alliance Israélite Universelle,* da Associação Anglo-Judaica e das comunidades espanhola e portuguesa. Hoje, essas comunidades de marranos estão sendo lentamente exauridas com os jovens partindo para as cidades ou casando fora da religião. Alguns poucos foram mesmo para Israel, a fim de se juntarem, mais uma vez, aos seus irmãos. Não parece provável que os marranos da Espanha e Portugal sobrevivam à Era da Tecnologia. Mas que tenham sobrevivido até os dias de hoje deve ser considerado como um dos feitos mais maravilhosos de uma indômita vontade coletiva. Por isso só, poder-se-ia dizer, a história de um povo foi vindicada.

13 Novos Centros de Povoamento Judaico

DURANTE mil e quinhentos anos o povo judeu se havia deslocado em direção ao Ocidente. No início do século XVI, após a brutal e traumática expulsão da Espanha e Portugal, essa tendência foi subitamente invertida. Mais de 300 000 judeus, indesejáveis no Ocidente, então procuraram abrigo em novos lares. Muitos deles foram para o Oriente, em direção, mais uma vez, de sua terra ancestral. O Levante assumiria então uma importância fundamental na história em curso do povo judeu.

A chegada de grande número de refugiados judeus nos países levantinos teria um efeito eletrizante sobre essas sonolentas comunidades. Egito, África do Norte, Síria e Palestina, todos vinham apresentando um declínio geral da população nos séculos precedentes. No século XIII os mamelucos herdaram o antigo Império Fatímida. O regime mameluco, baseado na força militar e no poder econômico, exauria a força dos cidadãos e os recursos do país; em conseqüência dessa cruel política, as cifras de população caíram a menos da metade do que haviam sido sob os Fatímidas. A população do Egito, para citar apenas um exemplo, diminuiu nesse período de quatro milhões para dois milhões. Os números relativos à população judaica nesses países seguiam, naturalmente, a tendência geral descendente sob os mamelucos; muitos judeus emigraram mesmo para a Europa, só para retornar com seus correligionários ocidentais após as ondas de expulsões européias.

Judeus já haviam começado a fugir para o Oriente após o *pogrom* de Toledo em 1391. Em 1430 refugiados da Espanha chegaram a Andrinopla e às comunidades da África do Norte, que sua presença despertou para uma nova vida. A corrente de refugiados aumentou em 1453, quando o sultanato otomano capturou Jerusalém e abriu suas portas aos imigrantes. Após 1492 os números novamente se elevaram. Como na África do Norte, os judeus em pouco tempo tornaram-se preeminentes na vida judaica e geral dos países do Levante.

Os turcos eram essencialmente um povo militar e agrícola, e o comércio do Império foi deixado quase inteiramente nas mãos de judeus, armênios e gregos. Transcorridas algumas décadas após sua chegada, tinham os judeus, em grande parte, o controle do comércio internacional através da parte oriental do Mediterrâneo. Constantinopla — a mesma cidade que no ano 330, como capital do Império Bizantino, inaugurara a carreira do sofrimento judaico no milênio seguinte — tornou-se então um lugar de refúgio. Num dos momentos mais trágicos da história judaica o Império Otomano oferecia asilo e esperança aos exilados da Espanha: uns 100 000 judeus e marranos encontraram abrigo na Turquia, as primeiras comunidades sendo estabelecidas em Constantinopla e Salônica. Entre os recém-chegados havia pessoas eminentes que logo se elevaram a posições importantes no Império Otomano, como Joseph Hamon, de Granada, que se tornou médico do sultão Selim I. Como fora o caso na Espanha e África do Norte muçulmanas, a relação do sultanato com toda a Europa cristã era de hostilidade; dentre os cidadãos estrangeiros vivendo no Império Otomano, eram os judeus os únicos de religião diferente com cuja integridade e fidedignidade se poderia contar com alguma confiança.

Além dos refugiados da península Ibérica, muitos judeus escapando das guerras de religião e do ardor religioso da Reforma também procuraram a relativa liberdade do domínio turco. Em meados do século XVI os judeus se haviam tornado um importante fator econômico na Turquia, e ingressado numa "Idade de Ouro" própria (tendo-lhes sido concedida a habitual autonomia dentro de sua própria comunidade), que durou até a morte de Selim II em 1574. Muitos indivíduos elevaram-se a posições de importância e influência como médicos, financistas e estadistas. Com conexões mundiais, sua influência na corte dos sultões possibilitou-lhes, muitas vezes, vir em auxílio de seus irmãos mais infelizes em outros países. O caso mais famoso de uma intervenção dessas foi a empreendida por

Novos Centros de Povoamento Judaico

Salomão ben Natan Ashkenazi, que evitou a expulsão dos judeus de Veneza. Como os judeus espanhóis e portugueses da Turquia eram peritos na arte da fabricação de canhões, pôde Ashkenazi ameaçar Veneza com a perda do apoio turco em suas ambições marítimas caso algum dano fosse infligido aos seus correligionários naquela cidade italiana. Tão grande era a influência de Ashkenazi que ele conseguiu o cancelamento do edito de expulsão.

A expansão do Império Turco também abrangeu a conquista da Palestina em 1517. Os otomanos encontraram no país um reles total de 1 176 famílias; a economia estava à beira da ruína. Em pouco tempo um grande afluxo de refugiados alterou drasticamente esse quadro. A maior população judaica concentrou-se na cidade de Safed, na Galiléia, onde refugiados de comunidades judaicas de toda a Diáspora viviam em seus próprios bairros, chamados Castela, Aragão, Hungria, Itália, Alemanha e assim por diante. Em segundo lugar estava Jerusalém; Gaza, Hebron, Acre e Tiberíades também reviveseram. Sob o domínio otomano começou um período de prosperidade. Safed foi centro de uma florescente indústria de tecidos e tinturaria, e tornou-se um mercado de passagem para a produção agrícola das colônias na Galiléia (cujas mercadorias eram depois enviadas para Damasco). A preeminência de Safed diminuiu um pouco após a conquista turca de Chipre em 1571, quando novos colonos, entre eles judeus de Safed, foram obrigados a sair da Palestina para desenvolver a economia dessa nova possessão. Esse movimento compulsório de colonos afetou particularmente os ricos comerciantes tingidores de Safed.

Novos Centros de Povoamento Judaico

Mas, primeiramente, Safed alcançou sua importância como uma cidade de estudo. Eruditos e rabinos que haviam sido anteriormente contados entre os maiores luminares da Espanha, Portugal e Sicília estabeleceram-se ali em grande número. Sucessivas ondas de perseguição nos séculos precedentes causaram uma sutil mudança no pensamento religioso judaico, de uma preocupação com este mundo para uma preocupação extraterrena; abalados pelos acontecimentos terrenos, muitos rabinos voltaram-se para as compensações da contemplação mística. Nessa busca do significado supremo confiavam grandemente no Zohar, o Livro do Esplendor, que é sobretudo um comentário místico do Pentateuco. Essa obra foi atribuída ao Rabi Shimon ben Iokhai, um *tana* do século II, que viveu e morreu em Safed; com toda probabilidade, porém, trata-se de uma obra de um rabino medieval espanhol, Moisés de Leon, místico e cabalista.

Safed foi no século XVI um centro de renomados místicos, entre eles *Ari, o Sagrado* (Rabi Isaac Luria), e seu discípulo Haim Vital. Muitos judeus eram levados à Palestina por um anseio íntimo, messiânico, e por uma crença mística de que o renascimento da pátria como um centro espiritual de santidade era uma necessária condição prévia para a redenção universal. Os místicos de Safed esforçaram-se não só por compreender e sistematizar o misterioso funcionamento do Infinito, mas também para usar seus conhecimentos a fim de redimir o mundo terreno, anunciando assim a era de paz universal. Desse modo, no trauma do exílio, procuraram esses rabinos e eruditos encontrar um padrão compreensível, uma chave para o trabalho da Vontade Divina. Não era essa a preocupação somente dos místicos. Outro grande erudito de Safed, o Rabi Iossef Karo (1488-1575), procurou unificar os restos espalhados do judaísmo através do seu monumental código de prática religiosa, o *Shulkhan Arukh* ("Mesa Preparada"), cujos quatro volumes dão instruções detalhadas sobre cada aspecto da vida. Até os dias de hoje o *Shulkhan Arukh*, juntamente com os comentários em torno dele, permanece como a obra-padrão de referência para a prática judaica ortodoxa.

Judeus Turcos

Na Turquia os judeus formavam um elemento variegado e brilhante na sociedade mais ampla, que encarava sua atividade febril com um misto de admiração, assombro e desprezo. Temos a sorte de possuir um relato de primeira mão sobre os judeus turcos, do diário em alemão de um funcionário público boêmio do século XVI, do qual alguns excertos aparecem abaixo:

> ...Na Turquia encontrareis em cada cidade inúmeros judeus de todos os países e idiomas. E cada grupo judeu conserva-se unido de acordo com sua língua. E sempre que judeus têm sido expulsos de qualquer país eles têm se reunido todos na Turquia, tão abundantes como vermes; falam alemão, italiano, espanhol, português, francês, tcheco, polonês, grego, turco, caldaico e outras línguas além dessas...
>
> Os judeus têm permissão de viajar e negociar em qualquer lugar que queiram na Turquia, Egito, Missr (isto é, Cairo), Alexandria, Alepo, Armênia, Tartária, Babilônia até a Pérsia, Polônia e Hungria. Não há lugar no mundo que não tenha alguns dos seus judeus em Constantinopla, e não há mercadorias que os judeus não

Novos Centros de Povoamento Judaico

levem de um lado para outro e comerciem com as mesmas. Logo que chega um navio estrangeiro de Alexandria, Kaffa [agora Feodóssia, na Criméia], Veneza e outros lugares, são os judeus os primeiros a subir nele... Há toda espécie de artesãos entre os judeus que ganham a vida vendendo seus produtos publicamente, pois na Turquia qualquer um pode praticar seu ofício em casa, numa loja ou nas ruas. Quer seja hábil ou não, saiba muito ou pouco, ninguém tem nada a dizer desde que ele pague seu imposto ao sultão e o aluguel pela sua loja. [Diferentemente dos países cristãos, não havia na Turquia restrições para os judeus na prática de ofícios e comércio.]... Há dois cortadores de roupas entre os judeus e alguns também entre os gregos. Os judeus de Constantinopla têm também uma prensa tipográfica e imprimem muitos livros raros. Eles têm ourives, lapidários, pintores, alfaiates, açougueiros, farmacêuticos, tecelões, médicos, barbeiros, fabricantes de espelhos, tingidores... trabalhadores em seda, lavadores de ouro, refinadores de minérios, verificadores, gravadores...

O sultão tem recorrido somente a um certo médico judeu [Moisés Hamon, falecido por volta de 1554] que provavelmente prestou bons serviços a ele e à corte. Permitiu-se-lhe construir uma grande casa de pedras, de três ou quatro andares, no bairro judeu. Faleceu enquanto estávamos em Constantinopla. Diz-se que seu filho [José] também é médico. Agora ele ocupa a posição de seu pai; consta que tem uma receita para curar dor de barriga... Os judeus não permitem que qualquer um deles ande pedindo esmola. Eles têm recebedores que vão de casa em casa recolher para um fundo comum destinado aos pobres. É o mesmo utilizado para sustentar os pobres e o hospital.

(De J. R. Marcus: *O Judeu no Mundo Medieval*)

Novos Centros de Povoamento Judaico

As duas personalidades destacadas dentre os imigrantes, na Turquia, foram Gracia Mendes e seu sobrinho, Iossef Nassi, a quem concedeu em casamento sua filha Reyna. A família Mendes tinha fama de ser fabulosamente rica. Fugiram de Portugal para Antuérpia, Veneza e Ferrara, antes de se estabelecerem por fim em Constantinopla, onde Gracia Mendes instalou seu grande negócio e cuidou benevolentemente dos judeus necessitados da região. Seu sobrinho Iossef não tardou a tornar-se valioso conselheiro de Solimão, o Magnífico, a quem pôde servir brilhantemente através de suas conexões di-

plomáticas e comerciais em todo o mundo. Em sinal de gratidão o Sultão entregou a Iossef, como posse perpétua, o distrito de Tiberíades na Palestina, que deveria ser transformado num abrigo exclusivo para refugiados judeus.

Subindo ao trono de seu pai, o Príncipe Selim II continuou recompensando Iossef nomeando-o Duque de Naxos e várias outras ilhas das Cíclades. Em seu belo palácio perto de Constantinopla, Iossef recebia embaixadores de todo o mundo mediterrâneo que vinham pedir paz ou fazer causa comum com a Turquia. Fiel a seu povo, tomou Iossef um interesse especial pelo bem-estar dos judeus na Europa, tendo-se mostrado particularmente devotado na execução do seu plano para instalação de refugiados em Tiberíades. Ele fez reconstruir a cidade com a intenção de iniciar um centro manufatureiro na Palestina, como medida prática para empregar judeus e desenvolver a economia do país. Plantaram-se amoreiras para a criação do bicho-da-seda, e tecido foi trazido de Veneza. O Duque convidou judeus a se estabelecerem nessa nova colônia, e muitos atenderam ao seu chamado, especialmente os dos Estados Papais na Itália, que haviam sido os mais duramente atingidos pelas medidas restritivas e opressivas de Paulo IV e Pio V. Esses primeiros carregamentos de imigrantes, contudo, foram capturados em trânsito por piratas malteses e vendidos como escravos. Ocupado demais com seus planos políticos em sua própria cidade, Iossef foi incapaz de dar à colônia em Tiberíades a atenção de que necessitava, e a experiência fracassou. Deve ser considerada, porém, como um dos primeiros planos práticos para a reinstalação de judeus em sua pátria, e precursor dos esquemas mais tarde postos em vigor por sionistas do século XIX. Iossef parecia-se, de fato, sob muitos aspectos, com o maior de todos os sionistas, Theodor Herzl: à vontade nas capitais da Europa, respeitado por não-judeus pela sua habilidade política e elegância social, agitado por um sonho de independência judaica para o qual era singularmente capacitado a angariar a ajuda e admiração das nações.

Os Primórdios do Judaísmo do Leste Europeu

Novos Centros de Povoamento Judaico

As coletividades judaicas da Europa Oriental, pelo menos até o fim do século XVIII, localizavam-se principalmente na região que hoje abrange a Criméia, a Ucrânia, a Rússia Branca (Bielo-Rússia), Polônia e Lituânia. Para essa região colonos judeus haviam migrado desde os últimos dias do Segundo Templo. O processo de colonização começou no sul da Rússia, às margens dos mares Negro e de Azov, onde foi estabelecida uma das mais antigas comunidades da Europa. Muitas

inscrições, de conteúdo parcial ou inteiramente judaico, foram ali encontradas, a mais antiga datando do século I. Aqueles judeus que em tempos antigos se estabeleceram ao norte do mar Negro foram os primeiros a trazer o monoteísmo à Europa Oriental. (O monoteísmo sob sua forma cristã só se propagou após o declínio do Império Romano.)

Durante seiscentos anos, não obstante contato entre as cidades litorâneas e as províncias das estepes, os judeus viveram apenas junto à margem norte do mar Negro. No século VII os Cazares assumiram o controle da área de estepes entre os mares Cáspio e Negro, e os judeus então se espalharam para leste, em direção ao centro do estado dos Cazares. Por volta do fim do século X, quando, como já vimos, esse estado entrou em colapso, derrotado pelo príncipe russo Sviatoslav, a povoação judaica às margens do Cáspio desapareceu, por assimilação e migrações.

O centro de povoamento judaico no Leste transferiu-se então para Kiev, a capital do principado russo. No século X era Kiev o centro político e cultural dos principados russos sul-orientais, e no século XI passou a ser também um centro comercial urbano. Possuía uma comunidade judaica permanente, gozando de completa liberdade comercial. Essa comunidade, sem dúvida, sofreu intensamente com os distúrbios políticos do início do século XII, mas não foi forçada a se retirar de Kiev; sua população chegou mesmo a aumentar depois das Cruzadas, quando imigrantes da Alemanha também vieram a Kiev.

Desempenharam os judeus um papel considerável no comércio exterior de Kiev, que durante algum tempo serviu como intermediário entre a Rússia e Bizâncio. Ao fim do século XI, com a ascensão das cidades italianas e a expansão da Cristandade para leste acarretada pelas Cruzadas, Kiev foi obrigada a procurar uma clientela nova. Foi então que aumentou o comércio com os estados alemães, e mais uma vez o judeu teve parte importante em abrir novos caminhos de Regensburgo a Kiev via Polônia ou Hungria. Os mercadores judeus eram conhecidos em hebraico como *holkhei Russia* (itinerantes russos) ou *holkhei derakhim al Russia* (viandantes russos). Viajavam em caravanas, muitas vezes armadas, como medida de segurança. Segundo uma fonte, essas caravanas incluíam associados judeus e mercenários não-judeus. Os *holkhei Russia* dedicavam-se a exportações da Alemanha (servindo como agentes para os fabricantes) e importações da Rússia (onde eram seus próprios fabricantes independentes).

Novos Centros de Povoamento Judaico

Laços econômicos levaram inevitavelmente a laços culturais. Ocasionalmente um erudito acompanhava as caravanas da Alemanha, ou judeus russos viajavam para o ocidente a fim de estudar nas *ieshivot* alemãs. Até o século XII havia também ligações com a Babilônia; sabe-se que Rabi Moisés, de Kiev, manteve correspondência sobre questões de *halakhah* com o diretor da *ieshivah* na Babilônia. De um modo geral, contudo, a cultura dos judeus russos a esse tempo era bastante baixa; Kiev era a única comunidade que tinha um rabino.

Em meados do século XIII os mongóis apoderaram-se da Criméia, que conservaram em seu poder até que caísse sob dominação turca no fim do século XV. A conquista turca resultou em relações comerciais mais estreitas entre os centros judeus na Criméia e os do Levante.

Enquanto as colônias judaicas às margens do mar Negro e na Rússia meridional eram formadas principalmente por imigrantes do Oriente, o povoamento judaico na Polônia foi devido a recém-chegados da Europa Ocidental — dos países de cultura alemãs e "fé latina". As caravanas comerciais judaicas deixaram seu primeiro traço de povoamento em Cracóvia, a principal estação polonesa nessa rota. Outras povoações permanentes surgiram na Polônia ocidental e Silésia. A propagação do cristianismo latino na Polônia após 966 colocou esse país sob o controle de imperadores e bispos alemães, e o acrescido afluxo de colonos alemães foi seguido por um de mercadores e colonos judeus. País escassamente povoado, fora a Polônia em grande parte arruinada por invasões continentais. Colonos foram então encorajados para vir ao país e ajudar a reconstruir a economia, e entre os que atenderam ao chamado estavam os judeus da Europa Ocidental, que seguiam o caminho dos pioneiros alemães. Esses judeus trouxeram consigo do Ocidente suas tradições de organização comunitária e vida religiosa; o alemão não-judeu trouxe consigo sua tradição de intolerância religiosa e privações de direitos políticos para judeus.

Novos Centros de Povoamento Judaico

Em fins do século XIV Polônia e Lituânia uniram-se numa Federação. A esse tempo os judeus poloneses já se haviam tornado um fator tão entrincheirado na economia que o estado se viu obrigado a lidar com eles formalmente. Emitiram-se cartas, e os judeus receberam autonomia legal baseada nos privilégios que lhes haviam sido concedidos na Europa Central (exceto para algumas poucas comunidades caraítas, cuja autonomia se baseava na Lei de Magdeburgo). O princípio fundamental era o de que os judeus eram "servidores do tesouro". Em troca de proteção para suas vidas e propriedades, podia o príncipe fazer com eles o que bem entendesse.

Os judeus não tardaram a ficar expostos às lutas econômicas e de classe bem como ao antagonismo religioso, importados na Polônia pelos imigrantes da Alemanha. Como os soberanos poloneses acharam necessário estimular a atividade econômica por parte dos judeus para benefício do país, viramse eles forçados a decretar leis para proteger os judeus contra os insultos de seus vizinhos cristãos. O mais importante estatuto definindo os direitos dos judeus foi promulgado sob Boleslav, o Piedoso, em 1264. Tem essa carta um notável preâmbulo:

> Os atos dos homens, quando não confirmados pela voz de testemunhas ou por documentos escritos, estão destinados a expirar rapidamente e desaparecer da lembrança. Por isso damos a conhecer aos nossos contemporâneos bem como aos nossos descendentes, que os judeus, que se estabeleceram por toda a extensão e largura do nosso país, receberam de nós os seguintes estatutos e privilégios...

Entre as cláusulas mais importantes nessa carta estavam aquelas que garantiam a inviolabilidade das pessoas e propriedades judaicas e proibiam que mercadores judeus fossem molestados na estrada, que se extorquissem de judeus taxas mais elevadas que as pagas por cristãos, e que se destruíssem cemitérios judeus ou se profanassem sinagogas.

Enquanto os poderes temporais do Estado, guiados pelas necessidades econômicas do país, procuravam estabelecer a vida judaica na Polônia em bases cívicas racionais, as autoridades eclesiásticas faziam todos os esforços possíveis, assim como o tinham feito na Europa Ocidental, para isolar os judeus da vida geral do país. Judeus foram segregados da população cristã e reduzidos à situação de uma casta desprezada. Como já acontecera antes, a vida judaica na Polônia medieval estava à mercê de dois poderes, muitas vezes diametralmente opostos: a administração secular, movida por considerações econômicas, concedia aos judeus os direitos elementares de cidadania, enquanto a Igreja, incitada por intolerância religiosa, procurava excluí-los da vida civil. O Sínodo católico de Breslau (1266) adotou uma constituição, semelhante às Leis do Quarto Concílio Lateranense, que decidiu:

Novos Centros de Povoamento Judaico

> Em vista do fato de ser a Polônia uma plantação nova no solo da cristandade, há razões para temer que sua população venha a ser presa fácil para a influência das superstições e maus hábitos dos judeus que vivem entre

eles, tanto mais que a religião cristã se enraizou nos corações dos fiéis desses países em data posterior e de um modo mais fraco. Por essas razões devemos rigorosamente ordenar que os judeus não vivam lado a lado com cristãos, mas vivam separados em alguma parte da cidade ou aldeia.

Na Lituânia, ao tempo de sua federação com a Polônia, já havia um certo número de comunidades judaicas importantes, tais como Brest, Grodno, Troki, Lutzk e Vladimir. Entre 1388 e 1430 os judeus dessas comunidades receberam cartas semelhantes no conteúdo aos estatutos de Boleslav e de Casimiro, o Grande, que reafirmou a carta de Boleslav em 1334. Nesses decretos o soberano lituano demonstrou uma esclarecida preocupação pelo desenvolvimento de uma relação pacífica entre cristãos e judeus e pelo bem-estar interior da comunidade judaica. Os judeus gozavam de autonomia em questões internas, no que dizia respeito à religião e propriedade. Garantia-se-lhes inviolabilidade da pessoa e propriedades, e o livre direito de comerciar em condições iguais às concedidas a cristãos. Os impostos que tinham de pagar não eram especialmente excessivos. De um modo geral, sua situação era mais favorável que a dos judeus na Polônia.

Não obstante, apesar da existência de tais cartas tanto na Polônia quanto na Lituânia, distúrbios antijudaicos caracterizaram a fase inicial da história das comunidades judaicas na região. Os distúrbios eram geralmente instigados por habitantes da cidade ressentidos com a concorrência judaica, sendo estimulados pela tradição de hostilidade mantida igualmente pela Igreja e pelas massas. A ameaça de expulsão já pairava sobre os judeus da Polônia no século XV, e em 1496 eles foram temporariamente banidos do principado da Lituânia, numa ação que pode ter sido inspirada no exemplo da Espanha. Expulsões em vasta escala de Varsóvia (em 1483), e posteriormente de Cracóvia (em 1491), estabeleceram o modelo para futuros banimentos de uma ou outra cidade da Federação.

Novos Centros de Povoamento Judaico

Contudo, não obstante a crescente oposição da classe burguesa, e a hostilidade da Igreja, a população judaica da Polônia e Lituânia progrediu firmemente nos séculos XV e XVI. Judeus eram encontrados em todos os ramos do comércio por atacado e a varejo, na exportação e importação, no empréstimo de dinheiro, na medicina, e na indústria. Mas sua ascensão econômica não se deu sem oposição. De tempos em tempos impunham-se restrições à sua atividade sempre que essa parecesse ameaçar os burgueses não-judeus. No início do século

XVI, por exemplo, o lucro foi fixado por lei em 8% para poloneses, e 3½% para judeus. Semelhantemente, em 1538 a arrecadação de impostos foi retirada das mãos de judeus. Apesar de todas essas medidas repressivas, continuaram os judeus a manter uma acentuada superioridade econômica até que, no início do século XVII, excessos religiosos sob a direção dos jesuítas juntaram-se a restrições econômicas para afugentar os judeus das cidades para o campo. Ali tornaram-se intermediários para a venda de produtos agrícolas, até que essa atividade também lhes foi proibida e 60 000 famílias judaicas ficaram na indigência.

Calcula-se que em meados do século XVII vivia na Polônia meio milhão de judeus, disseminados por centenas de comunidades. Os judeus puderam viver e manobrar na Polônia em parte porque encaixavam no espaço interveniente entre dois interesses opostos na economia polonesa, o dos burgueses e o da nobreza. Os nobres exigiam a livre empresa, a fim de desenvolver da maneira mais vantajosa suas recém-organizadas propriedades agrícolas, e nisso opunham-se aos burgueses que conservavam privilégios monopolizadores na economia. Entre os dois, exercendo considerável tato e agilidade, podia o judeu conseguir sobreviver e até transpor as barreiras econômicas colocadas diante dele.

O Conselho dos Quatro Países

Os judeus haviam chegado à Polônia com seu próprio sistema de leis autônomas. A base da comunidade bem organizada era a *kehilah*, que unia os indivíduos vivendo juntos numa determinada cidade em uma associação com seus próprios regulamentos, sinagoga, cemitério, rabinos, juízes religiosos e todos os demais serviços necessários a uma comunidade organizada. O órgão dirigente da *kehilah* era o *kahal*, um comitê eleito pelos membros mais destacados da comunidade. As principais despesas comunitárias iam para o bem-estar, saúde e educação. Os funcionários do *kahal* não recebiam remuneração. Cuidavam para que cada um vivesse de acordo com seus meios e que cada um fosse taxado conforme sua capacidade para pagar. Na arrecadação dos impostos exigidos pela Coroa, as classes abastada e média cobriam os pagamentos para os pobres.

Novos Centros de Povoamento Judaico

O *Vaad Ha'aratzot* (Conselho de *kehilot*) lidava com questões tanto internas quanto externas das quais a *kehilah* não tratava, ou com questões dizendo respeito a todos os judeus numa determinada província. Durante o século XVI tais orga-

nizações regionais foram estabelecidas em todo o país; o órgão supervisor geral tornou-se conhecido como o Conselho dos Quatro Países (*Vaad Arba Aratzot*). (Os quatro países eram a Grande Polônia, Pequena Polônia, Polônia Russa — ou Volínia — e Lituânia.) O Conselho originou-se de reuniões realizadas nas grandes feiras em Lublin e Iaroslav, onde líderes e juízes comunitários tratavam respectivamente de problemas de organização e administrativos e de questões legais e religiosas afetando o bem-estar geral. Advindo o reconhecimento de uma comunhão de interesses entre os judeus das várias províncias, esses "conselhos de feiras" fundiram-se numa organização permanente de conselhos provinciais. O Conselho dos Quatro Países era o supremo órgão legislativo e executivo dos judeus poloneses. Proferia decisões legais e promulgava regulamentos obrigatórios para todas as comunidades representadas no Conselho. Os funcionários do Conselho eram também *shtadlanim* — homens que tinham acesso às autoridades não-judaicas — ou fiduciários que arrecadavam as rendas reais cobráveis à população judaica. A autoridade moral do Conselho era também reconhecida fora das fronteiras da Polônia, por toda a esfera cultural ashkenazi e mesmo além.

A partir de 1648 uma série de catástrofes inundou a Polônia com conseqüências desastrosas para as comunidades judaicas. Os anos 1648-1649 viram uma invasão cossaca, dirigida pelo chefe ucraniano Bogdan Khmielnitzky, que devastou vastas áreas da Polônia meridional e oriental, e resultou em indizíveis massacres de judeus poloneses. Em 1654 os moscovitas invadiram o nordeste e em 1655 os suecos destruíram o ocidente. Os cossacos e moscovitas lutavam contra a "nobreza, clero e judeus". Estes foram expulsos, ou banidos para o interior da Rússia (muitos tendo sido convertidos à força ou vendidos como escravos), ou simplesmente massacrados. Pelo menos 100 000 pereceram. Muitos fugiram do país para a Hungria, Turquia, Holanda e Alemanha.

O Desenvolvimento do Gueto

Novos Centros de Povoamento Judaico

Na Europa medieval ficaram os judeus fora das principais correntes da vida política, social e cultural. Formavam uma classe à parte, sem quaisquer direitos de cidadania. O efeito total do plano medievo foi segregar completamente o judeu do seu ambiente. Política, social e intelectualmente devia ele ser isolado de todo contato com o mundo não-judeu ao seu redor. Esse isolamento foi simbolizado pela instituição do gueto — palavra que data do ano 1516, quando a República de Veneza

ordenou a segregação dos judeus num bairro especial, anteriormente conhecido como o "Ghetto Nuovo", ou Fundição Nova.

Mas se o indivíduo definhava em seu confinamento, a vida judaica em grupo florescia. Surgiu no gueto uma forma de organização comunitária que foi quase uniforme em todas as cidades da Europa. Os judeus haviam desenvolvido uma tendência autoprotetora para viver em bairros separados. A necessidade de disciplina interna a fim de manter a pureza da fé judaica e permitir o livre desenvolvimento de uma sociedade singularmente judaica, bem como a necessidade de uma instituição, proporcionando auxílio mútuo contra um mundo hostil, fizeram do gueto uma conveniência, se não uma inevitabilidade, mesmo antes de se tornar uma coação.

Nos primeiros registros medievais os bairros judeus que existiam em todas as cidades importantes eram chamados *Vici Judaeorum* — "Judiarias" — um nome que reapareceu em todas as línguas modernas como *Juderia, Juiverie* ou, simplesmente, *Judengasse* (na Alemanha e Áustria), *Jodenstraat* (na Holanda) ou *Giudecca* (na Itália). Em Roma os judeus haviam ocupado, desde os primeiros tempos, um distrito perto do Tibre. Nas cidades medievais mais antigas os colonos e mercadores judeus habitualmente procuravam proteção nas partes fortificadas da cidade, próximo à residência do representante da Coroa ou da Igreja. (Uma rua perto da famosa catedral de Ruão ainda é chamada *rue des Juifs.*) Esse bairro podia ser fechado por portas maciças ferrolhadas pelo lado de dentro. Pois o gueto inicialmente destinava-se tanto a manter de fora os inimigos quanto a manter dentro dele os judeus. Tal precaução era especialmente útil por ocasião da Páscoa, quando nenhum judeu ousava mostrar seu rosto fora dos muros do gueto, pelo receio de acusações de crime ritual.

Como a área original do gueto raramente aumentava, os judeus chegaram a viver em pavorosas condições de superpopulação. Suas casas só podiam crescer verticalmente, e freqüentemente elevavam-se acima do resto da cidade. A superpopulação levou a outra decorrência importante. Como não era permitido aos judeus possuir imóveis, foi preciso imaginar um sistema que evitasse o desalojamento de inquilinos pela cobiça dos senhorios. Com base na antiga lei de *khazakah* — direito proprietário —, o inquilino era protegido contra a ameaça de despejo resultante de maior oferta. A ninguém era permitido provocar o desapossamento de um inquilino, ou oferecer ao senhorio um aluguel superior ao pago pelo presente ocupante.

Novos Centros de Povoamento Judaico

As leis do gueto não eram aplicadas em toda parte com igual rigor. Mas em sua configuração geral a vida das comunidades judaicas era semelhante em toda a Europa, quer fossem ou não isoladas por um portão aferrolhado. Em Veneza, Praga e Frankfurt o padrão era o mesmo. Os guetos podem ter variado amplamente na aparência material, mas havia pouca diferença no modo de vida desenrolado nos guetos da Itália, Alemanha, Áustria e Boêmia.

"Construam um muro em torno da Torá", recomendaram os antigos rabinos; e foi exatamente isso que os judeus do gueto fizeram. A lei talmúdica, pela qual era regulada a vida no gueto, recebeu a sua aplicação mais completa nesse período. A mesma disciplina de integridade legal e moral que se mostrara uma defesa tão adequada contra Roma nos dias de Iokhanán ben Zakai foi então usada contra os herdeiros de Roma, o Sacro Império Romano e a Igreja Católica.

De um modo geral o judeu era deixado sozinho com seu muro e com o jardim de vida e lei que cultivava dentro dele. A Igreja a esse tempo estava queimando cristãos por abraçarem secretamente a mera sombra de uma descrença como a que o judeu pregava abertamente e sem ser molestado em suas sinagogas. O Estado organizava exércitos para esmagar infiéis no país e no exterior, enquanto protegia os servidores de seu tesouro que negavam Cristo. Enquanto os judeus foram capazes de se aproveitar desse paradoxo permanecendo, praticamente, invisíveis, permitiu-se-lhes sobreviver. Quando sua atividade parecia ameaçar um ou outro dos dois poderes que os deixavam viver, as conseqüências foram catastróficas. Foi esse, por alguns séculos, o preço da sobrevivência judaica.

No gueto, a sinagoga era o eixo e núcleo da vida comunitária, juntamente com as escolas a ela ligadas. De fato, a educação intensiva, em todos os níveis, era a característica distintiva e dominante da vida judaica. Não era uma verdade abstrata e acadêmica que os eruditos do gueto procuravam em seus estudos; eles viviam pelos ensinamentos sobre os quais meditavam na academia. O talmudismo, conforme o judeu o sentia, significava uma preocupação com a realidade existencial, e não uma negação da mesma. As milhares de regras comunitárias emitidas pelos grandes rabinos medievais representavam os frutos de uma adaptação ativa das normas e preceitos legais às condições que rodeavam o judeu em seu novo mundo.

Novos Centros de Povoamento Judaico

Além de sinagogas e escolas, possuíam os judeus seus próprios tribunais e repartições administrativas. Ocasionalmente alcançavam até a honra de uma prefeitura. Tinham casas de

As leis do gueto não eram aplicadas em toda parte com igual rigor. Mas em sua configuração geral a vida das comunidades judaicas era semelhante em toda a Europa, quer fossem ou não isoladas por um portão aferrolhado. Em Veneza, Praga e Frankfurt o padrão era o mesmo. Os guetos podem ter variado amplamente na aparência material, mas havia pouca diferença no modo de vida desenrolado nos guetos da Itália, Alemanha, Áustria e Boêmia.

"Construam um muro em torno da Torá", recomendaram os antigos rabinos; e foi exatamente isso que os judeus do gueto fizeram. A lei talmúdica, pela qual era regulada a vida no gueto, recebeu a sua aplicação mais completa nesse período. A mesma disciplina de integridade legal e moral que se mostrara uma defesa tão adequada contra Roma nos dias de Iokhanán ben Zakai foi então usada contra os herdeiros de Roma, o Sacro Império Romano e a Igreja Católica.

De um modo geral o judeu era deixado sozinho com seu muro e com o jardim de vida e lei que cultivava dentro dele. A Igreja a esse tempo estava queimando cristãos por abraçarem secretamente a mera sombra de uma descrença como a que o judeu pregava abertamente e sem ser molestado em suas sinagogas. O Estado organizava exércitos para esmagar infiéis no país e no exterior, enquanto protegia os servidores de seu tesouro que negavam Cristo. Enquanto os judeus foram capazes de se aproveitar desse paradoxo permanecendo, praticamente, invisíveis, permitiu-se-lhes sobreviver. Quando sua atividade parecia ameaçar um ou outro dos dois poderes que os deixavam viver, as conseqüências foram catastróficas. Foi esse, por alguns séculos, o preço da sobrevivência judaica.

No gueto, a sinagoga era o eixo e núcleo da vida comunitária, juntamente com as escolas a ela ligadas. De fato, a educação intensiva, em todos os níveis, era a característica distintiva e dominante da vida judaica. Não era uma verdade abstrata e acadêmica que os eruditos do gueto procuravam em seus estudos; eles viviam pelos ensinamentos sobre os quais meditavam na academia. O talmudismo, conforme o judeu o sentia, significava uma preocupação com a realidade existencial, e não uma negação da mesma. As milhares de regras comunitárias emitidas pelos grandes rabinos medievais representavam os frutos de uma adaptação ativa das normas e preceitos legais às condições que rodeavam o judeu em seu novo mundo.

Novos Centros de Povoamento Judaico

Além de sinagogas e escolas, possuíam os judeus seus próprios tribunais e repartições administrativas. Ocasionalmente alcançavam até a honra de uma prefeitura. Tinham casas de

banho, padarias, matadouros, estalagens, cemitérios e até prisões, administrados por suas próprias autoridades eleitas. O governo da comunidade achava-se investido nos *parnassim* (líderes), em geral em número de doze nos grandes centros. Um deles, via de regra o rabino, era reconhecido pelas autoridades seculares como o chefe responsável da coletividade judaica na Alemanha freqüentemente denominado "bispo dos judeus". A *Judengasse* era, de fato, por si mesma uma república: um campo de treinamento em autonomia que preparou gerações de judeus nas complexidades da administração civil e na realização orgulhosa da ordem democrática.

O judeu havia levado para o gueto sua própria língua, um vernáculo sul-alemão do século XIII. Temperou-o com palavras hebraicas, e para esse idioma traduziu, especialmente para as mulheres, não só as Escrituras, orações e escritos morais, mas também contos populares e historietas; um exemplo desse último tipo de literatura, o *Maasse-Bukh*, sobreviveu até nosso tempo no *shtetl*. A língua iídiche foi levada pelos judeus aos seus exílios na Polônia, Hungria, Rússia e Boêmia; sua propagação só foi detida pelo igualmente obstinado dialeto ladino falado pelos judeus espanhóis nos países mediterrâneos.

O Gueto de Praga

Hoje o gueto de Praga tornou-se uma peça de museu, uma relíquia microcósmica não só da herança de seus próprios habitantes através de quarenta gerações, como também de outras comunidades judaicas da Boêmia e Morávia onde a vida floresceu até a Segunda Guerra Mundial. Uma coleção de tesouros religiosos e de outros objetos memoráveis judaicos — coleção iniciada pelos nazistas com a pilhagem de numerosas comunidades judaicas tchecas — acha-se agora em Praga como testemunho silenciosamente eloqüente da fecunda vida de muitas comunidades que não mais existem e do bárbaro movimento que as destruiu.

O velho gueto de Praga, conhecido como uma "Cidade e Mãe em Israel", foi uma das mais afamadas povoações na Diáspora. Sua reputação de superioridade baseava-se em sábios famosos e seus monumentos arquitetônicos, bem como no fato de que fora deixado em relativa tranqüilidade pelos governantes e povo de Praga.

Novos Centros de Povoamento Judaico

O monumento mais conhecido do gueto é a Velha-Nova Sinagoga, construída na segunda metade do século XIII. A sinagoga e sua adjacente Prefeitura judaica tornaram-se o símbolo dessa célebre comunidade judia. A sinagoga e o velho

cemitério judeu ainda existem; o cemitério, especialmente, proporciona com suas lápides intricadamente esculpidas uma riqueza de informações sobre a vida entre os judeus de Praga. Entre os muitos luminares ali enterrados está David Gans (1541-1613), astrônomo e matemático, e um dos primeiros historiógrafos judeus da era moderna. O Rabi Judá Loew, o taumaturgo de Praga, também se acha enterrado nesse cemitério; até a Segunda Guerra Mundial judeus aflitos faziam peregrinações ao seu túmulo para solicitar sua intercessão.

Pode-se dizer que a história do gueto de Praga teve início por volta do ano 900, quando os judeus na cidade tiveram um aumento numérico tão grande que se lhes concedeu um amplo local, conhecido como a Cidade Velha de Praga, à margem direita do Vlatava. (Indícios históricos mostram que existia em Praga uma povoação judaica anterior a essa data.) Os reis da Boêmia aproveitaram-se bem dos colonos judeus, que fundaram em Praga uma tradição de sagacidade comercial, famosa mesmo além das fronteiras do país. Até o século XII os judeus viveram livremente em Praga. Então, em 1150, a Cidade Judaica foi atacada por uma seita que acabara de ser exilada da Boêmia. Os judeus resistiram: "os açougueiros judeus acorreram com seus cutelos e expulsaram os atacantes da cidade." Como recompensa por haver defendido propriedade real, concedeu-se aos judeus o privilégio de acrescentar ao seu emblema o leão boêmio de duas caudas. Também lhes foi permitido fortificar sua cidade com baluartes como proteção contra ataques semelhantes. A Cidade Judaica tomou então o aspecto de um gueto fortificado.

Em 1349, quando a peste atingiu a Boêmia e se propagou pela Europa Central e Oriental, os judeus de Praga foram protegidos por Carlos IV, soberano do Sacro Império Romano, que os considerou seus servidores pessoais, escapando assim da destruição sofrida por seus irmãos em outros lugares. A Universidade de Praga, conhecida como Universidade Carlos, foi fundada na casa do tesoureiro judeu de Carlos IV, Lazar. Foi uma das primeiras universidades européias a admitir estudantes judeus e a conceder a judeus graus de doutor. Mesmo sob o governo anti-semita da imperatriz Maria Teresa (1717-1780), dos Habsburgos, cristãos e judeus continuaram estudando ali lado a lado. O primeiro judeu a receber o diploma de Ciências Médicas foi Beer Joss — o acontecimento, que ocorreu em 1788, foi comemorado como um feriado em todo o gueto de Praga. Subseqüentemente muitos judeus foram professores nessa universidade, que esteve entre as primeiras a abrir as portas de seus conhecimentos a estudantes judeus.

Novos Centros de Povoamento Judaico

Foi em abril de 1389, no último dia da Páscoa judaica, que ocorreu o primeiro *pogrom* na cidade judia. Areia fora jogada num padre que caminhava por uma rua, e à medida que a história passava de boca em boca tornava-se cada vez um pouco mais deturpada e horripilante. Revelaram-se os judeus um admirável alvo para o desencadeamento de emoções refreadas. A turba enfurecida entrou na Cidade Judia, assassinando homens, mulheres e crianças inocentes, e saqueando as casas. Mais de quatro mil foram massacrados; os que sobreviveram formaram um grupo desalentado e alquebrado que durante anos viveu na pobreza e miséria.

Em 1594, o Rabi Judá Loew, originalmente da Morávia, tornou-se, aos oitenta anos, Rabino-Chefe de Praga. É o Rabi Loew o famoso criador do *golem* de Praga — um autômato que adquiriu vida quando um pedaço de papel no qual estava escrito o Nome Divino foi colocado em sua boca. Enquanto o papel permanecia na boca, mantinha-se o *golem* um servo do seu criador, mas quando o Nome Indizível era retirado, transformava-se num monstro de destruição ou em massa inerte. O *golem* do Rabi Judá Loew, muito apropriadamente, só trabalhava nos dias úteis, descansando no sabá. Sempre que uma injustiça era cometida contra os judeus de Praga, o *golem* intervinha em defesa deles, chegando assim a ser conhecido como o leal defensor do gueto de Praga. Foi esse ente mágico que, segundo se alega, aliviou os judeus de seus sofrimentos durante o período da Contra-Reforma, quando os jesuítas tentaram convertê-los ao catolicismo.

Mordekhai Maisl (1528-1601), um prefeito da Cidade Judia, é outra figura bem conhecida na história de Praga. Maisl era um rico financista, benevolente e generoso, que se dedicou com entusiasmo e imensa energia à renovação da Cidade Judaica. Custeou o calçamento de todo o bairro, fundou em seu próprio terreno um hospital e uma escola secundária talmúdica, e construiu uma sinagoga. Também fez reconstruir a Prefeitura depois que foi destruída por um incêndio.

Em 1648 os judeus foram novamente chamados à defesa patriótica de Praga, dessa vez contra a investida do general sueco Koenigsmark e seus exércitos invasores. Em retribuição pelo auxílio prestado, obtiveram os judeus o direito de residir em qualquer das cidades imperiais e reais da Boêmia, bem como o direito de se dedicarem a todos os misteres exceto armamento. Como símbolo visível de reconhecimento recebeu a Cidade Judia uma grande bandeira vermelha com uma es-

Novos Centros de Povoamento Judaico

trela de seis pontas e um capacete sueco no centro. Essa bandeira tornou-se o estandarte oficial da Cidade Judaica.

Mas tais momentos não estavam destinados a perdurar. Em 1689 o gueto foi arrasado por um incêndio em que centenas morreram queimados. Só em 1704 foi reconstruído. Em 1744 a Imperatriz Maria Teresa baixou uma trágica ordem de expulsão para os judeus de Praga. Em resposta, a comunidade ashkenazi de Londres, em uma das primeiras intervenções de filantropia na história judaica, pediu uma entrevista ao Rei Jorge II para advogar a causa de seus irmãos. Emocionado por esse apelo, ordenou o Rei ao seu embaixador em Viena que falasse à Imperatriz a respeito da questão. Também outros protestaram, e em 1749 a ordem foi revogada, em troca de uma promessa de pagamento de impostos novos e ainda mais altos. Mas menos da metade do número original de judeus dessa comunidade voltou em 1749. Após seu retorno emitiu Maria Teresa uma ordem para que "todos os judeus sem barbas", inclusive mulheres, usassem o distintivo amarelo. Esse edito humilhante foi anulado em 1781 pelo Imperador José II.

Em 1848 foi suprimida toda a legislação discriminatória contra os judeus de Praga, e um ano mais tarde foi-lhes concedida igualdade pelo Imperador Francisco José — acontecimento momentoso na história do gueto de Praga. Em 1852 o próprio gueto foi oficialmente abolido. As barreiras sociais e legais entre os judeus e outros habitantes de Praga haviam sido finalmente removidas.

Judeus na Holanda

Na Holanda a imigração em vasta escala de judeus começou imediatamente após 1579, quando a União de Utrecht, que marcou o término da revolta da Holanda protestante contra a Coroa Espanhola, proclamou a liberdade de consciência em todo o território holandês. A maioria dos que primeiro se valeram dessa declaração de tolerância foi de marranos, fugindo à Inquisição espanhola e portuguesa. Conta-se que os primeiros a chegar à Holanda foram os da família marrana de Mayor Rodrigues, que em seu próprio barco saiu de Portugal junto com alguns outros refugiados. Em viagem, o grupo foi capturado por um capitão inglês, que finalmente se deixou convencer a permitir que os refugiados prosseguissem em sua rota. Chegaram a Emden; o rabino dessa comunidade germano-judaica, Moses Uri, persuadiu-os a seguirem até Amsterdam.

Novos Centros de Povoamento Judaico

O rabino de Emden, tendo acompanhado o grupo a Amsterdam, começou a instruí-los no judaísmo, e em breve haviam

todos retornado à sua antiga fé. Ironicamente, os holandeses protestantes a princípio suspeitaram que esses marranos eram papistas disfarçados: no Dia de Expiação, em 1596, funcionários municipais irromperam entre a pequena congregação, prendendo Moses Uri e seu filho como traidores. O erro, contudo, foi rapidamente explicado; concedeu-se então aos judeus o direito de praticar abertamente sua religião, e em 1598 de construir uma sinagoga. Notícias do tratamento favorável estimularam outros judeus a se estabelecer na Holanda; Amsterdam em breve envaidecia-se de uma comunidade de quatrocentas famílias e várias prensas tipográficas hebraicas, cuja presença assinalou o início de uma tradição que tornou a cidade, durante centenas de anos, um importante centro do comércio de livros judaicos.

Por todo o século XVII as atividades econômicas dos judeus na Holanda foram amplas e produtivas; mas sua participação nas operações financeiras do país era muito desproporcional ao seu número. Por exemplo, um comitê de quarenta e um, designado pela Bolsa de Valores de Amsterdam, tinha trinta e sete membros judeus, e um quarto dos acionistas da Companhia das Índias Orientais Holandesas era judeu. Tão eficientes mostraram-se os mercadores judeus em fomentar o comércio marítimo holandês que diversos outros monarcas europeus começaram a convidar colonos judeus a executar funções semelhantes em seus próprios domínios, o que enfureceu e provocou vigorosa oposição dos mercadores não-judeus.

A vida espiritual dos judeus holandeses fixava-se no tradicionalismo. No gueto a disciplina religiosa era rigorosamente mantida, impondo-se a solidariedade social; o tipo de pessoa que habitava esse mundo foi imortalizado por Rembrandt em seus retratos de judeus do gueto. Mas o gueto também gerou seus espíritos secularistas, entre eles o brilhante filósofo iconoclasta Barukh Spinoza, que obviamente constituía uma ameaça de tal magnitude à coesão da comunidade de Amsterdam que em 1656 foi excomungado de seu meio pelo rabinato. Spinoza recebera sua educação na *ieshivah* de Amsterdam, mas envolvera-se em discussões filosóficas com várias notabilidades cristãs. Embora em sua opinião permanecendo judeu, pregava Spinoza um evangelho que era estritamente herético; opunha-se à autoridade rabínica e às afirmações feitas em nome de revelações, sustentando que o Estado devia assegurar liberdade de pensamento. Insegura de si própria, a comunidade de Amsterdam não se podia dar ao luxo de ter um dissidente tão poderoso quanto Spinoza. Seu pensamento permaneceu em grande parte ignorado pelos filósofos judeus, mas entrou no

curso principal da filosofia européia, sobre a qual teve um efeito imenso e duradouro. Pois pode-se dizer que foi com Spinoza que teve início a filosofia moderna, assim como se pode dizer que com Spinoza chegou ao fim a filosofia medieval.

A vida judaica na Holanda permaneceu relativamente estável durante o século e meio seguinte. Em 1795 a Holanda tornou-se a República Batava, e a igualdade para todos os cidadãos, incluindo os judeus — que então totalizavam cerca de 50 000 —, foi garantida. Os judeus foram convidados a participar das eleições para a primeira Assembléia Nacional Batava, e, embora nenhum fosse eleito, estabeleceu-se assim um precedente de igualdade que continuou através do subseqüente período de governo monárquico holandês.

Judeus na Inglaterra

A readmissão não-oficial de judeus na Inglaterra teve suas origens sob o governo de Oliver Cromwell. A esse tempo as expectativas milenárias cristãs e um novo despertar de interesse pelo Antigo Testamento, aceso pelo movimento puritano, conjugaram-se para iniciar uma atitude nova de tolerância para com os judeus, que, acreditava-se, deveriam ser permitidos a se estabelecer nas Ilhas Britânicas para cumprir a condição de dispersão total necessária à redenção universal. Colonos judeus não tardaram a encontrar um nicho na vida econômica de Londres e outras cidades. Ao fim do século XVII ocupavam importantes cargos na Companhia das Índias Orientais e tinham doze lugares na Bolsa de Valores de Londres. Prósperos comerciantes e financistas judeus foram recebidos na sociedade inglesa.

Papel nada pequeno no drama da readmissão de judeus na Inglaterra foi desempenhado pelo prolífico e talentoso *diplomat extraordinaire* Menasseh ben Israel, de Amsterdam. Era Menasseh descendente de uma família de marranos que se estabeleceu em Amsterdam. Embora não profundamente letrado, possuía uma compreensão fértil e imaginativa das questões discutidas por seus contemporâneos, e na posição de líder comunitário, professor, tipógrafo e editor alcançou rapidamente, no mundo não-judeu, a reputação de símbolo e modelo do que havia de melhor no judaísmo. Entre seus admiradores estava Rembrandt, que em um de seus retratos mais célebres fixou, para toda a posteridade, as feições desse pitoresco rabino.

Novos Centros de Povoamento Judaico

Além de seus outros dons, era Menasseh liberalmente dotado de um talento para escrever cartas — em excelente latim, espanhol e inglês —, que lhe seria de imensa utilidade em sua campanha internacional para a readmissão de judeus na Inglaterra. A seguir está a coroa epistolar da carreira política de Menasseh ben Israel, a carta escrita a Oliver Cromwell em setembro de 1655, e que se revelaria de incalculável influência para a decisão do "Lord Protector" de readmitir os judeus ao território inglês.

> Esses são os obséquios e favores que eu, Menasseh ben Israel, em nome de minha nação hebréia, rogo a vossa sereníssima Alteza, e possa Deus prosperar-vos e vos dar muito sucesso em todos os vossos empreendimentos. Tal é a vontade e desejo de vosso humilde servo.
>
> I. A primeira coisa que peço a vossa Alteza é que nossa nação hebréia seja recebida e admitida nessa poderosa república sob a proteção e cuidado de vossa Alteza como os próprios cidadãos, e para maior segurança no futuro suplico a vossa Alteza, se assim for do vosso agrado, ordenar a todos os vossos comandantes e generais que nos defendam em todas as ocasiões.
>
> II. Se apraz a vossa Alteza, que nos permita sinagogas públicas, não só na Inglaterra como também em todos os outros lugares conquistados que se acham sob o poder de vossa Alteza, e nos permita, como nos cabe, praticar nossa religião em todos os detalhes.
>
> III. Que nos seja permitido ter uma área de terreno ou cemitério fora da cidade para enterrarmos nossos mortos sem que ninguém nos moleste.
>
> IV. Que nos seja permitido comerciar livremente com toda espécie de mercadorias, assim como o fazem todos os outros.
>
> V. Que (a fim de que aqueles que entrarem o façam para benefício dos cidadãos e vivam sem causar dano ou perturbação a quem quer que seja) vossa sereníssima Alteza nomeie uma pessoa de destaque para se informar sobre aqueles que entram e receber seus passaportes. Ele deve ser informado sobre aqueles que entram e obrigá-los a prestar um juramento de serem fiéis a vossa Alteza nesse país.
>
> VI. E para que os juízes de paz não sejam de modo algum incomodados com litígios e desavenças que possam surgir entre os de nossa nação, pedimos que vossa sereníssima Alteza conceda ao rabino a liberdade de se asso-

ciar a dois clérigos judeus a fim de conciliar e julgar todas as disputas em conformidade com o código mosaico mas com o privilégio, não obstante, de apelar da sentença para os juízes civis. A quantia a que a parte for condenada deve, contudo, ser primeiro depositada [antes de ser feita a apelação do tribunal judeu para o tribunal estatal].

VII. Que, se por acaso houver quaisquer leis contra nossa nação judaica, então sejam antes de mais nada as mesmas revogadas, de modo que assim nos seja possível viver em maior segurança, sob a salvaguarda e proteção de vossa sereníssima Alteza.

Se vossa sereníssima Alteza nos conceder esses pedidos ficaremos sempre leais a vós e sob a obrigação de rezar a Deus pela prosperidade de vossa Alteza e vosso ilustre e sapientíssimo Conselho. Possa ser Seu desejo proporcionar muito sucesso a todos os empreendimentos de vossa sereníssima Alteza. Amém.

(De J. R. Marcus: *O Judeu no Mundo Medieval*)

Judeus no Renascimento e na Reforma

As cidades italianas mais diretamente afetadas pelo renascer dos estudos humanísticos nos séculos XIV e XV foram Roma, Florença, Milão, Gênova e Veneza — cidades cujas comunidades judaicas também se viram envolvidas no fermento intelectual da Renascença. As cidades da Itália haviam recentemente recebido um grande influxo de judeus fugindo da Inquisição espanhola ou da perseguição na Europa setentrional. Incapazes de competir com a ascendente classe de mercadores e comerciantes internacionais italianos, muitos judeus recorreram ao empréstimo de dinheiro e à atividade bancária, profissões em que sua habilidade era reconhecida e recompensada.

A história dos judeus no Renascimento é a história de indivíduos. Em sua maior parte a comunidade judaica em conjunto permaneceu inatingida pelos ventos das mudanças que varriam o mundo intelectual nesse período. Muitos judeus individualmente encontraram, contudo, no clima social mais aberto uma oportunidade para exercer suas aptidões singulares de intermediários culturais, bem como para cultivar a amizade de seus recém-receptivos vizinhos cristãos. Judeus, por exemplo, eram procurados como professores de hebraico e Cabala — assuntos para os quais os humanistas italianos se sentiam particularmente atraídos. Um desses judeus foi Elias Levita

Novos Centros de Povoamento Judaico

(1468-1549), que, em troca de instrução em grego, ensinou hebraico ao cardeal Egídio. Cargos análogos de professores foram ocupados por judeus em Florença, Siena, Mântua, Pádua, e em Veneza. O revivescimento dos estudos hebraicos no Renascimento italiano foi tal que preceptores de hebraico andavam ocupados em toda a Itália. Um conhecimento de hebraico era necessário tanto para uma correta interpretação da Bíblia quanto para estudos filosóficos. Os grandes reformadores religiosos da época — Erasmo, Calvino, Reuchlin e Lutero — foram todos estudantes de hebraico. Em 1488 foi criada uma cadeira de hebraico na Universidade de Bolonha; outras universidades italianas não tardaram a seguir o exemplo, com hebraístas cristãos afluindo para estudar a língua sagrada com eruditos e professores judeus.

Lado a lado com o estudo do hebraico houve um renovado interesse por velhos manuscritos hebreus. O papa Sisto IV, que construiu a Capela Sistina do Vaticano, adquiriu uma coleção magnífica de manuscritos hebreus para a Biblioteca Vaticana. Essa coleção foi ampliada pelo papa Nicolau V com a ajuda de Gianozzo Manetti, um erudito e estadista florentino, que aprendera a língua hebréia com um criado.

Os humanistas do Renascimento, ao lado de seu interesse pelo esplendor literário da antiga Grécia, eram fascinados pelos continuadores árabes da tradição filosófica grega, principalmente Averróes e Avicena. As obras desses grandes representantes do pensamento árabe tornaram-se acessíveis aos intelectuais europeus através de um caminho indireto, pois a barreira dividindo os mundos muçulmano e cristão não era apenas religiosa, e sim também cultural e lingüística: o mundo estudioso que escrevia e pensava em latim não tinha contato com o mundo que escrevia e pensava em árabe. Também aí os judeus, que tinham, eles só, uma cabeça-de-ponte intelectual em ambos esses mundos, desempenharam um papel importante. Judeus já haviam traduzido para o hebraico muitos dos textos científicos estudados pelos árabes, e assim tinham acesso a recursos intelectuais que a maioria dos eruditos cristãos desconhecia completamente. Retraduzindo essas obras para o latim, lingüistas e eruditos judeus contribuíram enormemente para a ampliação dos horizontes culturais europeus e educação de muitos pensadores.

Novos Centros de Povoamento Judaico

Excetuando os poucos judeus que eram empregados como professores de hebraico nas universidades italianas, o registro da admissão de judeus a instituições de ensino superior durante o Renascimento é fraco. Da maioria das universidades os judeus eram simplesmente excluídos, embora houvesse ex-

ceções a essa regra, notavelmente em Pádua, onde o primeiro judeu a receber o grau de doutor foi diplomado em 1409. Não obstante, o nível de instrução entre os judeus era elevado, como sempre fora, e judeus sem estudo em universidade eram ocasionalmente convidados para lecionar em universidades italianas. Foi isso que aconteceu, por exemplo, com Dom Iehudah Abrabanel, conhecido como Leone Ebreo, descendente de célebre família hispano-judaica e autor do bem conhecido tratado filosófico neoplatônico *Dialoghi di Amore*.

A invenção da imprensa foi outro dos avanços revolucionários ocorridos no Renascimento, e seu impacto não tardou a se fazer sentir no mundo judeu. A primeira parte do Antigo Testamento a ser impressa em hebraico foi o Livro dos Salmos, que apareceu em 1477. Em 1488 apareceu a primeira Bíblia completa em hebraico, editada pela família Soncino, responsável pela impressão de alguns dos melhores incunábulos produzidos na Itália nessa época. O nome mais famoso ligado à impressão hebraica é o de Daniel Bomberg, um não-judeu que nasceu em Antuérpia e instalou sua prensa em Veneza. Publicou Bomberg três edições diferentes, com comentários, da Bíblia hebraica, a primeira edição impressa do Talmude Babilônio (1523-1525), bem como *Midrashim* e obras filosóficas e litúrgicas. Em Veneza, que não tardou a se tornar a capital do mundo editorial hebreu, algumas das mais eminentes personalidades judaicas do Renascimento — entre elas o pitoresco rabino Judá Leon Modena — supervisionaram a preparação e revisão de provas de não poucas edições pioneiras de textos impressos hebraicos.

Com o espírito humanista propagando-se pela Europa, novas cadeiras de estudos hebraicos foram criadas segundo o modelo italiano em outras universidades. Elias Levita, aquele mesmo professor do Cardeal Egídio em Roma, foi convidado a ocupar uma dessas cadeiras na Universidade de Paris, mas recusou pelo motivo de seus correligionários estarem excluídos de residir dentro dos limites da cidade. Na Inglaterra cadeiras para o estudo do hebraico foram instituídas em Cambridge em 1540 (sob Henrique VIII) e em Londres (pelos Merchant Taylors) em 1561.

Novos Centros de Povoamento Judaico

Na Alemanha, pareceu durante algum tempo que a fresca brisa do humanismo iria dissipar a herança de sangue e lágrimas que fora a sina dos judeus nesse país, e que uma certa liberdade e um tratamento mais humano lhes seriam finalmente concedidos. Foi isso às vésperas da Reforma, e na época do famoso caso Pfefferkorn-Reuchlin. Johann von Reuchlin era o mais ilustre humanista da Alemanha. Em sua pesquisa

do mundo antigo ele se tornara um estudante ardoroso da literatura hebraica. Em 1494 escreveu um diálogo, *De Mirifico Verbo*, em que louvava as belezas do hebraico, "a língua em que Deus, os anjos e os homens conversavam juntos", e a esse panegírico seguiu-se uma das primeiras gramáticas e dicionários hebraicos. A Igreja não viu com equanimidade esse estudo entusiástico. Os vigilantes dominicanos já durante algum tempo suspeitavam estarem os humanistas se dedicando a um empreendimento potencialmente herético. Para proteger a unidade da Igreja e tolher o estudo crítico das Escrituras, recorreram os dominicanos a Johann Pfefferkorn, um judeu batizado, a quem estimularam a publicar panfletos inflamatórios contra o Talmude, expondo seu conteúdo como blasfêmias contra Cristo, a Virgem e os Apóstolos. O imperador Maximiliano deu ouvidos a Pfefferkorn, ordenando a apreensão e exame de todos os livros hebraicos existentes na Alemanha e a destruição dos que fossem hostis à verdadeira fé. Diante dos argumentos dos líderes da comunidade judaica, foi toda a questão entregue a uma comissão, à qual caberia decidir "se a queima de literatura judaica é piedosa, louvável e benéfica à fé cristã". Pfefferkorn e Reuchlin participaram ambos dessa comissão. Em 1510 Reuchlin submeteu sua opinião. Sustentou ele que os comentários hebraicos sobre a Bíblia poderiam ser úteis aos cristãos. Achou que os escritos cabalísticos apoiavam e elucidavam a doutrina cristã. Livros de orações não deviam ser molestados uma vez que Igreja e Estado reconheciam o direito dos judeus de praticarem seu culto. Quanto ao Talmude, confessou nunca havê-lo lido e praticamente nada saber a seu respeito. Mas, acrescentou, o mesmo se poderia dizer de muitos outros que, não obstante, o condenavam. Propôs, finalmente, que todas as universidades alemãs criassem cursos de hebraico: desse modo os cristãos adquiririam uma compreensão melhor do cristianismo e poderiam mais facilmente persuadir os judeus quanto à sua verdade.

Mas a batalha não terminou aí. A Igreja procurou apoio para sua atitude repressiva em todos os setores teológicos da Europa. Em 1513 as duas partes apelaram ao papa Leão X — um conhecido humanista, mas político astuto. Aumentando a pressão dos dominicanos, e ouvindo-se clamores pela expulsão geral dos judeus, o imperador Maximiliano acabou ordenando o abandono de todo o projeto. Em 1520 o Papa proferiu um veredicto formal contra Reuchlin.

Novos Centros de Povoamento Judaico

A Igreja, enquanto isso, viu-se diante de uma secessão interna. Crescentes exigências de reformas, apoiadas pelos humanistas, culminaram em 1517 com o notório gesto de de-

do mundo antigo ele se tornara um estudante ardoroso da literatura hebraica. Em 1494 escreveu um diálogo, *De Mirifico Verbo*, em que louvava as belezas do hebraico, "a língua em que Deus, os anjos e os homens conversavam juntos", e a esse panegírico seguiu-se uma das primeiras gramáticas e dicionários hebraicos. A Igreja não viu com equanimidade esse estudo entusiástico. Os vigilantes dominicanos já durante algum tempo suspeitavam estarem os humanistas se dedicando a um empreendimento potencialmente herético. Para proteger a unidade da Igreja e tolher o estudo crítico das Escrituras, recorreram os dominicanos a Johann Pfefferkorn, um judeu batizado, a quem estimularam a publicar panfletos inflamatórios contra o Talmude, expondo seu conteúdo como blasfêmias contra Cristo, a Virgem e os Apóstolos. O imperador Maximiliano deu ouvidos a Pfefferkorn, ordenando a apreensão e exame de todos os livros hebraicos existentes na Alemanha e a destruição dos que fossem hostis à verdadeira fé. Diante dos argumentos dos líderes da comunidade judaica, foi toda a questão entregue a uma comissão, à qual caberia decidir "se a queima de literatura judaica é piedosa, louvável e benéfica à fé cristã". Pfefferkorn e Reuchlin participaram ambos dessa comissão. Em 1510 Reuchlin submeteu sua opinião. Sustentou ele que os comentários hebraicos sobre a Bíblia poderiam ser úteis aos cristãos. Achou que os escritos cabalísticos apoiavam e elucidavam a doutrina cristã. Livros de orações não deviam ser molestados uma vez que Igreja e Estado reconheciam o direito dos judeus de praticarem seu culto. Quanto ao Talmude, confessou nunca havê-lo lido e praticamente nada saber a seu respeito. Mas, acrescentou, o mesmo se poderia dizer de muitos outros que, não obstante, o condenavam. Propôs, finalmente, que todas as universidades alemãs criassem cursos de hebraico: desse modo os cristãos adquiririam uma compreensão melhor do cristianismo e poderiam mais facilmente persuadir os judeus quanto à sua verdade.

Mas a batalha não terminou aí. A Igreja procurou apoio para sua atitude repressiva em todos os setores teológicos da Europa. Em 1513 as duas partes apelaram ao papa Leão X — um conhecido humanista, mas político astuto. Aumentando a pressão dos dominicanos, e ouvindo-se clamores pela expulsão geral dos judeus, o imperador Maximiliano acabou ordenando o abandono de todo o projeto. Em 1520 o Papa proferiu um veredicto formal contra Reuchlin.

Novos Centros de Povoamento Judaico

A Igreja, enquanto isso, viu-se diante de uma secessão interna. Crescentes exigências de reformas, apoiadas pelos humanistas, culminaram em 1517 com o notório gesto de de-

safio de Martinho Lutero em Wittenberg. No ápice de sua luta com o catolicismo, Lutero advogou um tratamento mais tolerante para os judeus. Lembrou ele à cristandade que a nenhum outro povo havia Deus demonstrado tanto favor como aos judeus quando lhes confiou a Palavra Sagrada. Em 1523, com a publicação do panfleto de Lutero "Que Jesus Nasceu Judeu", parecia subitamente que a Reforma poderia, de fato, acarretar um retorno ao cristianismo como uma religião de amor. Mas Lutero, como Maomé antes dele, só agia assim na esperança de converter os judeus à nova fé. Quando se tornou claro que estes não estavam a ponto de abandonar sua religião ancestral, e que as tentativas missionárias de Lutero, como as de seu predecessor muçulmano, eram esforços vãos, ele atacou esse povo obstinado com toda a virulência e fanatismo de um frade dominicano. Em suas invectivas posteriores contra os judeus todas as acusações da Igreja Católica, do assassinato ritual ao envenenamento de poços foram repetidas palavra por palavra em linguagem grosseira. O mundo cristão acabaria herdando um certo grau de liberdade em conseqüência da Reforma; mas os judeus não. Sua busca pela liberdade seria mais demorada e mais árdua. Passar-se-iam séculos antes que ela fosse finalmente concedida ao povo que ensinara seu significado ao mundo — e a quem fora por mais tempo negada.

14 Misticismo e Messianismo

NORMALMENTE um povo vive pela sua geografia; o elemento mais durável em qualquer história nacional é a terra que a natureza proporciona como lar. Com os judeus não é assim; e, no entanto, eles perduraram. Não tendo uma pátria política própria, dispersos entre os países do mundo, eles, não obstante, levaram consigo para a Diáspora uma inestimável herança cultural e religiosa que assegurou uma comunhão espiritual e uma unidade de propósitos que os sustentaria apesar da perda de sua soberania. Sua lealdade não era para com soberanos temporais, mas para com uma idéia, um modo de vida, um Livro. Quando Israel entrou em dispersão, sua cultura já possuía um caráter coerente, moldado pelos temas elevados e imperativos morais da Bíblia. Sendo este um livro de origem divina, sua verdade suprema era imutável, embora seus preceitos, conforme interpretados pelas mentes fecundas e penetrantes da era talmúdica, pudessem ser adaptados a novos ambientes e condições políticas mutáveis. Da Bíblia o judeu também extraiu sua história, sua ciência, seus princípios de ética, suas leis. Essa obra proporcionou a base de todo o pensamento religioso e ético. Explorada em suas camadas multiformes de sentidos, seus estratos de significação, tornou-se, junto com os volumes de comentário interpretativo que surgiram em torno dela, uma estrutura literária única, um monumento de pensamento e sentimento sobre o qual repousou todo o peso dos anseios espirituais de um povo durante os longos séculos de *galut*.

A história dessa busca tem muitos capítulos. A atividade cultural judaica incluía a exegese legal e a filosofia religiosa, a homilética e a poesia, o comentário bíblico e a narrativa de ficção. Em extensão abrangia desde o racionalismo sóbrio até as desenfreadas alturas da especulação mística. Muitos aspectos dessa criatividade já foram abordados acima. Ao último — misticismo, e seu acompanhante inevitável no pensamento judaico, o messianismo — podemos retornar agora.

As perseguições da Idade Média aumentando de intensidade, alguns judeus tenderam a se afastar cada vez mais da realidade, e encontrar consolo na contemplação dos grandes mistérios universais. O período *gaônico*, que se seguiu ao completamento do Talmude, pode ser encarado como a era clássica do misticismo judaico. Foi nesse período que apareceu o *Livro da Criação*, uma curiosa obra que atribuía poderes sobrenaturais às formas, sons, posição e valor numérico das letras do alfabeto hebreu. Para os insatisfeitos com a fé tradicional, ou com as respostas dadas a questões de crença pelo exercício da razão, fornecia esse livro um manancial de regeneração espiritual. É uma das fontes literárias básicas do grande movimento místico judaico, a Cabala.

A geração de Maimônides, um filósofo que havia enaltecido as obras de Aristóteles e procurado extrair da confusão uma harmonia racional, foi seguida por outra que glorificou a Cabala e escreveu comentários sobre o *Livro da Criação*. Uma reação espiritual estendeu-se sobre os judeus da Espanha, um vôo místico que tomaria impulso entre os eruditos que se reuniram em torno da bandeira das ciências ocultas. Desse levante espiritual surgiu o *Zohar*, o Livro do Esplendor, obra atribuída a Rabi Shimon ben Iokhai mas provavelmente de autoria de um rabino do século XIII, Moisés de Leon. Escrito sob a forma de comentários sobre os Cinco Livros de Moisés, o Cântico dos Cânticos, Rute, e as Lamentações, dispunha-se o *Zohar* a revelar o sentido oculto da Torá. É a obra-prima e realização máxima da Cabala, proporcionando a centenas de eruditos e devotos das artes místicas uma verdadeira mina de alusões ocultas e fórmulas mágicas, bem como uma detalhada teosofia de especulação mística.

Falsos Messias

Misticismo e Messianismo

Ligada à história da Cabala está a história das expectativas messiânicas judaicas. Os judeus da Diáspora estavam convictos não só de que sua fé era verdadeira, como também de que ela seria finalmente vindicada, de que no devido tempo os sofrimentos dos judeus, não apenas como indivíduos mas como

povo, cessariam e de que eles seriam restituídos à sua antiga pátria. Essa noção postulava uma doutrina do Messias — um salvador que redimiria o povo de Deus não em alguma existência do além, e sim neste mundo: um libertador que anunciaria uma verdadeira idade áurea de paz. O sonho messiânico nasceu durante o cativeiro babilônico, quando o âmago da nação ansiava impacientemente por um redentor que restituísse os Filhos de Israel a Jerusalém e reconstruísse o Templo. O sonho aumentou de intensidade durante as épocas subseqüentes, alcançando o ápice após a expulsão da Espanha e a onda de perseguições nos séculos XVI e XVII que deixaram o solo da Europa encharcado de sangue judeu.

A Espanha fora a glória da civilização judaica na Diáspora, e a expulsão desse país foi um trauma que abalou a autoconfiança judaica em toda parte. Extenuados pelos seus terríveis sofrimentos, os exilados refugiaram-se do seu mundo de trevas na Cabala. Parecia que só a ciência dos mistérios poderia decifrar o enigma de seu estranho destino. Nunca esteve a cena judaica tão cheia de sonhadores, visionários, aventureiros e profetas apocalípticos como durante os anos que se seguiram à expulsão da Espanha. Da obscuridade do Oriente veio um dos mais cintilantes dentre eles, David Reubeni. De provável origem alemã, dizia-se príncipe do país de Haibar, do qual seu irmão José era pretensamente rei. Sua missão era conseguir dinheiro e um exército para libertar a Terra Santa da dominação turca — propósito para o qual se dispôs a obter o apoio das potências seculares e religiosas do mundo ocidental. O papa Clemente VII concedeu uma audiência a esse visionário, fornecendo-lhe cartas de apresentação ao rei de Portugal. Ali o infeliz "messias" ficou sob suspeita de excessivo chauvinismo; acusado de entendimentos secretos com cristãos-novos recém-convertidos, foi preso e lançado ao cárcere. Depois foi levado para a Espanha onde provavelmente morreu num auto-de-fé.

A causa de Reubeni foi a seguir adotada por seu apóstolo, o marrano Shlomo Molkho. Estabeleceu-se ele em Safed, centro da Cabala prática, e proclamou o ano 5300 da Criação (1540 da era comum) como a data da iminente redenção. Por uma curiosa coincidência cumpriu-se parte de sua profecia. Segundo a Cabala, a Babilônia católica, isto é, Roma, estava destinada a perecer antes da chegada do Messias. Roma foi, de fato, saqueada pelo Rei Carlos V em 1527. Mas o Messias não apareceu, e seu profeta autodesignado, numa expedição à Itália, foi preso em Bolonha e depois morto na fogueira em Mântua pela Inquisição.

Muitos foram os falsos messias que fizeram sua aparição em anos subseqüentes; todos eles alegavam ser precursores do verdadeiro Messias, filho de David, e todos eles causaram danos à alma já ferida do povo ao qual prometiam redenção. A existência nacional judaica a esse tempo, não obstante variações individuais de país para país e breves períodos de melhoria, pode ser em grande parte descrita como uma operação de sustentação, um período em que os judeus tentaram tomar fôlego após os cataclismos da Idade Média e consolidar seus recursos internos para as provações que tinham pela frente. Na Espanha e Portugal permanecia agudo o problema dos conversos. De vez em quando era possível escapar dos horrores da Inquisição pagando imensas somas de dinheiro, ou obter-se o direito de emigrar mediante pagamentos igualmente vultosos. Para a maioria dos marranos a vida cotidiana passava-se sob constante ameaça de serem descobertos. Na Alemanha os judeus mudavam continuamente de lugar, à procura de um maior grau de segurança nas mais densamente povoadas áreas judaicas da Áustria, Boêmia e Silésia. De algumas províncias eles foram totalmente expulsos. A breve esperança apresentada pelo movimento humanista, por Reuchlin e pelas fases iniciais da Reforma, não tardou a se estraçalhar. Na Itália, antigo paraíso de tolerância e liberdade, a Contra-Reforma inaugurou uma nova era de perseguição e intimidação da população judaica, que culminou com as medidas fanáticas tomadas sob o Papa Paulo IV. Como cardeal Caraffa ele vira o Talmude entre gue às chamas, todas as cópias descobertas sendo queimadas publicamente em Roma no Ano Novo judaico, em 1553 — um exemplo mais tarde seguido em toda a Itália. Ao ascender ao trono pontifício em 1555, emitiu Paulo IV uma bula — *Cum Nimis Absurdum* — em que era renovada, até o último detalhe, toda a legislação medieval opressiva relacionada com os judeus. O Papa Paulo instituiu o gueto romano e aplicou rigorosamente seu regulamento. Ele também retirou as cartas de proteção que haviam sido concedidas por seus predecessores a refugiados marranos; em conseqüência disso vinte e quatro homens e uma mulher foram publicamente queimados. As políticas reimplantadas por Paulo IV permaneceram em vigor em quase toda a Itália até o século XIX.

No leste, como vimos, uma catástrofe atingiu os judeus em 1648, quando uma revolta cossaca contra os poloneses se estendeu também aos "infiéis" judeus. Em nome da religião cometeram-se as mais hediondas barbaridades. Centenas de comunidades judaicas foram arrasadas, seus homens massacrados, suas mulheres violentadas, sua civilização obliterada.

Só na cidade de Némirov foram chacinados em um dia seis mil judeus. Com o banho de sangue espalhando-se por toda a Europa Oriental, ampliava-se num crescendo de horror o número de mortos e mutilados. Mal acabaram de ser subjugados os cossacos de Khmielnitzky, o exército russo, vindo do leste, invadiu a Lituânia; do oeste, as forças suecas sob Carlos X invadiram a Polônia. O exército polonês, uma vez reconquistados os territórios tomados pelos suecos, caiu sobre os judeus com redobrada fúria, adicionando os mártires da Grande e Pequena Polônia à relação trágica da Ucrânia, Volínia e Podólia. Calcula-se que na década de 1648 a 1658 nada menos de cem mil vidas judaicas foram tiradas na Europa Oriental — tributo à depravação humana, e horripilante presságio de tragédias futuras.

Não é de admirar que por toda a Europa muitos judeus devotos encarassem essa era de catástrofe como as "dores do parto do Messias" — uma época da qual só a redenção poderia advir. Tão infernal era a atualidade presente que só um milagre sobrenatural parecia a resposta adequada de uma Divindade bondosa aos sofrimentos de um povo fiel. E, de fato, o anelo coletivo originou um redentor, em cuja pessoa a insuportável tensão de uma existencia retesada entre os pólos do exílio e da redenção foi temporariamente resolvida. Esse redentor, em quem todo o judaísmo depositou uma esperança louca, foi Sabatai Tzvi.

Nascido em Esmirna em 1626, era Sabatai Tzvi um homem de personalidade extraordinariamente magnética. Versado no Talmude, entregara-se desde cedo ao estudo da Cabala, e de seus mistérios extraiu o conhecimento de que ele próprio era o Messias predestinado. Numa manhã de sabá em 1648 — ano determinado por cômputo cabalístico como início da era da salvação — entrou numa sinagoga e pronunciou o Inefável Nome de Deus para significar a restauração do Ente Supremo ao seu estado perfeito. Embora Sabatai já houvesse a esse tempo adquirido a confiança de várias pessoas bem estabelecidas em Esmirna, foi ele excomungado por esse ato de blasfêmia pelos desassossegados rabinos locais. Logo após deixou sua cidade natal e viajou para Constantinopla, Salônica, Cairo e Jerusalém, adquirindo adeptos e criando uma rede de fiéis. Em suas viagens também encontrou um porta-voz, na pessoa de Natan de Gaza, que se tornou o arauto e profeta, mensageiro e secretário de Sabatai.

Em 1665 Sabatai retornou a Esmirna após uma ausência de dezoito anos. Dessa vez foi alvo de aclamação geral. Nesse ínterim sua reputação crescera imensamente — os judeus

europeus estremeciam em antecipação ao ano 1666, então proclamado pelo pretenso messias (bem como por muitos milenaristas cristãos) como o do advento da era da salvação. Sabatai dirigiu-se então mais uma vez para Constantinopla, onde deveria ocorrer o primeiro evento da era messiânica — o destronamento do Sultão. Em Constantinopla ele foi prontamente detido e encarcerado na fortaleza de Galípoli. A esse lugar, que não tardou a assumir o aspecto de uma residência real, afluíram centenas de seus adeptos de todas as partes do mundo. Enquanto isso, centenas de milhares começaram a arrumar seus pertences, à espera apenas do sinal de partida para a Terra Santa.

Enquanto seus seguidores aguardavam, retendo a respiração, Sabatai era denunciado ao Sultão por um cabalista polonês, que o acusou de ser um falso messias e um charlatão. O governo turco pôs-se a persuadir seu prisioneiro a adotar a fé muçulmana; em 16 de setembro de 1666, com a maior alegria e toda a pompa e cerimônia, Sabatai Tzvi tornou-se Mohmet Effendi e desapareceu por trás dos muros de um serralho.

Um audível estremecimento de desespero fêz-se sentir no corpo do judaísmo universal com a notícia da apostasia de Sabatai. O movimento que iniciara viu-se, da noite para o dia, transformado de um movimento popular em um sectário, cujos membros então se reuniam muitas vezes em segredo. Sua conversão foi considerada por esses seguidores como uma das "dores do parto do Messias". Mais tarde Sabatai certamente retornaria, para redimir os fiéis. Agrupamentos isolados de crentes permaneceram no Império Turco, nos Bálcãs, na Itália e até na Lituânia. A Polônia meridional também permaneceu por longo tempo sob a influência de Sabatai. Mas o restante do mundo judeu, decepcionado acima de quaisquer ilusões, recuou da outrora frenética premência de seus sonhos messiânicos para um silêncio exausto e desconfiado. Num gesto de autoproteção, o gueto tornou mais rígido e espesso o muro da lei, para assegurar a sobrevivência e salvaguardar contra futuras erupções de ilusões de massas. A lição dos anseios apocalípticos fora aprendida. O coração judeu, excitado quase até o ponto de rompimento, refugiou-se então nas rigorosas certezas da lei rabínica. A segregação tornou-se um princípio deliberado, um reflexo de defesa própria, e, à medida que se ampliava a lacuna entre os mundos judeu e não-judeu, tornou-se cada vez mais difícil para qualquer indivíduo passar de um para outro.

Não obstante, bem no momento em que a lembrança de Sabatai Tzvi começava a murchar, apareceu em cena outro aventureiro para reivindicar a coroa do profeta de Esmirna; foi ele Jacob Frank. Nascido na Podólia em 1726 como súdito turco, homem de instrução precária e aptidões medíocres, apresentou-se Frank com uma nova teoria cabalística de redenção que combinava elementos cristãos, muçulmanos e judaicos numa misturada de gnosticismo extático. Na Polônia mostrou-se um Sabatai Tzvi encarnado, ordenando aos seus seguidores que o tratassem de *Santo Senior*. Repudiou tanto a Bíblia quanto o Talmude, estabelecendo em seu lugar um novo compromisso baseado nas revelações do *Zohar*. Frank foi finalmente expulso da Polônia, e rabinos proferiram uma maldição sobre aqueles dos seus seguidores que não se houvessem arrependido. A partir daí foi o estudo do *Zohar* proibido a qualquer judeu com menos de trinta anos de idade.

O fim inglório do movimento frankista coincidiu com o início do período mais negro que jamais afligiu os judeus da Polônia. Mas também anunciou o princípio de uma nova era de vigor espiritual, a ser levada a esplêndida fruição no movimento conhecido como Khassidismo.

Khassidismo

Ao mesmo tempo que os judeus da Europa Ocidental começavam a ser influenciados pelas novas idéias de racionalismo e esclarecimento nos séculos XVIII e XIX, os judeus da Europa Oriental procuravam consolo na religião. Os judeus da Polônia, durante a primeira metade do século XVIII, passaram por um período de intoleráveis privações políticas e econômicas. Não só havia sua segurança externa começado a entrar em colapso, como também se encontravam em grave angústia espiritual após a derrocada de Sabatai Tzvi. Nessa etapa crucial, quando o judaísmo rabínico tornava mais rigorosa a "cerca" em torno da Lei numa tentativa para reconquistar o controle sobre seu domínio esfacelado, floresceu um novo modo de encarar a religião: o Khassidismo. Não foi por acaso que o movimento khassídico apareceu primeiro na Podólia e Volínia, regiões onde o sabataísmo estivera fortemente entrincheirado e sua influência se fizera sentir por longo tempo. Nem foi por coincidência que os judeus dessas regiões receberam extasiados o novo movimento; sua doutrina de alegria, otimismo e culto entusiástico ressoou profundamente em corações que haviam sido deprimidos pelos terríveis acontecimentos do passado recente.

Misticismo e Messianismo

O movimento khassídico teve início como uma revolta dos "incultos" contra o domínio rígido dos rabinos. Seu primeiro

líder, Israel ben Eliezer, de Medziboz, conhecido como o Baal Shem Tov (Senhor do Bom Nome, abreviado BESHT), nasceu na Podólia em 1700. Em sua juventude passava por sentir-se menos atraído pelo estudo talmúdico do que pelo mundo da natureza, dos prados e florestas de sua província natal. Retraindo-se para uma vida de contemplação e estudos cabalísticos, o Besht passou vários anos preparando-se para uma carreira de um "fazedor de milagres". Pretensos taumaturgos abundavam a esse tempo na Europa Oriental. Mas nenhum deles igualava-se a esse homem moço no intenso magnetismo de sua personalidade ou no fervor de sua fé religiosa. Longos períodos de introspecção mística, entrecortados por visões de perfeição sobrenatural, levaram o Besht a abandonar a vocação de curandeiro pela fé e a sair pregando a mensagem que lhe fora revelada pelas forças celestiais. Sua palavra espalhou-se rapidamente através da Polônia. Vinha gente aos milhares para ouvi-lo falar, para receber sua bênção, e para se juntar a ele em exaltadas orações. Ali estava um homem que lhes inspirava novo otimismo e esperança. O Besht não era um filósofo; não deixou qualquer sistema teológico. Ele sustentava a mais antiga das verdades religiosas, e ao fazê-lo tocava as cordas mais profundas no coração dos seus ouvintes. Encarava a essência da religião como estando separada do ritual e da lei; embora reconhecesse a validade do ritual, declarava que apenas este não representava fé. Para ele, religião significava o estabelecimento de uma relação viva com Deus. O meio mais eficaz de comunhão com Deus era a oração, mas para o verdadeiro *khassid* isso significava orar quando quer que alguém o quisesse, orar com quaisquer palavras, ou melodias, que viessem à mente no momento da oração. Não era necessário, e era mesmo possivelmente deletério, restringir as devoções a certos momentos determinados do dia. A oração era uma questão de coração, e não de relógio; não uma questão de obrigação, mas de alegria interior.

Dando ênfase às emoções em contraposição ao intelecto, o Khassidismo agiu como uma influência igualadora sobre os judeus da Europa Oriental, que haviam sido até então dominados por uma classe superior constituída de ricos e eruditos. A emoção não é artigo que se preste a monopolização. Nos pátios dos grandes rabinos khassídicos, ricos e pobres, instruídos e incultos, misturavam-se livremente numa atmosfera de verdadeiro igualitarismo populista. Pois todos vieram com o mesmo propósito: reabastecimento espiritual na presença do rabino ou *Tzadik* — o homem que era, conforme as palavras de Martin Buber, "o justo ou perfeito em quem a imortalidade...

encontrou encarnação mortal." As palavras do *Tzadik* não admitiam contestação, suas ações não eram passíveis de crítica. Possuía um certo grau absoluto de autoridade que nenhum erudito rabínico poderia alcançar, uma autoridade baseada na convicção de seus adeptos de que tinha contato direto com Deus e era capaz de fazer milagres. O *Tzadik* serviu como um modelo de perfeição religiosa judaica. Sua personalidade, seus hábitos, suas idiossincrasias — tudo isso tornou-se alvo de firme adoração por parte de seus seguidores, que freqüentemente dedicavam maior atenção à vida do que aos ensinamentos do *Tzadik*. Conforme disse um *khassid*, "Não vim ao Maguid de Meseritz para aprender dele a Torá e sim para vê-lo amarrar as tiras das suas botas." Essa forma de devoção podia, é claro, ser facilmente subvertida num mero culto da personalidade, e alguns pátios khassídicos sucumbiram, de fato, a essa tendência. Mas no caso dos grandes *Tzadikim* o carisma pessoal ia de mãos dadas com uma nobre integridade de fé e ações.

Após a morte do Besht em 1760 seus discípulos levaram o Khassidismo a toda a Polônia. Por mais que o judaísmo tradicional atacasse essa "heresia", não tardou a mesma a adquirir centenas de milhares de adeptos, e com o tempo foi adotada pela maioria dos judeus da Europa Oriental, para os quais proporcionava uma avenida de escape emocional dos ameaçadores eventos políticos do século XIX. Várias dinastias khassídicas foram fundadas pelos seguidores imediatos do Besht que transmitiam sua vocação aos filhos e genros.

Oposição ao Khassidismo veio não só da Polônia, onde o Conselho dos Quatro Países havia em 1772 condenado o movimento, mas também da Lituânia, então o baluarte dos estudos talmúdicos. A Lituânia fora poupada às devastações dos massacres de Khmielnitzky, e à conseqüente desintegração do moral judaico; em suas academias o ensino talmúdico florescia. Vilna, a capital, merecera o título "Jerusalém da Lituânia", e era dominada, a esse tempo, por um gigante intelectual e religioso, Elias, que se tornaria mais tarde conhecido como o "Gaon de Vilna" (nascido em 1720). Sua reputação não se baseava apenas em conhecimentos judaicos. Sentia-se à vontade com as ciências, estava familiarizado com a literatura secular, e a profundidade de suas opiniões filosóficas e religiosas só era igualada pela sua preocupação ativa com a aplicabilidade dessas opiniões à vida cotidiana. Elias chefiou o movimento de oposição ao Khassidismo. Durante algum tempo os judeus da Europa Oriental estiveram divididos em dois campos ideológicos, o dos *khassidim* e o dos *mitnagdim*, ou

opositores. Esse foi também o tempo em que as províncias polonesas de Volínia e Podólia passaram para a Rússia. O governo russo acabou intervindo na disputa religiosa e concedeu aos *khassidim* o direito de manter sinagogas e rabinos próprios. Com o passar do tempo os dois lados recuaram de seu extremismo, os *khassidim* reconhecendo a importância da tradicional ordem de coisas e os *mitnagdim* tornando-se mais tolerantes com os outrora "hereges", de cuja fé o calor e intensidade vital haviam perceptivelmente influenciado o campo da oposição. O advento do Khassidismo atendeu a uma necessidade profundamente sentida na vida religiosa judaica; reforçou um elemento poético e humano que se tornara obscurecido por excessiva preocupação com legalismo e racionalismo, e trouxe as oprimidas massas judaicas de volta a um contato vivo com o principal fluxo de valores judeus. Seu efeito perdura até hoje, não só materialmente, nos enclaves de observância khassídica que ainda pontilham a paisagem da vida judaica em Nova York e Jerusalém, em Kiev e Buenos Aires, mas também no espírito de sentimento religioso criador e idealismo ético que os *khassidim* legaram a todas as gerações subseqüentes de judeus.

A Natureza do Messianismo

Pode-se dizer que o Khassidismo representa a culminância de um dos elementos do misticismo judaico: a busca da salvação individual. No Khassidismo a ênfase é posta em interiorizar e psicologizar a antiga noção judaica da redenção; através da oração extática, interioridade da devoção, adesão a um determinado modo de vida, o judeu se prepara para a comunhão com Deus. Há, contudo, outro aspecto do pensamento místico judaico, um aspecto mais intimamente relacionado com os anseios políticos judeus. É o messianismo, em que a salvação pessoal torna-se secundária diante do objetivo da redenção coletiva, a salvação de todo um povo e a consecução da paz universal.

Outra distinção tem de ser feita — uma entre a expectativa messiânica e a crença mais explícita num Messias pessoal. A expectativa messiânica é, em essência, a esperança profética de liberdade política e redenção moral a ser seguida pela bem-aventurança terrena para todos os povos. A crença no Messias pessoal, por outro lado, envolve-nos mais diretamente na teologia e misticismo judaicos, em que as condições particulares da aparência do Messias, os traços de seu caráter e a seqüência de suas ações assumem importância primordial.

Misticismo e Messianismo

Uma das dádivas originais de Israel ao mundo é sua crença na era messiânica, sua "clara esperança", conforme o expressou Ióssef Klausner, "da restauração das boas condições do Paraíso pelas quais a história poderia ser consumada". Mesmo os gregos, o povo mais original e civilizado do mundo antigo, não tinham uma verdadeira doutrina messiânica; só os judeus alentavam esse sonho de paz e justiça mundiais. Somente eles, dentre todos os povos antigos, falavam não de uma idade áurea no passado mas sim de uma no futuro. Só eles, portanto, podiam se libertar da sufocante visão cíclica da história que era de todos os demais povos antigos, e, ao invés do fatalismo, mostrar as brilhantes possibilidades do progresso humano. Tal visão, certamente, era reimposta ao povo judeu por sua própria história de opressão e sofrimento, que implantou na alma hebraica uma terrível ânsia de ser libertada da aflição. Moisés (cujo nome significa aquele que revela, ou resgata) foi o "primeiro libertador"; sua personalidade está indelevelmente marcada na história posterior do messianismo judeu como um redentor, legislador, líder espiritual e precursor do Messias que virá ao "fim dos tempos". Mas era também uma visão que abrangia toda a humanidade, e não só os Filhos de Israel. Isso é enunciado com particular vigor pelos profetas, que fustigam o povo de Israel por suas falhas, por seu fracasso em ser aquela "luz para as nações" que assegurará a iluminação do mundo com a mensagem de justiça, moralidade e paz.

Os tempos do Messias, conforme imaginados pelos profetas e rabinos, revelar-se-ão do seguinte modo: Os pecados de Israel acarretarão uma punição no Dia do Juízo Final. Esse castigo, sob a forma de guerras, destruição, exílio, humilhação e transformação cataclísmica na ordem da natureza, representará as "dores do parto do Messias". Após o Dia do Juízo Final virá o arrependimento, que será seguido por redenção. Ao tempo da redenção somente um "remanescente de Israel" terá sobrevivido — um pequeno grupo dos justos, dos inculpáveis e dos humildes dentre os filhos de Israel. Após a redenção Israel obterá força política igual à de outras nações, mas em sua força espiritual as ultrapassará. Assim alcançará Israel uma posição elevada entre todos os povos. Prosperidade material (melhoria e progresso) bem como bem-estar espiritual (perfeição humana) acompanharão a redenção.

Essa concepção rabínica contém os elementos básicos do pensamento messiânico judaico. A esperança política e nacional pela redenção de Israel da escravidão e servidão é associada ao sonho de paz universal, à visão de uma era em que Israel, através de sua própria libertação, trará finalmente a libertação espiritual a toda a humanidade.

15 A Aurora da Emancipação

ÀS VÉSPERAS da Revolução Francesa havia uns 400 000 judeus na Europa Ocidental; desses, 300 000 viviam na Alemanha. Embora esses judeus houvessem demonstrado, e continuassem a demonstrá-lo, constituir elemento valioso no desenvolvimento econômico dos países europeus, para a maioria deles achavam-se trancadas as portas da civilização ocidental. O século XVIII viu, sem dúvida, uma melhoria na situação econômica judaica, mas em sua maioria os judeus ainda eram bastante pobres, ainda estavam confinados a áreas de guetos e sujeitos a impostos opressivos e degradantes. Entretanto, uma minoria cada vez maior começava a abrir caminho para o mundo além do gueto, e a segurança econômica conseguida por esses empreendedores judeus forneceu uma base material para a emancipação política, social e cultural que se seguiria. A libertação política do povo judeu ao fim do século XVIII não ocorreu da noite para o dia. Foi, em essência, devida a três fatores: o talento do financista judeu, a obsolescência das velhas estruturas corporativas (incluindo a dos judeus) e o crescimento do humanitarismo nacional.

Quando a Europa ingressou em sua era capitalista e mercantil, descobriu-se que os judeus, por uma variedade de razões — seu desligamento do solo, sua experiência longa e forçada com questões relacionadas com dinheiro, sua rede de contatos em centros urbanos de toda a Europa —, eram o elemento

mais versátil no comércio. Aqueles judeus que podiam ser utilmente empregados receberam um *status* especial: eles eram *Schutzjuden*, ou "judeus protegidos". Na Alemanha, onde esse tipo predominou, os direitos concedidos a tais pessoas variavam em cada um dos trezentos principados criados após a Paz de Vestfália. Às vezes os *Schutzjuden* recebiam seus direitos como indivíduos, outras vezes em grupos; às vezes seus direitos eram hereditários, outras vezes passavam apenas para o primogênito. Com o tempo tornou-se fartamente claro que, embora cada duque, cada príncipe, e cada rei desejassem, e mesmo precisassem, ter seus judeus protegidos, nenhum deles queria tê-los demais.

Foi também nesse período que a pitoréscа figura do "judeu da corte" fez sua primeira aparição moderna. O "judeu da corte" vivia sob a proteção direta de uma corte principesca e estava livre das correntes medievais que oprimiam os outros membros de sua raça. Tinha liberdade para comerciar, viajar, e vestir-se como lhe aprouvesse. Sua obrigação fundamental era conseguir empréstimos para seu soberano, suprimentos para o exército, e, de um modo geral, contribuir para o tesouro e as arcas de jóias do seu protetor.

Muitos judeus, naturalmente, tornaram-se ricos no cumprimento de suas funções. Alguns foram mesmo elevados à classe da nobreza; a relação de aristocratas, que passaram dos guetos de Regensburg, Munique e Praga, da *ieshivah* para o salão da corte, é longa e impressionante. Antigos vendedores ambulantes tornaram-se comerciantes internacionais e fornecedores de artigos de luxo, como haviam sido seus antepassados na Idade Média. Negociavam com sedas e rendas, armas e munições; forneciam ouro e prata às casas de moeda e lidavam com letras de câmbio em escala imensa. Ocasionalmente havia apenas um passo entre serem conselheiros financeiros de um governante e tornarem-se também seu conselheiro político. A carreira de Joseph Süss Oppenheimer, imortalizado na literatura do Leon Feuchtwanger, exemplifica essa transição. Não obstante, a profissão do *Schutzjude* era às vezes perigosa, pois ficava exposto às pressões de concorrentes cristãos ou intrigas de outros cortesãos. De vez em quando uma carreira brilhante estava sujeita a terminar em desgraça, na prisão, ou, como no caso de Süss, na forca.

A Aurora da Emancipação

De um modo geral, porém, a influência e o prestígio dos "judeus da corte" tiveram um efeito melhorador sobre a sorte dos judeus em toda parte, e levaram à abertura de muitas portas que estiveram firmemente fechadas durante séculos.

O "judeu da corte" freqüentemente incumbia-se de defender a causa de seus correligionários diante dos governantes, e conseguir para eles uma parcela da liberdade e amor-próprio que ele mesmo possuía em abundância. Assim, apesar de leis restritivas, as velhas comunidades judaicas da Europa cresceram, e novas foram estabelecidas. O estado, como sempre, estava ávido por explorar os serviços de seus judeus. Não fazendo caso da oposição dos seus cidadãos, o Grande Eleitor Frederico Guilherme de Brandeburgo decidiu que "Os judeus e seu comércio, longe de serem um prejuízo para o país, são decididamente um benefício", e designou como seus banqueiros Elias Cleves, Levi Berend, de Bonn, e Israel Aaron, de Berlim. De acordo com o utilitarismo cínico da época, tornou-se política generalizada tolerar os judeus em troca de infligir-lhes restrições e pagamentos pesados. Christian Wilhelm von Dohm, escritor, diplomata, aristocrata e publicista para a emancipação judaica, relata da seguinte forma a posição legal dos judeus na Europa na segunda metade do século XVIII:

> Em quase toda parte na Europa as leis do estado visam a evitar o mais possível o influxo desses infelizes refugiados asiáticos — os judeus... Em toda parte é negado ao judeu o privilégio de servir ao estado. Não lhe é permitido dedicar-se à agricultura nem adquirir propriedades. O único ramo de atividade econômica que lhe sobra para dele conseguir seu sustento é o pequeno comércio. Quando um judeu tem vários filhos, possui o privilégio de ter consigo apenas um, já que só ao mais velho é permitido casar e constituir família. Os outros ele tem de mandar embora. Suas filhas só permanecem com ele se tiverem a sorte de casar com judeus de sua própria cidade que tenham o direito de ali ficar. Muito raramente tem um pai judeu a felicidade de viver entre seus filhos e netos, e estabelecer em bases permanentes o bem-estar de sua família.

Os códigos regulando o *status* dos judeus na Prússia (decretados por Frederico, o Grande, em 1750) e o Edito de Tolerância decretado por José II, da Áustria, visavam a manter estático o número de judeus, e a impor àqueles aos quais foi permitido residir no país um considerável encargo financeiro. Especialmente humilhante era o *Leibzoll*, um imposto *per capita* que os judeus tinham de pagar ao cruzar uma fronteira ou entrar numa cidade. No "Regulamento de Frederico, o Grande", os judeus eram divididos em classes de acordo com

seu valor para o estado, que então tomara o lugar do monarca como suprema encarnação da vontade da nação. Excetuando um pequeno número de judeus de "privilégios gerais", aos que se concederam todos os direitos econômicos e de residência, e que não estavam obrigados a cumprir esse código, eram os judeus classificados como "protegidos regulares" e "protegidos especiais"; os primeiros tinham direitos limitados de residência e profissão, transferíveis somente ao filho mais velho, enquanto os direitos dos segundos não eram de modo algum transferíveis. Outros judeus, tais como funcionários da comunidade, filhos mais moços de "protegidos regulares" e todos os filhos de "protegidos especiais", bem como todos os empregados domésticos, eram apenas "tolerados".

Tão destacado foi o papel desempenhado por judeus na vida econômica da Alemanha, e mesmo tão numerosos eram os judeus na Alemanha a esse tempo, que o conflito entre elementos pró e antijudaicos da nação em geral alcançou proporções públicas até então não vistas no Ocidente. Tornou-se, em resumo, um debate, e que assumiu dimensões sem precedentes. Ventos de esclarecimento haviam começado a soprar do oeste do Reno. Racionalistas franceses estavam pregando idéias de tolerância e razão, e de uma ordem social mais humana. Os primeiros a reagir a essas doutrinas foram, estranhamente, não os judeus da França mas seus correligionários mais cultos na Prússia, que estavam mais alerta do que eles à nova era, pois haviam aproveitado inteiramente as circunstâncias especiais que lhes foram proporcionadas por Frederico, o Grande, o monarca esclarecido, que não só estimulou as artes e ciências à maneira francesa, como também atraiu poetas e filósofos franceses — entre eles Voltaire — à sua corte em Potsdam.

Assim foi na Alemanha que a idéia de emancipação encontrou sua primeira recepção calorosa entre judeus, como foi em Berlim que essa idéia encontrou seu primeiro formulador explícito. Berlim foi o centro e berço do esclarecimento judaico, e Moses Mendelssohn seu pai. Seu padrinho cristão foi o amigo de Mendelssohn, Gotthold Ephraim Lessing. Foi sua a primeira forte voz cristã na Alemanha a falar em favor dos judeus, uma voz que provinha de uma das maiores personalidades surgidas na Alemanha no século XVIII. Lessing era um livre-pensador, um homem que desejava elevar o palco a um púlpito e a arte a uma religião. Sua peça de estréia, *Die Jüden*, foi o primeiro esforço criador nos tempos modernos a retratar o judeu de modo simpático. Foi seguida em anos posteriores — quando Lessing veio a conhecer Mendelssohn,

A Aurora da Emancipação

ficando profundamente impressionado pela beleza de seu caráter — pelo famoso drama, *Nathan der Weise*, que era programaticamente não só uma vindicação dos judeus mas também um apelo aos cristãos para que fizessem justiça a si mesmos fazendo justiça aos judeus. Com a parábola dos três anéis Lessing mostrou nessa peça a falibilidade de todas as religiões e o absurdo da alegação de que a nobreza de alma era um monopólio cristão. Que *Nathan der Weise* tivesse sua apresentação proibida durante muitos anos é o mais eloqüente testemunho de sua força.

Lessing e Mendelssohn tornaram-se amigos firmes e admiradores recíprocos. Cada um influenciou o outro, Lessing despertando em Mendelssohn um interesse pelas artes e literatura, e Mendelssohn estimulando em Lessing um interesse pelo pensamento filosófico abstrato. Sob a influência de Lessing iniciou Mendelssohn um estudo sistemático da língua alemã, ocupação incomum em círculos judaicos tradicionais, e foi apresentado ao mundo intelectual de Berlim, conhecido nesse tempo como o "café dos eruditos".

O caminho tomado por Mendelssohn até essa feliz junção fora longo e tortuoso. Nasceu em 1729 no gueto de Dessau, filho de um pobre escriba de Torá. Teve a rara sorte de seu professor, David Fränkel, tê-lo feito conhecer não só a Bíblia e o Talmude, mas também a filosofia de Maimônides. Quando Fränkel deixou Dessau para ser Rabino-Chefe de Berlim, o jovem Mendelssohn seguiu-o, e foi admitido à cidade após pagar seu *Leibzoll*. Ali encontrou uma próspera comunidade judaica, que já conhecia a literatura secular. Fränkel tomou-o novamente sob sua proteção e o estudante corcunda não tardou a se tornar protegido de vários judeus "privilegiados" que lhe forneceram livros e o ajudaram em seus estudos de alemão e latim, filosofia e metafísica. Encontrou-se pela primeira vez com Lessing num jogo de xadrez; a amizade entre esses dois grandes intelectos nasceu quase que instantaneamente. Sob a tutela de Lessing e com o seu encorajamento, começou Mendelssohn a escrever ensaios sobre filosofia e dissertações filosóficas, e a se dedicar a trabalhos literários em geral. Traduziu obras de Rousseau e tornou-se redator de diversos jornais literários. Num concurso patrocinado pela Academia de Berlim chegou mesmo a ganhar um prêmio acima de Immanuel Kant. Em reconhecimento aos seus méritos, Frederico, o Grande, tornou-o um "judeu privilegiado", em virtude do que ele não poderia mais ser obrigado a sair da capital prussiana.

Apesar de sua fama como filósofo, deve-se dizer que a maior realização de Mendelssohn é a sua tradução do Pentateuco para o alemão. Foi essa uma contribuição crucial para o esclarecimento judeu, proporcionando, como o fez, um degrau para os judeus atingirem a língua alemã e uma vida além do gueto. Proibido por alguns rabinos, que diagnosticaram corretamente, embora receosos, o efeito que provocaria no leitor, o *biur* de Mendelssohn, não obstante, entrou em muitos lares do gueto, tornando-se, de fato, o instrumento de uma emancipação interior.

O próprio Mendelssohn, não obstante as atitudes livre-pensadoras de seu amigo Lessing, permaneceu um judeu devoto, e defendeu o judaísmo contra as acusações de obscurantismo como sendo uma teologia racional e humana. Mas, ao mesmo tempo, compreendeu a necessidade de superar os efeitos asfixiantes da educação do gueto e de incitar o mundo judeu a um conhecimento maior do mundo de fora. Encontrou a chave para esses tesouros no estudo da língua alemã, que abriria a porta para a cultura européia em geral. Mendelssohn tinha a certeza de que a aquisição dessa cultura traria completa igualdade legal. No espírito da *Haskalah*, ou Esclarecimento, foi portanto iniciado um ataque em grande escala contra as restrições do judaísmo rabínico, que eram consideradas antitéticas à verdadeira cultura. O próprio Mendelssohn escreveu que sua tradução da Bíblia era "o primeiro passo para a civilização, da qual minha nação se tem mantido tão distante. . ." A própria escolha do Pentateuco, de preferência a um livro da literatura rabínica, como o texto a ser traduzido, simbolizava um desejo de se desviar do "véu" da tradição para as origens prístinas, transculturais, da fé monoteísta. O resultado foi que os judeus verdadeiramente devotos desprezaram não só a tradução desebraizada de Mendelssohn como restringiram inteiramente o estudo da Bíblia.

Mas Mendelssohn estava certo em acreditar que sua tradução da Torá iria causar uma tranqüila revolução na vida cultural judaica. Em pouco tempo os judeus da Alemanha dominaram a língua e cultura alemãs; e os frutos desse domínio revelar-se-iam benéficos em anos posteriores tanto para a civilização alemã em conjunto quanto para a cultura judaica em particular.

A Aurora da Emancipação

Às vésperas da Revolução Francesa, portanto, as maravilhas seculares do outro lado do gueto, embora ainda apenas ao alcance dos "judeus de exceção", eram não obstante reconhecidas e desejadas por muitos. É certo que a grande maioria dos judeus ocidentais, vivendo no mundo do gueto e da dialé-

tica talmúdica, estava até certo ponto alheia às correntes de humanismo que redemoinhavam na sociedade ocidental. Mas o número de esclarecidos aumentava. Ao tempo em que foi concedida a emancipação, estavam os judeus intelectual e economicamente preparados para serem membros da sociedade ocidental; sob muitos aspectos eles haviam mesmo ultrapassado de muito essa sociedade em esclarecimento. A questão seria então a de reconciliar os "dois campos" em que a maioria dos judeus ocidentais se achava simultaneamente: o campo dos valores judaicos e o da civilização ocidental. O conflito interno que agitava muitos judeus, que se achavam diante do que lhes parecia ser uma opção irrevogável entre um campo e outro, pode ser visto já em meados do século XVIII na carreira de um quase contemporâneo de Mendelssohn, Solomon Maimon.

Maimon nasceu na Lituânia em 1754. Criança prodígio, já conhecia a fundo o Talmude aos onze anos, idade em que lhe foi oferecido, mas recusou, o título de rabino. Casou-se com catorze anos, e foi pai aos quinze. Aprendeu sozinho a ler alemão numa comunidade onde o estudo laico era considerado blasfemo. Com a idade de vinte e cinco anos abandonou esposa e família, dirigindo-se a Königsberg, na Prússia, onde durante algum tempo ganhou seu sustento como professor particular mas se tornou de um modo geral antipatizado por suas observações francamente críticas relativas ao judaísmo ortodoxo. Subseqüentemente mudou-se para Berlim, foi expulso dessa cidade pelas autoridades judaicas por sua contínua divulgação de opiniões heréticas, e mudou-se outra vez, para Posen. Após uma breve e mal sucedida tentativa de conversão, e uma ainda pior sucedida tentativa de suicídio, retornou a Berlim, onde publicou seu primeiro livro, *Ensaio Sobre a Filosofia Transcendental*, e sua carreira tomou um rumo ascendente.

Embora sua obra possua muito mais valor filosófico que a de Mendelssohn, foi Maimon em seu tempo completamente ofuscado por esse magnético eqüevo. Mendelssohn tinha o dom de conquistar adeptos, tanto no mundo judeu quanto cristão, pela mera força de sua personalidade, enquanto os raros talentos de Maimon tornavam-no odiado. Mas ele é um exemplo extremo de um tipo que se tornaria comum na Europa em anos posteriores: um viandante "sem raízes", tanto no sentido físico quanto intelectual, familiarizado com muitas culturas e à vontade em nenhuma delas, profundamente incisivo em intelecto crítico, profundamente inquieto em espírito. Homens dessa espécie, que, conforme as palavras de Moses Hadas, "tanto fizeram para enriquecer a cultura e tradições

européias, eram boêmios que viviam fora dos limites da sociedade judaica e ainda assim se recusavam a tornar-se membros de qualquer outra comunidade bem definida. Maimon foi o primeiro deles, e Heinrich Heine provavelmente foi o maior". Tais homens encarnavam em suas pessoas e carreiras a extrema e impaciente ambivalência que perseguiu o judeu europeu na era da emancipação.

Emancipação dos Judeus na França

Da Alemanha a busca da emancipação foi levada à França. Para os judeus franceses a liberdade nunca pareceu tão próxima como no momento em que os revolucionários de 1789 avançavam para a concretização de seu grito de guerra, "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Mas os judeus tiveram de fazer campanha ativa para sua libertação. Na vanguarda desse combate estava Cerf Berr (1730-1793), um dos primeiros judeus franceses a serem influenciados pelo novo espírito que emanava de Mendelssohn e seu círculo na Alemanha. Na sua qualidade de fornecedor do exército francês foram-lhe concedidos certos privilégios, e ele estava em condições de pedir outros. Foi-lhe, por exemplo, permitido estabelecer-se com sua família em Strasburgo, onde nenhum judeu fora até então admitido. Lentamente conseguiu estimular mais judeus a vir para essa cidade e obteve para eles, de Luís XVI, todos os direitos e liberdades de súditos reais. Numa tentativa individual de reabilitação social, estabeleceu três fábricas em Strasburgo, empregando nelas quase que exclusivamente judeus; seu objetivo era afastar os judeus do pequeno comércio e assim remover o que parecia ser a causa do ressentimento para com eles por parte da população em geral. Num esforço para convencer a opinião pública, distribuiu vigorosamente por toda a França cópias da "Apologia" de Christian Wilhelm von Dohm em favor do povo judeu.

Berr não esteve isolado em seus esforços. Também de outros setores o governo francês estava sendo solicitado a aliviar as medidas opressivas que pesavam duramente e em particular sobre os judeus da Alsácia e Lorena. Uma comissão foi instituída para apresentar propostas sobre como melhorar a situação dos judeus nessas regiões. O Conde Mirabeau (1749-1791), inspirado por uma leitura de Mendelssohn, advogou a causa dos judeus em seu panfleto "Sobre Mendelssohn e a Reforma Política dos Judeus" (1787). Mirabeau, como Dohm,

A Aurora da Emancipação

ficou profundamente emocionado com o martírio do povo judeu; igualmente como Dohm, atribuiu suas "deficiências" ao

mau tratamento que haviam recebido. "Se desejam que os judeus se tornem homens melhores e cidadãos úteis, então devem eliminar toda diferenciação humilhante, abrir-lhes todos os caminhos de ganhar a vida..." O Regulamento de Frederico, o Grande, ele desdenhosamente qualificou de "uma lei digna de um canibal". "Só há uma coisa a ser lamentada", escreveu, "que uma nação tão altamente dotada fosse mantida tanto tempo num estado em que seus poderes não tinham possibilidade de se desenvolver, e todo homem perspicaz deve regozijar-se com a aquisição de concidadãos úteis entre os judeus."

A questão judaica não tardou a alcançar preeminência na França. A Real Sociedade de Ciência e Artes em Metz ofereceu um prêmio para o melhor ensaio referente à questão: "Há meios de tornar os judeus mais felizes e mais úteis na França?" A melhor resposta a essa pergunta proveio do clérigo Henri Grégoire, que, como Mirabeau, era membro da Assembléia Nacional e mostrou-se um dos mais ardorosos defensores e promovedores dos direitos dos judeus franceses.

Ao irromper a Revolução havia na França menos de 50 000 judeus, dos quais 20 000 na Alsácia. Em Metz viviam 420 famílias, na Lorena 180 (esses números eram fixados por lei); em Paris havia apenas 500 pessoas que haviam entrado sub-repticiamente a partir de 1740; Bordéus tinha cerca de 500 judeus, a maioria deles descendentes de marranos. Os judeus de Bordéus e Baiona viviam sob as condições melhores; os da Alsácia sob as piores. Entre os judeus das diversas províncias era pouco o contato mantido; por isso, nenhum apelo conjunto para sua emancipação apareceu nos primeiros meses da Revolução. Algumas comunidades, contudo, enviaram separadamente petições solicitando igualdade legal. Na Assembléia Nacional a questão judaica foi repetidamente discutida, e uma decisão final repetidamente adiada. Uma resolução aprovada em 1790 estipulava que aqueles judeus na França que eram chamados portugueses, espanhóis ou avinhãos (de Bordéus a Baiona) deveriam gozar privilégios totais como cidadãos ativos. Embora isso constituísse apenas reconhecimento parcial dos judeus, serviu como um precedente que abriu caminho. Com o tempo veio outra concessão parcial: os altos impostos que os judeus alsacianos tinham de pagar para sua proteção foram anulados. E depois, a 27 de setembro de 1791, a Assembléia Nacional finalmente concedeu aos judeus o direito de prestar um juramento de cidadania.

A Aurora da Emancipação

Todavia, não obstante o reconhecimento formal de igualdade perante a lei, continuaram os judeus franceses a sofrer

dos arraigados preconceitos da população em geral. Essa situação permaneceu basicamente inalterada até que Napoleão Bonaparte, num característico rasgo de grandiosidade, se propôs a solucionar o insolúvel.

Napoleão e o Sinedrim

Exceto durante um breve encontro com os judeus da Palestina por ocasião de sua mal sucedida campanha em 1799, Napoleão dera muito pouca atenção ao "problema judaico" até seu regresso da vitória em Austerlitz (1805). Interrompendo sua viagem em Strasburgo, deparou-se com os enfurecidos cidadãos da Alsácia, que lhe apresentaram petições dirigidas contra seu alvo favorito de ressentimentos, os judeus. Ao início da Revolução grande número de propriedades confiscadas do clero e da nobreza fora adquirido pelos camponeses da Alsácia. Estes, decididos a conservar suas novas posses, mas não tendo fundos para trabalhá-las, haviam recorrido aos desprezados emprestadores de dinheiro judeus. As taxas fixadas por lei eram excepcionalmente altas. Os tempos revolucionários eram difíceis; o dinheiro fora desvalorizado, e os camponeses se viram impossibilitados de liquidar suas dívidas. Culparam os judeus por seu empobrecimento. Transtornado pelas queixas dos alsacianos, Napoleão retornou a Paris decidido a impor rigorosas restrições aos usurários judeus. Aconteceu que justamente nessa época um dos principais jornais da França publicou um artigo sustentando que a emancipação dos judeus havia sido um dos lamentáveis erros da Revolução. Na opinião do povo francês, os judeus nunca poderiam ser cidadãos verdadeiros a não ser que, ou até que, se tornassem cristãos. Napoleão, sinceramente impressionado por essa posição, pensou primeiro em declarar uma moratória sôbre todas as dívidas para com emprestadores de dinheiro judeus, mas teve uma idéia muito mais grandiosa. Contra aqueles que precipitadamente falavam de expulsar os judeus, declarou: "Seria uma fraqueza enxotar os judeus; seria um sinal de força corrigi-los." Essa grandiloqüente afirmação foi seguida não só por uma moratória de um ano sobre dívidas a emprestadores de dinheiro judeus, mas também pela convocação de uma assembléia judaica de notabilidades para "estudar meios de remediar a situação".

A Aurora da Emancipação

Essa assembléia, que se reuniu em julho de 1806, foi presidida pelo financista Abraão Furtado. Seus membros foram recebidos por uma guarda de honra, cuja hospitaleira recepção foi seguida de um injurioso discurso inaugural do Conde Molé,

conselheiro de Napoleão para questões judaicas. Proferiu o conde uma invectiva atacando a vergonhosa prática da usura. Aos delegados estarrecidos foram a seguir apresentadas as famosas doze perguntas "imperiais", em que eram minuciosamente inquiridos quanto às leis judaicas de matrimônio, e à nomeação e jurisdição de rabinos; também lhes foi perguntado se a lei judaica proibia o ingresso nas profissões, se estimulava a usura, e se os judeus consideravam a França como seu país e estavam dispostos a defendê-la. A resposta a essa última pergunta foi um espontâneo "até a morte"; também às outras perguntas deram os delegados as respostas esperadas, de um modo geral expressando com alacridade um desejo de cumprir o dito de Napoleão: "Sa majesté veut que vous soyez Français."

Satisfeito com essa declaração de lealdade, Napoleão procurou então legitimar a exposição dos delegados por um órgão de autoridade religiosa. Nada menos que uma restauração do antigo Sinedrim serviria. Cada congregação deveria enviar seus representantes, tanto religiosos quanto laicos; o Sinedrim converteria em doutrina as respostas formuladas pela Assembléia Provisória. Nessa etapa Napoleão escreveu numa carta o seguinte: "Desejo, por todos os meios, assegurar que os direitos que foram restituídos ao povo judeu não sejam ilusórios... e encontrar para eles uma Jerusalém na França." Molé afirmou que as decisões tomadas por esse Sinedrim deveriam ser colocadas lado a lado com o Talmude, e deveriam adquirir aos olhos dos judeus de todos os países a maior autoridade possível. "Esse órgão, que caiu com o Templo, surgirá para iluminar todo o mundo a respeito do povo que outrora governou; lembrará o verdadeiro espírito de sua lei, e lhe conferirá uma explicação nobre para destruir todas as interpretações falsas."

O Sinedrim reuniu-se finalmente em Paris em fevereiro de 1807, com grande pompa e cerimônia. De conformidade com o desejo de Napoleão de que se parecesse o mais possível com o antigo Conselho, havia nesse novo Sinedrim 71 delegados, um *nassi* (presidente), um *av bet din* (vice-presidente), e um *khakham* (segundo vice-presidente). David Sinzheim, rabino de Strasburgo, foi escolhido presidente. Em sua primeira sessão o Sinedrim ratificou as decisões da Assembléia e deu-lhes sanção religiosa. Exceto na questão dos casamentos mistos, o Sinedrim cedeu em todos os pontos. Mas era justamente a essa questão que Napoleão dava a máxima importância. Finalmente chegou-se a um acordo pelo qual os casamentos civis entre judeus e não-judeus foram declarados permissí-

veis; embora não sancionados pela religião judaica, não traziam em si, proclamou o Sinedrim, nenhum estigma inerente.

Com as decisões do Sinedrim os judeus da França renunciaram à jurisdição rabínica, *status* incorporado, e à esperança de um retorno à Terra de Israel. A partir de então seu destino estaria inseparavelmente ligado ao da França. Conforme declarou Abraão Furtado: "Não somos mais uma nação dentro de uma nação. A França, judeus, é nosso país. Vossas obrigações estão delineadas; vossa felicidade está aguardando." A renúncia do Sinedrim a uma nação separada assinalou um importante marco na história judaica, e deu o tom da vida judaica ocidental pelo século seguinte e além.

Emancipação na Europa Ocidental

Todo um século se passaria antes de o movimento, que começou ao tempo de Moses Mendelssohn, ter alcançado seu objetivo de completa emancipação legal e política para a maioria dos judeus na Europa Ocidental. (Em contraste, levaria apenas sessenta anos para que esse edifício, construído com tanto custo, desmoronasse da noite para o dia com a ascensão dos nazistas ao poder.) Com as exceções da França e Holanda, onde os judeus gozavam de plenos direitos conforme estabelecido nas Constituições de 1791, o restante dos judeus da Europa Ocidental passou por um agoniado combate por direitos civis que perdurou durante grande parte do século XIX.

A Aurora da Emancipação

Em maio de 1814, após a abdicação de Napoleão, a França assinou apressadamente, com os aliados vitoriosos, um tratado de paz que relegava a maioria dos problemas resultantes da nova situação a um Congresso a se reunir nesse mesmo ano em Viena. Um dos itens mais importantes da agenda era a elaboração de uma constituição para a federação de trinta e seis estados alemães, a maioria dos quais anteriormente pertencera à Confederação do Reno criada por Napoleão. A "questão judaica" deveria ser abordada nessa constituição. Era essa, de fato, a primeira vez na história que um forum internacional iria considerar o problema judeu dessa maneira. Para salvaguardar seus interesses contra o forte sentimento reacionário em todos esses estados, os judeus começaram a procurar influenciar não-oficialmente as deliberações do Congresso através de representantes de Frankfurt e Hamburgo. Em Viena achavam-se algumas das maiores cabeças da época: Hardenberg e Friedrich von Humboldt, da Prússia, e o mais influente e incansável advogado da emancipação judaica, Metternich, da Áustria. Contudo, somente esses dois países, Prússia e Áustria,

estavam dispostos a incluir completos direitos emancipatórios para os judeus na Constituição. Os estados menores já há algum tempo vinham tentando invalidar quaisquer direitos que houvessem sido concedidos aos judeus sob o domínio napoleônico, ou que eles tivessem comprado a dinheiro, como fora o caso em Frankfurt em 1811. Nessa cidade, em vez do pagamento anual do dinheiro para proteção, foi oferecida aos judeus a opção de resgatar seus direitos pelo pagamento de uma só quantia global, vinte vezes a "taxa" anual. Como mesmo os ricos judeus de Frankfurt não tivessem tanto dinheiro à mão, concordou-se que a dívida fosse paga em vinte prestações anuais (mais 5% de juros, é claro). Os judeus de Frankfurt já tinham pago por três ou quatro anos quando os vereadores decidiram revogar a sua decisão após a queda de Napoleão. Análogas medidas regressivas estavam sendo empreendidas em muitas cidades hanseáticas, e mais de mil comunidades judaicas, temerosas de novo perigo, depositavam suas esperanças nas deliberações em Viena.

Várias delegações judaicas agiam em Viena. De Frankfurt vieram dois representantes judeus, Gumpertz e Baruch, que chegaram à cidade disfarçados de mercadores, para não levantar as suspeitas da delegação oficial de Frankfurt. Sua presença, porém, foi dentro de poucos dias descoberta pela polícia secreta austríaca, que entregou ao comissário de polícia de Viena um *dossier* completo sobre esses dois "mercadores". O comissário acrescentou aos papéis uma observação no sentido de que o verdadeiro propósito da visita deles era provavelmente "se dedicarem a alguma Cabala secreta". Os dois emissários estavam a ponto de ser expulsos quando a casa imperial interveio a seu favor, em gratidão por algum serviço que o pai de Baruch certa vez prestara à imperatriz Maria Teresa. Daí em diante permitiu-se-lhes realizarem seus "negócios" abertamente, e com a ajuda de Metternich receberam autorização para permanecer em Viena enquanto durasse o Congresso.

Os judeus de Hamburgo e das outras cidades hanseáticas confiaram seus interesses a um advogado cristão, Von Buchholz, que se apresentou como porta-voz de todos os judeus alemães em sua busca de direitos iguais. Mas o mais importante advogado que tiveram os judeus foi o delegado da Prússia, Wilhelm von Humboldt. Era ele um homem familiarizado com o problema judeu desde quando estudava em Berlim (onde freqüentou o salão de Rachel Levin-Varnhagen) e que se compadecia com a situação de um povo que constituía, conforme suas próprias palavras, "um fenômeno religioso e mundial-histórico tão peculiar que nem as piores mentes têm levan-

tado dúvidas quanto ao fato de que sua existência somente pode ser explicada de um modo humano. . ." Corajosamente recomendou irrestrita igualdade como a única solução justa, lógica e politicamente sensata para o problema judeu na Alemanha.

Mas o Congresso transcorria, em grande parte, numa atmosfera de contendas e barganhas. Quanto mais demoravam as negociações, tanto mais fortes tornavam-se as vozes da reação. Os delegados foram assediados com petições oriundas de seus respectivos estados e exigindo uma redução dos direitos dos judeus; essas petições vinham em sua maioria da classe burguesa, que temia e odiava os judeus por causa de suas aptidões econômicas. A cláusula referente à questão judaica, que fora formulada de maneira bastante liberal por ocasião da abertura do Congresso, foi finalmente aprovada sob uma forma vaga e inconclusiva.

Conforme aceito, tinha o artigo duas partes. A parte I prometia que a Assembléia Federal trataria do problema tendo em vista chegar a uma solução comum para toda a Alemanha. Essa parte da resolução estava destinada a permanecer mera formalidade. Durante longo tempo o clima foi simplesmente por demais desfavorável para se lidar com a recomendação. Os tempos haviam mudado: no lugar da revolução instalara-se a reação. O espírito de esclarecimento cosmopolita foi substituído pelos novos ideais de cristianismo pangermânico, um retorno romântico à Idade Média que mais uma vez excluiu os judeus como um grupo alienígena.

A parte II do artigo (em que Humboldt havia procurado salvaguardar os direitos existentes) foi também diluída no último instante. A resolução a que se havia chegado estipulava que "os direitos já concedidos aos judeus *nos* vários estados federados serão mantidos", mas por intervenção do delegado de Bremen a palavra "nos" foi mudada para "pelos". Como apenas três dos estados federados haviam concedido cidadania aos judeus (todos os demais direitos tendo sido decretados pela ocupação francesa), essa aparentemente insignificante alteração no texto conseguiu anular os duramente conquistados ganhos de muitas comunidades judaicas.

Aconteceu, porém, que os judeus da Alemanha obtiveram seus direitos econômicos e culturais muito antes de os últimos vestígios de "incapacidades judaicas" terem desaparecido das constituições dos diversos estados que formaram a Alemanha após o Congresso de Viena. A luta pela emancipação total foi conduzida por poetas e banqueiros, políticos e rabinos. Diferentemente de qualquer outra comunidade judaica ocidental,

A Aurora da Emancipação

os judeus alemães tiveram de enfrentar uma nova forma de anti-semitismo que eclodiu na esteira do movimento romântico. Embora absorvessem rapidamente a *Kultur* alemã, viram que a aceitação social tardava a chegar, e sentimentos de insegurança levaram muitos deles à conversão. Entre os judeus mais ilustres dentre os que sucumbiram à pressão estavam Ludwig Boerne e Heinrich Heine. Embora a cultura alemã, em grande parte, houvesse nascido nos salões dirigidos por patrocinadores judeus das artes, tanto homens quanto mulheres, os judeus ainda precisavam comprar seu "ingresso para a cultura européia" na pia batismal. Uma trágica ambivalência caracterizava o clima espiritual do judaísmo alemão ao início do século XIX. Um décimo da população judaica dos estados alemães tomou, entre 1800 e 1810, o caminho de fuga através do batismo, entre eles quatro dos filhos de Moses Mendelssohn.

O renascimento romântico do espírito da Idade Média nas primeiras décadas do século XIX viu também uma enxurrada de escritos antijudaicos provenientes das salas das universidades alemãs. Filósofos e escritores alemães, quase sem nenhuma exceção, aceitavam e divulgavam as doutrinas do pangermanismo. Os judeus na Alemanha foram relegados a uma condição de tolerância. De algumas cidades eles foram totalmente expulsos. Na Áustria, a maioria dos judeus foi mandada para o gueto. Distúrbios antijudaicos, dirigidos pelo movimento "Hep-Hep" (as iniciais provavelmente significam *Hierosolyma est perdita* — Jerusalém está perdida!), feriram profundamente o orgulho judeu. Judeus que haviam nascido fora do gueto eram mais uma vez considerados um povo alienígena, asiático; o abismo entre judeus e alemães parecia intransponível.

Um caminho então explorado pelos judeus em seus esforços para conseguir um tratamento mais humano foi o da pressão econômica. A esse tempo o progresso econômico era considerável, e muitos judeus usaram essa nova força para influenciar favoravelmente o destino de seus correligionários. Os Rothschild, que mantinham casas bancárias nas principais capitais da Europa, recusavam firmemente empréstimos a governos que oprimiam judeus. Puderam eles também, com sua destacada posição social e cultural, exercer discreta mas eficaz influência para mudar a opinião pública em relação aos seus correligionários. Assim fazendo, ocasionaram o efeito adicional de animar líderes judeus a enfrentar o desafio do anti-semitismo e lutar por seus direitos. Essa luta era travada em duas frentes: por um lado, queriam os judeus que seus direitos políticos ficassem assegurados; por outro lado, tencionavam

emancipar-se através de uma compreensão de seu próprio mundo — isto é, pelo estudo da história e literatura judaicas. Com isso os judeus adquiririam amor-próprio e ficariam capacitados a ocupar seu justo lugar no sistema político sem precisar recorrer à conversão. Assim nasceu a "Ciência do Judaísmo" (*Wissenschaft des Judentums*), um revivescimento de estudos judaicos que se tornaria uma das mais importantes contribuições históricas do esclarecimento judeu. Dois nomes em particular acham-se ligados a êsse movimento: Gabriel Riesser e Leopold Zunz.

Riesser (1806-1860) era advogado de profissão, mas como muitos de seus correligionários judeus não pode trabalhar na profissão que escolhera, tendo sido rejeitado, por motivos religiosos, da prática da advocacia e de uma cátedra universitária. Essa rejeição levou-o à luta pela igualdade de direitos. Começou a expor suas idéias num periódico a que deu o nome *Der Jude*, e com o tempo conseguiu fazer do problema da emancipação um assunto de interesse popular. Não tardou a tornar-se uma prancha central na plataforma dos liberais alemães.

Zunz, por outro lado, não só inventou a expressão *Wissenschaft des Judentums* como também passou sua vida a criá-la. Viu judeus voltando-se para o cristianismo a fim de conseguir a emancipação porque "nada mais tinham para onde se voltar". Quando Zunz iniciou seus trabalhos a história judaica era um livro fechado. Pregou a doutrina de pesquisa científica e uma compreensão cabal do passado judeu. Seu objetivo era conseguir a liberdade através do conhecimento, e embora sua obra possa não ter sido completa, podendo mesmo ter sido motivada por uma atitude ambígua em relação à experiência nacional judaica, permanece como valioso elo na cadeia histórica da erudição e do estudo judaicos.

Enquanto isso, os tempos haviam mudado novamente. A revolução de 1848, que começou na França, pôs em movimento um espírito de libertação na Prússia, Áustria, Itália, e outros lugares. Nesse período foi conseguida, em grande parte, a emancipação judaica. Em sua busca de liberdade, os judeus então entraram diretamente na arena política, e em breve se viram assumindo um papel de destaque, especialmente nos movimentos liberais. Na Áustria, Itália, França (onde dois judeus se tornaram membros do Gabinete) e Prússia (onde Gabriel Riesser foi eleito um dos vice-presidentes do grande parlamento constitucional), muitos judeus participaram do movimento de libertação, tanto nos níveis mais altos quanto nos levantes populares e combates de rua. Seu sangue foi derramado "numa batalha comum pela liberdade e pela

pátria", na esperança de que então, finalmente, a meta de plenos direitos políticos pudesse ser alcançada.

Judeus, contudo, eram também encontrados no campo conservador, como, por exemplo, Disraeli na Inglaterra e Friedrich Julius Stahl, o fundador do partido conservador, na Prússia.

A satisfação com que os jovens judeus se lançavam à luta pelas idéias liberais provocou ataques vis dos que se opunham à emancipação judaica, e os judeus foram culpados, na opinião do *Standard* de Londres, por "todos os males agora incubando no continente". A revolução de 1848 identificou-se com a emancipação judaica, e quando a mesma fracassou, como não tardou a ocorrer, os direitos judeus foram mais uma vez revogados.

Haskalah na Europa Oriental

Desde o século XVI, quando os czares de Moscóvia se puseram a consolidar os principados russos independentes num império unificado, fora política russa fixa não admitir judeus em seu território, mesmo para fins temporários. No século XVI o monarca Ivã, o Terrível, referia-se aos judeus como "importadores de remédios venenosos e desencaminhadores da Fé Cristã", e essa atitude hostil e supersticiosa foi reforçada com persistente legislação discriminatória contra os judeus que ficou sem ser modificada mesmo por considerações econômicas. Conforme as palavras da Imperatriz Elisabeth, "Não procuro lucro nas mãos dos inimigos de Cristo."

Essa situação permaneceu basicamente inalterada até as partilhas da Polônia em 1772, 1793 e 1795, quando o número de judeus dentro das fronteiras russas aumentou subitamente para um total de 900 000. Não era então mais possível resolver o problema judeu com simples expulsão. Decretou-se legislação especial relativa aos direitos de judeus em territórios determinados, que eram as áreas nas quais os judeus viviam ao tempo da partilha, e que se tornaram conhecidos como a Área Judaica. Mas mesmo nessa Área foram os judeus escolhidos para legislação discriminatória através da imposição de uma taxa dupla a mercadores e burgueses judeus. Mas a brisa fresca da libertação que soprava da Europa Ocidental também se fez sentir na Rússia, e lentamente os judeus da Área puderam começar a avistar o alívio. Em 1802 o Czar ordenou a criação de uma comissão para a "Melhoria dos Judeus". A presença na comissão de alguns membros liberais assegurou a

A Aurora da Emancipação

aprovação de uma decisão para convidar representantes das comunidades judaicas como consultores sobre as necessidades

de seu povo. Embora a continuação da Área fosse reafirmada, e a autonomia judaica restringida em seu raio de ação, os judeus teriam permissão para mandar seus filhos a escolas do império e de se dedicarem à agricultura. Após o Congresso de Viena (1815), porém, a Rússia, assim como outros países da Europa, não demorou a sucumbir diante da reação, e as esperanças judaicas de tratamento mais liberal, tão precipitadamente surgidas, foram condenadas à decepção.

Sob Nicolau I a situação piorou. Os judeus ficaram sujeitos a recrutamento para o pavoroso serviço militar; foi esse, aliás, um dos principais instrumentos da política oficial antijudaica. As comunidades judaicas foram obrigadas a fornecer recrutas juvenis para o exército russo, obrigação essa que só foi abolida após a Guerra da Criméia. O sistema de recrutas juvenis impunha um martírio militar à juventude judaica e aterrorizava a população judia. De acordo com a Lei de 1827 jovens judeus entre 12 e 18 anos deveriam ser recrutados. Receberiam instrução preparatória nos batalhões de recrutas juvenis e depois teriam de servir mais vinte e cinco anos, que era o período regular do serviço militar. A comunidade judaica era considerada responsável pelo fornecimento das quotas estipuladas, e agentes especiais, os assim chamados *khapers*, foram designados para reunir o número necessário de crianças. Esses *khapers* mantinham a população judaica num estado de medo e terror. As crianças recrutadas eram não só expostas a sofrimentos físicos mas também a tormento espiritual; a atividade missionária entre os recrutas juvenis — sob a direção do Czar — era executada com a máxima severidade, sendo considerável o número de convertidos entre as crianças. Toda uma literatura de martirológio dá relatos de primeira mão das torturas destinadas a induzir conversões ao cristianismo entre crianças judias recrutadas.

Em 1835 um novo código de legislação antijudaica restringiu ainda mais o território da Área de Povoamento: consistia então na Lituânia, Volínia e Podólia, Rússia Branca (Vitebsk e Moguilev, menos as aldeias), Pequena Rússia, Nova Rússia, a província de Kiev (sem a capital), e as províncias bálticas (somente para os colonos mais antigos). A colonização rural na zona de quarenta quilômetros ao longo da fronteira ocidental estava proibida a recém-vindos.

A Aurora da Emancipação

A cultura do judaísmo da Europa Oriental no século XIX foi formada pelas forças gêmeas da *Haskalah*, ou esclarecimento, e do Khassidismo. Especialmente nas partes centrais da Área, achavam-se os dois campos em violenta oposição. Os pioneiros do esclarecimento encontraram um clima mais favo-

rável no extremo norte (Lituânia) e sul (Odessa). Mas se a *Haskalah* deixou de se enraizar nas massas, sobretudo no início, podemos encontrar a causa fundamental apenas secundariamente na oposição judaica nativa; devemos considerar em primeiro lugar a extrema severidade da vida judaica sob os reinados de Alexandre I e Nicolau I. Esses dois monarcas compartilhavam com as massas russas os tradicionais preconceitos contra os judeus e temor dos mesmos e de sua religião. O judeu como ser humano era praticamente um conceito desconhecido na Rússia. Ele era conhecido apenas através das lentes da caricatura e da deformação anti-semita.

O avanço da *Haskalah* na Europa Oriental pode ser acompanhado geograficamente. Os impulsos gerados em Berlim irradiaram-se gradativamente na direção leste para a Áustria, e depois Polônia, Lituânia, e os outros centros de judaísmo na Rússia. Como as condições nesses países eram muito diferentes das na Alemanha, o curso do esclarecimento na Europa Oriental divergiu consideravelmente da sua concepção original. Havia, antes de tudo, uma concentração muito mais densa de massas judaicas na Europa Oriental, e o próprio meio não-judeu achava-se num nível cultural mais baixo que o do Ocidente. Assim, embora o perigo de desintegração progressiva da identidade judaica não estivesse totalmente ausente na Europa Oriental, as possibilidades de sua ocorrência rápida achavam-se, de um modo geral, acentuadamente diminuídas. A *Haskalah* no leste europeu defrontou-se com forças judaicas autóctones — revivescimento místico sob a forma de Khassidismo por um lado, e, pelo outro, reforma talmúdica do tipo originado pelo Gaon de Vilna — que durante algum tempo mantiveram as massas impermeáveis às suas doutrinas. Além do mais, a *Haskalah*, não obstante sua prolífica produção literária, ainda não apresentara uma personalidade do calibre carismático quer de Elias, o Gaon de Vilna, quer do Baal Shem Tov.

O objetivo do movimento da *Haskalah* pode ser enunciado de modo simples: a criação de um novo caráter judeu, pronto a ocupar seu lugar na sociedade em geral. Os *maskilim* (proponentes da *Haskalah*) pretendiam revolucionar as próprias bases da vida, educação e pensamento judaicos. Até então a educação fora geral mas limitada. Todos os judeus russos, e mesmo muitas das mulheres, podiam ler as orações e a Bíblia. Nos guetos da Rússia, assim como em qualquer outro lugar no âmbito do judaísmo europeu, o estudo era uma atividade universal. Quando Max Lilienthal, um judeu alemão, foi chamado a Riga em 1840 para reformar o sistema judaico de educação, encontrou uma situação resumida na seguinte cena:

Em breve entrou um casal pobremente vestido, o homem carregando em seus braços um menino de uns seis anos, enrolado num *talit* [xale de orações]. Mãe e pai choravam de alegria, gratos a Deus que os preservou para que pudessem testemunhar esse belo e significativo momento. Tendo dado as cordiais boas-vindas aos recém-chegados, o *melamed* [professor] tomou em seus braços o herói da celebração e colocou-o de pé sobre uma mesa. Depois o menino foi sentado num banco e foi o primeiro a receber bolo, nozes, passas e guloseimas, que enchiam um avental trazido pela feliz mãe. O professor então sentou-se perto do rapazinho, pôs diante dele um cartão com o alfabeto impresso e, pegando um comprido ponteiro, começou a primeira lição abençoando seu aluno recém-iniciado a fim de que ele pudesse ser criado para o estudo da Torá, casamento e boas ações.

Temos outro vislumbre da vida cultural numa pequena cidade russa ao tempo de Nicolau I na autobiografia de Abraão Paperna um escritor hebreu da *Haskalah*:

Instituições educacionais na acepção moderna da palavra eram conspícuas por sua ausência em nossa cidade. Não havia qualquer escola pública ou governamental de caráter laico em Kopil. A população cristã era, sem exceção, iletrada. A população judaica, por outro lado, tinha uma superabundância de escolas, embora de um tipo especial. Primeiro, havia os *khadarim* [escolas primárias] — cerca de vinte. Kopil possuía uma população de aproximadamente três mil almas — judeus, russos brancos e tártaros. Os judeus constituíam a minoria. Todas as crianças judias do sexo masculino, desde os quatro até os treze anos de idade, eram ensinadas no *kheder*. Embora a educação não fosse compulsória para as meninas, elas, também, na maioria das vezes, podiam ler as orações e o Pentateuco em tradução iídiche. Um judeu de Kopil não media os gastos com a educação de seus filhos. Não raro um homem pobre vendia seu último castiçal ou seu único travesseiro para pagar o *melamed*... Com a exceção única de Meerke, o idiota, que era fogueiro na casa de banhos e aguadeiro, não havia ignorantes em Kopil. E mesmo esse aguadeiro imbecil de algum modo sabia as orações e podia, bastante satisfatoriamente, recitar as bênçãos sobre a Torá.

Embora a cultura dos judeus russos fosse religiosa, as ciências leigas não eram terreno completamente estranho. O Gaon de Vilna, como vimos, acreditava que todas as ciências eram essenciais para uma adequada compreensão da Torá. Mas o Gaon diferia dos *maskilim* ou "esclarecedores" em não ter a intenção de afastar os judeus da vida do gueto e de uma existência essencialmente judaica; o estudo de assuntos leigos era permissível para tornar alguém um melhor judeu, mas não se destinava a tornar ninguém um melhor russo.

A *Haskalah* no Leste foi influenciada significativamente tanto pelos escritos dos primeiros *maskilim* alemães quanto pelo intercâmbio comercial e cultural. Eruditos judeus da Europa Oriental viajaram para o exterior em busca de conhecimentos leigos; Berlim, a residência de Mendelssohn, tornou-se a "Jerusalém do esclarecimento". Após o Congresso de Viena, o comércio entre Leste e Oeste havia aumentado substancialmente, ampliando os horizontes do judaísmo da Europa Oriental. A Galícia, ativo centro comercial situado entre a Prússia e a Rússia, recebeu o "esclarecimento" da Prússia, transmitindo-o por sua vez à atrasada Rússia.

O príncipe da *Haskalah* galiciana foi Nachman Krochmal. Nascido em Brodi no ano de 1785, filho de abastado mercador, prosseguiu seus estudos em Zolkiew, na casa de seu rico sogro. Sem professores ou instrução formalizada, numa atmosfera de intransigente oposição ao estudo laico, Nachman Krochmal não só adquiriu o mais exato conhecimento da filosofia judaica medieval como também encontrou seu caminho nos mundos estranhos da filosofia, lingüística e ciência alemãs. Em breve a cidade de Zolkiew assumiu na Europa Oriental a posição mantida por Berlim nas mentes dos *maskilim* ocidentais. Da aparência exterior de Krochmal — por lealdade à tradição vestia-se à maneira de seus correligionários — teria sido difícil adivinhar os pensamentos revolucionários que fermentavam na mente dessa figura inconspícua, que parecia um típico erudito judeu. No decurso de sua vida, Krochmal ensinou e escreveu, mas nada publicou, com receio de ser mal interpretado. Conforme confessou numa carta a S. David Luzatto,

> Temendo a Deus, hesito em ensinar coisas que são como carvões em brasa, pois mesmo um erro involuntário pesa, na verdade, como a maldade... Tremo diante da ira dos fanáticos que são pobres em conhecimentos, embaraçados nas cadeias da malévola estupidez...

A Aurora da Emancipação

Em 1851, onze anos após a morte de Krochmal, Leopold Zunz publicou o fruto de toda a vida de árduo labor inte-

lectual de Krochmal. Intitula-se, muito apropriadamente, "Guia Para os Perplexos do Tempo". Nessa obra Krochmal fala do judaísmo como um espírito eterno, cuja alma-grupo reanima o Israel físico em cada geração. Na extensão de suas idéias, no gênio de sua concepção, constitui o "Guia" de Krochmal um digno sucessor para seu modelo maimonideano.

Os primeiros *maskilim* russos, estimulados como se achavam pelas idéias da *Haskalah* alemã, tornaram-se também admiradores da cultura alemã, do traje e decoro alemães, e da pesquisa científica e acadêmica alemã. A cultura russa sendo ainda insuficientemente desenvolvida para atrair emulação, fez-se uma tentativa consciente de tomar por modelo as grandes figuras do esclarecimento alemão. O "Mendelssohn russo" foi Isaac Ber Levinsohn (1788-1860). Descendente de uma rica família de mercadores, recebeu uma educação leiga na língua russa em sua cidade natal, Kremenitz, na Podólia. Passou muitos anos em Brodi, onde esteve em contato com os principais eruditos do judaísmo galiciano, compilou em hebraico uma gramática da língua russa, e lecionou hebraico em uma das escolas modernas. Sua obra mais importante, *Teudah be-Israel* (Um Testemunho em Israel), publicada em Vilna em 1828, tentava provar aos judeus que o programa da *Haskalah* não estava em conflito com a religião judaica. Teve esse livro uma profunda influência sobre jovens talmudistas judeus, muitos dos quais começaram a formar clubes para o estudo de hebraico e russo. O segundo livro de Levinsohn, *Bet Iehudah* (Casa de Judá), esboçava um programa de reforma para o judaísmo russo que se tornou a plataforma oficial dos *maskilim*. O autor sugeria:

1. Que fossem criadas escolas modernas para crianças de ambos os sexos, e instituídos seminários nas cidades de Varsóvia, Vilna, Odessa e Berditchev. Além dos estudos judaicos, deveriam os alunos receber instrução sobre assuntos laicos.
2. Que fossem nomeados um rabino-chefe e um conselho para se encarregarem da vida espiritual dos judeus russos.
3. Que fossem conseguidos pregadores competentes para instruir o povo.
4. Que pelo menos um terço do povo fosse estimulado a se dedicar à agricultura.
5. Que os judeus fossem desencorajados de exibições ostentosas e vida luxuosa.

A Aurora da Emancipação

A *Haskalah* russa, pode-se logo percebê-lo, foi marcada por uma nítida perspectiva de classe média. Quase todos

os humanistas pioneiros vinham de ricas famílias de mercadores ou eram profissionais (Rapoport, Joseph Perl, Nachman Krochmal). Mesmo os *maskilim* pobres eram geralmente protegidos por mercadores ricos, e assim eles, também, tendiam a refletir as idéias de classe média dos seus benfeitores. A própria exigência de uma educação leiga resultava das condições e circunstâncias da vida da classe mercantil. Para os ricos negociantes que entravam em contato em outros lugares com capitalistas instruídos era essencial conhecer a língua alemã ou russa, geografia e outros assuntos leigos. *Maskilim* encorajavam as massas judaicas a se "produtivizarem", a se dedicarem a ocupações mais úteis e nobres, primeiro porque constituíam então um empecilho à expansão do mercado interno, e segundo porque assim fazendo seriam aceitos numa situação mais respeitada por seus vizinhos não-judeus. O dissabor dos *maskilim* pela vida "improdutiva" dos seus correligionários levou-os à convicção de que seu programa de laicismo esclarecido resolveria a maioria dos problemas culturais, econômicos e políticos da vida judaica.

A aceitação das idéias progressistas dos *maskilim* foi tolhida pelas políticas de Alexandre I e Nicolau I. Embora esses monarcas esperassem acabar com o isolamento dos judeus introduzindo estudos leigos no currículo das escolas judaicas, política essa aprovada pelos *maskilim*, e melhorar sua situação econômica encorajando a atividade agrícola, o resultado líquido de suas políticas foi um agravamento da situação real, que impeliu a maioria dos judeus a se apegar mais tenazmente do que nunca às suas tradições e práticas religiosas. Durante o reinado de Alexandre I a educação leiga foi usada como um meio de fortalecer a fé cristã e a autoridade do estado, sendo assim, naturalmente, rejeitada por líderes das comunidades judaicas. Temiam esses líderes, justificadamente, que a educação moderna tornaria o judeu sensível às suas incapacidades legais e conseqüentemente insatisfeito com sua sorte, e daí propenso a abandonar sua fé. Os *maskilim* foram os únicos a aclamar a criação das escolas governamentais judaicas, mas seu entusiasmo não teve qualquer efeito sobre a massa do judaísmo russo. A resistência a essas escolas aumentou quando o governo estabeleceu o assim chamado "imposto de velas" para mantê-las.

A literatura da *Haskalah* pode ser dividida em várias etapas. A primeira foi o período da "Ciência do Judaísmo", com sua ênfase sobre a revivescência do hebraico, e análise da história, literatura e filosofia judaicas. Rapoport e Krochmal foram os principais expoentes desse movimento. A etapa se-

guinte (nas décadas de 1820 e 1830) pode ser caracterizada como polêmico-racionalista, visando a destruir os limites intelectuais da Área, seu dogmatismo e ênfase sobre minuciosa observância religiosa. Os *maskilim* galicianos exortaram os judeus a explorar o mundo fora do gueto, a penetrar na literatura européia, nas ciências naturais e instrução vocacional. A literatura em prosa desse período satiriza de maneira exagerada a vida e tipos de personalidade que existiam na Área. Nas décadas de 1840 e 1850, terceira etapa da literatura da *Haskalah*, a ênfase deslocou-se da condenação da vida na Área para a apreciação do mundo exterior. Durante esse período romântico Abraão Mapu e Ber Levinsohn fizeram rapsódias sobre o passado glorioso dos judeus — a vida agrícola da antiga Judá e a perfeição vital da Idade Áurea Espanhola.

Os positivistas dentre os *maskilim* queriam ação, reformas práticas que resultassem em melhorias sociais e econômicas. Novelas, poesia e sátira foram substituídas por periódicos de língua hebraica, ensaios científicos e manuais instando por reformas educacionais e vocacionais. O poeta laureado da *Haskalah* russa, Iehudah Leib Gordon, e seu contemporâneo, Moshe Leib Lilienblum, incutiram nos judeus a necessidade de ser "moderno", de adotar o traje, as maneiras, a vida e a literatura russos. Ao mesmo tempo, mas privadamente, deveriam conservar seu judaísmo; "seja em casa um judeu e fora dela um homem" era o lema de Gordon — uma frase que, como no caso também dos *maskilim* alemães, estava repleta de insinuações de assimilação e ódio a si próprio. Como veremos, porém, os *maskilim* russos em sua maioria, diferentemente de seus predecessores alemães, foram salvos da insensatez desse programa cultural por um senso mais agudo da história, e do objetivo mal orientado da assimilação total voltaram-se finalmente para a solução mais realista, e mais radical, do sionismo.

Surgida como uma reação ao Khassidismo, a *Haskalah* na Rússia conseguiu originar um novo conceito de renascença nacional. Despertou entre os judeus russos uma aspiração de livre inquirimento e um amor ao conhecimento. Entre os judeus religiosos ajudou a converter objetos de simples tradicionalismo em objetos de pensamento; elevou homens da esfera da crença cega e incondicional para a esfera da dúvida, para uma busca da verdadeira compreensão. E embora sua ênfase principal recaísse sobre um esclarecimento geral e um vago liberalismo, iniciou uma tendência para um revivescimento especificamente hebraico que teria tremendas repercussões na história judaica posterior. Preparou o caminho não só para

a moderna literatura hebraica, mas também para esse moderno triunfo do espírito hebreu, *Khibat Tzion*, o amor de Sião.

O Legado da Emancipação

Entre os muitos aspectos da ambígua herança legada a gerações posteriores pelo movimento alemão para esclarecimento e emancipação estava o que viemos a chamar de dilema do judeu moderno na sociedade ocidental. Ao surgirem, por sobre os muros do gueto, os primeiros albores do esclarecimento, muitos judeus, com a melhor das intenções, acederam com terrível presteza à exigência — sentida ou explícita — de que cortassem os laços que os uniam à raça e tradição. A declaração de inferioridade moral que uma tal capitulação implicava era freqüentemente aceita com ligeireza. Isso porque uma transformação radical ocorrera na psicologia do povo judeu. O escudo protetor do judeu contra o desprezo do mundo havia sido estraçalhado. Ofereceram-lhe a emancipação, mas sob condições muito específicas: que admitisse a torpeza da história passada de seu povo, e reconhecesse a radiosa benevolência da sociedade que até então mostrara para com ele apenas intolerância e desprezo, mas que agora, num espírito de caridade e condescendência, lhe estendia seus favores. Com receio de perder esse favor, e em abjeta gratidão àqueles que lhe ofereciam o mesmo, muitos judeus aceitaram sem objeções a interpretação de seu povo que aprouvera ao mundo exterior apresentar. Para ingressar nesse mundo, puseram de lado a orgulhosa tradição de individualidade e singularidade judaicas, desfizeram-se, por um ato consciente de vontade, até do conhecimento de que era nas fontes do passado de seu próprio povo que a sociedade ocidental havia ido buscar os padrões que então, num acesso de liberalismo autogratulatório, condescendia em aplicar também a eles. O judeu fora despido de qualquer *status* político autônomo; nada mais era então que um membro de uma religião, de uma seita entre outras seitas, e até particularmente retrógrada. Seus próprios líderes intelectuais lhe haviam dito, no que deve certamente figurar como exemplo destacado da capacidade humana para a auto-ilusão, que se deveria esforçar para "ser em casa um judeu e fora dela um homem". Nunca antes ocorrera a esse povo que ser judeu era algo menos, ou diferente, que ser humano. Na verdade, para gerações passadas de judeus, ser judeu significava participar da mais nobre de todas as experiências humanas, encarnar tudo que expressava a palavra humanidade. Tudo isso, então, se fora. Em seu lugar ficou apenas a ânsia de ser

A Aurora da Emancipação

aceito, de ser um alemão, um francês, um polonês, igual a qualquer outro, com ligações residuais a uma fé então rebaixada à posição de uma "crença".

Também se fora, juntamente com a renúncia a um passado judaico singular, a aspiração por um futuro judaico singular e independente. O novo espírito de humildade diante da cultura ocidental e o receio de ser considerado desleal levaram, no movimento de reforma alemão, à exclusão de Sião do livro de orações, à eliminação do idioma hebreu como língua de culto, e em geral à erradicação de todos os vestígios de nacionalismo das festas e ritos judaicos. Todas as recordações de glória nacional foram riscadas da lembrança. Na esperança de obter a confiança do mundo europeu, muitos judeus não recuaram nem diante do batismo — "o bilhete de ingresso para a sociedade européia", conforme o chamou Heine — submetendo-se a esse rito cristão.

A História ensinaria uma lição de ironia aos descendentes dessa geração que procurou tão valentemente ignorar a experiência histórica, que com tão trágica inocência interpretou erroneamente o espírito da tolerância européia. Mesmo naquele tempo tornou-se claro para alguns que os esforços para "erguer" o judaísmo conforme as prescrições da *Haskalah* de Berlim, e para obter o respeito da Europa, estavam destinados ao fracasso. Os poucos clarividentes que enxergaram através do logro e cinismo do período voltaram-se para movimentos revolucionários de todos os tipos, ou afastaram-se de vez da política para um mundo de sonhos de especulação utópica. Mas décadas se passariam antes que uma geração inteiramente nova descobrisse e reconhecesse as contradições básicas na atitude judaica para com o esclarecimento. A esse tempo o judaísmo havia passado por uma profunda crise de consciência, e a tocha do sentimento judeu autêntico passara da Europa Ocidental para a Oriental. Afirmaria então Moses Hess, "Enquanto o judeu negar sua nacionalidade, por não ter a abnegação de admitir sua solidariedade com um povo infeliz, desprezado e perseguido, sua atitude falsa tornar-se-á, com cada dia que passa, mais intolerável." A ascensão do moderno anti-semitismo reforçaria a qualidade intolerável da vida judaica na Europa, e a ascensão do moderno sionismo proporcionaria o primeiro diagnóstico claro de uma situação que se tornara quase desesperada, e a primeira solução para um problema que se tornara praticamente insolúvel.

16 Anti-Semitismo e Migrações

NO SÉCULO XIX o anti-semitismo assumiu uma nova forma. Apoiava-se em teorias racistas e foi usado como um instrumento de poder por partidos políticos. A desconfiança religiosa em relação aos judeus não era, sem dúvida, um fenômeno novo. Os judeus haviam sido perseguidos através dos tempos por professar apego a uma religião diferente, que não estavam dispostos a entregar mesmo sob pena de morte. As superstições religiosas floresceram na Idade Média, tempo em que não estavam em desacordo com o espírito da época. Mas que persistissem no século XIX, numa era de idéias modernas, progressos científicos, industrialização, movimentos de libertação nacional — isso não era, diante das circunstâncias, de se esperar. A mais persistente dessas superstições sobreviventes era a Calúnia do Sangue, uma velha mistificação segundo a qual os judeus eram assassinos rituais, que recolhiam o sangue de cristãos para utilizá-lo no fabrico das *matzot* de Páscoa. Nada podia apagar das mentes dos camponeses ignorantes essa imagem do judeu como um "bebedor de sangue". Antes de 1840 quinze acusações dessas contra judeus foram ventiladas na Romênia, Polônia, Rússia, Itália e Alemanha. Em fevereiro de 1840 desapareceu um sacerdote católico de posição elevada, e a culpa foi deliberadamente posta nos judeus.

A insistência dos judeus em suas observâncias religiosas singulares nunca deixou de provocar receio e desconfiança entre os cristãos, que ainda se achavam inclinados a encarar

os judeus como negadores da verdadeira fé. Essa atitude refletiu-se intensamente no caso Mortara de 1858. Envolvia uma criança judia nascida em Bolonha que com a idade de um ano ficou desesperadamente enferma, e foi batizada por sua enfermeira católica para que não morresse pagã. Durante sete anos a enfermeira manteve o batismo em segredo, mas finalmente divulgou a informação ao Santo Ofício. As autoridades papais imediatamente raptaram a criança, decididas a que fosse educada como cristão e sendo-lhe concedidos todos os privilégios da cidadania cristã. Não obstante as pressões exercidas sobre o papa pela maioria dos governos estrangeiros, inclusive mesmo católicos, todos os apelos para que a criança fosse devolvida foram friamente rejeitados. O judaísmo americano, ainda bastante desorganizado a esse tempo, viu-se vociferantemente exigindo ação, e fazendo-o com muito apoio da imprensa e do povo americanos. Moses Montefiore foi pessoalmente a Roma para ver o papa, mas não obteve uma audiência. Mortara cresceu, ingressou na Igreja, e morreu como padre missionário na Bélgica durante a Segunda Guerra Mundial.

Era esse o clima ambíguo do século XIX, uma era que tinha dado ao judeu a tão ansiada e procurada liberdade, a oportunidade de se tornar cidadão, de participar integralmente na vida social, política e econômica ao seu redor, de se assimilar na sociedade não-judaica e, às vezes, de tentar esquecer as diferenças e os arraigados preconceitos que séculos de separação forçada haviam formado nas mentes dos que o rodeavam. Os judeus mergulharam com sobeja energia, entusiasmo, aptidão natural e vontade de serem bem sucedidos em todos os campos a eles abertos: comércio, indústria, profissões, jornalismo. Em uma geração, na Alemanha e alhures, passaram de uma situação de servidão a posições de influência. E realmente tomaram suas responsabilidades e obrigações para com a sociedade muito a sério.

Por que, então, não foram aceitos? Em toda parte durante esse século a presença de judeus foi sentida intensamente por não-judeus. Apesar de seu número insignificante — na França constituíam menos de 1% da população total, na Alemanha pouco acima de 1%, e no Império dos Habsburgos apenas ligeiramente mais — sua participação nos campos a eles abertos era excepcionalmente elevada, e sua rápida ascensão ao sucesso econômico foi amargamente ressentida. A economia mundial fora transtornada pela industrialização e mecanização. A classe média aparecia então com suficiente poder para desafiar os aristocráticos proprietários de terras numa base econômica. Os judeus, com sua longa experiência de co-

mércio e negócios, sentiam-se à vontade nessa nova situação. Estimulados pelo desafio às suas aptidões, e tendo pouco a perder, estavam dispostos a assumir riscos em especulação. As classes inferiores, que foram excluídas da corrida geral para o dinheiro, e as superiores, que estavam sendo substituídas pela burguesia ascendente, ressentiram profundamente a participação judaica nas classes capitalistas em ascensão. A riqueza dos banqueiros judeus, embora grandemente exagerada na imaginação popular, era particularmente desagradável. Esses banqueiros haviam subido rápida e eficientemente a uma posição de riqueza e poder internacional, em grande parte pela ajuda financeira que proporcionavam a dinastias européias nas pequenas guerras do século XIX. Mas já tinham servido à sua finalidade e pareciam supérfluos. Por que, então, deveriam ainda ser tolerados?

Em 1873 financistas judeus foram diretamente culpados por uma súbita baixa na Bolsa de Valores alemã, não obstante o fato de ter havido muito poucos judeus entre os especuladores. Presumia-se que todos os escândalos financeiros eram judeus na origem, fazendo parte de uma vasta rede, com os Rothschild no centro, que tinha como objetivo a exploração e empobrecimento da Europa cristã. Após o fracasso dos investimentos no projeto do Canal de Panamá, em que três judeus haviam ficado envolvidos, mas só depois que era de qualquer modo muito tarde para corrigir o dano, a imprensa anti-semita salpicou por toda a Europa notícias da suposta corrupção judaica.

No mundo econômico os judeus eram, portanto, mais temidos que seus congêneres capitalistas cristãos, em parte devido ao seu isolamento religioso e nacional, e em parte porque não tinham estima pela moribunda sociedade feudal e eclesiástica da qual nunca haviam participado e que era então alvo de muita nostalgia sentimental. Semelhantemente, na arena da política, havia um desdém geral pelos judeus. Uma vez recuperada a cidadania, era preciso recuperar também um milênio do terreno perdido, e os judeus não pouparam esforços para entrar nas lutas políticas da época, habitualmente ao lado das forças liberais e progressistas, únicas das quais podiam esperar emancipação e tolerância. Então, repentinamente, a ascensão do anti-semitismo político na Alemanha esmagou todas as esperanças de liberdade e assimilação. A nova ordem econômica pusera as classes em luta política uma contra a outra. A cena fervilhava com os conflitos — a aristocracia agonizante, a classe média em ascensão, e a excluída classe inferior, cada uma lutando por controle político. Nessa luta

uma nova isca tinha de ser encontrada para atrair a ralé em apoio de um ou outro dos vários partidos. Quem melhor que os judeus poderia servir para essa função — os aparentes réus da nova desordem social e econômica, os "secularistas industrialistas liberais" contra quem já havia uma longa tradição de preconceito religioso? Não existia meio mais eficaz de estigmatizar como indesejáveis as novas instituições da sociedade do que rotulá-las de "judaicas". E havia ainda a vantagem adicional de que essa manobra ajudava a unir muitos grupos e interêsses diversos, cada um com sua própria queixa particular, num bloco único.

Finalmente, com o conceito de nacionalismo adquirindo força e atração no século XIX, foram os judeus, cada vez mais, destacados como um povo internacional, identificado e agrupado por uma religião, uma língua, e um conjunto de escritos, um povo que professava lealdade ao país em que se achava domiciliado, mas que ansiava por seu antigo lar. Nacionalistas franceses queixaram-se que "os judeus não têm *patrie* na acepção compreendida por nós... Para eles é o lugar onde encontram mais vantagem... Os judeus encontram sua *patrie* onde quer que estejam seus melhores interesses." Não obstante os melhores esforços por parte dos judeus para se assimilarem nos países da Europa, acreditava-se amplamente que nenhum judeu poderia ser verdadeiramente fiel ao país em que vivia. Que essa imagem era patente e demonstravelmente falsa não impediu ninguém de acreditar que fosse verdadeira, ou de agir conforme essa opinião. Quanto aos sentimentos dos judeus nessa questão, Theodor Herzl falou por eles todos quando escreveu:

> Somos um povo — um só. Em toda parte temos feito esforços sinceros para nos fundirmos na vida social das comunidades circundantes, conservando apenas a fé de nossos pais. Não nos permitem fazê-lo. Em vão somos patriotas leais, em alguns lugares nossa lealdade chegando a extremos; em vão fazemos os mesmos sacrifícios de vida e propriedade que nossos concidadãos; em vão nos esforçamos para aumentar a glória de nossas pátrias nas ciências e artes, ou sua riqueza com o comércio. Em países onde temos vivido há séculos ainda somos tachados de estrangeiros, e com freqüência por aqueles cujos antepassados ainda não viviam no país onde judeus já haviam tido a experiência do sofrimento... No mundo como é agora, e como provavelmente continuará sendo por muitíssimo tempo, a força precede o direito. É inútil, portanto, sermos patriotas leais, como o foram os hugueno-

tes, a quem obrigaram a emigrar. Se apenas nos deixassem em paz... Mas acho que não nos deixarão em paz.

(De *O Estado Judeu*)

Alemanha

Em 1871 Bismarck conseguiu unificar os principados prussianos independentes através de um apelo ao "nacionalismo", tendo seus exércitos derrotado decisivamente o "inimigo comum" de todos os prussianos — os franceses. O "nacionalismo" de Bismarck era idêntico na forma àquele sistema de governo que filósofos como Kant, Fichte e Hegel vinham advogando há sessenta anos: uma nação cristã alemã em que a vontade do estado tinha precedência sobre as necessidades do indivíduo. Decidido a manter seu novo Império Alemão, agiu Bismarck para suprimir todas as tendências separatistas. Em 1873 empreendeu uma impiedosa campanha — o *Kulturkampf* — contra os católicos, perseguindo e prendendo sacerdotes idosos e respeitados cujo maior crime era o da lealdade à sua religião. Em 1879 uma extremamente violenta campanha de âmbito nacional, dirigida contra o Partido Nacional-Liberal, varreu a Alemanha. Os judeus, em grande parte identificados com os nacionais-liberais, e por isso representando tudo aquilo que um bom alemão deveria evitar, tornaram-se o alvo dessa campanha, que rapidamente assumiu a característica de um ataque anti-semita. "Expressei minha desaprovação", diria posteriormente Bismarck, "mas nada mais fiz, já que era um meio utilíssimo de atacar os progressistas". Os conservadores foram, além disso, apoiados pelos brilhantes escritos teóricos de homens como Treitschke e Friedrich Nietzsche, que ajudaram a poluir o ar com desprezo pelos judeus.

Áustria-Hungria

O anti-semitismo no Império Austro-Húngaro, assim como na Alemanha, estava dissimulado como aversão pelo partido liberal, urbano e de classe média. Os judeus austríacos, até mais que seus correligionários alemães, haviam desempenhado um papel substancial no desenvolvimento do capitalismo moderno em seu país de adoção. A campanha contra eles tornou-se particularmente violenta na década de 1880, quando um altamente rixento anti-semita católico, August Rohling, recebeu a cátedra de Teologia na Universidade de Praga. Não obstante seu escasso conhecimento de hebraico, Rohling não hesitou em

condenar as pronunciações religiosas do Talmude e proclamar a veracidade de todas as velhas calúnias medievais concernentes ao pretenso uso judeu de sangue cristão.

Acusações de assassinato ritual não tardaram a prolifecar. Um caso que atraiu muita atenção envolvia o assassinato, em 1882, de uma menina que vivia em Tisza-Eszlar, na Hungria. Vários judeus foram presos sob o pretexto de assassinato ritual, sendo, porém, absolvidos por insuficiência de provas. Durante todo o julgamento fizera-se sentir intensamente o anti-semitismo. Mesmo os socialistas empenharam-se em criar um partido anti-semita empregando um agitador para instigar o antijudaísmo entre as classes trabalhadoras em certos subúrbios industriais, a acusação sendo, naturalmente, a de que ricos capitalistas judeus haviam conseguido a absolvição de seus correligionários "culpados". Devido à corajosa intervenção do Dr. Joseph Bloch, o rabino que servia nos subúrbios escolhidos pelos socialistas para sua propaganda, a tentativa falhou. E foi esse mesmo Dr. Bloch quem finalmente silenciou Rohling. O rabino publicou tão causticantes ataques contra Rohling que o professor de teologia se viu compelido a processá-lo por calúnia. Um dia antes do julgamento Rohling retirou a acusação, com isso reconhecendo a falsidade de suas próprias escandalosas afirmações relativas ao judaísmo.

O mais sólido apoio conceptual ao moderno anti-semitismo conforme se desenvolveu na Europa Ocidental veio da teoria do racismo, que foi um elemento doutrinário no nacionalismo conservador alemão do século XIX. Fornecia essa teoria "prova" biológica da superioridade racial dos alemães e, inversamente, da inferioridade racial de todos os não-alemães, e em primeiro lugar entre eles os judeus. A nova teoria do racismo, conforme exposta de forma pseudocientífica por antropólogos e historiadores europeus, baseava-se na suposição de que os seres humanos pertencem a diferentes grupos raciais, cada grupo possuindo uma aparência particular e uma fonte lingüística comum. O racismo alemão nasceu do mito "ariano", segundo o qual as línguas romanas, germânicas e eslavas podiam ser reduzidas a uma fonte ariana comum; o passo seguinte foi atribuir à raça ariana um tipo físico único, o do nórdico louro, de olhos azuis. Finalmente, o Conde Joseph de Gobineau, um diplomata francês, deduziu que toda a civilização começou com a raça ariana, cujos representantes então só eram encontrados na Europa Central. Estabelecido tudo isso, seguiu-se que os alemães, encarnação viva dessa pristina pureza racial, tinham o direito de reivindicar uma inerente supe-

rioridade sobre o judeu de estatura baixa, cabelos negros e olhos escuros.

A idéia de superioridade racial teve um terrível impacto sobre o povo alemão. Richard Wagner, o eminente compositor, advertiu os alemães contra a degeneração racial: "Podemos explicar a decadência do povo alemão pelo fato de estar agora exposto sem defesa à penetração do judeu." Dessa teoria surgiu o concomitante receio de que o sangue alemão se achava sob o perigo de contaminação pelo contato físico com os judeus, resultando de casamentos mistos com os mesmos a deterioração subversiva da nação alemã.

A obra-prima do racismo alemão foi escrita por um inglês renegado, Houston Stewart Chamberlain, sob o título *Die Grundlagen des Neunzehnten Jahrhunderts* ("Os Fundamentos do Século XIX"). Chamberlain traçou nessa obra, com impressionante documentação, a história da raça alemã; até Jesus foi por ele transformado num ariano. Achou os judeus uma raça sem valor, cuja missão era contaminar a corrente racial alemã e "produzir um bando de mestiços pseudo-hebreus, um povo sem a menor dúvida degenerado física, mental e moralmente". Tais opiniões, de início repetidas cautelosamente, e refreadas pelas restrições civilizadas da lei e ordem, tornar-se-iam em anos posteriores o grito de guerra de todo um sistema social, e no século XX causariam a mais terrível erupção de ódio em toda a história humana.

França

Também a França tinha, a esse tempo, um forte partido conservador que ansiava pelos dias do *Ancien Régime* e desaprovava os republicanos. Acreditavam os conservadores que a França, para se tornar poderosa, precisava livrar-se dos liberais, internacionalistas, estrangeiros, e judeus. A "Action Française", fundada de acordo com esse princípio, foi o primeiro movimento na Europa Ocidental a transformar a ideologia do moderno anti-semitismo em violência física organizada (embora os alvos dos seus ataques incluíssem igualmente liberais não-judeus). Um dos mais notórios anti-semitas franceses foi Edouard-Adolphe Drumont, um conservador hábil e inescrupuloso, tendo por propósito atacar os republicanos mas assaz cínico para recorrer ao anti-semitismo a fim de atrair adeptos. Homem amargo e frustrado, que freqüentemente procurava refugiar-se da realidade no espiritismo, era Drumont o autor de uma obra intitulada *La France Juive*, na qual sustentava que os judeus eram a causa da desgraça econômica e social na França. Embora os judeus constituíssem apenas 0,25% da

população francesa, Drumont atribuía-lhes a posse de mais da metade da riqueza da França. Advogava a desapropriação de todas as propriedades judaicas, que, afirmava, haviam sido adquiridas desonestamente, e estimulou os trabalhadores franceses a se servirem dos bens judaicos. Drumont também "revelou" uma conspiração internacional por parte dos judeus e maçons para destruir a cristandade e obter o controle do mundo, sendo a França o primeiro alvo dessa alegada trama. Seu livro vinha trajado com a roupagem da inspiração religiosa e amor à justiça — Deus, asseverou ele, estava a seu lado. O livro teve um grande êxito, sendo vendidos, só no primeiro ano, 100 000 exemplares; em dez anos passou por mais de 140 edições. Incitado por esse sucesso, Drumont aproveitou todas as ocasiões disponíveis para invectivar contra os judeus, usando como seu intérprete o jornal *La Libre Parole*. Tornou-se o principal porta-voz dos que eram contrários a Dreyfus, e manifestou-se como favorável em qualquer ocasião a qualquer perseguição aos judeus. Conforme as palavras de um de seus próprios discípulos: "Aquilo que Drumont proclamou, Hitler realizou."

Inglaterra

Na Inglaterra o perigo de anti-semitismo foi sentido apenas por breve período quando Disraeli, como primeiro-ministro conservador, se preparava para as negociações sobre o futuro dos Bálcãs que levaram ao tratado de Berlim em 1878. Os liberais britânicos, que os judeus em geral apoiavam, estavam do lado da Rússia contra a Turquia. A Rússia, contudo, era conhecida como a grande opressora do judaísmo oriental, enquanto que a Turquia tratava seus judeus razoavelmente bem. Calúnias caíram sobre Disraeli e aqueles judeus que, alegava-se, colocavam seus próprios interesses acima dos da Inglaterra. Mas quando Disraeli regressou de Berlim com um *fait accompli,* o tratado assinado, a erva daninha do anti-semitismo murchou antes mesmo de ter a oportunidade de florescer.

Rússia

O problema da Rússia não era o mesmo dos países da Europa Ocidental. Na Rússia os judeus eram muito mais numerosos que em qualquer outro país, representando ao todo cerca de dois terços do judaísmo mundial, mas não eram cidadãos. Os judeus da Rússia sofriam da legislação restritiva em relação a direitos de residência, oportunidades econômicas, casamento etc. Tendo recebido escasso incentivo para se assimilar, con-

tinuaram a viver separados da população em geral. É verdade que um pequeno número de financistas e especuladores judeus ajudaram a preparar o caminho para ferrovias e outros empreendimentos comerciais, e a esses poucos foi concedida permissão de se estabelecerem em cidades fora da Área de Residência, mas a participação judaica nas primeiras atividades progressistas foi pequena. Não obstante, culparam os judeus pelo assassinato de Alexandre II em 1881, e durante os vinte anos seguintes foram eles responsabilizados pela propagação de idéias liberais na Rússia. Era essa uma clamorosa interpretação errônea, uma vez que as idéias e atividades liberais e revolucionárias fermentavam na atmosfera intelectual das universidades, às quais apenas uma minúscula percentagem de judeus foi admitida. Houve, todavia, um pequeno grupo de jovens judeus, tendo à frente Leon Trotsky (Bronstein), que se juntaram ao partido revolucionário e iriam compartilhar da ascensão bolchevista ao poder em 1917.

Em 1894 Nicolau II sucedeu como czar ao seu pai Alexandre III. Monarca fraco e brando, foi Nicolau persuadido pelos que o rodeavam que seus maiores inimigos eram seus súditos judeus. O principal instrumento usado na propagação oficial dessa idéia foi o dos "Protocolos dos Sábios de Sião", uma falsificação preparada para o esclarecimento do czar. Os Protocolos foram fabricados no escritório parisiense da polícia russa entre 1901 e 1905. Nesse ano foram divulgados ao público e apresentados ao czar. Como este não acreditou na sua autenticidade, parece terem sido temporariamente postos de lado. Foi só depois de 1919 que cópias dos mesmos tiveram circulação ampla, especialmente na Europa Ocidental. Os Protocolos pretendiam demonstrar, pelos relatórios de um suposto Congresso Judaico Internacional, que havia um muito difundido movimento judaico internacional para destruir organizações cristãs existentes e substituí-las pela dominação judaica mundial. (Era essa, essencialmente, a mesma trama que foi "revelada" por Drumond na França e Hillaire Belloc na Inglaterra.) A revolução bolchevista de 1917 foi apresentada como prova de que essa fantástica conspiração judaica havia começado a se concretizar. Afinal de contas, não eram Trotsky e Bela Kun (o comunista húngaro) judeus? A mensagem dos Protocolos era clara: "a resistência ao liberalismo e socialismo era vital para que o mundo fosse salvo da malévola conspiração judaica."

Tal resistência não tardou a aparecer. Na Rússia meridional forças antibolchevistas mataram, enfurecidas, milhares de judeus indefesos. Traduções e adaptações do original russo

dos Protocolos apareceram na maioria das línguas da Europa Ocidental, e posteriormente até em japonês e árabe. Foram mesmo passadas como um registro dos trabalhos do Primeiro Congresso Sionista. Em 1921 o *Times* de Londres desmascarou os Protocolos como uma rematada falsificação, uma invenção baseada em clamorosas mentiras, mas já era tarde demais; os Protocolos haviam impressionado profundamente gente demais que sentia necessidade de acreditar neles, e sobre essas pessoas a revelação da verdade não produziu efeito. Até os dias de hoje anti-semitas têm persistido em acreditar nos Protocolos, usando-os como uma ilustração da perfídia e traição dos judeus. Nazistas, árabes e agitadores em todos os países têm-nos levado a sério e usado para as mais chocantes espécies de instigação. Nos Estados Unidos foram difundidos por Henry Ford, que os publicou em seu jornal, *The Dearborn Independent*, e pelo padre Charles E. Coughlin em seu *Social Justice*. Hoje são a matéria da difamação anti-semita oriunda de fontes reconhecidas na União Soviética e de vários governos árabes — um possante exemplo da Grande Mentira e do sucedâneo do século XX para as calúnias de assassinato ritual e superstição religiosa da Idade Média; são mitos medievais que custam a morrer mesmo em tempos modernos.

O anti-semitismo do século XIX foi um duro golpe para os judeus da Europa que haviam esperado ser aceitos, como cidadãos, com todo o entusiasmo na sociedade em que viviam. As novas doutrinas do anti-semitismo não-religioso abalaram seu equilíbrio, deixando-os perplexos. Por um lado, eram atacados por homens como Treitschke, supostamente por não terem correspondido às expectativas alemãs, isto é, por não terem ficado suficientemente assimilados. Por outro lado, eram atacados por terem se assimilado bem demais, a ponto de estarem "contaminando" a sociedade alemã. Tudo parecia conspirar para mergulhar os judeus cada vez mais na perplexidade e na auto-aversão. O resultado foi ao mesmo tempo uma corrida para uma febril assimilação e um despertar, afinal, do nacionalismo judaico.

Pois nenhum programa de esforços liberais podia transpor o profundo abismo que séculos de ódio e discriminação haviam aberto entre o judeu e seus vizinhos. O anti-semitismo assumia então colorações políticas, com duradouros preconceitos populares antijudaicos sendo usados ora por um partido, ora por outro, para ganhar o apoio das massas. Intensificado pelo racismo, exacerbado por crises econômicas e insegurança política, estava o moderno anti-semitismo, às vésperas do século XX, a caminho de sua medida final extrema: a aniquilação física.

O Caso Dreyfus

Em dezembro de 1894 Alfred Dreyfus, capitão do exército francês, e judeu, foi condenado por traição e sentenciado a prisão perpétua na Ilha do Diabo. A controvérsia em torno desse acontecimento abalaria os próprios alicerces da República Francesa e ocuparia por muitos anos as mentes e consciências de homens de toda parte. Estava em jogo não só a reputação e integridade de um único homem, mas também o bom conceito de toda uma cultura.

Alfred Dreyfus foi acusado de haver transmitido informações militares secretas aos alemães. O corpo de delito foi o famoso *bordereau*, uma carta não assinada recolhida por uma faxineira numa cesta da Embaixada Alemã e entregue ao Serviço Secreto Francês. Uma comparação das escritas de vários oficiais com a do *bordereau* e um lento processo de eliminação levaram à citação de Dreyfus, um oficial de artilharia, como o mais provável culpado. Que sua escrita não fosse de modo algum idêntica à do *bordereau* pouco importava aos seus acusadores. Dreyfus era rico, seco, esnobe, orgulhoso, ambicioso e, embora altamente assimilado, judeu. Foi preso, mantido incomunicável, julgado perante uma corte marcial, e formalmente acusado de traição. No julgamento, a muito frágil prova do *bordereau* foi reforçada por um "dossiê secreto" apresentado somente aos juízes; seu conteúdo deveria permanecer em segredo para não prejudicar a segurança do país. Dreyfus foi condenado à degradação militar e prisão perpétua, não obstante suas insistentes afirmações de inocência e uma clara ausência de motivo.

Foi grande a indignação na França contra o "traidor". Jean Jaurès, um líder socialista, lamentou que ele não houvesse sido fuzilado. Jornalistas anti-semitas, como os de *La Libre Parole*, que contribuíram para que fosse levada a efeito a decisão de processar, encontraram na condenação de um oficial judeu um poderoso argumento a favor de sua tese da subversão judaica. Quase todos estavam convencidos da culpa de Dreyfus.

Nas mentes de alguns poucos, todavia, pairava uma dúvida. O irmão de Dreyfus, Mathieu, decidido a ver uma reabertura do processo, procurou provas que apontassem o verdadeiro traidor. Enquanto isso, haviam sido feitas mudanças no Serviço Secreto; Sandherr, o chefe, aposentou-se e foi substituído por Picquart, um anti-semita mas homem honrado e inteligente. Em março de 1896 outro documento chegou às mãos do Serviço Secreto: uma carta de entrega rápida, para uso em Paris, e conhecida como *le petit bleu*. Também dizia respeito à transmissão de informações; sua escrita era idêntica à do *bordereau*. Dreyfus a esse tempo encontrava-se na Ilha do Diabo; quem, então, era o culpado? Picquart, que havia des-

coberto o *petit bleu*, tinha motivos para suspeitar do Major Esterhazy, oficial com uma reputação de "gastador devasso" e, na ocasião, sobrecarregado de dívidas. Picquart revelou a informação ao seu assistente Henry. Este adotou a atitude de que sob circunstância alguma poderia o exército reconhecer que havia cometido um erro, e pôs-se a forjar novas provas para fortalecer os argumentos contra Dreyfus. E também informou aos seus superiores que Picquart estava prestes a realizar investigações embaraçosas sobre a condenação original. Picquart foi apressadamente transferido para a Tunísia, mas antes de partir transmitiu sua descoberta ao seu advogado, que por sua vez informou Scheurer-Kestner, o vice-presidente liberal do Senado francês. Scheurer-Kestner resolveu aceitar a luta pela justiça.

A persistência do pequeno círculo de *Dreyfusards* revelou-se bem sucedida, pelo menos em parte. Esterhazy foi julgado por côrte marcial, mas declarado inocente. A notícia provocou uma tremenda reação. O jornal *L'Aurore* publicou uma carta aberta ao Presidente da República escrita pelo romancista Emile Zola. Este denunciou a absolvição de Esterhazy como um "crime contra a humanidade" e acusou membros do Estado-Maior de haverem abertamente falsificado e forjado provas, e de tentarem deliberadamente destruir um homem inocente e inocentar um culpado. Zola, conforme observou Anatole France, tornou-se por um momento "a Consciência do Homem". Por seus esforços foi acusado de difamação, e teve de fugir do país para não ser preso. Mas seu ultraje teve uma conseqüência. Em 1898 o novo Chefe do Estado-Maior do Exército, Cavaignac, sentiu-se obrigado, devido a certas informações incriminadoras que recebera sobre Esterhazy, a estudar o dossiê "secreto" relativo a Dreyfus. Cavaignac não pôde deixar de descobrir a tosca falsificação feita por Henry. Este foi detido, lançado à prisão, e ali cometeu suicídio. Para os anti-*Dreyfusards* Henry morrera um herói, um grande patriota que tentara salvar o exército da humilhação e possível ruína.

Em junho de 1899 Dreyfus retornou à França para novo julgamento. Com apenas trinta e nove anos de idade, estava encurvado, emaciado, e quase calvo: um homem alquebrado. Não obstante as irrefutáveis provas a seu favor — o *bordereau*, as falsificações de Henry, dados recém-revelados que apontavam a cumplicidade de Esterhazy —, Dreyfus foi novamente considerado culpado. Sua pena foi reduzida a dez anos por causa de "circunstâncias atenuantes". Dessa vez a reação liberal ao veredicto, tanto na França quanto no resto da Europa Ocidental, foi violenta. O novo Presidente da República Francesa, Emile Loubet, ele próprio um liberal, apressadamente indultou Dreyfus. Em 1906, doze anos após o começo do caso,

Dreyfus foi inteiramente isento de culpa e reintegrado em seu posto; recebeu, pouco depois, a medalha da Legião de Honra.

Para o exército francês a questão do papel do anti-semitismo no Caso Dreyfus era secundária; de importância maior era a questão do sigilo. Mas os motivos de um judeu que desejava seguir uma carreira militar foram, no entanto, tornados assunto de dúvida pública. Por que teria um judeu desistido de uma vida de comércio e finanças, seguida por tantos dos seus correligionários, a fim de ingressar no exército? E por que seus motivos pareciam duvidosos, sua possível deslealdade veio a parecer provável. Se Dreyfus não foi achado culpado porque era judeu, a idéia de sua culpabilidade, todavia, foi mais fácil e prontamente aceita pelo fato de seu judaísmo.

Ainda assim, o impulso anti-semita no caso veio menos do exército que da imprensa, e no início principalmente de Edouard Drumont, cujo jornal, *La Libre Parole,* tornou-se o porta-voz anti-*Dreyfusard.* A verdadeira reação popular contra os judeus ocorreu somente depois do protesto de Zola, quando grandes multidões saquearam lojas judaicas, espancaram judeus, queimaram em público o artigo de Zola, e enforcaram o escritor em efígie. Em Paris, uma turba desfilou pelos bulevares exigindo "Morte a Zola! Morte aos judeus!" Petições para expulsar os judeus foram submetidas, em grande número, ao governo. Propôs-se legislação para privar os judeus do direito de voto. A imprensa nacionalista instigou empregadores a dispensar trabalhadores judeus. Professores universitários que se haviam identificado com a causa revisionista dos *Dreyfusards* foram apupados e tiveram suas aulas impedidas pelas turbas; alguns foram suspensos de suas funções, e outros obrigados a renunciar. Quando a verdade foi descoberta pouco tempo depois de a nação ter aceito a mentira, isso fez pouca diferença. A mentira continuou a encontrar uma necessária aceitação. Rejeitá-la equivaleria a rejeitar a força material do exército como um escudo contra a Alemanha e adotar, em vez disso, um ideal abstrato. Entre as duas alternativas, muitos franceses optaram, sem hesitar, pela mentira. Pode-se dizer que os anti-*Dreyfusards,* entre os quais deve ser citada a Igreja, preferiram a ordem à justiça e à verdade. Para eles, não era razoável perturbar a ordem social e tranqüilidade pública, e ameaçar a coesão nacional, simplesmente para evitar que um homem inocente fosse submetido a uma punição injusta. A lógica deles era a do *Ancien Régime.* Por outro lado, a lógica dos *Dreyfusards,* a lógica que finalmente triunfou, foi a da Revolução Francesa, e a vitória foi uma vitória dos seus ideais sobre o egoísmo e o preconceito.

Para os judeus o caso Dreyfus tinha uma significação especial, porque Dreyfus se tornara um símbolo da aceitação judaica na sociedade européia. Um Dreyfus culpado poderia ter destruído os direitos civis que haviam tão recentemente obtido. Um Dreyfus inocente restabelecia a honra do povo judeu, não só na França como também em outras partes do mundo. Mais uma vez, porém, as esperanças judaicas seriam frustradas. O caso Dreyfus não foi o momento decisivo nas atitudes liberais que os judeus haviam esperado que fosse, e os ganhos que eles haviam conseguido em prestígio e respeito seriam breves e neutralizados por uma efusão de ódio anti-semita.

Um dos correspondentes estrangeiros que assistiram à cerimônia da degradação de Dreyfus foi Theodor Herzl, então trabalhando como repórter para a *Neue Freie Presse* de Viena. A respeito desse acontecimento escreveu ele posteriormente em seu diário:

> ...O que me tornou um sionista foi o caso Dreyfus. Não o atual em Rennes, mas o original em Paris, que testemunhei em 1894. A esse tempo eu vivia em Paris como correspondente de jornal e assisti ao processo no tribunal militar até que foi declarado secreto. Ainda posso ver o réu entrando na sala com seu uniforme escuro de artilharia adornado de galões. Ainda ouço-o apresentar suas credenciais, "Alfred Dreyfus, Capitão de artilharia", com sua afetada voz fanhosa. E também os uivos da turba diante da École Militaire, onde ele foi degradado, ainda soam inesquecivelmente em meus ouvidos: "Morte! Morte aos judeus!" Morte aos judeus, tudo porque esse era um traidor? Mas era ele realmente um traidor? A esse tempo tive uma conversa particular com um dos adidos militares de quem muito se tem falado recentemente. O coronel não sabia muito mais sobre todo o caso além do que aparecera no jornal; no entanto, ele acreditava na culpa de Dreyfus, porque lhe parecia impossível que sete oficiais tivessem sido capazes de declarar culpado um companheiro sem as provas mais convincentes. Eu, por outro lado, acreditava na sua inocência, porque não considerava um oficial judeu capaz de trair seu país. Não que eu achasse os judeus em geral melhores que outros seres humanos. Mas sob as circunstâncias particulares no caso do capitão Dreyfus, que pessoalmente nem chegou a causar em mim uma impressão favorável, tudo aquilo me parecia improvável. Um judeu que, como oficial do Estado-Maior, tem uma carreira de honra aberta diante dele, é incapaz de cometer um tal crime, disse eu ao coronel.

Numa camada mais baixa da sociedade eu não negaria tal possibilidade tanto entre os judeus quanto entre cristãos. No caso de Alfred Dreyfus, porém, era isso psicologicamente impossível. Um homem rico, que havia escolhido essa carreira apenas por ambição, simplesmente não poderia ter cometido o mais ignóbil de todos os crimes. Os judeus, em conseqüência de terem ficado longo tempo sem dignidade cívica, têm com freqüência uma ânsia patológica por honrarias, e sob esse aspecto um oficial judeu é um judeu elevado ao mais alto grau. Meu raciocínio a esse tempo era provavelmente o de todos os nossos correligionários desde o início do caso. E porque para todos nós, desde o começo, a impossibilidade psicológica estava tão clara, tiveram os judeus prenúncios de todos os lados quanto à inocência de Dreyfus, mesmo antes de se iniciar a memorável campanha para estabelecer a verdade...

...Mas o caso Dreyfus é mais do que um erro judiciário: ele encerra o desejo da grande maioria dos franceses de condenar um judeu, e através dele todos os judeus. "Morte aos judeus!" urrou a multidão quando os galões foram arrancados do uniforme do capitão. E desde então "Abaixo os judeus" tornou-se um grito de guerra. Onde? Na França. Na França republicana, moderna, civilizada, cem anos após a Declaração dos Direitos do Homem...

...E aqui chegamos à questão que nos interessa, aqui estamos na lição de História que qualquer observador imparcial deve extrair do caso Dreyfus. Até então quase todos nós acreditávamos que era de se esperar a solução da questão judaica pelo progresso gradual da humanidade para a tolerância. Mas quando um povo que sob todos os outros aspectos é tão progressista e tão altamente civilizado pode ter tal procedimento, o que devemos esperar de outros povos que ainda nem mesmo atingiram o nível que a França já havia atingido cem anos atrás?...

Movimentos Migratórios

Desde o tempo da expulsão dos judeus da Espanha, que lançou centenas de milhares de refugiados judeus em busca de novos lares, até o século XIX, o principal elemento nas migrações judaicas fora sefardim, fugindo em sua maior parte em direção do Levante, com pequenos contingentes chegando à Holanda e Inglaterra. Embora o descobrimento do Novo Mundo coincidisse com a catástrofe do judaísmo espanhol, a América só proporcionou um refúgio uns 150 anos depois, quando os holandeses se estabeleceram no Brasil e territórios vizinhos. A

Anti-Semitismo e Migrações

maioria dos colonos que para ali seguiram eram ricos mercadores ou fabricantes, viajando em navios que lhes pertenciam e contribuindo enormemente para os países onde se estabeleciam.

O século XIX assistiu a uma fuga em vasta escala de judeus centro-europeus (principalmente alemães) para a América. O que havia começado como um pequeno filete ao findar do século XVIII transformou-se numa imensa corrente depois que os movimentos revolucionários do século XIX deixaram de melhorar a sorte dos judeus. (Ao mesmo tempo deu-se, paralelamente à emigração judaica, uma vasta emigração alemã.) Amargamente desiludidos com as falsas promessas de emancipação, muitos judeus decidiram romper totalmente seus laços com o Velho Mundo e escapar das condições de humilhação ali dominantes. A América oferecia liberdade; a Constituição americana deu destaque ao direito do indivíduo de "buscar a felicidade". Já em 1783 um judeu alemão havia escrito uma carta ao Presidente do Congresso dos Estados Unidos, na qual apelava à jovem república para que concedesse asilo a dois mil de seus correligionários em troca de uma garantia de que pagariam "impostos duplos", caso lhes fosse permitido tornarem-se cidadãos dos treze estados. "Não acreditamos no mesmo Deus que os Quakers?" escreveu ele. "Pode nossa admissão tornar-se mais perigosa e precária que a dos Quakers?" Nada indica que o Congresso tivesse considerado seu apelo.

O número de migrantes cresceu consideravelmente durante as décadas de 1830 e 1840, na esteira de movimentos antijudaicos na Europa. A liderança judaica endossou a idéia de que na liberdade da América estava um refúgio, e formaram-se organizações para ajudar os imigrantes. A migração tornou-se um processo regulado. Tomaram-se providências para atender às necessidades religiosas: comida *kosher* foi tornada disponível, rolos da Torá foram envolvidos em seda impermeável para a viagem, e *Sidurim* especiais, contendo orações para os que se achassem em alto-mar, foram impressos para uso dos emigrantes.

O fluxo de migrantes judeus que começou a esse tempo teve que parar; entretanto, não há praticamente judeu, hoje em dia, cuja família não tenha participado do vasto processo de desarraigamento e restabelecimento que tem sido a história judaica nos últimos 150 anos. Quando a emigração judaica da Europa Central declinou, depois que uma emancipação completa foi alcançada na Alemanha e Áustria (1869), começou o grande êxodo dos judeus russos. Os anos

1881-1882 assinalam a ampla deslocação populacional e a formação de grandes centros judaicos no hemisfério ocidental. Aqueles que foram para Leste, para sua antiga pátria, lançaram as bases do futuro Estado Judeu. A maioria, contudo, dirigiu-se para Oeste, para a Inglaterra e os domínios britânicos (especialmente Canadá e África do Sul), Argentina, e sobretudo para os Estados Unidos.

Os Primórdios do Judaísmo Americano

A descoberta do Novo Mundo e a expulsão dos judeus da Espanha coincidiram. Infelizmente, como foram Espanha e Portugal que tomaram posse das novas terras, estas se tornaram logo fechadas aos judeus. Os novos colonizadores tendo levado consigo a Inquisição para o Novo Mundo, os poucos marranos que haviam conseguido se transferir para ali foram perseguidos com não menos rigor que nos países de onde vieram. Foi só quando os holandeses ocuparam parte do Brasil (e posteriormente alguns territórios vizinhos) que os judeus conseguiram tomar pé nas Américas. Mas o domínio holandês na América do Sul foi de curta duração, assim como a permanência da maior parte dos judeus, que se viram novamente fugitivos em meados do século XVII.

Os primeiros judeus a chegarem à América do Norte foram vinte e três refugiados de Recife (Brasil), que em setembro de 1654 chegaram à pequena comunidade holandesa de Nova Amsterdam, um posto avançado da Companhia das Índias Ocidentais Holandesas junto ao rio Hudson. Desembarcaram cansados, só para ouvirem do governador, Peter Stuyvesant, que teriam de sair. Stuyvesant solicitou à Companhia das Índias Ocidentais Holandesas permissão para expulsá-los:

> ...Os judeus que chegaram gostariam quase todos de aqui permanecer, mas sabendo que eles (com sua costumeira usura e comércio enganoso com os cristãos) eram muito repugnantes aos magistrados inferiores, bem como ao povo que mais afeição tem por vós; o Diaconato temendo também que devido à sua atual indigência possam eles vir a se tornar um encargo no próximo inverno, consideramos útil, em benefício deste lugar fraco e com seu desenvolvimento há pouco iniciado, assim como do país em geral, pedir-lhes de modo amistoso que se retirem: solicitando também mui seriamente nesse sentido, para nós e igualmente para a comunidade geral de vossas reverências, que à enganosa raça — tão odiosos inimigos e blas-

femadores do nome de Cristo — não seja mais permitido contaminar e perturbar esta nova colônia.

Uma corajosa petição dos judeus de Amsterdam e a intervenção de acionistas judeus da Companhia das Índias Ocidentais resultaram na revogação das ordens de Stuyvesant. Os judeus teriam permissão para ficar, com a seguinte condição: "que os pobres dentre eles não se tornem um encargo para a Companhia ou a comunidade, mas sejam sustentados por sua própria nação". Começou assim a primeira, e com o tempo a maior, comunidade judaica da América do Norte.

Anos mais tarde, quando os ingleses expulsaram os holandeses da América do Norte, a história judaica na nova terra tornou-se interligada com a da colonização britânica. A entrada de judeus em Massachusetts e Connecticut foi recusada pelos Puritanos, cuja idéia de liberdade religiosa se limitava à sua própria qualidade de fé. Todavia, na liberal Maryland, e em Rhode Island, onde a liberdade de consciência era um princípio inabalável, encontraram aceitação. Em breve Newport tornou-se um centro de atividade comercial judaica. Em 1677 foi estabelecido um cemitério judeu. O líder da comunidade, Judá Touro, foi, juntamente com seu irmão, responsável pela preservação da Sinagoga Colonial de Newport.

Nos estados meridionais da Carolina do Sul e Geórgia foi concedida aos judeus liberdade de praticarem sua religião e ofícios, e na Carolina do Sul permitiu-se-lhes votar já no início do século XVIII. Às vésperas da Revolução, em 1776, os judeus achavam-se em situação relativamente segura nas treze províncias. Tinham liberdade religiosa e econômica, e certos direitos políticos. Em Nova York dois judeus foram escolhidos para policiais em 1718, afirmação simbólica de sua igualdade perante a lei. Em 1740 foi aprovada uma lei no Parlamento permitindo a protestantes, Quakers e judeus naturalizarem-se nas colônias inglesas após sete anos de residência — um marco na história da emancipação judaica.

Ao irromper a Revolução, havia cerca de 2 000 — 3 000 judeus numa população total de dois milhões, ou seja, 0,1%. Alguns desses colonos judeus haviam formado vastos interesses nos portos marítimos de Newport, Filadélfia, Nova York, Charleston e Savannah. Dedicavam-se principalmente ao comércio inglês e intercolonial. Comerciantes judeus estavam entre os maiores armadores da América. Seus interesses comerciais, portanto, achavam-se do lado da Inglaterra. Apoiar a Revolução significava ruína econômica certa. Não obstante, os judeus, quase sem nenhuma exceção, foram partidários da causa da

femadores do nome de Cristo — não seja mais permitido contaminar e perturbar esta nova colônia.

Uma corajosa petição dos judeus de Amsterdam e a intervenção de acionistas judeus da Companhia das Índias Ocidentais resultaram na revogação das ordens de Stuyvesant. Os judeus teriam permissão para ficar, com a seguinte condição: "que os pobres dentre eles não se tornem um encargo para a Companhia ou a comunidade, mas sejam sustentados por sua própria nação". Começou assim a primeira, e com o tempo a maior, comunidade judaica da América do Norte.

Anos mais tarde, quando os ingleses expulsaram os holandeses da América do Norte, a história judaica na nova terra tornou-se interligada com a da colonização britânica. A entrada de judeus em Massachusetts e Connecticut foi recusada pelos Puritanos, cuja idéia de liberdade religiosa se limitava à sua própria qualidade de fé. Todavia, na liberal Maryland, e em Rhode Island, onde a liberdade de consciência era um princípio inabalável, encontraram aceitação. Em breve Newport tornou-se um centro de atividade comercial judaica. Em 1677 foi estabelecido um cemitério judeu. O líder da comunidade, Judá Touro, foi, juntamente com seu irmão, responsável pela preservação da Sinagoga Colonial de Newport.

Nos estados meridionais da Carolina do Sul e Geórgia foi concedida aos judeus liberdade de praticarem sua religião e ofícios, e na Carolina do Sul permitiu-se-lhes votar já no início do século XVIII. Às vésperas da Revolução, em 1776, os judeus achavam-se em situação relativamente segura nas treze províncias. Tinham liberdade religiosa e econômica, e certos direitos políticos. Em Nova York dois judeus foram escolhidos para policiais em 1718, afirmação simbólica de sua igualdade perante a lei. Em 1740 foi aprovada uma lei no Parlamento permitindo a protestantes, Quakers e judeus naturalizarem-se nas colônias inglesas após sete anos de residência — um marco na história da emancipação judaica.

Ao irromper a Revolução, havia cerca de 2 000 — 3 000 judeus numa população total de dois milhões, ou seja, 0,1%. Alguns desses colonos judeus haviam formado vastos interesses nos portos marítimos de Newport, Filadélfia, Nova York, Charleston e Savannah. Dedicavam-se principalmente ao comércio inglês e intercolonial. Comerciantes judeus estavam entre os maiores armadores da América. Seus interesses comerciais, portanto, achavam-se do lado da Inglaterra. Apoiar a Revolução significava ruína econômica certa. Não obstante, os judeus, quase sem nenhuma exceção, foram partidários da causa da

separação. Judeus figuravam entre os primeiros voluntários quando irrompeu a guerra com a Inglaterra, e suas folhas de serviço como soldados foram brilhantes. Com relação à participação judaica na Guerra da Independência, disse o Presidente Calvin Coolidge:

> Os judeus, dos quais um número considerável já se encontrava espalhado pelas colônias, mostraram-se fiéis aos ensinamentos de seus profetas. A fé judaica é predominantemente a fé da liberdade. Desde o início do conflito entre os colonos e a metrópole, estiveram irresistivelmente do lado da nascente Revolução.

A história dos judeus na América é uma história mais de indivíduos que de comunidades. Só no Texas sabemos de pioneiros como Adolphus Sterne, que lutou na guerra contra o México e mais tarde tornou-se membro do Congresso Texano; David S. Kaufman, diplomado pelo Princeton College, que também foi eleito para a legislatura do Texas; Moses Albert Levy, que serviu como médico-chefe do exército de Sam Houston, Henry Castro, descendente de uma família de marranos, que serviu como cônsul-geral da República do Texas na França. Outros estados não tardaram a seguir o exemplo. No decurso da primeira metade do século XIX todos os vestígios de discriminação legal na vida econômica, política e social da nação desapareceram.

O século XIX assistiu a uma tremenda emigração da Alemanha para a América. Superpopulação, fome de terra, desemprego, novos métodos de produção que deslocaram os pequenos agricultores e artesãos, agitação revolucionária — todos esses fatores conspiraram para afastar milhares e milhares de alemães de seus lares. Em 1827-28 mais de 10 000 alemães desembarcaram em Nova York. Em 1847, 50 000 alemães partiram para os Estados Unidos. Por volta de 1910 havia seis milhões de alemães na América. Milhares de decepcionados e desiludidos judeus da Alemanha, que haviam depositado suas esperanças na Revolução Européia, mudaram-se então para a América, o refúgio da liberdade e do progresso. Ali esses refugiados receberam um genuíno, embora condescendente, encorajamento; um influente jornal escreveu:

> A riqueza e iniciativa dos judeus seriam um grande auxiliar dos interesses comerciais e manufatureiros, senão agrícolas, dos Estados Unidos. Uma nova geração, nascida em tempos mais esclarecidos, e tendo o benefício da

educação, estaria livre daqueles erros geralmente atribuídos aos judeus, e participando das bênçãos da liberdade teriam todos os incentivos para se tornarem membros valiosos da sociedade. Aquela tolerância e brandura em que se baseia a religião cristã emprestarão sua influência aos desamparados filhos de Israel, que nos Estados Unidos podem encontrar um lar tranqüilo; terra que ousem chamar sua própria; leis que eles ajudarão a fazer; magistrados entre os quais poderão estar; proteção, liberdade, e, conforme se comportarem, respeito e consideração.

O imigrante judeu-alemão, fugindo à reação na Europa, encontrou na América a concretização de seus sonhos: igualdade para todos os homens sem distinção de crença ou nacionalidade (a questão negra ainda não surgira nos estados nortistas); liberdade de palavra e imprensa, e uma democracia evoluída que o aceitava como um ardoroso patriota.

A maioria dos judeus alemães que emigrou para a América estava sem vintém. Muitos deles dependiam de instituições de caridade judaicas. Com pouco mais além da roupa que vestiam, muitos voltaram-se para o pequeno comércio com o qual estavam familiarizados e que exigia pouco capital, mas grandes doses de perseverança. Com uma trouxa às costas, ou uma carroça coberta carregada de quinquilharias e utensílios domésticos, partia o mascate judeu para as regiões incultas, logo atrás do pioneiro agrícola. Tornou-se ele quase que o único meio de contato entre os colonos isolados e a grande cidade, e servia para trazer não só mercadorias como também notícias ansiosamente aguardadas. O colono veio a depender desse errante mascate judeu, recebendo suas visitas com entusiasmo e amizade. Crescendo os povoados, o mascate deixou de vaguear, e estabeleceu um pequeno armazém no lugarejo em expansão. Este, em breve, tornou-se uma vila, e depois uma cidade, e o pequeno armazém transformou-se numa florescente loja na rua principal e importante foco da vida mercantil da cidade.

Comércio e colonização monopolizaram, na verdade, as energias dessa geração de imigrantes. Estabeleceram-se eles em quase todas as novas cidades que surgiram entre 1820 e 1860. A corrida em busca do ouro, na Califórnia nos anos da década de 1850, arrastou os judeus em sua esteira, e logo surgiram congregações nos acampamentos de mineiros e nas cidades. A comunidade maior estava em San Francisco, onde uma classe média judaica se expandiu e consolidou sua posição numa questão de décadas.

Imigração Leste-Européia para a América

Após 1870 a imigração judaica para a América tornou-se predominantemente leste-europeia. A sociedade da Europa Oriental, a esse tempo, estava-se desintegrando em conseqüência do esfacelamento de velhas ordens feudais. Proprietários rurais, sacerdotes e membros de guildas não podiam sustentar sua posição contra as poderosas novas ordens sociais e contra a tecnologia moderna. A propriedade de terras em grande escala forçou a saída não só de camponeses como também dos intermediários judeus. A manufatura moderna destruiu o artesão. As massas dos povoados judeus da Área de Residência lutavam com dificuldades cada vez maiores para ganhar a vida. *Pogroms*, cólera, fome, perseguições, serviço militar compulsório, reclusão na Área de Residência — tudo isso aumentava a determinação dos judeus de procurar um novo e melhor lar. Saíram em bandos, para a Europa Ocidental, América do Sul, África do Sul, Palestina, e sobretudo Estados Unidos. Enquanto que entre os emigrantes da Alemanha os judeus haviam sido uma minoria, da Europa Oriental saíram aos borbotões, às centenas de milhares.

O impacto causado pela chegada dos judeus leste-europeus na América foi tremendo. Com surpreendente habilidade eles se amoldaram a essa vida nova e diferente, cuja eficiência e ritmo lhes eram estranhos. Diferentemente dos judeus alemães, apegaram-se ao seu tradicional modo de vida ortodoxo e assim trouxeram consigo à América muito do genuíno judaísmo do Velho Mundo. Sua firmeza e tenacidade ajudaram a salvar a ortodoxia judaica americana da extinção e a tornar a comunidade americana a mais significativa e poderosa do mundo, até a fundação do Estado de Israel. Sessenta e cinco por cento dos imigrantes judeus estabeleceram-se em áreas metropolitanas. O restante dispersou-se pelo interior, alguns indo para as pequenas cidades, outros para os campos, para o cultivo. O estabelecimento nas cidades era parte de um processo natural na América, com a indústria sendo um ímã que a todos atraía.

Nas cidades esses imigrantes viviam em edifícios de apartamentos terrivelmente superlotados e cheirando a instalações sanitárias deficientes. Tornaram-se mascates, pequenos varejistas, tarefeiros trabalhando em casa para fábricas e lojas. Dedicaram-se à alfaiataria e confecção de vestidos (em 1890 mais de 13 000 judeus somente no East Side de Nova York labutavam para vestir uma nação; após 1890 a fabricação de roupas nos Estados Unidos foi quase inteiramente uma indústria "judaica", dirigida, administrada e até possuída por judeus

Anti-Semitismo e Migrações

da Europa Oriental), e outros tipos de trabalho manual. O escritor americano Jacob Riis assim escreveu sobre eles:

> Pegue o trem elevado na Segunda Avenida e viaje meia milha até o bairro dos *sweatshops* [estabelecimentos em que os trabalhadores, pessimamente remunerados, são explorados ao máximo]. Cada janela aberta dos grandes edifícios, que parecem um muro contínuo de tijolos de ambos os lados da via férrea, permitirá um vislumbre de um desses estabelecimentos, enquanto o trem passa. Homens e mulheres curvados sobre suas máquinas ou tábuas de passar junto às janelas, seminus... A estrada é como um grande corredor através de uma interminável oficina onde imensas multidões estão sempre trabalhando. Manhã, tarde, noite, não faz diferença, a cena é sempre a mesma.

Não muitos desses imigrantes da Europa Oriental se dedicavam à manufatura pesada, mineração ou agricultura. Mas foram atraídos para as profissões liberais, que, diferentemente das na Europa, exigiam apenas capacidade e não contatos pessoais. Em 1905, havia quase quinhentos médicos judeus russos somente na cidade de Nova York. Alguns profissionais alcançaram a culminância em seus ramos, homens como Louis Brandeis e Felix Frankfurter, que foram nomeados para a Corte Suprema dos Estados Unidos. Embora casos famosos como esses estivessem longe dos judeus que labutavam ou comerciavam, eles, não obstante, indicavam as metas para as quais milhões se esforçavam, metas que na América não eram, como na Europa, completamente inatingíveis.

Os imigrantes judeus alemães haviam encontrado na América liberdade de movimento, de contatos, de pensamento, de religião; livres do ódio e da discriminação ficaram com liberdade para conquistar um vasto país, abundante em inúmeras oportunidades. O judeu russo, por outro lado, chegou a uma América que já havia ingressado numa etapa mais avançada de desenvolvimento, onde para ganhar a vida na cidade era preciso suar e mourejar dia após dia, noite após noite, onde a exploração era parte e parcela do sistema capitalista. Seu trabalho era mais árduo, mas mesmo assim sua vida era mais livre e mais segura do que fora na Europa Oriental, e nenhuma restrição lhe era imposta. A consciência que tinha o imigrante desse fato, e das ilimitadas oportunidades disponíveis, teve um efeito imensamente liberador, vendo-se ele finalmente livre do confinamento que séculos de discriminação e preconceitos lhe haviam imposto.

17 Nacionalismo, Assimilação, Sionismo

Os MOVIMENTOS nacionalistas desempenharam um grande papel na história da Europa, durante o século XIX. Em conseqüência de tais movimentos a Alemanha ficou unida em um império, os principados italianos tornaram-se um país, programas para a independência começaram a agitar-se nos Bálcãs, a Polônia tentou separar-se da Rússia, e a Irlanda exigiu autonomia. A idéia essencial do nacionalismo do século XIX era o direito de cada nação a uma soberania completa, um direito que nem sempre se ajustava às políticas imperiais e coloniais das grandes nações. Os movimentos nacionalistas foram grandemente acentuados pelo clima espiritual da época, que, influenciado pelo romantismo, estimulou uma preocupação pela herança nacional de cada povo.

O nacionalismo também afetou intensamente o mundo judeu. Não tendo seu próprio centro nacional, viram-se os judeus envolvidos nessa questão em seu nível mais profundo. Seu *status* como entidade étnico-cultural fora perturbado pelas Revoluções Francesa e Americana, quando os novos estados igualitários substituíram a divisão corporativa da sociedade medieval. Na França, a Assembléia Nacional havia concedido aos judeus completa igualdade de direitos como indivíduos, mas não como um grupo nacional. Os judeus foram aconselhados a desistir do seu particular "estado dentro de um estado", a pôr de lado suas leis separadas e instituições autônomas,

e a aceitar a cultura nacional francesa. "De outro modo, se recusarem, que o digam e sejam banidos", declarou Clermont-Tonnière, um membro da Assembléia Nacional Francesa.

País após país da Europa concederam aos judeus igualdade de direitos, de modo a facilitar sua incorporação na maioria nacional. (Alguns governos retiveram temporariamente a igualdade até que os judeus houvessem completado sua assim chamada reeducação e se preparado para esse privilégio.) Um nexo ideológico oferecia as metas gêmeas e inseparáveis da emancipação e assimilação. O judaísmo reformista foi considerado por muitos dos seus adeptos como o instrumento mais eficaz para a adaptação do judaísmo a essa nova situação nacional. Os principais expoentes da emancipação judaica durante a grande luta na Europa antes e depois de 1848 foram, ao mesmo tempo, filhos do Esclarecimento e do seu movimento contrário, o Romantismo. Como racionalistas esclarecidos, exigiam o reconhecimento dos judeus como homens, dotados dos atributos naturais e privilégios de toda a humanidade. Como românticos, porém, sentiam o grande poder das heranças históricas, e daquelas divisões feitas pelo homem e pela história que estavam particularmente evidentes nos movimentos nacionalistas. Ocorreu a esses paladinos da emancipação que a assimilação exigida dos judeus não poderia se realizar na prática por aculturação ou algum ideal abstrato, mas tinha de ser levada a efeito em associação com uma ou outra nacionalidade histórica. Em outras palavras, os judeus não deveriam apenas tornar-se homens, mas especificamente franceses, ingleses, alemães etc. Muitos líderes judeus estavam dispostos a aceitar isso. Mas houve resistência a uma rendição tão entusiástica, especialmente em países onde o nível cultural geral era baixo. Tornar-se francês ou alemão era uma coisa, mas as nacionalidades lituana ou letã pareciam inteiramente sem atrativos. A atração do nacionalismo ocidental para os judeus foi aumentada, pelo menos em sua fase heróica, por seu fervor messiânico, por sua visão de uma nação dedicada ao serviço da humanidade; tal visão tiveram-na Mickiewcz na Polônia e Mazzini na Itália. Credos messiânicos fizeram surgir em corações judeus um eco responsivo. Muitos judeus afluíram a esse estandarte; outros, contudo, viram a concretização do ideal messiânico através de sua própria, genuinamente messiânica, nacionalidade judaica.

Nacionalismo, Assimilação, Sionismo

O nacionalismo alemão, que coincidiu com a libertação dos judeus do gueto, prometia trazer salvação através de uma

identificação com o estado. Muitos judeus, num esforço para ultrapassarem seus vizinhos não-judeus em patriotismo, proclamaram abertamente que não desejavam ter uma existência nacional própria e que tal como a que anteriormente existira lhes fora imposta por seus inimigos. Agora que a religião se tornara assunto de interesse privado do indivíduo, eles poderiam, em tudo, pensar e sentir-se como alemães.

Desse modo, o judeu esclarecido do século XIX sentia-se inteiramente preparado para fundir-se com a maioria nacional. Dever-se-ia abrir mão de todos os ingredientes nacionais na fé judaica, e os judeus deveriam tornar-se membros individuais das várias nacionalidades ocidentais. Mas isso não aconteceu. Os judeus continuaram a ser mantidos unidos por uma poderosa tradição e ligação emocional; além disso, seu senso inato de solidariedade era constantemente reforçado pelo fluxo incessante de migrações, e pela necessidade de união, na luta por igualdade de direitos, em instituições de caridade interterritoriais, e no combate contra o preconceito antijudaico. A experiência lhes havia ensinado que o destino duma comunidade, em um país, era profundamente afetado por acontecimentos em outro. E ainda mais, a identificação cega com a nacionalidade circundante era freqüentemente cheia de perigo. Muitas vezes populações judaicas viam-se tomando o lado de minorias alemãs contra maiorias polonesas, tchecas ou húngaras que reivindicavam direitos de nacionalidade para si próprias.

Dessa situação, tanto internacional quanto interna judaica, nasceu um novo nacionalismo judeu. Foi formado não só pela reação judaica ao moderno anti-semitismo, conforme asseverado por seus opositores, como também por uma disposição e necessidade interna. O sionismo tirou seus valores do meio geral em que nasceu, e seus objetivos podem ser facilmente identificados com os da época: liberdade nacional e individual, associada a progresso econômico e social. Os primeiros sionistas foram todos eles homens do século XIX, intensamente envolvidos com os problemas de seu tempo.

Nacionalismo, Assimilação, Sionismo

O fato de cem anos após as Revoluções Americana e Francesa os judeus ainda serem atacados como um grupo alienígena levara muitos a procurar alguma solução mais eficaz. Até a era da emancipação ninguém duvidara da existência de uma nacionalidade judaica. Os judeus eram, de um modo geral, considerados como uma entidade cultural separada. Somente com o moderno nacionalismo laico é que surgiu a ficção de os judeus serem apenas um grupo religioso, ficção essa com a

qual até os ultra-ortodoxos concordaram, embora com restrições. A singular situação judaica levou a uma variedade de formulações nacionais (e antinacionais), e à formação de nacionalistas de Diáspora e sionistas ou outros territorialistas. Os defensores do nacionalismo de Diáspora queriam que fossem estabelecidos direitos de minoria para os judeus em todos os países do mundo onde eles vivessem em número significativo. (Simon Dubnov, o renomado historiador, foi o mais influente porta-voz dessa tendência — emancipação sem assimilação.) Muitos nacionalistas ressentiam a atitude apologética acarretada por essa idéia; eles queriam uma normalidade absoluta, isto é, completa similitude entre o nacionalismo judeu e o de outros povos. De tais atitudes surgiram movimentos para a concentração territorial de judeus, conforme exemplificado pela experiência de Mordecai Manuel Noah, de Nova York, cujo plano era a colonização e concentração de todos os judeus numa ilha do rio Niágara à qual denominou Ararat. Muitos judeus europeus dessa época concordaram com Noah, já que também eles consideravam a América como a terra ideal para colonização judaica, uma terra que dera aos judeus direitos iguais e que não tinha tradição de perseguições.

Mesmo em áreas de densa população judaica os judeus formavam uma minoria, e o *status* de minoria implicava algo mais que apenas inferioridade numérica. Por isso, tanto filantropos quanto nacionalistas voltaram-se para as vastas áreas inexploradas do Velho e do Novo Mundo, na esperança de encontrar uma solução para o problema judeu. Também não-judeus, freqüentemente, apoiavam reivindicações territoriais judaicas ou concordavam com a conveniência de remover o judaísmo europeu para um país próprio. O mais ambicioso projeto de colonização judaica foi iniciado em 1891 pelo Barão Maurice de Hirsch, que fundou a *Jewish Colonization Association*. Seu grandioso plano era a transferência de três milhões de judeus para se estabelecerem em terras argentinas como agricultores, mas esse programa não se realizou a contento. Em 1903, os ingleses ofereceram Uganda à colonização judaica, mas a esse tempo era tarde demais para esses sucedâneos de pátria. Somente o ideal palestinense refletia os anseios seculares do povo judeu e parecia, por isso, proporcionar a única alternativa realista. Somente essas lealdades judaicas profundamente enraizadas podem explicar a imediata resposta das massas judias aos apelos de Moses Hess e Leon Pinsker para ação nacional que precederam o sionismo político de Theodor Herzl.

Diáspora Leste-Européia

Ao tempo da expulsão da Espanha a população judaica mundial era de aproximadamente um e meio milhão, distribuída uniformemente entre os países orientais e europeus. Essa cifra permaneceu substancialmente inalterada até o século XVII, quando sofreu considerável diminuição resultante de *pogroms* e massacres cossacos. Em meados do século XIX a população judaica mundial subira a cerca de 4 750 000, dos quais 72% viviam na Europa Oriental, 14,5% na Europa Ocidental, aproximadamente 1,5% na América, e apenas 12% nos países orientais. No início do século XX, com as cifras de distribuição radicalmente alteradas, o número de judeus no mundo elevou-se a cerca de dez e meio milhões.

O século XIX assistiu a uma completa transformação na situação judaica, particularmente na Europa Ocidental. A vida judaica ficou estreitamente entreligada com a do ambiente não-judeu. Judeus, muito freqüentemente, atingiam posições de destaque na economia; obtiveram acesso aos muitos cargos importantes no mundo econômico social e político. Sua capacidade para o progresso social e cultural não foi igualada por nenhum outro grupo. Na Europa Oriental e Central, mais do que no Ocidente, os judeus desempenharam um papel predominante no desenvolvimento industrial e comercial. Essa foi verdadeiramente uma época de grandes realizações.

Antes das partilhas, a Polônia, por exemplo, contava quase que somente com judeus para o seu comércio. Essa tendência foi mantida mesmo depois; nas províncias galicianas da Rússia a maioria das fábricas foi fundada por judeus. E na Rússia em geral, judeus, individualmente, haviam alcançado grande preeminência estabelecendo firmas bancárias e indústrias de açúcar, e fomentando a construção de ferrovias e serviços públicos. Contudo, a emancipação dos judeus russos, não obstante sua significativa contribuição à vida econômica e cultural russas, não foi bem sucedida.

O progresso da aculturação foi, sem dúvida, rápido durante o reinado de Alexandre II. O número de estudantes judeus nos ginásios aumentou consideravelmente. Em 1873 a proporção de estudantes judeus em todas as escolas secundárias masculinas elevou-se a 13,2%. Na Polônia, o ritmo da aculturação foi ainda mais rápido que na Área de Residência, até a insurreição polonesa em 1863. Judeus poloneses eram encontrados nas posições mais elevadas das atividades bancárias, estabelecimentos de exportação, e profissões liberais. Eles eram patrocinadores de alguns dos mais importantes periódicos e jornais. O comércio de livros e o teatro achavam-se, em grande parte, em suas mãos.

Nacionalismo, Assimilação, Sionismo

A saída dos judeus russos do isolamento resultou numa profunda mudança na atitude judaica em relação aos não-judeus. Os judeus tornaram-se então supersensíveis à opinião não-judaica, ao passo que antes eram totalmente indiferentes ao mundo exterior, enquanto viviam no gueto. Sentiram eles também a necessidade de se tornarem cidadãos e destruir a ambigüidade de sua situação: embora altamente instruídos, ainda lhes eram negados direitos civis. Se é que houve diferença, sua educação leiga apenas acentuou seus sentimentos de inferioridade. Não mais ajustados ao seu antigo ambiente, permaneciam, no entanto, excluídos da sociedade não-judaica.

Os últimos anos do reinado de Alexandre II viram uma intensificação da política antijudaica russa. A imprensa antijudaica alarmou-se com o grande número de judeus que se encontrava em instituições educacionais russas. Um *numerus clausus* foi introduzido em etapas progressivas. Também a opinião pública russa, especialmente desde a rebelião polonesa, era a esse tempo decididamente antijudaica, conforme se tornou logo evidente pela onda de *pogroms* que teve início em Odessa em 1871.

O generalizado espírito inamistoso para com os judeus que prevalecia em círculos governamentais também encontrou expressão no Congresso de Berlim de 1878. A *Alliance Israélite Universelle* havia solicitado aos delegados a esse congresso que garantissem a liberdade religiosa e igualdade cívica e política aos judeus da Sérvia, Bulgária, Romênia e Turquia. Os representantes de todas as grandes potências, com exceção da Rússia, concordaram em igualar os judeus com o resto da população dos países balcânicos. O delegado russo, Príncipe Gortchakov, ao explicar sua objeção, pediu ao Congresso que não comparasse os judeus de Berlim, Paris, Londres ou Viena com os da Sérvia ou Romênia, ou aqueles que viviam em algumas províncias da Rússia. Os primeiros, reconhecia ele, eram merecedores de igualdade cívica e política, enquanto que os outros eram o flagelo das populações nativas.

Ao mesmo tempo que intensificava seu programa antijudaico, o governo russo continuou sua política de conceder privilégios especiais a grupos seletos de judeus. O serviço governamental foi aberto aos judeus; médicos judeus receberam postos no exército, e alguns judeus até se tornaram juízes. Houve mesmo vozes isoladas pedindo a eliminação das restrições da Área. Não é, portanto, de admirar que os judeus não renunciassem às esperanças que haviam sido despertadas pela era de reformas iniciais. Não obstante Alexandre não lhes ter concedido a emancipação, os judeus continuaram a considerá-

Nacionalismo, Assimilação, Sionismo

lo como amigo. Permanecia, porém, o triste fato de que na Rússia assim como na Alemanha, enquanto os judeus permanecessem judeus, não tinham eles possibilidade de obter igualdade cívica. O erro dos *maskilim* estava em sua crença que a russificação lhes daria o cobiçado prêmio dos direitos iguais.

O czar Alexandre II foi morto por uma bomba em maio de 1881. Seu filho, Alexandre III, herdou o trono e tomou como conselheiro seu antigo preceptor, Constantin Pobiedonostzev, então Procurador-Chefe do Santo Sínodo, um homem que pregava um nacionalismo reacionário. Com poucas exceções, começou um período de reação política e social, em que a nobreza recuperou muitos dos seus antigos privilégios e se entrincheirou de novo como senhora e dona da Rússia. A nova política judaica do governo foi inaugurada, com a cooperação da polícia, nos *pogroms* de maio de 1881. O fato de Alexandre II ter sido morto por uma bomba de um revolucionário e o de uma judia ter sido presa por se achar envolvida na trama do assassinato foram provas suficientes para pôr a culpa sobre os judeus. Iniciou-se uma onda de massacres e distúrbios oficialmente tolerados que proporcionaria, a milhares de judeus russos, o impulso final para fugir de sua pátria para a América.

A vida fora da Área foi tornada intolerável pelas expulsões; o golpe maior foi reservado aos 20 000 judeus de Moscou, expulsos da maneira mais brutal. Somente um terço teve permissão para ficar, mas suas vidas também foram tornadas quase insuportáveis. O novo ministro do Interior, Ignatiev, foi responsável pelas infames "Leis de Maio" que proibiam rigorosamente quaisquer novas residências dentro ou fora da Área. Aldeões receberam o direito de expulsar judeus "viciosos", privilégio que foi freqüente e vigorosamente exercido pelos *mujiques* locais. Um rigoroso *numerus clausus* foi introduzido, impedindo milhares de garotos e estudantes de freqüentar escolas e universidades. A quota de judeus nas profissões liberais foi reduzida. Tudo isso aplicado com uma chicanice oficial destinada a humilhar os judeus. Num relatório ao seu governo, Ignatiev afirmou que "a política de tolerância de Alexandre II havia fracassado", e que uma política nova e severa era necessária para lidar com "protesto popular na própria Rússia".

A política russa teve o efeito adicional de impelir os judeus para um estado de abjeta pobreza, tornando 40% dependentes de caridade. Sob Nicolau II a situação manteve-se a mesma. A vigilância policial sobre os judeus foi intensificada, tanto dentro quanto fora da Área. Nos últimos anos do século ocorreram violentos *pogroms* contra os quais não se permitiu aos judeus se defenderem. Quando se fizeram representações

a Pobiedonostzev, deu ele o seguinte prognóstico referente ao futuro do judaísmo russo: um terço extinguir-se-ia, um terço sairia do país, e um terço dissolver-se-ia completamente na população circundante. E enquanto esteve no cargo empenhou-se ao máximo para ver executado esse programa de liquidação. Foi um movimento adequado à era da decadência dos czares.

Khibat Tzion

A primeira reação na Rússia veio em 1882, de um judeu de Odessa, Leon Pinsker, em um panfleto intitulado "Auto-Emancipação". Procurou Pinsker uma síntese entre as duas ideologias correntes: tradicionalismo e emancipação. Esta possuía uma óbvia atração ética e humanitária. Mesmo, porém, quando havia sido aparentemente conquistada, estava sempre em perigo de ser novamente perdida. A Europa não dera aos judeus qualquer garantia de que a nova atmosfera de liberalismo seria permanente.

Por outro lado, viu Pinsker que não era mais possível retornar ao gueto, pôr de lado a emancipação como se nem mesmo existisse. A geração que provara da liberdade não estava disposta a renunciar à mesma. O problema, pois, era encontrar uma *forma* de emancipação que não deixasse o judeu perpetuamente à mercê de outros. A resposta foi encontrada para os judeus, assim como para outras nacionalidades oprimidas, na idéia de libertação nacional.

Somente os judeus dentre todas as nacionalidades oprimidas não se achavam ocupando o território onde almejavam que ocorresse sua libertação. Para compensar por essa deficiência, invocaram lembranças históricas de independência política (e religiosa). Em 1862 o rabino Zvi Hirsch Kalischer escrevera um livro para provar que a promessa messiânica da Bíblia significava a verdadeira renacionalização do povo judeu no solo ancestral de Israel. Moses Hess, em seu livro *Roma e Jerusalém*, pediu o estabelecimento de um Estado judeu baseado em princípios éticos como a solução mais radical e justa para o sofrimento judeu. Kalischer e Hess haviam sido incapazes de organizar um movimento em apoio de suas idéias. Mas nesses dois homens já se achavam representadas as duas correntes que dariam origem ao sionismo: messianismo e idealismo social.

Nacionalismo, Assimilação, Sionismo

Um terceiro apelo veio de Leon Pinsker, cujo panfleto, tendo por subtítulo "Uma Advertência a Seus Irmãos por um Judeu Russo", tornou-se uma das obras canônicas do sionismo. Pinsker, um dos fundadores da Sociedade para a Propagação

da Cultura entre os Judeus Russos, foi levado a uma mudança de atitude com relação ao destino dos judeus em conseqüência da onda de *pogroms* e de política antijudaica do governo russo nos primeiros anos da década de 1880. Em "Auto-Emancipação" Pinsker dispôs-se a fazer um diagnóstico do problema judeu e prescrever um remédio sob a forma de uma base "territorial", posteriormente por ele identificada como a Palestina.

Nem as elaborações intelectuais de Kalischer, nem de Hess, nem as dos principais escritores da *Haskalah*, haviam acarretado qualquer mudança na atitude básica daqueles líderes judeus que viam na assimilação o destino do povo judeu. Somente quando o nacionalismo liberal desiludiu as esperanças judaicas, e quando as teorias racistas intensificaram os anti-semitismos social e económico, só então foi que os judeus começaram a duvidar seriamente da ideologia da assimilação judaica na qual haviam depositado suas esperanças.

Dois acontecimentos do fim do século XIX constituíram um marco decisivo na moderna história judaica — e ambos assinalaram uma mudança no pensamento político judeu. No Ocidente, o Caso Dreyfus proporcionou o impulso para a criação de um movimento novo, o sionismo político. No Leste, idêntico resultado — sob a forma do movimento *Khibat Tzion* (Amor de Sião) — foi produzido pela erupção de massacres antijudaicos na Rússia czarista em 1881. Juntos, esses dois acontecimentos bastaram para engendrar em muitos uma nova atitude para com a vida judaica na Diáspora, e sugerir a necessidade de uma solução nova para um problema secular. Mais uma vez na história judaica, as mentes e os corações se voltariam para leste, para a antiga pátria onde outrora os Patriarcas haviam pastoreado seus rebanhos.

A Semente da Nacionalidade

Não é de surpreender que a idéia de uma nação judaica se fixasse tão rapidamente entre os judeus do Império Russo. Suas vidas, por mais miseráveis que fossem, seguiam adiante numa atmosfera de autonomia. Isaiah Berlin descreveu vividamente suas perspectivas e forma de vida.

> O grosso deles vivia sob seu próprio regime. Arrebanhados pelo governo russo na assim chamada Área de Residência, unidos por sua própria tradicional organização religiosa e social, constituíam uma espécie de sobrevivência de sociedade medieval, em que o laico e o sacro não estavam tão divididos quanto o foram (pelo menos desde

o Renascimento) entre as classes média e superior na Europa Ocidental. Falando sua própria língua, em grande parte isolada da população camponesa circundante, comerciando com ela, mas confinada em seu próprio mundo por um muro de suspeita e desconfiança recíproca, essa vasta comunidade judaica formou um enclave geograficamente contínuo que, inevitavelmente, desenvolveu suas próprias instituições e, em conseqüência, com o passar do tempo, veio a parecer cada vez mais uma autêntica minoria nacional estabelecida em seu próprio solo ancestral. Há tempos em que a imaginação é mais forte que a assim chamada realidade objetiva. O sentimento subjetivo desempenha um grande papel no desenvolvimento comunal e os judeus de língua iídiche do Império Russo vieram a sentir-se como um coerente grupo étnico — anômalos realmente, sujeitos a inaudita perseguição, alheios ao mundo estranho em que suas vidas foram jogadas, mas simplesmente em virtude do fato de estarem densamente congregados no mesmo relativamente pequeno território, tendendo a se assemelhar, digamos, aos armênios na Turquia: uma comunidade reconhecivelmente separada e seminacional.

Em seu involuntário confinamento desenvolveram uma certa independência no seu modo de ver, e os problemas que afetavam e, às vezes, atormentavam muitos dos seus correligionários no Ocidente — em particular a questão central do seu *status* — não eram cruciais para eles. Os judeus da Alemanha, Áustria, Hungria, França, Estados Unidos e Inglaterra tendiam a perguntar a si mesmos se eram judeus e, nesse caso, em que sentido, e o que isso acarretava; se a opinião que deles tinha a população circundante era correta ou falsa, justa ou injusta, e, caso deturpada, se quaisquer medidas poderiam ser tomadas para corrigi-la sem dano excessivo ao seu amor-próprio; se deveriam "apaziguar" e assimilar-se sob o risco de perder sua identidade, e talvez sofrer a culpa que provém do sentimento de haver "traído" seus valores ancestrais; ou, ao contrário, resistir sob o risco de incorrer em impopularidade e até perseguição.

Esses problemas afetavam os judeus russos em muito menor grau, pois se achavam relativamente seguros — moral e psicologicamente — dentro de seu próprio vasto e isolado gueto. Seu confinamento, não obstante toda a pobreza e injustiça econômica, cultural e social que

acarretava, trouxe consigo uma imensa vantagem — a de que o ânimo dos reclusos permanecia firme, e que eles não eram tão poderosamente tentados a procurar uma fuga adotando falsas posições quanto os seus correligionários do lado de fora, socialmente mais expostos e precariamente estabelecidos. Os judeus da Rússia e Polônia viviam, em sua maioria, em condições de miséria e opressão, mas não se sentiam proscritos ou desarraigados; suas relações entre si e com o mundo exterior não sofriam de qualquer ambivalência sistemática. Eles eram o que eram; podiam não gostar de sua situação, podiam procurar fugir da mesma, ou revoltar-se contra ela, mas não se iludiam, ou aos outros, nem se esforçavam para esconder de si seus próprios atributos mais característicos que se achavam evidentes para todos, particularmente seus vizinhos. Sua integridade moral e espiritual era maior que a de seus mais prósperos e civilizados, e em conjunto mais ilustres, irmãos no Ocidente; suas vidas estavam ligadas à observância religiosa, e suas mentes e corações estavam repletos das imagens e simbolismo da história e religião judaicas num grau dificilmente compreensível na Europa Ocidental desde o declínio da Idade Média.

Palestina, 1897

Em 1897, era a Palestina governada pelo Império Otomano, como o fora desde 1517 e continuaria a sê-lo até 1917. O país sofrera muito sob o domínio otomano. Após um breve renascimento cultural no século XVI, começara um longo período de decadência econômica e política, acentuada por uma série de terremotos, pragas em colheitas, e fome. Com a abertura de rotas comerciais para a Índia, contornando o Cabo da Boa Esperança, a Palestina perdera sua posição vital como país de trânsito, e tornara-se um canto estagnado da bacia do Mediterrâneo. O país achava-se grandemente devastado, em parte por negligência, e em parte como conseqüência de invasões e guerras locais. Um novo movimento de judeus durante os cem anos de 1730 a 1830 trouxera às suas costas eruditos e rabinos, negociantes e artesãos, mas o país permanecia em grande parte atrasado e deserto, devido à ineficiência e indiferença de seus governantes e à apatia de seus habitantes.

Nacionalismo, Assimilação, Sionismo

Por várias vezes surgira a idéia de restituir a Palestina aos judeus. No século XVIII, Potiômkin começara a treinar uma unidade de cavalaria para a retomada da Terra Santa;

Napoleão Bonaparte, durante sua campanha no Oriente Próximo (1799), emitira uma proclamação aos judeus do mundo considerando-os legítimos herdeiros da Palestina. Muitos cristãos viam a reintegração dos judeus em sua própria terra como o cumprimento de uma profecia divina ou um simples dever ético. No século XIX, diversos grupos judaicos da Europa Central, desiludidos por reação política e depressão econômica, começaram a demonstrar interesse pela Palestina. Organizações estudantis adotaram como parte de sua plataforma a restauração de um estado judeu na Palestina.

O Caso de Damasco, de 1840, em que a calúnia medieval de assassinato ritual foi mais uma vez evocada, despertou os judeus da Europa Ocidental e Estados Unidos para os sofrimentos dos seus correligionários em outros países, e deu origem à idéia de colonizar a Palestina. Adolphe Crémieux e Moses Montefiore haviam ambos expressado um interesse pela Palestina como um centro de colonização judaica. Essa idéia foi então adotada pelo mundo não-judeu, particularmente na Inglaterra. Lorde Palmerston, Secretário do Exterior e depois Primeiro-Ministro da Inglaterra, enviou a seguinte carta (agosto de 1840) ao Visconde Ponsonby, embaixador britânico na Turquia:

> Existe presentemente entre os judeus dispersos pela Europa uma forte crença de que se aproxima o tempo em que sua nação retornará à Palestina, e conseqüentemente o desejo de ir para lá tornou-se mais intenso, e seus pensamentos inclinaram-se mais atentamente que antes sobre os meios de realizar esse desejo.

Salientando as vantagens econômicas que adviriam de uma ampla colonização de judeus europeus na Palestina, prosseguiu Palmerston:

> Seria de óbvia importância para o Sultão encorajar os judeus a retornarem à, e se estabelecerem na, Palestina.

Uma semana depois o *Times*, de Londres, publicou um artigo sobre a Palestina em que aparecia a seguinte afirmação:

> A proposta de fixar o povo judeu na terra dos seus antepassados, sob a proteção das Grandes Potências, não é mais uma questão de especulação, mas de séria consideração política.

Não obstante, poucos líderes judeus a esse tempo apoiaram a idéia, tendo sido Montefiore um do punhado daqueles que se apegaram ao plano da Palestina a despeito dos outros.

Em primeiro lugar, entre os defensores do plano estava *Sir* Laurence Oliphant, um escritor e diplomata e, por algum tempo, membro do Parlamento. Advogou ele o estabelecimento de um centro judaico na Palestina sob o protetorado da Grã-Bretanha, e apresentou um plano para colonização judaica em grande escala em seu livro, *The Land of Gilead*. Parece que o primeiro-ministro Disraeli aprovou esse plano, fazendo com que fosse submetido a Lorde Salisbury, então ministro do Exterior. Propunha Oliphant obter do governo turco uma carta para uma companhia tendo por objetivo "desenvolver os recursos materiais e a administração da Palestina". Entre os direitos da companhia incluiu o de controlar a imigração, pois estava certo que os judeus russos acorreriam em massa à Palestina. Os ministérios do Exterior da França e Inglaterra sondaram o governo turco em relação a esse projeto, mas a Carta foi recusada.

O mesmo plano ressurgiria no Congresso de Berlim, em 1878. Disraeli havia antecipadamente preparado um memorando tendo em vista submeter todo o problema ao Congresso; seu esboço apareceu anonimamente na imprensa de Viena sob o título "Die Jüdische Frage in der Orientalischen Frage" ("A Questão Judaica na Questão do Oriente"). Prevendo o declínio certo do Império Otomano como resultado das negociações do Congresso, sugeria Disraeli que os judeus obtivessem a Palestina, ali estabelecendo um estado próprio sob o protetorado da Grã-Bretanha. (Não há dúvida que Disraeli era motivado nesse plano, antes de tudo, por considerações que beneficiavam a Inglaterra.) "Não é provável", indagava Lorde Beaconsfield, "que dentro de, digamos, meio século, se desenvolverá nesse país um povo judeu compacto, com um milhão de indivíduos falando a mesma língua, e animados de um só intuito — o desejo de alcançar autonomia e independência?" Contudo, um precedente estava sendo estabelecido.

Em 1845 havia aproximadamente 12 000 judeus em toda a Palestina, em sua maioria concentrados nas cidades sagradas de Jerusalém, Safed, Tiberíades e Khebron. Eram pobres e, em grande parte, sustentados por caridade do exterior. Em 1882 seu número se elevara a 24 000, dos quais apenas cerca de 480 se dedicavam à agricultura. Era um país com uma reputação de estar empobrecido, atormentado por doenças, árido ou coberto de pântanos, desorganizado.

Mas o ano de 1882 também assinalou um momento decisivo na história da Palestina. Naquele ano chegou da Rússia o primeiro grupo de *Biluím* (quinze homens e uma mulher), tornando-se os primeiros colonos modernos no país, e estabelecendo colônias agrícolas em Guedera, Rishon Le-Tzion, Petakh Tikvah, e outros lugares. Pertenciam a um grupo conhecido como *Bilu* — uma acrossemia hebraica representando a frase "Vinde, ó casa de Jacó, e andemos" (Isaías 2:5) — e seu objetivo era normalizar a experiência judaica retornando ao solo e tornando-se agricultores. Em quinze anos fundaram dezoito colônias nos distritos de Judá, Sharon e Galiléia, um enorme esforço de vontade e devoção por parte de homens e mulheres decididos a pôr diante de um mundo incrédulo as realizações de um novo protótipo judeu, e a ressuscitar num judaísmo preso à Diáspora o sonho de independência e existência significativa enraizada no solo.

Quando o I Congresso Sionista se reuniu na Basiléia, a moderna Palestina judaica tinha quinze anos de idade. Embora as realizações da Primeira Imigração fossem escassas, os *Biluím* e seus discípulos haviam preparado o caminho para os que viriam a seguir. Em 1897 existiam na Palestina dezoito colônias judaicas, e uma escola agrícola em Mikveh Israel. De Rishon Le-Tzion, ao sul de Jafa, a Rosh Pinah, na Galiléia, surgiram ilhas de cultivação entre pântanos e dunas, ilhas criadas num espírito de ilimitado entusiasmo e infinita abnegação. Nenhuma dessas colônias tinha direito legal à existência: permissão para residir na Palestina, para comprar terras e construir nas mesmas, só podia ser obtida através de suborno ou burlando a lei. Originalmente, é verdade, os membros do *Bilu* haviam procurado conseguir do governo turco permissão para se estabelecerem legalmente na Palestina. De Constantinopla o primeiro grupo de *Biluím* enviara um manifesto: "Queremos um lar em nosso país — ele nos é dado por nosso Deus. Pedimo-lo ao Sultão, e, se isso for impossível de obter, que nos seja permitido possuí-lo pelo menos como um estado dentro de um estado mais amplo . . ." Quando a permissão foi negada, o grupo decidiu continuar de qualquer maneira. Em torno disso surgiu aguda controvérsia no I Congresso Sionista. Theodor Herzl exigiu que a imigração fosse suspensa até que pudesse ser obtida uma Carta concedendo livre imigração, defesa própria, autonomia, e colonização planejada. Os sionistas "práticos", por outro lado, sustentavam que tudo isso acarretaria uma perda de tempo valioso, e que não se deveria desencorajar qualquer esforço que apressasse o estabelecimento na terra. Todos, porém, estavam a esse tempo de acordo que a

colonização na Palestina era uma solução necessária para o atormentado problema da sobrevivência judaica. Diferiam apenas quanto aos meios e à escolha do momento para tal colonização. Herzl havia mostrado o caminho, e apresentara o primeiro programa sistemático de colonização cujo alcance correspondia tanto à amplitude do objetivo sionista quanto à extensão do sofrimento judaico.

Theodor Herzl

Viena, 1897:

> "Na Basiléia criei o Estado Judeu. Daqui a cinco anos, talvez, e daqui a cinqüenta com certeza, todos o verão."
>
> — HERZL

Cinqüenta e um anos após ter sido feita essa incrível afirmação, a criação de Israel foi proposta pelas Nações Unidas.

Theodor Herzl nasceu em Budapest a 2 de maio de 1860, filho único de um casal que o adorava. Seu pai, Jacó, era um comerciante enérgico e competente e que ocupara o cargo de diretor do Banco Húngaro. Jeannette, sua mãe, era uma mulher altamente inteligente, animada e sensível, que em seu lar gerava amor, calor e camaradagem.

A educação judaica de Herzl findou com sua *Bar Mitzvah*, e seu conhecimento de hebraico e judaísmo permaneceu escasso durante toda a sua vida. Estudou Direito na Universidade de Viena, mas nunca se sentiu inteiramente absorvido por isso. Desde cedo havia começado a escrever — ensaios, críticas de teatro, poemas, folhetins — e ardia de ambição de ser bem sucedido nesse campo. Aos vinte e dois anos escreveu, desesperado:

> Não tenho o mínimo êxito para mostrar, a menor realização de que me orgulhar... 22 anos! E dane-se tudo que foi feito!

Nacionalismo, Assimilação, Sionismo

Suas atividades literárias diminuíram à medida que se acumulavam seus bilhetes de rejeição. Tornou-se sujeito a crises de depressão. Durante seus dias de estudante Herzl começara também a sondar a questão judaica, e convencera-se, durante algum tempo, que com o passar dos anos a melhor solução seria a assimilação. Ficou rudemente abalado em sua convicção quando leu o livro de Eugen Dühring, *O Problema*

Judeu Como Problema de Raça, Moral e Cultura, uma obra que revelava profundo e invencível ódio e temor dos judeus. O fenômeno do anti-semitismo começou a perturbar esse jovem judeu assimilado. Em 1883 retirou-se de uma das associações universitárias que começara a demonstrar tendências antijudaicas e se recusara a admitir quaisquer novos membros judeus. Em sua carta de demissão escreveu: "Deve ficar claro também a qualquer pessoa decente que sob essas circunstâncias não posso desejar continuar como membro."

A 30 de julho de 1884 Herzl iniciou sua prática de advocacia em Viena, mas suas súmulas jurídicas desempenharam um papel secundário em relação aos seus escritos literários. Dentro de um ano afastou-se do trabalho jurídico e lançou-se, impaciente e ansioso por sucesso, à produção literária. Impaciente demais, desencorajava-se facilmente. Foi no jornalismo que fez os maiores progressos. Em 1887, assumiu as funções de redator de folhetins do *Wiener Allgemeine Zeitung* e rapidamente foi reconhecido como um "esplêndido folhetinista". Em 1891 foi designado para a invejável posição de correspondente em Paris da *Neue Freie Presse,* o mais importante jornal de Viena daquele tempo. Dedicou-se a essa tarefa com o mesmo entusiasmo e meticulosidade que caracterizariam suas posteriores atividades sionistas.

Como um dos principais jornalistas em Paris, convidado para todas as cerimônias importantes e freqüentando todos os círculos, Herzl tornou-se novamente cônscio do sofrimento dos judeus e dos sinais de anti-semitismo evidentes em Paris, tais como *La France Juive* de Drumont e o escândalo do Panamá. A questão judaica começou a obsedá-lo. Quase se convenceu que a solução definitiva estava no completo desaparecimento dos judeus através do batismo e casamentos mistos. Mas a futilidade desses devaneios tornou-se clara para ele quando pensou no destino dos judeus marranos. Em 1894, atormentado por pensamentos como esses, escreveu uma peça intitulada *O Novo Gueto.* Era, de muito, a mais ousada de suas criações literárias, e anunciou seu completo retorno espiritual ao seu povo. Até então, não obstante seu envolvimento emocional na questão, estivera do lado de fora, como um observador ou mesmo um estranho. Agora se achava imerso nele, identificado com o mesmo, e tornou-se seu porta-voz. As últimas palavras proferidas pelo herói da peça são: "Judeus, meus irmãos, chegará o tempo em que os deixarão viver outra vez — quando souberem como morrer. Por que me seguram com tanta força? Eu quero sair! Sair! Sair do gueto!"

O Caso Dreyfus horrorizou Herzl: "Morte aos judeus!" urrava a turba, e Herzl não podia esquecê-lo. Idéias começaram a se cristalizar em sua mente. Ele tinha de transmiti-las a alguém. Em junho de 1895 fez uma visita ao Barão Maurice de Hirsch, o conhecido filantropo judeu, presenteando-o com um memorando de 22 páginas que constituía a primeira expressão escrita de suas novas idéias. Colocou diante de Hirsch duas soluções, uma, incluindo migração, e a outra, sem essa estipulação. Salientou Herzl a necessidade de uma liderança política, esperando que Hirsch assumisse essa liderança:

> Através dos 2 000 anos de nossa dispersão tem-nos faltado liderança política unificada. Considero isso nossa maior infelicidade. Se ao menos tivéssemos liderança política unificada... poderíamos iniciar a solução da questão judaica. Proponho convocar um congresso de judeus eminentes, a fim de discutir a migração para um Estado Judeu soberano.

Hirsch julgou estar tratando com um sonhador e mal deixou Herzl ler-lhe seis páginas de suas notas.

Sem se desencorajar com seu fracasso em conseguir a aprovação de Hirsch, começou Herzl a manter um diário ao qual denominou "A Questão Judaica". O projeto envolveu-o por inteiro, e sobre o mesmo escreveu:

> Já durante algum tempo venho-me dedicando a um trabalho de indescritível grandeza. Não sei ainda se chegarei a terminá-lo. Ele assumiu o aspecto de um grande sonho. Mas dias e semanas se têm passado desde que se apossou inteiramente de mim; ele extravasou para o meu inconsciente, acompanha-me onde quer que eu vá, paira sobre toda minha conversação corriqueira, espreita sobre meu ombro o cômico pequeno trabalho jornalístico que tenho de cumprir, perturba-me e me intoxica.

Tendo concluído sua tese, então intitulada "Discurso aos Rothschild", Herzl apresentou-a a vários líderes políticos, inclusive Bismarck. Foi repelido por todos. Uma pessoa observou-lhe: "Está fazendo de si mesmo uma figura ridícula e trágica." Sem desanimar, como que impulsionado por uma convicção e força interior, prosseguiu em seus esforços. Seu próprio jornal recusou associar-se à idéia. E então veio o momento decisivo na carreira de Herzl: ele conseguiu a adesão de Max Nordau ao seu plano. Estimulado pelo entusiasmo de

Nordau, reescreveu seu trabalho e o intitulou *Der Judenstaat* — "O Estado Judeu." Escreveu Herzl: "A idéia que desenvolvi neste panfleto é uma idéia muito antiga; é a restauração do Estado Judeu." Essa, pois, seria a resposta ao anti-semitismo, aos gritos de "Juden raus!" Herzl esboçou as funções materiais práticas a serem executadas pelo Estado. Ignorou a questão das características nacionais ou culturais que deveria assumir, e não o associou necessariamente com Sião nem especificou o hebraico para sua língua. Descreveu minuciosamente as condições prévias para a criação do estado soberano: a necessidade de um congresso de representantes judeus reconhecido como porta-voz oficial do judaísmo mundial, de dinheiro a ser levantado por uma companhia financeira judaica, de engenheiros e técnicos para tornarem o estado um modelo de moderna eficiência industrial. Concluía assim:

> Por isso acredito que uma geração admirável de judeus aparecerá. Os Macabeus ressuscitarão.
> Permitam-me repetir ainda uma vez minhas palavras iniciais. Os judeus que o quiserem terão o seu Estado.
> Viveremos finalmente como homens livres em nosso próprio solo, e morreremos tranqüilamente em nossos próprios lares.
> O mundo será libertado com a nossa liberdade, enriquecido com nossa riqueza, engrandecido com nossa grandeza.
> E tudo aquilo que tentarmos ali realizar para nosso próprio bem-estar reagirá poderosa e beneficamente para o bem da humanidade.

Esse ardente documento messiânico, publicado em 1896, irrompeu sobre o mundo como um raio. As reações foram variadas, mas em grande número, e ruidosas. A imprensa alemã, judaica e não-judaica, ridicularizou os "escapados Macabeus" e Herzl, um Júlio Verne jŭdeu, cujo sonho fantástico só poderia ter sido produto de uma mente que se tornara desconjuntada por entusiasmos judaicos. Sionistas desconfiaram desse escritor desconhecido que rejeitava a língua hebraica e ignorava seus predecessores, especialmente Hess e Pinsker. Mas a verdade era que Herzl desconhecia por completo a existência desses homens. (Disse ele a Wolffsohn, posteriormente, que poderia nunca ter escrito seu próprio livro se tivesse conhecido a "Auto-Emancipação" de Pinsker.) Herzl fora impelido a difundir suas idéias na crença de que eram originais, e era esse frescor de imaginação que lhes dava sua força prístina. Muitos

ficaram profundamente emocionados pelo *Der Judenstaat*. Wolffsohn escreveu que após lê-lo tornara-se "*outro homem*". A juventude sionista ficou particularmente impressionada, sua reação é relembrada por Chaim Weizmann em sua autobiografia:

> Era uma manifestação que veio como um raio em céu azul. Nunca antes ouvíramos o nome Herzl; ou talvez houvesse chegado à nossa atenção, só para se perder entre os de outros jornalistas e folhetinistas. Basicamente, *O Estado Judeu* não continha uma única idéia nova para nós; aquilo que tanto alarmou a burguesia judaica, e provocou o ressentimento e escárnio dos rabinos ocidentais, fora há muito a substância de nossa tradição sionista. Observamos, também, que esse Herzl não fazia alusão em seu pequeno livro aos seus predecessores nesse campo, a Moses Hess e Leon Pinsker e Nathan B. Birnbaum. . . Aparentemente Herzl não sabia da existência da *Khibat Tzion*; ele não mencionava a Palestina; ignorava a língua hebraica. Todavia, o efeito produzido por *O Estado Judeu* foi profundo. Não as idéias, mas a personalidade que se achava por trás delas é que nos atraía. Aqui havia coragem, clareza e energia. O próprio fato de esse ocidental vir a nós livre de nossos preconceitos tinha sua atração. . . .Estávamos certos em nossa apreciação instintiva de que do *Judenstaat* emergira menos um conceito que uma personalidade histórica. . . .O que deu grandeza ao nome de Herzl é seu papel como homem de ação, como fundador do Congresso Sionista, e como um exemplo de coragem e dedicação.

De toda parte vieram apelos a Herzl para assumir a liderança dos judeus; não era ele o homem que dera expressão clara e vigorosa aos sentimentos mais profundos do povo judeu, e que os instara a lutar por sua liberdade definitiva? Herzl ficou então absorvido na tarefa de realizar seu plano. Apelou por auxílio à aristocracia influente, ao Grão-Duque de Baden, ao governo turco. Em entrevistas privadas conseguiu encantar a todos por sua aparência imponente — barba espessa e penetrantes olhos negros — mas não pôde convencê-los ou obter seu apoio, assim como não conseguiu, na França, convencer o Barão Edmond de Rothschild, o homem que fora até então o sustentáculo do *ishuv*, e do movimento para ajuda própria na Terra de Israel. E foi, na verdade, a recusa do Barão de conceder apoio moral ou financeiro que fez Herzl compreender

que nada obteria de cima. Sua única esperança estava nas massas, que teria de despertar com propaganda. "Organizemos imediatamente nossas massas", decidiu. E assim nasceu o sionismo político.

Em um ponto Herzl mostrou-se inflexível — a convocação de um Congresso Judaico. "O Congresso se realizará!" A audácia dessa idéia causou grande consternação entre o judaísmo europeu. Queria ele condenar os judeus à morte expondo-os como nação dentro de uma nação — como os anti-semitas, que apenas esperavam pelo bom pretexto para destruí-los, sempre haviam alegado? Herzl foi adiante. Com seus próprios recursos fundou um semanário, *Die Welt*, para defesa e propagação de sua idéia. Conforme relatou mais tarde um dos participantes da conferência preliminar: "...o Congresso foi feito por Herzl sozinho; foram seu dinheiro e seu labor que o levaram à existência." A 29 de agosto de 1897 o Congresso Sionista reuniu-se na Basiléia. Era a primeira assembléia oficial e mundial de judeus desde sua dispersão, e era obra de um só homem. Cento e noventa e sete delegados compareceram a essa Assembléia. Vieram da Europa Oriental e Ocidental, da Inglaterra, América e Argélia — moços e velhos, ortodoxos e reformistas, capitalistas e socialistas. Quando os delegados entraram na grande sala de conferências, avistaram as palavras "Zionisten Kongress" e uma bandeira, branca com duas listras azuis e a estrela de Davi (idealizada por Wolffsohn). Herzl dava grande importância à necessidade de se ter uma bandeira. "É com uma bandeira que as pessoas são levadas para onde quer que se deseje, até para a Terra Prometida. Por uma bandeira os homens vivem e morrem..."

Então Herzl levantou-se, "uma figura maravilhosa e sublime". "É um herdeiro ressuscitado da Casa de Davi, vestido de lenda, fantasia e beleza. Todos estavam sentados imóveis na presença de um milagre. E na realidade não era um milagre o que víamos?" Herzl expressou seu plano conforme o esboçara no *Judenstaat*, mas agora salientava que a pátria seria a Palestina, publicamente reconhecida e legalmente assegurada. Durante o Congresso foi criada uma Organização Sionista Mundial, tendo Herzl como presidente; adotaram-se uma bandeira judaica e um hino nacional, *Hatikvah* (A Esperança); instituiu-se um Comitê Executivo com sede em Viena e redigiram-se resoluções para seu programa. Com essa nota de atividade prática, entre exclamações de alegria e compromissos de dedicação, chegou ao fim a ocorrência histórica. As rodas haviam sido postas em movimento. Um indivíduo extraordinário, poderoso e enérgico, havia revelado as fontes latentes da

unidade judaica, e dado expressão aos recursos ocultos dos judeus como povo, um só povo, onde quer que estivesse vivendo. Em Herzl o Congresso causou uma impressão vital; surpreendeu-o a força do judaísmo russo:

> E então... surgiu diante de nossos olhos um judaísmo russo de cuja força nem havíamos suspeitado. Setenta de nossos delegados vieram da Rússia, e estava claro para todos nós que eles representavam as opiniões e sentimentos dos cinco milhões de judeus daquele país. E que humilhação para nós, que havíamos tido como certa a nossa superioridade! Todos esses professores, médicos, advogados, industriais, engenheiros e comerciantes estão num nível educacional que, sem dúvida, não é inferior ao nosso. Quase todos dominam duas ou três línguas, e que são homens de capacidade em suas respectivas especialidades é provado pelo simples fato de terem sido bem sucedidos num país onde o sucesso é particularmente difícil para os judeus. Eles possuem aquela unidade interior que desapareceu entre nós, ocidentais. Estão impregnados de sentimento nacional judaico, embora sem demonstrar qualquer intolerância e estreiteza nacional. Não se acham torturados pela idéia de assimilação, sua natureza essencial sendo simples e não-fragmentada. ...E, no entanto, são judeus de gueto! O único gueto de nossos dias! Vendo-os, compreendemos onde nossos antepassados buscaram a força para perdurar nos tempos mais amargos.

Após o Congresso lançou-se Herzl à execução de seu programa. Era ele o único cuja força de vontade e vigor eram proporcionais à grandeza da causa. Estava então decidido a obter do governo turco uma carta que legalizasse a colonização judaica na Palestina numa base corporativa. Acreditava poder alcançá-lo através de negociações e contatos diplomáticos. Mas as vagas promessas que lhe fizeram em suas entrevistas não foram cumpridas. Dirigiu suas primeiras tentativas ao Kaiser Guilherme II, da Alemanha, única aliada da Turquia na Europa. Conseguiu Herzl sua entrevista com Guilherme II em outubro de 1898. Desde o início o preconceito anti-semita do Kaiser e seus auxiliares ficou evidente. Politicamente, porém, o Kaiser era favorável ao plano de Herzl, já que era muito conveniente remover "certos elementos" para a Palestina. Prometeu o Kaiser levar a questão de uma "companhia territorial" à consideração do Sultão em oportunidade adequada. Pouco depois encontrou-se Herzl novamente com o Kaiser em solo palestinense, e mais uma vez Guilherme II expressou sua

aprovação ao plano de Herzl. Este, durante meses, esperou febrilmente por alguma nova manifestação. Não veio nenhuma. Havia sido essa a primeira visita de Herzl à Palestina, e ele ficara profundamente emocionado. Seguido por detetives turcos, visitou Mikveh Israel, Rishon Le-Tzion, Ness Tzionah, e Rekhovot, onde a entusiástica recepção que lhe foi feita em meio a canções hebraicas e exclamações de *Heidad!* e *Hoch Herzl!* trouxeram lágrimas aos seus olhos. Viu Herzl a terrível necessidade de água nessa terra dessecada. A imundície oriental de Jerusalém deprimiu-o, e ele expressou um premente desejo de criar "uma gloriosa Nova Jerusalém".

Herzl então esforçou-se durante dois anos (1899-1901) para entrar em contato direto com o Sultão Abdul Hamid II. Conseguiu isso subornando gananciosos funcionários turcos a preços elevadíssimos. Em maio de 1901 foi-lhe concedida uma entrevista de duas horas. Sugeriu Herzl ao governante turco que talvez os ricos banqueiros judeus da Europa ajudassem a Turquia a custear suas muitas dívidas em troca de uma Carta para colonização judaica na Palestina. O Sultão pareceu interessado. Mas por parte de Herzl a proposta fora feita inteiramente sem base. Não tinha ele promessas de apoio financeiro da Europa. Para lá então correu, e furiosamente tentou angariar a necessária ajuda financeira. Fracassou em toda parte, e seu desalento chegou à repugnância. Menos de um ano depois Herzl encontrou-se novamente com o Sultão, de quem tentou extrair uma oferta precisa. Dessa vez o Sultão impôs condições à imigração judaica: teria de ser dispersa e não incorporada. Herzl depositou três milhões de francos em bancos turcos como penhor de boa-fé, e para estimular o apetite do Sultão. Mas, como no caso da Alemanha, nada se concretizou. Finalmente, Herzl compreendeu que o Sultão apenas se aproveitara dele, e estava usando a ameaça de um empréstimo judeu para obter melhores taxas de juros de credores franceses. Herzl ficou amargamente desiludido, pensando seriamente em renunciar à presidência.

A novela de Herzl, *Altneuland*, apareceu em 1902. Sua finalidade era ilustrar o futuro da Palestina, mostrar "quanta justiça, bondade e beleza podem ser criadas na terra se houver para isso uma vontade honesta". Ele termina o livro assim:

> Mas se não o quiserdes, então tudo que vos relatei continuará sendo ficção. . . .Sonhos não são tão diferentes de ações como muitos acreditam. Todas as ações dos homens foram a princípio apenas sonhos, e no fim voltam a ser sonhos.

Contudo, não obstante essa nota de fracasso, as realizações de Herzl prevaleceram de muito sobre seus reveses. De ano para ano aumentava o número de pessoas que compareciam aos Congressos Sionistas, assim como o interesse geral pela atividade sionista. Ao tempo do II Congresso Sionista, o número de grupos que se haviam filiado à Organização elevara-se a 913, o triplo em relação ao ano anterior. O número de delegados foi 400, e a representação da imprensa também foi maior. O movimento estava adquirindo *status* e reconhecimento mundial. Herzl foi aceito como seu líder e espírito dirigente. Em 1901 foi fundado o *Jewish Colonial Trust*; embora até 1904 houvesse vendido apenas um milhão de dólares em ações (para grande dissabor de Herzl e não obstante seus incessantes esforços), dele surgiu a *Anglo-Palestine Company* (que, em 1950, tornou-se o Bank Leumi Le-Israel) — uma instituição que desempenhou um papel capital no desenvolvimento da Palestina. No V Congresso, em 1901, foi criado o Fundo Nacional Judaico (*Kéren Kaiémet Le-Israel*), que se restringiria a comprar, desenvolver e reflorestar terras na Palestina, para se tornarem propriedade inalienável dos judeus. Foi esse Fundo que mais tarde possibilitou as cooperativas agrícolas socializadas experimentais. Nos Congressos, Herzl recebia invariavelmente ovações entusiásticas, não obstante a crescente impaciência e descontentamento dos delegados com seu fracasso em apresentar resultados rápidos e espetaculares. O próprio Herzl tinha consciência da discrepância entre sua vontade e suas realizações. Ele via, bem claramente, quão longe estava de sua meta — a Carta para a Palestina. Sobre isso escreveu Weizmann:

> Herzl falava em termos amplos — de reconhecimento internacional, de uma carta para a Palestina, de imigração em vasta escala. Mas com o passar dos anos o efeito se desgastava, e nada restava senão as frases. Herzl havia visto o Sultão. Ele havia visto o Kaiser. Havia visto o Secretário do Exterior britânico. Iria ver este ou aquele homem importante. E o resultado prático era nulo. Era assim inevitável que nos tornássemos céticos quanto a essas negociações nebulosas.

Foi esse fracasso em alcançar resultados positivos que levou Herzl à proposta de uma pátria outra que não a Palestina. Sua sugestão de colonização em El Arish, na península do Sinai (que era vizinha da Palestina e tinha associações históricas para os judeus), foi apresentada por Herzl a Lorde Nathan

Rothschild, membro do Parlamento britânico. Rothschild não deixou de se impressionar e obteve para Herzl um encontro com Joseph Chamberlain, o então Secretário das Colônias. Marcou isso o início de muitas discussões longas com os britânicos a respeito de um lar para os judeus. O plano de El Arish deu em nada por causa de divergências entre os governos egípcio e turco. Freneticamente pôs-se então Herzl a procurar uma pátria, tanto mais devido aos relatos chegados ao Ocidente sobre o sofrimento dos judeus romenos e as manifestações antijudaicas em Kishinev (Rússia). Assim, no VI Congresso, submeteu aos delegados a idéia de uma pátria em Uganda, conforme oferecido pelo governo britânico. De início, a magnanimidade da oferta britânica "eclipsou todas as demais considerações". Especificou Herzl que isso não era uma substituição de Sião. Disse ele, "É, e deve continuar sendo, uma medida de emergência, que se destina a vir em auxílio dos sempre incapazes empreendimentos filantrópicos e evitar a perda daqueles fragmentos separados de nosso povo." O que Herzl não percebeu, conforme as palavras de Weizmann, foi que "os judeus da Rússia, com todos os seus sofrimentos, não eram capazes de transferir seus sonhos e anseios da terra de seus antepassados para qualquer outro território". Adveio uma batalha. Com a aprovação, por 298 a 178 votos, de um plano para o envio de uma comissão exploratória a Uganda, os delegados russos retiraram-se. O possível colapso e desintegração do movimento sionista apresentava-se iminente e ameaçador.

Mas num ponto Herzl sempre insistira — unidade, a todo custo; sem unidade os judeus nada conseguiriam. Estarrecido com a atitude russa, Herzl declarou, "Essa gente está com a corda no pescoço, e ainda assim recusam!" Nos dias subseqüentes a divergência ampliou-se. Os delegados russos recusaram-se a aceitar qualquer desvio do Programa da Basiléia, achando que a tarefa do sionismo era alcançar seu objetivo final — um lar na Palestina — e não preocupar-se com o sofrimento temporário das massas judaicas. Uma profunda depressão pairava sobre todos. Herzl foi chamado de "traidor". Pediu ele uma oportunidade para explicar sua posição aos rebeldes: "A minha situação é esta. Dinheiro vocês não me dão. Resta a diplomacia, mas nos últimos dois dias eu vi como vocês me ajudam, como me apóiam em minhas atividades diplomáticas. ...E teria eu violado o Programa da Basiléia? Jamais! Sempre me baseei, e ainda me baseio no Programa da Basiléia; mas preciso que tenham fé em mim, e não desconfiança..." Os líderes russos, após uma conferência realizada

em Kharkov, apresentaram a Herzl a exigência de não submeter ao Congresso novos projetos territoriais exceto se relacionados com a Palestina e Síria. A luta só terminou após uma reunião, convocada por Herzl, do Comitê Executivo (1904). Decidira-se ele a fechar a brecha e desanuviar a atmosfera:

> Queremos o crescimento contínuo do sionismo, queremos o sionismo como o representante do povo. Por que queremos isso? Porque acreditamos não poder atingir nossa meta sem grandes forças, e essas não são encontradas numa federação de pequenas sociedades. Uma tal federação vocês a tiveram vinte anos atrás, e vocês sempre me dizem que já eram sionistas há vinte e vinte e cinco anos. Estão sempre me jogando isso na cara. Mas o que provam com isso? O que foram capazes de realizar enquanto não tinham o sionismo político? Vocês viviam em pequenos grupos e arrecadavam dinheiro. Suas intenções, sem dúvida, eram magníficas, seu idealismo inatacável. Não obstante, não puderam conseguir nada porque não conheciam o caminho que levava ao objetivo. Esse caminho é a organização do povo, e seu órgão é o Congresso.

Essa conferência de reconciliação foi a última realização de Herzl e, no plano das relações humanas, permanece como uma de suas maiores. Para ele pessoalmente, o fim estava próximo. Estivera muito doente antes da conferência e somente pela sua determinação reunira força suficiente para comparecer à mesma. Depois de terminada, foi levado apressadamente para Franzensbad, para uma cura de repouso de seis semanas. Herzl tinha plena consciência de que a morte estava próxima. "Não há tempo para gracejos", disse ele a um companheiro, "agora é mesmo sério... não há tempo a perder. As últimas semanas ou dias. Temos de nos apressar..." Nem durante essas semanas, em que sofria de dores terríveis e estava prestes a morrer, deixou Herzl de trabalhar. Escreveu cartas, manteve entrevistas. Contorcido por acessos de tosse, escarrando sangue, prosseguiu Herzl em sua luta. A 3 de julho, em conseqüência de um ataque de pneumonia, faleceu, com a idade de 44 anos. Seu enterro foi um testamento ao profundo impacto que Herzl tivera sobre as massas judaicas. Seis mil judeus acompanharam-no ao túmulo, de luto por um herói nacional. A notícia de sua morte abalou, de fato, o mundo judaico. Mesmo enquanto vivo, as massas haviam visto seus anseios refletidos nele. Viram nele seu redentor, um messias

que as conduziria das trevas à luz, até a Terra Prometida. Akhad Ha'am, um de seus críticos mais veementes, escreveu sobre a morte de Herzl:

> O Herzl vivo, real, disse e fez muita coisa sujeita a dúvidas... Mas a figura ideal de Herzl que está sendo criada diante de nossos olhos na mente popular — que esplêndida visão será, quão poderosa sua influência para limpar essa mesma mente da nódoa do *galut*, despertá-la para um senso de dignidade nacional, e estimular seu desejo de uma verdadeira vida nacional! O povo o tornará a personificação de seu próprio ideal nacional, em todo seu brilho e pureza, e extrairá dele força e coragem para continuar a lutar, incansavelmente, no difícil caminho de sua história.
> Herzl nos deu o Congresso, a Organização, o Banco, o Fundo Nacional. ...Mas uma coisa Herzl nos deu involuntariamente e que é, talvez, maior do que tudo que ele fez com propósito deliberado. Ele nos deu êle próprio, para ser o tema de nosso Hino de Renascimento, um tema que a imaginação pode pegar e adornar com todos os atributos necessários para fazer um herói nacional hebreu, encarnando nossas aspirações nacionais em sua verdadeira forma.

Através de Herzl o povo judeu superou seu papel passivo de sofredor resignado. Os judeus começaram a moldar sua própria vida e a tomar o futuro em suas próprias mãos. Herzl devolveu-lhes força, coragem e determinação, entregando-se de corpo e alma à realização de suas declarações. "Por que é", indagou ele certa vez, "por que é que os melhores têm sempre de tombar? Será que porque dão até o último grama de sua força — e além — é que eles são os melhores?"

Em 1949 os restos de Herzl foram trazidos a Israel e reenterrados numa elevação diante de Jerusalém, que recebeu o nome de Monte Herzl. O Estado Judeu havia irrompido de sua imaginação para o mundo da realidade. Seu semblante grave e nobre tornou-se um símbolo da soberania que ele buscara com fé desesperada mas constante.

tavam comprometidos a defender as liberdades dos povos mais fracos. Mas o problema era difícil. Impérios estavam sendo dissolvidos, novos países iam sendo criados, pequenos principados exigiam mais aquisições territoriais. Somente a autonomia nacional parecia oferecer uma solução adequada. Que grupos minoritários precisavam, para sua proteção, de garantias internacionais, era óbvio, mas em que consistiriam tais garantias?

Os mais pertinazes advogados dos direitos de minorias foram os judeus. Os delegados enviados a Paris por organizações nacionais judaicas insistiram em que, para o bem-estar e segurança dos judeus, era necessário mais do que igualdade civil, política e religiosa. Por outro lado, tanto os nacionalistas quanto os antinacionalistas judeus achavam que uma garantia específica dada apenas aos judeus tenderia a segregá-los e poderia provocar hostilidade. Instaram, por isso, pela decretação de disposições gerais para a salvaguarda também de outras minorias.

Assinalou isso um novo marco na história da luta judaica por justiça social. Não mais estavam os judeus se ligando a grupos maiores em busca de algum ideal abstrato que, se alcançado, os beneficiaria igualmente. Nem se dedicavam exclusivamente a demandas especiais para melhorar sua própria sorte, por terrível que fosse na realidade. Puseram-se, isso sim, à frente em uma batalha pelo princípio da liberdade. Somente se esta pudesse ser assegurada a todos, gozariam os judeus dos seus benefícios; voltando-se para fora, assumindo eles próprios a responsabilidade e o encargo de obter a liberdade mais ampla para todos, anunciaram os judeus ao mundo sua recém-encontrada confiança na retidão moral de sua causa.

Os delegados judeus vieram preparados. O *American Jewish Congress* adotara resoluções para servirem de orientação na Conferência de Paris. Sua delegação constituía-se de nove homens, chefiados pelo juiz Julian Mack, rabino Stephen S. Wise, e Louis Marshall. O judaísmo francês era representado pela *Alliance Israélite Universelle*, órgão completamente antinacionalista e que considerava as reivindicações nacionais dos leste-europeus como positivamente perigosas à causa. A delegação britânica, embora não nacionalista, era, em princípio, favorável aos "direitos de minorias" num sentido político, oposto ao estritamente religioso.

Os judeus do Leste também se achavam bem representados. Bukovina, Polônia, Ucrânia, e até Hungria (numa atitude surpreendente, uma vez que os judeus húngaros havia muito

18 A Primeira Guerra Mundial e a Declaração Balfour

A I GUERRA MUNDIAL inaugurou um período de desintegração na comunidade judaica leste-européia, que até então servira como berço de renascimento espiritual e político. O declínio político desse centro oriental nas décadas anteriores a essa guerra foi acompanhado por uma intensiva decadência econômica que obrigou 2 250 000 judeus a emigrar entre 1881 e 1914; em sua maioria foram para a América.

Às vésperas da I Guerra Mundial, oito dos dez milhões de judeus da Europa ainda viviam nos Impérios Russo e Austro-Húngaro. Na Rússia, onde os judeus foram mobilizados para o exército, as autoridades militares se aproveitaram da guerra para afligir os judeus, que eram de qualquer modo considerados traidores. Expulsões e detenções arbitrárias foram acrescidas aos sofrimentos habituais em tempo de guerra. Um e meio milhão de judeus foram afetados pelas evacuações, e, em conseqüência, atingidos por ruína econômica total.

A situação era drástica, e medidas drásticas foram tomadas para remediá-la. Judeus de todo o mundo começaram a compreender que deveriam instar pela proteção de seus correligionários na Europa. Nos Estados Unidos, que ainda não haviam entrado na guerra, fundou-se um congresso especificamente para agitar a opinião pública a favor dos "direitos nacionais dos judeus", direitos esses que deveriam ser garantidos internacionalmente na futura Conferência da Paz, em Paris. Centros paralelos foram criados na Dinamarca, Suíça e Holan-

naram-se parte de um ou outro dos países recém-estabelecidos. O maior golpe adveio quando os judeus da Rússia Soviética tiveram cortado, por seu governo, o contato com o povo judeu em conjunto. Três milhões, cerca de um terço do judaísmo europeu, foram isolados por trás de uma barreira impenetrável que até hoje não foi atravessada. Os cinco milhões restantes viviam então nos países recém-criados entre a União Soviética e a Europa Ocidental. Todos esses países haviam sido grandes campos de batalha durante a guerra, e todos eles haviam sofrido muito. Com o fim da luta, todos aguardavam ansiosamente as possibilidades de uma nova existência nacional e um florescimento cultural.

A Conferência da Paz

A Conferência da Paz de 1919, em Paris, começou seus trabalhos numa atmosfera de regozijo, antevendo nada menos que um novo início para a humanidade e paz eterna. Os principais negociadores da paz entre as vinte e sete potências aliadas foram Clemenceau da França, Lloyd George da Grã-Bretanha, e Woodrow Wilson dos Estados Unidos. O Presidente Wilson havia esboçado suas idéias para a futura ordem mundial em Quatro Princípios que englobavam a doutrina da "autodeterminação dos povos". Em seus famosos Catorze Pontos, divulgados um ano antes (janeiro de 1918), previu a criação de uma "associação de nações a ser formada sob pactos específicos com a finalidade de proporcionar garantias mútuas de independência política e integridade territorial a nações grandes e pequenas igualmente". Essa associação seria a Liga das Nações.

Os esboços da nova Europa foram em grande parte traçados pelos delegados à Conferência da Paz em Paris. Ao todo, nove novos países independentes surgiram na Europa (Finlândia, Letônia, Estônia, Lituânia, Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Áustria e Hungria). Não obstante todos os cuidados imagináveis com os direitos de nacionalidade, o traçado de novos limites nacionais para coincidir com fronteiras étnicas e lingüísticas resultou, inevitavelmente, na transferência de grande número de alemães, austríacos e outros para os países recém-criados. O conseqüente descontentamento e a agitação irromperiam na crise de 1938-1939.

A Primeira Guerra Mundial e a Declaração Balfour

O Presidente Wilson tornara absolutamente claro que "aspirações nacionais devem ser respeitadas" e que "povos agora só podem ser dominados e governados por seu próprio consentimento". Outros líderes aliados proclamaram preocupação semelhante pelos direitos das minorias; os vencedores es-

da. Essas organizações trabalhavam em estreita cooperação com o *American Jewish Congress*. Emitiam publicações para manter os judeus a par do que acontecia nas comunidades judaicas de todo o mundo, apelavam a vários governos para que ouvissem com simpatia as suas reivindicações, promoviam conferências, organizavam reuniões, e, de um modo geral, tentavam influenciar a opinião pública em favor dos direitos judaicos. Uma conferência de socialistas de países neutros, realizada em Haia em fins de 1916, declarou-se favorável à autonomia para os judeus bem como para outras minorias nacionais.

Nos países afetados pela guerra a atividade nacionalista judaica esteve quase parada. Jovens judeus lutavam nos exércitos, e todas as atividades discordantes haviam sido abafadas pelo governo. Os judeus da Rússia foram tachados de desleais pelas autoridades czaristas.

Quando a Polônia e Lituânia foram ocupadas pelos exércitos austro-alemães em 1915, tiveram os judeus a esperança de que sua situação melhoraria. Mas as aspirações judaicas foram mais uma vez ignoradas, e nenhuma medida foi tomada para eliminar restrições legais. Na Rússia a situação mudou, por curto tempo, após a Revolução Bolchevista (não antes, porém, que dezenas de milhares de judeus fossem massacrados pelos exércitos "brancos" de Denikin e Vrangel e pelos cossacos ucranianos do hétmã S. V. Petlhura). Milhares de nacionalistas judeus irromperam então em cena. Comícios, conferências e convenções realizaram-se em profusão. Reconstituíram-se partidos. Uma imprensa judaica apareceu da noite para o dia. Os direitos políticos judaicos teoricamente não estavam mais em dúvida, uma vez que o novo governo prometera remover todas as restrições que os súditos russos haviam sofrido por motivo de religião ou nacionalidade. Então, em vez de direitos políticos, os judeus russos começaram a instar por autonomia nacional-cultural. Em 1917 realizou-se um congresso de todos os grupos nacionalistas judeus. O programa proposto procurava o favorecimento da autonómia judaica na Rússia e a aquisição de garantias legais para a minoria nacional judaica. O escritório de Copenhague do Congresso Judaico Mundial, prevendo um futuro incerto, emitiu uma proclamação saudando a revogação das leis restritivas czaristas, mas acrescentando que, embora a emancipação dos judeus russos fosse bem-vinda, não deveria ser condicionada à renúncia da individualidade nacional judaica.

A Primeira Guerra Mundial e a Declaração Balfour

Ao fim da I Guerra Mundial a grande concentração judaica na Europa Oriental foi dispersa e seus fragmentos tor-

tendia a privar seu trabalho da confiança sincera e aprovação dos delegados judeus.

No início de 1919 o esboço do Presidente Wilson, que exigia não só reconhecimento de minoria, mas também garantias de tratamento justo e igual para "grupos nacionais e religiosos", deixou de obter o apoio dos principais delegados à Conferência. O artigo foi temporariamente posto de lado. As delegações judaicas agiram então para tentar salvar a situação. Os representantes franceses e ingleses apresentaram memorandos à Conferência da Paz e angariaram a ajuda de pessoas importantes. Em março de 1919 Mack, Marshall e Wise submeteram, nos Estados Unidos, memorandos ao Presidente Wilson. Este, em sua resposta, declarou aprovar as reivindicações judaicas com relação à Palestina, mas a resposta era vaga quanto aos direitos nacionais na Europa Oriental, afirmando apenas que o Presidente era "favorável ao incontestável princípio do direito do povo judeu à igualdade de *status* em toda parte".

Em Paris, o Comitê de Delegações Judaicas procurou incitar a opinião pública a favor de seus programas por meio da imprensa e através de comícios. Negociou com representantes de pequenos países que seriam afetados pelas exigências judaicas. Propostas foram formuladas, apresentadas, e, quando rejeitadas, reformuladas. Os resultados foram precários. Finalmente, o Comitê Para Novos Estados e Proteção de Minorias reuniu-se para examinar as obrigações da Polônia e outros países novos em relação à proteção de minorias raciais e religiosas.

O mais importante trabalho realizado por esse comitê foi a redação do Tratado das Minorias Polonesas, que foi aprovado pelo Conselho Supremo. O esboço desse tratado foi mostrado aos dirigentes americanos das delegações judaicas. Queixaram-se eles de que as estipulações eram inadequadas, pedindo que fosse concedido às próprias minorias o direito de apelo à Liga. Esses líderes instaram também pelo reconhecimento dos judeus poloneses como uma "entidade legal". Mas seus esforços foram inúteis, e o Conselho Supremo aprovou um tratado sem as modificações propostas pelos delegados judaicos. A atividade dos judeus, não obstante, prosseguiu sem arrefecimento, sendo sua causa fortalecida por relatos de recentes desmandos contra judeus na Europa Oriental e os brutais massacres na Rússia meridional. Enquanto isso, o tratado proposto foi submetido à Polônia, que reagiu fortemente contra o mesmo. As pequenas potências então se juntaram para lançar um ataque ofensivo comum contra a proposta-garantia de direitos das minorias.

se consideravam magiares de fé mosaica), enviaram todas à Conferência da Paz reivindicações para o reconhecimento de direitos nacionais judaicos. Alguns, como os judeus ucranianos, solicitaram à Conferência que reconhecesse uma nação unida judaica, permitindo o seu ingresso na Liga das Nações, e restaurasse a Palestina como um centro judeu.

Em abril de 1919 todas as partes ventilaram suas divergências pública e claramente. Nahum Sokolov queria autonomia educacional e lingüística para os judeus leste-europeus, bem como representação proporcional numa base nacional e uma vida comunitária sem entraves. Claude Montefiore, da delegação britânica, admitiu tudo isso, mas opôs-se a um Parlamento judaico mundial ou à participação judaica na Liga das Nações — pontos que estavam sendo exigidos pelos nacionalistas judeus mais extremados. Nenhuma base para unidade podia ser encontrada enquanto os leste-europeus obstinadamente se recusavam a abrir mão da palavra "nacional" e os ocidentais se recusavam a aceitá-la. Devido a esse fracasso em conseguir unidade, o Comitê de Delegações Judaicas, por um lado, e as delegações antinacionais francesa e britânica, pelo outro, apresentaram cada uma seu próprio memorando à Conferência da Paz. Não obstante, embora as tentativas de unidade houvessem falhado, alcançou-se um entendimento verbal para cooperar em questões sobre as quais todos estivessem de acordo, e evitar choques sobre questões controversas. O Comitê de Delegações Judaicas podia, portanto, apresentar suas reivindicações de direitos nacionais na certeza de que outros grupos se iriam "abster de agir com hostilidade" em relação a essas propostas.

O Comitê de Delegações Judaicas constava de Mack como presidente e seis vice-presidentes, entre os quais Marshall e Sokolov. Leo Motzkin, que representava a Organização Sionista Mundial, era secretário-geral. Instituíram-se comissões para tratar em separado de várias questões. Os delegados foram eleitos democraticamente em seus respectivos países. Seus memorandos oficiais pediam garantias de cidadania para todos os judeus residentes em qualquer país, e direitos de minoria nacional para os judeus e todas as outras minorias. O têrmo "nacional" indicava uma comunidade étnica e cultural que procurava lealmente servir o país do qual formaria parte integrante. O trabalho feito pelos líderes desse Comitê, particularmente por Marshall, Mack e Sokolov, foi realizado em segredo pelo receio de prejudicar as reivindicações antes que alcançassem o Conselho Supremo. Esse segredo, infelizmente,

A estipulação desses direitos, afirmaram elas, infringiria a soberania de seus países e prejudicaria sua unidade nacional. O Presidente Wilson manteve-se firme, recusando-se a conceder a esses países qualquer território adicional até que aceitassem os termos do tratado. E então, subitamente, em fins de junho, a Polônia assinou-o. Com tremendo alívio os delegados judeus tiveram uma longa entrevista com o chefe de estado polonês, expressando as duas partes seu desejo de cooperação e entendimento.

O tratado polonês confirmando os direitos de minorias concedia aos judeus o direito de usar sua própria língua em escolas primárias; além disso, estariam isentos de executar quaisquer serviços que violassem seu sabá, mas eram, naturalmente, obrigados a desempenhar certos deveres para com o estado, tais como serviço militar, defesa nacional e preservação da ordem. A Liga das Nações garantiria a aplicação dessas cláusulas; quaisquer queixas deveriam ser expressas perante o Tribunal Internacional de Justiça. As estipulações do Tratado das Minorias Polonesas mostravam uma grande semelhança com as garantias buscadas na fórmula do Comitê de Delegações Judaicas e nas propostas apresentadas pelo Comitê Estrangeiro Conjunto e a *Alliance* em fevereiro de 1919.

Os outros países novos foram então colocados na ordem do dia. Romênia e Iugoslávia recusaram-se a ficar obrigados por quaisquer estipulações para a proteção de minorias, não admitindo a inclusão dos "Artigos Judaicos" em seus tratados. Novamente os judeus agiram, nada deixando ao acaso. Seus esforços não foram inteiramente bem sucedidos. As cláusulas judaicas foram retiradas do tratado com a Tchecoslováquia, do Tratado das Minorias Servo-Croata-Eslovenas, e do Tratado Romeno, embora neste último fosse introduzido um novo artigo que garantia aos judeus plenos direitos como cidadãos romenos. Os tratados com países derrotados — Áustria, Hungria, Bulgária e Turquia — basearam-se, em grande parte, no polonês, com a omissão dos "Artigos Judaicos".

Não se tratou da Rússia nessa fase. Louis Marshall, contudo, apelou ao Presidente Wilson para que no tratado final com a Rússia, a ser determinado pela Liga das Nações, fossem incluídas estipulações para a proteção dos direitos de minorias.

Em maio de 1922 foi assinada a Declaração Lituana sobre proteção de minorias; era quase idêntica ao Tratado Polonês. Letônia e Estônia recusaram-se a aceitar os tratados de minorias, mas fizeram uma declaração à Liga que incluía basicamente as estipulações do Tratado Polonês. A Albânia assinou uma declaração semelhante.

A estipulação desses direitos, afirmaram elas, infringiria a soberania de seus países e prejudicaria sua unidade nacional. O Presidente Wilson manteve-se firme, recusando-se a conceder a esses países qualquer território adicional até que aceitassem os termos do tratado. E então, subitamente, em fins de junho, a Polônia assinou-o. Com tremendo alívio os delegados judeus tiveram uma longa entrevista com o chefe de estado polonês, expressando as duas partes seu desejo de cooperação e entendimento.

O tratado polonês confirmando os direitos de minorias concedia aos judeus o direito de usar sua própria língua em escolas primárias; além disso, estariam isentos de executar quaisquer serviços que violassem seu sabá, mas eram, naturalmente, obrigados a desempenhar certos deveres para com o estado, tais como serviço militar, defesa nacional e preservação da ordem. A Liga das Nações garantiria a aplicação dessas cláusulas; quaisquer queixas deveriam ser expressas perante o Tribunal Internacional de Justiça. As estipulações do Tratado das Minorias Polonesas mostravam uma grande semelhança com as garantias buscadas na fórmula do Comitê de Delegações Judaicas e nas propostas apresentadas pelo Comitê Estrangeiro Conjunto e a *Alliance* em fevereiro de 1919.

Os outros países novos foram então colocados na ordem do dia. Romênia e Iugoslávia recusaram-se a ficar obrigados por quaisquer estipulações para a proteção de minorias, não admitindo a inclusão dos "Artigos Judaicos" em seus tratados. Novamente os judeus agiram, nada deixando ao acaso. Seus esforços não foram inteiramente bem sucedidos. As cláusulas judaicas foram retiradas do tratado com a Tchecoslováquia, do Tratado das Minorias Servo-Croata-Eslovenas, e do Tratado Romeno, embora neste último fosse introduzido um novo artigo que garantia aos judeus plenos direitos como cidadãos romenos. Os tratados com países derrotados — Áustria, Hungria, Bulgária e Turquia — basearam-se, em grande parte, no polonês, com a omissão dos "Artigos Judaicos".

Não se tratou da Rússia nessa fase. Louis Marshall, contudo, apelou ao Presidente Wilson para que no tratado final com a Rússia, a ser determinado pela Liga das Nações, fossem incluídas estipulações para a proteção dos direitos de minorias.

Em maio de 1922 foi assinada a Declaração Lituana sobre proteção de minorias; era quase idêntica ao Tratado Polonês. Letônia e Estônia recusaram-se a aceitar os tratados de minorias, mas fizeram uma declaração à Liga que incluía basicamente as estipulações do Tratado Polonês. A Albânia assinou uma declaração semelhante.

Assim, devido principalmente aos esforços dos representantes judeus, a Conferência da Paz foi induzida a garantir direitos minoritários raciais, religiosos e lingüísticos que ultrapassavam os níveis aceitos de igualdade civil, política e religiosa. Grupos minoritários de países novos e ampliados tiveram assegurados *direitos de grupo* na religião, língua, educação e cultura. Desse modo, o ideal de completa uniformidade nacional, que prevalecera antes da guerra, foi suplantado pelo novo ideal de pluralismo e variedade.

Mesmo assim, as exigências mais radicais dos nacionalistas judeus leste-europeus não haviam sido satisfeitas. Esses nacionalistas tinham pensado em termos de estados separados ou nacionalidades federadas num contexto mais amplo. Suas exigências, devido à oposição dos judeus ocidentais, não chegaram a ser expressas publicamente na Conferência da Paz. Mas, mesmo alguns dos desejos mais modestos do Comitê de Delegações Judaicas não foram integralmente realizados. Não obstante, em toda parte judeus aclamaram os Tratados de Minorias como uma grande vitória. A sua atitude geral foi expressa numa carta que Marshall, Cyrus Adler e Nahum Sokolov enviaram a Boris Bogen, o administrador do socorro judaico na Polônia:

> Suas [do Tratado Polonês] cláusulas são de longo alcance. Confere direitos civis e políticos a todos, independentemente de raça, língua, nacionalidade ou religião. Define cuidadosamente a cidadania. Impede a discriminação. Concede ampla segurança ao livre exercício da religião, assegura igualdade perante a lei, o livre uso de línguas das várias minorias e o direito de administrarem suas escolas e outras instituições comunitárias, bem como o de compartilharem dos fundos públicos destinados a fins educacionais e outros semelhantes.
>
> Esses direitos das minorias são declarados pelo Tratado como sendo questões de interesse internacional. É este um ato de primeira grandeza. Constitui, na verdade, uma genuína carta de alforria para todas as minorias, porque sua efetividade é garantida pela sanção da Liga das Nações.

Os judeus da Europa aguardavam então, com expectativa, um futuro mais feliz e seguro. Era um futuro que eles próprios — através de esforço paciente e decidido — haviam obtido para si e para todos os outros grupos minoritários. Seria, contudo, um futuro cujas bênçãos eles vislumbraram apenas por pouco tempo.

Colapso dos Direitos das Minorias

A nova ordem na Europa oferecia a promessa da proteção internacional de minorias sob a Liga das Nações. As estipulações das "cláusulas de minorias" garantiam privilégios nacionais em relação a escolas, escolha de idioma, instituições mantidas pelo estado, e outras mais. Desse modo, os direitos nacionais judaicos foram assegurados por lei na Letônia, Lituânia, Polônia e Tchecoslováquia. Na Letônia, por exemplo, os judeus obtiveram completa autonomia educacional. Na Lituânia foi criado um Ministério Judaico específico. Na Romênia, lugar clássico dos *pogroms*, a nova Constituição garantia à população judaica amplos direitos nacionais e civis.

As massas judaicas, de um modo geral, foram incitadas a níveis mais altos de atividade pelas proclamações de direitos iguais por parte dos novos governos. Sua crença nos elevados ideais de libertação nacional provocou uma intensa revolução social e cultural, que levou a organizações (de âmbito nacional) de vida comunitária e ao estabelecimento de numerosas escolas iídiches e hebraicas.

Mas desde o início foi a democracia política na Europa sumamente frágil, e num espaço de tempo relativamente curto a igualdade formal e garantias constitucionais com que esses governos haviam concordado revelaram-se como nada mais que gestos de conciliação para com os libertadores ocidentais. Começou então, a sério, um processo de privação de direitos, expulsão econômica e emigração forçada, e mais uma vez o ambiente tornou-se tal que os judeus se viram fisicamente inseguros e psicologicamente desesperados.

Era essa a situação na maioria dos países da Europa Oriental e Central. Mal havia sido estabelecida a República Polonesa e já os judeus desse país ficaram sujeitos a ataques físicos, impostos elevados, e à introdução de um *numerus clausus*. Quase todos os partidos políticos da Polônia estavam de acordo em que não havia lugar nesse país para seus três milhões de judeus, a despeito do fato de judeus terem vivido ali por quase mil anos e terem sido pioneiros em todas as fases do desenvolvimento do país. Economicamente, sua situação se deteriorou a ponto de os judeus poloneses se tornarem desvairados por encontrar uma nova pátria — isso, muito antes da era de Hitler.

A Primeira Guerra Mundial e a Declaração Balfour

A situação não era melhor na Romênia, especialmente nas províncias da Bessarábia e Transilvânia, onde um terror desenfreado, inspirado pelo governo, resultou na perseguição e encarceramento de numerosos judeus acusados de lealdade remanescente à Rússia e à Hungria, países dos quais esses territórios haviam sido adquiridos. Na própria Hungria uma polí-

tica de repressão resultou numa acentuada queda na percentagem de judeus que freqüentavam universidades — de 34,6% antes da guerra para 7,8% após a mesma. Em todos os países entre a União Soviética e a Europa Ocidental, numa área habitada por cinco milhões de judeus, instituições de ensino superior transformaram-se em centros de feroz anti-semitismo.

Assim, em quase todos os países da Europa Oriental, tornaram-se os judeus vítimas das novas maiorias soberanas, que seguiram uma política de fanático nacionalismo não obstante todas suas promessas em contrário. Na Polônia, que forcejava para sobreviver economicamente, acreditava-se erroneamente que a destruição de um grupo econômico, isto é, os judeus, fosse inevitável para que os outros pudessem sobreviver. O ataque econômico aos judeus não assumiu, porém, a forma de legislação pública antijudaica. Em vez disso, durante a década de 1920, recorreu o governo ao estatismo, uma espécie de capitalismo de estado que nacionalizou as indústrias de fumo, bebidas alcoólicas, sal e fósforos, bem como todos os ramos de transporte público. Não foi coincidência serem essas as indústrias em que os judeus se achavam mais preeminentemente representados. Os novos proprietários governamentais então dispensaram todos os empregados judeus. Além disso, judeus foram completamente excluídos de todos os cargos no serviço público e contratos governamentais. Dezenas de milhares de judeus juntaram-se aos desempregados. Praticamente todas as camadas da vida judaica foram atingidas. Em meados da década de 1920, dos 2.800 estabelecimentos judaicos de fabricação de sapatos existentes na Polônia, 2.060 foram fechados. O mesmo ocorreu em muitos outros ramos da indústria.

Na Romênia, autoridades nacionais e locais procuraram fugir às mais simples e razoáveis das obrigações que haviam assumido. Na cidade universitária de Cernauti (Tchernovitz), por exemplo, na província setentrional (Bukovina) recém-adquirida da Áustria, um comerciante judeu, desejoso de mostrar sua boa-fé a todos os habitantes da cidade, construiu, aparelhou e presenteou à universidade um excelente centro social para todos seus estudantes. A primeira medida tomada pelas autoridades foi excluir qualquer estudante judeu do uso do novo centro.

Na Hungria a situação também era infeliz, mas de caráter diferente. Nos velhos tempos do Império os filhos das classes média e superior encontravam amplo emprego no exército ou no serviço público. De boa vontade deixavam aos judeus os campos das finanças, jornalismo, comércio, manufatura e diversões. Depois da guerra eram esses campos virtualmente os

únicos que restavam. No serviço público, judeus que possuíam graus universitários eram concorrentes duros. Desenvolveu-se assim um detestável anti-semitismo econômico, centralizado nas universidades. Os judeus húngaros ressentiram amargamente esse rumo dos acontecimentos, por serem mais emancipados que a maioria dos outros judeus leste-europeus e estarem, conseqüentemente, habituados a uma sociedade mais aberta.

E depois, também, os pequenos países da Europa Oriental e Sul-Oriental tornaram-se cobiçosos dos territórios de seus vizinhos. Desprezando os arranjos territoriais do Tratado de Paz, tomaram pela força aquilo que queriam. Conflitos locais foram mais ferozes do que nunca antes, e os judeus freqüentemente se viram no meio, acusados de intrigas desleais pelos políticos mesquinhos de ambos os lados.

O fracasso dos tratados foi, talvez, inevitável. A Liga das Nações não tinha poder para impor seu cumprimento, e deixou de exercer a imparcialidade e justiça essenciais à sua aplicação adequada. As Grandes Potências, além do mais, jogavam com a Liga seu próprio jogo político, obstando quaisquer tentativas de progresso real. E depois, também, os negociadores da paz deram pouca atenção aos problemas econômicos dos países recém-estabelecidos. Nenhum auxílio foi prestado às nações derrotadas para possibilitar-lhes o retorno a uma existência econômica normal. Em conseqüência, pobreza e fome, amargura e ódio aumentavam de dia para dia. Como sempre em tais situações, eram os judeus os melhores bodes-expiatórios para todos os males da sociedade.

A Declaração Balfour

A Primeira Guerra Mundial e a Declaração Balfour

As esperanças sionistas para o estabelecimento da Palestina como um lar para os judeus tornaram-se uma realidade política viva em 1914, quando a Turquia entrou na Grande Guerra ao lado da Alemanha. Com a contemplada liqüidação do Império Otomano (levara ele, por longo tempo, a existência de "Homem Doente da Europa"), várias partes apresentaram suas reivindicações à herança da Palestina. À frente dos pretendentes, nessa etapa, achava-se a França, que baseava sua reivindicação do território no fato de a maioria dos Cruzados na Terra Santa, durante a Idade Média, ter vindo da França. Durante séculos a França desempenhara o papel de protetor dos cristãos que viviam nos domínios turcos, papel esse que já em 1553 havia sido reconhecido pelo governo turco. (Na realidade, porém, os interesses religiosos de quase todos os cristãos do

Império achavam-se investidos principalmente na Igreja Ortodoxa Russa, à qual pertencia a maioria.)

Em 1882 a França fora forçada a aceitar a consolidação dos interesses britânicos no Egito. A esse tempo ela insistiu ainda mais tenazmente em conservar sua influência na Síria, cujo território também incluía a Palestina. Estando a Grã-Bretanha preocupada principalmente com o destino do Canal de Suez, concordou, ao menos por inferência, quando irrompeu a Grande Guerra, em que a França prosseguisse em seu papel preponderante no desenvolvimento econômico e cultural da Síria. A Inglaterra negou expressamente quaisquer aspirações políticas ou territoriais. Essa atitude, contudo, não tardaria a se modificar, quando surgiu na Grã-Bretanha o receio de que uma grande potência tão próxima do Canal de Suez, pudesse pôr em perigo sua linha vital de comunicações para a Índia. A Inglaterra então tornou claro à França que suas esperanças de incorporar a Palestina no plano mais amplo para a Síria não seriam toleradas.

Nessa fase as intenções britânicas eram concordantes com os objetivos sionistas. Oferecer sua proteção a uma Palestina Judaica era um meio de justificar o papel da Grã-Bretanha no Oriente Médio. Líderes sionistas começaram a receber insinuações indicando a disposição britânica de ajudar numa execução do programa sionista para o estabelecimento de um lar legalmente assegurado na Palestina, de acordo com o Programa da Basiléia.

A Primeira Guerra Mundial e a Declaração Balfour

Às vésperas da I Guerra Mundial a força visível do movimento sionista não chegava a ser impressionante. O número de membros em todo o mundo alcançara em 1913 um total de 130 000, mas os progressos eram lentos. Não obstante o fato de a força subjacente do movimento ser bem maior do que o sugerido por essa cifra, os sionistas ainda eram encarados pela maioria dos outros judeus como sonhadores, fora de contato com a realidade. Politicamente, nenhum avanço fora feito desde o VI Congresso. O período de estreita amizade com a Grã-Bretanha durante os anos 1902-1905 (ao tempo da proposta de Uganda) terminara. Os franceses estavam convictos de que os sionistas trabalhavam para os alemães (Herzl esforçara-se para interessar o Kaiser numa Carta), e os turcos, de um modo geral, eram hostis aos esforços sionistas. Segundo as palavras de Chaim Weizmann, "estávamos diante de um muro sem aberturas". Por isso os principais esforços vinham sendo concentrados no trabalho prático na Palestina, em colonização, agricultura, e desenvolvimento de uma cultura nova.

Contato renovado com o governo britânico foi feito por Weizmann em fins de 1914 através de seu amigo C. P. Scott, o redator-chefe do *Manchester Guardian*. Em janeiro de 1915 encontrou-se com Lloyd George, que se tornara presidente do Comitê de Munições e encontrara dificuldades com a produção de acetona. Lloyd George procurou Weizmann, o brilhante cientista, para uma solução do problema; o êxito de Weizmann em criar um novo processo para produzir acetona foi de grande importância para o esforço de guerra, e deu-lhe um amigo no homem que se tornaria primeiro-ministro.

O verdadeiro momento de guinada nas relações anglo-sionistas, contudo, deu-se antes desse episódio, num encontro entre Arthur James Balfour e Chaim Weizmann em 1906. Balfour quisera encontrar-se com Weizmann a fim de convencê-lo de que fora um erro recusar a oferta britânica de Uganda. Numa curiosa inversão Weizmann conseguiu convencer Balfour de que era ele que estava errado; que Sião, e somente Sião, era uma pátria adequada para os judeus. Depois disso Balfour tornou-se um dedicado sionista; sem sua ajuda não teria havido Declaração. Quando Weizmann se encontrou novamente com Balfour, então Secretário do Exterior do gabinete Lloyd George, disse Balfour: "Sabe, estive pensando a respeito daquela nossa conversa [em 1906], e acredito que quando os canhões silenciarem o senhor poderá ter sua Jerusalém."

A partir daí Weizmann trabalhou febrilmente para alcançar esse objetivo. Obteve o apoio de muitas personalidades britânicas importantes bem como o de certos judeus britânicos preeminentes, tais como Herbert Samuel, o primeiro judeu praticante a ser membro do gabinete britânico, Walter Rothschild (filho de Nathaniel), Harry Sacher, Israel Sieff, e Simon Marks. Weizmann esboçou seu plano numa carta a Scott: "...que os judeus assumam a direção do país; todo o encargo de organização recai sobre eles, mas durante os próximos dez ou quinze anos trabalhando sob um protetorado britânico temporário. Uma comunidade judaica forte no flanco egípcio é uma barreira eficiente contra qualquer provável perigo a vir do Norte."

Em muitos países as aspirações sionistas foram atacadas pela liderança judaica, que encarava a possibilidade duma Carta como uma calamidade que poria em perigo os direitos judeus da Diáspora. Às vezes, os protestos mais veementes vinham das próprias organizações que encorajavam esforços filantrópicos judeus na Palestina. Tais círculos tinham o cuidado de não rejeitar os laços históricos entre os judeus e a Palestina, mas estavam ansiosos por conservar a igualdade que

haviam conseguido tão recentemente, e a tanto custo, na Europa Ocidental. Viam eles na concepção de um Estado Judeu um convite aos seus inimigos para levantar a muito debatida questão da lealdade dividida.

Em fins de janeiro de 1917, a despeito dessa oposição, Weizmann e seu comitê submeteram ao Foreign Office um memorando oficial de política proposta para a Palestina, intitulado "Esboço de Programa Para a Recolonização Judaica da Palestina de Acordo com as Aspirações do Movimento Sionista". Seus principais pontos eram que na Palestina os judeus seriam reconhecidos como nação, sendo-lhes concedidas todas as liberdades — cívica, nacional, política e religiosa —, bem como o direito de comprar terras e de imigrar.

Os anti-sionistas, alarmados com o progresso que os sionistas vinham fazendo em 1917, decidiram frustrar esse empenho. Escreve Weizmann:

> Foi uma luta extraordinária que se desenrolou entre o judaísmo inglês no semestre que precedeu a Declaração Balfour — uma luta que provavelmente não tinha paralelo histórico em parte alguma. Aqui se achava um povo que estivera divorciado de sua pátria original por uns dezoito séculos, apresentando uma reivindicação de restituição. O mundo estava disposto a ouvir, a causa estava sendo recebida com simpatia, e uma das Grandes Potências estava pronta a tomar a frente no ato de restituição, enquanto as outras haviam indicado seu benevolente interesse. E uma minoria abastada, satisfeita e enfatuada, uma minúscula minoria do povo em questão, levantou-se em rebelião contra a proposta, e esforçou-se com a maior fúria para impedir que se consumasse o ato de restituição. Ela própria não necessitando — ou acreditando não necessitar — da reparação da antiga injustiça histórica, essa pequena minoria lutou amargamente para privar a vasta maioria dos benefícios de um ato único da consciência mundial; e conseguiu, senão obstar o ato de justiça, pelo menos invalidar parte de sua aplicação.

Num discurso perante uma conferência especial de delegados de todas as sociedades sionistas da Grã-Bretanha, afirmou Weizmann considerar uma questão de profunda humilhação não poderem os judeus permanecer unidos nesse grande momento. "Não queremos oferecer ao mundo um espetáculo de uma guerra entre irmãos. Mas advertimos àqueles que forçarem um rompimento que... não permitiremos a ninguém

interferir com o trabalho difícil que estamos fazendo, e a todos os nossos opositores dizemos: 'Não se metam com o Movimento Sionista!' "

Os anti-sionistas não deram atenção às ameaças. Uma longa declaração foi publicada no *The Times*, repudiando a posição sionista e instando o governo a não favorecer as exigências sionistas. O próprio *The Times* refutou essa declaração, respondendo enigmaticamente: "Só um nervosismo fantasioso sugere que a concretização do sionismo territorial sob alguma forma levaria a Cristandade a voltar-se contra os judeus e dizer, 'Agora que tendes um país próprio, ide para lá'."

Não obstante, a agitação anti-sionista resultou num atraso na emissão da Declaração Balfour, e sua redação final não foi tão precisa ou incondicional em relação aos judeus como o havia sido antes dessa interferência. Quando o item da Palestina foi submetido ao Gabinete de Guerra, Edwin Montagu (então Secretário de Estado para a Índia), um judeu anti-sionista, fez um exaltado discurso contra a medida proposta. Finalmente, a 16 de outubro, o Presidente Wilson telegrafou ao governo britânico o apoio americano à essência da Declaração; estava quebrado o impasse criado pelos anti-sionistas. A 2 de novembro de 1917 o Foreign Office emitiu a declaração seguinte sob forma de uma carta endereçada a Lorde Rothschild, chefe do ramo britânico dessa família e ele próprio não um banqueiro e sim um cientista e membro da Câmara dos Lordes.

Caro Lorde Rothschild,

Tenho grande prazer em transmitir-lhe, em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte Declaração de simpatia para com as aspirações judaicas sionistas, que foi submetida ao, e aprovada pelo, Gabinete:

"O Governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e envidará seus melhores esforços para facilitar a consecução desse objetivo, ficando claramente entendido que não se fará nada que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas existentes na Palestina, bem como os direitos e condições políticas gozados pelos judeus em qualquer outro país."

Eu lhe ficaria agradecido se esta declaração fosse levada ao conhecimento da Federação Sionista.

Sinceramente,

ARTHUR JAMES BALFOUR

A Declaração Balfour assinalou o início de uma campanha militar britânica na Palestina que, um mês depois, levou à libertação da Judéia do domínio turco. No primeiro dia de Khanukah, em 1917, Lorde Allenby entrou em Jerusalém. Entre suas tropas estavam três batalhões judeus da Legião Judaica, formados por voluntários da Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, e da população nativa judaica da Palestina, e tendo à frente Vladimir Jabotinsky e Iossef Trumpeldor. Na Conferência de San Remo, em 1920, a questão da Palestina foi finalmente decidida. Lloyd George despediu-se de Weizmann com as seguintes palavras: "Agora tem o seu Estado. Compete-lhe ganhar a corrida." O Mandato foi formalmente conferido à Grã-Bretanha pela Liga das Nações em 1922.

Importância da Declaração Balfour

A Declaração Balfour é a vitória diplomática decisiva do povo judeu na História Moderna. As subseqüentes vitórias políticas de 1947 e 1948 parecem ensombrar a Declaração Balfour, que foi a contribuição destacada de Weizmann à revolução israelense. Mas 1917, e não 1948, foi o momento decisivo inicial. É verdade que a partilha de 1948 parecia ter conseqüências mais revolucionárias. Mas não dependeu de um impulso exclusivamente visionário. Refletiu um evidente equilíbrio de forças existentes. A coletividade judaica da Palestina tornara-se demasiado grande para ser dominada pelos árabes, demasiado autoconfiante para ser restringida por tutela, e por demais ferozmente resistente para ser frustrada em sua principal ambição. Assim, instar a partilha em 1948 não era desaparecer da realidade sólida para um espaço cósmico de fé mística.

Por outro lado, propor em 1914, como o fez Weizmann, que fosse dado reconhecimento internacional ao direito do povo judeu "de reconstituir um Lar Nacional na Palestina" era rebelar-se contra a inércia dos fatos estabelecidos. Ninguém sabia o que era ou não era um "Lar Nacional". O "povo judeu" não era uma entidade jurídica reconhecida. Nem havia mesmo um país "Palestina"; havia apenas o distrito meridional da Síria. E era também um fato embaraçoso achar-se o país, cujo destino a Grã-Bretanha era convidada a decidir, sob a dominação efetiva dos turcos otomanos, contra os quais a Grã-Bretanha travava então uma guerra notavelmente mal sucedida.

A Primeira Guerra Mundial e a Declaração Balfour

O poder de Weizmann estava em sua capacidade de compreender e de convencer a outros de que as necessidades da história judaica deveriam, no fim, prevalecer contra esses imensos obstáculos de racionalidade. Era ele apenas um professor

na Universidade de Manchester, sem autoridade para falar nem pelo pequeno movimento sionista daqueles dias difíceis. Mas havia uma promessa no ar — de novas e maravilhosas oportunidades a serem tiradas dos interesses e sorte em mutação das potências. E Chaim Weizmann era jovem e livre, sem o fardo da história e do fracasso, desilusão ou cargo público. Encontrava-se na primavera da esperança de seu povo, e era bom estar vivo. Rapidamente, reuniu em torno de si alguns poucos homens, observou e zelou por suas chances, e depois interveio nas arenas políticas centrais com tão ponderosa autoridade e segurança na escolha do momento que mudou por completo a direção da história de seu povo. Era essa uma época em que o nacionalismo triunfante punha muitos líderes de povos libertados em seus pedestais. Weizmann paira acima deles todos na pungente disparidade entre os fins que buscava e os meios de que dispunha.

Um eminente historiador diplomático escreveu:

> Ninguém discute que o Dr. Weizmann foi o principal criador do lar nacional, e sem o lar nacional não poderia haver hoje o Estado de Israel. Mas mesmo agora tenho dúvidas se essa parte de suas grandes realizações jamais recebeu na história contemporânea todo o reconhecimento que merece. Foi, em minha opinião, o maior ato de habilidade diplomática da Primeira Guerra Mundial. Esse período produziu vários grandes líderes de pequenas nacionalidades que obtiveram muito para seus povos quando o mundo foi transformado pelo conflito entre as grandes potências. Mas nenhum deles, a meu ver, nem mesmo os dois mais renomados entre eles, Masaryk e Venizelos, se podem comparar em envergadura com o Dr. Weizmann. Os obstáculos que tiveram de superar para alcançar seus objetivos foram muito menores que aqueles que o Dr. Weizmann tinha de enfrentar. Seus povos já se achavam na posse física de seus territórios. Mas o Dr. Weizmann não tinha essa vantagem. O povo pelo qual se esforçou para criar estava disperso por todos os cinco continentes. O lar que ele procurou criar achava-se num país cujos habitantes, excetuando um pequeno e muito importante grupo de pioneiros, pertenciam a outro povo. Teve ele de remontar a quase 2 000 anos para estabelecer uma reivindicação sobre o mesmo. Não havia precedente para aquilo que pedia.
> (De *Sir* Charles Webster: *The Art and Practice of Diplomacy*)

na Universidade de Manchester, sem autoridade para falar nem pelo pequeno movimento sionista daqueles dias difíceis. Mas havia uma promessa no ar — de novas e maravilhosas oportunidades a serem tiradas dos interesses e sorte em mutação das potências. E Chaim Weizmann era jovem e livre, sem o fardo da história e do fracasso, desilusão ou cargo público. Encontrava-se na primavera da esperança de seu povo, e era bom estar vivo. Rapidamente, reuniu em torno de si alguns poucos homens, observou e zelou por suas chances, e depois interveio nas arenas políticas centrais com tão ponderosa autoridade e segurança na escolha do momento que mudou por completo a direção da história de seu povo. Era essa uma época em que o nacionalismo triunfante punha muitos líderes de povos libertados em seus pedestais. Weizmann paira acima deles todos na pungente disparidade entre os fins que buscava e os meios de que dispunha.

Um eminente historiador diplomático escreveu:

> Ninguém discute que o Dr. Weizmann foi o principal criador do lar nacional, e sem o lar nacional não poderia haver hoje o Estado de Israel. Mas mesmo agora tenho dúvidas se essa parte de suas grandes realizações jamais recebeu na história contemporânea todo o reconhecimento que merece. Foi, em minha opinião, o maior ato de habilidade diplomática da Primeira Guerra Mundial. Esse período produziu vários grandes líderes de pequenas nacionalidades que obtiveram muito para seus povos quando o mundo foi transformado pelo conflito entre as grandes potências. Mas nenhum deles, a meu ver, nem mesmo os dois mais renomados entre eles, Masaryk e Venizelos, se podem comparar em envergadura com o Dr. Weizmann. Os obstáculos que tiveram de superar para alcançar seus objetivos foram muito menores que aqueles que o Dr. Weizmann tinha de enfrentar. Seus povos já se achavam na posse física de seus territórios. Mas o Dr. Weizmann não tinha essa vantagem. O povo pelo qual se esforçou para criar estava disperso por todos os cinco continentes. O lar que ele procurou criar achava-se num país cujos habitantes, excetuando um pequeno e muito importante grupo de pioneiros, pertenciam a outro povo. Teve ele de remontar a quase 2 000 anos para estabelecer uma reivindicação sobre o mesmo. Não havia precedente para aquilo que pedia.
> (De *Sir* Charles Webster: *The Art and Practice of Diplomacy*)

A onda dessa vitória levou Weizmann bem alto em sua crista a uma posição de liderança sem rival na vida judaica. Seu triunfo dera-se na arena da diplomacia. Mas ele sabia que o veredicto final seria decidido em campos mais árduos. Implorou às judeidades poderosas, com êxito apenas parcial, que desviassem suas mentes da diplomacia para as forças mais concretas que, só elas, davam conteúdo à diplomacia. A Declaração Balfour e o Mandato para a Palestina não passavam de oportunidades. Não traziam consigo qualquer certeza inerente de realização. Tudo dependia de poderem ser substituídas por uma realidade geopolítica mais substancial que elas próprias.

Entre as duas guerras mundiais prosseguiria ele em sua tarefa com a nítida compreensão de estar empreendendo uma corrida contra o tempo. O nacionalismo árabe não tardaria a despertar para uma virulência maior; e os estadistas britânicos não ignorariam por muito tempo os cálculos de espaço, população e estratégia em que o mundo árabe parecia sobrepujar tão vastamente os valores imponderáveis expressos pelo sionismo. A tarefa de Weizmann era converter uma visão nobre num fato sólido.

Sua própria posição na vida internacional transmitia uma premonição de soberania judaica. Chefes de estado recebiam-no com cortesia, ministros e altos funcionários com apreensivo respeito. Havia uma boa probabilidade de, fascinados, serem levados a um compromisso não desejado, ou de ficarem extenuados pela tempestade da sua emoção. Mas comportavam-se para com ele como se já fosse presidente de uma nação soberana, igual em envergadura a eles próprios. Ele e eles sabiam que isso não era rigorosamente verdade; mas algo, na presença dele e na própria imaginação histórica deles, impedia-os de quebrar o encanto. O povo judeu produzira, um presidente antes de ter alcançado um estado; e, de certo modo, isso fazia a reivindicação de um estado parecer, a muitos olhos, menos forçada do que de outra forma pareceria.

Das massas de seu próprio povo ele se achava separado pela extensão e distinção de seus contatos, por seu gosto pela elegância, ordem e refinamento na vida cotidiana, e pelo amplo alcance de sua experiência cultural, estendendo-se da tradição popular judaica, através do humanismo europeu, até a atmosfera e disciplina do método científico. Mas em estilo e espírito não estava afastado das mesmas. Elas admiravam sua atitude equilibrada em relação à sua própria eminência pessoal. Sabiam que os interesses centrais delas o prendiam. E recusava-se ele a dispersar suas realizações ver-

A Era de Weizmann

A onda dessa vitória levou Weizmann bem alto em sua crista a uma posição de liderança sem rival na vida judaica. Seu triunfo dera-se na arena da diplomacia. Mas ele sabia que o veredicto final seria decidido em campos mais árduos. Implorou às judeidades poderosas, com êxito apenas parcial, que desviassem suas mentes da diplomacia para as forças mais concretas que, só elas, davam conteúdo à diplomacia. A Declaração Balfour e o Mandato para a Palestina não passavam de oportunidades. Não traziam consigo qualquer certeza inerente de realização. Tudo dependia de poderem ser substituídas por uma realidade geopolítica mais substancial que elas próprias.

Entre as duas guerras mundiais prosseguiria ele em sua tarefa com a nítida compreensão de estar empreendendo uma corrida contra o tempo. O nacionalismo árabe não tardaria a despertar para uma virulência maior; e os estadistas britânicos não ignorariam por muito tempo os cálculos de espaço, população e estratégia em que o mundo árabe parecia sobrepujar tão vastamente os valores imponderáveis expressos pelo sionismo. A tarefa de Weizmann era converter uma visão nobre num fato sólido.

Sua própria posição na vida internacional transmitia uma premonição de soberania judaica. Chefes de estado recebiam-no com cortesia, ministros e altos funcionários com apreensivo respeito. Havia uma boa probabilidade de, fascinados, serem levados a um compromisso não desejado, ou de ficarem extenuados pela tempestade da sua emoção. Mas comportavam-se para com ele como se já fosse presidente de uma nação soberana, igual em envergadura a eles próprios. Ele e eles sabiam que isso não era rigorosamente verdade; mas algo, na presença dele e na própria imaginação histórica deles, impedia-os de quebrar o encanto. O povo judeu produzira um presidente antes de ter alcançado um estado; e, de certo modo, isso fazia a reivindicação de um estado parecer, a muitos olhos, menos forçada do que de outra forma pareceria.

Das massas de seu próprio povo ele se achava separado pela extensão e distinção de seus contatos, por seu gosto pela elegância, ordem e refinamento na vida cotidiana, e pelo amplo alcance de sua experiência cultural, estendendo-se da tradição popular judaica, através do humanismo europeu, até a atmosfera e disciplina do método científico. Mas em estilo e espírito não estava afastado das mesmas. Elas admiravam sua atitude equilibrada em relação à sua própria eminência pessoal. Sabiam que os interesses centrais delas o prendiam. E recusava-se ele a dispersar suas realizações ver-

sáteis em campos variados e esparsos. Os fitos dos seus múltiplos interesses achavam-se entrelaçados numa textura única.

Por essa consagração total aos seus propósitos recompensaram-no seus seguidores com um reverente respeito. Estava ele profundamente enraizado em suas lembranças e origens. Para chancelarias estrangeiras poderia aparecer como um hábil diplomata. Para as massas judaicas era o talentoso filho de um comerciante de madeiras em Pinsk. Sua linguagem, voz e maneirismos nunca deixaram de transmitir a cultura rica e sólida da Área Judaica de Residência. Às vezes, no calor da luta política, seu povo o rejeitaria formalmentte, só para cair numa angústia de arrependimento e mover céus e terras para repô-lo à sua frente. Mesmo quando fora das funções, recusavam-se as comunidades judaicas a reconhecer qualquer outro como o emissário supremo do sionismo.

O Íshuv

O renascimento nacional de Israel já havia começado com os *Biluím*. Foram eles seguidos por pioneiros, em número cada vez maior, e que, como *aliót* (ondas de imigração) distintas, lançaram os alicerces para a estrutura do Israel moderno. Numa época em que a imigração para a Inglaterra e Estados Unidos ainda era livre, esses homens e mulheres se haviam voltado para Sião. Sua ambição era criar uma transformação radical na base da existência judaica. Conscientemente dedicaram-se à atividade agrícola e ao trabalho manual, decididos a limpar o judaísmo do opróbrio do gueto por um retorno ao solo. Se nem todos suportaram a prova que eles próprios se haviam imposto, os melhores dentre eles constituíram uma elite sob cuja liderança começou gradualmente a tomar forma um novo tipo de sociedade judaica. Redenção do solo, trabalho pessoal como uma espécie de salvação — eram esses os ideais que inspiraram a "normalização" da vida judaica empreendida com particular ferocidade pelos pioneiros da segunda *Aliah*, que começou em 1904 e durou até a eclosão da guerra. Esses ideais tornaram-se realidade viva na colônia coletiva, ou *kevutzah*, uma experiência única de organização social que teve início em Deganiah no ano de 1909. Ali foi criada uma sociedade que funcionava de acordo com as normas utópicas concebidas pelos grandes reformadores da Rússia do século XIX; ali se desenvolveu um modo de vida em que, na verdade, todos davam de acordo com suas aptidões e recebiam conforme suas necessidades. Essas unidades embrionárias evoluíram mais tarde para o movimento do *kibutz* — uma encarnação

A Primeira Guerra Mundial e a Declaração Balfour

sáteis em campos variados e esparsos. Os fitos dos seus múltiplos interesses achavam-se entrelaçados numa textura única.

Por essa consagração total aos seus propósitos recompensaram-no seus seguidores com um reverente respeito. Estava ele profundamente enraizado em suas lembranças e origens. Para chancelarias estrangeiras poderia aparecer como um hábil diplomata. Para as massas judaicas era o talentoso filho de um comerciante de madeiras em Pinsk. Sua linguagem, voz e maneirismos nunca deixaram de transmitir a cultura rica e sólida da Área Judaica de Residência. Às vezes, no calor da luta política, seu povo o rejeitaria formalmentte, só para cair numa angústia de arrependimento e mover céus e terras para repô-lo à sua frente. Mesmo quando fora das funções, recusavam-se as comunidades judaicas a reconhecer qualquer outro como o emissário supremo do sionismo.

O Íshuv

O renascimento nacional de Israel já havia começado com os *Biluím*. Foram eles seguidos por pioneiros, em número cada vez maior, e que, como *aliót* (ondas de imigração) distintas, lançaram os alicerces para a estrutura do Israel moderno. Numa época em que a imigração para a Inglaterra e Estados Unidos ainda era livre, esses homens e mulheres se haviam voltado para Sião. Sua ambição era criar uma transformação radical na base da existência judaica. Conscientemente dedicaram-se à atividade agrícola e ao trabalho manual, decididos a limpar o judaísmo do opróbrio do gueto por um retorno ao solo. Se nem todos suportaram a prova que eles próprios se haviam imposto, os melhores dentre eles constituíram uma elite sob cuja liderança começou gradualmente a tomar forma um novo tipo de sociedade judaica. Redenção do solo, trabalho pessoal como uma espécie de salvação — eram esses os ideais que inspiraram a "normalização" da vida judaica empreendida com particular ferocidade pelos pioneiros da segunda *Aliah*, que começou em 1904 e durou até a eclosão da guerra. Esses ideais tornaram-se realidade viva na colônia coletiva, ou *kevutzah*, uma experiência única de organização social que teve início em Deganiah no ano de 1909. Ali foi criada uma sociedade que funcionava de acordo com as normas utópicas concebidas pelos grandes reformadores da Rússia do século XIX; ali se desenvolveu um modo de vida em que, na verdade, todos davam de acordo com suas aptidões e recebiam conforme suas necessidades. Essas unidades embrionárias evoluíram mais tarde para o movimento do *kibutz* — uma encarnação

A Primeira Guerra Mundial e a Declaração Balfour

bem sucedida do ideal igualitário e uma inspiração para as sociedades democráticas em todo o mundo.

A princípio, a idéia de um retorno a Sião era preocupação exclusiva da juventude intelectual judaica da Europa Oriental. Entre os homens e mulheres que vieram naqueles dias estavam jovens excepcionalmente dotados, todos ardorosos em sua devoção à reconstrução da Palestina. Seu filósofo foi Aaron David Gordon, por quem o trabalho físico foi descrito como a base de renovada existência judaica. Era uma época de experimentação, de perigos e dificuldades, mas também um período de estreita camaradagem e espírito ardente. Em 1914 apenas um pequeno início fora feito, mas alcançara-se o suficiente não só para inspirar nos sionistas uma confiança no futuro, como também para granjear a simpatia de muitos judeus que não se chamavam sionistas. As colônias haviam começado a se sustentar por si mesmas. Existia um núcleo de trabalhadores judeus nas cidades, e uma nova cultura se estava fazendo. Era tudo em pequena escala, mas o suficiente para dar peso às reivindicações dos sionistas e como prova de que seus planos não eram sonhos vãos. E então, quando estadistas judeus como Weizmann e Sokolov apareceram no cenário internacional para reivindicar os direitos da nação judaica, o mundo civilizado deu atenção. As realizações na Palestina falavam mais eloqüentemente que séculos de súplicas e lágrimas.

O retorno a Sião e a criação ali de uma nova vida nacional necessitavam o desenvolvimento de uma nova cultura nacional afinada com os valores espirituais do sionismo. O instrumento dessa renascença cultural foi a língua hebraica, revivida pelos sionistas como um meio de comunicação na vida e literatura da nação. Na Europa o hebraico já experimentara uma espécie de renascimento algumas décadas antes de começar a ser falado na Palestina, onde se tornou uma questão sòmente com a imigração sionista. Que era desejável ter uma única língua unificadora para a nova "congregação" era óbvio para todos, mas de início não era tão óbvio que essa língua devesse ser o hebraico. A esse tempo a maioria dos judeus falava iídiche e apreciava a literatura iídiche. O hebraico era uma língua conhecida na sinagoga e na escola, uma língua de oração e estudo, mas era falada por poucos e não acompanhara o ritmo do mundo moderno. Não obstante, tomou-se a decisão de que o hebraico deveria ser a língua nacional. Um homem, Eliezer ben Iehudah, dedicou sua vida a refazer o idioma hebreu como veículo de uma nova vida judaica; o imenso dicionário que compilou continha centenas de novas expressões idiomáticas. Para os novos pioneiros o iídiche veio a simbolizar

A Primeira Guerra Mundial e a Declaração Balfour

o exílio, a humilhação. O retorno à liberdade significava um concomitante retorno à língua dos antigos hebreus, o forjamento de um elo entre o povo e a terra, numa orgulhosa afirmação de glórias passadas.

Os primeiros a propagar o hebraico haviam sido os trabalhadores das colônias agrícolas, esses primitivos colonos cuja vinda fora inspirada pelo movimento *Khibat Tzion*. Insistiram eles em usar o hebraico na conversação, leitura e escrita. Não houvessem demonstrado tal obstinação, e o hebraico poderia não se ter estabelecido como a língua unificadora da pátria. Pois a luta pelo hebraico foi longa, amarga e complicada. A velha comunidade devota da Palestina encarava o idioma hebreu como a língua sagrada, reservada para oração e estudo. Muitos recusaram-se a usar o hebraico para fins cotidianos, e ficaram horrorizados com essa profanação da língua sagrada. Todos esses fatores tiveram de ser superados antes que o hebraico pudesse tornar-se um elemento natural, e não artificialmente imposto, na vida e cultura nacionais.

Em 1913 existiam na Palestina diversas escolas em que o hebraico era a língua de ensino. Pode-se medir a vitória sionista nesse sentido por um incidente ocorrido naquele ano, quando foi inaugurado o Technion de Haifa tendo como língua oficial o alemão. Tanto alunos quanto professores entraram em greve; seu lema: "Sem Hebraico — Sem Technion." Nenhuma pressão por parte da organização filantrópica mantenedora, o *Hilfsverein* alemão, pôde convencer os eruditos em greve a desistir de sua nova língua.

Para todos os efeitos, era a vida judaica na Palestina uma vida nacional. Era-o em virtude das emoções básicas dos colonos; seus esforços para reabilitar o país foram empreendidos não só para melhorar sua própria situação econômica e política, mas para favorecer a causa da nação em geral. A fim de alcançar esse objetivo estavam dispostos a passar por uma completa transformação na estrutura tradicional da sociedade judaica; o resultado de sua dedicação foi a conversão de uma terra devastada num país florescente e produtivo. A adoção, como língua falada, do hebraico, e a criação de muitas instituições culturais novas inauguraram uma era de profundo renascimento espiritual, uma expressão de uma nova consciência nacional cujas repercussões no mundo judeu e não-judeu em geral eram inteiramente desproporcionais à força numérica desses primeiros pioneiros. Sua riqueza era insignificante, e sua força física desprezível. Mas eles ampliaram sua pequena realidade com uma visão utópica. Estavam resolutamente convictos de que era seu destino proporcionar uma nova comunicação de liberdade ao judaísmo e a toda a humanidade.

A Primeira Guerra Mundial e a Declaração Balfour

19 | A Palestina no Período de Entreguerras

A DECLARAÇÃO BALFOUR foi saudada pela judeidade de todo o mundo como uma espécie de Carta Magna. A cautela e ambivalência de sua redação não puderam ofuscar seu brilho interior. A idéia da independência nacional judaica havia passado da fantasia para o mundo real da política. Em algumas partes da Diáspora judaica o fervor messiânico foi tão intenso que Weizmann achou necessária uma nota de advertência.

> Um Estado não pode ser criado por decreto mas somente pelas forças do povo e no decurso de gerações. Mesmo se todos os governos do mundo nos dessem um país, seria uma dádiva de palavras. Mas se o povo judeu for e construir a Palestina, o Estado Judeu se tornará uma realidade e um fato.

As condições sob as quais se construiria a realidade eram incomuns. Quase não havia fundos, a experiência era escassa e pouca a instrução nas atividades mais estreitamente relevantes para a tarefa à mão. Gente que durante séculos estivera desligada da terra lançou-se então a um desenvolvimento agrícola intensivo. Intelectuais, lojistas, comerciantes e estudantes voltaram-se por um ato de vontade consciente para o solo. Por qualquer análise racional parecia a experiência destinada ao fracasso. E, no entanto, a população judaica da Palestina cres-

ceu de 55 000 ao fim da I Guerra Mundial para 450 000 em 1939. Cada novo imigrante abria caminho para o seguinte. O objetivo principal era criar oportunidades para os que viriam.

A era do Lar Nacional começou com a terceira *Aliah*. Um núcleo de pioneiros dedicados, entre dezenas de milhares que chegaram após a I Guerra Mundial, deu à nova sociedade sua força motivadora. A palavra *pioneiro* não esgota inteiramente o significado de *khalutziut*, que se tornou a ética fundamental da vida judaica palestinense. O conceito é um de auto-abnegação, austeridade, misticismo prático, e uma recusa criadora de encarar fatos incômodos. O pioneiro estava totalmente devotado à visão social e nacional. Suas satisfações provinham não de vantagens pessoais mas do espetáculo de crescimento e expansão do qual era o arquiteto e, por vezes, vítima. A primeira tarefa era tornar a própria terra um ambiente adequado para atividades civilizadas. A drenagem de pântanos, o plantio de árvores e a construção de estradas privaram parte do país de sua incrível aridez. Malária mortífera, levada por nuvens de mosquitos pairando sobre esquecidos charcos e pântanos, causava grande número de vítimas. Um idealismo judeu, suprimido durante muitos séculos, encontrou então uma saída heróica. A sociedade que emergia diferia completamente de tudo antes associado à imagem judaica. O novo protótipo nacional não era o negociante ou o erudito ascético, e sim o agricultor e o trabalhador.

O distintivo dessa nova tribo judaica era o sofrimento. Não tinham dinheiro nem facilidades médicas, e às vezes escasseavam os alimentos. Em suas colônias mais afastadas estavam sujeitos a acentuado isolamento cultural e, freqüentemente, a perigos físicos. Havia ocasiões em que passavam fome para que seu gado pudesse comer. A explicação era cativante: "Somos sionistas, mas nossas vacas não." A nova sociedade era marcada por um profundo senso de preocupação moral. Os colonos afligiam-se com intermináveis debates sobre o significado de suas vidas, a finalidade de suas ações e a forma da nação que se esforçavam por construir. Nas colônias socializadas que fundaram foram seguidos rigorosos ideais de justiça e igualdade. Eram impulsionados por um impetuoso e constante senso de missão. Aprenderam com as experiências e os fracassos. E, acima de tudo, procuravam uma reedificação espiritual interna de suas almas, uma reconstrução total da vontade nacional.

A Palestina no Período de Entreguerras

Com cada nova onda imigratória a comunidade tornava-se mais complexa. Vários modos de pensar sociais e religiosos entraram em choque quanto ao objetivo final do Lar Nacional.

Mas quase todos conseguiram unir-se para os objetivos imediatos. Em 1925 a quarta *Aliah*, consistindo em mais de 30 000 imigrantes, entrou subitamente. Metade vinha da Polônia, fugindo de nova perseguição. Eram quase todos da classe média. Não haviam tido contato com fontes primárias de produção. Encontraram imensas dificuldades econômicas e muitos retiraram-se, desanimados. A crise terminou em 1928. Novas fábricas haviam sido estabelecidas, e essas, juntamente com as fazendas em expansão, absorviam uma crescente mão-de-obra. As águas do Jordão foram aproveitadas para uma estação elétrica na Usina Rutenberg. O potencial mineral do Mar Morto estava sendo explorado por trabalhadores voluntários. O setor judaico da Palestina tornava-se, pelos padrões do Oriente Médio, uma sociedade progressista.

Igualmente rápido foi o progresso na organização social. Desde o início o *íshuv* se decidira a governar sua vida interna e a desenvolver suas próprias instituições. Na Europa Oriental os judeus estiveram familiarizados com esse padrão. Tinham eles criado seu ambiente social próprio em quase completo olívio do governo central ao qual estavam sujeitos. Também a Administração Mandatária britânica ficou externa às estreitamente unidas estruturas autônomas que os judeus estabeleceram e mantiveram.

O hábito democrático era estimulado em todos os níveis. Em sufrágio geral o *íshuv* elegia seus próprios representantes, a *Assefat Ha-nivkharim*, que por sua vez designava um órgão executivo, o *Vaad Leumi* (Conselho Nacional). Organizou este um sistema educacional que abrangia quase toda a população judaica. Foi essa, de fato, uma de suas realizações decisivas levadas a efeito com escasso encorajamento da Potência Mandatária. O nível educacional era tão elevado entre a ativa e vigorosa população agrícola quanto entre os habitantes das cidades. De um molde antigo formava-se uma nova nação.

A liderança nacional deu grande ênfase ao progresso intelectual. Weizmann, em seus anos românticos, sonhara com uma Universidade Hebraica como expressão máxima da cultura renascente. Achou ele que o espírito judeu floresceria melhor em seu próprio solo, onde mestres e discípulos, inspirados pelas mesmas tradições, criariam, em sua própria língua, uma autêntica cultura nacional. A Universidade Hebraica foi concebida como uma espécie de usina geradora de energia espiritual e intelectual através do povo judeu em geral.

Em julho de 1918, ouvindo-se ainda o troar dos canhões, procedeu-se ao lançamento da pedra fundamental da Universidade Hebraica, no Monte Scopus, em presença do general bri-

tânico Allenby e seu estado-maior, representantes dos exércitos aliados, dignitários muçulmanos, cristãos e judeus de Jerusalém, e representantes do *íshuv*. Foi essa uma das assembléias formadoras do novo Israel. Sobre esse dia escreveu Weizmann:

> O cenário físico da cerimônia foi de inesquecível e sublime beleza. O sol poente inundava os montes de Judéia e Moab com uma luz dourada, e parecia a mim, também, que as elevações transfiguradas observavam, assombradas, vagamente cônscias talvez, que este era o início de um retorno de seu próprio povo após muito tempo. Abaixo de nós estava Jerusalém, brilhando como uma jóia.
> Estávamos praticamente ao alcance do som dos canhões na frente setentrional, e eu falei sucintamente, contrastando a desolação que a guerra vinha trazendo com a significação criadora do ato que presenciávamos; lembrando, também, que apenas uma semana antes havíamos observado o Jejum do Nove de Av, o dia em que foi destruído o Templo e extinta — aparentemente para sempre — a existência política nacional judaica. Ali estávamos para plantar a semente de uma nova vida judaica.
> ...Não levou a cerimônia mais de uma hora. Quando terminou cantamos a *Hatikvah* e *God Save the King*. Mas ninguém parecia ansioso para sair, e ficamos em silêncio, com as cabeças abaixadas, em redor da pequena fileira de pedras, enquanto o crepúsculo se aprofundava na noite.

Em 1925 a Universidade foi oficialmente inaugurada. A cerimônia trouxe convidados de todas as partes do mundo. Reuniram-se num anfiteatro natural, do qual se tinha uma vista sublime em toda volta: os saltitantes montes da Judéia, a íngreme descida para o Vale do Jordão com um vislumbre das águas azuis do Mar Morto e, do outro lado deste, as montanhas de Guilead e Moab.

Lorde Balfour, que havia fielmente acompanhado o sionismo no início de sua luta, proferiu o discurso inaugural. Em sua vestimenta escarlate de Cambridge, sua dignidade e seus cabelos brancos, parecia simbolizar um mundo não-judeu entrando em acordo pela primeira vez com a igualdade nacional judaica.

A Palestina no Período de Entreguerras

Não é a magnificência da vista que se estende diante de nós. É a consciência de que esta ocasião assinala uma grande época na história de um povo que tornou a pe-

quena terra da Palestina uma sementeira de grande religião, cujo destino intelectual e moral, sob um ponto de vista nacional, está novamente renascendo, e que relembrará esse dia que estamos celebrando como um dos grandes marcos em sua carreira futura.

Jerusalém e Monte Scopus constituíam uma expressão do renascimento nacional. Algumas centenas de metros abaixo e distante uns sessenta e cinco quilômetros emergiu outra. Ali às margens do Mediterrâneo, Tel-Aviv, fundada em 1909 como um subúrbio de Jafa para uma população de dez mil, crescia rapidamente como uma ativa cidade judaica. Tel-Aviv tornou-se o centro nervoso da nação. Comércio e indústria cresceram. Jornais hebraicos eram publicados todas as manhãs; poetas e escritores afluíam a reuniões semanais nas noites de sexta-feira; a atmosfera intelectual da cidade era iluminada pelos mestres do hebraico moderno. Haím Nakhman Biálik, Saul Tcherníkhovsky e, durante uns poucos anos de declínio, o filósofo Akhad Ha'am. Nos teatros representavam-se dramas hebraicos e estrangeiros. Ali o primeiro concerto da Orquestra Sinfônica da Palestina, organizada por Bronislaw Hubermann, foi regido por Arturo Toscanini com obras de Beethoven e Mendelssohn. Parecia que os anos de privações e sacrifício haviam começado a florir. Homens e mulheres que tinham vindo à Palestina em sério desafio aos obstáculos reivindicaram então sua herança cultural e empenharam-se na revolução de seu povo.

A quinta *Aliah*, iniciada em 1932, viu a absorção na pátria de dezenas de milhares de judeus alemães. O terror do qual fugiram não atingira ainda seu paroxismo final, mas os perigos e humilhações eram bastante intoleráveis. Havia algo pungente no contraste entre sua confiança anterior e sua ruína presente. Os judeus alemães estiveram, com freqüência, mais afastados do sionismo que mesmo os mais assimilados dentre os judeus poloneses e russos. Eles haviam dado à sua "pátria" alemã toda a lealdade e cooperação. Eram intensamente europeus nas maneiras e no gosto, traje e requintes. Sua adaptação à terra quente e árida do Oriente Médio foi proporcionalmente mais difícil. Apresentaram ao Lar Nacional um claro desafio quanto à sua vocação fundamental de receptáculo de comunidades e esperanças judaicas. Poderiam esses judeus requintados desenvolver qualquer afinidade com a Palestina? Seu caminho foi difícil, mas eles o percorreriam com elegância, assumindo um lugar honroso e criador na sociedade nacional.

A Potência Mandatária britânica deu uma interpretação conservadora à sua tarefa de facilitar o estabelecimento de um Lar Nacional Judaico. A política britânica tornara-se uma incumbência internacional com a incorporação da Declaração Balfour ao Mandato da Palestina, elaborado na Conferência da Paz em Paris e ratificado em San Remo em 1922. A supervisão da Liga das Nações era formal e um tanto negligente. Não havia restrições reais à soberania britânica. O fardo principal de facilitar o estabelecimento do Lar Nacional recaiu sobre a Organização Sionista, que criou instrumentos de administração, financiamento e representação política. O *Kéren Kaiémet* (Fundo Nacional Judaico) fora estabelecido em 1901, no V Congresso Sionista, com a finalidade de comprar na Palestina terras que seriam propriedade inviolável do povo judeu. E então foi criado o *Kéren Ha-Iessod* (Fundo Judaico de Fundação). Seus fundos seriam usados para todos os fins: facilitação da imigração, educação, serviços de saúde, colonização. Seria lançado como um empreendimento de massas; judeus de toda parte foram chamados a dar um décimo de sua renda à maneira do antigo dízimo bíblico. Finalmente, instituiu-se uma organização global, denominada Agência Judaica, para a administração da Palestina judaica e a supervisão de suas relações com o judaísmo mundial e a Potência Mandatária.

Foi só em 1929, quando não-sionistas ingressaram na Agência Judaica, que todo o judaísmo organizado começou a tomar um interesse ativo pelo empreendimento palestinense. Antes disso os judeus ricos haviam respondido com relutância ao apelo sionista. O movimento tinha um nítido aspecto populista. Muito mais teria sido alcançado se todo o peso do apoio judaico mundial houvesse sido aplicado ao projeto sionista nessa fase. Muitas oportunidades de compra de terras e atividades de socorro entre atormentadas comunidades da Diáspora foram perdidas por falta de fundos. O *íshuv* dependia de coletas e contribuições voluntárias. O próprio Weizmann e eminentes luminares judeus como Albert Einstein, o juiz Louis Brandeis e Henrietta Szold juntaram seus papéis de estadistas e administradores do sionismo com o de zelosos e prementes angariadores de fundos.

A Palestina no Período de Entreguerras

Nos vinte anos decorridos entre o término da I Guerra Mundial e o Livro Branco de 1939 o *íshuv* desenvolveu sua comunidade independente. Mantinha uma rede de escolas, serviços de saúde e organizações trabalhistas. Desenvolveu mesmo seu próprio sistema de defesa. A Potência Mandatária não teve escolha senão reconhecer esse "estado dentro de um

estado", mas a fim de transformar esse núcleo numa sociedade política distinta uma coisa mais era necessária: independência nacional. A respeito disso não havia pressa nas mentes sionistas. Uma situação constitucional era tolerável enquanto permitisse o prosseguimento da tarefa prática de expansão social e o fluxo da corrente imigratória. O objetivo fundamental era evitar que o país viesse a ficar sob um regime ainda mais reticente que o mandatário quanto às esperanças nacionais judaicas. Na segunda e terceira décadas após a Declaração Balfour os líderes sionistas viram com olhos apreensivos o crescente ardor e força do nacionalismo árabe.

As Origens do Nacionalismo Árabe

Israel nasceu numa região onde o nacionalismo político registrou extraordinário progresso neste século. Cinco décadas atrás todos os árabes, e mesmo quase todos os muçulmanos na face da Terra, viviam sob o domínio do Império Otomano ou das potências coloniais. Em parte alguma as grandes tradições culturais muçulmanas e árabes eram centro de vida política e econômica independente. No espaço de cinqüenta anos dar-se-ia uma transformação vasta e surpreendente. Hoje, catorze estados árabes soberanos estendem-se sobre uma vastidão continental de dez milhões de quilômetros quadrados, abrangendo todos os centros que devem sua fama histórica à sua associação com as tradições árabes e muçulmanas. Cairo, Bagdá e Damasco, os cenários e centros do Califado; Meca e Medina, as cidades santas da Arábia, fontes e origens da fé muçulmana — são hoje centros de nações árabes independentes. Essa imensa sorte em sua evolução política adveio aos povos árabes menos como resultado de seu próprio sacrifício e esforço do que em conseqüência de influência internacional em duas guerras mundiais e, mais recentemente, de renascimento em todo o mundo da simpatia pela libertação nacional.

Em comparação com o povo judeu, as nações árabes alcançaram muita coisa, muito rapidamente, e com muito menos trabalho e lágrimas. Mas durante os quatro séculos precedentes as potências coloniais ocidentais haviam causado grande dano aos interesses e orgulho árabes. O mundo de língua árabe, outrora berço de cultura e das artes, ficara aquém dos melhores níveis de progresso político e tecnológico. No que dizia respeito ao mundo árabe, a Revolução Francesa poderia nunca ter ocorrido. A doutrina de igualdade política e justiça social, que se propagou através da Europa, e posteriormente do outro lado do Atlântico, não deixou impressão no obscuro

A Palestina no Período de Entreguerras

hinterland da Arábia, que continuou a se organizar conforme padrões feudais medievais. Similarmente, no que dizia respeito ao Oriente Médio, poderia nunca ter havido a Revolução Industrial. A evolução na tecnologia humana que tinha revolucionado o progresso material não deixou marca na esqualidez dos pululantes milhões que viviam no subcontinente entre o Mediterrâneo central e o Golfo Pérsico. Se fizéssemos um balanço ao fim do século XIX, uma atitude de ressentimento e injúria em relação ao Ocidente teria profunda justificação.

Na década anterior à I Guerra Mundial, quando o Império Otomano se encontrava em plena decadência, grupos nacionalistas árabes começaram a exigir o direito inato de sua nação. Faltavam ao movimento adeptos em massa, mas sua tocha era mantida alta, com emocionante veemência e freqüentemente à custa de sacrifício, pela elite intelectual em todos os países onde se falava árabe. Os nacionalistas árabes, assim como os sionistas, viram a aproximação da era britânica no Oriente Médio. Seus representantes procuraram e obtiveram promessas de liberdade nacional a serem concretizadas quando cessasse a luta. Em 1921 um rei árabe, Feisal, estava instalado no Iraque. Seu irmão, o Emir Abdullah, havia sido contemplado com a Transjordânia, e os territórios do Hedjaz com suas cidades santas formavam o reino da Arábia Saudita.

Havia existido contato entre a Grã-Bretanha e os árabes antes da eclosão da I Guerra Mundial, mas apenas em escala limitada. A Grã-Bretanha hesitou em assumir compromissos precisos para com Hussein, o Xarife de Meca, quando este pediu modesto auxílio para iminente revolta dos árabes contra os turcos. Após a eclosão da guerra foi a Grã-Bretanha que tentou influenciar os árabes no sentido de iniciarem sua revolta contra os turcos. A essa altura, porém, Hussein não estava disposto a agir. Realizaram-se negociações entre *Sir* Henry McMahon, Alto Comissário britânico no Egito, e o Xarife Hussein, que exigiu soberania árabe sobre uma área muito vasta. Finalmente, foi alcançado um acordo. Ao contrário de posteriores alegações árabes, a Palestina estava explicitamente excluída nas negociações Hussein-McMahon. O próprio McMahon negaria posteriormente qualquer afirmação em contrário, mas políticos árabes do pós-guerra repetiram tal afirmação incansavelmente em sua condenação da "promessa quebrada da Grã-Bretanha em relação à Palestina".

A Palestina no Período de Entreguerras

As exigências árabes de um estado independente *na Palestina* não tinham raízes em qualquer lembrança de prévia independência árabe naquele solo. Até o ano 70 era a Palestina universalmente reconhecida como "a terra dos judeus".

Assim fora no conhecimento geral durante mais de mil anos. Somente com a queda de Bar Kokhba foi que os judeus cessaram suas tentativas de manter soberania no país. A Palestina caiu em poder dos árabes em 634, e permaneceu sob o domínio dos califas aproximadamente quatro séculos antes de ser conquistada pelos Cruzados e, no século XVI, pelos turcos otomanos. Assim, do século XVI em diante, o país esteve sob domínio não-árabe.

Que a Palestina não era igual a outros territórios do Oriente Médio em sua relação com a história árabe estava implícito na atitude cautelosa dos líderes árabes após a I Guerra Mundial. Hesitaram eles em apresentar reivindicações sobre a Palestina. Os árabes da Síria e Iraque exigiam domínio independente total. Em relação à Palestina seus líderes estavam dispostos a transigir. Na Conferência da Paz em Paris a questão da Palestina foi, para os árabes, de importância secundária. Sua principal tarefa era assegurar a promessa de independência naqueles territórios cujo caráter árabe era irrestrito. A causa árabe na Conferência da Paz foi representada pelo Emir Feisal em nome de seu pai, o Xarife de Meca. Suas exigências de independência nos países árabes foram inflexíveis, mas quanto à Palestina demonstrou uma intuição pelas forças históricas que haviam formado esse país.

Em 1918 Chaim Weizmann procurou o Emir Feisal com o propósito de chegar a um entendimento com o líder árabe. O encontro entre Feisal e Weizmann, que teve lugar em Akaba, levou ao primeiro e, até hoje, único entendimento jamais registrado entre líderes dos dois movimentos nacionais.

Em novembro de 1918 a Organização Sionista Mundial cumprimentou Feisal por sua coroação como Rei da Síria. Após um encontro com líderes judeus em Londres, Feisal emitiu uma declaração que foi publicada no *The Times* de 12 de dezembro de 1918:

> Os dois ramos principais da família semítica, árabes e judeus, compreendem-se mutuamente, e espero que em conseqüência da troca de idéias na Conferência da Paz, a ser orientada pelos ideais de autodeterminação e nacionalidade, cada nação fará progresso certo no sentido da realização de suas aspirações. Os árabes não têm ciúmes dos judeus sionistas, e tencionam tratá-los com justiça; e os judeus sionistas asseguraram aos árabes nacionalistas sua intenção de, também eles, se conduzirem honestamente em suas respectivas áreas. A intriga turca na Palestina provocou ressentimento entre os colonos judeus e

camponeses locais, mas a compreensão recíproca dos objetivos de árabes e judeus apagará, de imediato, os últimos vestígios dessa antiga amargura, que, na verdade, já havia praticamente desaparecido mesmo antes da guerra, por obra do Comitê Revolucionário Secreto Árabe...

A noção de Arábia para os árabes, Judéia para os judeus, aparece com ainda maior clareza em cartas assinadas por Feisal, ao tempo da Conferência da Paz, relativas ao seu entendimento com Weizmann. Em 1936 uma Comissão Real britânica expressaria sucintamente esse registro histórico, "Se o Rei Hussein e o Emir Feisal obtivessem seu grande Estado Árabe, eles concederiam a pequena Palestina aos judeus."

A boa vontade durou pouco. Os árabes não "obtiveram seu grande Estado Árabe". Por isso, recusaram-se a "conceder a pequena Palestina aos judeus". A Grã-Bretanha dominou o Iraque, e a França expulsou Feisal de Damasco. Uma feroz decepção apossou-se do movimento nacional árabe. A posição moderada de Feisal ficou enfraquecida. O nacionalismo árabe reivindicou a libertação completa da Síria, sua união com a Palestina, e resistência total ao Lar Nacional Judaico.

Na Palestina o nacionalismo árabe ficou organizado segundo um padrão oligárquico. Seus líderes eram os grandes proprietários rurais, os dirigentes religiosos muçulmanos, e os membros prósperos das profissões liberais. Aqueles que haviam desempenhado um papel dominante na comunidade árabe sob a administração turca mantiveram e fortaleceram sua influência. A desequilibrada estrutura de classes das organizações nacionalistas árabes expressou-se em simpatias e orientações que, posteriormente, alinhariam o movimento com as políticas e objetivos de Mussolini e Hitler.

A posição principal foi adquirida por Haj Amin el-Husseini, Grão-Mufti de Jerusalém e Presidente do Supremo Conselho Muçulmano, que deveria, supostamente, lidar só com assuntos religiosos dos muçulmanos. Mas todas as famílias árabes mais importantes estavam de acordo em um ponto: exigiam a abolição do Lar Nacional Judaico e da Declaração Balfour, e a criação de um estado árabe independente. Seu argumento era o de que a soberania pertencia aos árabes onde quer que estivessem e aos judeus em parte alguma. Em sua propaganda arengavam contra a venda de terras a judeus que, alegavam erroneamente, deixaria sem terras a população rural. Os próprios líderes nacionais árabes, contudo, vendiam grandes extensões de terra aos judeus.

A resistência árabe às reivindicações nacionais judaicas, durante esse período, foi tremenda, mas de modo algum insuperável. Nenhuma tentativa foi feita pelo governo mandatário para expressar os fundamentos ideológicos em que se baseava sua incumbência. O nacionalismo árabe se manifestaria total e livremente sobre vastas áreas do Oriente Médio enquanto que ao povo judeu seria concedida autodeterminação nacional na "pequena Palestina", fonte e berço de sua identidade e tradição. Um nítido apoio a essa adjudicação pela comunidade internacional poderia, nas décadas de 1920 e 1930, ter evitado o conflito que se aproximava, mas deixou-se perecer a visão de Feisal. O nacionalismo árabe e o sionismo estavam presos em mortal combate.

Relações Anglo-Judaicas (1920-1939)

A oposição árabe não foi o único desafio que importunou os sionistas no período de pós-guerra. As relações entre eles e a Potência Mandatária britânica deterioraram-se rapidamente. As autoridades britânicas na Palestina empurraram a Declaração Balfour e o Mandato para o último lugar de seus cuidados. A atitude britânica em relação ao desenvolvimento judaico assumiu a forma de obstrução, mais tarde, de repressão.

A política da liderança judaica na Palestina e do movimento sionista mundial caracterizava-se por uma não-correspondida boa vontade para com a Potência Mandatária. Tinha-se ainda a esperança de que a Grã-Bretanha, cutucada e espicaçada pela opinião mundial, poderia ser persuadida a cumprir suas obrigações. Os líderes sionistas estavam convencidos de que laços com a Grã-Bretanha eram, no momento, a melhor garantia para o desenvolvimento do Lar Nacional Judaico. Essa convicção foi constantemente minada. As relações entre a Grã-Bretanha e os sionistas tornaram-se cada vez mais tensas, até que atingiram uma virtual ruptura com a publicação do Livro Branco em 1939. Através de uma drástica limitação da imigração e possibilidades de colonização, propunha essa declaração de política sustar o crescimento do Lar Nacional Judaico e entregá-lo, após decorridos dez anos, às por demais previsíveis "mercês" de um governo árabe.

A Palestina no Período de Entreguerras

Tudo isso ainda estava bem longe quando, em julho de 1920, foi instituída a Administração Civil britânica com a chegada de *Sir* Herbert Samuel, primeiro Alto-Comissário para a Palestina. A nomeação de um governador judeu em Jerusalém foi entusiasticamente aclamada na Palestina e pelo judaísmo mundial. Havia sugestões messiânicas na vinda de

Samuel. Não tardaria ele a decepcionar as mais extremas dessas esperanças. Um de seus primeiros atos foi declarar uma anistia geral para todos os participantes árabes nos distúrbios de 1920 em Jerusalém. Pouco depois teve um gesto de boa vontade para com os árabes indultando os líderes dos distúrbios, entre eles Amin el-Husseini, a quem mais tarde instalou como Grão-Mufti de Jerusalém e que se tornou o espírito dirigente das perturbações subseqüentes, e, durante a II Guerra Mundial, um fiel aliado da causa nazista.

O maior de todos os choques ocorreu quando, após os distúrbios de maio de 1921, Herbert Samuel anunciou, numa reunião de dignitários árabes em Ramla, que a imigração judaica seria suspensa. Observou Henrietta Szold: "Tanto a decisão quanto a forma como foi anunciada vieram como um severo choque para os judeus em toda parte. Imigrantes já à vista da costa palestinense foram impedidos de desembarcar." A suspensão da imigração provocou o primeiro conflito aberto entre a administração britânica e os judeus palestinenses. A Comissão Sionista, constituída de líderes sionistas que vieram à Palestina em 1918 com atribuições consultivas e foram mais tarde substituídos pelo Executivo da Agência Judaica, demitiu-se em sinal de protesto, assim como o fez também o Executivo do *Vaad Leumi*. Reassumiram suas funções somente depois de receber do Secretário das Colônias, Winston Churchill, garantias de que a imigração seria restabelecida.

É certo que Herbert Samuel agia na sincera convicção de que uma política de cautelosa boa vontade em relação aos árabes serviria aos melhores interesses da Potência Mandatária. Antes de sua nomeação para Alto-Comissário mantinha *Sir* Herbert a opinião da maioria dos estadistas britânicos daquele período de que o objetivo final da Declaração Balfour era o estabelecimento do Estado Judeu. Suá corajosa defesa da política sionista no Gabinete fora, realmente, um fator crucial na adoção da Declaração Balfour. Nunca ele perderia sua dedicação aos interesses fundamentais do povo judeu. Mas ele foi também, e acima de tudo, o primeiro representante do governo inglês a deslocar o centro de gravidade na política britânica. Daí em diante a finalidade principal não foi facilitar o estabelecimento do Lar Nacional Judaico e sim sujeitar esse objetivo à tarefa de conseguir tranqüilidade na comunidade árabe.

Além de aplicar regulamentos mais rigorosos contra a imigração e a aquisição de terras por judeus, voltou-se o governo

britânico para o atendimento de exigências árabes na esfera constitucional. Patrocinou propostas de independência que davam valor total à existente maioria árabe e pouco ou nenhum a imigrantes judeus que eram os cidadãos em potencial do Lar Nacional. A redução do Mandato começou com o Livro Branco de Churchill, publicado em junho de 1922. Nesse documento o governo britânico decretou a exclusão da Transjordânia daquelas estipulações do Mandato que se referiam ao estabelecimento do Lar Nacional Judaico. Instituiu um governo árabe, o Reino Hachemita da Transjordânia. A colonização judaica na Transjordânia ficou, a partir de então, proibida. Limitações à imigração de judeus na Palestina ocidental achavam-se também incluídas no Livro Branco.

Por esse ato unilateral o governo britânico empenhou-se numa séria restrição do Mandato. Não obstante, a Organização Sionista aceitou o Livro Branco. Reconhecia algumas das razões objetivas por trás da nova política. A Grã-Bretanha encontrara dificuldades na Mesopotâmia e em outras partes do Oriente Médio. Fora forçada a levar em conta as exigências árabes que se tornavam progressivamente mais extremas. Por outro lado, as expectativas idealistas que haviam encontrado expressão ao fim da I Guerra Mundial vinham sendo lentamente corroídas. Manifestara-se uma desilusão com as possibilidades de colaboração internacional. O prestígio da Liga das Nações diminuía constantemente. Esperavam os sionistas que, se sua energia e zelo fossem excluídos da parte oriental do território sob mandato, receberiam maior liberdade de ação na área ocidental.

O Livro Branco foi aceito na Organização Sionista mesmo por Vladimir Jabotinsky, então membro do Executivo, mas que mais tarde lamentou sua decisão e organizou um partido político, os Revisionistas, tendo por programa o estabelecimento de um Estado Judeu em ambos os lados do Jordão. Weizmann e seus colegas acreditavam que aceitar o Livro Branco era "o mal menor". Enquanto a imigração, o investimento de capital e a compra de terras permanecessem possíveis, os judeus poderiam desenvolver o país, possibilitar-lhe o crescimento e aumentar as oportunidades para consolidação de uma sociedade nacional. A estratégia sionista consistia em criar realidades mais fortes no solo e adiar para mais tarde a confrontação constitucional. Quando se propôs a criação de conselhos legislativos com maiorias árabes, foi incongruentemente a liderança árabe que impediu seu estabelecimento. Assim, a administração britânica continuou mantendo seu controle incontestado.

As oportunidades disponíveis para os sionistas eram pequenas demais para satisfazer mas demasiado grandes para desesperar.

Quando Herbert Samuel encerrou sua administração, em 1925, as relações entre o governo britânico e o movimento sionista ainda eram corretas. O ano de 1925 registrou um recorde na imigração: quase 34 000 judeus alcançaram a costa palestinense. A Universidade Hebraica havia aberto suas portas. O *íshuv* florescia. Os judeus fizeram a Herbert Samuel uma despedida amistosa. E o Executivo Sionista emitiu uma declaração exprimindo gratidão pela maneira como cumprira sua tarefa histórica.

Herbert Samuel foi sucedido por Lorde Plumer, um general experiente, cuja administração foi marcada, para alívio dos líderes judeus, por um inflexível rigor em relação a intimidações e distúrbios. Revoltas árabes no Egito e Síria haviam sido sufocadas com êxito pelas autoridades britânicas e francesas. A imigração judaica durante anos de crise econômica sofreu uma redução espontânea. Nessas circunstâncias o confronto árabe-judeu tornou-se menos agudo. Mas o problema básico de conciliar as reivindicações nacionais de dois povos continuou sem solução, o mesmo acontecendo durante a administração indistinta do terceiro Alto-Comissário, *Sir* John Chancellor.

Em 1929 a tranqüilidade foi quebrada por distúrbios árabes em que 133 judeus foram mortos, várias centenas feridos, e houve destruição em grande escala de propriedades judaicas. O choque foi muito maior pela constatação de que a administração britânica, conforme as palavras do Dr. Weizmann, demonstrara "indiferença, ineficiência e hostilidade, que ajudaram a dar aos líderes árabes sua oportunidade". Os distúrbios acarretaram a designação de um órgão investigador, a Comissão Shaw, para inquirir sobre as causas das agitações árabes. Em seu relatório a comissão reconheceu que os árabes haviam sido os primeiros agressores. Manteve discreto silêncio em relação ao comportamento da administração palestinense. Expressou, contudo, a grotesca opinião de que o país já se achava excessivamente povoado, e que as autoridades não-judaicas deveriam ser consultadas sobre limites a novas imigrações, ostensivamente por motivos econômicos. A marcha dos acontecimentos faria cair no ridículo esse conceito estreito da capacidade de absorção do país.

A Palestina no Período de Entreguerras

Esse revés político para os judeus foi seguido por outro. Em outubro de 1930 foi publicado o Relatório Simpson sobre o problema da colonização, juntamente com o Livro Branco que

levava o nome do Secretário das Colônias, Lorde Passfield. Era esse documento um nítido repúdio do Mandato e da Declaração Balfour. O primeiro governo trabalhista propôs virtualmente que o Lar Nacional Judaico fosse entregue ao controle decisivo de uma maioria árabe. Resumiu Weizmann o principal golpe do Livro Branco nos seguintes termos:

> A imigração não seria mais determinada pela prova da capacidade de absorção econômica do país, e sim por outras considerações de natureza inteiramente não-econômica, tal como a muito difundida suspeita existente entre a população. Embora reconhecendo, da boca para fora, a necessidade de desenvolvimento da colonização judaica, pretendia o governo limitar-se à colonização por árabes.

Como protesto contra o Livro Branco de Passfield, demitiu-se Weizmann da presidência da Agência Judaica. Lorde Melchett e Felix Warburg também apresentaram suas renúncias. Os protestos dos judeus em todo o mundo, bem como os de estadistas e parlamentares britânicos, foram intensos e veementes. O governo britânico ficou surpreso com a amplitude dessa resistência. Entabulou negociações com o Dr. Weizmann e a Agência Judaica, resultando daí uma revogação da política expressa no Livro Branco. A nova posição foi anunciada numa carta endereçada ao Dr. Weizmann por Ramsay MacDonald, o Primeiro-Ministro, e na qual foram canceladas do Livro Branco as principais estipulações contra a imigração e colonização judaicas. O conflito deixou cicatrizes, mas ainda sobrou espaço suficiente para um novo jorro de energia sionista.

A carta de MacDonald proporcionou uma pausa em que a política britânica e os objetivos sionistas puderam coexistir em circunstâncias que ficavam abaixo tanto da harmonia quanto da colisão. Durante esse período o desenvolvimento econômico do país progrediu rapidamente. Em 1935, com a intensificação das medidas antijudaicas na Alemanha de Hitler, a imigração judaica alcançou um total, sem precedente, de 62 000. As relações entre a Agência Judaica e o novo Alto-Comissário, *Sir* Arthur Wauchope, foram cordiais. *Sir* Arthur demonstrou uma diplomática sensibilidade para com os sentimentos judaicos, e um interesse prático pelo desenvolvimento do Lar Nacional Judaico. Em 1935, porém, instou pelo estabelecimento de um Conselho Legislativo com maioria árabe.

Segundo suas propostas o conselho se comporia de árabes, judeus e funcionários britânicos. Todas as decisões sobre imigração ficariam reservadas ao Alto-Comissário. Os judeus temeram que os árabes, uma vez obtida sua maioria, acabariam exigindo, com o passar do tempo, que o voto se aplicasse também ao problema imigratório. Isso, juntamente com a atitude fria do funcionalismo britânico, poderia levar a uma interrupção da imigração e à estagnação no desenvolvimento do Lar Nacional Judaico. As propostas britânicas foram rejeitadas pelos judeus porque lhes ofereciam muito pouco, e pelos árabes porque ofereciam demais aos judeus. O nacionalismo árabe, sob a liderança do Grão-Mufti, havia desenvolvido uma filosofia de tudo-ou-nada que se revelaria sua desgraça em anos subseqüentes.

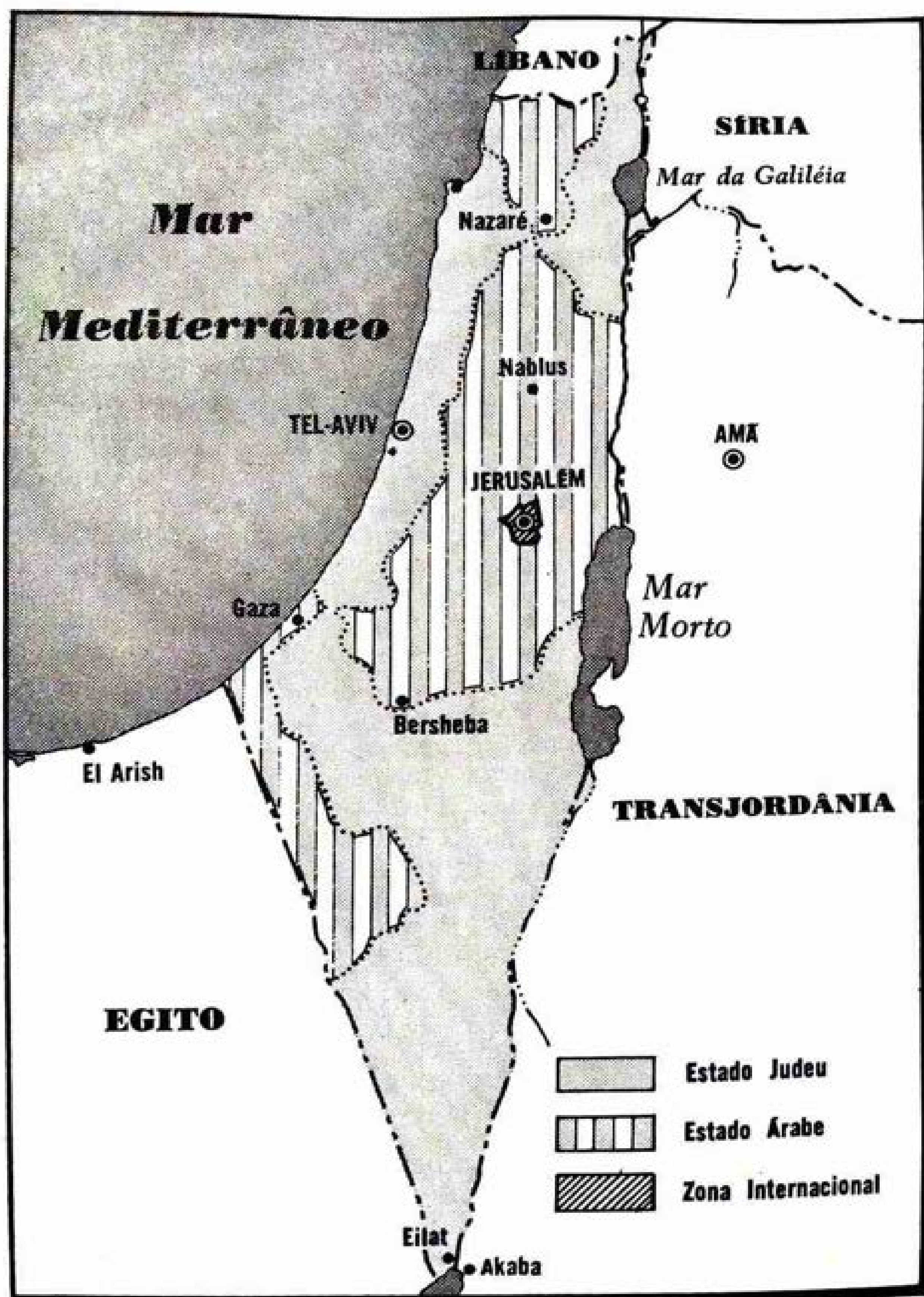
As desordens que começaram em abril de 1936 tiveram a dimensão de uma revolta árabe em vasta escala. A princípio foram esporádicas, mas sob a instigação da liderança árabe não tardaram a propagar-se por todo o país. Um Comitê Superior Árabe, estabelecido para organizar os distúrbios, proclamou uma greve geral que deveria durar até que as exigências árabes para imediata cessação da imigração judaica fossem atendidas pela administração britânica. O comitê também exigiu uma proibição da venda de terras árabes a judeus e o estabelecimento de um governo nacional. As autoridades britânicas tentaram uma política de conciliação. Ofereceram-se para reexaminar suas propostas sobre o Conselho Legislativo a fim de torná-las ainda mais compatíveis com as exigências árabes. As desordens prosseguiram, com tributo para colônias judaicas e depois para militares britânicos. Por fim o governo mandatário fez vir reforços e até entregou armas a judeus para sua defesa. Um oficial britânico, o Coronel Orde Wingate, cooperou com colonias agrícolas judaicas na organização de grupos noturnos para resistir a, e atacar, bandos terroristas árabes. A situação tornou-se tão grave que o governo lançou um enérgico ultimato ao Comitê Superior Árabe, advertindo que seria empreendida drástica ação militar caso as desordens não parassem. Em outubro de 1936 o Comitê Superior Árabe suspendeu a greve.

O problema da Palestina entrou então numa etapa nova e decisiva. Uma Comissão Real, presidida por Lorde Peel, foi à Palestina para investigar os distúrbios e propor medidas que assegurassem a paz. O relatório da comissão foi publicado a 7 de julho de 1937, junto com um Livro Branco do governo. O relatório recomendava um plano de partilha para a Palestina, segundo o qual a parte árabe do país tornar-se-ia um estado árabe, e uma parte menor seria constituída como um estado

judeu, numa área inferior a 3 200 quilômetros quadrados e que representava menos de um quinto da Palestina ocidental. No XX Congresso Sionista, realizado em Zurique em agosto de 1937, o Dr. Weizmann criticou o relatório da comissão pela parcimônia da sua proposta, mas chamou atenção sobre a importância histórica da recomendação para o estabelecimento de um Estado Judeu. A Agência Judaica foi autorizada a negociar com o governo britânico, numa tentativa para melhorar a proposta de partilha, à qual os árabes eram intransigentemente contrários. Uma vez proposta a idéia de partilha, sua lógica inerente dominaria o problema palestinense durante os decisivos anos seguintes. A Comissão Peel havia compreendido o fato fundamental: na Palestina judeus e árabes não buscavam, ou se esforçavam por, objetivos comuns. A escolha era ou subordinar uns aos outros ou criar para eles uma estrutura de soberanias separadas.

A Grã-Bretanha mais uma vez recuou diante da oposição árabe. A Comissão Woodhead foi enviada à Palestina, ostensivamente para estabelecer as implicações práticas do plano de partilha, na realidade para encontrar meios de eximir-se de suas implicações. A comissão declarou que o Plano Peel de partilha era inexeqüível, sugeriu por conta própria alguns planos ainda mais inexeqüíveis e permitiu a retirada do projeto. Sua idéia central iria ressuscitar uma década mais tarde.

Violentos distúrbios continuaram em 1937 e 1938. Com nuvens de guerra formando-se no horizonte, fez o governo britânico uma tentativa drástica de aplacar a intransigência árabe. Todas as restrições a favor de interêsses judaicos foram abolidas. Um Livro Branco publicado em maio de 1939 continha uma virtual sentença de morte para o Lar Nacional. Um máximo de 70 000 imigrantes judeus seria admitido durante os cinco anos seguintes; e cinco anos depois a Administração Mandatária britânica seria substituída por um governo palestinense independente com maioria árabe. A Agência Judaica considerou o Livro Branco um "abuso de confiança e capitulação diante do terrorismo árabe"; apresentou um protesto racional à Comissão Permanente de Mandatos da Liga das Nações; e obteve o veredicto de que "a política traçada no Livro Branco não estava de acordo com a interpretação que, em concordância com a Potência Mandatária e o Conselho [da Liga das Nações], havia sido estabelecida para o Mandato sobre a Palestina". A vitória sionista foi oca e ineficaz. O judaísmo palestinense entraria na Segunda Guerra Mundial com todas suas ambições, e quiçá sua própria sobrevivência, em perigoso *suspense*.



Mapa da partilha da Palestina, 1947.

Defesa Própria

No período entre as duas guerras o Lar Nacional criara um escudo do qual sua vida e sorte iriam depender. Um ataque árabe não-provocado contra Tel Khai em março de 1920, o assalto à Jerusalém judaica em abril daquele ano, os distúrbios em Jafa em 1921 — tudo isso mostrava a necessidade de uma organização de defesa judaica. Existira, desde os dias da segunda *Aliah*, uma pequena organização de defesa, fundada em 1907 com a denominação de *Bar Guiora* e a ser posteriormente chamada *Ha-Shomer*. Os primeiros milicianos eram combatentes e agricultores. Foram pioneiros em colônias agrícolas e ficavam de guarda em remotos postos avançados, isolados em meio a populações árabes hostis. Os *shomrim* encaravam seu trabalho como uma missão pessoal empreendida para benefício de toda uma nação. Seu exemplo infundiria ao *íshuv* coragem e autoconfiança, que se revelariam vitais em anos posteriores diante de maciços ataques árabes.

Na década de 1920 o movimento *Ha-Shomer*, exausto e dizimado pela grande guerra, instou por um realinhamento das forças do *íshuv*. A Força Militar Britânica de Ocupação sob os generais Bols e Storrs demonstrara excessiva indulgência para com os instigadores dos distúrbios árabes. Estava claro que nenhum governante estrangeiro se disporia a derramar o sangue de seus soldados pela vida de judeus. Por isso teriam de ser tomadas providências para aquisição de armas e treinamento de uma força de defesa, a fim de enfrentar qualquer eventualidade. Um novo modo de tratar o problema de segurança tornava-se necessário diante da ameaçadora oposição árabe e de bem organizados ataques políticos. Não era suficiente fornecer guardas para as colônias agrícolas, como o fizera o *Ha-Shomer*. As cidades, também, tinham de ser defendidas. Todo o *íshuv* precisava cuidar de sua segurança.

A *Haganah* (defesa) foi formada em 1920 numa conferência do partido *Akhdut Avodah*, que empreendeu igualmente uma reorganização do movimento trabalhista em conformidade com novas necessidades. O problema de defesa tornou-se então uma responsabilidade do *íshuv*, juntamente com suas outras tarefas de desenvolvimento econômico, político e cultural. A *Haganah* era rigidamente subserviente à autoridade civil proporcionada pela Agência Judaica.

De um punhado de guardas que saíam à noite para velar os campos, a nova organização transformar-se-ia num importante instrumento para a formação do destino político da Palestina. Três grandes empreendimentos — colonização, imigração e defesa — teriam sido impossíveis sem ela. O exército de Israel, que dela nasceria, em anos posteriores faria história, nacional e regional.

Desde o início foi a *Haganah* um elemento ativo em todas as novas colônias. Sua tarefa foi especialmente difícil nos anos 1936-1939, quando a resposta do *íshuv* aos distúrbios árabes foi o autocontrole (*havlagah*). As novas colônias, muitas vezes isoladas em regiões não-desenvolvidas, eram pontos vulneráveis, freqüentemente sem uma só construção de pedra para servir como proteção. Criou-se então um sistema para construir colônias defensáveis com grande rapidez, de preferência no espaço de um único dia. Ao cair da noite as defesas da nova colônia tinham de estar estabelecidas, pelo menos com um muro, arame farpado e uma torre de vigia. Os componentes necessários eram, conseqüentemente, preparados de antemão e reunidos na localidade mais próxima na noite anterior. Ao alvorecer, membros da nova colônia, com o auxílio de voluntários, dirigiam-se em caminhões ao local escolhido. Ao nascer o sol a torre já se achava erguida; ao meio-dia estava construído o muro externo; à tarde todo um acampamento estaria funcionando, completo, com galinhas e vacas. O governo, às vezes, permitia dois rifles oficiais para sua defesa. A primeira dessas colônias, que legou à história de Israel o lendário nome "Estacada e Torre" (*Khomah U-Migdal*), foi Tel Amal, ao sopé do Monte Guilboa. Muitas outras se seguiriam, de Khanita a Dan, de Tirat Tzvi a Sha'ar Ha-Golan.

Assim, nos conturbados anos de 1937 a 1939, estabeleceram-se mais comunidades novas do que em qualquer período anterior. Colonização, cultivo da terra e defesa própria constituíram a resposta prática do judaísmo palestinense à hostilidade árabe e à vacilação britânica. A resposta foi colorida por uma consciência do inerente direito dos povos à autoproteção e uma crença na dignidade inalienável da vida humana como princípio do qual a vida judaica não deveria ser excluída. Os anos de 1939 a 1945 veriam esse princípio estraçalhado através da Europa manchada de sangue.

Às Vésperas da Guerra, 1939

A Palestina no Período de Entreguerras

Nas duas décadas entre as guerras o povo judeu não havia desperdiçado suas oportunidades e tampouco as aproveitara inteiramente. Em 1939 tinha o Lar Nacional uma população de 450 000 habitantes. Seus níveis econômico e tecnológico eram espetaculares pelos padrões do Oriente Médio, mas bem abaixo do melhor nível médio europeu. Não obstante, era uma fonte de orgulho para o povo judeu, e um espetáculo fascinante e original para o mundo. Ali, e somente ali, os judeus encaravam a História com sua própria imagem autêntica. Não eram

um verniz marginal sobre outras sociedades. Os atributos nacionais refletiam-se todos numa escala diminuta mas em crescente inteireza. O traço destacado dessa sociedade foi seu caráter hebraico. A velha língua, ampliada e renovada, era não só o vernáculo e língua materna de uma recém-nascida geração judaica, como também o veículo de um impressionante movimento literário. Mais que qualquer outra coisa isso dava forma individual e colorido à nascente comunidade. E era também um elo com um passado acalentado e universalmente venerado. Para ser ela própria, uma sociedade nacional judaica tinha de ser diferente de tudo mais. A força motriz era a busca de identidade. Uma intensa solidariedade inspirava seu judaísmo. Suas prioridades e ideais eram coletivos, e não individuais. O que importava era como se servia à nação em crescimento, e não a habilidade de autopromoção. O judaísmo palestinense tinha uma perspectiva utópica e era dominado por uma preocupação profundamente moral. A vida era séria, austera, responsável, resoluta, agitada, um tanto irracional e, para estranhos, um pouco pesada e consciente de si mesma. Cada primeira árvore, estrada, rua, colônia, escola, biblioteca, orquestra, universidade era comemorada com arrebatamento. O povo judeu vivia finalmente com o gosto singular da criatividade.

Em sua estrutura social o judaísmo palestinense procurava metas originais. O *kibutz* (aldeia coletiva) e o *moshav* (aldeia cooperativa) deram o tom nacional. A ética socialista predominava. A *Histadrut* (Federação Geral do Trabalho) tinha por núcleo o sindicalismo; mas levou o princípio cooperativista a um rol interminável de empreendimentos: industriais, agrícolas, sociais e todos os outros. Os laços com o judaísmo mundial à parte, encontrou o *íshuv* suas afinidades mais fortes entre instituições internacionais e governos social-democráticos. Num clima intensamente libertário a política floresceu, com forte ênfase sobre lealdades ideológicas. Pertenceu a hegemonia ao movimento trabalhista. Mas o judaísmo ortodoxo achava-se firmemente estabelecido na hierarquia comunitária, com o movimento Mizrakhi montando guarda política sobre seus interesses. Diferentes matizes de esquerdismos e direitismos dividiam o movimento *kibutziano* e a *Histadrut*.

No sionismo geral os objetivos nacionais eram buscados empiricamente, sem compromissos dogmáticos. Na extremidade da escala política achava-se o movimento revisionista de Jabotinsky — combativo, estridente, e mais interessado pelo simbolismo e modos de nacionalismo do que nas ostensiva-

mente prosaicas, mas inerentemente poéticas, tarefas de colonização e pioneirismo. Um homem que chegava à Palestina judaica na década de 1930 encontrava um clima cultural que não era completamente europeu e, no entanto, mais carregado de energias européias do que com a habitual tranqüilidade ou fatalismo do Oriente Médio.

Muito acima de suas outras realizações estava a vocação do *íshuv* para a autonomia. Era uma sociedade microcósmica mas plenamente articulada. Teoricamente era uma comunidade dentro de uma possessão colonial. Isso, porém, era pouco mais que uma ficção. Os laços com a Administração Mandatária britânica permaneceram formais e tênues. Com árabes houve uma mistura mais profunda em comércio e conflito; mas não havia qualquer intenção ou probabilidade de o judaísmo palestinense poder ser assimilado a um meio árabe. Ele construíra em seu redor uma muralha para proteção contra hostilidade externa e corrosão interna. Era quase um Estado nacional em miniatura. Dirigia em grande parte sua própria agricultura, indústria, educação e bem-estar social. Controlava suas próprias organizações trabalhistas. Falava sua própria língua. Defesa e política externa são geralmente as últimas prerrogativas alcançadas por uma comunidade em busca de sua soberania. Mesmo aí o *íshuv* tornava-se cada vez mais independente. Um exército achava-se sob seu controle; e seus representantes principais — Weizmann, Ben Gurion e Moshe Sharet — eram aceitos e admirados na comunidade diplomática internacional como representantes de uma entidade que só no nome não era um Estado. A Comissão Peel, não obstante suas decepcionantes recomendações territoriais, dera à idéia de um Estado Judeu uma nova envergadura no pensamento político.

Numa época normal tais realizações trariam consigo a certeza de um êxito definitivo e mesmo próximo. Mas as nuvens acumulavam-se, densas, no horizonte. O nacionalismo árabe achava-se numa disposição agressiva e confiante. A Grã-Bretanha abandonara a visão que havia originalmente inspirado seu Mandato, e não tardaria a se desencadear em volta do povo judeu a mais violenta e destrutiva torrente de ódio que jamais afligiu qualquer família da raça humana.

20 | O Holocausto

A EUROPA sobre a qual caiu a praga nazista era uma terra de culturas ricas e variadas. Fora da União Soviética o fio judaico na tapeçaria européia era representado por oito milhões de judeus, alguns dos quais estreitamente assimilados a seus países de residência enquanto outros viviam estranhos e distantes na margem externa da sociedade européia, prestando testemunho de fé e rituais antigos. A tolerância européia parecia suficientemente ampla tanto para acolher bem os assimilados quanto para conceder liberdade aos separatistas. Não houvera, por mais de um século, progresso esporádico mas visível no sentido do esclarecimento, do liberalismo, do racionalismo científico, e de uma crescente tolerância religiosa? Nomes judeus não resplandeciam brilhantemente na constelação da ciência, literatura e arte européias? Aqui e ali podia ser percebido o resíduo do anti-semitismo do século XIX, mas não havia pressentimento de uma tempestade violenta.

Nessa cena irrompeu o nazista alemão, estridente de ódio, dotado de uma sinistra capacidade para encontrar e conquistar todos os lugares obscuros da mente alemã. A 30 de janeiro de 1933, Adolf Hitler foi designado Chanceler do Reich alemão. A trama nazista nasceu de um monstruoso casamento entre a ânsia pelo poder e uma ideologia pervertida que zombava dos vislumbres da religião e das conclusões da ciência.

É difícil, mesmo agora, lembrar quão curto foi o espaço de tempo em que essa tirania arruinou a vida de uma geração. Escreveu um historiador contemporâneo:

Durou doze anos e quatro meses, mas nesse meneio de tempo causou neste mundo uma erupção mais violenta e destruidora que qualquer outra anteriormente ocorrida, elevando o povo alemão a alturas de poder que não havia conhecido em mais de um milênio, tornando-o ao mesmo tempo senhor da Europa, do Atlântico ao Volga, do cabo Norte ao Mediterrâneo, e depois mergulhando-o nas profundezas da destruição e desolação. Isto ao fim da guerra mundial, que sua nação havia friamente provocado e durante a qual instituiu sôbre os povos conquistados um reinado de terror que, em sua calculada matança de vida e espírito humanos, ultrapassou todas as selvagens opressões de épocas anteriores.

Há três períodos distintos na marcha da violência nazista. O primeiro estende-se da subida ao poder em 1933 à eclosão da guerra em 1939. O segundo, de 1939 a 1941, quando foi decidida a "solução final"; o terceiro, de 1941 a 1945, quando o extermínio físico foi o destino ordenado dos judeus em todos os países sobre os quais se achava estabelecido o poderio alemão.

Os espetaculares acontecimentos do terceiro período vieram a obscurecer a significação do primeiro. Durante esses primeiros anos a violência física foi intermitente. Leitores de jornais familiarizaram-se com os cruéis e estúpidos sorrisos de jovens nazistas conduzindo judeus barbados com cartazes autocondenatórios sobre seus peitos para limpar o lixo e lavar as calçadas de ruas alemãs. Mas a ênfase era "apenas" sobre prescrição, prisão arbitrária, ostracismo social e interminável humilhação. O cassetete e outras torturas estavam ainda reservados para os relativamente poucos que eram arrastados aos campos de concentração, dos quais, às vezes, saíam espancados, espiritualmente arrasados, mas ainda vivos.

A impunidade com que o nazismo sobreviveu ao primeiro período tornou os dois seguintes inevitáveis. Foi nos anos, relativamente destituídos de derramamento de sangue, de antes da guerra que o povo alemão foi preparado espiritualmente para atos que, sem profunda doutrinação, nenhum ser humano poderia dispor-se a executar.

O tema central da nova ideologia era a ausência de uma base comum para toda a humanidade. "Toda cultura humana, todos os resultados da arte e ciência que hoje vemos", declarou Hitler, "são quase que exclusivamente produto da raça ariana." O ariano nessa perspectiva é uma espécie biológica precisa, com suas características forma de crânio, cor de pele e varie-

dade de sangue. O homem não-nórdico estava mais próximo de animais do que da raça humana. Suprimir e destruir o homem não-nórdico era um destino elevado, a ser seguido com disciplina e sacrifício até o extremo fim.

Essa doutrina blasfema, que breve se tornaria a religião formal da nação alemã, ainda pode ser lida nos arquivos de amarelecidos jornais e livros da década de 1930. Foi exposta através de uma literatura de sexualidade mórbida com fortes reflexos sádicos e masoquistas. O fato inesperado e horrendo é o de terem sido encontrados professores e cientistas dispostos a endossar essas aberrações. Um eminente físico foi solenemente recrutado para expurgar a ciência da "corrupção judaica de Einstein". "Na realidade", disse o Professor Lenard, de Heidelberg, "a ciência, como qualquer outro produto humano, é racial e determinada pelo sangue." Assim, estimulado e abrigado por aplauso universitário, presidiu Goebbels a uma fogueira pública em que foram queimadas as obras de Heine, Thomas Mann, Einstein, Zola e Freud. "A alma do povo alemão", gritou ele, "pode expressar-se novamente. Essas chamas não só iluminam o fim de nossa época, como também alumiam a nova era."

À medida que o Terceiro Reich se aproximava de sua decisão de mergulhar o mundo na guerra, mais violenta se tornava a perseguição aos judeus alemães e austríacos. A guerra contra os judeus não se limitava a modernas considerações de política, economia e cultura. Estendeu-se também à religião. Criou-se um instituto cristão nazista que se pôs a provar que Jesus não era de origem judaica. Uma equipe de juristas, psicólogos e teólogos foi posta a trabalhar para expungir da tradição religiosa todos os vestígios de influências judaicas. Todos esses esforços foram apequenados pelo Instituto Para a Exploração da Questão Judaica, de Alfred Rosenberg, que se tornou o principal órgão difusor de instrução e treinamento nazistas. Empreendeu esse instituto, para maior glória da "raça ariana", uma cruzada contra as democracias degeneradas.

Em março de 1933, no primeiro ato de violência física contra judeus na Alemanha, bandos de nazistas atacaram advogados e juízes judeus no tribunal de Breslau. Nas semanas seguintes trinta e cinco judeus, em sua maioria médicos e advogados assimilados, foram assassinados. Em abril do mesmo ano foi proclamado um boicote. Guardas da SS e da SA foram postados diante de cada escritório ou negócio judeu, e clientes arianos foram impedidos de entrar. Tão logo terminou o boicote, aprovou-se uma série de leis que, antes de se encerrar o

ano, praticamente excluíram os judeus de qualquer possibilidade de ganhar a vida na Alemanha.

A fogueira de Goebbels foi dedicada à extinção da influência judaica na literatura. Esta não era o único alvo do primitivo zelo nazista. Nos meses subseqüentes a nova era da civilização alemã estendeu seu controle sobre todas as esferas da cultura — música, teatro, imprensa, rádio e cinema foram expurgados. Dos museus alemães foram retirados "decadentes" mestres da arte, como Picasso, Matisse, Cézanne e Kokoschka. Universidades e instituições científicas foram tornadas *judenrein*. Einstein, e mais tarde Sigmund Freud, os dois homens cuja luminosa inteligência constituiu o ápice de uma outrora gloriosa cultura judaica alemã, juntaram-se à corrente de emigrados ilustres.

Em setembro de 1935 a promulgação das leis de Nuremberg colocou os judeus fora da área de cidadania, privando-os com um certeiro golpe de sua condição de alemães. As novas leis simplesmente acabaram com qualquer contato físico entre os judeus e a raça superior. Hitler havia inventado uma nova definição de judaísmo: um judeu era qualquer pessoa da qual três bisavós houvessem sido judeus. E ele também introduziu a categoria de judeus fracionários (de primeiro ou segundo grau), definidos conforme o número de avós judeus.

Ao fim de 1935 uns 8 000 judeus alemães haviam cometido suicídio; 75 000 tinham emigrado; inúmeros outros assediavam consulados estrangeiros em busca de vistos de saída para qualquer lugar ao sol que lhes pudesse conceder asilo. As leis de imigração do mundo, contudo, não haviam previsto emergências como essa. E os portões da Palestina eram abertos ou fechados de acordo com a "escala". Em breve os nomes de exóticos e escassamente conhecidos países, cidades e ilhas vieram juntar-se ao catálogo judeu de fugas através dos séculos.

Como sempre ocorria sob condições adversas, os judeus começaram a se organizar para sua própria sobrevivência espiritual. A segregação imposta estimulou um súbito interesse pela história judaica e a língua hebraica; a sede de autocompreensão exprimiu-se na publicação e venda de numerosos exemplares de gramáticas hebraicas e enciclopédias e livros de história judaicos. Mas com a vida espiritual tornando-se mais intensa, mais precária tornava-se a existência física. Em todas as partes do mundo civilizado o sofrimento dos judeus alemães foi recebido com um estranho silêncio. Os judeus ficaram completamente perplexos diante do fato de o ataque nazista não evocar uma desaprovação geral. A verdade é, porém, que

muitos líderes democráticos achavam, com a melhor das intenções, que protestos ruidosos só tornariam as coisas piores para o judaísmo alemão — posição essa ainda hoje assumida, com igual autoconfiança, e igual ilusão, em relação ao transe do judaísmo soviético. Esses líderes censuraram a propaganda antinazista e condenaram o boicote contra a Alemanha que fora iniciado de maneira desorganizada. Advertências de líderes sionistas de que as perseguições a judeus na Alemanha eram apenas uma preliminar para um assalto geral nazista contra toda liberdade humana foram desprezadas como sendo "provocação de guerra". Weizmann havia profeticamente declarado a Lorde Halifax, o Secretário do Exterior britânico: "Agora eles queimam as sinagogas, amanhã queimarão catedrais inglesas."

Assim, durante a primeira fase do ataque nazista, defrontaram-se os judeus com o espetáculo das grandes democracias do mundo recuando de uma posição para outra. Uma conferência internacional sobre o problema de refugiados, reunida em Evian no verão de 1938, deixou de reconhecer a urgência do momento e aprovou resoluções frouxas que quase nada de útil produziram. Os selvagens ataques que se iniciaram na Alemanha a 9 de novembro de 1938 (após o assassinato de Vom Rath em Paris) geraram uma necessidade muito maior do que poderia ser atendida pelas escassas estipulações decididas na conferência destinada a lidar com o problema. Somente a República Dominicana estava disposta a fazer mais que um gesto simbólico para com os refugiados em fuga. Enquanto embarcações carregadas de judeus eram desviadas de porto para porto, enxotadas pela humanidade como insetos incômodos, a consciência humanitária expressou sua preocupação permitindo quotas de emergência, de algumas centenas ou alguns milhares, para entrada em países ocidentais.

Na filosofia do *Mein Kampf* nem amor, nem piedade e nem justiça estavam incluídos entre as virtudes principais do espírito nazista. Menos de se esperar era que essas virtudes desaparecessem subitamente da humanidade em geral. Notícias dos horrores que vinham sendo perpetrados na Alemanha nazista foram recebidas com incredulidade e indiferença. A imaginação humana ainda não estava preparada para reconhecer que o século XX era capaz de uma descensão em massa à barbárie. Foi somente quando o mundo exterior afinal veio a compreender que a liberdade de todos estava em jogo, que ele pegou em armas; mas então já era tarde demais para salvar as vítimas.

O Holocausto

Tropas alemãs cruzaram a fronteira da Áustria a 12 de março de 1938. Unificada com o Reich, a Áustria, por sua

vez, adotou todo o conjunto da legislação antijudaica. Com fúria constante foram os 400 000 judeus da Áustria submetidos às mesmas restrições, humilhações e perseguições que seus irmãos na Alemanha, só que em ritmo acelerado.

Ao irromper a guerra, meio milhão de judeus ainda permaneciam nos territórios sob controle alemão direto. Com o tempo, toda a Europa ocupada tornar-se-ia um campo de carnificina e agonia.

O Nazismo na Europa Oriental

Na Europa Oriental — uma área impregnada de antigas tradições de sentimentos antijudaicos — a ascensão de Hitler ao poder foi saudada com alegria. Polônia, Lituânia, Letônia e Romênia adotaram medidas antijudaicas em 1934; seguiu-se a Hungria em 1935. Formaram-se partidos anti-semitas, e gradativamente suas plataformas tornaram-se a política oficial dos vários governos. Como no século precedente, o anti-semitismo servia de terreno comum, unindo facções que de outro modo seriam antagônicas.

A atmosfera ameaçadora de um *pogrom* espalhou-se pela Polônia nos anos antes da guerra. Ataques contra comerciantes judeus, que haviam começado imediatamente após a I Guerra Mundial, então se intensificaram. Piquetes postaram-se diante de lojas judaicas, e fregueses cristãos foram impedidos de entrar. Em 1934 o primeiro-ministro polonês, Skladhowski, sancionou legalmente esses piquetes, desde que sua ação não fosse acompanhada de violência. Com igual energia foi levado avante o movimento contra profissionais judeus. O número de estudantes universitários judeus decresceu rapidamente. O Coronel Beck, ministro do Exterior polonês, anunciou que havia um excesso de um milhão de judeus na Polônia.

Na Romênia, Goga-Cuza, que chegou ao poder em fins de 1937, aplicou uma severa legislação contra os judeus. Ergueram-se barreiras econômicas; empregados judeus foram dispensados de fábricas; proibiu-se o abate ritual; judeus foram obrigados a trabalhar no sabá. Na Hungria uma expulsão maciça de judeus da vida econômica começou oficialmente em 1939.

Com exceção dos judeus na Polônia, praticamente nenhuma resistência ativa foi oferecida pelas várias comunidades judaicas às perseguições físicas e econômicas. Na Alemanha a resistência estava fora de cogitações; os judeus não mais se achavam representados nas instituições políticas. Em outros países regimes fascistas controlavam os parlamentos, ou os

haviam privado do direito de agir. Na Polônia, organizações de defesa própria, formadas em grande parte pelo *Bund* e *Poalei Tzion*, conseguiram armar alguma resistência; em Varsóvia esses grupos freqüentemente reagiam pela força a ataques anti-semitas. Mas a impressão total era, não obstante, a de uma trágica fraqueza: uma minoria indefesa em meio a uma esmagadora maioria homicida. Igualmente ineficazes foram os poucos não-judeus socialistas ou liberais que protestaram contra o tratamento dado aos judeus. O mundo exterior ficou indiferente.

À medida que a crise crescia, diminuíam as oportunidades de emigração. Era impossível obter vistos. Muitos judeus fugiram assim mesmo, numa tentativa desesperada de salvar suas vidas. Freqüentemente eram mandados embora de um porto para outro, por serem imigrantes "ilegais". Navios afundaram; judeus se afogaram. Muitos foram à força recambiados para a Europa.* Numa declaração perante a Comissão Real para a Palestina, a 25 de novembro de 1936, Chaim Weizmann, que havia ido a Jerusalém para prestar seu depoimento, declarou:

> ...Há seis milhões de pessoas condenadas a ficar encurraladas onde são indesejáveis e para as quais o mundo se acha dividido em lugares em que não podem viver e lugares em que não podem entrar. Seis milhões!

Num espaço de oito anos o problema representado por esses seis milhões de judeus seria solucionado. Em 1945 esses seis milhões estavam mortos.

Conquistas e Deportações Nazistas

Quando, a 1 de setembro de 1939, eclodiu a II Guerra Mundial, o domínio nazista já se estendia sobre grande parte da Europa; a perseguição aos judeus entrou então numa nova fase, mais hedionda do que qualquer um pudesse ter imaginado. Quase todo o continente europeu, excetuando a União Soviética, foi

* Em fins de outubro de 1934 um navio transportando 318 judeus da Polônia e Tchecoslováquia foi encontrado vagando no Mar Negro. Não podia desembarcar porque seus passageiros não tinham vistos. Em março de 1939, 68 refugiados judeus da Alemanha foram repatriados de Buenos Aires porque seus vistos temporários haviam expirado. No mesmo mês o *Capo*, com 750 refugiados a bordo, afundou. Em junho de 1939, 900 refugiados judeus navegaram ao longo da costa dos Estados Unidos durante três semanas. Nenhum país americano permitiu sua entrada, e o navio finalmente retornou à Europa.

dominado pelo poderio alemão durante a maior parte da II Guerra Mundial. Os alemães engoliram a Polônia, Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e França. Vieram depois todos os países balcânicos. Ao término das campanhas militares as forças alemãs de ocupação punham-se a impor a ideologia e o domínio nazistas sobre os povos conquistados. Escravas de uma lógica diabólica, e sem diminuição de energia, empreenderam a implacável perseguição aos judeus que haviam caído sob seu poder.

Toda a maquinaria da Wehrmacht, do Partido Nazista e do Estado participou do trabalho. Cada missão alemã tinha um consultor especial para questões judaicas, e todos os meios de propaganda foram usados para estimular o anti-semitismo entre as populações locais. Esse trabalho era executado mesmo por missões em países não envolvidos na guerra, como as em Ankara, Madrid, Lisboa e Estocolmo.

O Reichsminister Alfred Rosenberg ficou encarregado de um departamento especial — o *Einsatzstab* — que empreendeu a pilhagem organizada de museus de arte, bibliotecas e outras instituições em todos os territórios ocupados. A Gestapo, enquanto isso, instalou a maquinaria para a "solução final", sob a supervisão de Adolf Eichmann, cujos superiores diretos eram Heydrich e Himmler.

A liberdade judaica deixou de existir: fora substituída por toques de recolher, distintivos amarelos, isolamento econômico e intelectual, e exclusão social. De início, os judeus do Leste foram concentrados em determinados centros urbanos, para serem usados como trabalhadores escravos. Judeus dos países ocidentais ocupados — França, Bélgica e Holanda — foram deportados para o Leste com esse propósito.

Na França, o auxílio prestado pelo governo de Vichy aos alemães foi essencial para o êxito do plano alemão. Ele assegurou o isolamento dos judeus do resto da população e dispensou os ocupantes da necessidade de se encarregarem de operações policiais que foram executadas, tanto na zona Livre quanto na Ocupada, pela polícia francesa. Como no Leste, severa legislação antijudaica foi posta em vigor, mas não se criou nenhum gueto em Paris. Na realidade, ampla ajuda foi prestada aos judeus pelo restante da população francesa — o que salvou a vida de muitos judeus franceses que conseguiram escapar das batidas em massa.

Na Bélgica, a pequenez do país e a conseqüente facilidade de vigilância tornaram mais precária a vida dos judeus belgas. A situação foi ainda pior na Holanda, onde as leis de Nurem-

berg foram introduzidas em maio de 1941. Além disso, judeus holandeses passaram a viver em guetos em três distritos de Amsterdam.

Os 800 000 oprimidos e atormentados judeus da Hungria permaneceram relativamente seguros até a primavera de 1944. Então, quando os alemães ocuparam o país, Eichmann vingou-se cruelmente dos judeus húngaros por lhe haverem escapado por tanto tempo. Quando transporte para deportação se tornou indisponível, 30 000 judeus foram obrigados a fazer a pé o percurso de Budapest a Viena.

As deportações de judeus gregos foram particularmente horríveis. A viagem durava dez dias, durante os quais os judeus ficavam tão debilitados que ao chegarem aos campos eram exterminados em massa sem a costumeira seleção. Várias centenas de judeus da ilha de Rodes foram amontoados em embarcações obsoletas e afundados no mar Egeu.

Os italianos deram refúgio a judeus nas regiões por eles ocupadas. Embora em outras esferas adotassem legislação nazista e cooperassem com os alemães, não puderam se decidir a colaborar com o genocídio. Assim foi também em Nice e nos Alpes Franceses. Judeus de outras regiões não tardaram a acorrer aos milhares para se porem sob proteção italiana. Enquanto os alemães não se apossaram do país a não-cooperação permaneceu possível, não obstante os violentos protestos apresentados por Ribbentrop contra Mussolini. Mas, no fim, os nazistas engoliram também a zona "não-ocupada".

Brechas no sistema de deportação, juntamente com a ajuda prestada por franceses, holandeses e belgas, possibilitaram muitas tentativas de fuga. Alguns judeus puderam esconder-se, ou se "arianizar" com o auxílio de documentos falsos, ou ainda fugir para a França não-ocupada. O número de *camouflés* na França e de *onderduikers* na Holanda elevava-se a dezenas de milhares. Lentamente, pouco a pouco, surgiram nesses países numerosas organizações clandestinas para ajudar os judeus camuflados. Judeus e não-judeus cooperaram nesse trabalho. Verdadeiras fábricas para falsificar documentos funcionavam nas grandes cidades. O auxílio aos judeus tornou-se uma atividade subsidiária dos movimentos de resistência. Através dos Alpes e dos Pireneus, por caminhos perigosos, judeus holandeses, belgas e franceses foram comboiados aos milhares para a Suíça ou Espanha. Mas, quase que com a mesma freqüência, refugiados foram tragicamente mandados de volta para território inimigo.

Só os países escandinavos assumiram uma posição firme e positiva em relação aos seus judeus. Particularmente eficaz

foi a solidariedade dinamarquesa; o rei Cristiano X ameaçou mesmo ser o primeiro a usar a estrela judaica se ela fosse introduzida na Dinamarca. Informados a tempo das intenções alemãs, quase todos os 7 500 judeus dinamarqueses dispersaram-se e se esconderam; a maioria escapuliu para a Suécia. Também a Finlândia, não obstante sua aliança com a Alemanha, recusou-se a permitir que seus cidadãos judeus fôssem deportados.

Em julho de 1939, Goering havia ordenado a preparação de um plano global para a "solução final" da questão judaica. O plano foi aprovado pela Conferência de Wannsee em janeiro de 1942:

> Sob controle adequado, devem os judeus ser levados para Leste no decurso da Solução Final, a fim de serem usados como mão-de-obra. Em grandes bandos de trabalho, os sexos separados, os judeus capazes de trabalhar serão transportados para essas áreas e postos a construir estradas, no decurso do que muitos, sem dúvida, sucumbirão por perdas naturais. O restante que sobreviver, certamente aqueles com maior poder de resistência, receberá tratamento especial [*Sonderbehandlung*], já que constituirá a reserva natural para a recriação do judaísmo, conforme a História tem provado.
> Na execução da Solução Final a Europa será vasculhada de Oeste para Leste. Os judeus serão primeiro levados para guetos, e de lá para o Leste. . . .Nos Territórios Ocupados e naqueles sob nossa influência na Europa, o oficial designado pela Polícia de Segurança agirá em coordenação com o representante apropriado do Ministério das Relações Exteriores.

Extermínio no Leste

A Blitzkrieg na Polônia em menos de um mês estava terminada. A entrada das forças alemãs assinalou o início de *pogroms*, pilhagens, multas coletivas e destruição de sinagogas. Tudo isso era apenas o começo. Um ano depois todos os judeus da Polônia foram metidos em guetos, completamente isolados do mundo exterior, privados de suas fontes de sustento, condenados a uma morte viva. Somente em Varsóvia, numa área onde anteriormente viviam 35 000 pessoas, foram encurralados 500 000, sob condições de inimaginável terror. A morte pela fome estava iminente; pão, batatas e gorduras *ersatz* constituíam a reles dieta de 800 calorias. Epidemias grassavam

assustadoramente. As entradas para o gueto eram guardadas por sentinelas alemãs e polonesas que atiravam sobre qualquer judeu que se aventurasse a chegar muito perto. As comunicações com o mundo exterior foram completamente cortadas.

O gueto se tornara o padrão da vida judaica na Polônia antes do início da "solução final". O encerramento no gueto foi um meio muito eficaz de assegurar a submissão, mas só podia ser usado pelos alemães no Leste, ônde os judeus eram uma unidade nacional bem definida e onde apresentavam um povoamento denso. Uma vez enclausurados no gueto, eram os judeus explorados como trabalhadores escravos em oficinas e fábricas. Os incapazes de trabalhar eram deportados. A trágica ironia dessa "colaboração" econômica foi a de que os judeus se viram obrigados a vender suas almas a fim de sobreviver; simplesmente não havia outra alternativa, exceto a morte. Emanuel Ringelblum, cujo diário do gueto de Varsóvia foi encontrado depois da guerra, resumia assim a situação:

> A história humana não conhece tragédia semelhante. Uma nação que odeia os alemães com toda sua alma só pode resgatar-se da morte ao preço de suas contribuições à vitória do inimigo — uma vitória que significa seu completo extermínio na Europa e talvez em todo o mundo.

Sob tais condições, a luta pela mera sobrevivência tornou-se uma obsessão. Em cada prédio foram organizados pequenos comitês para ajudar os moradores mais pobres. Organizações juvenis tentaram reduzir a propagação da fome cultivando minúsculas nesgas de terra nos locais de casas bombardeadas, em sacadas e telhados. Alguns jovens chegaram mesmo a apresentar-se corajosamente como voluntários para cultivar campos fora do gueto. Mas toda essa atividade de pouco adiantava. Mendigos tornaram-se uma visão cada vez mais freqüente nas ruas do gueto.

Quaisquer que tenham sido suas provações de sobrevivência, o gueto, não obstante, sustentou uma cultura florescente; atividades artísticas e intelectuais pareciam brotar enquanto a força física esmorecia. Teatros funcionaram até o fim. Mesmo o ensino, que era proibido, foi realizado em segredo, em grande escala e em todos os níveis. Um grupo de médicos empreendeu até uma série de estudos sobre os aspectos patológicos da fome. Os resultados foram encontrados e publicados depois da guerra. Obras de história e literatura eram lidas com ilimitada voracidade.

Mas a principal fonte de consolo estava dentro, nos recursos internos dos próprios judeus, em sua vitalidade e otimismo. Foi essa mesma fé que havia ajudado os judeus a enfrentar todas as ameaças e sobreviver séculos de sofrimento e perseguição. Quase que os únicos suicídios nos guetos eram os de judeus alemães altamente assimilados que haviam perdido os recursos tradicionais de seus irmãos poloneses. Para eles o terror nazista viera como um golpe súbito, esmagador. Para os judeus poloneses, por outro lado, as circunstâncias presentes ainda faziam um certo sentido quando colocadas no contexto de experiências passadas. Era assim mais fácil para esses judeus abraçar a causa da resistência. Afinal de contas, um aparelhamento de solidariedade comunitária e política havia existido durante algum tempo na comunidade polonesa, podendo ser adaptado às necessidades do momento com relativa facilidade.

Em junho de 1941 Hitler rompeu seu pacto com Stalin e invadiu a Rússia. A população judaica dos territórios invadidos foi, de imediato, sistematicamente exterminada por destacamentos especiais de SS, conhecidos como *Einsatzgruppen*. Os judeus eram reunidos, imediatamente fuzilados, e jogados em sepulturas comuns. Grupos de extermínio espalharam-se pela região, instigando as massas nativas a iniciar *pogroms* e "massacres espontâneos". Judeus eram forçados a reunir seus correligionários. Eram então levados a caminhões e vagões de carga, conduzidos para fora da cidade até uma ravina ou fosso, tinham seus objetos de valor e mesmo suas vestes retiradas, sendo depois — homens, mulheres e crianças — fuzilados. O território tornou-se um imenso cemitério, o solo encharcado com o sangue de inúmeros cadáveres anônimos. Às vezes, como no caso de Babi Iar, perto de Kiev, o local dessas execuções em massa só veio a ser descoberto anos depois. Outros métodos de execução foram também empregados, tais como afogamento, queima, e envenenamento por gases tóxicos em câmaras de gás móveis, geralmente disfarçadas como caminhões de comboio.

Com o prosseguimento da guerra o extermínio deixou de ser instantâneo. Em muitos casos, antes de serem mortos, os judeus foram explorados pelos alemães pelo seu potencial de trabalho. Um império econômico SS de trabalho escravo foi criado para enfrentar a falta de mão-de-obra na Alemanha do tempo da guerra. Os judeus eram alugados a indústrias públicas ou privadas, ou empregados em fábricas de propriedade da SS. Trabalhadores judeus foram também usados para limpar ruas, desobstruir terrenos, cavar fossos etc. Centenas de cam-

pos de trabalho surgiram no território soviético. Trabalho e morte — por espancamento, tortura, fome ou assassinato — tornaram-se quase sinônimos nesses campos.

Mas a pilhagem final ocorreu nos campos de concentração onde, antes e depois da morte, os judeus foram sistematicamente despojados de tudo que possuíam, não só objetos de valor removíveis, como também cabelos, dentes de ouro, pernas artificiais. Até seus ossos foram transformados em fosfato e sua gordura em sabão. Os instintos mais demoníacos não eram refreados; todas as barreiras caíram na louca busca do auto-engrandecimento. Centenas de milhares de cidadãos alemães enriqueceram com a pilhagem. Conforme as palavras de Himmler: "Escrevemos uma página gloriosa em nossa história. Uma estória que nunca deveria ser contada. Tiramos deles tudo que lhes pertencia."

Em meados de 1942 começara a deportação para os campos de morte de Auschwitz, Maidanek, Treblinka e muitos outros. O simples número dos que foram exterminados nesses campos choca a imaginação. Hoess, o comandante do campo de Auschwitz, declarou no seu julgamento de pós-guerra:

> Comandei Auschwitz até 1 de dezembro de 1943, e calculo que pelo menos 2 500 000 vítimas foram ali executadas e exterminadas por gás e cremação, e pelo menos outro meio milhão sucumbiu de fome e doença, perfazendo um total de mortos de aproximadamente 3 milhões. Excetuando 20 000 prisioneiros de guerra russos ali entregues pela Wehrmacht, as vítimas eram judeus da Holanda, Bélgica, França, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Grécia e outros países. Executamos somente em Auschwitz cerca de 400 000 judeus húngaros no verão de 1944.

Nada afetava o ritmo do genocídio, a não ser fatores técnicos, tais como o número de homens que Eichmann podia poupar para suas operações, ou a disponibilidade de transporte.

Campo da Morte em Auschwitz

Auschwitz situava-se numa região pantanosa, insalubre, escassamente povoada. A abundância de mão-de-obra tornada disponível pelo campo atraiu ao local indústrias, cujas seleções periódicas proporcionavam o único elo entre o Auschwitz dos crematórios, o Auschwitz judeu e o Auschwitz internacional dos trabalhadores escravos. Milhares de prisioneiros, tanto judeus quanto não-judeus, trabalhavam nas fábricas da I. G.

Farben produzindo borracha e gasolina sintéticas. Outros trabalhavam alhures. As seleções eram feitas na base dos aptos para o trabalho, e geralmente ocorriam à chegada de cada novo comboio. Os "não-selecionados" seguiam direto para a morte. Os sobreviventes ingressavam nas fileiras dos escravos, recebiam um *status* civil e eram tatuados com um número. Seu tempo de vida era de aproximadamente três meses. As seleções eram rápidas e superficiais. Juntamente com as seleções principais à chegada, realizavam-se constantemente seleções parciais a fim de eliminar aqueles cuja produção de trabalho não era mais adequada. As necessidades de mão-de-obra do momento determinavam a freqüência e o rigor das seleções.

Os inaptos eram levados às câmaras de gás a pretexto de que iriam tomar um banho de chuveiro. Despiam-se e recebiam um pedaço de sabão. As câmaras de gás tinham chuveiros simulados no teto. Gás enlatado Zyklon "B" (usado para desinfetar o campo de parasitos e percevejos) era jogado através de pequenas aberturas no teto. O processo de asfixia durava de três a dez minutos. Meia hora depois os corpos eram removidos pelo *Sonderkommando* (judeus que haviam sido selecionados para limpar as instalações, retirar os corpos das câmaras de gás, efetuar neles uma busca, enterrá-los ou queimá-los), despojados de tudo que ainda pudesse restar, e transferidos para os crematórios. Após a cremação as cinzas eram jogadas em fossos ou carregadas em caminhões. O *Sonderkommando* era mantido rigorosamente isolado. Os membros desse grupo eram mais bem alimentados e, conseqüentemente, achavam-se menos debilitados que outros trabalhadores. De fato, o único levante registrado em Auschwitz (bem como em Chelmo) foi tentado pelo *Sonderkommando*. Esses judeus, também, eram exterminados a intervalos regulares.

As unidades incumbidas de guardar os campos, conhecidas como destacamentos "Cabeça de Morte" (SS *Totenkopf*), haviam sido treinadas desde 1933 na tortura e degradação sistemática de "subumanos" e inimigos do Reich. Eram eles que esmagavam a menor tentativa de resistência por parte dos prisioneiros e que cercavam suas sangrentas expiações de horror e mistério.

Os crimes nazistas não foram empreendidos ao acaso. A escravização de milhões, as deportações para a Alemanha, o assassinato e o mau tratamento de prisioneiros de guerra, as execuções em massa de civis, o fuzilamento de reféns, e a realização da "solução final" da questão judaica — tudo isso foi resultado de um planejamento a longo prazo. Os próprios alemães têm fornecido provas indiscutíveis disso nos registros,

relatórios, inventários, ordens, e outros documentos, todos cuidadosamente conservados, colecionados e arrolados, que são parte do legado da era nazista. Ver esses documentos é contemplar um monumento ao temperamento burocrático. Lê-los é ingressar num vertiginoso mundo de horror.

Salvamento

Os planos nazistas de extermínio haviam sido estabelecidos em grande escala; em contraste, as atividades de socorro empreendidas por organizações judaicas, notavelmente a Agência Judaica e o Joint Distribution Committee, pareciam infinitesimais na extensão. E, no entanto, indizíveis esforços, angústia e frustrações entraram no trabalho dessas organizações, centralizadas nos poucos países neutros que restavam na Europa e travando uma incessante batalha com o desabrigo, a fome e o medo, que eram a sina dos poucos milhares de homens, mulheres e crianças que haviam conseguido obter sua liberdade.

No Leste, a atitude das massas para com os judeus foi de hostilidade e indiferença; somente as pequenas democracias nos países ocidentais reagiram com firmeza e unanimidade ao transe dos judeus. A reação da Igreja às perseguições foi equívoca, indo desde protestos enérgicos até os silenciosos esforços humanitários e o silêncio. Na França e Holanda vários prelados realizaram orações públicas pelos judeus, e distribuíram-se panfletos para dar a conhecer ao povo o que estava acontecendo. O Papa pessoalmente ajudou e protegeu muitos judeus, contribuindo até com quinze quilos de ouro quando os habitantes judeus de Roma tiveram de fornecer uma soma exorbitante aos nazistas em outubro de 1943. Mas, de um modo geral, conduziu ele suas atividades humanitárias de uma forma cautelosa. O Papado teve o cuidado de não forçar suas relações com a Alemanha, e assim absteve-se de usar sua grande autoridade moral. Por outro lado, o baixo clero, especialmente na França, e as ordens monásticas rivalizavam entre si em sua energia e audácia para proteger e esconder judeus.

Os Aliados mostraram-se totalmente inativos em relação ao destino dos judeus. Foi só em 1943 que o governo dos Estados Unidos instituiu um comitê para as vítimas de guerra. Foi uma ação que veio tarde demais. Apenas poucos indivíduos puderam ser salvos através de seus esforços.

Quando um porta-voz dos judeus húngaros apareceu no Cairo para negociar com os ingleses uma transação para a libertação de judeus, foi ele preso por autoridades britânicas. Ainda

antes disso, em fevereiro de 1941, o novo Secretário das Colônias, Lorde Moyne, escrevera a Weizmann rejeitando um veemente apelo para uma "substancial distribuição de certificados de imigração a serem concedidos imediatamente a judeus romenos". "A Romênia", escreveu Lorde Moyne, "é considerada como território inimigo ocupado. A maquinaria para verificação da *bona fide* dos requerentes . . . desapareceu."

Weizmann e seus colegas sionistas foram incansáveis em seus esforços para romper o silêncio público sobre o Holocausto na Europa. A 1 de março de 1943 ele tomou a palavra no Madison Square Garden, em Nova York, para proferir um ressoante grito da angústia:

> Quando o futuro historiador coligir o negro registro de nossos dias, encontrará duas coisas inacreditáveis: primeiro, o próprio crime; segundo, a reação do mundo a esse crime. Ele examinará as provas repetidas vezes antes de poder acreditar no fato de que, no vigésimo século da Era Cristã, uma nação grande e culta entregou o poder a um bando de assassinos que transformaram o assassinato de uma transgressão secreta em uma política de governo publicamente confessada e a ser posta em prática com todos os atavios do Estado. Ele achará a monstruosa história dos matadouros humanos das câmaras letais, dos trens lacrados, como sobrecarregando a faculdade de acreditar.
>
> Mas quando aquele historiador esmagado pelas provas trágicas registrar o veredicto do futuro sobre esse fenômeno selvagem, único nos anais da humanidade, ficará perturbado por ainda outra circunstância. Sentir-se-á intrigado pela apatia do mundo civilizado diante dessa imensa e sistemática carnificina de seres humanos cuja única culpa era pertencer ao povo que deu à humanidade os mandamentos da lei moral. Ele não poderá compreender porque a consciência do mundo teve de ser incitada, porque a solidariedade teve de ser despertada. E sobretudo, ele não será capaz de compreender porque as nações livres, em guerra contra uma barbárie ressurgente e organizada, precisavam de apelos para dar refúgio à primeira e principal vítima dessa barbárie.
>
> Dois milhões de judeus já foram exterminados. O mundo não pode mais alegar que os horripilantes fatos sejam desconhecidos ou não-confirmados. . . .Neste momento, expressões de simpatia, sem que estejam acompanhadas

por tentativas de socorro, tornam-se oca zombaria aos ouvidos dos agonizantes.

As democracias têm um claro dever diante de si. Que negociem com a Alemanha através de países neutros. Que refúgios sejam designados nos vastos territórios das Nações Unidas para proporcionar asilo aos que fogem do assassinato iminente. Que os portões da Palestina sejam abertos a todos que possam atingir a costa da pátria judaica. A comunidade judaica da Palestina receberá com alegria e gratidão todos os libertados das mãos nazistas.

Tentativas judaicas de salvamento e socorro foram empreendidas em diversas frentes. Durante os anos de 1939 e 1940 a Rússia transferiu 350 000 judeus poloneses, que ela havia adquirido pela partilha de 1939, para a desolada fronteira asiática da Pérsia. A maioria deles morreu de frio e fome. Os sobreviventes que restaram reuniram-se em pequenas cidades ao longo da fronteira persa, onde se esforçaram por formar suas próprias comunidades. Para salvá-los veio, em 1942, um membro do Joint Distribution Committee, que estabeleceu para esses judeus famintos um serviço de socorro. Depois da guerra, a maioria deles escapou, quer através da Pérsia, quer pela Polônia e campos de pessoas deslocadas, conseguindo chegar à Palestina.

Em Lisboa, que era um dos principais portos de trânsito para judeus que escapavam da Europa, o trabalho do Joint consistiu, em grande parte, em fretar navios com destino a Cuba e aos Estados Unidos, ou comprar, com passagens regulares, todas as cabinas. Trens corriam regularmente para Lisboa, vindos de Berlim, Viena e Praga. O Joint, trabalhando com Comitês de Auxílio aos Imigrantes Judeus de vários países, e até com agências de turismo alemãs, organizava o horário desses trens, aguardando-os à sua chegada em Lisboa. Ali cuidava dos passageiros até que embarcassem nos navios fretados.

Na França o Joint dava ajuda financeira a qualquer grupo que tentava salvar as vidas de judeus. De Marselha uma rota de mensageiros continuava além da linha de demarcação, para que o dinheiro pudesse ser entregue em Paris. Era uma rota perigosa, mas judeus e não-judeus ofereceram-se voluntariamente para servir nela. Crianças foram contrabandeadas para a Suíça, tendo o Joint dado a principal assistência financeira a esse tráfico. O Joint também sustentou, por meio de suas rotas de mensageiros, cantinas na França Ocupada, para os que não possuíam nem um cartão de alimentação falsificado.

Na França de Vichy a tarefa do Joint foi tríplice: conseguir a saída de judeus, cuidar daqueles que haviam sido pegados e postos em campos de concentração, e esconder os muitos que não tinham sido presos e ainda podiam escapar. Na França Não-Ocupada o Joint, durante os seus dois e meio anos de operações ali, tomou parte em remover 10 000 judeus franceses por Lisboa e outros 1 200 por Casablanca.

Nos campos de concentração do governo de Vichy o Joint forneceu alimentos, roupas e remédios, tudo isso obtido a alto preço. Os judeus internados nesses campos conseguiam permanecer vivos até o momento temido em que os alemães vinham buscá-los para deportação. Quando os alemães finalmente cruzaram as linhas de demarcação, o Joint passou a agir em segredo. Seu trabalho perdurou durante toda a ocupação.

Resistência Judaica

Muitas questões podem ser levantadas em torno da resistência judaica à fúria nazista, mas a realidade dessa resistência é indiscutível. As formas que assumiu foram várias: serviço em todos os exércitos que lutavam contra Hitler, revolta nos guetos, guerrilha nas florestas, e até a redação clandestina de diários mantidos em esconderijos secretos nos porões e sótãos. Eram demonstrações, todas elas, de uma obstinada recusa em submeter-se à provação nazista.

O movimento judaico de resistência diferia, sob vários aspectos cruciais, do movimento geral de resistência. O movimento judaico, em primeiro lugar, era obrigado a lutar sob condições mais difíceis: não tinha apoio, e em alguns países não recebeu qualquer ajuda da população local. Na Rússia Soviética, sem dúvida, os combatentes judeus da resistência faziam parte do movimento soviético de guerrilheiros, e o mesmo é verdade em relação a países ocidentais como a França, Bélgica e Holanda, onde a resistência judaica trabalhou de mãos dadas com o restante da população. Na Ucrânia, contudo, os combatentes judeus da resistência tinham, com freqüência, de enfrentar dois inimigos: os nacionais e os alemães. Na Polônia, também, o movimento dos guerrilheiros judeus foi um empreendimento separado. Esses países foram igualmente palco do mais brutal extermínio de judeus pelos nazistas.

O movimento judaico de resistência, desde o início, não foi simplesmente uma empresa de grupos ou indivíduos corajosos, e sim um movimento de massa, parte integrante da batalha travada pelo povo judeu contra os nazistas. Muito embora estivesse condenada ao fracasso, continha essa luta uma visão

de libertação popular e renascimento nacional. Muitos dos combatentes provinham das fileiras sionistas, gente que acreditava na idéia de um Estado Judeu ou num mundo socialista livre, ou numa síntese de ambos. E assim como outros combatentes pela liberdade davam às suas unidades de guerrilheiros os nomes de seus próprios heróis revolucionários (Garibaldi, na Itália; Kosciuszko, na Polônia; Aleksander Nevsky, na Rússia), assim também as unidades de guerrilheiros judeus recebiam a denominação de Bar Kokhba e Judá Macabeu.

Os movimentos de resistência judaicos estiveram ativos nos guetos, campos e florestas. Grupos individuais executavam atos de sabotagem nos próprios centros do domínio nazista. Um grupo de judeus alemães esteve em Berlim em 1944; outros combateram, integrando a Resistência francesa, em Paris. Judeus participaram nos movimentos gerais de resistência em todos os países onde lhes foi permitido associar-se aos mesmos.

O esforço para a autoconservação espiritual e econômica sempre esteve presente nos movimentos de resistência judaicos. Os esplêndidos registros de auxílio mútuo nos guetos, de jornais que apareciam nos campos e guetos, escritos à sombra da morte, de salvamento de rolos da Torá das ruínas de sinagogas destruídas — eram todos eles expressões de resistência ao inimigo. O espírito de revolta nos guetos deve ser visto em relação à orientação geral da liderança judaica na época. Os jovens sionistas na Europa nazista viviam juntos, compartilhando cada gota d'água e cada migalha de alimento. Assumiam responsabilidades por outros judeus nos guetos apinhados, tornavam-se professores, preceptores de jardim de infância e contrabandistas. Traziam armas e instruíam-se no seu uso. E tudo isso enquanto viviam sob as mesmas duras condições dos seus correligionários.

O mais espetacular de todos os feitos de resistência ocorreu no gueto de Varsóvia. Desde o início os jovens membros do *kibutz* de Varsóvia empenharam-se em permanecer unidos e conservar sua identidade de grupo. Nisso não estiveram sós. Também os membros do *Bund* judaico, assim como outros grupos políticos, publicaram jornais clandestinos e tramaram resistência armada. Quando começaram as deportações, os vários grupos se coordenaram e estabeleceram contato com a resistência polonesa a fim de obter armas e munições. A resistência polonesa, todavia, relutou em ajudá-los, e infindáveis obstáculos tinham de ser superados para contrabandear uma só arma que fosse para o gueto onde os espiões pululavam. Algumas centenas de combatentes judeus treinaram secretamente em abrigos. (Debaixo da terra, bem fundo, foi escavada uma rede de esconderijos camuflados com entradas falsas.)

Em pouco tempo o grupo judeu de combate tornou-se uma sociedade poderosa e respeitada.

A liquidação nazista do gueto de Varsóvia começou em julho de 1942. Em um mês quase 100 000 judeus foram dali retirados sob o pretexto de que seriam transportados para campos de trabalho. Na realidade, foram levados ao campo de extermínio em Treblinka, e mortos. No Dia da Expiação, de 1942, 60 000 judeus era tudo que sobrava do meio milhão de habitantes do gueto.

A última entrada dos alemães no gueto encontrou violenta resistência do pequeno grupo de combate. Por duas vezes os alemães foram obrigados a recuar; artilharia e lança-chamas foram requisitados para dominar os combatentes judeus. No fim os defensores foram para os esgotos. Não obstante as insuportáveis condições de superaglomeração e a falta de ar, continuaram eles a resistir ferozmente. Pouco a pouco a resistência judaica organizada foi extinta, e a ação cessou temporariamente. Mas isso foi apenas uma pausa. Cada minuto passou então a ser usado para a procura e o fabrico de armas. Nenhum dos líderes judeus tinha ilusões sobre o resultado. Nenhuma daquelas esperanças que estimulavam outros combatentes lhes eram permitidas, nem sonhos de vitória nem a expectativa de salvar suas próprias vidas. Animava-os somente uma lúcida determinação de preservar a dignidade, de morrer lutando, de redimir a honra judaica.

Os nazistas ficaram desconcertados com esses primeiros atos de resistência. Himmler dera ordens para destruir o gueto. A véspera da Páscoa judaica, 19 de abril de 1943, foi escolhida para o assalto final. O gueto foi sitiado e um violento bombardeio teve início. As tropas que avançavam eram apoiadas por tanques, muitos dos quais foram repelidos com bombas de fabricação caseira. A batalha desesperada havia começado. A luta foi de rua em rua, e de casa em casa. Prédios foram incendiados para forçar os que lá se achavam escondidos a sair; gás foi jogado nos *bunkers*. Por fim fizeram explodir até os esgotos e abrigos. Informou ao seu quartel-general o comandante da força alemã:

> A resistência oferecida pelos judeus e bandidos só pôde ser dominada pelo uso implacável de toda nossa força e energia, dia e noite...

Vinte e oito dias depois, com a explosão da sinagoga do gueto, a luta cessou. O comandante alemão informou sobre o término da ação: "Conseguimos pegar um total de 56 065

judeus cuja exterminação pode ser provada. A isso devem ser acrescentados os judeus que perderam suas vidas em explosões e incêndios..." O que o General Stroop não sabia é que quase uma centena de combatentes da resistência conseguiu escapar através dos esgotos, encontrando o caminho para a liberdade a fim de contar ao mundo esse capítulo heróico da história judaica.

Como em Varsóvia, assim também em outros guetos nasceram grupos de resistência quando se espalharam as notícias dos campos de extermínio. Alguns desses grupos foram esmagados antes que tivessem uma oportunidade de se defender, como no gueto de Vilna, onde a existência do grupo foi delatada e seu líder executado. Em Cracóvia um grupo de jovens sionistas causou destruições com bombas e ataques individuais. Em Bialistok houve uma resistência combinada dentro do próprio gueto. Os judeus defenderam-no enquanto possível, e depois alguns escaparam para as matas vizinhas, onde se juntaram a grupos de guerrilheiros. Nas florestas, diversos grupos de guerrilheiros judeus empreenderam ações bem sucedidas contra os nazistas, como os Vingadores de Vilna ou a divisão Tobias Belsky que operava mais para o sul, na região de Lida. Nas florestas da Rússia Branca, perto do fim da guerra, surgiu uma verdadeira cidade livre judaica, um refúgio para judeus escapados e que os camponeses locais chamavam "Jerusalém". Resistiu até chegar o Exército Vermelho.

No dia da "ação" final os judeus da cidade de Tukzin incendiaram seu gueto e pereceram nas chamas para não cair nas mãos dos alemães. O mesmo aconteceu em Dvinsk, na Letônia. Há também relatos espantosos de feitos isolados, ou referências veladas a judeus "camuflados" que se introduziram na administração alemã, ou mesmo no exército, para espionar e sabotar até que fossem finalmente denunciados. Na Letônia, judeus se dedicaram à sabotagem e provocaram incêndios após a entrada das forças alemãs. E na Rússia propriamente dita os judeus desempenharam um importante papel nas lutas de guerrilhas. Na Holanda, Bélgica e Itália os judeus tiveram uma participação essencial, e por vezes preponderante, nos movimentos de resistência.

Na França, a proporção de judeus nas organizações de resistência esteve entre 15 e 30%. Dentre os muitos heróis judeus individuais, um é merecedor de menção especial: José Aboulker, um jovem estudante de medicina argelino, que aos 22 anos organizou em Argel a resistência que tornou possível o desembarque americano. Em Paris, guerrilheiros judeus rea-

lizaram diversos ataques, alguns deles entre os mais importantes da resistência.

Todas essas organizações estavam também empenhadas em estabelecer rotas de fuga, em trabalho secreto, em fabricar documentos falsos para ajudar judeus a escapar — isso, também, fazia parte de sua resistência aos nazistas. E, finalmente, organizou-se na Palestina Judaica um movimento nacional judeu de resistência. O mais inesquecível feito desse grupo foi, talvez, o lançamento em pára-quedas de um punhado de jovens palestinenses na Hungria e Romênia em 1944, a fim de estabelecer contato com o movimento de resistência judaico desses países e confortar o judaísmo europeu em sua agonia final. Muitos desses jovens foram capturados e executados pelos alemães, entre eles a jovem poetisa Khanah Senesch e Enzo Sereni.

Pode-se dizer que os esforços desses moços, como os de tantos outros semelhantes a eles, estavam desde o início condenados ao fracasso. E assim também, em certo sentido, estavam eles. Mas o exemplo de sua dedicação não se perdeu. A resistência judaica aos nazistas foi ainda mais gloriosa pela sua aparente futilidade. Pois mesmo na hora mais negra, num mundo enlouquecido e embrutecido, a dignidade da vida foi veementemente vindicada e preservada.

Exemplos do Holocausto

É importante, embora aterrador, compreender que o assassinato de judeus se tornara uma atividade normal para milhares de alemães em todos os territórios ocupados. Essa normalidade estava horrivelmente evidente no mundo dos negócios. Documentos alemães capturados incluem lacônicas minutas de firmas industriais, como essa de I. A. Topf, fabricante de aquecedores:

> 12 de feverejro de 1943
>
> Ao Escritório Central de Construções da SS e Polícia, Auschwitz
>
> Assunto: Crematórios 2 e 3 do campo.
>
> Acusamos recebimento de sua encomenda de cinco fornos triplos incluindo dois elevadores elétricos para transportar os cadáveres e um elevador de emergência. Uma instalação prática para estocar carvão foi encomendada, e uma para o transporte de cinzas.

William Shirer, em sua *Ascensão e Queda do Terceiro Reich*, cita os esforços servis de uma firma denominada C. H. Kori, solicitando o negócio de Belgrado sob o fundamento de realizações bem sucedidas em Dachau e Lublin, onde alegava ter proporcionado "plena satisfação" na prática.

> Em seqüência ao nosso entendimento verbal relativo à entrega de equipamento de construção simples para a incineração de cadáveres, estamos submetendo planos para nossos fornos crematórios aperfeiçoados que funcionam com carvão e que, até agora, têm proporcionado plena satisfação.
>
> Sugerimos duas fornalhas crematórias para o prédio planejado mas aconselhamos seja feito novo estudo a fim de poder ter a certeza de que dois fornos serão suficientes para suas necessidades.
>
> Garantimos a eficiência dos fornos crematórios bem como sua durabilidade, emprego do melhor material e nosso acabamento impecável. Heil Hitler.
>
> — C. H. Kori

Até o Holocausto nazista havia uma inocente suposição de que homem algum, por mais depravado, poderia permanecer impassível diante da inocência e fragilidade da infância. A raça humana nem mesmo esse consolo pode se permitir mais. Aqui estão as palavras do Procurador-Geral no julgamento de Eichmann em Jerusalém:

> Vamos apresentar-lhes as instruções para o transporte de crianças. As crianças seriam divididas entre transportes destinados a Auschwitz. Crianças de catorze anos eram consideradas independentes para fins de transporte aos campos de extermínio. Não diremos quem sofreu o destino mais terrível — aqueles que morreram ou aqueles que se ocultaram em todos os esconderijos imagináveis, que viviam sob perpétuo terror de expulsão, que sobreviveram pela graça de vizinhos cristãos que concordaram em escondê-los. Crianças voltavam das escolas e centros organizados pela comunidade para encontrar a casa de seus pais vazia, pois eles haviam sido mandados por alguma operação especial para a morte, e o apartamento, enquanto isso, fora ocupado por outros. Ouvirão testemunhos

sobre ternas crianças, apertadas por suas mães contra seus corpos nas câmaras de gás, de modo que elas não foram imediatamente intoxicadas, até que vieram os carrascos e as jogaram vivas nas fornalhas.

A sala do tribunal em Jerusalém ficou como que hipnotizada, em silêncio, ao ouvir a descrição do comboio de crianças de Drancy, na França, despachado para Auschwitz mediante ordens de Eichmann de que "transportes de crianças podem pôr-se a caminho".

As crianças chegavam ao campo de Drancy amontoadas em ônibus, sob a guarda de policiais. Faziam-nas descer em pátios rodeados de arame farpado, guardados por um pelotão de gendarmes franceses. A polícia e os gendarmes, gente dura, que não se comovia facilmente, não podiam esconder seus sentimentos e sua aversão pela tarefa que eram obrigados a executar. À chegada dos ônibus, começavam a retirar as crianças e a conduzi-las em grupos aos salões, os mais velhos segurando a mão dos menores, ou carregando-os em seus braços. Não choravam as crianças. Caminhavam aterrorizadas, disciplinadas, desconsoladas, e obedeciam às ordens como um rebanho de carneiros, um ajudando ao outro. No dia da deportação eram despertadas às cinco da manhã. Irritadiças, meio adormecidas, as crianças, em sua maioria, se recusavam a levantar-se e descer até o pátio. As mulheres voluntárias tinham de incitá-las delicadamente, pacientemente, e tão tragicamente, de modo a convencer as crianças mais velhas de que deviam obedecer e desocupar os salões. Em diversas ocasiões os rogos de nada adiantaram. As crianças choravam e recusavam-se a deixar seus colchões. Os gendarmes então entravam, pegavam as crianças em seus braços enquanto elas gritavam de medo, debatendo-se e procurando agarrar-se uma na outra. Os salões pareciam um hospício. A cena era terrível demais para ser suportada até pelo mais duro dos homens.

No pátio faziam a chamada nominal das crianças, uma a uma, assinalavam-nas no registro, e as encaminhavam aos ônibus. Quando um ônibus ficava lotado, deixava o campo com sua carga. Como muitas das crianças permaneciam não-identificadas e outras não respondiam aos seus nomes corretos ou supostos, eram elas incluídas no comboio para completar o número.

Cada comboio consistia em aproximadamente quinhentas crianças e quinhentos adultos escolhidos entre os prisioneiros do campo. Num período de cerca de três semanas, durante a segunda metade de agosto e princípio de setembro de 1943, 4 000 crianças assim transformadas em órfãos foram transportadas dessa maneira, exterminadas com adultos estranhos.

As dimensões dessas ações são vitalmente importantes para podermos compreender a extensão da doença mental que se apossou da nação alemã. Milhares de funcionários foram necessários para a execução dessas tarefas. Não poderiam ter sido realizadas se não tivessem por fundo uma esmagadora aquiescência social. O preconceito antijudaico, ardendo intermitentemente através da História, às vezes como minúscula centelha, outras vezes como imensa chama, deixou então sua senda devastada no território do espírito humano.

A história e a consciência judaicas serão dominadas, durante muitas gerações, pelas lembranças traumáticas do Holocausto. Nenhum povo em toda a História passou por uma experiência tão violenta e profunda. A obsessão de Israel com a segurança física; a forte reação judaica a movimentos de discriminação e preconceito; uma percepção inebriante da vida, não como algo a ser admitido naturalmente mas como um tesouro a ser encorajado e alimentado com ansiosa vitalidade; uma desconfiança residual do que está do outro lado do muro judeu; uma crença mística nas forças imorredouras da história judaica, que assegura a sobrevivência quando tudo parece perdido — tudo isso, juntamente com a intimidade de dores e agonias mais pessoais, constitui o legado que o Holocausto transmite à geração de judeus que cresceram à sua sombra.

O Efeito da Guerra na Palestina

Os Aliados estavam cônscios da grande importância estratégica do Oriente Médio e Palestina durante a II Guerra Mundial. C. L. Sulzberger resumiu a posição no *Foreign Affairs* de julho de 1942.

O triângulo geográfico que se estende entre o Mediterrâneo, o Mar Negro e o Oceano Índico, e vagamente conhecido como o Oriente Médio, é o elo mais importante entre os membros principais das Nações Unidas: os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e seu império asiático central, China e URSS. O Canal de Suez e as vias marítimas para

> oeste através do Mediterrâneo, para leste em direção à Índia e para o sul contornando o Cabo, são o núcleo de uma área que inclui os mais ricos depósitos petrolíferos do Velho Mundo, as maiores redes de estradas e vias aéreas entre Oriente e Ocidente, e regiões valiosas não só sob um ponto de vista puramente estratégico mas também pelo algodão, cereais, frutas, ouro e cromo. Finalmente, o Oriente Médio não é apenas a barreira entre as duas extremidades em expansão do Eixo — na Europa e na Ásia — mas contém o portão para a Europa através dos Bálcãs, a porta dos fundos para a União Soviética através dos Dardanelos e pelo Cáucaso, o caminho para a Índia através do Irã e Belutchistão. . .

A atitude dos árabes para com os Aliados durante a guerra, pelo menos até que se tornou perfeitamente claro que a causa aliada seria vitoriosa, foi inamistosa, indo desde a franca hostilidade até uma relutante neutralidade. Os judeus do *íshuv*, em contraste, achavam-se desde o início ansiosos por tomar parte na guerra contra a Alemanha nazista. Os alistamentos judeus no exército britânico foram tão numerosos que chegaram a embaraçar as autoridades britânicas, que tentaram mantê-los no mesmo nível dos árabes. As unidades judaicas palestinenses deram uma contribuição honrosa à vitória no Oriente Médio. De grande importância, também, foi a contribuição da indústria e da mão-de-obra especializada da Palestina Judaica para o esforço de guerra. Esse fato foi reconhecido pelos ingleses, mas não modificou sua atitude política em relação ao Lar Nacional Judaico.

A 3 de setembro de 1939, quando a Grã-Bretanha oficialmente declarou guerra à Alemanha, o Executivo da Agência Judaica em Jerusalém emitiu uma declaração:

> O Governo de Sua Majestade hoje declarou guerra à Alemanha de Hitler.
>
> Neste momento decisivo tem a comunidade judaica uma preocupação tríplice: a proteção da pátria judaica, o bem-estar do povo judeu e a vitória do Império Britânico.
>
> O Livro Branco de maio de 1939 foi para nós um sério golpe. Como até agora, defenderemos até o máximo de nossa capacidade o direito do povo judeu em seu Lar Nacional. Nossa oposição ao Livro Branco, todavia, nunca foi dirigida contra a Grã-Bretanha ou o Império Britânico.

A guerra à qual agora a Grã-Bretanha se viu forçada pela Alemanha nazista é nossa guerra, e todo auxílio que pudermos, e nos for permitido, prestar ao exército e ao povo britânicos, daremos com todo entusiasmo.

Contudo, apesar de sua sincera disposição de se unir às fileiras aliadas, teve o *íshuv* de suplicar incessantemente à Potência Mandatária que lhe fosse permitido ter uma participação real na guerra contra a Alemanha nazista. A Grã-Bretanha tinha aparentemente receio de que isso pudesse levar os árabes a pensar que a guerra estava sendo travada para os judeus, ou pelo Oriente Médio, então ainda bem longe da batalha. A conseqüência, temiam os ingleses, poderia até ser a de lançar os árabes para o lado do inimigo. Envidaram-se todos os esforços para desencorajar o *íshuv* de expressar seu desejo do ajudar.

Obstáculos ao recrutamento judaico foram apresentados sob diferentes maneiras: pagamento reduzido, ausência de pensão para família, barreiras à obtenção de postos comissionados para "estrangeiros". As autoridades britânicas até iniciaram processos contra judeus que haviam sido encontrados de posse de armas. Quarenta e três membros da *Palmakh*, que pertenceram aos "Grupos Noturnos" de Orde Wingate e haviam sido treinados pelo exército britânico para tarefas especiais contra saqueadores árabes, figuravam entre os levados a julgamento. Mas a despeito dessas afrontas, continuaram os judeus a clamar pelo direito de servir no exército. A Agência Judaica pediu a formação de unidades militares judaicas especiais para a defesa da Palestina, ameaçada pelas forças do Eixo. A Administração Civil encarou essa sugestão com franco desagrado, temendo que viesse a fortalecer a posição judaica e a hostilizar os árabes. Finalmente, em dezembro de 1939, fez o Dr. Weizmann uma proposta oficial para o treinamento de oficiais subalternos judeus como preparação para uma unidade militar judaica numa etapa posterior; essa proposta foi recebida favoravelmente pelas autoridades militares na Inglaterra, mas atrasos burocráticos liquidaram-na.

Quando a Itália entrou na guerra, em junho de 1940, Weizmann novamente pleiteou uma unidade militar judaica, instando por ação rápida. Não houve qualquer reação. Weizmann então, em agosto de 1940, dirigiu-se por carta a Winston Churchill. Após referir-se ao interesse britânico e ao ardente desejo do *íshuv* de lutar contra o inimigo comum, afirmou Weizmann:

> O judaísmo palestinense pode fornecer uma força de 50 000 combatentes, todos eles na plenitude do seu vigor — uma força nada desprezível se adequadamente treinada, armada e conduzida. Se a Palestina for invadida, e a comunidade judaica destruída por falta de meios para defesa própria, uma grave responsabilidade caberá ao governo britânico que os recusou.

Essa carta do Dr. Weizmann não tardou a ter conseqüências. Em outubro de 1940 o governo inglês aprovou um plano limitado para o alistamento de judeus, em unidades separadas, no exército britânico. Um senso de obrigação nacional e moral fez os judeus aceitarem essas condições, não obstante a ambigüidade das mesmas. Embora a formação de uma divisão especial judaica fosse adiada até o outono de 1944, unidades judaicas sob oficiais judeus foram formadas na Palestina e participaram da guerra. O avanço dos exércitos de Rommel na África do Norte e Egito e a necessidade de potencial humano tornaram enquanto isso o recrutamento de voluntários palestinenses uma urgente necessidade. Homens e mulheres serviram então em funções várias e tomaram parte nas batalhas decisivas do Oitavo Exército que, sob Montgomery, repeliram Rommel de El-Alamein.

Em agosto de 1943 havia nas forças britânicas 22 000 judeus organizados em unidades especiais, sem contar a força policial suplementar e os trabalhadores da defesa civil. Quando, por fim, após longas discussões tenazmente mantidas por Moshe Sharet, a Brigada Judaica foi formada em setembro de 1944, o número de soldados judeus elevou-se a 35 000. A formação da Brigada foi anunciada pelo Ministério da Guerra britânico: "O Governo de Sua Majestade decidiu anuir à solicitação do Executivo da Agência Judaica para a Palestina no sentido de se formar um Grupo de Brigada Judaico para tomar parte em operações ativas."

A 31 de outubro a Agência Judaica pôde anunciar que a bandeira e as insígnias da Brigada Judaica haviam sido aprovadas — barras horizontais azuis num fundo branco, tendo ao centro uma Estrela de Davi azul. Também se autorizou uma dragona azul e branca com uma Estrela de Davi dourada. A Brigada lutou bravamente na Itália, seguindo depois para a Áustria e Alemanha, e finalmente Bélgica e Holanda. Cada oficial e soldado judeu palestinense era também membro da *Haganah*, a organização judaica de defesa.

Relações Anglo-Judaicas

Quando a Grã-Bretanha declarou guerra à Alemanha, apenas três meses e meio após a publicação do Livro Branco, esperava-se que este, juntamente com toda a política de apaziguamento seguida pelo governo Chamberlain, seria abolido. O Livro Branco havia sido energicamente criticado em círculos parlamentares britânicos. A Comissão Permanente de Mandatos declarara que ele não era compatível com os termos do Mandato.

Essas esperanças revelaram-se vãs. A política britânica na Palestina, conforme formulada no Livro Branco de 1939, foi rigorosamente aplicada durante a guerra. É, talvez, possível compreender essa atitude da Grã-Bretanha durante as primeiras fases da guerra, quando existia o perigo de o Oriente Médio ser tomado pelos exércitos do Eixo, e havia planos para a evacuação de forças britânicas da Palestina. Mas a cruel execução do Livro Branco em relação à imigração judaica na Palestina, especialmente com a mudança do curso da guerra, é menos compreensível. Nessa hora, quando o desastre atingiu o judaísmo europeu e a política de não-cooperação impeliu as menores das comunidades judaicas a um combate mortal com a potência ocupante, o *íshuv* estava impotente. Não foi pela segurança ou progresso econômico dos seiscentos mil que viviam na Palestina, mas pelos milhões que se viam sem escapatória na Europa em guerra, e pelo direito de vir em seu socorro, que o *íshuv* empreendeu sua demorada luta contra a Potência Mandatária.

O Livro Branco de 1939 havia interrompido quase inteiramente a imigração e fechado as portas do país no exato momento em que o Holocausto tragava o judaísmo europeu. A Grã-Bretanha recusou-se a abrir as portas da Palestina mesmo àqueles refugiados que conseguiram salvar-se do inferno nazista. Em ponto algum foram atenuadas as restrições à imigração. Às vezes havia uma interrupção total da imigração, quando segundo o governo a quota já havia sido esgotada pela assim chamada imigração "ilegal". Somente em fins de 1943, quando se tornou claro que a quota de 75 000 imigrantes permitida no Livro Branco não seria atingida, anunciou a administração britânica, como um gesto de "generosidade", que o número completo de 75 000 seria autorizado a entrar na Palestina após a data estipulada para a interrupção, 1 de abril de 1944.

O Holocausto

O número infinitesimal de imigrantes permitidos de acordo com a "escala" (1 500 por mês) tornou a imigração ilegal uma necessidade imediata. Algo tinha de ser feito para salvar os judeus da perdição certa. Durante alguns anos antes havia

a *Haganah* reagido aos limites sobre a imigração efetuando o contrabando de imigrantes para o país. Nos primeiros anos eram eles trazidos pela fronteira do Líbano ou da Síria. Muitos contrabandistas árabes ajudaram nessas operações, sendo pagos *per capita* pela sua carga humana. Kfar Guiladi, um *kibutz* junto à fronteira libanesa, era o ponto de passagem para a Palestina. A partir de 1934, imigrantes ilegais foram também trazidos de navio, empreendimento muito mais perigoso por envolver ao mesmo tempo um número bem maior de pessoas; e também mais caro, devido à necessidade de adquirir e preparar embarcações que, se interceptadas, seriam confiscadas pelos ingleses. O primeiro barco a chegar à costa palestinense com imigrantes ilegais foi o "Velos", trazendo *khalutzim* da Polônia (1934).

Após a capitulação britânica em Munique, quando a guerra se tornou iminente, embarcações com refugiados judeus eram vistas por toda parte, navegando pelos mares do mundo como fantasmagóricos galeões de desespero. Eram encontrados em lugares tão distantes como Cuba e Equador, Xangai e ilha Maurício. Rigorosa vigilância era mantida ao longo do litoral da Palestina para impedir o desembarque de qualquer carga humana. Em março de 1939 o "Sando", que partira de um porto romeno com 239 refugiados judeus a bordo, foi recebido na costa palestinense pelos tiros da guarda costeira. O "Sando" foi forçado a voltar, sem água ou combustível. Tais incidentes ocorriam repetidas vezes, enfurecendo a opinião pública em toda parte mas encontrando ouvidos moucos nas salas de Whitehall.

Com os nazistas conquistando um país após outro, judeus tentaram entrar na Palestina por todos os meios possíveis. A maioria deles vinha por mar, freqüentemente em embarcações sem condições de navegar; alguns tentavam as rotas terrestres, muitas vezes viajando a pé e levando muitos meses em sua jornada. Navios com imigrantes ilegais navegavam durante semanas ao longo da costa palestinense, à espera de uma oportunidade para desembarcar. Temendo a deportação, muitos imigrantes destruíam seus documentos de identidade. O governo britânico instituía a cruel prática de enviar esses imigrantes a alguma ilha sob controle britânico. Assim, os deportados do "Atlantic" foram enviados à ilha Maurício, no Oceano Índico. Essas 1 600 almas viveram sob as condições mais primitivas durante todo o tempo da guerra.

A tragédia pior foi a do "Struma", um iate convertido de aproximadamente duzentas toneladas. Levava a bordo 769 judeus, incluindo crianças entre as idades de dez e dezesseis

anos. Apinhada, a pequena embarcação alcançou Istambul em meados de dezembro de 1941. Aí começou a tragédia. As autoridades turcas declararam que não permitiriam aos imigrantes permanecer na Turquia, enquanto os britânicos insistiam que não lhes seria permitido entrar na Palestina. Após prolongadas negociações, concordou a Grã-Bretanha em admitir as crianças. Os turcos, porém, mandaram o navio para o mar Negro. A 24 de fevereiro foi recebida a notícia de que o "Struma" havia afundado, provavelmente torpedeado por um submarino nazista. Com exceção de um, todos os passageiros pereceram.

Veementes protestos foram apresentados na Palestina e em todo o mundo livre. A Grã-Bretanha escusou-se, e expressou pesar pela sorte dos refugiados. Mas não se tomou nenhuma medida para atenuar as restrições. *Mr.* Oliver Stanley, então Secretário das Colônias, apresentou as condolências de seu govêrno: "O Governo de Sua Majestade espera sinceramente que uma tal tragédia não volte a ocorrer. Não está, contudo, em seu poder, entre os perigos e incertezas da guerra, dar qualquer garantia, nem pode ter parte em quaisquer medidas capazes de solapar a atual política concernente à imigração ilegal para a Palestina em vista das questões mais amplas envolvidas."

Outro elemento na continuada tensão entre os judeus e a Grã-Bretanha foi o da aplicação dos Regulamentos para Transferência de Terras de 1940. O Livro Branco de 1939 havia declarado que "não há agora, em certas áreas, lugar para novas transferências de terras árabes, enquanto em outras áreas tais transferências devem ser restringidas para que os cultivadores árabes mantenham seu atual padrão de vida e não se crie uma população árabe sem terras". A zona proibida abrangia uns 17 133 quilômetros quadrados, ou aproximadamente 63% das terras da Palestina. De acordo com os Regulamentos para Transferência de Terras, somente 2,6% da área de terras poderiam ser livremente comprados aos árabes pelos judeus. A publicação desses regulamentos levou a turbulentas manifestações judaicas contra o governo mandatário. Manifestações foram organizadas diariamente durante a primeira semana de março em Jerusalém, Haifa, Tel-Aviv, e Petakh Tikvah. Soldados e policiais britânicos foram apedrejados. O governo teve de recorrer ao emprego da força, e foi imposto um toque de recolher. A ação governamental foi fortemente criticada no Parlamento, onde foi assumida a posição de que os Regulamentos Para Transferência de Terras eram incompatíveis com o Mandato. Os regulamentos, porém, não foram revogados.

O Holocausto

De um modo geral, a luta contra o Livro Branco foi levada a efeito pelo *ishuv* ao mesmo tempo que sua participação, até

o máximo de sua capacidade, na luta maior contra Hitler, lado a lado com as potências aliadas. A atitude do *íshuv* durante esses anos foi corretamente refletida na declaração de David Ben Gurion, "Combateremos na guerra como se não houvesse o Livro Branco, e combateremos o Livro Branco como se não houvesse guerra." Mas ao mal causado pela aplicação rígida do Livro Branco fora acrescido um insulto mais profundo e duradouro: foi o da perfídia britânica para com os judeus — seus aliados — no período mais negro da história judaica. O *íshuv* sentiu-se traído.

O Problema Judeu e a Política Mundial

Durante a primeira parte de 1943 melhoraram as perspectivas de vitória dos Aliados. A Palestina viu-se livre do perigo de invasão, e o mais urgente era criar um clima favorável para o ajuste do pós-guerra. Estava claro que os Estados Unidos desempenhariam um papel decisivo, mas o veemente apoio de que gozava a causa judaica entre o público e no Congresso não se refletia nos corredores do Departamento de Estado. Weizmann então envolveu preeminentes diplomatas americanos, incluindo Sumner Welles e os chefes da Seção Oriente Próximo, num concentrado e paciente seminário sobre o problema judaico e sua solução. A ele juntaram-se, como poderosos reforços, Moshe Sharet e Nahum Goldmann.

A 7 de maio de 1943 Weizmann viu Lorde Halifax, na ocasião embaixador britânico em Washington, lembrando a ele que um término de prazo se aproximava. O Livro Branco estipulava que não houvesse mais qualquer imigração judaica na Palestina após março de 1944. "Agora, Lorde Halifax, pensa poder realmente manter essa posição? De uma forma ou outra permitiu a todos ficar com a idéia de que se um judeu a mais entrar na Palestina haverá uma revolução. Pelo que sei, haverá. Mas os judeus nada têm a perder. Se permitir que a posição fique à matroca, isso levará a uma catástrofe." A mesma advertência foi levada ao Presidente Roosevelt, a 12 de junho. O Presidente mostrou-se pleno de sorridente mas evasivo encanto. Propôs uma conferência árabe-judaica, com a possível participação de *Mr.* Churchill e dele próprio. Perguntou: "Viu Churchill aqui em Washington?" Respondeu o Dr. Weizmann: "Não, *Mr.* Churchill não gosta de ver-me porque tem muito pouco a me dizer."

O Holocausto

Em outubro Weizmann voltou a Londres e recomeçou sua investida sobre Downing Street. A 25 de outubro almoçou com Churchill, junto com o vice-primeiro-ministro, Clement

Attlee, e o Marechal-do-Ar Lorde Portal. Churchill apresentou Weizmann afetuosamente aos outros convidados e proferiu palavras de firme compromisso em relação ao futuro judaico. "Quando tivermos esmagado Hitler", disse ele com sonorosa ênfase, "teremos de instalar os judeus na posição que lhes pertence. Tive uma herança que me foi deixada por Balfour e não vou mudar. Mas há forças obscuras trabalhando contra nós. Dr. Weizmann, tendes alguns amigos muito bons; *Mr.* Attlee, por exemplo, e o Partido Trabalhista estão comprometidos nessa questão." Disse *Mr.* Attlee, "Certamente que estou." "Conheço a terrível situação dos judeus", afirmou Churchill. "Eles receberão indenização e poderão também julgar os criminosos. Deus trata as nações conforme elas tratam os judeus . . ."

Em maio de 1944 um judeu húngaro, Joel Brand, alcançou Istambul e entrou em contato com emissários da Agência Judaica. Contou uma história fantástica. Adolf Eichmann, o oficial nazista encarregado do extermínio de judeus, ocupava-se então com a liquidação do judaísmo húngaro. Grande parte do pavoroso trabalho já fora realizada, mas centenas de milhares de judeus ainda permaneciam vivos. Os exércitos aliados convergiam sobre a Alemanha, e o fim do nazismo e seus líderes era certo. Explicou Brand que Eichmann lhe dissera, na presença do Dr. Kastner, o representante do Comitê de Socorro Judaico, que, se 10 000 caminhões fossem postos à disposição de Himmler, cessaria a expulsão de judeus para o campo de extermínio de Auschwitz. Insistiu Brand que, se ele pudesse regressar a Budapest com a resposta de que a oferta estava sendo seriamente estudada, os "moinhos da morte deixariam de moer". Representantes judeus pediram que, não obstante todo o natural ceticismo, a macabra oferta fosse tratada como genuína. Havia uma possibilidade objetiva de que Himmler estivesse procurando agradar os Aliados que avançavam, salvando tardiamente vidas judaicas.

A 6 de julho Weizmann e Sharet levaram seu apelo ao Secretário do Exterior, Anthony Eden, que eles acharam enlouquecedoramente hesitante. Seu principal argumento foi o de que "não deve haver negociações com o inimigo". Weizmann reconheceu que "a oferta da Gestapo deve ter motivos inconfessados. Não é impossível, porém, que na falsa esperança de conseguir seus objetivos eles estejam dispostos a deixar sair um certo número, pequeno ou grande, de judeus. Toda a coisa pode se reduzir a uma questão de dinheiro, e o resgate deveria ser pago".

No dia seguinte Weizmann solicitou ao Foreign Office que encaminhasse à Real Força Aérea a proposta de bombardear os campos de extermínio em Auschwitz. Reconheceu que essa medida poderia não fazer mais do que atrasar o extermínio. Mas o bombardeio "teria um efeito moral de longo alcance. Significaria que os Aliados travavam guerra direta contra o extermínio das vítimas da opressão nazista". "Em segundo lugar", acrescentou num parêntese de terrível implicação, "desmentiria as freqüentemente repetidas afirmações de porta-vozes nazistas de que os Aliados não estão realmente tão descontentes com a ação dos nazistas em livrar a Europa de judeus."

O Foreign Office vivia num vácuo moral, do qual o Livro Branco era ao mesmo tempo causa e efeito. Deixou-se que a missão de Brand fracassasse, não obstante a garantia de Eden a Weizmann de que não haveria objeção ao seu retorno à Europa. E a 1 de setembro o Foreign Office informou Weizmann que sua proposta para bombardeio dos campos de extermínio havia sido rejeitada pela Real Força Aérea "por motivos técnicos". Mais uma vez a política britânica, na prova da ação administrativa, se revelou incongruente com seus objetivos declarados.

O Mundo Judeu em 1945

O judaísmo saiu órfão da guerra. Seis milhões de seu povo — mais de um terço do total de pré-guerra — haviam perecido. Completamente extintas estavam as centenas de comunidades judaicas que haviam representado os centros de criatividade e consciência nacional, seus recursos culturais e espirituais. O judaísmo leste-europeu fora o coração do povo, a fonte de sua vitalidade. Durante séculos a grande maioria dos líderes espirituais do judaísmo ou ali viveu ou dali se originou. Da Europa Oriental vieram os gigantes da erudição bíblica. Na Europa Oriental estavam as grandes academias de estudos talmúdicos. Muitos dos iniciadores da idéia sionista, os arquitetos do movimento sionista, os *khalutzim*, os escritores e pensadores tinham vindo da Europa Oriental.

A Polônia tornara-se um cemitério judeu. Antes da guerra, comunidades judaicas grandes e viris haviam existido em umas duas mil cidades e povoados poloneses. Em agosto de 1945 um censo realizado naquele país mostrou que judeus eram encontrados em apenas 224 localidades. Quase 90% das comunidades haviam sido completamente obliterados no mapa. E aquelas que sobraram eram sombras pálidas, fracas, debilitadas, de antiga glória.

A população total judaica antes da guerra, nos países da Europa que foram depois ocupados pela Alemanha nazista, era de 9 800 000. Desses, pelo menos seis milhões foram mortos. Na Polônia, cuja população judaica anterior havia sido de 3 300 000, restavam em 1945 menos de 74 000. Dos 356 000 na Tchecoslováquia, sobraram apenas 14 000; dos 156 000 na Holanda, menos de 20 000.

Os alemães não haviam matado apenas milhões de indivíduos; eles haviam destruído inúmeras comunidades, as fontes de nova vida judaica, de valores, de estudo. Aqueles que sobreviveram haviam percorrido toda a escala à beira da morte: espancamentos, fome, sede, trabalho desumano, degradação, perda de família e a constante lembrança que sua vez era a próxima. Ao fim da guerra, em maio de 1945, a Europa era um caos — política, econômica, moral e espiritualmente. A situação judaica em toda parte estava ainda insegura, não só fisicamente como também espiritualmente. Jamais os judeus tinham se tornado tão cônscios de sua vulnerabilidade aos caprichos da depravação humana. O choque foi ainda mais intenso depois que o banho de sangue terminou, quando houve tempo de digerir o que havia acontecido e refletir.

Igualmente desconcertante foi o fenômeno de um ressurgente anti-semitismo, que, longe de desaparecer depois da guerra, então se intensificou. Irromperam novos *pogroms* contra aqueles que haviam tido o atrevimento de sobreviver. Apossou-se desses sobreviventes uma ânsia desesperada de fugir da Europa, esse continente amaldiçoado e ensangüentado. Mas as oportunidades de imigração em grande escala permaneceram escassas; nenhum país, nem mesmo os Estados Unidos, estava disposto a pôr em risco sua tranqüilidade por essa gente. Quem podia ou não podia entrar — tornou-se uma questão de seleção cuidadosa. E a Palestina, a meta primaz para a maioria dos sobreviventes, estava fechada aos judeus. E assim viram-se obrigados a permanecer em campos de internamento e abrigos provisórios, temendo ser novamente isolados do restante do judaísmo. Os cerca de trezentos mil sobreviventes judeus tornaram-se uma "humanidade amontoada, sem lar", quase todos agrupados depois da guerra em campos de pessoas deslocadas. Ainda não se tinham recuperado da traumatizante experiência de degradação humana. Eram perseguidos por lembranças de pesadelo, lembranças essas que não podiam começar a esquecer enquanto ainda permanecessem naqueles mesmos países que haviam perpetrado tais atrocidades contra eles.

Eles tinham medo. Medo dos alemães, dos quais pediram para ficar separados por um arame farpado em torno do campo. Neuroticamente com medo de ter de permanecer onde estavam, no país do povo que havia assassinado suas famílias. Medo das crescentes manifestações de anti-semitismo por toda parte — um anti-semitismo que se achava por demais enraizado, por demais entranhado pelo nazismo, para ser superado em poucos anos. Medo de confiar nos americanos ou ingleses, ou em qualquer outra nação européia que lhes oferecia auxílio ou permissão para entrar em seus países. Não podiam confiar nas pessoas ao seu redor. Na verdade, eles desconfiavam do mundo; eles desconfiavam da humanidade e suas promessas.

Não havia iniciativa ou vontade para melhorar as condições nos campos. Ali não havia futuro. Limpar um quarto, colocar cortinas na janela, trabalhar — isso era um ato de submissão aos sofrimentos do presente. Isso os refugiados se recusavam a fazer. Uma patética mas obstinada determinação de sobreviver fê-los asseverar que cada dia na Alemanha deveria ser vivido como se fosse o último, quando a comida é ingerida às pressas, quando sacolas são arrumadas para a viagem de saída da Terra da Servidão e entrada na Terra Prometida.

Um ardente ímpeto de emigrar para a Palestina, a terra dos judeus, apoderou-se desses sobreviventes sem lar. Hitler os tornara nacionalistas. Foi, raciocinavam eles, por não ter um país próprio que seis milhões deles haviam sido desumanamente massacrados. Embora soubessem que judeus viviam felizes em alguns países, tinham sofrido demais para se arriscarem novamente. Sua meta era a Palestina. Estavam por demais cansados para tentar uma nova vida num lugar onde, algum dia, alguém pudesse gritar, "Judeu, vá embora!" Pouco lhes importava que a vida na Palestina fosse perigosa e incerta. O que quer que isto implicasse, eles preferiam morrer na Palestina a viver na Polônia ou Alemanha. Pois não lhes havia Hitler ensinado que eles não eram poloneses ou alemães, mas apenas membros da nação judaica, desprezada e rejeitada pela "Europa civilizada"? Bem distante, na Palestina, um Lar Nacional estava ansioso por recebê-los e oferecer-lhes uma oportunidade de reconstruir suas próprias vidas, não como estranhos num país estrangeiro mas como hebreus em sua própria terra. A julgar pelas sérias realidades da Europa, sua única esperança era a Palestina.

21 | Nasce Israel

NO FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL abriu-se o pano sobre os corpos queimados e lacerados de seis milhões de judeus, entre os quais um milhão de crianças. O povo judaico fora vítima da mais pavorosa agonia que jamais afligiu qualquer nação ou grupo humano. Todo um continente ficou saturado com seu sangue e obsedado por seu sacrifício não-expiado. Mas ao erguer-se das devastações da Segunda Guerra Mundial, ficou o mundo perigosamente próximo de criar uma injustiça mais atroz do que quaisquer daquelas que haviam sido eliminadas pelo triunfo da causa aliada. Tornou-se horrível, porém seriamente possível, que a todas as nações, entre as que haviam sofrido sob o tacão da tirania, seria concedida a liberdade, exceto ao povo que mais sofreu. Todas as vítimas da tirania seriam estabelecidas soberanamente, exceto o primeiro e mais dolorosamente devastado dentre os alvos de perseguição. Se a ordem mundial tivesse sido estabelecida sobre essa discriminação, teria sido concebida com uma proporção intolerável de culpa.

Desse perigo espiritual a comunidade das nações purgou-se com atraso, talvez com um pouco de excessiva relutância, mas não obstante decisivamente, quando estatuiu e depois reconheceu o estabelecimento do Estado de Israel. Foi longo e árduo o processo pelo qual o reconhecimento e satisfação da reivindicação judaica de igualdade se fez sentir na consciência da família humana; foi acompanhado, por um lado, por sofri-

mento intenso e desespero ocasional, e pelo outro por hesitação, adiamentos, e até logros completos. Que finalmente tenha vindo, num ato de eqüidade universal, é um tributo às mais profundas motivações éticas da sociedade internacional e à vontade indômita de um povo recém-saído da mais tremenda sangria a que assistiu o mundo.

Traição do Governo Trabalhista

Quando a guerra terminou, a situação judaica, tanto dentro quanto fora da Palestina, parecia realmente sem esperanças a Chaim Weizmann, que em 1945 escreveu a Churchill, pouco antes da derrota deste nas urnas:

> A posição dos judeus nos países liberados é desesperadora. A posição política na Palestina está se tornando insustentável. E assim também minha posição pessoal como Presidente da Agência Judaica. É este o momento de eliminar o Livro Branco, de abrir as portas da Palestina e de proclamar o Estado Judeu.

A breve e desanimadora resposta de Churchill, de 9 de junho de 1945, tornou a situação ainda mais desesperada:

> Meu caro Dr. Weizmann,
>
> Recebi sua carta de 22 de maio incluindo um memorando em nome da Agência Judaica para a Palestina. Não pode haver, presumo, qualquer possibilidade de a questão ser efetivamente considerada até que os Aliados vitoriosos estejam definitivamente sentados à Mesa da Paz.

Weizmann investira labuta e esperança ilimitada em Churchill e Roosevelt. No verão de 1945 Roosevelt estava morto e Churchill derrubado do poder. Ambos haviam sido dotados de incontestáveis poderes para pôr a causa judaica no caminho da consolação e recuperação. Eles não fizeram uso desses poderes. Quando deixaram a cena que haviam dominado durante seis anos, o povo judeu estava no ponto mais baixo do seu destino histórico — aturdido de angústia, ignorado, repelido, sem qualquer lampejo de luz pela frente.

O novo governo trabalhista achava-se comprometido com um programa pró-sionista. Sua política, conforme formulada por Hugh Dalton apenas poucos meses antes, havia corajosamente declarado, "Não há certamente nem esperança nem significação num Lar Nacional Judaico a não ser que estejamos

Nasce Israel

prontos a deixar judeus, se o quiserem, entrar nesse minúsculo país em número tal que se tornem maioria. Havia uma causa convincente antes da guerra. Há uma causa irresistível agora, após as indizíveis atrocidades do frio e calculado plano nazista alemão de matar todos os judeus na Europa. . ." A declaração prosseguia propondo uma voluntária troca de populações: "Que os árabes sejam estimulados a sair enquanto os judeus entram." Todavia, Ernest Bevin foi nomeado Secretário do Exterior, e ele revelou-se hostil à sobrevivência nacional judaica.

Em seu primeiro encontro com o novo Secretário do Exterior, a 10 de outubro de 1945, Weizmann achou-o irritavelmente ressentido com a proposta do Presidente Truman para a admissão de 100 000 "pessoas deslocadas" judaicas da Europa. A sugestão do Presidente ao Primeiro-Ministro, *Mr.* Attlee, fora feita em agosto com base num relatório do seu emissário especial, Earl G. Harrison, que havia visitado os campos de concentração onde os sobreviventes judeus permaneciam em tedioso desespero. "Eles querem ser evacuados agora", disse Harrison. "A Palestina é definitiva e preeminentemente a primeira escolha... Somente na Palestina eles serão bem-vindos e encontrarão paz e sossego, e ser-lhes-á dada uma oportunidade de viver e trabalhar."

Bevin não só invalidou a proposta de Truman como também emitiu uma declaração de política em que se recusava a cancelar o Livro Branco, repudiava a Declaração da Conferência do Partido Trabalhista de dezembro de 1944, observava que "não podemos aceitar a opinião de que os judeus devem ser mandados para fora da Europa", e anunciava a designação de uma Comissão de Inquérito Anglo-Americana para examinar a posição dos judeus na Europa e propor uma solução aos dois governos. A desumana declaração de Bevin rompeu os diques da moderação judaica. Em um lugar ou outro do solo palestinense tropas britânicas e grupos judeus de resistência entravam então em conflito quase diário. Os sionistas depositavam maiores esperanças na intervenção americana.

A Comissão Anglo-Americana emitiu um relatório que advogava a abolição do Livro Branco; 100 000 imigrantes deveriam ser admitidos à Palestina imediatamente, eliminando-se as restrições à aquisição de terras e preparando-se o país para administração pelas Nações Unidas sem que viesse a constituir um Estado nem para judeus nem para árabes. O relatório, reconhecidamente, rejeitava as propostas judaicas a longo prazo para um Estado soberano, mas com uma grande infusão de imigrantes judeus e uma ampliação da estrutura territorial a perspectiva de estabelecer um Estado Judeu parecia, a muitos observadores, ter sido acentuada. Bevin, contudo, longe de

Nasce Israel

aceitar esse relatório unânime, rejeitou-o, dizendo que sua execução exigiria ajuda militar americana; e também insistiu no desarmamento da população judaica. Assim o governo trabalhista, com frio cinismo, conseguiu dissipar as esperanças de socorro que o relatório anglo-americano havia despertado nos corações de dezenas de milhares de refugiados judeus.

O movimento sionista entrava numa fase curta mas crucial de intenso conflito com a Grã-Bretanha. Na Basiléia, em dezembro de 1946, os delegados ao Congresso Sionista, o último a que Weizmann assistiu, sentiam-se divididos entre uma profunda afeição por sua pessoa e uma convicção de que simbolizava uma política que tanto eles quanto ele não mais apoiavam, mas com a qual uma obstinada mitologia o identificara irremediavelmente. Na realidade o ressentimento deles contra a Grã-Bretanha era como que nada comparado ao seu. Sentiam-se eles politicamente frustrados. Weizmann sentiu-se pessoalmente, bem como nacionalmente, traído. Mas um estadista permanece como um símbolo de uma atitude muito depois de a própria atitude ter desaparecido.

E no entanto a presença de Weizmann dominou o Congresso. Em seu discurso inaugural lançou um olhar inquiridor sobre a assembléia, como que perguntando a si mesmo para onde tinham ido as coletividades judaicas alemã, polonesa, húngara, holandesa e belga. Sua voz estava embargada, seus olhos tensos e doloridos por trás dos óculos escuros. "A maior malignidade nos anais da desumanidade foi desencadeada contra nós e encontrou nosso povo sem esperança de defesa... O judaísmo europeu foi tragado por uma torrente. Seus centros de vida e cultura foram destruídos, suas habitações devastadas." Referiu-se ao Livro Branco: "Poucos documentos na História têm de responder por conseqüências mais graves." Falou de promessas ministeriais britânicas nas quais acreditara francamente: "Parecia incrível que alguém pudesse comportar-se insinceramente conosco quando estávamos tão maltratados e exaustos." Não negou a existência de uma forte corrente antibritânica no sentimento do povo judeu: "Se há antagonismo dirigido contra o governo britânico sua origem única é a indignação por ter a Grã-Bretanha desertado de sua responsabilidade." Falou lucidamente da hostilidade árabe: "Como pode ser moderação para eles reivindicar sete países e extremismo para nós reivindicar um? A simpatia pertence àqueles que sofreram. A reparação é o merecimento daqueles que estão necessitados. O povo árabe não se pode comparar a nós em sofrimento e necessidade."

Nasce Israel

No princípio do ano seguinte, após a renúncia de Weizmann, realizaram-se novamente conversações com os britâ-

nicos, numa última tentativa de alcançar um acordo — dessa vez tendo por base a partilha. Nem por um só momento permitiu Bevin uma disposição conciliatória. A discussão abrangeu desde a proposta de partilha, que Bevin alegou não ter o direito de impor, até vários projetos federais baseados no Plano Morrison, que Bevin emendara ferozmente em detrimento dos judeus. Embora constantemente asseverando que seria injusto, pela partilha, colocar 300 000 árabes sob "dominação" judaica, recusou-se Bevin a explicar por que seria justo, sob sua proposta, sujeitar 700 000 judeus à dominação dos árabes. A 18 de fevereiro de 1947 foi dada a público a seguinte declaração:

> O Governo de Sua Majestade não tem por si próprio, sob os termos do Mandato, o poder de conceder o país quer aos árabes quer aos judeus, ou mesmo de partilhá-lo entre eles... Por isso chegamos à conclusão de que o único caminho aberto a nós é submeter o problema ao julgamento das Nações Unidas.

O Íshuv: *1946 e 1947*

Em 1946 o ambiente na Palestina era vulcânico. A pequena nação de judeus na Palestina havia suado e labutado para recuperar sua pátria prometida. Haviam dado toda sua energia mental e física à reconstrução de seu país. Com firmeza e habilidade superaram todos os problemas lançados sobre eles. Não podiam conceber a renúncia a esse lar. Era sua última posição histórica.

A disposição do *íshuv* era dominada pela unidade numa causa comum. Na *Histadrut*, na *Haganah*, na Agência Judaica, nas povoações mais humildes, todos sonhavam o mesmo sonho de pátria. Havia no *íshuv* um elo comum, e um nó inextricável que o unia aos judeus da Diáspora e especialmente aos sobreviventes da Segunda Guerra Mundial. As autoridades britânicas enviaram elementos do serviço secreto a todas as partes da Europa a fim de averiguar quando as embarcações de refugiados iriam partir, de modo a interceptá-las à sua chegada na Palestina. Empregaram pressão diplomática para interferir com a compra, abastecimento e saída de navios. Iniciou-se na Europa uma caça aos organizadores do *Mossad* (a organização de imigração ilegal). As atividades tinham de ser freqüentemente transferidas de uma área portuária para outra, da Grécia para a Albânia, e daí para a Itália e França. Não obstante, em menos de três anos, o movimento *B'rikhah* (fuga)

Nasce Israel

esvaziou os campos de pessoas deslocadas, salvou dos países do leste todos os judeus ainda capazes de sair e os enviou à Palestina.

Na Palestina o governo britânico, enquanto isso, completava seus planos para esmagar a resistência judaica. Por um concentrado "expurgo" nas colônias agrícolas, prisões em massa, desarmamento da *Haganah*, detenção dos dirigentes da Agência Judaica e amplas operações militares, esperava a Grã-Bretanha abalar o *íshuv* até o seu próprio núcleo e colocar toda a estrutura sob perigo de colapso. Mas subestimaram a força, a vontade e a determinação do *íshuv*. Num dos extremos estavam os "dissidentes", cuja estratégia ia desde a violência pessoal até as táticas de guerrilha; no outro estava a ala pacifista, que se opunha à violência física e instava por esforço político, aliado a imigração não-autorizada. A maioria, desanimada e hesitante, achava-se entre os dois extremos, lutando com os problemas apresentados pelos "ativistas" e "antiativistas", aqueles que apoiavam a violência e aqueles que estavam dispostos a entrar na refrega somente em defesa da imigração e colonização.

Choques com a autoridade tornaram-se cada vez mais drásticos. A 18 de junho de 1946, a *Haganah* fez explodir oito pontes na fronteira palestinense e paralisou as comunicações com territórios vizinhos. Essa operação foi o remate de uma luta organizada contra a administração do Livro Branco na Palestina. Dez dias depois as autoridades britânicas deram início à sua própria ação contra o *íshuv*. Impôs-se um rigoroso toque de recolher e empreenderam-se vastas operações militares contra o *íshuv*, a Agência Judaica, e a *Haganah*, acusados de organizar e realizar atos de violência contra o governo. Carros blindados percorriam as estradas desertas. Infantaria britânica patrulhava as calçadas, enquanto vez por outra tiros de advertência eram dados para o ar para manter as pessoas dentro de casa. Dirigentes da Agência Judaica foram presos — Moshe Sharet, David Remez, Itzkhak Grinboim, Dov Joseph, o Rabino Fishman. Todos os presos foram removidos para o campo de detenção em Latrun.

O *íshuv* estava tenso e indefeso, confinado em suas casas, tendo apenas telefone e rádio para ligá-lo com o mundo exterior. Num ato de identificação política com os detidos, decidiu-se não instituir qualquer nova liderança oficial para que tal ação não fosse erroneamente interpretada como capitulação. Inaugurou-se um meio de comunicação, através de um código secreto, com os líderes detidos em Latrun, e relatórios diários eram transmitidos a eles. Suas respostas — enviadas pela mesma via de comunicação — continham ins-

truções, idéias, impressões e notícias do campo. Dessa maneira foi mantido o contato até o dia em que foram soltos. Todas as relações com o governo mandatário foram suspensas. Estabeleceram-se também comunicações para o estrangeiro, com David Ben Gurion e Eliezer Kaplan. Moshé Sneh e outros líderes da *Haganah* passaram a agir secretamente. Prisões, buscas e extensas operações militares tornaram-se a ordem-do-dia em todo o país. Colônias agrícolas foram cercadas por cordões, fazendo-se em todos os cantos cuidadosa procura de armas escondidas. Centenas de moços foram presos e levados para campos de concentração em Rafa, Atlit, Latrun e Eritréia. Armas e munições em quantidade foram descobertas e apreendidas, especialmente em Iagur, onde, após prolongada busca, soldados britânicos descobriram um grande arsenal de morteiros; metralhadoras e outras armas. O *íshuv* sabia que sua única esperança estava em quaisquer armas que possuísse, e que, se fosse desarmado, seu poder defensivo seria destruído.

O *íshuv* considerou a política britânica arbitrária e cruel, imposta pela força, sem qualquer base moral ou legal, a um povo atormentado na conjuntura mais grave de sua história. A situação ficou então insustentável. Continuadas insinuações britânicas de que os judeus na Palestina deveriam tornar-se uma minoria sob domínio árabe foram encaradas pelo *íshuv* como uma sentença de extinção. Houvera demasiados exemplos desastrosos de existência judaica minoritária em outros países.

Os grupos de resistência prosseguiram com suas atividades; a 22 de julho de 1946 deu-se uma explosão numa ala do Hotel King David, em Jerusalém, onde se achavam as sedes das administrações civil e militar do governo mandatário. Os judeus da Palestina, em sua maioria, ficaram encolerizados com esse e outros atos dos "dissidentes", que também haviam perversamente assassinado muitos judeus, árabes e britânicos. Uma incômoda impotência, tristeza, perplexidade e opressiva ansiedade manifestaram-se durante os dias que se seguiram a essa ação. A crise atingiu seu ápice em agosto, quando as autoridades britânicas começaram a expulsão de refugiados da Palestina para Chipre. De início, fora praxe internar os recém-chegados não-autorizados em campos especiais na Palestina, até que chegasse sua vez de serem soltos sob as quotas mensais de imigração. Mas esse arranjo era aparentemente insatisfatório para as autoridades, e pouco a pouco foram surgindo informações sobre o estabelecimento de campos de detenção na ilha de Chipre. Grandes forças da marinha, exército e aeronáutica haviam sido reunidas para esse fim. A primeira expulsão de refugiados judeus para Chipre foi executada sob

um toque de recolher, por trás de arame farpado e sob guarda armada. Expulsões adicionais provocaram posteriormente uma série de choques entre o exército e a polícia, e as forças do *íshuv*, a *Haganah*, e os próprios refugiados. Homens-rãs da *Haganah* fizeram várias tentativas de explodir os navios utilizados para expatriação de refugiados.

Quatro meses após sua prisão, e depois de uma reunião especial entre representantes judeus e do governo britânico, os líderes detidos da Agência Judaica foram libertados. A resistência armada e as represálias britânicas aumentaram. A situação parecia ameaçadora. O deprimido *íshuv* sofreu então um novo golpe. Um navio de imigrantes afundou e a salvação dos seus passageiros ofereceu grandes dificuldades. Ao mergulhar o navio, as pessoas a bordo arrastaram-se pela praia de uma ilha árida e solitária em águas gregas, sem alimento ou roupa e expostas a um rigoroso frio de inverno. O incidente provocou ainda maior emoção no país, e profunda ansiedade quanto ao que poderia vir depois. As relações com o governo eram tensas e delicadas. Muito embora os britânicos houvessem prestado auxílio humanitário nesse caso, toda a questão foi encarada como doloroso resultado da política britânica.

Nas Nações Unidas

Enquanto existira a Liga das Nações, as atividades diplomáticas judaicas em relação à Palestina haviam girado em torno de sua Comissão Permanente de Mandatos. Essa Comissão, porém, no âmbito da Liga, era fraca, não tendo conseqüentemente qualquer influência prática sobre a política mandatária. A eclosão da Segunda Guerra Mundial pôs fim à vida útil da Liga das Nações.

A 2 de abril de 1947 o governo britânico pediu que a questão da Palestina fosse colocada na agenda das Nações Unidas, declarando sua incapacidade para propor qualquer política concreta e assim deixando todo o problema nas mãos da Assembléia-Geral. Consideradas as circunstâncias, foi essa decisão bem recebida por alguns sionistas e temida por outros.

Durante algum tempo antes da convocação da sessão especial das Nações Unidas a opinião pública democrática estivera preocupada quanto à perspectiva de uma discussão do problema palestinense num *forum* em que o povo judeu não se achava representado. Essa apreensão também era extensiva aos principais funcionários das Nações Unidas. Quando a sessão especial se reuniu a 28 de abril, encontrou logo um

Nasce Israel

pedido da Agência Judaica para a Palestina, como o órgão representativo judaico reconhecido sob o Mandato, para parti-

cipação nas deliberações. Em sua nota a Agência Judaica deixava claro que as deliberações dessa sessão eram, para ela, de grande importância, sendo justo que lhe fosse permitido participar. Subseqüentemente à solicitação da Agência Judaica, outras organizações, judaicas e não-judaicas, fizeram pedidos análogos.

Independentemente da Agência Judaica, vários delegados fizeram um apelo no sentido de se admitir um representante do povo judeu para fins de consulta com as Nações Unidas. O Sr. Wineiewicz, delegado da Polônia, encarou a questão da seguinte maneira:

> A dificuldade provém do fato de a proposta egípcia, assim como outras, sugerir de forma a mais decisiva o término do Mandato para a Palestina, mesmo antes de termos ouvido a opinião da parte mais interessada, o povo judeu, para o qual o Mandato estipulava direitos especiais na Palestina. Não podemos, portanto, votar pela inclusão desse item adicional nessa sessão especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas. Nós nos absteremos de votar, instando ao mesmo tempo para que este comitê considere, o mais breve possível, a admissão de um órgão representativo judaico para consultar com esta Assembléia.

Outra expressão do problema foi formulada pelo Sr. Asaf-Ali, da Índia:

> . . . hoje, e também ontem, estamos representando Hamlet sem o Príncipe da Dinamarca. Onde está aqui a Palestina? Onde está o povo cujos direitos reais temos de considerar? Onde estão os grandes representantes do povo judeu, que se acha igualmente interessado nesse problema?

O problema não foi de solução fácil. A Assembléia-Geral nunca admitira organizações não-governamentais a discussões políticas, tendo sido as petições e comunicações de tais órgãos ouvidas por um subcomitê especial. A Assembléia viu-se então acusada de injustiça para com a Agência Judaica, que não tivera oportunidade de ser ouvida, enquanto que os árabes, através de seus países-membros, haviam tomado parte ativa nos trabalhos preliminares. Com seu senso de honestidade assim ofendido, as grandes potências tiveram então uma mudança de atitude em relação à questão de acesso não-governamental organizado à Assembléia-Geral. Após longas deliberações foi aprovada, por esmagadora maioria, uma resolução

concedendo uma audiência à Agência Judaica. Os representantes desta para a audiência especial foram imediatamente designados: David Ben Gurion, Dr. Abba Hillel Silver, Moshe Sharet, Khaim Grinberg, Sr.ª Rose Halprin, Nahum Goldmann e Dr. Emanuel Neumann. Foi deixado claro a esses representantes que eles deveriam expor seus pontos de vista somente sobre o assunto que a Assembléia-Geral estava então debatendo, ou seja, a constituição de, e as instruções a, uma comissão especial para lidar com a questão da Palestina.

Como resultado dessas audiências estabeleceu a Assembléia-Geral a comissão especial para a Palestina, a UNSCOP. Decidiu esta, a despeito de vigorosas objeções árabes, ligar à sua investigação um cuidadoso estudo das "pessoas deslocadas". Numa reunião realizada antes de sua viagem, foi a questão da cooperação árabe-judaica plenamente discutida pela comissão especial. Ben Gurion expressou o ponto de vista judaico:

> Uma associação árabe-judaica, baseada na igualdade e assistência mútua, ajudará a ocasionar a regeneração de todo o Oriente Médio. Nós, judeus, compreendemos e simpatizamos profundamente com a ânsia do povo árabe por unidade, independência e progresso, e nossos vizinhos árabes, espero, compreenderão que os judeus em sua pátria histórica não podem, sob condição alguma, permanecer uma minoria subordinada e dependente como o são em todos os outros países na Diáspora. A nação judaica, em seu próprio país, deve tornar-se um Estado livre e independente, membro das Nações Unidas. Está ansioso por cooperar com seus vizinhos árabes livres para fomentar o desenvolvimento econômico, o progresso social e a verdadeira independência em todos os países semíticos do Oriente Médio.
>
> Sr. Presidente, sugiro, o mais sinceramente, à vossa comissão que a verdadeira, justa e duradoura solução do problema diante de vós é um Estado Judeu e uma aliança árabe-judaica.

Os representantes da Agência Judaica instaram também a comissão especial a, enquanto na Palestina, examinar as causas reais e fundamentais da intranqüilidade ali reinante: a injusta e trágica restrição à imigração, as injustas e severas restrições à colonização judaica conforme impostas pelo governo mandatário, bem como as discriminatórias leis raciais.

Nasce Israel

Os oradores árabes, por sua vez, salientaram constantemente o grande perigo que a situação da Palestina representava para a causa da paz e segurança no Oriente Próximo e em

outras partes do mundo. Afirmaram que o desejo dos judeus de um Lar Nacional não deveria, em vista disso, ser atendido. Se os judeus recebessem a Palestina, disseram eles, o resultado seria a guerra.

O argumento judaico foi apresentado à comissão especial por apenas três porta-vozes (Dr. Silver, Ben Gurion e Moshe Sharet). Em virtude das normas restritivas referentes à concessão de uma audiência, a apresentação de seu argumento pela Agência Judaica foi concisa e um tanto limitada. Nenhuma oportunidade real foi dada para se entrar em qualquer detalhada discussão e refutação dos numerosos argumentos antijudaicos. O argumento judaico era de natureza legal, baseado na Declaração Balfour e no Mandato Para a Palestina. Afirmou o Dr. Silver que esses compromissos internacionais, que tinham decorrido do reconhecimento de direitos históricos e necessidades presentes, e sobre os quais já tanto fora construído na Palestina pelo povo judeu, não podiam ser então apagados. Tanto o Dr. Silver quanto o Sr. Sharet foram enfáticos em sua alegação de que o propósito da Declaração Balfour e do Mandato era o estabelecimento de um Estado Judeu. Citou o Dr. Silver as próprias palavras de Lloyd George proferidas perante a Comissão Real para a Palestina em 1937:

> Não podia haver dúvida sobre o que o Gabinete tinha então em mente. Não era sua idéia que um Estado Judeu fosse imediatamente estabelecido pelo Tratado de Paz... Por outro lado, previa-se que, chegado o momento de conceder instituições representativas à Palestina, e havendo os judeus aproveitado a oportunidade que lhes foi oferecida... tornando-se a maioria da população, então a Palestina tornar-se-ia assim uma Nação Judaica.

Os porta-vozes árabes procuraram arduamente destruir os fundamentos legais do argumento judeu. Opuseram-se à legalidade, bem como à validade moral, humana e política do Mandato, que nunca haviam reconhecido. A Agência Judaica tentou esboçar a justiça das reivindicações judaicas sobre a Palestina. Os árabes procuraram refutar e desqualificar essas reivindicações, mais do que apresentar uma justificação independente de sua própria causa.

A maioria dos governos não expressou suas simpatias por nenhuma das partes diretamente interessadas na questão da Palestina. Embora houvesse um grupo que apoiava firmemente cada passo no interesse do Comitê Superior Árabe, não existia nenhum para apoiar a posição judaica. No que dizia respeito ao aspecto judaico do problema, vários países, especialmente

entre os grupos eslavo e sul-americano, expressaram sua simpatia com os judeus e salientaram seus sofrimentos, particularmente durante a ocupação nazista. Alguns, como a Noruega e África do Sul, foram além, dando ênfase ao elo entre o destino dos judeus inseguros e a Palestina. Polônia, Tchecoslováquia e, de maneira mais limitada, União Soviética e China, expressaram sua simpatia e compreensão pelas aspirações nacionais judaicas. A União Soviética abandonou uma longa tradição anti-sionista para insinuar a possibilidade de apoio a um Estado Judeu independente.

Ao chegar à Palestina foi a UNSCOP saudada entusiasticamente pelo *ishuv*. Durante sua permanência no país ocorreu um evento dramático que lançou uma sombra sobre as deliberações e nova luz sôbre a tragédia que acompanhava a derrocada do Mandato. O "Exodus 1947", o maior dos navios de refugiados, foi violentamente mandado de volta à Europa pelas autoridades britânicas após uma encarniçada luta em Haifa. Enquanto os miseráveis imigrantes languesciam agoniados num pequeno porto francês, recusando-se a deixar os navios que mais tarde os levariam a Hamburgo, de volta aos campos de pessoas deslocadas, os membros da UNSCOP embarcavam para Genebra, em meio a montanhas de papéis, depoimentos e teorias.

Alguns membros da comissão estiveram presentes em Haifa e testemunharam o esquálido espetáculo dos refugiados judeus sendo violentamente retornados por soldados britânicos ao "Exodus". Não constituiu, pois, surpresa que a primeira recomendação de toda a comissão ao regressar a Genebra fosse a de que o Mandato chegasse ao fim. A morte do Mandato fora, de fato, advogada por aqueles que o tinham feito nascer — Churchill, Smuts, Weizmann. Restava apenas prescrever uma alternativa. A maioria sugeriu um plano de partilha que incluía o Neguev no Estado Judeu. À meia-noite de 1 de setembro de 1947, no *Palais des Nations* em Genebra, o relatório propondo a partilha foi entregue aos representantes da Agência Judaica, Abba Eban e David Horowitz. Embora fosse esse um autêntico momento crucial, era apenas potencialmente decisivo. Caso a comissão houvesse rejeitado o argumento judaico, as Nações Unidas nunca teriam aprovado uma recomendação favorável. Mas tendo advogado um Estado Judeu, havia no mínimo uma possibilidade de endosso da Assembléia-Geral. Um esplêndido clarão de amizade iluminara o canto escurecido da solidão judaica.

Nasce Israel

A arena deslocou-se então para a sede das Nações Unidas, onde teve início o mais decisivo embate político da história judaica moderna. Tudo dependia da possibilidade de obter

apoio americano e russo para a proposta da comissão. Em meados de outubro estava claro que se poderia contar com apoio americano e soviético. Mas mesmo então a maioria de dois terços não se achava automaticamente assegurada. Fizeram-se grandes esforços para persuadir os delegados não-comprometidos e hesitantes que vinham sendo abalados pelas fortes cargas da pressão árabe. O idoso Weizmann foi responsável por dois grandes feitos: a conservação da área do Neguev no plano das Nações Unidas para um Estado Judeu, e o espetacular reconhecimento de Israel pelos Estados Unidos. Levantou-se ele do seu leito de enfermo para uma conversa com o Presidente Truman a fim de convencê-lo de que o Neguev meridional não deveria ser excluído do Estado Judeu, conforme era na ocasião a intenção anunciada. Weizmann escorou seu argumento com o seguinte memorando:

> Akaba, que se encontra na extremidade meridional do Neguev e junto ao Mar Vermelho, representa para o Estado Judeu a única saída para o Oceano Índico, Índia, o Extremo Oriente, Austrália e Nova Zelândia. Para o Estado Judeu essa saída será uma das mais importantes rotas para relações comerciais com aquela parte do mundo. O Estado Judeu, a fim de absorver os refugiados vindos da Europa, terá de fazer o máximo para desenvolver sua capacidade industrial e comercial, e nesse sentido a importância de Akaba é muito maior do que apenas um pedaço de terra junto ao Mar Vermelho... Akaba em mãos dos árabes pode ser uma ameaça permanente na retaguarda do Estado Judeu. Os países árabes têm uma saída para o Mar Vermelho e o golfo de Akaba através da Transjordânia, Egito e Arábia Saudita.

Truman foi convencido. A luta pelo Neguev acabou em vitória. O caminho ficou então desimpedido para a decisão final. No desesperado e inesquecível fim de semana de 27-29 de novembro a delegação judaica lançou-se a uma frenética perseguição dos votos indecisos. Quando a perspectiva de abstenção francesa ameaçou romper a frente européia ocidental, Weizmann telegrafou a Léon Blum, convocando o estadista socialista para um supremo esforço: "Deseja a França realmente estar ausente de um momento indelével na lembrança humana?" Em 29 de novembro a França acrescentou seu voto aos outros a favor da partilha. Houve muitas outras capitais em que governos lutaram com sua consciência e interesse num espírito de intensa responsabilidade.

Nasce Israel

Prelúdio a Guerra

A 29 de novembro de 1947 a Assembléia-Geral das Nações Unidas, numa sessão em Flushing Meadows, aprovou sua resolução sobre a partilha da Palestina. A votação foi de trinta e três a treze, com dez abstenções; a necessária maioria de dois terços havia sido ultrapassada. A maioria incluía os Estados Unidos, a União Soviética, muitos países europeus, a maior parte dos países latino-americanos, e membros da Comunidade Britânica. A Grã-Bretanha, sob cuja iniciativa a ONU abordara a questão da Palestina, absteve-se.

A maioria se havia congregado em torno das idéias básicas que, uma década antes, tinham inspirado a Comissão Peel. As alternativas eram submeter o judaísmo palestinense à dominação árabe ou estabelecer uma estrutura definida para seu desenvolvimento independente. A primeira delas implicaria a afirmação de que os árabes devem possuir soberania onde quer que estejam — e os judeus em parte alguma. Se uma minoria árabe vivesse sob domínio judeu isso não destruiria o conceito de liberdade nacional árabe, que encontrava expressão em sete países soberanos, e que em breve passariam a treze. Por outro lado, se os judeus palestinenses se tornassem uma minoria, a idéia de nação judaica estaria repudiada para sempre. A comunidade internacional optou pela injustiça menor. Seu veredicto foi realçado por um sentimento de culpa em relação ao povo que as Nações Unidas haviam sido incapazes de salvar de horripilante desastre. Nas Nações Unidas entrariam muitas comunidades cujos atributos de nacionalidade não eram mais salientes que os desenvolvidos pelo judaísmo palestinense. O *íshuv* já era um Estado em tudo, menos no nome. Alguns delegados haviam falado com um sentimento de emoção histórica a respeito da nobreza do retorno de Israel à família das nações. Outros antecipavam o fascínio de uma contribuição judaica distinta à emergente sociedade mundial. Argumentaram alguns, por motivos pragmáticos, que o *íshuv* era grande demais para ser engolido pelos árabes, e por demais vigorosamente dissidente para sujeição a domínio internacional. Muitos ficaram impressionados por uma causa capaz de juntar os Estados Unidos e a União Soviética num voto comum.

A discussão representada num vasto palco internacional diante dos olhos da opinião mundial apresentou um tom notável. Foi um momento alto para o povo judeu, bem como para as Nações Unidas, que não haviam conhecido uma ocasião de exaltação semelhante. O judaísmo palestinense passou, da noite para o dia, da condição de um rebelde não

Nasce Israel

tomado em consideração à de uma nação às vésperas de um Estado reconhecido. O plano de partilha era complicado e

tortuoso. Suas fronteiras eram de uma complexidade serpentina. Jerusalém seria um enclave internacional, e os novos Estados, judeu e árabe, deveriam estar ligados numa união econômica. Mas o tema central da resolução de 1947 foi a inovação da soberania judaica. Tudo mais poderia mudar, mas esse conceito passou então a ser elemento integrante da experiência internacional.

Uma onda de alegria empolgou o *íshuv* quando chegou a notícia. Dançou-se nas ruas de Tel-Aviv, Jerusalém e Haifa. Mas havia pouco tempo para comemorações. O alvorecer trouxe os primeiros tiros e as primeiras vítimas. O Comitê Superior Árabe anunciou uma greve geral; uma turba árabe incendiou e saqueou em Jerusalém. O caminho para o Estado Judeu seria longo, e cheio de sangue e lágrimas.

A população da Palestina em 1947, segundo o governo mandatário, consistia em 1 200 000 árabes, 650 000 judeus e 150 000 "outros". O número de árabes pode ter sido exagerado, enquanto que o número de judeus era quase que com certeza mais elevado, já que imigrantes "ilegais" que haviam conseguido alcançar a Palestina não apareciam nos registros do governo palestinense. É difícil avaliar a força militar dos árabes palestinenses ao irromperem as hostilidades. Não possuíam eles qualquer força militar profissional, nem um comando unificado de suas várias organizações militares e paramilitares. Tinham, por outro lado, um substancial potencial humano e consideráveis quantidades de armas.

Os árabes palestinenses acreditavam que o terrorismo desfaria a resolução da ONU. Também depositavam grandes esperanças na ajuda a ser recebida — sob forma de armas, dinheiro e homens — dos países árabes circundantes.

As nações árabes, divididas política, econômica e socialmente, tinham opiniões grandemente divergentes sobre a questão palestinense. A Síria nunca esquecera que a Palestina fora parte do seu território sob o domínio otomano. No mínimo, queria a Síria anexar o "dedo da Galiléia Oriental", pondo assim sob seu controle as nascentes do Jordão. Para o Egito a questão da Palestina era de importância secundária. Seus objetivos políticos fundamentais eram a evacuação dos britânicos de suas bases na zona do Canal de Suez e a anexação do Sudão. O Líbano não levou a sério sua participação na guerra árabe; devido à sua fraqueza econômica estava interessado, acima de tudo, na sua própria defesa. A Arábia Saudita não tinha fronteira comum com a Palestina e não estava interessada em intervenção militar. O interesse mais direto pela Palestina era o da Transjordânia, onde o rei Abdullah considerava o

trono jordaniano como um trampolim para um grande Reino Hachemita, incluindo a Palestina. As esperanças de Abdullah estavam depositadas na Legião Árabe, uma poderosa força de homens bem treinados, suprida pela Grã-Bretanha e com oficialidade inglesa, sob o comando de Glubb Pasha. Também o Iraque, embora sem uma fronteira comum com a Palestina, estava interessado em obter acesso ao Mediterrâneo através de Haifa, onde terminava o oleoduto de Mossul.

Todavia, apesar da diversidade dos seus motivos, estavam os países árabes unidos num ponto: todos eles opunham-se à partilha. Em outubro de 1947, realizou a Liga Árabe uma reunião em que foram adotadas resoluções solicitando aos países-membros tomar medidas militares junto às fronteiras da Palestina e apoiar os árabes palestinenses em sua luta. A resolução mais significativa com relação aos vários preparativos militares da Liga Árabe obrigava todos os países árabes a absorver a população árabe que pudesse vir a ser evacuada da Palestina, no caso de operações militares empreendidas pelos exércitos árabes naquele país.

Quanto ao *íshuv*, o grosso das forças militares à sua disposição achava-se organizado na *Haganah*. Além disso havia os dois grupos secretos dissidentes, o *Irgun Tzvaí Leumi* — Organização Militar Nacional — e o grupo Stern — *Lokhamei Kherut Israel* — Combatentes Pela Liberdade de Israel. Ambos esses grupos tinham um número limitado de membros e seu impacto sobre a guerra total com que então se defrontava o *íshuv* foi relativamente pequeno. O objetivo fundamental da *Haganah* era a defesa. A seção especial da *Palmakh* (força atacante), consistindo de 2 100 homens e mulheres, com 1 000 na reserva ativa, tinha de empreender as operações mais perigosas, tais como reides contra bases, linhas de comunicação e quartéis inimigos.

Em armas e equipamentos estava a *Haganah* medonhamente inferior às forças árabes. As armas que haviam sido compradas no exterior e contrabandeadas para o país constituíam um conjunto heterogêneo. Algumas poucas oficinas secretas fabricavam um número reduzido de granadas, submetralhadoras Sten e morteiros. Mas o tamanho do arsenal israelense era de importância secundária. O que importava era a vontade de sobreviver. Esse estado de espírito encontrou expressão no instrumento militar do *íshuv* — a *Haganah* e a *Palmakh* —, instrumento que se mostrou superior ao poderio militar do inimigo. Inspirou as improvisações, os ajustes súbitos, e o senso de unidade que deram aos israelenses uma vantagem não só no campo de batalha, como também em cada comunidade, colônia agrícola e lar.

Em 1947, assim como em 1921 e 1936, os árabes abertamente deram início a hostilidades, esperando alcançar seus objetivos políticos pela violência. A guerra não-oficial durou de 29 de novembro de 1947 a 15 de maio de 1948, caracterizando-se por ataques árabes contra colônias agrícolas judaicas e danos às linhas de comunicação. Os distúrbios faziam parte da vida cotidiana da Palestina naquele tempo. Foi política da *Haganah* não ceder nem mesmo as colônias mais isoladas, que tinham de ser abastecidas com alimentos e armas a fim de conter os ataques. Concentraram-se os ataques árabes sobre os comboios que levavam alimento e homens para as povoações afastadas. Os árabes conseguiram êxitos contra esses transportes judaicos, e com isso ameaçaram a rede de comunicações nas áreas sob controle judeu. Em uma só semana, um comboio a caminho da colônia isolada de Iekhiam, na Galiléia Ocidental, foi atacado de emboscada, sendo mortos quarenta dos seus defensores; outro comboio, regressando de Kfar Etzion, foi atacado quando se aproximava de Jerusalém; dois outros comboios que tentavam alcançar Jerusalém foram atacados de emboscada, sofrendo duras perdas. Assim, muitos dos carros blindados, à disposição da *Haganah*, foram destruídos em uma semana. Seus esqueletos à beira da estrada que leva a Jerusalém são até hoje lembranças da batalha por Hulda e Etzion, por Jerusalém e Iekhiam.

Tudo isso aconteceu durante um período em que a Grã-Bretanha ainda era responsável pela manutenção da lei e da ordem e havia se comprometido a responsabilizar-se pela defesa das linhas de comunicação. Na realidade, a atitude britânica foi de ponderada imparcialidade, na maioria das vezes favorecendo os árabes. Não obstante as emboscadas nas estradas, realizavam-se buscas de armas nos comboios judeus; homens da *Haganah* eram freqüentemente presos, e prosseguiu a caça aos imigrantes ilegais enquanto centenas de árabes armados cruzavam diariamente as fronteiras terrestres da Palestina. A estrutura econômica da população árabe era tal que os árabes dependiam menos das comunicações por estradas. E a "neutralidade simpática" adotada pela Grã-Bretanha possibilitou aos árabes operar com facilidade, enquanto que aos judeus prejudicava.

O primeiro *round* da luta terminou com considerável sucesso árabe. Embora não tendo podido capturar qualquer colônia judaica, os árabes haviam causado extensas rupturas das comunicações judaicas. Algumas partes do *íshuv* estavam quase que totalmente isoladas do centro. Além disso, havia indícios de estarem os árabes prestes a alcançar sua meta política, a abolição da resolução de partilha das Nações Unidas,

Nasce Israel

demonstrando que só poderia ser aplicada pela força. Em março de 1948, quando os Estados Unidos subitamente retiraram seu apoio ao plano da partilha, parecia que os árabes estavam chegando perto do seu objetivo.

Intensificaram eles a luta. Diante dos olhos britânicos, voluntários árabes do outro lado da fronteira entraram na Palestina em janeiro de 1948. O primeiro batalhão de árabes da Transjordânia foi logo seguido por outros. O "Exército Árabe de Libertação", sob o comando de Fawzi-el Kawakji, começou a atacar colônias judaicas no Norte.

Apesar de suas derrotas, preparou-se a *Haganah* para o dia em que pudesse tomar a iniciativa e transformar, em proveito próprio, a situação militar. A compra de armas na Europa, especialmente na Tchecoslováquia, foi apressada. Quase 1 200 judeus, metade deles civis, haviam morrido desde o começo da guerra. Em março, o Alto Comando da *Haganah* preparou uma operação ampla, o "Plano Dalet", cujo propósito era ao mesmo tempo simples e revolucionário: "obter controle da área atribuída ao Estado judeu e defender suas fronteiras, bem como as dos blocos de colônias judaicas e as populações judaicas fora dessas fronteiras ou dentro da área do Estado Judeu."

O mês de abril de 1948 foi em grande parte dedicado à operação *Nakhshon*, a abertura da estrada para Jerusalém. O êxito dessa operação difícil e sangrenta, coincidindo com a bem sucedida defesa dos *kibutzim* Mishmar Ha'emek e Ramat Iokhanán, foi um momento decisivo na guerra. No mesmo mês empreendeu a *Haganah* operações militares em vasta escala. Tiberíades, Haifa e Alta Galiléia foram libertadas. Por outro lado, o bloco Etzion, após valorosa batalha contra a Legião Árabe, caiu diante dos tanques desta a 13 de maio. As comunicações com as colônias isoladas no Neguev foram mantidas por precária improvisação.

Durante as semanas que precederam 15 de maio, pôde a *Haganah* aumentar a quantidade de armas pequenas em seu poder. Um primeiro navio transportando armas tchecas chegou e foi descarregado. Empreenderam-se apressadamente negociações para compra de mais armas.

Nasce Israel

Mas quem quer que examinasse a situação militar a 14 de maio de 1948 não podia deixar de ver o futuro com muito grave preocupação. A questão era se as forças judaicas poderiam resistir aos quatro exércitos regulares árabes — egípcio, jordaniano, sírio e libanês — que então entravam na batalha. Eles eram novos, bem organizados segundo os padrões de exércitos regulares, e igualmente bem equipados. Dois deles possuíam unidades de tanques. Todos tinham regimentos de

artilharia de campanha. Três tinham força aérea com esquadrilhas de caças, e o Egito possuía uma esquadrilha de bombardeiros. A *Haganah* não era capaz de igualar essa impressionante superioridade das armas árabes. Possuía exatamente quatro canhões, um único tanque e um só avião de caça, além de alguns poucos aviões particulares. A primeira batalha com um exército regular árabe, no bloco Etzion, terminara desastrosamente.

Enquanto isso a evacuação britânica seguia aceleradamente. Os órgãos do governo mandatário haviam cessado seu funcionamento a 1 de maio. Funcionários cujos serviços ainda seriam necessários para a liquidação de problemas administrativos e financeiros foram transferidos para Chipre; outros retornaram à Grã-Bretanha. Não houvera transferência de autoridade administrativa. E criou-se um vácuo. Era este o caos que certos funcionários britânicos haviam prognosticado desde a resolução de partilha. Os trens tinham deixado de andar, e a Palestina não era mais membro da União Postal Universal. A polícia fora licenciada. O processo judiciário fora suspenso. A 12 de maio de 1948 Igael Iadin, Chefe de Operações da *Haganah*, analisou a situação militar:

> Não discutiremos o problema se haverá ou não uma invasão. Estivemos todo esse tempo planejando na suposição de que ocorrerá uma invasão. Nossas informações indicam que ela é certa. Nossos planos para tal invasão são simples: todas as nossas forças e todas as nossas armas — todas elas — terão de ser concentradas naqueles lugares que provavelmente serão campos de batalha na primeira fase da luta.
> As forças regulares dos países vizinhos — com seu equipamento e armamento — gozam atualmente de superioridade. Todavia, a avaliação das possibilidades não pode ser apenas uma consideração militar de armas contra armas e unidades *versus* unidades, uma vez que não temos aquelas armas ou aquela força blindada. O problema é até que ponto nossos homens serão capazes de sobrepujar forças inimigas em virtude do seu espírito combativo, de nosso planejamento e nossas táticas. Foi constatado em certos casos que não são o número e as formações que determinam o resultado da batalha, mas algo diferente. Contudo, falando objetivamente, não há dúvida que o inimigo, no momento, goza de grande superioridade.
> Nossa Força Aérea nem se pode comparar com a deles. Não temos Força Aérea. Os aviões ainda não chegaram. É possível que cheguem até o dia decisivo, mas não posso

confiar nisso. Mesmo então, se os países árabes vizinhos ativarem suas Forças Aéreas, uma comparação será odiosa. Sua Força Aérea é cento e cinqüenta vezes o tamanho da nossa. Neste momento nossos aviões operam contrariamente a todas as regras de tática aérea.

Nenhum outro piloto ousaria levantar vôo em aviões como os nossos. Os aviões são antiquados e obsoletos, alguns deles aviões de patrulha ou de treinamento; mesmo com esses aviões temos tido perdas atrozes, e estamos agora em situação desagradável, de modo que seria melhor não levá-los em consideração como um fator militar.

Resumindo, eu diria que a perspectiva, no momento, parece em delicado equilíbrio. Ou — para ser mais honesto — diria que a superioridade deles é considerável, se realmente todas as suas forças entrarem em guerra contra nós.

Nasce Israel

Os êxitos da *Haganah* nas primeiras semanas de maio tiveram o efeito de lançar a confusão entre árabes. A despeito das vitórias judaicas, porém, a situação política permanecia favorável aos árabes. "Tropas de libertação" árabes em profusão vinham de todos os lados para reforçar a revolta dos árabes palestinenses contra a resolução das Nações Unidas. A administração britânica, formalmente responsável pela lei e ordem, com uma das mãos mantinha aberta a porta às incursões árabes, enquanto com a outra se punha a apoquentar a desesperada defesa dos judeus. Ao se tornar evidente que os árabes não aquiesceriam pacificamente com a partilha, muitos membros da ONU que haviam apoiado o plano começaram a reconsiderar sua atitude. Em Washington o Departamento de Estado arrependeu-se de sua política a favor da partilha logo após a sua adoção. É difícil descrever o sufocante *suspense* da vida judaica durante o inverno de 1947-1948. A comunidade na Palestina estava sob violento ataque de invasores árabes. As autoridades britânicas nem protegiam os judeus, como era sua obrigação legal, nem lhes permitiam liberdade de autoproteção, como era seu dever moral. A comissão instituída para executar o plano de partilha marcava passo, imponentemente, em Nova York. Tanto o colapso político quanto a derrota militar pareciam iminentes. O dia 19 de março tornar-se-ia conhecido na diplomacia judaica como "Sexta-Feira Negra". Warren Austin, o embaixador americano junto às Nações Unidas, apresentou ao Conselho de Segurança uma sensacional proposta. Todos os esforços para executar a partilha deveriam ser suspensos. A Assembléia-Geral reunir-se-ia em sessão especial

Nasce Israel

para elaborar um plano de tutela temporária. O sonho de um Estado Judeu, que iluminara o inverno precedente, estraçalhar-se-ia.

A retirada americana do plano de partilha convenceu os árabes de que eles não precisavam tomar decisões militares rápidas. Eles também mudaram de idéia sobre o potencial bélico judeu, que passaram a respeitar. Chefes militares árabes sugeriram um adiamento da invasão, enquanto que os políticos da Liga Árabe insistiam na invasão imediata após a expiração do Mandato, a 15 de maio. Elaborou-se um plano militar na suposição de um ataque-relâmpago. Os árabes não tinham suficiente munição e reforços para uma guerra prolongada. As colônias judaicas no interior deveriam ser isoladas do litoral, sua única fonte de reforços e suprimentos.

Mas conflitos internos entre os países árabes impediram que fosse posto em execução o "plano mestre" militar. O rei Abdullah não deu seu consentimento ao plano, temendo que as conquistas de sua Legião Árabe seriam inúteis se depois ele constatasse que tinha de defender a existência do seu reino contra seus inimigos árabes, principalmente o Mufti. Em negociações secretas realizadas com a Agência Judaica em outubro de 1947, Abdullah concordara com a anexação da Palestina Árabe por suas forças sem entrar em guerra. O Executivo da Agência Judaica decidiu, no princípio de maio de 1948, chegar a um acordo com o rei nessa base. Golda Myerson (agora Golda Meir), disfarçada de mulher árabe, encontrou-se com o rei Abdullah na casa de um amigo em Aman. Abdullah não negou sua promessa anterior, mas alegou que a situação havia mudado. "Então eu estava só. Agora, sou um dentre cinco." Contudo, se os judeus concordassem em se abster de proclamar o estabelecimento de um Estado, cessassem a imigração, e concordassem na anexação por ele de todo o território da Palestina, ele poderia influenciar os "moderados" entre os líderes árabes no sentido de não recorrerem à guerra. Sua proposta foi rejeitada.

Na Palestina o último Alto Comissário encetava os preparativos para o término do Mandato. Foi inflexível na recusa de permitir uma transferência ordeira de autoridade. A política britânica foi a de evitar qualquer coisa que pudesse ser interpretada como cooperação com a resolução da ONU. Haveria não-cooperação até o último instante quanto ao estabelecimento do Estado Judeu. Os trens pararam. O correio deixou de funcionar. Arquivos oficiais foram queimados. Os bens do Estado foram transferidos para a Inglaterra, postos em leilão, ou entregues aos árabes. Embora tivesse havido um saldo subs-

Nasce Israel

tancial, nem um centavo foi deixado no Tesouro para uso por um governo sucessor.

Os líderes judeus planejaram cuidadosamente sua administração independente. Formaram-se comitês para lidar com vários departamentos administrativos. Imprimiram-se papel-moeda e selos provisórios, e uma proto-administração completa foi estabelecida. No início de abril foi formado um Conselho Nacional, num total de trinta e sete membros, composto dos membros eleitos do movimento sionista mundial residentes na Palestina e dirigentes do *Vaad Leumi* e de outros órgãos públicos. O Conselho nomeou uma Administração Nacional, responsável perante o mesmo. Um empréstimo interno foi autorizado; instituiu-se uma organização de potencial humano e abastecimento; e efetuou-se entre a *Haganah* e as organizações dissidentes um acordo para cooperação total em operações militares.

Nasce Israel

A 14 de maio de 1948 *Sir* Alan Cunningham, o Alto Comissário, com os últimos dos seus auxiliares, deixou o solo da Palestina. De um cruzador, fora das águas territoriais, sinalizou o fim da era mandatária. Nascera esta em elevada exaltação. E expirava agora no caos e no descrédito. Numa breve cerimônia no Museu de Tel-Aviv, às 16 horas daquele dia, nasceu o Estado de Israel. Duzentas e quarenta pessoas testemunharam uma nova página na história judaica, ao ler Ben Gurion a Proclamação da Independência:

> ÉRETZ-ISRAEL (a Terra de Israel) foi a terra natal do povo judeu. Aqui tomou forma a sua identidade espiritual, religiosa e política. Foi aqui que, pela primeira vez, os judeus se constituíram em Estado, criaram valores culturais de significação nacional e universal, e deram ao mundo o eterno Livro dos Livros.
>
> Depois de forçado a exilar-se de sua terra, o povo judeu permaneceu-lhe fiel em todos os países da sua Dispersão, nunca deixando de orar por ela, na esperança de ali regressar e restabelecer sua liberdade política.
>
> Impelidos por esse apego histórico e tradicional, os judeus se empenharam, de geração em geração, no ideal de se reinstalarem em sua antiga pátria. Em décadas recentes voltaram em massa. Pioneiros, *ma'apilim* [imigrantes para Israel em desafio às restrições legais] e defensores fizeram florir os desertos, reviveram a língua hebraica, construíram cidades e povoados, e criaram uma comunidade próspera, controlando sua própria economia e cultura, amando a paz mas sabendo como se defender, trazendo as bênçãos do progresso a todos os habitantes do país, e aspirando por uma nação soberana.

No ano de 5657 (1897), por convocação do pai espiritual do Estado Judeu, Theodor Herzl, reuniu-se o I Congresso Sionista e proclamou o direito do povo judeu ao renascimento nacional em seu próprio país.

Esse direito foi reconhecido na Declaração Balfour, de 2 de novembro de 1917, e reafirmado no Mandato da Liga das Nações que, de modo particular, deu sanção internacional à ligação histórica entre o povo judeu e Éretz-Israel e ao seu direito de reconstituir seu Lar Nacional.

A catástrofe que se abateu recentemente sobre o povo judeu — o massacre de milhões de judeus na Europa — foi outra demonstração clara da urgência de resolver o problema de seu desamparo por meio do restabelecimento, em Éretz-Israel, do Estado Judeu, que abriria de par em par as portas da pátria a todos os judeus e conferiria ao povo judeu o *status* de membro pleno da família das nações.

Sobreviventes do holocausto nazista na Europa, bem como judeus de outras partes do mundo, continuaram a migrar para Éretz-Israel, sem temer as dificuldades, restrições e perigos, não cessando nunca de afirmar seu direito a uma vida digna, livre e de trabalho honesto em seu lar nacional. Na Segunda Guerra Mundial a comunidade judaica deste país deu sua contribuição integral à luta dos países amantes da liberdade e da paz contra a perversidade nazista e, com o sangue de seus soldados e seu esforço de guerra conquistou o direito de formar entre os povos que fundaram as Nações Unidas.

A 29 de novembro de 1947 a Assembléia-Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução que determinava o estabelecimento de um Estado Judeu em Éretz-Israel; a Assembléia-Geral exortou os habitantes de Éretz-Israel a tomar as medidas necessárias de sua parte para pôr o plano em execução. Esse reconhecimento pelas Nações Unidas do direito de o povo judeu estabelecer seu Estado é irrevogável.

Esse direito é o direito natural do povo judeu de ser dono do seu próprio destino, como todas as outras nações, em seu próprio Estado soberano.

Nasce Israel

CONSEQÜENTEMENTE, NÓS, MEMBROS DO CONSELHO DO POVO, REPRESENTANTES DA COMUNIDADE JUDAICA DE ÉRETZ-ISRAEL E DO MOVIMENTO SIONISTA, ESTAMOS AQUI REUNIDOS NO DIA DO TÉR-

MINO DO MANDATO BRITÂNICO SOBRE ERETZ-ISRAEL E, EM VIRTUDE DO NOSSO DIREITO NATURAL E HISTÓRICO E POR FORÇA DA RESOLUÇÃO DA ASSEMBLÉIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, PELA PRESENTE DECLARAMOS O ESTABELECIMENTO DE UM ESTADO JUDEU EM ERETZ-ISRAEL, A SER CONHECIDO COMO ESTADO DE ISRAEL.

DECLARAMOS que, a vigorar desde o momento do término do Mandato, que se dará hoje à noite, véspera de Sábado, 6.º dia de Iar de 5708 (15 de maio de 1948), até a instalação das autoridades eleitas regulares do Estado de acordo com a Constituição que será adotada pela Assembléia Constituinte Eleita, o mais tardar a 1 de outubro de 1948, o Conselho do Povo atuará como Conselho de Estado Provisório, e seu órgão executivo, a Administração do Povo, será o Governo Provisório do Estado Judeu, a ser denominado "Israel".

O ESTADO DE ISRAEL estará aberto à imigração judaica e para o Retorno dos Exilados; fomentará o desenvolvimento do país em benefício de todos os seus habitantes; basear-se-á nos princípios de liberdade, justiça e paz, conforme concebidos pelos profetas de Israel; assegurará completa igualdade de direitos sociais e políticos a todos os seus habitantes sem distinção de religião, raça ou sexo; garantirá a liberdade de culto, consciência, língua, educação e cultura; protegerá os Lugares Santos de todas as religiões; e se manterá fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas.

O ESTADO DE ISRAEL está pronto a cooperar com as agências e representantes das Nações Unidas na execução da resolução da Assembléia-Geral de 29 de novembro de 1947, e tomará medidas para promover a união econômica da totalidade de Eretz-Israel.

APELAMOS às Nações Unidas para que ajudem o povo judeu na construção de seu Estado e recebam o Estado de Israel na comunidade das nações.

APELAMOS — em meio à investida lançada contra nós já há meses — aos habitantes árabes do Estado de Israel para que preservem a paz e participem da construção do Estado, na base de igual e plena cidadania e com a devida representação em todas as suas instituições provisórias e permanentes.

Nasce Israel

ESTENDEMOS nossa mão a todos os Estados vizinhos e seus povos, numa oferta de paz e boa vizinhança, e

apelando para eles no sentido de estabelecerem liames de cooperação e ajuda mútua com o povo judeu soberano estabelecido em sua própria terra. O Estado de Israel está pronto a dar sua parte no esforço comum pelo progresso de todo o Oriente Médio.

APELAMOS ao povo judeu em toda a Diáspora para que cerre fileiras em torno dos judeus de Eretz-Israel nas tarefas de imigração e reconstrução e para que esteja ao seu lado na grande luta pela realização do sonho secular — a redenção de Israel.

CONFIANDO NO TODO-PODEROSO, APOMOS NOSSAS ASSINATURAS A ESTA PROCLAMAÇÃO, NESTA SESSÃO DO CONSELHO DE ESTADO PROVISÓRIO, NO SOLO PÁTRIO, NA CIDADE DE TEL-AVIV, NESTA VÉSPERA DE SÁBADO, 5.º DIA DE IAR, DE 5708 (14 DE MAIO DE 1948).

David Ben Gurion

Daniel Auster
Mordekhai Bentov
Itzkhak ben Tzvi
Eliahu Berligne
Fritz Bernstein
Rabino Wolf Gold
Meir Grabovsky
Itzkhak Grinboim
Dr. Abraham Granovsky
Eliahu Dobkin
Meir Wilner-Kovner
Zerach Wahrhaftig
Herzl Vardi
Raquel Cohen
Rabino Kalman Kahana
Saadia Kobashi
Rabino Itzkhak Meir Levin
Meir David Loewenstein
Tzvi Luria
Golda Meyerson
Nakhum Nir
Tzvi Segal
Rabino Iehuda Leib Hacohen Fishman
David Tzvi Pinkas
Aharon Zisling
Moshe Kolodny
Eliezer Kaplan
Abraham Katznelson
Felix Rosenblueth
David Remez
Berl Repetur
Mordekhai Shattner
Ben Tzion Sternberg
Bekhor Shitreet
Moshe Shapira
Moshe Shertok

Nasce Israel

Finda a leitura da proclamação, foram seus signatários até a mesa para dar-lhe sua sanção. Proferiu-se a bênção hebraica. "Louvado sejas, ó Senhor, Deus nosso, Rei do Universo, que nos mantiveste vivos, que nos preservaste e nos permitiste ver este dia." Os duzentos e quarenta saíram para a rua banhada de sol. Soavam as sirenas de alarma antiaéreo.

Na Assembléia-Geral, em Nova York, o Dr. Silver interrompeu os debates para anunciar que o Estado de Israel havia sido estabelecido. Na Casa Branca, o Presidente Truman estava reunido com Marshall e Lovett, deliberando sobre uma carta do Dr. Weizmann solicitando o reconhecimento do Estado Judeu. Às 17 horas e 16 minutos o Presidente Truman autorizou o reconhecimento de Israel pelos Estados Unidos. A diplomacia americana tomara um rumo audaz e imaginoso.

A notícia do reconhecimento do Presidente Truman desabou como um raio sobre os representantes da ONU na Assembléia-Geral. Estarreceu os próprios representantes americanos. A União Soviética foi a seguinte a conceder reconhecimento. Na manhã subseqüente o jovem Estado de Israel foi imerso em guerra. Enquanto aviões egípcios bombardeavam a área de Tel-Aviv, o primeiro navio de imigrantes trouxe "ilegais" retidos às costas de um país livre. Em vinte e quatro horas terminara um Mandato, um Estado fora proclamado e reconhecido, e iniciara-se uma invasão armada. Foi o dia mais cheio da história judaica moderna.

Jerusalém Sitiada

Em fins de março de 1948 Jerusalém estava sitiada, sem qualquer contato com o litoral exceto por um avião de treinamento de um só motor que aterrissava numa pista improvisada.

O que à cidade faltava em equipamento, alimento e água, tinha de suprir por moral. Há uma linha muito tênue entre o pânico e a capacidade de uma população civil para suportar os sofrimentos de bombardeios diários, fome e falta de água. A população de Jerusalém encontrou a linha mediana. Os momentos mais negros da guerra converteram-se na libertação da cidade.

As provações que a Jerusalém judaica teria de suportar estavam além dos presságios pessimistas. Em abril, quando a cidade ainda se achava sob a vigilância da Potência Mandatária, um comboio de médicos, enfermeiras, professores e estudantes, a caminho do Hospital Hadassah e da Universidade Hebraica no Monte Scopus, foi atacado, sendo quase todos mortos. A 28 de maio o bairro judeu da Cidade Velha foi tomado pelas tropas da Legião Árabe.

Na Cidade Nova todos os encargos dos órgãos municipais e governamentais foram assumidos pelo Comitê de Emergência de Jerusalém. Durante o inverno de 1947-1948 o comitê improvisou serviços desde escolas até transmissão de rádio, do correio à distribuição de água. O jornal da língua inglesa, *The Palestine Post*, nunca deixou de aparecer, embora às

Nasce Israel

vezes tivesse de recorrer a edições mimeografadas. Além disso, os principais jornais hebraicos, por suas equipes em Jerusalém, fizeram sair um jornal hebraico, *Iediót Ierushaláim* (Notícias de Jerusalém). Improvisou-se uma estação de rádio que funcionou durante a guerra, embora suas transmissões só pudessem ser ouvidas em rádios de pilha. O fornecimento de eletricidade era errático. Os habitantes de Jerusalém recorreram a métodos de cozinhar de escoteiros. A eletricidade só podia ser fornecida às instituições mais vitais. A manutenção de transformadores e linhas de ligação era feita com grande risco. Uma linha, cortada doze vezes numa só noite, foi o mesmo número de vezes consertada. A deficiência de alimentos, água e combustível era a preocupação predominante. A escassez de suprimentos é indicada pela tabela abaixo, mostrando quantidades por pessoa para toda uma semana:

trigo ou aveia	100	gramas
feijão	100	"
queijo	40	"
café (para adultos)	100	"
leite em pó (para crianças)	100	"
pão (por dia)	160	"
margarina	50	"

Pessoas doentes recebiam, além disso, um ou dois ovos por semana.

A água havia deixado de correr pelos encanamentos de Jerusalém. Era levada aos moradores em tanques instalados em caminhões. No início, a ração de água era de nove litros por dia (dos quais somente dois eram de água potável); por fim foi reduzida a uns seis litros por dia.

Quando o último comboio da Operação *Nakhshon*, que abriu a estrada para Jerusalém, chegou à cidade com os seus suprimentos a 20 de abril, calculou-se que ela poderia sobreviver por mais quatro semanas. Mas as rações foram espichadas para durar oito semanas completas. Com a estrada para Jerusalém bloqueada pela Legião Árabe em Latrun, tornou-se imperioso encontrar um caminho alternativo para a planície costeira.

Essa estrada foi planejada e escavada nas rochas dos montes da Judéia, em segredo, enquanto Jerusalém ainda se achava sitiada. Engenheiros, *bulldozers* e operários trabalhavam diligentemente durante muitas noites abrindo um caminho através das montanhas. Finalmente, todo ele estava transitável, com exceção de um trecho de aproximadamente dois

e meio quilômetros de extensão, íngreme e coberto de pedregulhos. Mas não havia tempo a perder. Um novo método de operações foi idealizado: caminhões vazios foram enviados de Jerusalém até a orla do barranco. Ali centenas de homens caminhavam até o terminal dos caminhões de abastecimento vindos do sul, e cada um desses homens carregava um saco de farinha de vinte quilos pela encosta, no escuro, cada um segurando a fralda da camisa do homem que ia à sua frente. Instalou-se um encanamento, montanha abaixo, para levar combustível dos veículos em cima até os que esperavam na estrada para Jerusalém.

A estrada foi sendo gradativamente melhorada. Ao tempo da primeira trégua, a Estrada Marcus — assim chamada em homenagem ao coronel americano David Marcus, que havia comandado o setor de Jerusalém — havia rompido o cerco de Jerusalém.

A Guerra de Libertação

Oito horas após a declaração da independência de Israel os exércitos árabes começaram sua invasão. Do norte vieram os libaneses; do nordeste, os exércitos sírios; a Legião Árabe e as forças iraquianas atacaram no centro; e do sul, apoiado por aviões de bombardeio, veio o exército egípcio. Num movimento rápido, contornando as poucas colônias isoladas no Neguev, alcançaram os egípcios uma localidade a apenas 57 quilômetros ao sul de Tel-Aviv. Impressionantes capítulos na história da resistência israelense foram escritos pelos colonos desses postos avançados no Neguev. Negbah, Nirim, Bet Eshel, Revivim, Sa'ad, Be'erot Itzkhak, resistiram a ataques de infantaria, artilharia, blindados e aviação. Defenderam-se com rifles e morteiros, recusando-se à rendição mesmo quando o inimigo chegava a poucos metros de suas comunidades.

Um momento decisivo na campanha setentrional deu-se com um pesado ataque de blindados contra as colônias do Vale do Jordão, ao sul do mar da Galiléia. Os sírios haviam capturado um posto policial nas cercanias de Deganiah e pouco faltava para que conquistassem o Vale do Jordão. Os colonos de Deganiah instaram por artilharia com o Primeiro-Ministro Ben Gurion. Dois canhões de 65 mm e alguns obuses chegaram ao *kibutz* no momento em que se iniciava o ataque sírio. Cinco tanques já haviam penetrado no perímetro da colônia. O primeiro foi destruído quando um dos colonos saiu da trincheira de defesa e lançou um coquetel Molotov pela torre, matando a tripulação. Um outro foi posto fora de ação por um lança-chamas. Outros três foram inutilizados. Com a defesa de

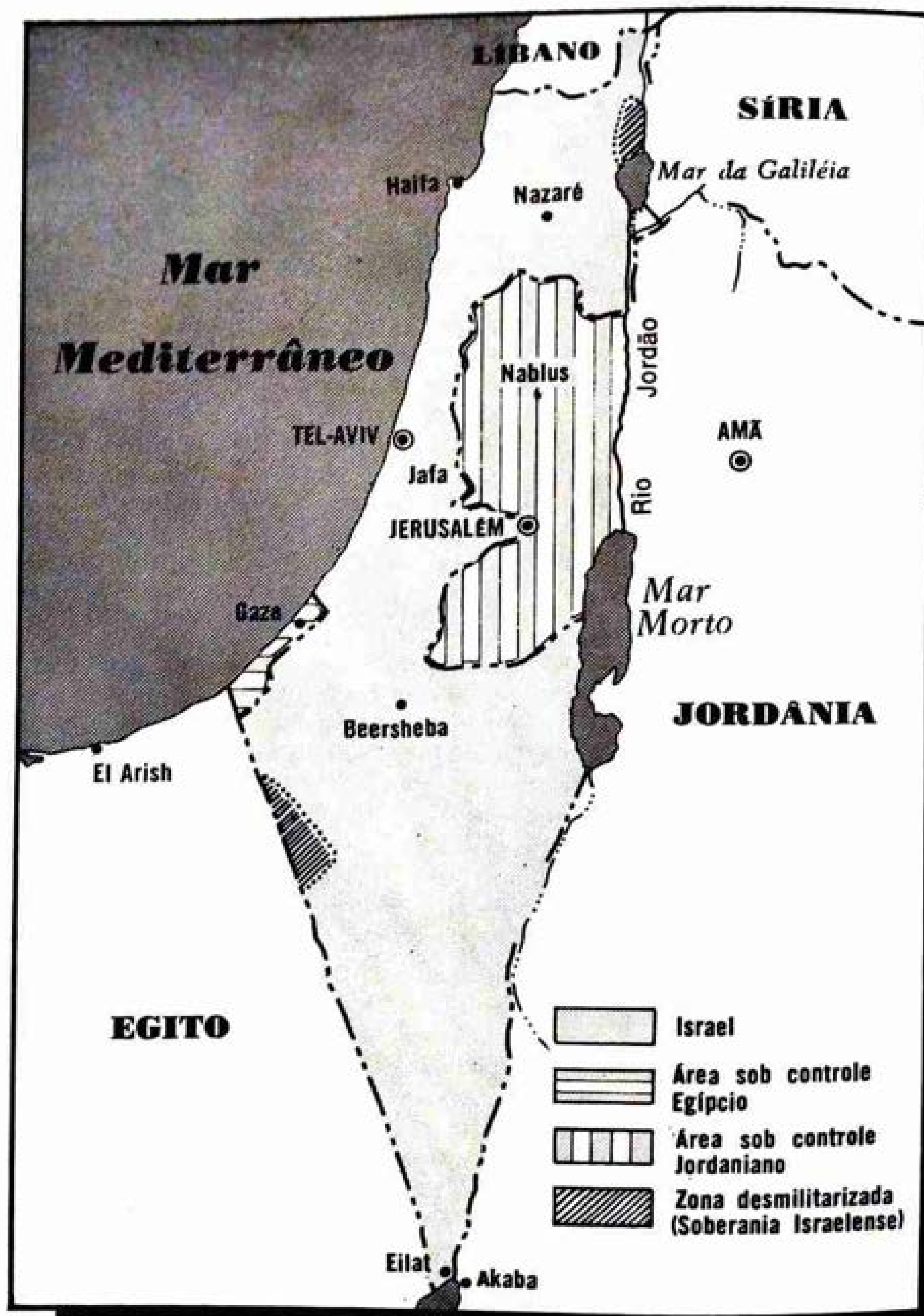
Deganiah enrijando-se, os sírios começaram a desanimar, e subitamente se retiraram. Isso foi a 20 de maio, e marcou um momento crucial na Guerra de Libertação. Parecia que as forças árabes tinham sido convencidas de que poderiam atravessar a Palestina sem oposição séria. A resistência que encontraram surpreendeu e confundiu-os.

O capítulo seguinte da guerra foi escrito na arena política. Enquanto exércitos árabes invadiam a Palestina, reuniu-se o Conselho de Segurança para debater se havia ocorrido, conforme acusado pelos americanos, uma violação da paz. Os americanos pediram sanções e um cessar-fogo; a Grã-Bretanha se opôs. Os delegados árabes prometeram paz somente se a independência de Israel fosse anulada. A resposta israelense foi sucinta. "Se os países árabes querem paz, eles podem tê-la. Se querem guerra, podem ter isso também. Mas quer queiram paz ou guerra, só podem tê-la com o Estado de Israel." A 24 de maio o governo provisório de Israel anunciou sua disposição para aceitar uma cessação de fogo. Os árabes só consentiram treze dias depois, quando seus exércitos estavam próximos do esgotamento. O cessar-fogo finalmente entrou em vigor a 11 de junho de 1948; o Conde Bernadotte, mediador das Nações Unidas, instalou seu QG na ilha de Rodes.

Os exércitos árabes não conseguiram alcançar nenhum dos seus objetivos. Mas do lado israelense o quadro estava longe de ser animador. Os exércitos invasores ainda conservavam mais de um terço do território atribuído ao Estado Judeu pelas Nações Unidas. Ao norte, os sírios estavam entrincheirados na margem ocidental do Jordão; no centro, os iraquianos, em um ponto, estavam a apenas dezesseis quilômetros do Mediterrâneo; Jerusalém não tinha munições. O Exército de Defesa de Israel — *Tz'va Haganah Le-Israel* —, que havia sido formalmente estabelecido, precisava ser urgentemente reorganizado.

A publicação das propostas do mediador para um acordo permanente causou irritação tanto em Israel quanto nos países árabes, com exceção da Transjordânia, à qual, pela proposta de Bernadotte, seriam entregues o Neguev e Jerusalém. (A Legião Árabe de Abdullah, em um mês de violenta investida, não conseguira tomar a Cidade Nova de Jerusalém, e o Neguev se achava em mãos dos egípcios.) Bernadotte também propôs que Israel e Transjordânia se tornassem um estado dual, tendo em comum suas políticas fiscal, exterior e militar. Obteve ele, para seu plano, apoio inglês e, por breve tempo, americano. Mas foi rejeitado por Israel e os países árabes, por motivos opostos. Baseava-se o plano na ilusão de que seria possível, de fora, impor uma solução às partes. A missão do Conde Berna-

Nasce Israel



Fronteiras de Israel após o armistício de 1949.

dotte fracassou. Suas propostas para a prorrogação da trégua foram rejeitadas pelos árabes, e a 8 de julho, vinte e oito horas antes de expirar a trégua, os egípcios decidiram recomeçar a guerra.

Mas a trégua havia modificado a situação militar. Israel fora capaz de aumentar o número de seus combatentes — que então incluíam quase 2 500 voluntários e recrutas do exterior. Mas os exércitos árabes, também, haviam aumentado consideravelmente. Ainda mais impressionante foi a mudança no equipamento. Os egípcios tinham conseguido reabastecer seus estoques de munições dos depósitos britânicos da Zona do Canal. O equipamento israelense modificara-se irreconhecivelmente em relação aos recursos de um mês antes. Os israelenses tinham alguns tanques, alguma artilharia, e um número suficiente de armas leves. Durante os dez dias de luta antes de entrar em vigor a segunda trégua, alcançaram os israelenses importantes vitórias nas frentes norte e central. Dessa vez os representantes britânicos pediram pressa em estabelecer uma cessação de fogo. Havia necessidade urgente de salvar os árabes das suas derrotas.

Quando a segunda trégua começou a vigorar, a 18 de julho, tinha havido trinta e oito dias de luta. Os israelenses capturaram quatorze cidades árabes e 201 das 219 aldeias árabes localizadas na área do Estado Judeu. Os árabes capturaram quatorze localidades judaicas, inclusive o bairro judeu da Cidade Velha de Jerusalém. Somente uma colônia capturada pelos árabes, Mishmar Ha-Iarden, achava-se na área atribuída ao Estado Judeu.

O segundo cessar-fogo, como o primeiro, não trouxe a paz. Os egípcios, ocupando o sul, recusavam-se, em desrespeito às condições da trégua, a deixar que comboios de suprimentos atingissem as colônias no Neguev. Repetidos apelos ao mediador das Nações Unidas não trouxeram qualquer resultado. O objetivo egípcio era separar o Neguev da parte principal do Estado de Israel. A 13 de outubro um comboio que se dirigia para o sul foi atacado por fogo egípcio no ponto de cruzamento. Foi esse o sinal para uma decisão israelense de abrir caminho e levar socorro aos *kibutzim* afastados. Nas batalhas subseqüentes o exército israelense fez grandes avanços. Ao norte, o Exército de Libertação de Kawakji aproveitou a oportunidade para atacar. Mas numa operação que durou sessenta horas, foi ele rechaçado para o Líbano. Toda a Galiléia ocidental ficou então em mãos de Israel.

Nasce Israel

A última operação no Neguev ocorreu em dezembro. Dessa vez tropas israelenses cruzaram a fronteira penetrando no

Egito; os egípcios renderam-se por toda parte, e a maior base militar egípcia, em El Arish, estava ao alcance dos israelenses. Nesse momento os egípcios receberam uma ajuda inesperada. A Grã-Bretanha viu nessa ameaça ao Egito motivo para invocar o tratado de amizade anglo-egípcio de 1936. Pouco depois de as forças israelenses terem cruzado a fronteira, enviou a Grã-Bretanha um ultimato a Israel, exigindo sua retirada imediata do território egípcio. Os israelenses tiveram de retroceder, mas na volta ameaçaram tomar El Arish, numa ação que teria introduzido uma cunha entre o Egito e a Faixa de Gaza. Então os egípcios apressadamente anunciaram sua disposição de encetar negociações de armistício. A 7 de janeiro de 1949 a luta entre Israel e Egito foi suspensa.

A 13 de janeiro começaram negociações de armistício entre Egito e Israel, na ilha de Rodes. Os delegados dos dois governos, no dia seguinte à sua chegada, encontraram-se cara a cara à mesa com o mediador, Dr. Bunche, eleito presidente. Sucedera ele ao Conde Bernadotte, que fora assassinado por terroristas em Jerusalém. O governo israelense respondera a esse ato brutal dissolvendo sumariamente as organizações judaicas dissidentes. O Dr. Bunche herdou sua missão com igual coragem e maior habilidade. Quando terminaram as conversações egípcio-israelenses, ele convidou representantes dos outros países árabes a se associarem ao Egito em negociações de armistício. Vinte meses após o primeiro ataque árabe subseqüente à resolução da ONU, com os exércitos invasores severamente batidos, a guerra tinha chegado ao fim.

A vitória de Israel assombrou o mundo, e deixou até os próprios israelenses estarrecidos. Custara a vida de 4 000 soldados e 2 000 civis — virtualmente toda uma geração dos membros mais jovens e vitais do novo Estado. Mas não houvera escolha, e os cidadãos de Israel responderam à ameaça com a totalidade de sua dedicação. "Se fôssemos condensar todos os diversos fatores, e foram muitos, que ocasionaram a vitória", disse o General Igael Iadin, "eu não hesitaria em atribuir essa vitória às extraordinárias qualidades demonstradas durante a Guerra da Independência pela juventude de Israel. Parece como que se essa juventude tivesse absorvido em si própria todo o anseio de Israel, durante milhares de anos de exílio, de retornar ao seu solo e de viver em liberdade e independência, e como uma gigantesca mola que estivera comprimida e segura, quando subitamente solta — ela libertou."

22 | O Judaísmo Americano no Século XX

EM FINS DO SÉCULO XIX judeus da Alemanha estavam estabelecidos na economia americana como empreiteiros, varejistas, atacadistas, banqueiros, fabricantes e profissionais. Eles apreciavam o prestígio de seu *status*. A chegada de massas de imigrantes da Europa Oriental perturbou a sua serenidade. Embora dispostos a ajudá-los através do estabelecimento de instituições de caridade, fizeram esforços vãos para deter a onda de imigração, ou, pelo menos, desviar os recém-chegados para o interior do continente e para a agricultura.

O imigrante da Europa Oriental estava numa posição mais difícil que seus correligionários alemães que o haviam precedido em meados do século. Poucos puderam assumir as antigas ocupações de ambulantes ou penhoristas nos guetos de Nova York, Filadélfia, Chicago ou Boston. Em sua maioria tiveram de se tornar trabalhadores nos *sweatshops*. Os imigrantes sofreram das condições desumanas de trabalho que caracterizaram a indústria americana na década de 1880. Somente com a chegada de trabalhadores e intelectuais judeus que estiveram ativos, no exterior, em movimentos trabalhistas organizados foi que a situação melhorou.

O sistema dos *sweatshops* era difícil de ser aceito num país que simbolizava a oportunidade. Os judeus, como estrangeiros, podiam ser explorados sem despertar o tradicional espírito americano de justiça social. De seu próprio meio surgiram líderes que começaram a trabalhar por condições

melhores. Seus esforços não ficaram sem oposição. A preeminência de judeus no movimento sindical e no pensamento socialista identificava-os com o radicalismo e o anarquismo. Embora viessem a se tornar populares no movimento trabalhista na década de 1930, eram os judeus encarados com hostilidade em fins do século XIX.

Não obstante as dificuldades que os rodeavam, o nível de vida do imigrante judeu nunca esteve inferior ao que fora em sua terra natal. A pressão do *sweatshop* e a sordidez da casa de cômodos eram aflitivas. Assim também o sentimento de insegurança e tensão num país estranho. Mas havia sempre a esperança de poupar o dinheiro suficiente para proporcionar uma educação às crianças e assegurar os benefícios da liberdade. Os imigrantes, em sua maior parte, estavam convictos de que seu *status* presente era temporário. E, de fato, foi. Os filhos e netos dos trabalhadores tornaram-se empreiteiros e entraram na classe média. Envidavam-se todos os esforços para juntar o capital com que abrir uma pequena loja ou comprar estoques suficientes para virar um atacadista ou contratador. Encorajando seus filhos a aproveitar plenamente as vantagens da educação gratuita em escolas secundárias e superiores, os imigrantes judeus asseguraram à sua prole uma carreira mais brilhante.

Os judeus da indústria de roupas procuraram melhorar as condições de trabalho nos *sweatshops* através da organização de sindicatos. Ainda estranhos à língua, realizavam os trabalhos de seus sindicatos em iídiche. Suas metas eram simples: dias de trabalho de oito horas, salário decente, e abolição do trabalho infantil e dos *sweatshops*. Das profissões relacionadas com o vestuário o movimento trabalhista ramificou-se para outras ocupações. O "United Hebrew Trades" (Ofícios Hebraicos Unidos), fundado em 1888, tinha entre seus filiados: padeiros, açougueiros, garções, tipógrafos, carroceiros, músicos e atores. Mas as duas grandes organizações que o movimento criou estavam na indústria de roupas: a "International Ladies' Garment Workers' Union" (União Internacional de Trabalhadores em Roupas de Senhoras) e a "Amalgameted Clothing Workers of America" (Trabalhadores em Roupas Unidos da América). Sua luta para pôr fim ao sistema dos *sweatshops* beneficiou não só aos trabalhadores judeus como também aos trabalhadores americanos de outras religiões. Em seu combate por condições melhores os sindicatos organizaram greves, algumas das quais acarretaram atroz sofrimento. A insurreição mais famosa foi a "grande revolta" que começou em julho de 1910 e durou dois meses. Terminou com o "Protocolo de Paz", acordo conseguido pelo arbitrador

Louis Dembitz Brandeis, que se tornaria mais tarde o primeiro juiz judeu da Corte Suprema. Esse arbitramento causou uma impressão duradoura a Brandeis, que, através dessa experiência, foi atraído para as questões e atividades judaicas.

Ramificando-se em serviços auxiliares para seus membros, os sindicatos judeus tornaram-se pioneiros para todo o movimento trabalhista. Iniciaram programas educacionais, instituíram seguro de trabalho, mantiveram centros de saúde, e construíram habitações de aluguel baixo. Mas embora os trabalhadores daquele período fossem economicamente proletários, é difícil associá-los com uma mentalidade proletária. Todos tinham a convicção de que sua situação presente era transitória. Psicologicamente o trabalhador judeu não se ajustou ao seu *status* proletário. Não tinha consciência de classe, nem desejava que seus filhos fossem para os *sweatshops*. Na primeira oportunidade procurava uma saída para o empreendimento individual.

À medida que mais judeus se livravam do proletariado, as idéias radicais e socialistas iam diminuindo de importância. Em 1914 os imigrantes judeus já estavam bem adiantados no caminho para uma firme situação de classe média. O imigrante judeu da Europa Oriental não era nem filho nem pai de um proletário. Foi, não obstante, pelos esforços desse imigrante que o proletariado americano em geral encontrou os meios, e a vontade, de afirmar sua força e reivindicar para si a dignidade da vida numa sociedade livre.

Padrões Sociais e Culturais da Vida Judaica

Desde o início de sua vida como nação, os Estados Unidos não só advogaram como também legislaram completa igualdade para seus cidadãos. Se houve discriminação social contra judeus, isso não interferiu com oportunidades para trabalho e estudo e o pleno exercício da cidadania. Os únicos períodos em que o anti-semitismo foi ali sentido intensamente foram os de depressão econômica. Mas líderes americanos responsáveis e organizações judaicas de defesa foram sempre capazes de afastar eficazmente essa ameaça. O anti-semitismo, embora um perigo, tem sido uma questão periférica para o judaísmo americano.

O Judaísmo Americano no Século XX

A americanização rápida tornou-se o desejo ardente da maioria dos novos cidadãos. A geração de imigrantes até a Primeira Guerra Mundial achou difícil quebrar os grilhões da tradição. Estava dilacerada entre o desejo de americanização e o de preservar os valores humanos e judaicos que trouxera do Velho Mundo.

Para os três milhões de judeus que chegaram aos Estados Unidos entre 1881 e 1924 a língua materna era o iídiche. Durante mais de cinco séculos os pensamentos, emoções e sonhos de milhões de judeus na Polônia e Rússia haviam sido expressos nesse idioma. Nas últimas décadas do século XIX, o iídiche passou por um renascimento literário e cultural através das obras de mestres como Méndele Mokher Seforim, Sholem Aleikhem e I. L. Peretz. O imigrante judeu transferiu o mundo cultural do seu país de origem para o East Side de Nova York. Junto com a corrente de imigrantes vieram milhares de professores, escritores, jornalistas e rabinos. Esses homens podiam, sem interrupção, retomar suas profissões na América. Sua platéia, sua congregação, seu público tinham migrado com eles. Teatro, jornalismo, poesia e literatura iídiche ingressaram então numa fase nova e americana.

Assim como os alemães, poloneses, italianos, suecos e irlandeses, os imigrantes judeus tendiam a permanecer juntos. Os recém-chegados dirigiam-se gregariamente para as áreas de "gueto" da cidade. Como nos guetos forçados da Europa, ali encontravam tudo que precisavam: um *khéder* para crianças; um açougueiro *kósher;* uma sinagoga além da esquina. Assim, embora vivendo numa área metropolitana, o imigrante judeu retomou a vida de sua pequena cidade na Área Russa ou da aldeia polonesa. Sua vida social concentrava-se na sinagoga ou nas *landsmanshaften* — organizações, originalmente formadas para ajuda mútua, que proporcionaram o arcabouço para sua vida social. Essas *landsmanshaften*, que perpetuaram a estrutura social da cidade nativa na Europa, instituíram organizações de caridade, construíram hospitais, cuidaram dos velhos e órfãos. Ocorreu tudo isso no âmbito de uma tradição de filantropia judaica cuja longa história nos Estados Unidos começou com a exigência de Peter Stuyvesant de que os vinte e três refugiados de Recife fossem admitidos "sob condição de que cuidassem de seus próprios pobres".

Os Estados Unidos não teriam cumprido sua promessa se os filhos desses imigrantes houvessem sido obrigados a compartilhar do destino de seus pais. Aquilo que pais em toda parte esperavam para seus filhos era-lhes oferecido num país de oportunidades aparentemente ilimitadas. Havia educação gratuita para todos; e a educação abria o caminho para as profissões. Os filhos dos imigrantes estavam ansiosos por se americanizarem o mais rapidamente possível. Eles rejeitaram os valores relacionados com o Velho Mundo. Freqüentemente, as mesmas escolas em que crianças estudavam durante o dia serviam como escolas noturnas para a geração mais velha procurando escapar dos *sweatshops*.

O teatro e a imprensa iídiches proporcionaram valioso estímulo cultural. Muitos autores que haviam alcançado posição de envergadura no Velho Mundo juntaram-se ao seu povo na América e contribuíram para um florescimento literário, dramático e jornalístico que, entre esforços análogos por outros grupos de imigrantes no Novo Mundo, permanece insuperado em extensão e qualidade.

O interesse, porém, só pôde ser mantido enquanto a primeira geração de recém-chegados de fala iídiche se conservou numericamente significativa. O grande apego à cultura iídiche cessou com a segunda geração. Hoje em dia é nostalgicamente louvada pela terceira e quarta gerações.

Havia nos Estados Unidos dois grupos judaicos separados. O imigrante da Europa Oriental separou-se do judeu "alemão", produto de uma migração anterior e que já se tornara americanizado ao tempo em que chegaram as vítimas das Leis de Maio e dos *pogroms* de Kishinev. Os dois grupos habitavam dois mundos distintos. Mas em ambos os segmentos da comunidade surgiu uma liderança disposta a enfrentar problemas comuns em colaboração. Embora ainda não constituindo uma unidade, aprenderam a trabalhar juntos.

Organização Comunitária

Com o influxo de imigrantes da Europa Oriental, os judeus alemães dos Estados Unidos não tardaram a ficar em minoria. Mas sua influência sobre a comunidade judaica americana praticamente não diminuiu. Pelo contrário, esse grupo, que se havia tornado economicamente estável, tomou a si cuidar dos "novatos". Por iniciativa da comunidade mais antiga, foram estabelecidas instituições filantrópicas que estenderam sua influência sobre as organizações culturais e sociedades judaicas que apareceriam em seguida.

Os imigrantes da Europa estavam ligados por um forte laço religioso. Sua fé ramificava-se em três agrupações principais: Reformistas — durante muito tempo o precinto dos judeus "alemães" —, Conservadores e Ortodoxos. Até o fim do século XIX a erudição fora importada do exterior para o novo país. Com o decorrer do tempo, contudo, cada corrente adicionou erudição e estudos mais avançados ao seu programa. Fundaram-se seminários e escolas rabínicas. O primeiro seminário judaico permanente da América foi estabelecido em Cincinnati, em 1875, por Isaac Meyer Wise. Um segundo seminário liberal foi fundado por Stephen S. Wise em 1922. As duas escolas foram unidas em 1950. Ao mesmo tempo, várias universidades americanas começaram a abrir departa-

O Judaísmo Americano no Século XX

mentos de estudos judaicos. No movimento Conservador a figura central foi Salomão Schechter, que ingressou no Seminário Teológico Judaico em 1901. Mordecai M. Kaplan, diretor do Instituto de Professores desse Seminário e mais tarde fundador do movimento Reconstrucionista, foi o mestre de gerações de rabinos, e poderosa influência na vida sinagogal americana. Na Ortodoxia, a Universidade Yeshiva, concebida em 1886, expandiu-se de um colégio e seminário rabínico para abranger uma grande universidade, incluindo escolas de medicina, serviços sociais e educação, bem como uma faculdade de estudos superiores judaicos.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial os mais importantes empreendimentos de língua inglesa produzidos pela erudição judaica foram a monumental *Jewish Encyclopedia* (Enciclopédia Judaica) e uma nova tradução da Bíblia hebraica preparada pela Jewish Publication Society. A maioria das traduções bíblicas até então disponíveis em inglês fora feita por eruditos cristãos. Tais traduções foram consideradas como diferindo grandemente do espírito inerente às Escrituras.

Durante um longo tempo a imprensa iídiche foi um importante instrumento de educação. Iniciou as massas de imigrantes na história e instituições de seu país de adoção por meio da única língua que compreendiam. Ensinou-lhes o significado da democracia americana e ajudou-os a se naturalizarem. Incentivou, e não atrasou, sua americanização.

Um fator que unia os diversos elementos do judaísmo americano era a preocupação geral com a sorte dos judeus no exterior. A defesa dos direitos judaicos em todo o mundo já há muito preocupava os americanos. Por várias vezes tinham os judeus protestado ativamente contra a violação desses direitos. O governo dos Estados Unidos, repetidamente, agira em defesa dos perseguidos. Na década de 1840 houvera vigorosos protestos contra a calúnia de assassinato ritual em Damasco; em 1858, em relação ao caso Mortara na Itália; posteriormente, quanto aos regulamentos discriminatórios suíços referentes aos judeus; e quanto aos decretos reacionários na Romênia. O caso Dreyfus, na França, instigou os judeus americanos à ação. Uma longa série de *pogroms* e de medidas discriminatórias na Rússia, Romênia, Marrocos e Áustria fez surgir entre eles apoio político, moral e financeiro às vítimas. Tudo isso fora feito a mando de grupos *ad hoc*; a ausência de um órgão central capaz de falar por todos os judeus vinha sendo lamentada já há algum tempo. Após os massacres de Kishinev, em 1903 — que recrudesceram e se disseminaram por outras cidades da Rússia em 1905 — a necessidade de um tal órgão fêz-se sentir mais intensamente. Nessa ocasião ficou

decidido que uma voz deveria falar em nome do judaísmo americano: essa voz seria inicialmente a do American Jewish Committee (Comitê Judaico Americano), fundado em 1906.

As tentativas de unir os cidadãos judeus numa base mais ampla não foram, porém, coroadas de êxito. Em 1909 efetuou-se uma tentativa para unir os judeus de Nova York, então totalizando um milhão e meio, ou metade de todo o judaísmo americano, em uma comunidade, tendo por modelo o *kahal* do Velho Mundo. Outras comunidades deveriam seguir o exemplo, assim pondo fim à anarquia da vida judaica. Duzentas organizações separadas em Nova York associaram-se a essa nova entidade, que se denominou *Kehilah*. Lançou-se esta a um programa vasto e ambicioso. Mas a vida ativa da *Kehilah* durou apenas cerca de uma década. A experiência unificadora em pouco tempo chegou ao fim. O judaísmo americano tinha mais a dividi-lo do que para uni-lo.

Em uma coisa, contudo, os judeus americanos estavam unidos: a necessidade de prestar ajuda, em épocas difíceis, aos seus correligionários em outras partes do mundo. Na Primeira Guerra Mundial a situação aflitiva dos judeus na Europa Oriental confrontou o judaísmo mundial com necessidades de socorro numa escala sem precedente. Os judeus americanos mostraram-se à altura do desafio. Já em novembro de 1914 foi criado o American Jewish Joint Distribution Committee. Tornou-se o Joint um facho de esperança para comunidades judaicas em muitas partes do mundo, onde a devastação e o sofrimento provocados pela guerra exigiam socorro e reabilitação. A missão do Joint não findou com o término das hostilidades. Suas tarefas mais difíceis e importantes tiveram, realmente, de ser enfrentadas quando a guerra terminou. Seu trabalho estava repleto de problemas que exigiam não só a criação de agências especializadas e uma extensa rede de atividades na Europa como também uma aparelhagem para o levantamento de fundos. Os judeus americanos aprenderam a dar de si, em esforço voluntário, em escala não igualada por qualquer outro grupo.

Os Judeus Americanos e o Sionismo (1897-1919)

Nas duas décadas subseqüentes ao I Congresso Sionista na Basiléia, não desempenhou o sionismo um papel espetacular na vida judaica americana. A participação dos judeus americanos no movimento esteve abaixo de seu número e influência. Não obstante, a questão do sionismo precipitou grandes tensões na comunidade. Alguns judeus alemães que se haviam elevado a posições de riqueza e influência rejeitaram a idéia da restauração nacional para o povo judeu. Acreditavam eles que um Estado Judeu solaparia a situação dos

judeus que eram cidadãos dos países em que viviam. A "esquerda" era ainda mais inflexível e ruidosa em sua condenação ao sionismo. Líderes trabalhistas adeptos do socialismo viam no sionismo um desvio do caminho do progresso mundial. Rotularam-no de movimento burguês, provinciano e obscurantista; nisso uniram-se ao segmento da "direita" em sua hostilidade à "ameaça reacionária".

Houve exceções, tanto entre a esquerda quanto entre a direita. Tampouco formava o "centro" um sólido bloco de apoio às aspirações do movimento sionista. Um baluarte espiritual do sionismo foi o Seminário Teológico Judaico em Nova York, mas isso principalmente devido ao entusiasmo de seu presidente, Salomão Schechter, que viu no sionismo um judaísmo revitalizado. Schechter inspirou em seus alunos suas próprias convicções, e eles, por sua vez, levavam-nas às congregações conservadoras em rápido crescimento e espalhadas de um a outro lado do continente.

O sionismo despertou maior simpatia entre os imigrantes pobres da Europa Oriental, para quem a restauração de um lar nacional era um sonho de infância, sustentado por fervor religioso. Seu apego era emocional; e o sucesso do movimento encheu-os de crescente excitação e um forte compromisso com seus objetivos.

No início deste século o sionismo político principiou a se fazer sentir na vida judaica americana. Formaram-se partidos, da esquerda até a direita, do *Poalei Tzion* ao *Mizrakhi*, e criou-se a Organização Sionista da América (ZOA), que representava todos os matizes de opinião e convicção. Até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, a Federação Sionista, precursora da ZOA, era um assunto do "East Side". Mas seus líderes mais destacados não provinham de lá. Seu primeiro presidente foi Richard Gottheil, professor de estudos orientais em Columbia, e seu primeiro secretário foi o Rabino Stephen S. Wise, que havia rejeitado o cargo de rabino do Templo Emanu-El em Nova York devido à recusa dos que o freqüentavam de ouvir sermões sionistas. Outra figura notável no período inicial do sionismo foi Louis Lipsky, de Rochester (Estado de Nova York). Emissários do exterior vieram como reforço à liderança local. Os mais persuasivos foram Nahum Sókolov e Shmariahu Levin, que conseguiram atrair para a órbita da atividade sionista alguns dos principais filantropos judeus.

Das organizações "mães" nasceram órgãos auxiliares. A *Hadassah*, Organização Sionista Feminina Americana, fun-

dada em 1912, tornar-se-ia o maior movimento singular judaico nos Estados Unidos e, de fato, em toda a estrutura sionista.

No I Congresso Sionista na Basiléia, em 1897, havia apenas um delegado dos Estados Unidos. Quando o XI Congresso Sionista se reuniu em Viena, em 1913, quarenta dos quinhentos delegados eram americanos. Não era um contingente desprezível, e juntamente com os doze do Canadá provava os progressos feitos pelo movimento no Nôvo Mundo.

Os sionistas americanos, junto com o Joint Distribution Committee, estiveram entre os primeiros a responder ao urgente apelo de ajuda que veio do *íshuv* da Palestina ao eclodir a Primeira Guerra Mundial. A população do *íshuv* a esse tempo elevara-se a 85 000, que em sua maioria ainda dependiam do sistema de pequenos donativos oriundos de comunidades no exterior. O número de pioneiros que se tinham estabelecido em colônias agrícolas atingia então quase 12 000. O destino de todos esses homens e mulheres achava-se gravemente ameaçado. Ao irromperem as hostilidades cessou a vinda de fundos, e os antigos receptores viam-se à beira da fome. E não eram as aflições econômicas causadas pela guerra o único motivo de preocupação. O governo turco, desconfiado da lealdade dos judeus, efetuou numerosas prisões e exilou os líderes do *íshuv*. Milhares de judeus, que eram súditos russos e conseqüentemente "inimigos" da Turquia na guerra, foram expulsos. A guerra também havia rompido as atividades do que o *íshuv* tinha de mais importante econômica e politicamente — o movimento sionista mundial.

As forças sionistas organizadas dos Estados Unidos intervieram para restabelecer o equilíbrio. Estabeleceu-se um fundo de emergência que conseguiu enviar fundos urgentemente necessários para a Palestina. Louis Brandeis surgiu como o líder do sionismo nos Estados Unidos. Disse Brandeis: "Para sermos bons americanos, precisamos ser melhores judeus, e para sermos melhores judeus precisamos nos tornar sionistas." Brandeis reuniu ao seu redor um grupo de líderes influentes que se tornaram ativos na causa do sionismo, entre eles: Felix Frankfurter, que, em 1939, seria o sucessor de Brandeis na Corte Suprema; o filantropo Nathan Straus; Mary Fels, de Filadélfia; o juiz Julian W. Mack e muitos outros destacados cidadãos e líderes cívicos. O Comitê Executivo Provisório não só manteve vivas as instituições sionistas como também tornou possível o envio de socorro para a Palestina e outras partes do Oriente Médio.

A *Hadassah*, fundada antes da guerra, enviou equipes de médicos, enfermeiras e assistentes sociais. Seu trabalho ali

está ligado principalmente ao nome de Henrietta Szold, que gozava por parte de todos de tão profunda estima que ficou amplamente conhecida como a "mãe" do *íshuv*.

Os líderes do movimento sionista americano desempenharam importante papel nas negociações que precederam a Declaração Balfour de 2 de novembro de 1917. A aprovação do Presidente Wilson, transmitida ao primeiro-ministro britânico, ajudou a inclinar a balança a favor da Declaração contra as poderosas forças em Londres que lhe eram contrárias. A Declaração foi recebida com júbilo nos Estados Unidos. Até o American Jewish Committee, que jamais se havia associado com o sionismo, emitiu uma cuidadosa declaração acolhendo-a favoravelmente.

A questão sionista deu origem a exigências no sentido de que problemas cruciais judaicos não fossem preocupação exclusiva do American Jewish Committee, devendo ser submetidos a um Congresso Judeu democraticamente eleito. As negociações para juntar facções contrárias duraram anos. O Congresso só veio a se reunir a 15 de dezembro de 1918, em Filadélfia, depois de a guerra terminada. Três decisões importantes foram por ele aprovadas. A primeira foi a de enviar à Europa uma delegação a fim de cooperar com os representantes de judeus de outros países para o reconhecimento dos direitos judaicos pela Conferência da Paz em Paris. A segunda foi instruir a delegação para cooperar com a Organização Sionista Mundial "no intuito de que a Conferência da Paz pudesse reconhecer as aspirações e reivindicações históricas do povo judeu em relação à Palestina" conforme estipuladas na Declaração Balfour, e declarasse que deveriam ser estabelecidas na Palestina condições tais que assegurassem sua evolução "para uma nação judaica". A terceira decisão dizia respeito à questão dos direitos judeus "nos países novos ou ampliados" que a Conferência da Paz pudesse vir a criar.

Entre as Duas Guerras Mundiais

Nos primeiros anos da década de 1920 a economia americana entrou numa fase de consolidação. O mercado de trabalho atingiu um aparente ponto de saturação. Os Estados Unidos agiram para sustar a livre imigração (Lei Johnson, 1924). Esse fato afetou adversamente os milhões de judeus vivendo na Polônia e Rússia. O destino de grandes comunidades judaicas na Rússia, e depois em países nazistas, ficou assim selado.

A nova política imigratória afetou aqueles que haviam sido impedidos de entrar no país. Os que já viviam nos

Estados Unidos, porém, continuaram a encontrar amplas oportunidades econômicas. Crescente produtividade e prosperidade geraram miríades de novos negócios. O grande crescimento dos trabalhos de escritório absorveu os que tinham instrução superior. As diversões, cinema e rádio floresceram. O contínuo crescimento da educação superior possibilitou lentamente empregos para professores e eruditos. A década de pós-guerra viu o aparecimento de uma nova classe média judaica, composta principalmente de trabalhadores profissionais.

Os judeus não se destacaram em todas as partes da economia. Petróleo, aço, mineração, serviços de utilidade pública, seguros e a indústria automobilística atraíam ou permitiam poucos judeus. Agências não-oficiais impunham dificuldades à obtenção de empregos por judeus nessas atividades. Em alguns campos, sociedades profissionais impunham mesmo um sistema de quotas. Tal sistema existia em quase todas as as grandes universidades. Uma forma de exclusão estendeu-se também ao setor habitacional, fechando áreas urbanas inteiras a moradores de "descendência hebraica".

Junto com o resto da população, foram os judeus duramente atingidos pela Grande Depressão que teve início em 1929. Mas eles puderam contribuir para o combate aos males da economia americana. Entre os planejadores e administradores do "New Deal" figuravam muitos funcionários, economistas e advogados judeus.

No período da Depressão e do New Deal ficou o judaísmo americano exposto à mais séria erupção de anti-semitismo na história dos Estados Unidos. Judeus foram acusados de serem os arquitetos da desintegração do país. Originou-se esse anti-semitismo nos distritos rurais do Sul, cujos habitantes sentiam-se economicamente escravizados às cidades, e sobretudo a Nova York. Os judeus estavam especialmente ligados a essa cidade, e, conseqüentemente, às finanças. Foi fácil, quando se fez sentir intensamente a necessidade de um bode expiatório, culpar os judeus pelo desastre econômico que a cidade ostensivamente havia causado às áreas rurais.

Outro fator participante na ascensão do anti-semitismo foi a manifestação do preconceito racial. O argumento que os sulistas brancos vinham há muito usando contra os negros podia ser facilmente aplicado também a outros grupos. Não querendo reconhecer as verdadeiras fontes de transformação na velha economia rural, começaram os sulistas a culpar por todos os males os recém-chegados pertencentes a raças "inferiores". Exigiram uma restrição à imigração e uma cuidadosa seleção daqueles que batiam às portas do Novo Mundo. Os judeus eram geralmente, embora de modo algum exclusiva-

mente, incluídos entre os imigrantes indesejáveis. Ao mesmo tempo, a camada mais alta da sociedade suspeitava dos judeus como concorrentes. A retaliação com freqüência assumia a forma de barreiras contra a entrada de judeus em locais de veraneio, clubes e sociedades. Em alguns casos essas barreiras sociais eram estendidas a outras esferas, e judeus viram-se excluídos de consideração para certas posições.

Muitos americanos aceitaram, embora apreensivamente, essa forma de discriminação. A Primeira Guerra Mundial lançara os Estados Unidos de volta a um isolamento chauvinístico. Sociedades "patrióticas" proliferavam. A mais cruel dentre elas era a Ku Klux Klan, cujo número de membros atingira quatro milhões em 1925. Seu ódio peçonhento era dirigido contra negros, católicos e judeus.

A agitação antijudaica tornava-se mais virulenta em épocas de depressão econômica, quando se dava curso ao mito do controle judeu das finanças americanas. Investigações revelaram a falsidade dessas acusações, mas nem sempre conseguiram matar o mito. A ascensão do nazismo na Europa acrescentou combustível ao sentimento antijudaico entre fascistas americanos. Organizações judaicas de defesa viram-se em dificuldade para enfrentar o problema do aumento do anti-semitismo. Foram auxiliados em sua batalha por movimentos inter-religiosos. Mas o principal obstáculo à propagação das tendências anti-semíticas estava nas tradições liberais do povo americano. Os líderes políticos, com poucas exceções, deram as costas aos demagogos antijudaicos, e associaram-se aos esforços para combatê-los.

O movimento anti-semita da década de 1930 está em grande parte ligado ao nome do Padre Coughlin. Argumentou ele que a Depressão, que causara danos à economia e eliminara as poupanças, ameaçava então desencadear o bolchevismo e a anarquia. O bolchevismo, segundo ele, era um sistema criado por judeus. A propaganda do Padre Coughlin tornou-se mais eficaz quando a Alemanha de Hitler começou sua perseguição aos judeus.

O virulento anti-semitismo desses anos foi especialmente ameaçador. Indicou que os judeus eram potencialmente mais vulneráveis que qualquer outro grupo nos Estados Unidos. Os judeus viram-se suportando o impacto da responsabilidade por todos os males visíveis. E então as medidas tomadas pelo New Deal mostraram-se eficazes, e o país foi salvo do colapso. Um incipiente anti-semitismo americano foi esmagado. Mas a lição havia sido aprendida: a posição dos judeus em qualquer sociedade somente é tão segura quanto aquela mesma sociedade.

Fuga e Retorno

Há duas ou três gerações atrás era o judaísmo americano um enclave com ideologias e instituições transplantadas e de pouca relevância para a vida americana. Hoje os judeus estão politicamente seguros, economicamente prósperos, e culturalmente integrados. Sua influência na sociedade em geral é maior do que indicaria sua proporção numérica. Constituindo menos de 3% da população total, deram contribuições duradouras à vida econômica, cultural e intelectual americana. Durante os últimos cinqüenta anos originaram movimentos decisivos em todos os campos da cultura americana. Teatrólogos, compositores, atores, produtores e diretores judeus fizeram da Broadway e de Hollywood grandes instituições da vida americana. Entre os mais eminentes filósofos, escritores e artistas do país figuram judeus que ganharam fama e distinção.

Assim, em menos de um século, uma massa de imigrantes pobres integrou-se na economia americana, atingiu um alto nível em sua estrutura ocupacional e de renda, e tornou-se um fator significativo em sua vida espiritual. Esse processo não fora desacompanhado de dúvidas; nem estivera completamente isento de confusão em torno da identidade judaica. Na geração imigrante, que dominou a cena judaico-americana até a Primeira Guerra Mundial, o judaísmo achava-se entranhado. Essa geração, contudo, foi seguida, entre as duas guerras mundiais, por uma geração mais clamorosa em sua negação de valores judeus e mais precipitada em sua fuga da condição de judeu. Aproveitando todas as oportunidades para afirmar seu americanismo, essa segunda geração fugiu do gueto visível dos seus pais só para erigir ao seu redor um gueto invisível de hábitos e valores. Muitos eram obsedados por um sentimento de insegurança e inferioridade. "Minha predominante recordação de infância", escreveu Meyer Levin, "é de temor e vergonha por ser judeu."

Mas a fuga do judaísmo foi, em grande parte, um fenômeno da segunda geração. Forças sociais estavam agindo no sentido de uma modificação, e os cataclismos das décadas de 1930 e 1940 causaram um ressurgimento de lealdades judaicas. A ascensão do hitlerismo, o transe do judaísmo europeu e a luta de Israel pela independência incitaram o judaísmo americano a uma radical mudança de sentimentos.

Com a ascensão do nazismo na Alemanha as organizações judaicas americanas esforçaram-se por alertar a opinião pública para o desastre que se aproximava. Houve manifestações populares e um boicote de produtos alemães. O centro sionista transferira-se para os Estados Unidos durante a guerra. O judaísmo americano ficara profundamente envolvido nas aspirações do *íshuv*. Quando a Grã-Bretanha passou a questão

da Palestina para as Nações Unidas, o campo de batalha político foi transferido para o país onde vivia a maior comunidade judaica e onde, providencialmente, as Nações Unidas tinham sua sede. Os sionistas não estavam mais sós em sua luta. Quase toda a comunidade judaica trabalhou então para obter o apoio moral e político do povo americano e seu governo às aspirações judaicas na Palestina.

Tinha o movimento sionista um porta-voz persuasivo e vigoroso na pessoa do Rabino Abba Hillel Silver, de Cleveland. Foi ele um digno sucessor de Louis Brandeis, que lutara pela Declaração Balfour, e de Stephen S. Wise, que mantivera viva a chama nos anos intervenientes. O Rabino Silver, como presidente da seção americana da Agência Judaica, uniu seus esforços aos de Moshe Sharet, o porta-voz do judaísmo palestinense, na condução da batalha durante os cruciais debates nas Nações Unidas. Em novembro de 1947 a Assembléia-Geral aprovou o relatório majoritário da UNSCOP para a partilha da Palestina. Para sua aprovação, tivera o plano de obter uma maioria de dois terços. O voto russo havia sido assegurado, mas os Estados Unidos, cedendo a pressões árabes e dos seus próprios interesses petrolíferos, vacilaram. Toda a influência e habilidade que os grupos judaicos puderam reunir foram empregadas para convencer a delegação americana a manifestar-se a favor do plano.

Durante e após a Segunda Guerra Mundial foi o governo americano cada vez mais atraído para a política do Oriente Médio. A despeito de considerações relativas a essa região e seus próprios tremendos interesses petrolíferos, foi ele levado a apoiar o sionismo e Israel. Nem sempre era o voto judeu o incentivo principal. Impulsos humanitários, freqüentemente, predominaram sobre a política. Ao tempo da Declaração Balfour, o Presidente Wilson não levou em conta os protestos do Departamento de Estado e deu sua aprovação à Declaração. Wilson, calvinista por herança e temperamento, gostava de imaginar-se um agente da Providência. Conforme observou Stephen S. Wise, "De vez em quando cabia a Wilson tomar decisões sobre questões judaicas da mais séria significação. Para chegar a essas decisões ele nunca recorreu a razões interesseiras ou de conveniência. E tampouco cedia a pressões ou tomava em consideração expectativas de ganho. Em todas as discussões de problemas judaicos abrangendo aproximadamente uma década, Wilson jamais deu o menor indício de que desejava apenas agradar seus concidadãos judeus, embora eu acredite que sentia alegria em poder servi-los e tomar parte na elaboração do destino judeu. Cristão no sentido lincolniano, ele respei-

tava judeus que tinham amor-próprio, e eu notava com visível prazer sua escassa paciência com aqueles judeus que julgavam ser 'obrigados a arranjar desculpas pelo seu nascimento.'"

O mesmo impulso pode ter funcionado em 1948, na decisão do Presidente Truman de conceder imediato reconhecimento ao nascente Estado de Israel. A opinião pública americana havia sido profundamente afetada pelo transe dos "deslocados", bem como pela luta do *íshuv* contra obstáculos formidáveis. Uma forte inclinação para a justiça teve precedência sobre outras considerações. Profundas cordas de simpatia haviam sido tocadas com um povo lutando em sua pátria pela independência. O reconhecimento formal do Estado Judeu foi o resultado inevitável. Israel raramente se encontraria sem apoio dos Estados Unidos para seus interesses fundamentais.

Desse modo, as latentes lealdades judaicas da comunidade judia americana vieram à frente durante a crise. Apareceriam novamente em provações posteriores. A urgente necessidade de ação havia esmagado todas as dissensões. O judaísmo americano organizou seu poder para auxiliar a reinstalação dos sobreviventes do Holocausto e dar apoio moral e político a Israel. O benefício foi recíproco. Um sentimento de dignidade, segurança e orgulho na realização coletiva foi a recompensa do judaísmo americano pela sua íntima cooperação com Israel.

O Futuro do Judaísmo Americano

A crescente força do judaísmo americano alinha-se ao lado do renascimento de Israel entre os dois eventos mais formativos da história judaica no século XX. Nunca nessa história havia qualquer comunidade judaica alcançado semelhante dimensão numérica ou um correspondente poder e liberdade para intervir nos acontecimentos que moldaram o destino judeu. Não obstante o crescimento da liberação e tolerância, os judeus americanos identificavam-se firmemente com a preservação da vida e cultura judaicas em suas separadas arenas de criatividade. A sociedade americana, em conjunto, respeitou as solidariedades particulares do judaísmo dos Estados Unidos e sua preocupação com causas judaicas no país e em todo o mundo. A estrutura pluralística da vida americana tornou a dualidade da experiência judaica americana menos excepcional do que de outro modo teria sido.

O Judaísmo Americano no Século XX

Após a Segunda Guerra Mundial vamos encontrar o judaísmo americano exaltado por uma exuberância especial. Era um participante pleno do avanço dos Estados Unidos em direção à predominância mundial; e estava também reco-

nhecidamente associado à aventura pioneira israelense. É improvável que qualquer comunidade judaica, desde o início da Diáspora, tivesse jamais tido um tão vasto campo de ação para sua vitalidade e iniciativa. As satisfações na vida judaica americana foram bem maiores que as frustrações; e o clima espiritual era robusto e confiante.

Mas sobre essa cena promissora pairavam vários pontos de interrogação. Sobreviveria a individualidade judaica às influências assimiladoras da tolerância americana? E teria uma nova geração que não conhecera nem o trauma do Holocausto nem o júbilo do renascimento de Israel motivo emocional para dedicar seu pensamento e trabalho à tarefa da conservação judaica? A resposta a essas perguntas terá sobre o destino judeu um efeito tão grande quanto o da própria sorte nacional de Israel. Não há indícios de que o judaísmo americano venha a ser destruído pelos incentivos assimiladores de seu ambiente ou por um declínio nas apreensivas tensões que cercam a sobrevivência judaica. Existe, é verdade, erosão na orla da comunidade através de casamentos mistos e alienação. Mas a parte principal parece disposta a tentar a reconciliação entre a identidade nacional americana e as intimidades particulares das quais cresce e vive a lealdade judaica. A insegurança e a frustração foram outrora os incentivos que impeliram os judeus a conservar seus sonhos e solidariedades especiais. Hoje, impulsos afirmativos de confiança e orgulho parecem capazes de evocar o mesmo espírito unificador. A existência de uma grande influência judaica no país cujo poder estratégico e econômico ultrapassa o de todos os impérios da história é uma realidade que enfurece nacionalistas árabes e outros. Mas é uma parte orgânica da moderna situação humana. Pode agradar a uns e irritar outros — mas não pode deixar de ser levada em conta.

23 O Mundo Judaico de Hoje

HÁ OUTROS PAÍSES livres em que a situação judaica difere da dos Estados Unidos apenas em escala. Na Grã-Bretanha 500 000 judeus formam um grupo mais coeso e centralizado que o judaísmo americano. Sua organização reflete um instinto britânico para a coerência social, assim como o judaísmo americano emula a dispersão e recalcitrância de um ambiente federal mais frouxo. Tudo no judaísmo britânico fica mais certo em seu lugar. Autoridades religiosas, comunitárias e sionistas têm todas uma reconhecida estrutura hierárquica. A simpatia britânica pelos judeus é acentuada pelas recordações da luta contra Hitler e por um cavalheiresco remorso do excessivo anti-sionismo da era de Bevin. Líderes britânicos de todos os partidos preferem agora lembrar o generoso arrojo da Declaração Balfour. As raízes bíblicas da cultura britânica também incentivam um respeito pela individualidade judaica. Esses impulsos parecem suficientemente fortes para assegurar tranqüilidade contra preconceitos ocasionais. Judeus na Grã-Bretanha, mais do que nos Estados Unidos, distinguem-se no Parlamento e instituições oficiais; e muitos deles ajudam a formar as tendências inovadoras na cultura britânica. A proximidade com Israel é expressa intensamente por judeus britânicos através de contatos coletivos e pessoais.

Do outro lado do canal da Mancha o judaísmo francês, aumentado para 600 000 pela vinda de imigrantes judeus argelinos e marroquinos, está perdendo suas tradições cons-

trangidas e conservadoras para aparecer mais abertamente na experiência judaica universal. As reflexões do Presidente De Gaulle sobre a história judaica em seu discurso de novembro de 1967 provocaram um acalorado debate sobre o lugar dos judeus na comunidade francesa. A acusação de "anti-semitismo" lançada contra ele era obviamente forçada; mas a idéia de que o sofrimento judaico havia sido, de certo modo, "provocado" pelos judeus teve um impacto perturbador sobre a serenidade judaica. A inquietude foi eloqüentemente formulada por Raymond Aron, em seu livro *O General e os Judeus*, que mostrou quão fortemente o orgulho judeu despertava entre judeus franceses anteriormente não cônscios de fortes lealdades judaicas.

Além dos mares, comunidades judaicas livres, ligadas tanto às suas ambiências nacionais quanto às suas responsabilidades judaicas globais, florescem no Canadá, África do Sul e América Latina. Em outros lugares há pequenos remanescentes minguantes, ou exoticamente remotas ilhas de sobrevivência judaica.

Israel é em toda parte o foco da solidariedade judaica. Conferências econômicas e culturais judaicas realizadas em Jerusalém no ano de 1968 revelaram o judaísmo mundial como uma força dinâmica para a consolidação de Israel. Existem outros países que gozam do apoio emocional de comunidades afins de além-mar. Mas não há paralelo para a constância e profundeza da responsabilidade ativa que as comunidades judaicas assumem para a segurança e o progresso de Israel.

Na União Soviética quase três milhões de judeus permanecem isolados da corrente principal da vida judaica e sem poder expressar sua solidariedade judia. Em anos recentes a aflição e o patos de sua situação têm despertado o interesse do mundo progressista. Eles estão, no mínimo, na agenda internacional após anos de submersão. Há indícios de que seu fervor judaico não foi extinto. A perspectiva de se reunirem à história judaica é racionalmente remota; mas o sonho continua vivo, e ardorosamente acalentado. A separação forçada dessa grande comunidade das outras partes do povo judeu tem sido historicamente associada ao caráter fechado da sociedade soviética. A redução de tensão entre as grandes potências e a maior liberdade de movimento entre a Europa Ocidental e Oriental podem resultar numa liberalização de atitudes soviéticas em relação a judeus. É improvável que a União Soviética venha a melhorar radicalmente sua imagem na opinião liberal ocidental sem mudar sua política para com os judeus.

O Mundo Judaico de Hoje

Por trás de todos os grupos judeus da Diáspora, seja nas democracias do Ocidente ou no bloco soviético, paira o padrão

não-judaico de existência da sociedade em que vivem. Apresenta isso um constante problema de harmonização entre o meio não-judaico e a fidelidade judaica. Mas embora os judeus fora de Israel constituam minorias em seus respectivos países, não há indícios de uma corrosão profunda da identidade judaica. À medida que os judeus europeus e americanos progridem para formas mais elevadas de organização social e capacidade técnica, tornam-se eles cada vez mais sensíveis às vozes de seu passado. É improvável que venham a renunciar ao individualismo judeu aqueles que têm liberdade e oportunidade de conservá-lo.

Ao fim de 1967 o total de judeus no mundo era calculado em 13 600 000, assim distribuídos: na América do Norte .... 6 100 000, dos quais 5 800 000 viviam nos Estados Unidos, 270 000 no Canadá, e os restantes 30 000 no México; na Europa (incluindo as regiões asiáticas da URSS e a Turquia) 4 054 000, dos quais o maior número, 2 568 000, vivia na URSS, vindo a seguir 535 000 na França, 450 000 na Grã-Bretanha, e os restantes 501 000 em outros países; nas Américas Central e do Sul e nas Índias Ocidentais 712 700, dos quais a maioria, 450 000, vivia na Argentina, 140 000 no Brasil, e os restantes 122 700 em outros países. Dos judeus asiáticos a maior parte era constituída, naturalmente, pelos 2 365 000 que viviam em Israel, não chegando a 100 000 os judeus dos demais países desse continente. A população judaica da África totalizava aproximadamente 200 200, dos quais 114 800 viviam na União Sul-Africana e 50 000 no Marrocos. Uns 74 500 judeus viviam na Austrália e Nova Zelândia.

As Primeiras Duas Décadas De Israel

Durante vinte anos Israel tem progredido em impetuosos arrancos de energia entre recorrentes guerras. O tema especial da sua existência tem sido a implacável hostilidade de seus vizinhos. Sendo incapaz de mitigar a investida árabe, Israel tem, pelo menos, conseguido resistir à mesma.

As primeiras duas décadas de Israel são a história dessa resistência: não só de suas tensões e riscos mas também de sua vitória. O perigo diário tem estimulado cada impulso de união. Os historiadores não acharão fácil determinar se a hostilidade circundante tem sido, no fim de contas, mais um obstáculo do que um incentivo.

A qualidade israelense saliente é a rapidez de crescimento. No vigésimo aniversário de Israel, em 1968, sua população crescera de 650 000 para 2 700 000 cidadãos. Nenhum outro país em toda a história teve mais do que triplicada sua população em vinte anos. O "retorno" tem tido prioridade de inte-

resse e preocupação. A vocação judaica de Israel tem sido o contexto em que seus outros problemas têm sido considerados e tratados.

A tarefa imediata era salvar os remanescentes do Holocausto europeu. Campos de refugiados na Alemanha, Chipre e Ilha Maurício foram evacuadas nos primeiros tempestuosos meses. A Declaração da Independência de Israel, a 14 de maio de 1948, foi seguida, dentro de uma hora, por legislação abolindo as restrições do Mandatário sobre imigração e proclamando o direito de todo imigrante judeu à cidadania imediata. Ser judeu era agora um título para entrada num país soberano, ao invés de uma inabilitação total ou parcial. A 18 de maio um representante israelense nas Nações Unidas dizia a outros governos que a imigração para Israel não era da conta deles; ingressara na jurisdição de um Estado soberano. A imigração era a finalidade da existência de Israel; a soberania era o meio que servia ao fim.

Que Israel absorvesse os restos do judaísmo europeu era de se esperar. Bem mais surpreendente foi a convergência torrencial de judeus de países muçulmanos. Aqui o motivo não foi apenas a pressão da miséria e discriminação. Isso, afinal, existira e fora pacientemente suportado durante séculos. Mas agora, pela primeira vez, havia uma alternativa à resignação dócil. A mais isolada das comunidades judaicas, que vivera no Iêmen desde o tempo dos reinos hebreus, ergueu-se em toda sua massa e voou "em asas de águias" para a terra da promissão. Na sua esteira vieram judeus iraquianos, descendentes da dispersão babilônica, fugindo da vingança do governo de Bagdá, que demonstrou maior coragem na perseguição de seus judeus do que em confrontar Israel nos campos de batalha. Bulgária, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Polônia, Romênia e Hungria abriram suas portas ao êxodo de judeus que procuravam fugir dos fantasmas e lembranças do tormento sob a ocupação nazista. O caudal foi aumentado por afluentes do Irã, Turquia, Marrocos, Tunísia e Líbia. Em 1949, 240 000 imigrantes entraram num país cuja população de 650 000 acabara de sair de uma guerra pela sobrevivência; mais 350 000 vieram nos dois anos seguintes. Em quarenta meses Israel, pela imigração, duplicou sua população.

Na absorção dessa volumosa torrente todo o povo judeu empenhou seu esforço e responsabilidade. Em Israel os anos da imigração em massa foram a época de nobreza e abnegação. Casas, escolas, campos de imigrantes (*ma'abarot*), povoados e instituições sociais foram improvisados celeremente. O único paralelo histórico é a avalanche de imigração que levou os Estados Unidos para o seu crescimento maciço em fins do

de 40% de sua população eram nascidos em Israel. Mais da metade foram educados em escolas e universidades israelenses. Quanto ao restante, uma grande proporção era daqueles cuja data de imigração estava suficientemente recuada para que desenvolvessem com a paisagem e cultura israelenses uma relação mais íntima do que com o seu meio anterior, que se tornava cada vez mais pálido. Em 1948 nascera um Estado. Em 1968 havia sido criada uma nação de identidade nitidamente definida. Israel era algo distinto do agregado de influências que inspiraram sua criação.

O Aspecto da Terra

Juntamente com a transformação de um povo deu-se uma revolução na terra. Não há provavelmente país algum cuja aparência física tenha mudado mais radicalmente em tão breve tempo. Ermos arenosos cederam lugar a áreas cultivadas. O deserto recuou diante do avanço do arado e do cano d'água. Agrupamentos urbanos de imponente modernidade deram ao país uma nova solidez de aspecto.

Os recursos originais de Israel são sua terra, sol e água ocasional. O progresso agrícola das duas primeiras décadas não foi ditado apenas por necessidades econômicas. O sionismo sempre teve uma mística rural e agrícola. A fertilização do solo foi somente uma parte da história. A outra parte, não menos crucial, foi a reconstrução da personalidade nacional. O senso de criatividade básica, de apego físico ao solo, de afastamento das degradações urbanas, veio tudo junto no esforço para transformar o protótipo nacional. A primitiva poesia hebraica do período sionista é obsedada com retratos da natureza com os quais os judeus se acham agora em íntima reunião. O *kibutz* e o *moshav* acrescentaram idealismo coletivo às virtudes normais de comunidades agrícolas.

Não há dúvida que é na fazenda e no campo que o empreendimento israelense tem celebrado seus maiores êxitos. Em termos humanos o resultado é uma geração de israelenses brotados do solo, robustos em corpo e espírito, que formam a vanguarda do progresso nacional. A população de *kibutz* é uma pequena fração da comunidade, mas tem fornecido uma porcentagem desproporcional de oficiais, aviadores e emissários para projetos de desenvolvimento na África e Ásia. Está sendo atualmente reduzida a um papel marginal na economia. Mas na escala de valores, na determinação do que deve ser admirado, imitado, acalentado e seguido, ainda ocupa o primeiro lugar. A elite nacional é criada no campo.

A Economia em Expansão

No desenvolvimento econômico, igualmente, os setores agrícola e rural foram, de início, a força condutora. Os anos após 1948, com a luta pela subsistência, foram tensos. A imigração em massa fazia exigências impossíveis aos escassos recursos agrícolas. Houve períodos de racionamento severo e escassez de alimentos. A balança de pagamentos estava assustadoramente deslocada. Em meados da década de 1950 a produção não só alcançou o aumento de população como também chegou a superá-lo de modo a gerar excedentes. A auto-suficiência foi atingida em tudo, exceto cereais, gorduras e parte do consumo de carne. O excesso agrícola teve de ser rigorosamente controlado para impedir qüeda de preços. Em 1968 a proporção de trabalhadores na agricultura diminuíra, mas a produção subira a passos largos. Em 1968 as lembranças dos tempos de austeridade estavam já bem longe. Em um milhão de acres Israel produzia alimentos suficientes para sustentar mais de 80% da população num alto nível de nutrição, e estava também exportando, para os mercados mundiais, produtos agrícolas no valor de 130 milhões de dólares. A profusão agrícola de Israel tem confortado e encorajado outras nações em desenvolvimento. Centenas de peritos israelenses em solo e água trabalhavam em terras distantes; e milhares de agricultores de outros continentes haviam estudado problemas de desenvolvimento rural em Israel. Num mundo cujo destino seria em grande parte controlado pela relação entre o exagerado crescimento populacional e o mais vagaroso aumento de recursos, a façanha de Israel tornou-se um prodígio para estudo e emulação. Essa façanha tornou-se em grande parte possível graças a novos empregos e distribuição de recursos hidráulicos. As águas do lago Tiberíades e do rio Iarkon tiveram de ser trazidas até o Neguev setentrional. O Aqueduto Nacional, completado em 1964 com grande ajuda internacional, levou a agricultura israelense ao auge de sua potencialidade.

Era, porém, evidente que uma economia agrícola, por mais requintada que fosse, não podia sustentar uma população crescente em uma área pequena num nível tolerável de cultura material e científica. O desenvolvimento da indústria, tecnologia e comunicações é predominantemente o feito do Israel soberano. Havia muito menos com que começar do que na agricultura, da qual os fundamentos haviam sido firmemente estabelecidos no período que precedeu o Estado.

O crescimento da indústria israelense tem sido acompanhado por infindáveis críticas, experimentos, dúvidas e controvérsia teórica. No primeiro ano de independência de Israel suas exportações não atingiam a 30 milhões de dólares. Representavam 11% de suas importações. No vigésimo ano as

exportações ultrapassaram 500 milhões de dólares, representando então 70% das importações. Capital privado, as emissões de bônus e o Acordo de Reparações da Alemanha têm proporcionado fundos maciços para investimento. Após doze anos Israel estava orgulhosamente pagando empréstimos internacionais concedidos com indulgente ceticismo nos anos de austeridade. A diferença na balança comercial, embora ainda inquietadoramente grande, em termos absolutos, teve uma diminuição relativa de 214 para 80 dólares *per capita*. Companhias nacionais de navegação aérea e marítima levavam a bandeira israelense para todas as partes do mundo. Na altura de 1968, turistas chegavam a Israel à razão anual de 450 000. Novas cidades, da Alta Galiléia à costa do Mar Vermelho, haviam surgido na crista do crescimento industrial. Beersheba, de um vilarejo sórdido de 4 000 almas, transformou-se numa cidade quente, turbulenta, poeirenta, mas estranhamente excitante, com 70 000 habitantes. Um novo porto de águas profundas foi escavado do nada em Ashdod. Um oleoduto trazia combustível de Eilat, junto ao Mar Vermelho, para a costa do Mediterrâneo. A produção de eletricidade multiplicara-se imensamente, e em dois reatores de pesquisa, em Dimona e Nakhal Sorek, engenheiros e técnicos israelenses preparavam-se para a era da energia nuclear. Um homem que não tivesse visto Israel desde o primeiro ano teria dificuldade em reconhecê-lo no vigésimo.

Acima de tudo, o rápido impulso da indústria e tecnologia tinha abolido a equação entre terra, espaço e população. A questão de "quanta gente Israel pode sustentar" era agora função não de sua área mas de suas energias comerciais e econômicas. Os exemplos relevantes são países pequenos, tais como Bélgica, Holanda, Dinamarca e Suíça, que têm mantido populações mais densas que a de Israel em áreas reduzidas e com elevados níveis de cultura e prosperidade. A capacidade de Israel para a absorção de população teria, a partir de então, pouca ou nenhuma relevância quanto ao seu tamanho.

A Cultura Israelense

A necessidade de aproveitar ao máximo possibilidades pequenas fez com que Israel, desde seus primeiros anos, dependesse grandemente da ciência e tecnologia. Ao fim de sua segunda década, os pesquisadores, tecnólogos e engenheiros israelenses haviam elevado o país a uma posição bem alta na comunidade científica internacional. Foi surpreendente encontrar, na orla ocidental da Ásia, um pequeno país dotado de reatores para pesquisa, aceleradores, computadores, laboratórios, hos-

quanto a parte "oriental" da comunidade languesceria na extremidade errada da brecha cultural? Se assim fosse, Israel teria pouca chance de coesão espiritual e social. O movimento educacional dispôs-se a enfrentar vigorosamente o dilema social que se achava acima da ambição acadêmica na hierarquia de suas preocupações. Fizeram-se esforços intensivos para ampliar o fluxo de estudantes vindos de lares pobres, em sua maioria de origem asiática e africana, para as escolas secundárias e universidades. O progresso não foi tão rápido quanto muitos esperavam — nem tão lento quanto muitos temiam. Mas foi suficientemente perceptível para augurar o dia em que israelenses de todas as origens seriam iguais em suas realizações educacionais, e conseqüentemente em suas oportunidades sociais. A brecha transitória foi, por vezes, explorada para fins de uma demagogia vil e exagerada. Mas o tempo e um trabalho responsável estavam fechando a brecha. A rede universitária ramificou-se de Jerusalém, Haifa e Rekhovot para a Universidade de Tel-Aviv e para a Universidade Bar-Ilan de Ramat Gan. A base mais ampla acomodou todas as comunidades imigrantes. Na segunda geração as desigualdades já estariam em grande parte obliteradas.

Não havia dúvida que a tendência igualadora tomaria uma direção ascendente, e não descendente. Alguns autores que desesperaram de qualquer reconciliação árabe com um Israel "ocidental" e intensamente judaico extraíram um falso consolo de duas perspectivas. Israel se tornaria cada vez mais "orientalizado" até que perdesse as qualidades que o separavam do restante do Oriente Médio; e deixaria de ser um Estado "sionista" baseado num sentido particular de afinidade com os judeus de fora. Em outras palavras, Israel não mais seria Israel muito tempo. Seria discretamente absorvido no oceano levantino ao seu redor.

Se essa é ou não uma solução desejável para a dificuldade árabe-israelense não vem ao caso. Não há possibilidade alguma de que venha a acontecer. Israel continuará sendo conspicuamente não-árabe em sua fala e pensamento. Suas conexões judaicas serão mais fortes que suas ligações com o meio árabe. Aprendeu em 1967 que sua sobrevivência física dependia de sua relação orgânica com a ciência, tecnologia, coesão social e ética democrática que o distinguia de seus vizinhos. Foram exatamente essas qualidades com eles não compartilhadas que lhe possibilitaram resistir ao seu ataque. Israel será mais parte do mundo mediterrâneo e do espírito judaico do que do *hinterland* árabe. É mais provável que o mundo árabe se torne "ocidentalizado" e adaptável à democracia e tecnologia moderna do que Israel venha a se tornar o que alguns europeus, com

dos motivos de seus associados, tornaram-se mais claras. Dos três países em luta contra Nasser, só Israel estava lutando pela vida e pela paz.

A resistência de Israel fez mais do que assegurar-lhe uma nova tranqüilidade no Sinai e em Gaza e uma ponte marítima para o mundo oriental. Esvaziou as pretensões hegemônicas de Nasser, ampliou o prestígio internacional de Israel, e, acima de tudo, incutiu-lhe um senso de autoconfiança criadora. A década entre 1957 e 1967 foi a mais frutífera na história judaica moderna. Israel cresceu em população, força econômica, poder técnico e reputação internacional. Estabeleceu uma rede de relações políticas e econômicas com as novas nações da África e Ásia. Mais de 10 000 futuros líderes de países em desenvolvimento receberam treinamento em Israel, e 3 000 peritos, cientistas, engenheiros, médicos, agrônomos e planejadores econômicos israelenses desempenharam um apreciado papel no desenvolvimento acelerado de países africanos, asiáticos e latino-americanos. A ameaça árabe de impedir a entrada em funcionamento do Aqueduto Nacional foi desafiada com êxito em 1964. Ao raiar o ano de 1967 Israel parecia ter derrotado a tentativa de isolá-lo. A ameaça árabe de destruí-lo perdera a credibilidade.

O extraordinário ataque montado pelo Egito e Síria em 1961 pode muito bem ter sido inspirado por um sentido de "agora ou nunca". A solidez e permanência de Israel como Estado estavam se tornando profundamente enraizadas e universalmente reconhecidas. Para que fosse impedida sua estabilização definitiva seria necessário montar um desafio rápido e drástico. A iniciativa partiu dessa vez do regime revolucionário ba'athista da Síria. Contou com fácil apoio soviético. Enquanto as fronteiras com o Egito e o Líbano estavam calmas e a Jordânia demonstrava algum interesse num acordo definitivo, a Síria abrigava e treinava bandos terroristas para penetração em Israel. Suas forças nas elevações de Golan mantinham as colônias agrícolas da Alta Galiléia sob ataque constante. A resistência israelita acarretou a Damasco pesadas perdas, especialmente em aviões, que tendiam a cair no mar da Galiléia ou em outra parte sempre que desafiados por caças israelenses. A Síria pediu ajuda a Moscou. A União Soviética, não inclinada a provocar uma intervenção americana, transferiu a responsabilidade para o Cairo. Em maio de 1967 porta-vozes soviéticos deram ao Egito informações falsas sobre supostas concentrações de tropas israelenses na fronteira síria, chamando o Cairo para vir em auxílio da Síria.

A Guerra dos Seis Dias

No início de maio de 1967 todas as estimativas israelenses e ocidentais prediziam a continuação indefinida da "estabilidade instável" que havia prevalecido durante dez anos. Haveria paz relativa em três fronteiras de armistício. Incursões terroristas da Síria seriam contidas por vigilância defensiva ou, em casos graves, por represálias em escala limitada. Nasser não provocaria uma guerra que ele não teria probabilidade de ganhar. A agressividade verbal síria nunca foi igualada por excessiva bravura militar. E nenhuma das grandes potências tinha qualquer interesse objetivo em uma conflagração de grandes proporções que poria à prova seus compromissos e predileções. As duas coisas que pareciam menos prováveis de acontecer eram paz — e guerra.

Em três extraordinárias semanas a perspectiva se transformou. Nasser caminhou em direção ao precipício num crescendo de passos temerários. Reuniu um exército de 80 000 homens com 900 tanques no Sinai. Anunciou falsamente que Israel havia concentrado tropas para um grande ataque à Síria. Rejeitou as constatações dos observadores das Nações Unidas de que tais concentrações não existiam. Expulsou a Força de Emergência das Nações Unidas do Sinai, Gaza e da entrada do Golfo de Akaba. A 22 de maio anunciou a imposição de um bloqueio no Golfo. Explicando esse ato de guerra, fez ele um ameaçador discurso que decidiu para sempre a questão da responsabilidade pela guerra de 1967:

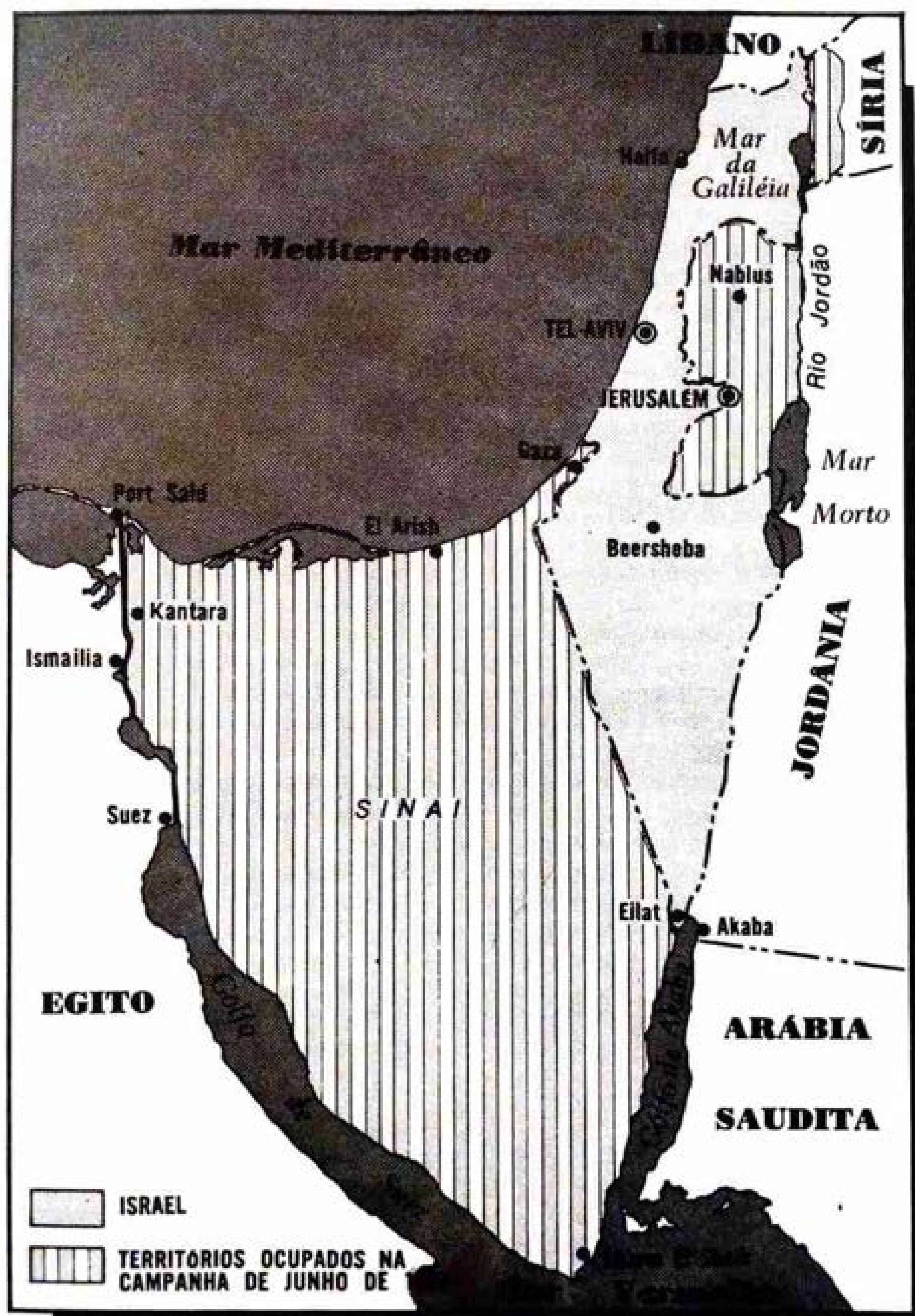
> Esperamos pelo dia apropriado quando estivéssemos inteiramente preparados e confiantes em que tomaríamos medidas enérgicas se fôssemos entrar em guerra com Israel. Não falo nada sem propósito... Recentemente sentimo-nos suficientemente fortes para que, se entrássemos em guerra com Israel, pudéssemos, com a ajuda de Deus triunfar. Declarei certa vez que poderíamos dizer à Força de Emergência das Nações Unidas que saísse dentro de meia hora. Uma vez inteiramente preparados poderíamos pedir à Força de Emergência que saísse. Foi isso que realmente aconteceu.
> Ocupar Sharm-el-Sheikh significa uma confrontação com Israel. *Tal medida significa que estamos prontos para entrar em guerra com Israel. Não é uma operação isolada.* A batalha será geral e nosso objetivo básico será destruir Israel. Eu, provavelmente, não poderia dizer tais coisas há cinco ou mesmo há três anos atrás. Hoje, cerca de onze anos após 1956, digo-o porque estou confiante. Sei o que temos aqui no Egito e o que tem a Síria. Sei também que outros países — o Iraque, por exemplo — enviaram

século XIX e princípio do século XX. Mas o movimento de imigração para Israel foi relativamente de dimensões maiores, e bem mais diverso nas perspectivas e experiências culturais dos que o compunham.

A façanha não pertence somente aos judeus israelenses. As comunidades da Diáspora estiveram associadas ao empreendimento. O "United Jewish Appeal" e a "Israel Bond Organization" nos Estados Unidos, e instituições paralelas em outros lugares, deram ímpeto à recepção e absorção dos recém-chegados. A novidade do processo tocou profundas cordas na lembrança judaica. Houve muitos banimentos e exílios na história judaica. Agora a corrente estava invertida.

Uma sociedade imigrante não pode ser conservadora em seu temperamento. Não é a realização de hoje que tem significação, e sim as perspectivas que a experiência de hoje abre à expansão de amanhã. Na construção de novas comunidades é que os homens alcançam seu maior senso de criatividade. Os desafios, improvisações, necessidades e choques que agitaram a sociedade de Israel no auge do fluxo imigratório tornaram-se as influências formadoras no caráter da nação. As instituições autônomas e os impulsos pioneiros desenvolvidos pelos judeus palestinenses durante a era mandatária tinham agora expressão ampla e livre. A força motriz na vida de Israel é ainda gerada por movimentos de imigração — tanto os já recebidos quanto os ansiosamente esperados. Tudo é nascente, primordial, focalizado em novas vistas de expansão social.

Assim, há em Israel abundância de gente cujo caráter e estrutura intelectual foram moldados em outro lugar. No entanto, a impressão geral após vinte anos é de coerência, e não de anarquia. As energias unificadoras que unem uma sociedade numa devoção única têm prevalecido com grande presteza. Para isso existem vários fatores de explicação. Primeiro, há o próprio fato da convergência. É fácil para um teórico asseverar que um trabalhador em cobre do Iêmen, um médico de Johannesburgo, um professor polonês, um lojista marroquino, um estudante argentino, um carregador turco e um industrial de Nova York pouco ou nada têm em comum. A verdade é que eles têm em comum uma específica memória judaica que, qualquer que tenha sido seu motivo ou dificuldade, os impeliu para Israel e para nenhum outro lugar. Depois há o cimento do perigo comum. Além desses há as influências harmonizadoras que a escola e o exército israelenses têm aplicado à juventude imigrante agora atingindo a idade adulta. Ao fim de sua segunda década Israel começou a perder o caráter de uma sociedade predominantemente imigrante. Acima



Mapa dos territórios ocupados por Israel em 1967

suas tropas para a Síria. A Argélia mandará tropas. O Kuwait igualmente enviará tropas. Enviarão unidades blindadas de infantaria. Isso é poderio árabe.

O desígnio era claro. Aqui estava agressão, antecipadamente confessada.

Enquanto Israel se firmava para enfrentar o ataque, as potências ocidentais revelavam uma atitude intencional de indecisão e não-intervenção. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, em ignominioso silêncio, ouviu o representante egípcio anunciar "um claro estado de guerra" com Israel. Nada fez e nada disse. Acendeu assim a mais verde das luzes verdes diante do agressor exultante. Israel tão cedo não esqueceria a abdicação das Nações Unidas de seu dever de defender seus direitos assegurados pela Carta. A 30 de maio Egito e Jordânia assinaram uma aliança contra Israel. O cerco estava quase completo. A 4 de junho o Iraque juntou-se à caçada firmando um acordo semelhante. Tropas da Argélia, Marrocos, Kuwait e Arábia Saudita convergiram sobre Israel como galgos avançando para estraçalhar a caça. Um plano americano de formar uma força naval internacional para romper o bloqueio egípcio fracassou por falta de apoio internacional e autoridade interna. Aviões egípcios começaram a entrar em e sair de Israel à vontade, cuidadosamente marcando os alvos para o ataque iminente. A súbita partida da força das Nações Unidas do Sinai encontrou a fronteira sul de Israel tenuemente guarnecida. Imensas multidões no Cairo e outras capitais árabes enforcavam Israel em efígie e davam vazão a uma intensa ânsia pelo sangue de Israel.

Esses dias foram dos mais dramáticos da história judaica. Sua atmosfera vulcânica foi descrita algumas semanas depois pelo ministro do Exterior de Israel na Assembléia-Geral das Nações Unidas:

> Ninguém que tenha vivido aqueles dias em Israel jamais esquecerá o ar de condenação que pairava sobre nosso país. Encurralado por exércitos hostis prontos a atacar, afrontado e assediado por um flagrante ato de guerra, bombardeado noite e dia por predições de sua extinção próxima, forçado a uma mobilização total do seu potencial humano, sua economia e comércio batendo com pulso fraco, seus principais suprimentos de combustível vital asfixiados por um ato de beligerância, enfrentava Israel o maior perigo à sua existência que conhecera desde a hora de seu nascimento. Havia perigo de qualquer lado que olhasse. E enfrentava-o em profunda solidão. Um esmagador sítio abateu-se sobre nós. Multidões

em todo o mundo tremiam pelo destino de Israel. Na fatal manhã de 5 de junho a escolha para nosso país era clara. A escolha era viver ou perecer; defender a existência nacional ou perdê-la para sempre.

A sensação de perigo numa hora negra foi inscrita no princípio do verão de 1967 nas tábuas da história de Israel. Uma nova dimensão foi acrescentada à lembrança nacional; e sua exploração levaria muitos anos. Assim também seriam os seis dias de resistência narrados enquanto perdurasse qualquer lembrança do passado. No espaço de uma semana um Israel encolerizado arrancou de seu pescoço os dedos estranguladores. Numa brilhante campanha, alimentada por desesperada bravura, as forças de Israel, sob o comando do General Rabin, abriram caminho impetuosamente até o Canal de Suez, ao rio Jordão em toda sua extensão e às elevações de Golan. Jerusalém foi reunificada. O Muro Ocidental, relíquia da antiga glória de Israel, foi restituído ao seu povo após duas décadas de sacrílega separação infligida pelo exército da Jordânia, que invadira Jerusalém em 1948. A história nacional havia celebrado uma de suas mais abruptas transições. Em certo momento tudo parecera desesperadamente vulnerável, frágil e tênue. Uma semana depois o ar ressoava com o som da salvação.

As Conseqüências Políticas

A vitória na guerra não pôs fim ao perigo para Israel. A União Soviética e os países árabes montaram uma campanha política intensiva e virulenta num esforço para anular os ganhos de Israel. Seu propósito era forçar Israel de volta às linhas de armistício sem um acordo de paz. Isso teria reproduzido a ambigüidade jurídica e vulnerabilidade territorial que haviam quase significado a ruína de Israel. Ao resistir a essa proposta, Israel baseou sua política nos tradicionais fundamentos do direito internacional. Anunciou sua intenção de manter as linhas de cessar-fogo até que fossem substituídas por tratados de paz que estabelecessem fronteiras territoriais assentidas por negociações. Os governos árabes nunca haviam reconhecido as linhas de armistício como fronteiras definitivas. Eles ressalvaram especificamente seu direito de propor modificações no acordo de paz. Israel então reivindicou direitos idênticos. O regime do armistício fora estraçalhado por anos de ódio e violência. E fora, sobretudo, repudiado pelos países árabes em suas declarações e atos de guerra em maio e junho de 1967. Israel agora procurava uma nova ordem de relações em que

um regime de armistício e linhas de demarcação provisórias seriam substituídos por uma paz contratual com fronteiras seguras e permanentes. Sua resolução principal foi a de nunca, sob quaisquer circunstâncias, voltar à beira do precipício.

Essa posição obteve impressionante apoio internacional. Em reuniões do Conselho de Segurança e da Assembléia-Geral, no verão e outono de 1967, propostas soviéticas e árabes para restabelecimento da situação de antes da guerra foram esmagadoramente derrotadas. A opinião mundial, que assistira como espectadora, em impotente angústia, quando Israel parecia prestes a desaparecer, reuniu-se então fervorosamente em seu apoio. A 19 de junho, o Presidente Lyndon B. Johnson, dos Estados Unidos, cuja simpatia e responsabilidade haviam sido engajadas por Israel nas semanas que precederam a guerra, declarou que seria errado restabelecer a posição anterior. Seria isso "uma receita para o reinício das hostilidades". Uma nova estrutura de paz deveria ser construída no Oriente Médio por acordo entre suas nações soberanas. A 15 de novembro de 1967 o embaixador Arthur J. Goldberg expôs a doutrina dos Estados Unidos sobre a questão territorial. Disse ele que nem as antigas linhas de armistício nem as novas linhas de cessar-fogo estabelecidas pela vitória de Israel poderiam ser consideradas como a fronteira definitiva. Esta teria de ser determinada por acordo no âmbito da elaboração da paz. Um grupo de países de todas as partes do mundo apoiou esse ponto de vista. A política internacional autorizada favorecia agora um exercício em matéria de inovação. O passado com sua herança de guerra e conflito deveria ser deixado para trás. Israel não deveria se retirar exceto para fronteiras seguras e reconhecidas. O lema era não de volta à beligerância mas sim de avanço para a paz.

A 22 de novembro de 1967 o Conselho de Segurança, por iniciativa britânica e com apoio americano, incorporou essas idéias numa resolução que foi unanimemente aprovada. Representou isso uma considerável derrota para a política árabe tradicional. A retirada dos territórios ocupados foi condicionada ao estabelecimento da paz abolição total de beligerância, e estabelecimento de fronteiras seguras e reconhecidas. Um representante das Nações Unidas, o Dr. Gunnar Jarring, embaixador sueco em Moscou, foi encarregado da tarefa de "promover acordo" para uma solução pacífica.

A luta política em 1967 terminara satisfatoriamente para Israel. Todas as propostas procurando condenar sua resistência, descrevê-la como um ato de agressão, e instar por uma retirada sem paz, haviam sido derrotadas.

pitais e clínicas, facilidades para conserto de aviões, fábricas eletrônicas, e outros indícios de progresso científico. O resultado não deve ser medido apenas em termos de bem-estar econômico ou segurança. O clima intelectual de investigação científica, seu espírito racional, seus padrões objetivos de julgamento, sua busca da razão e da ordem, seu construtivo ceticismo e suas solidariedades universais, tudo isso entrou na textura da vida israelense. Uma sociedade em que uma família de pesquisadores toma parte na penetração da natureza é intrinsecamente diferente de uma sociedade em que nenhuma família dessas existe. Quando Chaim Weizmann fundou em Rekhovot o Instituto de Ciências que hoje leva seu nome, estava ele tão interessado no nível intelectual de Israel quanto nas conseqüências mais pragmáticas do progresso científico. O lugar de Israel na iniciativa científica ampliou sua posição no mundo. Em fins da década de 1960 veio a ser encarado pelas nações em desenvolvimento como a mais apropriada arena de contato entre o mundo da liberdade nacional e o mundo do progresso científico. Pois Israel encontra-se numa encruzilhada, não só na geografia como também no domínio das idéias. É um dos novos Estados na comunidade internacional; e também está plenamente associado à aventura científica universal. Nenhum outro país encontra-se numa relação tão simultânea com os movimentos de libertação nacional e avanço tecnológico que têm, até agora, dominado a segunda metade do século XX.

Mas o espírito científico é apenas um aspecto da personalidade cultural de Israel. Para muitos escritores e pensadores Israel representa o elemento modernista na vida do Oriente Médio, esforçando-se para alcançar o progresso através do racionalismo científico. Mas uma influência não menos poderosa na vida da nação é o seu senso de associação com o passado. O renascimento da língua hebraica na fala cotidiana, seu crescimento surpreendente na precisão conceptual, os resultados espetaculares nas descobertas arqueológicas, a posição central da Bíblia na educação tanto leiga quanto religiosa, a tendência de, para problemas morais, recorrer à tradicional ética hebraica, são todos eles sintomas de um profundo anseio de continuidade. A obsessão arqueológica é particularmente instrutiva. Israel não é uma nova nação "esperanto" escrevendo sua história numa folha em branco. É o único país do mundo que fala a mesma língua, mantém a mesma fé, e habita a mesma terra de três mil anos atrás. A autenticidade da relação entre esse povo e sua terra é a questão mais controversa no diálogo de Israel com a região árabe e o mundo de fora. Há, por isso, uma nota de triunfo contemporâneo em cada novo

O êxito militar e político de Israel colocou a política árabe, pela primeira vez, num acerbo dilema. A situação criada por guerra só poderia ser modificada por paz. Mas paz implicaria uma renúncia total aos *slogans*, idéias e sonhos que líderes árabes tinham adotado e acalentado desde o estabelecimento de Israel. A antiga ideologia baseada na inexistência de Israel havia sido repudiada pela realidade do Oriente Médio e pela opinião mundial. Num acordo negociado de paz Israel teria, provavelmente, fronteiras mais compactas que as do cessar-fogo e mais amplas e seguras que as linhas de demarcação de junho de 1967. Mas se os governos árabes não se retirassem da beligerância e do não-reconhecimento, Israel não se retiraria das posições de cessar-fogo. Se os países árabes se comportassem para com Israel como se houvesse guerra, Israel não se comportaria para com eles como se houvesse paz. Num genuíno acordo de paz Israel não insistiria em manter toda a posição de cessar-fogo. Trabalharia com os países árabes para alcançar um acordo territorial aquiescido.

Nasceu assim uma situação tática inteiramente nova. Havia agora uma imobilidade inerente que só poderia ser descongelada por uma nítida mudança na política árabe. As sondagens do Dr. Jarring durante o ano de 1968 destinavam-se a esclarecer se uma tal mudança podia ser esperada. Concordaria o Egito com um acordo definitivo de paz? Renunciaria a Jordânia às perdas sofridas no incrivelmente precipitado ataque a Israel em 5 de junho de 1967? E, acima de tudo, entenderiam os governos árabes a verdade existencial a respeito do Oriente Médio como uma região que nunca pôde ser compreendida somente em termos árabes? Perceberiam eles que o destino do Oriente Médio estava na variedade e no pluralismo, não no monopólio árabe, e que acomodar a existência soberana e segura de Israel era a primeira condição de paz regional?

Ao chegar a seu término o ano de 1968 não havia qualquer indício de que os governos árabes estavam dispostos a escapar da inércia de suas políticas anteriores. Numa conferência em Khartum eles haviam anunciado que só procurariam uma solução política se estivesse de acordo com três princípios: nenhuma negociação com Israel; nenhum reconhecimento de Israel; nenhuma paz com Israel. Esses não eram ingredientes promissores para a paz. Em março de 1968 a RAU recusou a proposta do Dr. Jarring para reuniões conjuntas com Israel, sob sua presidência, para negociações sobre todas as questões abrangidas pela resolução do Conselho de Segurança. A 23 de julho o Presidente Nasser reafirmou sua oposição, em princípio, à paz com Israel ou ao reconhecimento de

testemunho de continuidade histórica. As fortalezas dos reis da Judéia são descobertas ao sul de Jerusalém. Um templo israelita é escavado no Neguev central. Manuscritos hebreus confirmam a tradicional história da última revolta dos zelotes judeus. Cartas de Bar Kokhba aos seus soldados são encontradas em Massada, juntamente com outras indicações sobre a vida hebréia ao tempo da revolta contra Roma em 135. Os esqueletos daqueles que pereceram e mataram suas famílias para evitar uma rendição humilhante são testemunho eloqüente dos antigos heroísmos. Uma competição de conhecimentos bíblicos é acompanhada pela tensão partidária que a maioria das nações dedica a grandes acontecimentos esportivos.

Todos os movimentos no nacionalismo judaico tomam como sua principal premissa o antigo pensamento hebreu. Mas Israel também é celeiro das riquezas da literatura judaica medieval e moderna, do humanismo europeu, e da ciência do século XX. Sua cultura moderna, literatura à parte, pertence ao padrão europeu e mediterrâneo com ocasionais reflexos orientais. Na música e nas artes plásticas há uma vitalidade experimental. O que é singular na cultura de Israel é o princípio igualitário que governa sua difusão. Não há barreiras no acesso ou na apreciação entre cidades e povoados. Tudo aquilo que é pensado, escrito, composto, pintado, interpretado, esculpido ou postulado é comunicado através de toda a cena nacional.

A população pré-Estado era, sob muitos aspectos, uma comunidade de elite. Nasceu de um impulso idealista e fez parte da história cultural da Europa. A imigração em massa de países de cultura menos avançada parecia ameaçar uma diluição dos padrões intelectuais da nação. A prazo longo, a variedade e o vigor desses imigrantes teriam um efeito efervescente. Mas os efeitos imediatos podiam ser dilacerantes. Enquanto isso, a manutenção da igualdade nas oportunidades culturais tornou-se, nos anos da década de 1960, uma preocupação dominante do movimento educacional. Uma rede escolar abrangendo mais de 700 000 estudantes em escolas primárias e pós-primárias foi uma das realizações culminantes de Israel. A população triplicara; mas o sistema educacional teve uma expansão sêxtupla. A questão era se um proletariado educacionalmente retardado viria a formar-se em torno da terça parte da população que era oriunda de países muçulmanos. Esses imigrantes haviam sido separados da tradição judaica de intelectualismo, embora sua arraigada devoção lhes houvesse dado uma base firme de conhecimentos hebraicos. Tornar-se-ia a educação pós-primária e superior em Israel o domínio especial de imigrantes europeus e seus filhos, en-

sua soberania. Estava disposto a uma "solução política" somente se compatível com as negativas formuladas em Khartum. E acrescentou, convidativamente, que essa solução política era necessária como medida intermediária até o momento em que os árabes, rearmados com material bélico soviético, pudessem reiniciar a guerra. Enquanto isso, as organizações terroristas andavam ocupadas matando e fazendo explodir prédios israelenses junto às linhas de cessar-fogo. Seu efeito sobre a segurança de Israel era incômodo mas marginal. Nem elas nem as ameaças de Nasser induziriam Israel a abrir mão das novas condições de sua segurança exceto pela maior promessa e visão de uma paz genuína. O monarca jordaniano e os líderes palestinenses árabes mostraram uma inclinação maior para explorar as condições de um acordo de paz. Não obstante ocasionais tensões, um contato normal entre judeus e árabes através de toda a Palestina ocidental tornara-se possível desde a guerra de junho. Os negócios costumeiros da vida cotidiana atenuaram os rancores implantados por anos de propaganda hostil. Se os governos árabes estavam impedidos de negociar a paz, não era impossível que Israel e a comunidade palestinense árabe se ajustassem a relações viáveis. Mas o transcendente problema das relações entre os países soberanos da região continuaria a desafiar a imaginação e a habilidade política dos líderes do Oriente Médio.

O que quer que o futuro reservasse, os acontecimentos de junho de 1967 prometeram a Israel uma amplitude maior de esperança do que antes parecera possível. Se não pudesse ainda alcançar a paz poderia ao menos tolerar sua ausência e aguardar seu advento com mais segurança.

Pós-Escrito à Guerra de 1967

Houve algo de fortuito nas circunstâncias imediatas que levaram à Guerra dos Seis Dias. Alguns historiadores mencionarão o bloqueio dos Estreitos de Tirã como sua "causa" principal. Outros salientarão a decisão do governo sírio de ativar por infiltração terrorista o conflito relativamente passivo. Todos atribuirão um importante papel à ação da União Soviética instigando o Egito a mobilizar suas forças e pressionar Israel no sul. A verdade é que essas eram apenas as centelhas incendiárias. Acontecimentos históricos têm uma estrutura mais ampla do que a imediata da qual parecem ter nascido. O contexto da guerra de 1967, como o de suas duas predecessoras, deve ser procurado na total hostilidade e negação que marcou a política árabe para com Israel. Enquanto prevalecesse essa hostilidade acumulada, como numa fogueira encharcada de ga-

solina, o motivo específico da conflagração era uma questão de acaso e momento. As guerras mundiais não foram "causadas" por Sarajevo e Dantzig, mas pelas emoções e alinhamentos internacionais dos quais derivaram. Analogamente, uma guerra árabe-israelense estava destinada, mais cedo ou mais tarde, a surgir de uma situação de beligerância, hostilidade e não-reconhecimento. Essas considerações inspiraram a decisão de Israel de não aceitar nada menos que a paz. A estrutura inflamativa teria de ser sistematicamente desmontada.

Israel na Comunidade Mundial

No limiar de sua terceira década Israel já havia lançado profundas raízes na comunidade das nações. Nos primeiros anos sua posição internacional fora diminuta e frágil. As Nações Unidas tinham dado sanção ao seu nascimento. Depois recuaram de qualquer esforço para mantê-lo vivo. Por muitos meses apenas um pequeno número de governos manteve relações com ele. Em maio de 1949 sua admissão às Nações Unidas confirmou sua personalidade jurídica e abriu as portas para ingresso em outras organizações internacionais. Num sentido legal foi esse um ato mais decisivo que a desentendida recomendação de 1947. Mas até 1960 um único primeiro-ministro (U Nu, da Birmânia) arriscara-se à desaprovação árabe fazendo uma visita oficial a Israel. Não havia povos, e poucos eram os governos, cuja atitude espontânea para com Israel não seria confiante e benévola, não fora pelo concorrente bombardeio de um rancor árabe que estabeleceu a hostilidade a Israel como preço da amizade árabe. Nenhum governo de consciência poderia pagar integralmente esse preço. Mas a própria disposição de fazer negócio em tão odioso mercado corrompia as verdadeiras relações de Israel com o mundo.

Os primeiros amigos de Israel incluíam as nações mais fortes. Os Estados Unidos demonstraram uma constância geral de apoio, drasticamente interrompido apenas pelo conflito de 1956. Nenhuma outra relação trouxe a Israel tal enriquecimento e segurança durante duas décadas. Lembranças de imigração e pioneirismo, de origens democráticas e afinidade espiritual, deram um fundo cavalheiresco a essa relação. Mostraria ela sua força mais significativa no período subseqüente à Guerra dos Seis Dias. Se Israel houvesse sido derrotado, o compromisso americano teria perdido sua credibilidade em toda parte e uma aguda crise moral teria convulsionado a vida americana. Após a guerra os Estados Unidos esforçaram-se grandemente para ajudar Israel a construir um futuro mais estável que seu passado. A atitude americana foi menos

ares de superioridade, chamam de "outro Estado do Oriente Médio". As raízes e o meio geográfico de Israel são mais antigos que, e tão autenticamente médio-orientais como, os dos árabes; mas Israel não será qualquer "outro". Será ele mesmo, e absolutamente específico. Responde à diversidade natural e não à homogeneidade espúria do Oriente Médio. A questão é se a região pode recapitular seus momentos mais elevados, quando judaísmo, cristianismo, Islã, helenismo e civilização romana eram todos considerados como parte de sua herança acumulada. Pois ser do Oriente Médio não implica ser árabe ou muçulmano. Não é ofensa à tradição do Oriente Médio que uma soberania não-árabe e não-muçulmana viva e floresça no lar original da lembrança e do pensamento hebreus. A questão não é a de se Israel modificará sua natureza especial, e sim se os árabes chegarão a um acordo com Israel assim como ele é.

Duas Décadas Belicosas

Não houve qualquer indício de resposta positiva durante as primeiras duas décadas de Israel. Os governos árabes continuaram encarando o aparecimento de Israel como um desastre temporário que, mais cedo ou mais tarde, seria liquidado. Os Acordos Gerais de Armistício firmados em 1949 com o Egito, Jordânia, Síria e Líbano comprometiam todos seus signatários à renúncia definitiva da guerra e ao respeito pelas linhas de armistício até que pudessem ser substituídas, num tratado de paz, por fronteiras permanentes. Esses acordos destinavam-se a ser entendimentos *de facto* que primeiro se cristalizariam para mais tarde desabrochar numa paz formal. Mas após o choque de sua derrota em 1948, os governos árabes renovaram sua tentativa de acabar com Israel. Não há, na moderna história internacional, precedente para uma tão ampla e diversificada hostilidade. Os governos árabes organizaram um boicote econômico de âmbito mundial, numa tentativa de negar a Israel acesso aos mercados e fontes de abastecimento mundiais. Na diplomacia internacional contestaram a posição de Israel como Estado soberano. Negaram-lhe o direito de drenar os pântanos de Huleh ou de utilizar qualquer parte do rio Jordão que corre 104 quilômetros em seu território. Procuraram persuadir outros governos a não estabelecer relações com Israel. Opuseram-se ao seu ingresso em organizações internacionais. Asseveraram o direito dos refugiados árabes de "retornar" a Israel independentemente da vontade ou segurança deste. Tentaram impedir Israel de adquirir armas. Mantiveram uma constante campanha de vitupérios e ataques verbais.

oscilante e menos dependente de pressões internas do que os árabes estavam dispostos a acreditar.

A União Soviética, após três ou quatro anos de fidelidade, passou, nos primeiros anos da década de 1950, a um apoio acrítico da causa árabe. Isso, mais que qualquer outra coisa, impediu as possibilidades de uma reconciliação árabe-israelense. Os motivos da URSS derivavam de seus cálculos na Guerra Fria. Os países árabes eram candidatos mais prováveis a uma atitude antiocidental que o democrático Israel. Em meados da década de 1960 Israel empreendeu esforços para consolidar seus laços com a Europa Oriental. Quando esses esforços estavam dando alguns frutos, especialmente na Romênia, a Guerra dos Seis Dias acarretou uma ruptura com todas as capitais comunistas exceto Bucarest e Havana. Mas a política antiisraelense de Moscou causou profundos exames de consciência e muita dissensão no mundo comunista, especialmente na Tchecoslováquia. Não era inconcebível que a URSS, pressionada por essa opinião, encontrasse o caminho de volta para uma relação mais realista com um Estado que era manifestamente uma parte permanente da realidade do Oriente Médio. Mas dois fortes fatores agiam contra essa perspectiva. A política soviética havia sido orientada por conceitos quantitativos. Quatorze países árabes são uma arena mais tentadora na competição das Grandes Potências que um solitário Israel. E a visão soviética de Israel nunca deixou de ser distorcida por uma vista imbuída de preconceitos a respeito de qualidades e valores judaicos.

A Grã-Bretanha, em suas relações com Israel, passou com típico pragmatismo da hostilidade inicial para uma amizade que tinha muitas raízes históricas e sentimentais. Em laços comerciais, e afinidades políticas e sociais, Grã-Bretanha e Israel estavam estreitamente emaranhados a despeito de ocasionais desavenças. As instituições parlamentares jurídicas de Israel refletiam a imagem de uma tradição britânica e a experiência absorvida durante os anos do Mandato. Com a retirada britânica de suas posições no mundo árabe surgiu uma tendência para julgar as relações com Israel por seu próprio mérito e não como função ou conseqüência da política britânica em relação aos países árabes.

A França foi o esteio de Israel durante mais de uma década. As relações França-Israel evocaram uma forte mística pública em ambos os países. A preponderância de equipamento francês nas forças armadas de Israel teve um poderoso efeito emocional sobre a juventude do país. A robusta visão de específica individualidade nacional de Charles de Gaulle parecia torná-lo um defensor nacional da causa de Israel. A retórica

nacional em ambos os países tomou a constância dessa amizade como uma premissa incontestada. Houve, portanto, uma nota pungente no súbito colapso de apoio que assinalou a atitude francesa em relação ao transe de Israel na Guerra dos Seis Dias. As asperezas das observações do Presidente De Gaulle em sua entrevista coletiva de novembro de 1967 avivaram a ferida. Mas havia, nos dois lados, suficiente fé e tenacidade para manter vivas as lembranças, e a simpatia pública por Israel na França nunca diminuiu.

O esforço de Israel para consolidar sua posição na Europa colocou o país frente a frente com a angustiante necessidade de ajustar suas relações com a República Federal da Alemanha. O primeiro momento decisivo deu-se em setembro de 1952 com a assinatura, pelo Chanceler Konrad Adenauer e o ministro do Exterior Moshe Sharet, de um Acordo de Reparações sob o qual a economia de Israel seria enriquecida de 850 milhões de dólares nos quinze anos seguintes. Mais de um bilhão de dólares foram pagos pela República Federal como restituição pessoal a vítimas da perseguição nazista, muitas delas em Israel. Por trás dessas ações estava uma idéia moral. O que o povo judeu havia perdido e sofrido estava além de qualquer remédio ou consolação. Mas a sobrevivência judaica ainda podia triunfar na medida em que o poder de Israel fosse reforçado. A seriedade e precisão com que a Alemanha Ocidental cumpriu esses contratos causaram uma forte impressão na opinião judaica e mundial. Em 1965, quando o Chanceler Erhard estabeleceu relações diplomáticas com Israel, o movimento para a normalização foi intensificado. O governo de Israel — sob Ben Gurion, Sharet e Eshkol — autorizando essas medidas demonstrou coragem política diante de forte discordância. Em fins de 1968 era idéia aceita no mundo judeu que as relações entre Bonn e Jerusalém haviam desenvolvido uma inerente dignidade bem como um conteúdo profundamente construtivo. Sobre essas fundações Israel avançou rumo a laços mais estreitos com a comunidade européia.

O progresso mais espetacular nas relações exteriores de Israel deu-se com os países em desenvolvimento. Em fins de 1968 Israel havia estabelecido trinta representações diplomáticas na África e assinado vinte acordos de cooperação. Peritos israelenses estavam também trabalhando na América Latina, onde uma calorosa amizade política desabrochara nos primeiros anos de luta e solidão de Israel. A "presença israelense" era um elemento estimado no desenvolvimento de países no Sudeste Asiático, área do Caribe e bacia do Mediterrâneo. Nenhum outro país do tamanho de Israel teve uma participação tão substancial no esforço para fechar a brecha entre

Nos escritos e na caricatura era Israel retratado como um monstro verminoso e de nariz adunco, digno somente de extermínio físico. Não há uma só imagem, frase ou adjetivo do vocabulário nazista que a propaganda árabe, dirigida do Cairo, não tenha adotado e difundido na sua guerra política contra Israel. Os viciosos Protocolos dos Sábios de Sião foram formalmente endossados por Nasser. O assassinato de seis milhões de judeus pelos nazistas foi alternadamente negado e aplaudido. A oposição política a Israel incorporou-se a uma ampla ideologia antijudaica. Comunidades judaicas em países árabes foram ou perseguidas ou expulsas. As calúnias de assassinato ritual acham-se mais abundantemente representadas na literatura nacionalista árabe do que jamais o foram no anti-semitismo europeu. A própria existência de Israel foi retratada na política e nos escritos árabes como um crime cuja única expiação estava no seu desaparecimento.

Houve ocasiões em que parecia possível conter esse ódio veemente sem irromper numa guerra geral. Israel teria preferido prosperar em paz com seus vizinhos. Mas foi também capaz de prosperar sem isso. Por trás do escudo de fortes defesas militares, com um olho vigilantemente fixo nas fronteiras hostis, Israel prosseguiu em seu trabalho. As ameaças árabes de destruição de Israel pareciam, por vezes, se ter tornado mais retóricas ou ritualísticas do que operantes. Mas em duas ocasiões a belicosidade explodiria em guerra.

Em ambos os casos a causa motivadora e a ocasião inflamativa foram fornecidas pelo Presidente Nasser, do Egito. Subira ele ao poder em 1953. Fez da hostilidade a Israel o ponto de reunião para unir o mundo árabe em torno de seu estandarte. Seu método era gritantemente hegemônico. Todos os países do Oriente Médio e grande parte da África eram, segundo sua concepção, vassalos do Cairo. O ódio a Israel foi o lema unificador. Sua crença em sua própria propaganda nem sempre foi imaculada. A torneira da instigação antiisraelense às vezes deixava escorrer suavemente, outras vêzes esguichava em profusão. A doutrina anti-Israel de Nasser era um meio, não um fim. Mas foi levado adiante e expresso com tal constância que raramente havia uma oportunidade para estabilidade regional prolongada.

Em 1953-1956 foi planejada uma nova técnica para exprimir a hostilidade árabe em relação a Israel. Terroristas (*fedayeen*) foram treinados e organizados para infiltração em Israel, onde executavam assassinatos e atos de sabotagem. Em 1956 as incursões tornaram-se particularmente intensas. Sua gravidade foi realçada por um maciço programa egípcio

as nações adiantadas e as em desenvolvimento. Além de suas qualidades humanas, tinha esse empreendimento uma profunda implicação política. O retrato de Israel como um artificial intruso "colonial" havia sido tranqüila mas energicamente rejeitado pelo mundo anticolonial. A hostilidade árabe ia-se tornando isolada nos continentes onde o nacionalismo árabe esperava a maior resposta à sua pressão e influência. Para Israel havia uma especial exaltação na oportunidade de tomar parte num empreendimento humano e social fora de suas fronteiras. Um senso de vocação internacional agia contra o provincialismo e o egocentrismo.

Assim o esforço para excluir Israel da comunidade internacional fracassou não menos decisivamente que a tentativa de destruí-lo por guerra. Com sua bandeira tremulando em embaixadas e consulados numa centena de países, com acordos contratuais ligando-o a organizações regionais na Europa, América e Ásia, com participação ativa nas agências internacionais multilaterais, e uma ressonante voz nas discussões das Nações Unidas, era Israel uma sólida realidade política. Entre os países-membros das Nações Unidas mais de trinta eram menores que Israel em população, mais de cinqüenta mais jovens em soberania, e mais de oitenta dotados de menor renda média *per capita*. Todos esses progressos foram alcançados a despeito de um desafio persistente e vociferante. Os paradoxais resultados da hostilidade árabe encontraram expressão vívida na consolidação diplomática de Israel. Se este não houvesse sido molestado e atacado, é duvidoso que se tivesse sentido obrigado a desenvolver uma tão vasta rede de relações internacionais. Seus adversários foram, e não de uma só maneira, os arquitetos de nova força. Os países árabes não podiam contar com a comunidade mundial em seu esforço para ocasionar a destruição de Israel. Se buscassem esse objetivo, teriam de fazê-lo sozinhos, dentro dos estritos limites de seu próprio poder e eficiência.

A intensa atividade internacional de Israel foi sempre tolhida por uma restrição crucial. Em parte, devido ao seu próprio espírito independente, e em grande parte por causa da cautela de outros países, não tinha Israel alianças militares. A proteção física do Estado pertencia ao domínio autônomo da responsabilidade nacional. Israel dava grande valor a simpatias internacionais. Mas conselhos dados a distância sobre como estar seguro sem resistir às agressões árabes foram recebidos com robusto ceticismo. Popularidade era importante; estar vivo, porém, era mais importante do que ser popular. Um Israel enfraquecido e vulnerável atraía mais afeição que um Israel forte e resistente. A diplomacia israelense via-se

de armamento, e pela confiscação dos interesses internacionais que sempre haviam controlado o Canal de Suez. Alianças com a Síria e Jordânia sob comando egípcio deram a Israel uma sensação de cerco. O adversário estava se tornando mais forte. Pressionava por todos os lados. Expulsava ou subjugava com pleno êxito as influências internacionais e regionais que lhe barravam o caminho. E negava a Israel a elementar segurança de vida. Em fins de outubro de 1956 Israel rompeu o anel que se fechava à sua volta. Não estava só. A França fora alienada com a ruptura pelo Cairo de sua posição na Argélia. A Grã-Bretanha, sob a liderança de Anthony Eden, foi levada à resistência pela tomada do Canal de Suez, que parecia colocar sua economia e comunicações cruciais em mãos hostis. A necessidade de impedir a dominação do Oriente Médio por Nasser havia sido um tema constante em discussões entre Jerusalém e Paris, e posteriormente entre Paris e Londres. A convergência não foi acidental. Enquanto tropas israelenses sob o comando do General Moshe Dayan avançavam pelo Sinai para romper o bloqueio no Golfo de Akaba e expulsar o exército egípcio de Gaza, forças britânicas e francesas ocupavam a área do Canal de Suez. Os dois governos justificaram sua ação com a excêntrica explicação de que visavam a impedir hostilidades na área do Canal.

O poder de Nasser viu-se então ameaçado de extinção. Uma política internacional decidida poderia ter traduzido a tensão numa tentativa séria de estabelecer uma paz permanente. A oportunidade foi desperdiçada. Os Estados Unidos, irritados com a independência da ação britânica, francesa e israelense, juntaram-se à União Soviética para pressionar seus amigos e aliados. Grã-Bretanha e França retiraram-se do Canal de Suez, que reverteu a controle unilateral egípcio. Seu fracasso marcou o fim de sua influência independente no Oriente Médio e teve um forte impacto sobre suas políticas internas. Israel mostrou-se mais obstinado. Recusou-se a completar a retirada de suas forças até que tivesse assegurado a presença de uma Força de Emergência das Nações Unidas que deveria garantir a passagem livre no Golfo de Akaba e um controle internacional em Gaza, que fora o trampolim para ataques terroristas. A Israel foi assegurado, especialmente pelos Estados Unidos e França, que essas disposições permaneceriam em vigor até o momento em que seu término não levasse a uma renovada beligerância por terra e mar. A associação da resistência de Israel com o empreendimento britânico e francês prejudicou, no choque inicial, sua posição política. Quando, porém, as justificativas de sua ação foram desemaranhadas

numa situação difícil diante da tensão entre a busca solitária da segurança e uma constante ambição por apoio internacional. No diálogo direto e concreto com povos e governos Israel prosperou mais do que no litígio com países árabes em choques de fronteira. Além do meio regional imediato, podia Israel contar com um interesse internacional de âmbito mundial.

As fontes desse fascínio eram complexas e, às vezes, contraditórias. Nos países mais ricos não havia mística de luta. Havia um sentimento cansado de que tudo fora feito e que não havia mais nada de grande a realizar. A vida não tinha um sentimento rapsódico. A atmosfera israelense de perpétuo movimento lembrava às velhas sociedades seus dias mais jovens. Por outro lado, os países em desenvolvimento extraíam um vicário consolo do rápido crescimento de Israel e seu desafio ao monopólio científico das grandes potências. Assim alguns admiravam Israel pelo que já realizara, outros pelo que ainda tinha a fazer. Israel era invulgar não só pela violência da hostilidade que o rodeava, mas também na profundidade e extensão das afeições que evocava.

Liderança e Instituições: A Nova Geração

No seu vigésimo primeiro ano Israel estava deixando para trás a era dos pioneiros. A tocha estava sendo passada adiante. Não tardaria que a maioria da população consistisse naqueles que não tinham lembrança dos primeiros anos quando tudo se achava mergulhado em dúvida e labuta. As principais figuras da Guerra da Independência recuavam no crepúsculo.

A transição foi assinalada em 1963 pela súbita retirada do primeiro Primeiro-Ministro, David Ben Gurion. Como Herzl e Weizmann nas épocas sionistas precedentes, ele havia dominado e ofuscado seus contemporâneos políticos. Mas enquanto Herzl lidara com uma idéia visionária e Weizmann com um complexo organismo pré-Estado tateando em busca da maturidade, Ben Gurion pôs sua poderosa imaginação histórica a agir sobre as questões pragmáticas da construção do Estado. Quando a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim ele percebeu e dramatizou a perspectiva de uma nova dispensação. Fora ele um ardoroso adepto da partilha desde os dias do Relatório Peel. Acreditava ser possível então arrebatar um Estado de uma série de circunstâncias súbitas. Incluíam estas a esmagadora força moral da angústia judaica, o declínio do poderio britânico e a qualidade autônoma da vida do judaísmo palestinense. Não era essa uma opinião particularmente solitária ou original. Um Estado Judeu em parte da Palestina repre-

sentava a opinião geral sionista. Tinha apoio respeitável no mundo político, inclusive na própria Grã-Bretanha. Mas levá-la avante contra oposição árabe e inércia internacional exigia que fosse enunciada, representada e organizada com convincente pugnacidade. A tendência natural de Ben Gurion não estava, porém, na habilidade política internacional, onde seus métodos estridentes e abrasivos eram calculados mais para desconcertar do que para impressionar. Seu talento estava principalmente na capacidade de animar a vontade nacional e criar fatos israelenses sólidos e firmes que, por sua vez, poriam um peso decisivo na balança internacional. Foi ele uma força imensamente galvanizadora, emitindo centelhas de vitalidade em todas as direções.

A maior obra de Ben Gurion foi improvisar e equipar uma força de defesa — que posteriormente desabrocharia no vitorioso exército de Israel. Após isso exerceu suas funções de primeiro-ministro de um modo distintamente carismático, dando ordens para tudo, desde a política de defesa até questões tais como ciência, educação, sintaxe hebraica, e história bíblica, na qual seu apaixonado zelo parecia compensar as deficiências de talento especializado. Ocupou na consciência nacional uma área maior que a estritamente exigida por seu cargo; e sua presença baixa, atarracada, robusta e explosiva parecia simbolizar as novas qualidades israelenses numa época em que não havia tempo para equívocos e a corrida pertencia aos que fossem rápidos. Gozava da confiança geral, especialmente entre a juventude; e, no entanto, o eleitorado, com toda sua veneração, absteve-se cautelosamente de dar maioria ampla a qualquer partido por ele dirigido. Sentia-se que ele extrairia o máximo de qualquer autoridade que lhe fosse dada, e por isso era preciso não lhe dar demais. Em sua orientação da política internacional de Israel sua conduta era fascinadoramente complexa. Tinha tempo somente para esforços que prometessem resultados reais e rápidos. Resolveu o recalcitrante problema árabe ignorando-o, e concentrou toda sua atenção naquelas forças que no mundo se achavam, pelo menos teoricamente, disponíveis para reforçar Israel.

Por trás de um comportamento picante e uma retórica desafiadora, nutria uma apreciação essencialmente moderada e realista das potencialidades de Israel. Em 1949 retirou-se do Sinai setentrional para não se expor a resistência armada britânica e desagrado americano. Envolveu-se na campanha do Sinai de 1956 após um período de cautela cética, e só quando se sentiu seguro de apoio contra ataque aéreo às cidades israelenses. Dois dias após anunciar que Israel jamais abandonaria o território ocupado ou permitiria que tropas

estrangeiras nele entrassem, proclamou a evacuação de Israel em favor das tropas das Nações Unidas. Os Estados Unidos e a União Soviética o haviam exigido, e ele não viu outro caminho senão atender. De algum modo conseguiu dar a essa prudente retirada a impressão de um audacioso avanço. Seu povo perdoou-lhe esses caprichos, pois compreendia as inevitabilidades da vida internacional. Sua imensa autoridade interna permitiu-lhe avançar ou recuar num amplo campo de arbítrio. Depois dos espetaculares acontecimentos de 1956 não poderia, obviamente, haver exibições brilhantes durante algum tempo. Na ausência de grandes empreendimentos para estimular seu interesse, seu senso de prioridades tornou-se frustrado e diminuído. Tendia a acentuar animosidades pessoais e partidárias dentro da nação além de sua real medida de gravidade. Parecia disposto a considerar soluções pacíficas para problemas internos ou pessoais somente se nenhuma outra solução se achasse disponível. À medida que transcorriam os anos e a sociedade israelense passava da inocência patriótica para uma maior sofisticação, surgiu um crescente desejo de escapar do controle paternalista. Estava-se grato pela liderança heróica de Ben Gurion; mas também se queria tentar a nova experiência de respirar sozinho. Em 1962 ele surpreendentemente definiu o futuro moral de Israel como dependendo de se um erro crasso de segurança em 1954 deveria ser investigado por um comitê judiciário designado pelo Gabinete, ou por um comitê ministerial com assistência jurídica. Havia muito a dizer pelos dois lados da questão, e em sua maior parte foi dito, repetidas vezes, em excessivo prolongamento. O que a maioria não podia aceitar ou perdoar inteiramente era o grau de prioridade e preocupação que seu líder dava a uma questão de importância secundária sobre a qual a opinião jurídica se achava nitidamente dividida.

Por baixo desse caso secundário havia causas mais profundas. Ben Gurion estava num estado de alheação em relação aos seus contemporâneos na liderança do Partido Trabalhista. Tornara-se impaciente com o Parlamento a ponto de virtualmente boicotar suas sessões; e parecia encontrar na rotina do Gabinete pouca coisa merecedora de consideração profunda. Voltou-se para o passado. Escreveu longos capítulos de história moderna israelense num espírito nostálgico e com ele próprio firmemente no centro. Havia então um tom de despedida. Em abril de 1963, quando Egito, Síria e Iraque anunciaram uma de suas periódicas "federações" de papel, Ben Gurion reagiu, em cartas a uma centena de governos, com um alarma apocalíptico que contrastava fortemente com sua tradicional

confiança. Chegou então a duvidar abertamente se após ele o Estado poderia continuar existindo. Quem mais poderia levá-lo avante? Certa manhã, em junho de 1963, abruptamente renunciou. Para sucedê-lo recomendou seu ministro das Finanças, Levi Eshkol, a quem depois disso começou a injuriar com uma implacável e excessivamente reiterada violência. Eshkol evitou os maneirismos carismáticos de seu predecessor, mas revelou-se capaz de conciliar conflitos no movimento trabalhista, que ele ajudou a unificar, e no Gabinete, que conseguiu ampliar. Demonstrou também um controle enérgico e criador sobre os órgãos de segurança, dos quais cuidou e que preparou para as provas que adviriam. Iria posteriormente conduzir uma grande e oportuna resistência militar e um tenaz esforço para traduzir a vitória numa nova segurança e paz. Seu humanismo provinha de uma tradição de sionismo russo e pioneirismo israelense.

Ben Gurion esteve hesitante a respeito da entrada na Guerra dos Seis Dias, que ele não acreditava pudesse ser ganha por um governo no qual não confiava. Após a guerra mostrou seu velho realismo ao proclamar — mais claramente do que quase todos os outros — que uma verdadeira paz era mais importante do que indefinidos ganhos territoriais. Um ardoroso espírito de luta por vezes embaraçava sua visão de homens e acontecimentos em seu país; mas sempre encarava o mundo com um olhar lúcido e equilibrado.

Muitas tragédias humanas são auto-infligidas. Isso se aplica especialmente à maneira como Ben Gurion deixou o leme de Israel. Mas a lembrança e o reconhecimento por sua liderança vigorosa durante a maior parte dos primeiros quinze anos de Israel viveriam na memória e na gratidão da nação muito depois de os dias rixosos terem saído da mente. Ninguém punha em dúvida ser ele uma figura moldada numa forma grande e heróica.

Aguda controvérsia interna agitou Israel a partir de 1963. A Guerra dos Seis Dias foi um dos mais belos momentos de Israel; mas os dias que a precederam estiveram politicamente entre os menos nobres. Houve, em maio de 1967, algumas tentativas perturbadoramente resolutas para fazer de Eshkol e seus associados, mais do que de Nasser, o principal alvo da fúria e desconfiança israelenses. Após algumas manobras de integridade e gosto duvidosos, foi estabelecida uma ampla coligação trazendo todos os partidos sionistas para o governo e deixando a oposição desnuda. O resultado foi bem melhor do que o processo que levou ao mesmo. Israel enfrentaria suas grandes decisões abrigado por uma irresistível unidade nacional.

Os conflitos que se agitavam em torno do problema da liderança foram os sintomas de uma causa mais geral de descontinuidade no crescimento nacional. Os velhos valores não eram mais incontestados. A nobreza simples do *kibutz* ia-se tornando obscurecida pelas transigências hedonistas da vida urbana. O igualitarismo era corroído por uma crescente diferença em níveis de vida. A busca sensual de satisfações individuais não era mais rejeitada. Mesmo no *kibutz* e no *moshav* os luxos de ontem tornaram-se as necessidades comuns de hoje. A ortodoxia social foi contestada. Solidariedades sionistas eram impacientemente desprezadas. Jovens israelenses punham em dúvida sua identidade como judeus e seus laços particulares com a Diáspora. Uma vez que sionismo, socialismo, paz, igualitarismo, altruísmo e um certo grau de ascetismo pioneiro haviam sido as qualidades típicas israelenses, seu eclipse parcial ou total deixaria atrás de si um vácuo espiritual. Surgiu então uma tendência para reagir, com constrangimento, à idéia utópica de considerar Israel um povo "especial" onerado com um destino sombrio e elevado. Muitos jovens escritores e pensadores optaram, em vez disso, por uma descansada normalidade. O objetivo era ser como outras nações, livre do encargo e graça particulares da eleição divina. Na luta política as fraquezas humanas estavam em tão grande evidência como em qualquer outra parte, e jornais de grande circulação e estridente chauvinismo refletiam a imagem da nação em sua expressão menos atraente. Educadores e analistas sociais divergiram sobre o grau que a descontinuidade havia atingido. Tratava-se de tendências permanentes ou reações superficiais a sítio e perigo? Estava Israel deixando de ser uma nação judaica e um Estado sionista?

Esses angustiosos debates foram varridos pela Guerra dos Seis Dias como se fora um vento súbito e revelador. Na hora de perigo houve um rápido retorno às antigas visões unificadoras. Uma possante e impetuosa solidariedade tomou conta do mundo judaico. Judeus israelenses e da Diáspora voltaram a encontrar-se, reciprocamente e a si mesmos, e se regozijaram na mútua descoberta. A crise de valores era obviamente menos aguda e drástica do que parecera antes. Tornou-se evidente que o Israel moderno ainda lembrava os fundadores da nação quanto aos ideais que acalentava e os sonhos que trazia mais próximos do seu coração. Israel seria ostensivamente um país como os outros — de cidades, automóveis, grandes hotéis, computadores, televisão, campanhas eleitorais violentas, e realismo tecnocrático. O pensamento israelense, em alguns setores, parecia por vezes possuir uma ênfase preponderantemente militar e desprezar a velha busca do intelectualismo e

espiritualidade. Irrompeu até uma escola de pensamento que desdenhava abertamente o próprio ideal de paz e harmonia regional. Mas esses mesmos perigos foram redimidos pela intranqüilidade criadora que evocaram no próprio país. Ainda havia uma corajosa esperança de que esse povo, uma vez liberto do temor pela sua sobrevivência, insistiria em ser expresso, representado e dirigido em termos dos valores humanos que inspiraram seu nascimento. Pois embora dilemas e problemas externos sobre ele se amontoassem, a questão fundamental a respeito do Estado de Israel prendia-se à sua qualidade interior. A resposta dependeria de o futuro de Israel poder chegar a acordo com seu passado. Afinal de contas não é tão simples ser o herdeiro do legado judeu e não se manter fiel às suas visões mais profundas. Para Israel o mais grave de todos os perigos seria viver dentro de seus estreitos limites geográficos em vez de nas dimensões mais vastas de sua história e cultura. Entre os dois pólos do universalismo judeu e do particularismo nacional, procurou Israel um ponto de equilíbrio e reconciliação.

A prova mais severa dizia respeito à futura situação jurídica e territorial. Havia uma determinação unânime de não voltar ao regime de armistício e suas vulneráveis "linhas de demarcação". Por outro lado, a corrente central de opinião israelense, com amplo apoio do mundo judeu, recusou-se a excluir a perspectiva de uma paz negociada, substituindo linhas de cessar-fogo por fronteiras territoriais aquiescidas, garantindo uma segurança maior, e a manutenção de um poder judeu de decisão e controle. Essa posição média, salvaguardando a posição internacional de Israel, sua identidade judaica, e sua perspectiva de uma definitiva harmonia regional, foi violentamente atacada por uma ruidosa minoria que advogava um permanente regime de força, aceitava guerras cíclicas como sendo o destino nacional de Israel, e professava acreditar que um Estado poderia perdurar com quase metade dos seus cidadãos opostos aos seus objetivos, alienados de cultura, e apoiados em sua dissidência por dezenas de milhões de pessoas em países vizinhos.

O debate atingiu a própria essência e o propósito da existência de Israel. Foi, porém, deturpado por uma tendência para considerar a configuração territorial do país como um critério solitário e supremo, ignorando os problemas paralelos de sua composição humana, disposição espiritual, singularidade judaica, e sua pungente mas imorredoura paixão pela paz. Em fins de 1968 estava o governo israelense firme em sua decisão de manter a situação de cessar-fogo até que a paz fosse alcançada, bem como em sua recusa de frustrar a paz por compro-

missos unilaterais e irrevogáveis com concepções espartanas e anexações indiscriminadas. Aos aspectos seculares desse diálogo sobrepunham-se problemas morais. A questão era a de se procurar ou não uma solução judaica; isto é, uma solução em que o respeito por princípios e um instinto para eficiência pudessem ser associados numa união coerente. Se decisões equilibradas pudessem ser tomadas e pacientemente mantidas, Israel poderia aguardar um futuro mais longo que seu passado, inspirado por uma visão nova e ampla — uma esperança contínua nutrida por contínuas realizações.

Reflexões Sobre o Destino Judaico

No contexto mais amplo de sua condição de pôvo o judaísmo do século XX enfrenta o mesmo dilema que em sua aurora. A tensão está entre o universal e o particular, entre matéria e espírito, entre quantidade e qualidade. A influência do judaísmo sobre a vida e o pensamento da humanidade não tem relação com o número de seus adeptos ou suas realizações em qualquer domínio do poder temporal. Sua vocação tem sido antes a de preservar e desenvolver uma intensa vitalidade de espírito. Religião, filosofia, literatura, ciências, sistemas políticos e idéias morais foram todos profundamente agitados pelas correntes do pensamento judeu. A extensão universal dessa influência é tanto mais notável se refletirmos quão pouco foi feito para forçá-lo sobre outros povos. O judaísmo nunca foi levado através de oceanos e continentes por potentados conquistadores, resolvidos a converter os "infiéis" ao seu conceito exclusivo de verdade. Tem ele sido a fé de um pequeno povo, estreitamente unido, que se contentou em difundir seus valores pelo exemplo, e não por um ativo proselitismo. As idéias judaicas seriam primeiramente vindicadas e expressas na vida da nação que lhes deu origem. Só depois foram oferecidas, e não impostas, à humanidade. A transmissão do legado hebreu age não por debates abstratos e sim pelos efeitos ilustrativos de uma história nacional. Há também uma disposição de espírito hebraica. É, naturalmente, mais fácil colocar Isaías, Maimônides, Iehudah Ha-Levi, Saadiah Gaon e Bialik numa moldura judaica do que atribuir Spinoza, Freud, Marx e Einstein a um contexto judeu. E, no entanto, há algo de hebraico na concentração de mentes judaicas, em todas as épocas, nas questões fundamentais de finalidade e ordem nos padrões da natureza e na vida do homem. A preponderância de judeus nos movimentos de liberalismo político e pesquisa científica tem algo a ver com a busca judaica de auto-expressão individual e de alguma explicação unificadora da ordem natural e humana.

Alguns autores têm afirmado ver uma contradição entre os elementos particularista e universal no judaísmo. Arnold Toynbee declara dogmaticamente: "É impossível cumprir uma missão universal conservando ao mesmo tempo uma característica separada dentro de um grupo familiar exclusivo." Sua idéia é a de que o judaísmo não pode cumprir seu destino de tornar-se uma religião universal a não ser que, e até que, os judeus renunciem à forma nacional de sua identidade comunitária distinta em benefício do cumprimento de sua "missão universal". Mas essa "impossibilidade" é exatamente o que o povo judeu conseguiu. É, de fato, o fio central em toda a tapeçaria da sua existência. Uma situação histórica pode ser singular sem ser anormal. Um robusto senso de identidade não impediu esse povo de enviar as repercussões de sua influência bem longe aos oceanos da história universal. Quando o Israel histórico é mais persistentemente distinto é que sua vocação universal se amplia. A lição da História é clara. Não há salvação ou significação para o judeu exceto quando visa alto e permanece firme em sua autêntica estrutura de valores. A essência de sua condição de povo está bem resumida na definição de nacionalidade de Ernest Renan:

> Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Possuir uma glória comum no passado, uma vontade comum no presente. Ter feito grandes coisas conjuntamente, desejar faze-las de novo — essas são as condições para a existência de uma nação.

ÍNDICE DE NOMES

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

R

S

T

U

V

W

Z

ÍNDICE DE ASSUNTOS

GLOSSÁRIO ETIMOLÓGICO

DE

NOMES DA HISTÓRIA JUDAICA

por **SALOMÃO SEREBRENICK**

Topônimos, antropônimos, pseudônimos, siglas, e nomes de obras, títulos, cargos, organizações, movimentos, doutrinas, estabelecimentos, festas, costumes, preceitos e objetos rituais.

SUPLEMENTO DA "HISTÓRIA DO POVO DE ISRAEL"
DE ABBA EBAN

RIO DE JANEIRO / 1973

PREFÁCIO

"Yes, names are important in Judaism. It is no coincidence that we are descendants of Shem."

ELIE WIESEL

Este GLOSSÁRIO, que compreende 666 verbetes, tem como principais finalidades:

- Satisfazer a natural curiosidade humana pelas origens das coisas; em particular — a curiosidade judaica pela explicação da origem dos nomes próprios que figuram na quadrimilenar história do povo de Israel.
- Complementar o entendimento de certos fatos da história judaica, pois os nomes próprios refletem freqüentemente os movimentos ideológicos, as migrações humanas, as agitações sociais e outros eventos importantes da vida dos povos.
- Fixar uma transliteração suficientemente razoável e coerente dos nomes e dos termos estrangeiros, assim concorrendo para se pôr fim ao arbítrio reinante na matéria, onde cada um usa a grafia que lhe apraz (P. ex.: Hanuká, Hanucá, Khanuká, Khanukah, Khanucá, Chanucá, Chanucah e Hhanucá; Kibbuzzim, Kibutzim; Ídich, Iidiche, Ídish, Iddich e Yiddish; Dibuk e Dibbouk; Israel e Yisrael; Yom-Kipur, Yom-Kippur e Yom-Quipur).
- Dirimir dúvidas quanto ao gênero de certas palavras (P. ex.: **o** ou **a** Bar-Mitzvah; **o** ou **a** Knésset; **o** ou **a** Galut).
- Fazer o esclarecimento diferencial de certos termos afins, cuja significação correta escapa comumente aos que os empregam (P. ex.: hebreu, israelita, israeli, israelense, israelítico, judeu, judeense, judaísmo, judeidade, judaicidade; kibutz, kevutzah, moshav, moshavah).

*
* *

Nos casos de existência de grafias variantes, todas aceitáveis ou pelo menos toleráveis, devem ser preferidas as formas que figuram nos títulos dos verbetes, sendo que as variantes encerradas dentro de colchetes não se recomendam.

Foi adotado o seguinte critério de transliteração:

- Para a letra de grafia estrangeira correspondente ao digrama CH em português, não usar nem *CH* nem *X*, e sim *SH*.
  Exs: SHALOM, SHEMÁ, SHLOSHIM
  e não *Chalom, Chemá, Xemá, Chlochim.*

- Para as letras hebraicas "khaf" e "khet", bem como para a russa X, não usar nem *CH* nem *H*, e sim *KH*.
  Exs: KHUPAH, KHUMASH, KHARKOV, KHASSID, KOKHBA e não *Chupah* ou *Hupah, Chassid* ou *Hassid, Harkov* ou *Charkov, Cohba* ou *Cochba.*

- Para a letra hebraica "hei", usar o H em respeito à tradição e para caracterizar a grafia original.
  Exs: HAGADAH e não *Hagadá, Agadah* ou *Agadá,* HASKALAH e não *Haskalá, Askalah* ou *Askalá.*
  Só usar o Á quando no hebraico não houver o "hei", como SHEMÁ, GUEMARÁ.

- Para a letra hebraica "tzade", usar *TZ* e não *TS* nem *Z.*
  Exs: ÉRETZ, TZÁDIK
  e não *Érets, Érez, Tsádik* ou *Zádik.*

- Para as letras C, K e Q, que aparecem em grafias estrangeiras, usar sempre o *K.*
  Exs: HASKALAH, KNÉSSET, AKABA
  e não *Hascalah, Cnésset, Acaba* ou *Aqaba.*
  Excetuam-se as palavras já aportuguesadas, como CABALA, CANAÃ, CARAÍTAS.

- Para a letra russa "tché", usar *TCH* e não *TSH* nem *CH.*
  Exs: TCHERTÁ, KAMTCHATKA
  e não *Tshertá* nem *Chertá,* ou *Kamchatka* e *Kamtshatka.*

- Não usar as letras Y e W, e sim *I* e *V.*
  Exs: IÓM, DUBNOV
  e não *Yom, Dubnow.*

- Não usar letras dobradas.
  Exs: KIBUTZ, SÍDUR, KIPUR
  e não *Kibbutz, Siddur, Kippur.*

- Não usar o digrama *ZH* e sim a letra *J.*
  Exs: JITÓMIR, JITLOVSKY,
  e não *Zhitómir, Zhitlovsky.*

- *Exceção Geral*:
  Tolerar os casos já consagrados.
  Exs: CHAIM, ABBA, HEBROM.

A

AARÃO. Do hebraico *AHARON*: *Montanhês*. Variantes: *ARÃO, AHARÃO, AHARON*, [*ARON* e *AARON*].

ABA. Aramaico e hebraico: *Pai; papai.* (ABÁIE: *Paizinho*). Variante, em inglês: *ABBA*.

ABDIAS. Do Hebraico *OBADIAH*: *Servo de Deus*. De *ÉBED* — *Servo; escravo* ou *OBED* — *Trabalhador* e *IAH* — *Deus*.

ABIGAIL. Hebraico: *Cujo pai é alegre. Meu pai é alegre. Pai da alegria.* [*Pai da glória*].

ABIMÉLEC. Do hebraico *ABIMÉLEKH* (ou *AVIMÉLEKH*): *Pai do rei. Rei pai.* Variantes: *ABIMÉLEK, ABIMÉLEKH* e *AVIMÉLEKH*.

ABINADAB. Hebraico: *Pai generoso; pai espontâneo.* De *AV* — *Pai* e *NADOV* — *Doar*. Variantes: *AVINADAV* e [*ABINADAV*].

ABNER. Hebraico: *Pai da luz* (*AB*: *Pai* e *NER*: *Vela*). Variante: *AVNER*.

ABRAÃO. Do hebraico *ABRAHAM* (ou *AVRAHAM*): *Pai da multidão*. Segundo a Bíblia, o primitivo nome do patriarca era *ABRAM*: *Pai elevado; ilustre.* Deus mandou que ele passasse a chamar-se *ABRAHAM* porque ia ser pai de muitas gentes. Variantes: *ABRAHÃO, ABRAHAM*, [*ABRÃO* e *ABRAM*].

ABSALÃO. Do hebraico *AVSHALOM*: *Pai da paz*. De *AV* — *Pai* e *SHALOM* — *Paz*.

ACAB. Do hebraico *AKHAB* (ou *AKHAV*): *Irmão do pai.* [*O irmão é pai*]. Variantes: *ACABE, AKHAB*, [*AKHAV, ACHAB* e *AHAB*].

ACAZ. Do hebraico *AKHAZ*: *Possuidor. Segurador.* Variantes: *AKHAZ*, [*ACHAZ* e *AHAZ*].

ACAZIAS. Veja *AKHAZIÁHU*.

ACRE. Do hebraico *AKO*. [Talvez de *IKUB*: *Obstáculo*]. Chamada *AKKA* pelos egípcios e árabes, *PTOLEMAIDA* (ou *PTOLEMAIDES* ou *PTOLEMAIS*) no tempo dos Ptolomeus, passou a *S.JOÃO D'ACRE* depois que Jerusalém foi tomada por Saladino e os cavaleiros da ordem de S. João se transportaram para *AKO* e lá ergueram uma magnífica igreja (em 1229). Não se deve usar a grafia *ACRA*, que foi nome de uma fortaleza de Jerusalém e que hoje designa a capital de *GANA*. Variantes: *AKO, AKKO* e [*ACO*].

ADÃO. Do hebraico *ADAM*: *Homem* (humanidade), de *ADAMAH*: *Terra* (já que, de acordo com a Bíblia, Adão foi feito de terra). Há quem derive do verbo *ADAM*: *Tornar vermelho; ser vermelho* (porque o pó da região onde teria sido formado Adão era vermelho).

ADONAI. Hebraico: *Meus senhores; meu Senhor. Deus.* Uma das pronúncias do tetragrama *IHVH* (Iavé, Jeovah).

ADONIAS. Do hebraico *ADONIAH*: *Deus é meu senhor.* De *ADON* — *Senhor* e *IAH* — *Deus*.

ADOSHEM. Aglutinação das palavras *ADONAI* e *HA-SHEM*, usada na liturgia para evitar a pronúncia direta do nome de Deus.

AFEK. Possivelmente do hebraico (de origem árabe) *OFEK*: *Horizonte* (planície), ou de *AFIK*: *Leito de rio* (várzea). Variante: *AFEQUE*.

AGADAH. Hebraico: *Lenda; conto.* Parte da literatura talmúdica que abrange: histórias, crônicas, provérbios, instruções morais. Variante: *AGADÁ*. (Confronte com *HAGADAH*). (Veja *HALAKHAH*).

AGAR. Do hebraico *HAGAR*: *Fugitiva; peregrina. Estrangeira.* De *HAGUER*: *Emigrar*.

AGÊNCIA JUDAICA (*JEWISH AGENCY*). Organismo re-criado em Zurique, no ano de 1929, a título de representação oficial do povo judeu para tratar da administração da Palestina Judaica e da Supervisão de suas relações com a judeidade mundial e com a Potência Mandatária (Grã-Bretanha). A *AGÊNCIA JUDAICA* foi no referido ano ampliada ("*JEWISH AGENCY FOR PALESTINE*"), passando a contar com a participação de líderes reconhecidamente não-sionistas. (Veja *SOKHNUT*).

AGEU. Do hebraico *KHAGAÍ*: *O festejado; solene; festivo; alegre.* De *KHAG*: *Festa*. Variante: [*HAGI*].

AGRIPA. Do latino *AGRIPPA*: *Parto difícil*. De *AEGRE* + *PARTOS*. (Dava-se o nome *AGRIPA* aos meninos que nasciam com apresentação de pés, tornando difícil o parto).

AKABA. Golfo do Mar Vermelho. Possivelmente do hebraico *AKEB*: *Calcanhar; salto. Vestígio.* Ou de *IKBAH*: *Pegada; rasto.* (Dada a conformação do golfo, ou por ser ele um "vestígio" do Mar Vermelho). O golfo de Akaba é também chamado Golfo de *EILAT*. Variante: [*ACABA*].

AKHAZIÁHU. Hebraico: *Deus o possui. Deus é possuidor. Aquele que se prende a Deus.* De *AKHAZ* — *Segurar* e *IAH* — *Deus*.

AKHDUT AVODAH. Hebraico: *União dos Trabalhadores* (*AKHDUT*: *União* e *AVODAH*: *Trabalho*). Movimento socialista sionista fundado na Palestina em 1919.

AKHIAH. Hebraico: *Irmão de Deus: Deus é meu irmão.* De *AKH* — *Irmão* e *IAH* — *Deus*. Variantes: *AIAS* e [*AHIAS*].

AKHIMÉLEKH. Hebraico: *Meu irmão é rei.* (*AKH* — *Irmão* e *MÉLEKH* — *Rei*).

AKIBA. Ou *AKIVA*. Talvez do hebraico *AKIV*: *Coerente; conseqüente.* Ou *Seguidor*, de *AKEB* — *Calcanhar; rasto.*

ALÁ. Nome de Deus entre os muçulmanos. Do árabe *AL-LAH*: *Adorado*, da raiz *ÁLAHA*: *Adorar*. Variante: [*ALAH*].

ALCIMO. Do grego *ALKIMOS*: *Forte; valente.* Usado por alguns como correspondente a *ELIACIM* ou *ELIAKIM*.

ALCINO. Abreviação de *ALCINOO*. Do grego *ALKINOOS* (*ALKÉ*: *Força* e *NOÓS*: *Espírito*): *De espírito forte.* Usado por alguns como correspondente a *ELIACIM* ou *ELIAKIM*.

ALCORÃO. Nome do livro sagrado dos muçulmanos. Do árabe *AL-KURAN*: *A leitura* (por excelência). *O que é* (ou *deve ser*) *recitado.* Variantes: *O CORÃO* e *CORÃO*.

ALEXANDRE. Do grego *ALEXANDROS*: *O que repele os homens* (inimigos). De *ALEXO*: *Repelir; defender* e *ANÉR, ANDRÓS*: *Homem*.

ALIAH. Hebraico: *Ascensão*. Designação dada à migração para Israel. A palavra também designa a invocação para ler o rolo da Lei na Sinagoga durante o culto. É, ainda, aplicável o sentido de *sobrado, andar superior.* (Neste caso, usa-se a expressão *ALIAT-GAG*).

ALILAT-DAM. Hebraico: *Calúnia do sangue.* Calúnia — numerosas vezes surgida ao longo da His-

tória — de supostos assassínios praticados por judeus para uso do sangue cristão com fins rituais. O mais antigo caso importante de *ALILAT-DAM* foi registrado na Inglaterra na véspera do *Pessakh* de 1144, quando, nas proximidades de Norwich, foi encontrado morto um garoto de nome Guilherme. O caso mais famoso, no século XIX, foi o de Damasco, em 1840, e, no século XX, foi o de Mêndel Béilis, em Kiev, na Ucrânia, no ano 1911.

AL-KUZARI. *O Kazar*. Título de um trabalho filosófico escrito por *IEHUDAH HA-LEVI* (na forma de um diálogo entre um sábio judeu e o rei dos Cazares), e no qual o autor defende a base racional do judaísmo. (Em hebraico, o título é: *HA-KOZARI*).

ALLIANCE ISRAELITE UNIVERSELLE. Organização fundada em Paris, no ano de 1860, tendo como nome hebraico *KOL ISRAEL KHAVERIM* (*Todos os judeus são companheiros*) e como sigla **KIAKH**.

ALMÔADAS. Do árabe *AL-MUHADUN*: *Os unitários* (monoteístas).

ALMORÁVIDAS. Do árabe *AL-MURABITUN*: *Os eremitas* (politeístas).

AMALEC. Do hebraico *AMALEK*: *Povo lambedor* (*MELUKAK*: *Lambido*), ou de *MALAK*: *Torcer o pescoço; decapitar. Amputar membro*; donde: *Povo decapitador* (os amalecitas teriam usado praticar amputações nos prisioneiros). O nome *AMALEC* também representa o "povo de Amalec", isto é, os *AMALECITAS* ou *AMALEKITAS* ou [*AMALEQUITAS*]. Variantes: *AMALEK* e [*AMALEQUE*].

AMEN. Hebraico: *Amém* ou *ámen*. A palavra é formada pelas iniciais de *EL MELEKH NEEMAN*: *Deus, Rei Fiel*.

AMORAÍM. Hebraico: *Professores*. Doutores intérpretes da Mishnah. Seguiram-se aos *TANAIM* e foram os autores da *GUEMARÁ*. É plural de *AMORÁ*.

AMÓS. Hebraico: *Carregado, que traz carga; trazido. Forte; alegre*.

AMSTERDAM. Holandês. Grafias holandesas primitivas: *AMSTELDAM*: *Dique* (*DAMM*) *do Amstel* (nome do rio que passa pela cidade) e *AMSTIRLDAM*. Variantes: *AMSTERDÃ, AMSTERDÃO* e [*AMESTERDÃO*].

ANA. Do hebraico *KHANAH*: *Graciosa*. De *KHEN*: *Graça*. Variante: *HANAH*.

ANANIAS. Do hebraico *KHANANIAH*: *Amado de Deus. Perdoado por Deus*. De *KHANAN*: *Perdoar. Doar; prendar*. Variantes: *KHANANIAH* e [*HANANIAH*].

ANANO. Do hebraico *KHANAN*: *Amado. Perdoado*. Variantes: *KHANAN*, [*HANAN* e *ANAN*].

ANTÍOCO. Do grego *ANTIOCHOS*: *Firme na resistência ou o que vai de carro contra* (o inimigo). De *ANTI*: *Contra* e *OCHÓS*: *Tenaz; firme* ou *ÓCHOS*: *Carro*.

ANTÍPATRO. Do grego *ANTIPATROS*: *O que substitui o pai*. De *ANTI*: *Em vez de* e *PATER, PATRÓS*: *Pai*. Variante: *ANTIPATER*.

ANTI-SEMITA. *Inimigo dos semitas*. *SEMITAS*: família étnica do Oriente Próximo que compreende os hebreus, os assírios, os arameus, os fenícios, os árabes. Os povos semitas são considerados descendentes de *SEM*, primeiro filho de Noé. Na linguagem corrente, o termo "anti-semita" restringe-se quase exclusivamente aos judeus.

ANUSSIM. Hebraico: *Forçados*. Plural de *ANÚS*. O termo aplica-se aos judeus da península ibérica convertidos ao cristianismo à força. Variante (sinônimo): *KAFUIM*. (Veja *MARRANO*).

APÓCRIFOS. Livros escritos pelo judaísmo helenístico e não incluídos no *TANAKH* (Bíblia judaica). Assim chamados por não serem considerados autênticos. Foram preservados pela Igreja Cristã. Em hebraico chamam-se *SEFARIM KHITZONIM* (*Livros Externos; Seculares*).

ARÁBIA. De uma raiz semítica que sugere a idéia de *deserto*. Em hebraico, *ARABAH* ou *ARAVAH* significa: *deserto; estepe*. Arábia, em hebraico, é *ARAB*.

ARAM. Hebraico: *Alto; elevado*. É nome de homem e também de uma região da Síria e da Mesopotâmia. Variantes: *ARÃ* e [*ARAME*].

ARI. Acrossemia de Ashkenazi Rabi Itzkhak (ou, mais corretamente: Adonênu Rabi Itzkhak: *Nosso mestre o Rabi Itzkhak*), pseudônimo de Rabi Itzkhak Luria, também cognominado *ARI HA-KADOSH*: *Ari, o sagrado* (ou, ainda: *HA-ARI HA-KADOSH*: *O Ari, o sagrado*), renomado místico do século XVI em Safed. Quanto ao nome de homem *ARI*, não parece derivar do hebraico *ARI*: *Leão*, e sim do francês *ARY*.

ARIEL — Hebraico: *Leão de Deus* (*ARI* — *Leão* e *EL* — *Deus*); [*Leão forte*]. Há quem derive de *HAR* — *Lar* e *EL* — *Deus*, donde: *Lar de Deus* [*Altar de Deus*]. É este o sentido com que o profeta Isaías (29-1) usa *ARIEL* para designar a cidade de Jerusalém. *ARIEL* aparece como: a) nome de homem; b) nome de um ídolo moabita (Reis II, XXIII, 20 e Paralipômenos XI, 22); c) nome de um anjo mau (na *Cabala* e no *Paraíso Perdido* de Milton); d) nome de um espírito do ar (em *A Tempestade* de Shakespeare, e em *Segundo Fausto*, de Goethe).

ARISTÓBULO. Do grego *ARISTOBOULOS*: *Conselheiro excelente*. De *ARISTOS*: *Ótimo* e *BOULÉ*: *Conselho*.

ARMAGEDON — É, provavelmente, o equivalente grego do hebraico *HAR-MEGUIDO*, o distrito montanhoso de Meguido. Lugar em que, conforme profecia de Ezequiel, se daria a destruição final dos exércitos de Gog, após o seu ataque aos judeus. No Apocalipse, Gog é o Anti-Cristo. O termo *ARMAGEDON* é hoje usado como "grande mortandade", "conflito final". Outras derivações: *HAR-MIGDO* — *Sua frutífera montanha*; *IR KHEMDAH* — *A cidade desejável*; *HAR MOED* — *A montanha onde se reúnem os Deuses*.

ASCALÃO. Do hebraico *ASHKALON*: *Emigração*. Em aramaico, *ASHKALTA* significa: *Documento de compra e venda*. Há quem julgue tratar-se de palavra filistéia, de significação ignorada. (Tratava-se de importante centro comercial). Variantes: *ASCALOM, ASHKALON, ASHKELON*, [*ASCALON, ASHQUELÃO* e *ASHQUELON*].

ASHDOD. Possivelmente do hebraico *ESHED*: *Cascata* e *DUD*: *Caldeira*. Donde: *Caldeira da cascata*. Variantes: *ASDOD*, [*ASDODE* e *AZOTO*].

ASHER. Hebraico: *Feliz*. Variante: *ASER*.

ASHKENAZ. Hebraico. Nome do filho mais velho de *GÔMER*, este — filho de Jafé e, pois, neto de Noé. Nome do povo formado pelos descendentes de *ASHKENAZ*, que se localizaram nas proximidades do monte Ararat (Armênia) e que, possivelmente, também emigraram para a Europa ocidental. Na literatura rabínica, a partir do século X, o nome *ASHKENAZ* passou a ser usado para designar os povos germânicos. Variantes: *ASQUENAZ*, [*ASHQUENAZ, ASKENAZ, ESQUENAZ* e *ASCENEZ*].

ASHKENAZI. Hebraico: *Oriundo de ASHKENAZ; judeu setentrional; judeu de origem germânica*. Designação dos judeus não descendentes dos primeiros judeus de Espanha e Portugal. Invariável nos dois gêneros. Plural: *ASHKENAZIM* ou *ASHKENAZIS*. Variantes: *ASHKENAZITA, ASQUENAZITA*, [*ASKENAZITA* e *ASHQUENAZITA*].

ASSEFAT HA-NIVKHARIM. Hebraico: *Assembléia dos Eleitos*. De *ASSEFAH*: *Assembléia* e *NIVKHAR*: *Eleito*. Assembléia formada por representantes do Ishuv (comunidade judaica de Eretz-Israel), no período de entre-guerras, sob o mandato britânico, com o fim de governar a vida interna e desenvolver suas próprias instituições. (Veja *VAAD LEUMI*).

ASSÍRIA. Do hebraico *ASHUR*: *Passo*, ou talvez do babilônio *ASSUR*: *Liso; plano; planície*.

ASSUERO. Do antigo persa *KHSHUVARSHA: Leão rei. Príncipe e cabeça.* Transcrito em hebraico como *AKHASHVEROSH*. É possível que o nome *ASSUERO* corresponda a *XERXES, I.*

ASTAROT. Do hebraico *ASHTORET*, deusa dos sidônios, equiparada a Vênus (*VENUS ASTARTÉIA*), significando *riquezas*, especialmente as provindas do aumento do gado. Deusa da fertilidade. (Há também a designação hebraica *ASHTORET-KARNAIM: Astarté dos cornos.*) Variantes: *ASTARTÉ*, [*ASTARTE, ASTORETE, ASHTAR, ISHTAR, ASTARTÉIA, ASHERAH* e *ASERÁ*].

ATALIA. Possivelmente do hebraico *ATALIAH: Aquela a quem Deus afligiu.* Outras interpretações: *Tempo para Deus. Deus é poderoso. A que peca contra Deus.* Variante: *ATALIAH.*

AV BET DIN. Hebraico: *Pai da Corte* — Vice-Presidente da Suprema Corte em Jerusalém durante o período do 2.º Templo (Presidente: *NASSI*).

AZARIAS. Do hebraico *AZARIAH: Aquele a quem Deus ajudou.*

AZKARAH. Hebraico: *Comemoração.* (Veja *HAZKARAH*).

B

BAAL. Deus supremo dos fenícios e dos cananeus. Em hebraico, *BAAL: Senhor; dono.*

BAAL-SHEM. Veja *KHASSIDISMO.*

BABILÔNIA. Do acádio *BAB-ILU* ou *BAB-ILI: Porta de Deus.* Em hebraico, *BABA: Porta* e *EL: Deus.* Donde o nome que, em hebraico, corresponde a *BABILÔNIA: BABEL* ou *BAVEL.* (*BABEL*, em hebraico, também significa: *confusão*).

BAGDÁ. Do persa *BAG* (ou *BAGA*): *Deus* e *DAD* (ou *DATA*): *Presente; dom.* Donde: *Presente de Deus; dom de Deus.* [É possível, mas inverossímil, a derivação do hebraico: *BAG — Alimento* e *DAD — Úbere.* Donde: *Alimento de úbere*]. Variante: [*BAGDAD*].

BAMIDBAR. Hebraico: *No deserto*: Nome do 4.º Livro do Pentateuco (Números), derivado da 5.ª palavra do seu texto: *BEMIDBAR: No deserto de.*

BAR. Aramaico (e também hebraico): *Filho; filho de.*

BAR-ILAN. Do hebraico *BAR: Filho* e *ILAN: Árvore.* Donde: *Filho da árvore.* Variante: [*BARILAN*]. É adaptação hebraica do nome *BERLIN* (Meir B. Berlin).

BAR-KOKHBA. Do hebraico *BAR: Filho* e *KOKHAB: Estrela.* Donde: *Filho da estrela.* O nome primitivo era *BAR-KOSHEBA*, ou *BAR-KOZEBA*, ou *BAR-KOZIBA*, ou *BEN-KOZIBA.* Seu admirador, Rabi Akiva, mudou-o para *BAR-KOKHBA*, a fim de dar-lhe maior realce. Variantes: [*BAR-KOCHBA, BAR-KOHBA, BAR-COCHBA* e *BAR-COHBA*].

BAR-MITZVAH. Hebraico: *Homem do dever; homem da boa ação. Sujeito às leis; obrigado a cumprir os mandamentos.* A expressão encerra dois conceitos: 1) O jovem judeu, ao completar 13 anos, é um *BAR-MITZVAH.* A partir de então, é ele responsável por seus próprios atos e por todos os deveres religiosos de um judeu adulto. É a maioridade. 2) O evento em si e a solenidade correspondente — de recepção do novo membro pela comunidade, podendo incluir festa — também são chamados *BAR-MITZVAH.* No primeiro caso, o termo é evidentemente do gênero masculino; no segundo caso, é feminino. Variante: *BAR-MITZVÁ.* (Por analogia, usa-se a designação *BAT-MITZVAH* para a jovem judia, ao completar 12 anos).

BARUC. Do hebraico *BARUKH: Abençoado.* Variantes: *BARUKH*, [*BARUH* e *BARUCH*]. (O nome *BÓRIS*, freqüentemente usado em correspondência a *BARUKH*, não se vincula a este último; vem do eslavo *BORIS*).

BATSHEBA. Do hebraico *BAT-SHEBA: Filha do juramento.* Variantes: *BETSABÉ, BATSHEVA* e [*BATE-SEBA*].

BEERSHEBA. Do hebraico *BEER-SHEBA: Poço do juramento.* (Foi o poço onde Agar achou água para dar a Ismael, e foi nesse lugar que Abraão jurou aliança com Abimélec). Variantes: *BERSEBA, BERSABÉ, BEERSHEVA* e [*BERSHEBA*].

BEIT HA-MIKDASH. Hebraico: *O Templo de Jerusalém.* De *BAIT — Casa* e *MIKDASH — Santuário.* Donde: *A casa do Santuário.*

BEIT-KEVAROT. Hebraico: *Casa de sepulturas. Cemitério.* De *BEIT — Casa de* e *KEVER — Sepultura*, plural — *KEVAROT.* Variante: *BEIT HA-KEVAROT* (*Casa das Sepulturas*).

BEIT-KHAIM. Hebraico: *Casa da Vida.* Eufemismo significando *cemitério.*

BEIT-KNESSET. Hebraico: *Casa de Reunião. Sinagoga.* Variante: *BEIT HA-KNESSET — Casa da Reunião.*

BEIT-OLAM. Hebraico: *Casa do Mundo; casa da eternidade. Cemitério.* Variante (em aramaico): *BET-ALMIN.*

BELÉM. Veja *BETLÉM.* A forma *BELÉM* é corruptela de *BETLÉM* com queda do *t*, por ser o grupo *tl* contrário ao gênio da língua portuguesa.

BENJAMIM. Do hebraico *BENIAMIN* (*BEN: Filho* e *IAMIN: Direita*): *Filho da mão direita*, isto é, da felicidade. [*Bem amado*]. Existe também a interpretação: [*Filho de meus dias*]. Variante: [*BENJAMIN*].

BERL. Iidiche: *Lobinho.* Diminutivo médio de *BER.* O diminutivo extremo é *BERELE.* (Merece lembrar duas preeminentes figuras do sionismo cujo primeiro nome era *BERL: KATZENELSON* e *LOCKER*).

BERESHIT. Hebraico: *No princípio.* Nome do 1.º Livro do Pentateuco (Gênesis) e 1.ª palavra do seu texto.

BESHT. Veja *KHASSIDISMO.*

BETAR (1). Nome de uma fortaleza. Do hebraico *BET-TUR: Casa da colina.* Outras derivações: [*BET-HAR: Casa do monte* e *BETER: Fratura em rocha; corte*].

BETAR (2). Sigla. Acrossemia de "Brit Iossef Trumpeldor" (*BRIT: Aliança; união; liga*). Organização mundial da juventude sionista-revisionista, fundada em Riga no ano de 1923. O nome é homenagem a Iossef Trumpeldor, que tombou morto quando defendia a colônia *TEL-KHAI.*

BET-DIN. Sinônimo de *SAN'HEDRIN*. *BET-DIN HA-GADOL* — *O Grande Sinedrim*, com a função de interpretar as leis bíblicas e decretar novas *halakhot*, leis. O número de seus membros era de 71, mas o quorum era de somente 23. Em cada cidade de certa importância havia também um *BET-DIN*, mas com apenas 23 membros. Era chamado "pequeno sinedrim" (*SAN'HEDRIN KETANAH*). Para julgar ofensas políticas, havia um sinedrim especial, que conservava o nome grego *SYNEDRION* e não *SANHEDRIN*. Havia ainda: *O BET-DIN SHEL KOHANIM — Corte dos Sacerdotes* e o *BET-DIN SHEL KHASMONAIM — Corte dos Hasmoneus*. O presidente dos "pequenos sinedrins" era chamado *ROSH BET-DIN*: *Cabeça da Corte*. (Veja *SINEDRIM*).

BETEL. Do hebraico *BET-EL*: *Casa de Deus*. Hoje também chamada *BEITIN*. Variante: *BET-EL*.

BETLÉM. Do hebraico *BET-LEKHEM*: *Casa do pão; celeiro*. (Veja *EFRATA*).

BET-SHAN. Talvez do hebraico *BET*: *Casa* e *SHAAN*: *Limitar*. Donde: *Casa da fronteira*. Ou de *SHAANAN*: *Tranqüilo*. Donde: *Casa tranqüila*. Variante: *BET-SHEAN* (*SCYTHOPOLIS*).

BET-SHEARIM. Do hebraico: *BET*: *Casa* e *SHAAR*: *Porta* (Plural: *SHEARIM*). Donde: *Casa das portas*.

BIBLIA DOS SETENTA. Em hebraico: *TARGUM HA-SHIV'IM*: *Tradução dos Setenta*. Em latim: *SEPTUAGINTA*. Tradução da Bíblia para o grego, feita no Egito (Alexandria), no séc. III a.C., por 70 anciãos vindos da Palestina. Desse número é que resultou o nome (mas, na verdade, não foram 70 e sim 72!). A versão latina, feita no séc. IV (na maior parte, por São Jerônimo), chama-se *VULGATA*. Variante: *VERSÃO DOS SETENTA*.

BIBLOS. Agora *JUBAIL*. Desse porto fenício se exportavam os famosos cedros do Líbano e os papiros. Estes passaram a chamar-se *BIBLOS*, daí se originando a palavra grega *BIBLION* para significar "rolo de papiro" e, mais tarde, "livro". O plural de *BIBLION* (isto é, *os livros*) passou a ser usado, em grego, para designar *os livros do velho testamento* traduzidos para o grego (*A SEPTUAGINTA*), daí se originando o nome *BIBLIA* com suas acepção atual.

BILU. Sigla. Acrossemia da frase — Bet Iaakov Lekhu Venelkhah: *"Ó Casa de Jacó, ide e caminhemos!"*, ou *"Casa de Jacó, ponhamo-nos em marcha!"*. Foi o *slogan* dos grupos pioneiros de emigrantes russos para a Palestina (movimento fundado em 1882 na cidade de *KHARKOV*). *BILUIM* (formação imperfeita do plural de *BILU*): designação dos componentes desses grupos de emigrantes. (Plural em iidiche: *BILU'TZES*).

BIROBIDJAN. Região situada no extremo oriental da Sibéria. Com o intuito aparente de criar um território judaico dentro da *URSS*, o governo soviético, após 2 anos de considerações preliminares e mais 6 anos de preparativos, declarou, em 7-5-1934, Birobidjan como Região Autônoma Judaica, estimulando a sua colonização por judeus. A experiência acabou em malogro. O nome é devido aos rios *Biro* e *Bidjan* que banham a região. Variante: *BIRO-BIDJAN*.

BIUR. Comentário de M. Mendelssohn (e colaboradores) — em hebraico com letras alemãs — para a tradução alemã do Pentateuco. Corruptela da palavra hebraica *BEUR*: *Interpretação*.

BNEI-BRIT. Hebraico: *Filhos da Aliança*. Sociedade fraternal judaica, fundada em Nova York em 1843, com objetivos morais, filantrópicos e educacionais. Possui secções (chamadas "lojas", à semelhança das organizações maçônicas) em várias dezenas de países. [A grafia *BNAI-BRIT* e a respectiva pronúncia são condenáveis].

BRIT-MILAH. Hebraico: Ato da circuncisão da criança judia do sexo masculino aos 8 dias de vida. De *BRIT* — *Pacto; aliança* e *MILAH* — *Circuncisão*. Donde: *O Pacto da circuncisão*. É alusão ao pacto de Abraão com Deus. Comumente, usa-se apenas a palavra *BRIT* (ou *BRIS*), tanto para designar o ato em si como a eventual festividade que o acompanha.

BUND. Iidiche: *Liga; união*. Partido social-democrático judaico fundado em Vilna, em setembro de 1897. A princípio, o nome por extenso mencionava apenas os países Rússia e Polônia; em 1901, foi incluída a Lituânia, resultando em "O Bund Operário Judaico Geral na Lituânia, Polônia e Rússia". (Em violento contraste com o partido judaico *BUND*, existiu o *GERMAN AMERICAN BUND* — organização dos alemães dos Estados Unidos — fundado em 1936, com o fim de propagar o nazismo e o anti-semitismo naquele país).

C

CABALA. Ciência oculta. Interpretação misteriosa da Bíblia. Movimento místico judaico. Do hebraico *KABALAH*: *Recebimento*. (Por causa da suposição de que os conhecimentos cabalísticos vêm sendo transmitidos — portanto, *recebidos* — desde Adão ou Abraão, por uma cadeia contínua de iniciados.) O substantivo comum *CABALA* (*conluio; intriga; maquinação*) e o verbo *CABALAR* (*fazer intriga*) têm essa mesma origem e encerram a idéia de mistério e ocultação. Variante: [*KABALA*]. (Veja *ZOHAR*).

CAIRO. Do árabe *EL-KAHIRA*: *A vitoriosa* (capital).

CALDÉIA. Há quem derive de *KHALDIA*, terra do deus *KHALDI*. Outros acreditam que tenha resultado de má transcrição do hebraico *KASDIM*: *Conquistadores* (da raiz semítica *KASSADU*: *Conquistar*), com a conhecida troca do *l* pelo *s* (*KALDI* em vez de *KASDI*). Finalmente, há quem veja uma conexão entre *KASDU* e *KESSED* (nome de um dos sobrinhos de Abraão). (*UR KASDIM*: *A chama dos conquistadores*).

CALENDÁRIO. De acordo com o Pentateuco, o mundo fora criado na primavera, pelo que, no período bíblico, o ano se iniciava com essa estação. Os meses não tinham então nomes específicos, sendo designados apenas numericamente: 1.º, 2.º, 3.º...12.º. Só o 1.º mês é que era também chamado *ABIB* ou *AVIV*. Depois que os judeus voltaram do Exílio da Babilônia, foram adotados os seguintes nomes dos meses (originados em nomes de divindades babilônicas), que prevalecem até hoje: *NISSAN-IAR-SIVAN-TAMUZ-AB-ELUL-TISHRI-KHESHVAN* (ou *MAR-KHESHVAN — gota de Kheshvan*) — *KISLEV-TEVET-SH'VAT-ADAR*. Nos anos de 13 meses, havia o 13.º mês *ADAR SHENI* (*segundo Adar*), sendo *ADAR RISHON* (*primeiro Adar*) o 12.º mês. Além disso, foi então mudado o início do ano, da primavera para o outono, isto é, do 1.º para o 7.º mês, ou de *NISSAN* para *TISHRI*. Mas, mesmo com essa mudança, a seqüência dos meses foi mantida, permanecendo *NISSAN* como o 1.º mês, e o 1.º dia de

NISSAN foi designado como *Ano Novo dos Reis*. Outra alteração introduzida após a volta da Babilônia consistiu em considerar a noite como precedendo o dia.

A ERA CRONOLÓGICA atualmente em uso pelos judeus parte da Criação do Mundo (em hebraico *BRIAT HA-OLAM;* em latim *ANNO MUNDI*), de acordo com os cálculos baseados nas informações do Pentateuco. A diferença para a era Comum é de 3.760 anos. Assim, ao ano 1970 corresponde o ano judaico 5.730, com diferença de alguns meses.

CAM. Do hebraico *KHAM*: *Quente. Queimado pelo sol; negro.* Nome do segundo filho de Noé e antepassado dos Camitas, que incluem os egípcios, os líbios, vários outros grupos da África do Norte e os abissínios. Variante: *CÃO.*

CANAÃ. Nome de homem (filho de Cão) e de região (primitivamente a Síria, depois a parte litorânea da Palestina). Do hebraico *KHANAAN*: *Mercador; negociante.* Como nome da terra prometida por Jeová aos descendentes de Abraão, há quem derive a palavra do hebraico *KENAAN*: *Terra baixa,* ou *deprimida.* Finalmente, pode ser vinculado à palavra hebraica *KANA*: *Submeter.* Donde: *CANAÃ*: *Submetido; terra submetida; terra escravizada.* (Cabe notar que os judeus medievais davam o nome de *CANAÃ* aos países eslavos, com a significação de: "A terra dos escravos".)

CANANEUS. Habitantes de CANAÃ. Em hebraico: *KENAANIM.* (Com este nome, existe em Israel um grupo, pouco numeroso, de jovens intelectuais judeus, que proclamam seu divórcio do povo judeu extra-israelense e do seu passado na Diáspora.) Variante: [*CANAANITAS*].

CARAÍTAS. Seita fundada por Anan Ben David, na Babilônia, no séc. VIII. A princípio, seus adeptos chamavam-se "Ananitas"; depois, passaram a "Caraítas" (em hebraico — *B'NEI MIKRA*: *Filhos da Escritura,* sendo *B'NEI*: *filhos de* e *MIKRA*: *Escritura; leitura;* também são designados, em hebraico, pelo termo *KARAIM*). Sinônimos: *BIBLISTAS, ESCRITURISTAS.* Como designação do movimento, usam-se os termos: *CARAÍSMO, BIBLISMO, ESCRITURISMO.* Os caraítas atinham-se estritamente à Torá. Os seus adversários eram chamados "Rabanitas", isto é, partidários dos mestres talmúdicos (rabinos) Hoje ainda restam cerca de 10.000 caraítas na URSS (Lituânia e Criméia) e 2.000 em Israel.

CASIMIRO. De origem eslava, significando: *Fundador da paz.* Há quem derive do polaco *KAZAT*: *Dizer; ensinar; pregar,* e *MIR*: *Paz.* Donde: *O que prega a paz.* Variantes: [*CASEMIRO* e *CASIMIR*].

CAZARES. Tribo turca que se fixou na região do baixo Volga, formando depois um estado independente, situado ao norte do Mar Negro e do Mar Cáspio. No final do séc. VIII, manifestou-se entre eles um poderoso movimento judaizante, tendo o seu rei Bulan e 4.000 dos seus nobres adotado o judaísmo. Os cazares, dominados por russos e mongóis, foram desaparecendo entre os séculos X e XIII. Variantes: *KAZARES,* [*KHAZARES, KUZARES, CASARES*].

CESARÉIA. Nome de 3 cidades: da Palestina, de Filipe (anteriormente PANEAS) e da Capadócia. Do latino *CAESAREA*: *Relativa a César* (*CÉSAR* — do latino *CAEDERE*: *Cortar,* talvez por ter nascido mediante corte do útero materno). No lugar da antiga Cesaréia (da Palestina) existe atualmente a localidade israelense *KEISSARIAH* (ou *SEDOT-IAM*).

CHIPRE. Do grego *KYPROS*: *Cobre.* Alusão às minas de cobre existentes na ilha. Há quem derive (sem muita base) de *KRYPTOS*: *Oculto,* dada a situação da ilha dentro do recôncavo do Mediterrâneo. (O nome bíblico é: *KHITIN.* Em hebraico, atualmente: *KAFRISSIN.*)

CIRO. Do Persa *KURASH, KURSHU'* ou *KUROS*: *Sol.* Em hebraico: *KORESH.*

COHEN. Veja *KOHEN.*

CÓRDOVA. Cidade da Espanha, fundada pelos fenícios. Do fenício *KARTHA TUBA*: *Cidade grande,* ou de *KARTHA BAAL*: *Cidade de Baal.* Variante: *CÓRDOBA.*

CRIPTO-JUDEU. Veja *MARRANO.*

D

DÃ. Do hebraico *DAN*: *Juiz.* Variante: *DAN.*

DAIAN. Hebraico: *Juiz.* Juiz de uma corte rabínica. Enquanto o rabino geralmente decide sôbre questões de natureza religiosa, o *DAIAN* julga assuntos econômicos e resolve problemas de Direito Civil. Variante: *DAYAN.*

DAMASCO. Do árabe *DIMISHK-ASH-SHAM*: *Sangue da ferida do infeliz,* abreviado, pelo grego *DAMASKÓS* e pelo latino *DAMASCU.* Outras derivações possíveis: Do árabe *DIMESHK*: *Atividade* ou do hebraico *DAMESSEK*: *Suco de sangue,* ou *negócio de sangue.*

DANIEL. Do hebraico *DAN*: *Juiz* e *EL*: *Deus.* Donde: *Juiz de Deus; o que julga em nome de Deus; meu juiz é Deus; julgamento de Deus.*

DAVI. Do hebraico *DAVID*: *Querido, amado. Amigo* [*Manu fortis*]. Variantes: *DAVID* e [*DAVIDE*].

DÉBORA. Do hebraico *DEBORAH*: *Abelha; laboriosa.* Variantes: *DEBORA* e [*DEBORAH*]. (É freqüente entre os judeus o uso do nome *DORA* como variante de *DÉBORA,* mas cabe observar que *DORA* não é forma contracta de *DÉBORA* e sim, provavelmente, um hipocorístico de *DOROTÉIA* ou de *TEODORA.*)

DEGANIAH. Hebraico: *Flor de centeio.* De *DAGAN* — *Centeio; cereal.* Primeira colônia coletiva fundada em Eretz-Israel (no ano de 1909).

DEVARIM. Hebraico: *Palavras.* Nome do 5.º Livro do Pentateuco (Deuteronômio), cujo texto começa assim: *ELE HA-DEVARIM* — *São estas as palavras.*

DIÁSPORA. Dispersão de um povo entre outros povos. Do grego *DIASPORÁ*: *Dispersão.* A palavra correspondente em hebraico é *TEFUTZAH.* O termo *DIÁSPORA* é geralmente aplicado à dispersão dos judeus após a tomada de Jerusalém por Tito. Propriamente, a *DIÁSPORA* é uma dispersão promovida ou mantida voluntariamente, ao contrário do que se dá com o *EXÍLIO,* ou cativeiro (Veja: *GALUT* e *GOLAH*).

DIBUK. Hebraico: *Adesão; colagem.* Mau espírito. De *DAVAK*: *Colar; juntar-se; aderir.* Na terminologia cabalística, *DIBUK* significa o espírito ou a alma que, depois da morte do pecador, transmigra para o corpo de uma pessoa viva e "adere" a ele. Acreditava-se que o *DIBUK* podia ser expulso conjurando o nome divino.

DIN. Hebraico: *Lei.* Decisão autorizada ou observância da Lei Judaica.

DINA. Do hebraico *DINAH*: *A justa. Julgada; vingada. Juízo. Julgadora.* Variantes: *DINÁ* e *DINAH.*

E

EDOM. Nome de *ESAÚ*. Do hebraico *ADOM*: *Ruivo; vermelho*.

EFRAIM. Hebraico. De *FRAH*: *Tornar fértil; multiplicar. Frutuoso; frutífero. Terra dupla; dupla frutificação*. Variante: *EFRÉM* e *EFROM* (esta, para a localidade *EFRÉM*).

EFRATA. Antigo nome de *BETLEM*. Do hebraico *EFRATAH*: *Fertilidade; frutífera*. [*Terra; país*].

EHEIÉ ASHER EHEIÉ. Palavras com que Deus, a pedido de Moisés, revelou a sua identidade para conhecimento dos hebreus (Êxodo III-14). A tradução literal é: *Serei o que serei*, mas geralmente se traduz como *sou aquele que sou*. Entretanto, a forma no futuro é mais correta, pois apresenta Deus como um conceito dinâmico, evolutivo, o que corresponde justamente à ótica judaica.

EILAT. Também grafado *ELAT*, com certa razão, pois na Bíblia (livro de Reis) figura a forma *ELOT*. A localidade *EILAT* é também conhecida como *EZIOM-GEBER* ou *ASIONGABER* (em hebraico: *ETZION GUEBER*), podendo significar: *Homem da lenha* (de *ETZ*: *Lenha* e *GUEBER*: *Homem*). Também se dá o nome de *EILAT* ao golfo de *AKABA* (*MIFRATZ EILAT*). *EILAT* provém possivelmente do hebraico *ELAH*: *Terebinto* (planta). Plural: *ELOT*.

EL. Nome de Deus. Etimologia incerta. O termo ocorre em todas as línguas semíticas. Plural: *ELIM*.

ELAT. Veja *EILAT*.

ELEAZAR. Do hebraico *ELIÉZER*: *Deus é o seu socorro; aquele que Deus socorreu; meu Deus é socorro*. Variantes: *ELIÉZER* e [*ELIEZER*].

ELI. Hebraico: *Meu Deus*. Usado também como hipocorístico de *ELIAS*.

ELIAB. Hebraico: *De quem Deus é pai; meu Deus é pai*. Variante: *ELIAV*.

ELIACIM. Do hebraico *ELIAKIM*: *Que Deus levanta*. [*Ressurreição de Deus*]. Variante: *ELIAKIM*. (Veja *ALCIMO* e *ALCINO*).

ELIAS. Do hebraico *ELIAHU*: *Meu Deus é Iavé; Deus é Iavé; Iavé é Deus*.

ELIMÉLEKH. Hebraico: *Meu Deus é rei. Deus é meu rei*.

ELISEU. Do hebraico *ELISHA*: *Deus é sua salvação; Deus salvante; salvação de Deus*.

ELOAH. Variante de *EL*. Plural: *ELOHIM* (*ELOKIM*). O plural *ELOHIM* tanto significa *deuses, ídolos*, como *Deus* no singular.

EMANUEL. Hebraico: *Deus está conosco*. De *EMANUEL* resultou, por aférese, o nome *MANUEL*. Variante: *IMANUEL*.

ENGEDI. Do hebraico *AIN-GUEDI*: *Fonte do cabrito*. Variante: *ENGADI*.

EPIFÂNIO. Epíteto de Antíoco IV, rei da Síria, e de Ptolomeu V, rei do Egito. Do grego *EPIPHANÉS*: *Visível; ilustre. Deus Encarnado*, através do latino *EPIPHANIU* ou *EPIPHANIOS*. Mediante trocadilho derrisório, aquele rei da Síria era chamado Antíoco *EPIMANÉS* (*o louco*), em vez de *EPIFANES*.

ÉRETZ-ISRAEL. Hebraico: *Terra de Israel*. Nome usado pelos judeus, antes da criação do Estado de Israel, para designar a Palestina.

ESAÚ. Do hebraico *ESSAV*: *Homem feito* (*coberto*) *de peles*. (Veja *EDOM*).

ESDRAELOM. Do hebraico *IZREEL* (através do grego): *Deus é minha ajuda*. Variantes: *JEZREEL*, *IZREEL*, [*JEZRAEL*, *JESRAEL* e *ESDRAELON*].

ESDRAS. Do hebraico *EZRAH*: *Socorro*. Variante: *EZRA*.

ESMIRNA. Do grego *SMYRNA*: *Mirra*. Variantes: *SMIRNA* e *IZMIR*.

ESSÊNIOS. Seita política, religiosa e semimonástica, espécie de confraria espiritual, surgida no final do período do Segundo Templo como reação contra a contenda política e cultural reinante entre os dois partidos *SADUCEUS* e *FARISEUS*. Dos três grupos, os *ESSÊNIOS* constituíram o de menor expressão. Em grego *ESSAIOI* ou *ESSENOI*; em latim *ESSENI*; em hebraico *ISSEIM*, também figurando no Talmude como *TOVLEI-SHAKHARIT* (*os que fazem abluções matinais*) e *KHASSIDIM* (*pios*). Os Livros dos Macabeus mencionam *ASIDAIOI* (*KHASSIDIM — PIOS*). Filon de Alexandria, infundadamente, deriva o termo do grego *OSIOI*: *Santos*. Ainda existem as derivações: do hebraico *KHOSHEN — Peitoral* e do aramaico *KASSIA — Piedoso; temente a Deus*, ou de *ASSIA — Médico*.

ESTER. Hebraico. Transcrição para o hebraico da palavra persa *STARA*: *Estrela; boa sorte; fortuna*. Ester era mulher do rei Assuero da Pérsia. Seu verdadeiro nome era *HADASSAH*: *Murta*. Há quem derive *ESTER* de *ISHTAR*, principal deusa da Babilônia e Assíria (vinculada ao planeta Vênus), correspondente à deusa *ASTARTÉ* da Fenícia.

ETROG. Hebraico (de origem indiana): *Cidra*. Variante: [*ATROG*].

EVA. Do hebraico *KHAVAH* (de *HAVAH*: *Ser, existir* ou *KHAIAH*: *Viver*), através do latino *HEVA*, com eliminação do *H*.

EXILARCA. Veja *ROSH HA-GOLAH*.

EZEQUIAS. Do hebraico *KHIZKIAHU*: *Deus é minha força; a força de Deus; a quem Deus fortalece*. Variante: [*HEZEQUIAS*].

EZEQUIEL. Do hebraico *IEKHEZKEL*: *Deus o fortificará; força de Deus*.

EZION-GEBER. Veja *EILAT*.

EZRA. Veja *ESDRAS*.

EZRA HA-SOFER. Hebraico: *Esdras, o Escriba*, a quem se atribui a redação e mesmo a autoria de uma parte substancial do pentateuco, bem como a instituição do sistema de Sinagogas, onde era lida e comentada a Torah.

F

FARISEU. Do hebraico *PARUSH*: *Separado; dissidente*, isto é, que evita contato com os demais por motivos de pureza ritual. Os *FARISEUS* distinguiam-se pela profunda fé e irrepreensível conduta moral. Cumpriam zelosamente, não só as leis escritas da Bíblia, senão também os costumes e modalidades conservados oralmente, além de procurarem amoldar as leis às exigências novas da vida. Havia entre eles, como inevitável, alguns fingidos (eram chamados *TZEVUIM* — *hipócritas*); mas a generalização da pecha é absolutamente imerecida, e o sentido pejorativo que se atribui ao termo "fariseu" é historicamente injustificável, pois os Fariseus eram, ideologicamente, sinceros e progressistas. Foram, aliás, os precursores dos *RABANITAS*, assim como os Saduceus o foram dos *CARAITAS*. Plural: *PERUSHIM*.

FENICIA. Do grego *PHOINIKIA*: *O país das palmeiras*.

FILISTEUS. Do hebraico *PELISHTIM*: *Povo da Filistia*; [*povo do mar*].

FILISTIA. Do hebraico *PELESHET*: *Espalhada; invadida* (de *PALASH*: *invadir*). *Terra de estrangeiros, de invasores* (vindos presumivelmente da ilha Caftor, ou seja, Creta). Variante: *FILISTEIA*. (Veja *PALESTINA*).

FILON. Do grego *PHILON*: *Amante*. Variante: *FILO*.

FLAVIUS JOSEPHUS. Nome latino de *IOSSEF BEN MATATIAHU HA-KOHEN*, comandante da Galiléia no ano de 67. Tornou-se depois célebre como historiador da vida dos judeus desde os tempos mais remotos até as últimas guerras judeu-romanas. Variante: *FLÁVIO JOSEFO*.

FOSTAT. Subúrbio desaparecido do atual Cairo. Antiga capital do Egito. Do árabe AL-FOSTAT: *A tenda*. Alusão à tenda que no local foi armada por Amr, o general que conquistou o Egito para o califa Omar (em 640 E.C.). Variante: *FUSTAT*.

FRANKFURT. Há duas cidades com esse nome, uma sobre o Meno, outra sobre o Oder. Do alemão *FRANKFURT*: *Vau dos Francos*. Variantes: [*FRANCFORT, FRANCFORTE* e *FRANCOFORTE*].

G

GABRIEL. Hebraico: *Homem de Deus* (*GUEBER*: *Homem* e *EL*: *Deus*).

GAD. Hebraico: *Felicidade; feliz*. Variante: [*GADE*].

GALAAD. Do hebraico *GALEAD* ou *GUILEAD* ou *GUIL'AD*: *Testemunho* (do tratado entre Jacó e Labão); *monte de testemunha* (de *GAL*: *Monte* e *ED*: *Testemunha*).

GALILÉIA. Do hebraico *GALIL*: *Distrito; círculo; região*.

GALUT. Hebraico: *Exílio*. Não deve ser confundida com *DIÁSPORA* (*TEFUTZAH*). (Veja *DIÁSPORA* e *GOLAH*). *GALUT* pode ser usado como masculino — é mesmo preferível pela tradição iídiche — embora em hebraico seja feminino. Plural, em hebraico: *GALUIOT*.

GAMALIEL. Do hebraico *GAMLIEL*: *Recompensa de Deus; minha recompensa é Deus; que Deus retribui*. [*Camelo de Deus*]. Variante: *GAMLIEL*.

GAN-ÉDEN. Hebraico: *Jardim do Éden*. Morada original de Adão e Eva, segundo a Bíblia. Na literatura judaica posterior, o *GAN-ÉDEN* passou a corresponder a *Paraíso*, sendo a morada dos justos após a morte.

GAON. Plural: *GAONIM* ou *GUEONIM*. Título honorífico dado aos presidentes das academias judaicas da Babilônia. Do hebraico *GAON*: *Eminência; gênio; erudito*.

GARIZIM. Do hebraico *GUERIZIM*: *Gafanhotos*. [Há quem interprete *GUERIZIM* como nome de um povo, significando: *Abruptos; desnudados*]. Variantes: *GERIZIM* e *GUERIZIM*. (Veja *SAMARITANOS*).

GAZA. Do hebraico *AZAH*: *A forte*.

GEDEÃO. Do hebraico *GUIDEON*: *O que abate; o que tritura; o que pisa; o que racha*. [*Soldado valente*]. *Talhador de pedra*. (Gedeão era também chamado *IERUBAAL*: *Cidade de BAAL*). Variantes: *GIDEON, GUIDEON* e [*GEDEON*].

GEDERA. Do hebraico *GUEDERAH*: *Estábulo; cercado*. De *GADAR*: *Cercar*.

GENESARÉ. Lago. O mesmo que Mar da Galiléia, Lago de Tiberíades ou Mar de Kinéret. Do hebraico *KINÉRET*: *Pequeno Kinor*, sendo *KINOR*: *Violino; harpa; lira* (dada a configuração do lago). Outra derivação é de *GANIZAR* ou *GUENIZAH*: *Arquivo; ocultação; esconderijo* e *RA*: *Mau*. Donde, *GENESARÉ*: *Proteção do rebelde; ocultação do mau*. O Lago recebeu o nome *GENESAR* ou *GENESARÉ* na época dos Macabeus.

GERAR. Do hebraico *GARAR*: *Arrastar; puxar*. Variantes: [*GARAR, GUERAR* e *GERARA*].

GERSOM. Do hebraico *GUERSHOM*: *Estrangeiro* (*GUER*) *lá* (*SHOM*).

GERSON. Do hebraico *GUERSHON*: *Expulso; proscrito*. De *GUERASH*: *Expulsar*.

GERSÔNIDES. Nome grecizado de *RABI LEVI BEN GUERSHON*, também conhecido pela acrossemia *RALBAG*.

GERÚSIA. Do grego *GERON* — *Velho.* Conselho de representantes da aristocracia que assessorava o Sumo-Sacerdote, em matéria civil, no período pre-Hasmoneano. Era a *MOETZET HA-ZKEINIM* (*Conselho dos Anciãos*).

GESSÉM. Do hebraico *GÓSHEN* ou *GUESHEN*. Interpretações duvidosas: Do hebraico *GUSH*: *Bloco. Terra; poeira*, ou do hebraico *GUESHEM*: *chuva* (dado que se tratava da região fértil). Há ainda quem interprete como: [*Realização*]. Variantes: *GESSEN* e *GÓSEN*.

GEZER. Do hebraico *GUEZER*: *Tora.* [*Cenoura*]. Variantes: *GUEZER*, [*GAZER* e *GAZARA*].

GIBEA. Do hebraico *GUIBEAH*: *Colina.* Variantes: *GUIBEAH* e [*GUIV'AH*].

GILBOA. Do hebraico *GUILBOA*: *Fonte borbulhante.* Variantes: *GUILBOA* e *GELBOÉ*.

GILGAL. Do hebraico *GUILGAL* ou *GALGAL*: *Roda; abóbada; círculo.* Variantes: *GALGAL* e *GUILGAL*.

GÓI. Hebraico: *Povo; nação. Gentio; não-judeu.* No sentido figurado: *Pagão; idólatra; herético; ignorante.* Plural: *GOIM*.

GOLAH. Veja *GALUT*. Variante: *GOLÁ*.

GÓLEM. Hebraico: *Autômato; boneco. Massa amorfa; corpo inanimado. Idiota.* Segundo a lenda, o *GÓLEM*, espécie de robô, era capaz de desempenhar as tarefas que se lhe impunham. Em iídiche: *GÓILEM*. (Veja *MAHARAL*).

GOLIAS. Do hebraico *GOLIAT*: *Desterrado.* [*Descoberto. Transmigração*].

GOMORRA. Do hebraico *AMORAH* (ou *AMRA*): *Conflagração; mergulho. Povo* (*AM*) *rebelde* (*RA*).

GÓSHEN. Veja *GESSÉM*.

GUEDALIAS. Do hebraico *GUEDALIAH*: *Deus é grande.* Variante: *GODOLIAS*.

GUEHINOM. Hebraico: *Inferno.* De *GUE-HINOM* ou *GUEBEN-HINOM*: *Vale de Hinom.* Vale situado a sudoeste de Jerusalém, onde, antes da sua conquista pelos israelitas, crianças eram sacrificadas a *MOLOKH*. A palavra *GUEHINOM* (em português — *GEENA*) tornou-se posteriormente sinônima de *inferno*.

GUEMARÁ. Aramaico e hebraico: *Complemento.* Parte complementar do Talmude, com comentários sôbre a *MISHNAH*. Em hebraico: *GAMOR*: *Terminar; concluir* e *GUEMAR*: *Fim; conclusão.* A compilação da Guemará, iniciada no séc. II E.C., foi feita pelos Amoraim em dois centros: Palestina (Galiléia) e Babilônia. A Guemará da Galiléia foi redigida em aramaico ocidental ou siríaco, tendo sido concluída por volta do ano 400. A da Babilônia foi escrita em aramaico oriental ou babilônico, tendo sido terminada pouco antes do ano 500. (Veja: *MISHNAH* e *TALMUDE*).

GUENIZAH. Hebraico: *Esconderijo; arquivo.* Variantes: *GENIZAH* e *GENIZÁ*.

GUER. Hebraico: *Estrangeiro. GUER* é também usado com o sentido de *prosélito, convertido* (à religião judaica) *por motivos interesseiros.* Quando a conversão é feita puramente por convicção, o prosélito é designado *GUER-TZEDEK* (*justo, genuíno, autêntico*). Comumente, usa-se o têrmo *GUER* para ambos os casos, sem distinção. O processo de conversão chama-se *GUIÚR*. (*GUER TOSHAV*: *Estrangeiro, de outra religião, que reside entre judeus*).

GUET. Hebraico: *Divórcio.* Termo de Divórcio (que o marido entrega pessoalmente à mulher com a declaração formal na presença de testemunhas).

GUETO. Palavra que data do ano de 1516, quando os judeus de Veneza foram segregados num bairro especial conhecido como *GHETTO NUOVO*: *Fundição Nova.* A idéia de vincular o termo *GUETO* à palavra hebraica *GUET*: *Divórcio* (ou *reclusão*) não tem fundamento, embora de certa forma, com a instituição do "gueto", se produzisse um "divórcio" entre judeus e não-judeus. Igualmente, não merece apoio a vinculação com a palavra latina *AEGYPTUS* (Egito). (Pronúncia preferível: *GUÊTO* e não *GUÉTO*).

GUIBORIM. Plural da palavra hebraica *GUIBOR*: *Herói; forte.*

GUISHALA. Do hebraico *GUSH-KHALAV*, sendo *GUSH*: *Porção* (*Terra*) e *KHALAV*: *Leite.* Donde: *Terra do leite.* Hoje é a aldeia *EL JISH. GUISHALA* foi alcunha do patriota extremista *IOKHANAN BEN LEVI*, chefe dos zelotes divergentes de Flávio Josefo na luta contra os romanos (*IOKHANAN* de *GUSH-KHALAV* ou *JOÃO GUISHALA*). Variante: *GISCALA*.

H

HADASSAH. Hebraico: *Mirto.* Organização Sionista Feminina Americana, fundada em 1912. Foi o maior movimento singular judaico nos Estados Unidos no primeiro quartel do século XX.

HAGADAH. Hebraico: *Narrativa.* Aplica-se usualmente ao relato do Êxodo (com muitos enxertos), lido na primeira noite de Péssakh (na Diáspora, é lido nas duas primeiras noites). Veja *AGADAH*. Variante: *HAGADÁ*.

HAGANAH. Hebraico: *Defesa.* Nome completo: *TZVA HAGANAH LE-ISRAEL*: *Exército de Defesa de Israel.*

HAIFA. Do hebraico *KEFA*: *Rochedo* (talvez por alusão ao monte Carmelo), ou do hebraico *KHOF*: *Litoral; costa; praia.* Nome primitivo: *EFA*.

HAIM. Do hebraico *KHAIM*: *Vida.* Variantes: *CHAIM* e *KHAIM*. É interessante lembrar o famoso místico do século XVI, *HAIM VITAL*, que de certa forma adotou como segundo nome (*VITAL*) a tradução do primeiro nome para o português-espanhol-italiano. Freqüentemente, faz-se corresponder o nome *JAIME* ao de *KHAIM*, mas, na realidade, *JAIME* deriva de *IAAKOV* (*JACÓ*).

HALAKHAH. Hebraico: *Lei Oral. Lei; regra. Preceito rabínico. Parte legal da literatura talmúdica, em contraste com a AGADAH, que compreende os elementos não jurídicos.* Literalmente: *Andamento; modo; maneira;* de *HALAKH*: *Andar.* Plural: *HALAKHOT*.

HALUTZ. Veja *KHALUTZ*.

HANAN. Veja *ANANO*.

HARAN. Do hebraico *KHARAN*: *Caverna; cova.* Variante: *HARÃ*.

HA-SHOMER. Hebraico: *O Shomer.* (Veja *SHOMER*).

HASKALAH. Hebraico: *Instrução; educação. Iluminismo; esclarecimento; ilustração.* Movimento em favor da disseminação da moderna cultura européia entre os judeus (especialmente no séc. XIX). Variante: *HASKALÁ*.

HASMONEUS. Do hebraico *KHASHMON*: *Príncipe.* Va-

riante: *KHASHMONEUS*. (Veja *MACABEUS*).

HASSIDISMO. Veja *KHASSIDISMO*.

HA-TIKVAH. Hebraico: *A Esperança*. Nome do hino nacional de Israel.

HATZOR. Possivelmente, do hebraico *KHATZER*: *Pátio, corte*. Variante: *HAZOR*.

HAVLAGAH. Hebraico: *Contenção; autodomínio; autocontrole*.

HAZAN. Veja *KHAZAN*.

HAZKARAH. Hebraico: *Recordação. Prece em honra de um morto. Exéquias*. (Veja *AZKARAH*).

HEBREUS. Do hebraico *IVRIM* ou *IBRIM* (plural de IBRI). Existem várias derivações: a) Descendência de um certo *ÉBER* ou *HÉBER* (filho de Sale, neto de Sem) (Gênese X-21, XI-14); Abraão foi da 6.ª geração depois de *ÉBER*; b) Local de proveniência: a outra margem do Grande Rio (Eufrates; alguns dizem Jordão, erradamente), uma vez que *ÉBER*: *A outra margem; o outro lado; trans-* e *ABAR*: *Atravessar*; c) Vinculação com a tribo nômade *KHABIRO* ou *KHABIRU*, que consta das cartas descobertas, em 1895, em Tel-El-Amarna. (Ninguém associa *HEBREUS* a *ABRAÃO*, embora haja vinculação histórica e semelhança de estrutura entre os dois nomes: *ABRAM* e *IBRIM*).

HEBROM. Do hebraico *KHEVRON*: *Congregação; associação; amizade*. (Na Bíblia, também figura com o nome *KIRIAT-ARBA*: *O arrabalde quatro*). Variantes: *HEBRON* e *KHEBRON*.

HÉGIRA. Do árabe *HIJRA*: *Emigração* (alusão à fuga de Maomé, de Meca para Medina, em 19-6-622).

HERODES. Origem duvidosa. Em hebraico, *HORID*: *Abaixar*, ou *HIRDAH*: *Submeter*. Donde: *O que subjuga*. [Existe a interpretação, não fundamentada: *Dragão em fogo*].

HIBAT ZION. Veja *KHIBAT TZION*.

HILEL. Hebraico: *Louvado; famoso*. De *HALEL* — *Louvar; exaltar*.

HISTADRUT. Hebraico: *Federação; organização*. Nome abreviado de *HA-HISTADRUT 'HA-KELALIT SHEL HA-OVEDIM BE-ERETZ ISRAEL*: *Federação Geral dos Trabalhadores de Israel* (federação sindical fundada em 1920).

HOREB. Do hebraico *KHOREB*: *Colina árida* ou *deserta. Deserto; dessecado*. Variantes: [*HOREBE* e *KHOREB*]. (Veja *SINAI*).

HOVEVEI ZION. Veja *KHOVEVEI TZION*.

HULDA. Do hebraico *KHULDA*: *Ratazana*.

HULEH. Do hebraico *KHOLAH*: *Duna; areal*. Trata-se do Lago *HULEH*. No Talmude é também designado *IAM SAMKHO*: *Mar Samkho*, ao que corresponde a denominação: *LAGO SEMECONITIS* [talvez do hebraico *SAMKHUT*: *Poder; autoridade*]. Hoje: *IAM SUMKHI*. Variante: *HULÉ*.

I

IAH. Hebraico: *Deus*.

IAM-SUF. Hebraico: *Mar dos Juncos; Mar dos Caniços* (*IAM*: *Mar* e *SUF*: *Junco*). No tempo do Êxodo, era considerado parte do Mar Vermelho.

IARKON. Talvez do hebraico *IARAK*: *Verdura; vegetação. Rio Verde*.

IÁRMELKE. Idiche: *Solidéu*, usado durante as orações. Os judeus religiosos usam-na também fora das orações. O termo deriva do russo *IERMOLKA*. Variantes: *IÁRMALKE, IÁRMOLKE* e *IÁRMULKE*. (Sinônimo: *KÁPEL*). Em hebraico: *KIPAH*.

IARMUK. Talvez do hebraico *IAAR*: *Floresta* e *MAKH*: *Pobre*. Donde: *Floresta pobre*.

IAVÉ. É a forma dada modernamente à palavra *JEOVÁ* e considerada como transcrição legítima desse nome por excelência de Deus. Com suas 4 letras *IUD, HÉ, VAV, HÉ* — seja *IHVH* ou *IEUE* — formava o tetragrama sagrado. Designa os três tempos do verbo *ser* na 3.ª pessoa do singular, significando: "o que é, o que foi e o que será". Variantes: *IAHVEH, IAHVÉ, JEOVAH* e *JEOVÁ*.

IAVNEH. Há quem derive do grego *JAMNIA*. [Talvez venha do hebraico *BANAH*: *Construir*]. Variantes: *IAVNÉ, IABNEH* e *IABNÉ*.

IBÉRIA. Nome de uma região da antiga Ásia, junto ao Cáucaso, e da península que compreende Portugal e Espanha. Para este segundo caso, há quem derive do nome do rio *ÉBRO* ou do vocábulo basco *IBARRA* (*vale da corrente*). Mas também há quem tire o nome de *IBRIM* (veja *HEBREUS*). Alega-se que os israelitas, no tempo do rei Salomão, teriam chegado à península ibérica, juntamente com os fenícios, fundando ali uma feitoria. O nome *IBÉRIA* se prenderia então a *IBRIM* ou a *ÉBER*: *O outro lado*, isto é, ilha ou terra do outro lado do Mediterrâneo.

IBN. Árabe: *Filho*. Algumas vêzes escrito *ABEN*.

ICA. Sigla de *JEWISH COLONIZATION ASSOCIATION*, com a substituição do *J* por *I*, a fim de facilitar a pronúncia. Entidade fundada pelo Barão Maurice de Hirsch com a finalidade de ajudar os judeus a emigrar de seus países e a instalar-se no estrangeiro em atividades produtivas. O plano básico visava ajudar os judeus da Rússia e da Romênia a fugir às perseguições e a estabelecer-se em colônias na Argentina. (Em pequena escala, foram também instaladas colônias da ICA no Brasil.)

IDUMÉIA. Do hebraico *EDOM* (terra de Edom), de *ADOM*: *Ruivo; vermelho*. Daí: *IDUMEUS* (*EDOMITAS*): *Habitantes da Iduméia; descendentes de Edom*.

IEHUDAH. Veja *JUDÁ*.

IEKHEZKEL. Veja *EZEQUIEL*.

IÉMEN. Do árabe *JAMAN*: *Direito*. Terra que está *do lado direito* de quem, do Hedjaz (terra do meio), olha para o sol nascente. Em hebraico: *TEIMAN*: *Sul*. Sinônimo: *TERRA DE SABÁ*. Variantes: *IEMEN* e [*IÊMENE*].

IESHIVAH. Escola tradicional judaica dedicada principalmente ao estudo do Talmude e da literatura rabínica. *Academia. Seminário rabínico*. Literalmente, em hebraico, *IESHIVAH*: *Ação de sentar; permanência prolongada*. Variante: *IESHIVÁ*.

IIDICHE. Língua originada na altura do ano 1000 e falada pela maioria dos judeus ashkenazim até a 2.ª Guerra Mundial. Componentes principais: alemão medieval da região do Reno Médio e hebraico, afora substanciais elementos eslavos e alguns franceses e italianos. Derivação: *ID-Juden*, *IIDICHE-Judaico*. Plural: *IIDICHES*.

IOKHANAN. É *JOÃO*. Em hebraico *IOKHANAN*: *Agraciado por Deus; Jeová é gracioso; mercê de Jeová.* [Graça; gracioso; pio; misericordioso].

IOM HA-ATZMAUT. Hebraico: *Dia da Independência.* Refere-se à independência do Estado de Israel, declarada no dia 5 do mês Iar do ano de 5 708 (14 de maio de 1948).

IOM HA-SHOAH VEHA-G'VURAH. Hebraico: *Dia da catástrofe e do heroísmo.* Dia dos mártires. Em memória das vítimas da bestialidade nazista. Cai no dia 27 de Nissan.

IOM HA-ZIKARON. Hebraico: *Dia da Recordação.* É a rememoração dos que tombaram na Guerra pela Independência de Israel. Cai no dia 4 do mês Iar, véspera do *DIA DA INDEPENDÊNCIA*. (É também uma designação, secundária, de *ROSH HA-SHANAH*).

IOM KIPUR. Hebraico: *Dia da Expiação* (dos pecados); *Dia do Perdão.* É o maior dia santificado judaico. Variante: IOM *HA-KIPURIM* (Dia dos Perdões). IOM *KIPUR KATAN*: *Pequeno Iom Kipur.* Designação de cada véspera de início de mês; os crentes jejuam nesse dia.

IORTZAIT. Iidiche: *Aniversário de morte* (de um genitor). O termo implica o "dever" de, nesse dia, reverenciar a memória do falecido. A palavra *IORTZAIT* é habitualmente conservada sem tradução nos textos não iidiches, mesmo nos hebraicos, embora exista a expressão hebraica *IOM HA-PTIRAH*.

IRAQUE. Do velho persa *ARYAKA*: *Terra ariana.* Variante: *IRAK.*

IRGUN TZVAI LEUMI. Hebraico: *Organização Militar Nacional.* Grupo subterrâneo dissidente da *HAGANAH* nos anos que precederam a criação do Estado de Israel.

ISAAC. Do hebraico *ITZKHAK*: *Riu; teve satisfação.* De *TZAKHAK*: *Rir.* Donde: *Filho da satisfação.* Variantes: *ISAC, ISAQUE, ITZKHAK,* [*ITZHAK, IZHAK, IZAK, IZAAK* e *IZAQUE*].

ISAIAS. Do hebraico *IESHAIAH*: *Salvação de Deus; que Deus salva; que Deus salvará.*

IS-BAAL. Do hebraico *ISH-BAAL*: *Homem de Baal.* Variantes: ESHBAAL e ISHBAAL. (Veja *IS-BOSETE*).

IS-BOSETE. O mesmo que *IS-BAAL*. Do hebraico *ISH-BOSHET*: *Homem da confusão*, ou *do opróbrio*, ou *da vergonha.* Variantes: ISBOSET e ISBOSETE.

ISHUV. Hebraico: *Comunidade; núcleo populacional.* Aplicado especificamente à coletividade judaica de *ERETZ-ISRAEL* na sua fase inicial de colonização sionista.

ISLAME. Religião muçulmana. Islamismo. O mundo muçulmano. Talvez se vincule à raiz semítica que significa *paz* ou *integridade*. Há quem derive do árabe com a significação de: Submissão (à vontade de Deus). (O fato de *ISLAME* ser anagrama de *ISMAEL* — de quem se supõe que descendem os árabes — é simples coincidência).

ISMAEL. Do hebraico ISHMAEL: *Deus o ouvirá.*

ISRAEL. Hebraico: *Forte contra Deus; o que luta com Deus; combatente de Deus.* [*Homem que vê Deus*]. Sobrenome que, segundo a Bíblia, um anjo de Deus deu a Jacó depois de uma luta que tiveram e em que o patriarca não foi vencido. Sucessivamente, *ISRAEL* passou a designar: a Palestina; a terra de Israel; o reino formado pelas 10 tribos em distinção do reino de Judá; novamente — depois da volta do cativeiro da Babilônia — toda a nação, sem distinção de tribos; finalmente, a partir de 14-5-1948, o Estado judaico. *ISRAEL* é também a designação coletiva dos judeus. (*B'NEI ISRAEL*: *Filhos de Israel. O povo judeu.*) Finalmente, *ISRAEL* é ainda a designação dada ao judeu que não é *KOHEN* (descendente dos sacerdotes) nem *LEVI* (descendente dos levitas).

ISRAELENSE. Relativo ao Estado de Israel. Natural, ou habitante, ou cidadão, do Estado de Israel.

ISRAELI. Relativo a Israel. Veja *ISRAELENSE.* Plural: *ISRAELIM.*

ISRAELITA. Pessoa pertencente ao povo de Israel. Judeu. Relativo aos judeus. Judaico. Tem também o sentido de cidadão do reino de *ISRAEL*, em diferença do habitante do reino de *JUDÁ*. Variante (adjetivo): *ISRAELITICO.*

ISSACAR. Do hebraico *ISSAKHAR*: *Deus recompensa.*

IVO. Iidiche. Sigla de *IDISHER VISSENSHAFTLEKHER INSTITUT*: *Instituto Científico Judaico.*

IVRIT. Nome da língua hebraica moderna. (Veja *LASHON-KODESH*). É interessante lembrar que, no Talmude, "ivrit" figura como designação do "aramaico" e que, no Tanakh (IIReis XVIII, 26), "iehudit" (língua de Judá) designa o "hebraico".

IZKOR. Hebraico: *Lembrar-se-á. Deus lembrará.* Prece em memória dos mortos. Modernamente, também tem o sentido de: *O povo lembrará os seus mártires*, com alusão às vítimas do genocídio praticado pelos nazistas.

IZREEL. Veja *ESDRAELOM.*

J

JACÓ. Do hebraico *IAAKOB* ou *IAAKOV*: *Que segura o calcanhar. Que suplanta.* Variante: JACOB. Os nomes *JACQUES, JAQUES, JÁCOMO, JACK, JAIME* e *JAMES* são derivados de *IAAKOV.*

JAFA. Do hebraico *IAFEH*: *Belo, IAFAH*: *Bela; luzente* (há rochedos calcários na região); beleza. Nomes antigos: *JOPE* e *JOPÉ*. Variantes: *IAFA, IAFO* e [*JAFFA*].

JAFET. Do hebraico *IEFET*: *Dilatado; que se espalha ao longe; que dilata*, ou de *IAFÉH*: belo. Nome do terceiro filho de Noé e antepassado dos Jafetitas ou Jaféticos, que correspondem aos povos do grupo indo-europeu.

JASÃO. Do grego *IASON* (forma grecizada de *JOSUÉ*). Variante: [*JASON*].

JEBUS. Nome primitivo de Jerusalém. Do hebraico *IEBUS*: *Lugar calcado; trilhado.*

JEBUSEUS. Povo da Palestina. Do hebraico *IEBUSSI*, nome pátrio, de IEBUS.

JEFTÉ. Do hebraico *IFTAKH*: *A quem Deus livra. Abrindo; que abre; ele abrirá.*

JEKIEL. Do hebraico *IEKHIEL*: *Viva Deus.*

JEOIAQUIM. Do hebraico *IEOIAKIM*: *O elevado de Deus* (foi rei de Judá). Variantes: *JEOIAKIM* e [*JEOAQUIM*]. (Veja *JOAQUIM*).

JEORÃO. Do hebraico *IEHORAM*: *Deus é alto, elevado.* (Veja *JORÃO*).

JEOVÁ. Ou *JEOVAH*, ou *JEHOVAH*. Forma cristã do tetragrama hebraico *IHVH*. (Veja *IAVÉ*).

JEREMIAS. Do hebraico *IRMIAH* ou *IERMIAH*: *Que Deus restabelece. Que Deus eleva.*

JERICÓ. Do hebraico *IERIKHÓ*: *Cidade da lua. Cidade dos perfumes.*

JEROBOÃO. Do hebraico *IARABEAM*: *O que aumenta a nação. Cujo povo é numeroso. O que procura o melhoramento do povo.* [*O que combate o povo*]. Variante: *JOROBEÃO.*

JERUSALÉM. Do hebraico *IERUSHALAIM*: *A cidade da paz. Casa ou habitação da paz. Visão ou posse da paz.* [*Visão perfeita. Posse da felicidade*]. Há quem interprete a desinência dual (*AIM*) como traduzindo as duas partes da cidade. Admite-se, igualmente, que o nome Jerusalém deriva do verbo *IARAH*: *Atirar; lançar* (a pedra fundamental) e do Deus semítico *SHALEM*. Nomes anteriores: *JEBUS* (*IEBUS*): *Lugar trilhado* e *SALEM*: *São; inteiro. Paz.* O nome *JERUSALÉM* apareceu depois da vitória de Davi sobre os jebuseus, talvez pela junção de *JEBUS* e *SALEM*, significando: *Morada da paz.*

Há, finalmente, quem veja nas formas gregas *HIEROSALEM* e *HIEROSÓLYMA* o resultado da reunião de *HIERÓS*: *Sagrado* e *SALEM* (ou *SOLIMOS*): *Nome de um povo da Ásia Menor.*

Recebeu dos romanos o nome de Colônia *AELIA CAPITOLINA* após a derrota de *BAR-KOKHBA*. O nome árabe de Jerusalém é *EL-KUDS*: *O santuário; a santa*, e, algumas vezes, *BEIT EL-MAKDES*: *A casa da santidade.*
(Veja *ARIEL*).

JESSÉ. Do hebraico *ISHAI*: *O vivo; o forte; viril.* [*Sendo; existindo*]. Variante: [*IESSAI*].

JESUS. Do hebraico *IESHU*, de *IEHOSHUA* ou *IESHUA*: *Deus é o seu auxílio*, através do latino *IESUS*: *Salvador.* Variantes: *JESU* e, raramente, *JASU* (ocorrentes nos clássicos), sendo *JASU* forma popular.

JEÚ. Do hebraico *IEHU*: *Existente; que é. É Iavé.*

JEZABEL. Do hebraico *IZEBEL*. A origem do nome — que significa: *Ilha, praia; lugar sem habitação. Baal exaltou* — é provavelmente fenícia, pois Jezabel, mulher do rei Acab, era filha de um rei sidônio. Variante: *JEZEBEL.* (*ISABEL* não tem vinculação com *JEZABEL*).

JÓ. Do hebraico *IOB* ou *IOV*, de *EIVA*: *Rancor.* Donde: *Odiado; molestado; atribulado; dolente; gemente; entristecido.* Variante: *JOB.*

JOAB. Do hebraico *IOAB* ou *IOAV*: *Deus é seu pai. Paternidade.* Variante: [*JOABE*].

JOÃO. Veja *IOKHANAN.*

JOAQUIM. Do hebraico *IEHOIAKHIN*: *Preparado por Deus.* (Nome do filho do rei *IEHOIAKIM*). Corresponde-lhe a variante *JECÔNIAS.*

JOÁS. Do hebraico *IEHOASH*: *Fogo de Deus. A quem Jeová congregou.*

JOCABED. Do hebraico *IOKHEVED*: *Deus é a sua glória.* De *IÓ* — *Deus* e *KAVOD* — *Honra; respeito; veneração; glória.*

JOINT. Abreviatura de *AMERICAN JEWISH JOINT DISTRIBUTION COMMITTEE.* Importantíssima agência de amparo e reabilitação, em âmbito internacional, criada (em 1914) e mantida por judeus norte-americanos.

JONAS. Do hebraico *IONAH*: *Pomba. Manso; meigo.*

JÔNATAS. Do hebraico *IEHONATAN* ou *IONATAN*: *Dado por Deus.*

JORÃO. Forma contracta de *JEORÃO.*

JORDÃO. Do hebraico *IARDEN*: *Que desce; que corre* (por causa da forte declividade do seu leito). *Rio do Juízo.* [Há quem derive o nome da existência de dois rios, formadores do Jordão, a seu tempo conhecidos como IAR e DAN].

JOSAFÁ. Do hebraico *IEHOSHAFAT*: *Deus o julga; que Deus julga; Deus é o juiz; juízo de Deus. Jeová julga.*

JOSÉ. Do hebraico *IOSSEF*: *Que Deus ajunta; acréscimo de Deus.* De *ASSAF*: *Reunir* ou *IASSAF*: *Acrescentar* (alusão ao pedido: *que Deus ajunte mais um filho*). Variantes: [*JOSEF, JOSEPH* e *JOSEFO*].

JOSIAS. Do hebraico *IOSHIAH*: *Que Deus consolou; Iavé cura.* [*Sagrado por Deus. Fogo de Deus*].

JOSUÉ. Do hebraico *IEHOSHUA*: *Deus é o seu auxílio; de quem Jeová é o auxílio. Salvação. Deus salvador.* Forma antiga: *JESUÉ.*

JUDÁ. Do hebraico *IEHUDAH*: *Louvor a Deus; louvor. Louvado; exaltado; celebrado.*

JUDAICIDADE. *Qualidade do que é judaico. Comportamento judaico. Grau de identificação com o judaísmo.*

JUDAÍSMO. Conjunto de elementos históricos, culturais e étnicos (com exclusão de raça) — princípios de ética e de fé (fé viva e flexível), costumes, línguas e literatura — acumulados e cristalizados ao longo de quase 4 milênios, e que os judeus adotam, integral ou parcialmente. Como princípios básicos do judaísmo podem ser alinhados:

— O amor ao saber (estudo, instrução);
— O serviço de Deus (reconhecimento de um ser Superior);
— O direito à liberdade (bem supremo do homem);
— A responsabilidade pelos atos praticados;
— A caridade (não como favor, mas como dever, como obrigação, como ato de justiça: *TZEDAKAH*, em hebraico, significa ao mesmo tempo *caridade* e *justiça*);
— O procedimento correto com o próximo.

O termo "judaísmo" é também usado com o sentido de "povo judeu" (veja *JUDEIDADE*) e de "qualidade de judeu" (veja *JUDAICIDADE*).

JUDAS. Derivado de *JUDÁ*, com a desinência grega *s*.

JUDEENSE. Cidadão do Reino de Judá.

JUDÉIA. Do latino *JUDAEA*: *Terra de Judá.* O nome apareceu no tempo dos Macabeus, passando a designar toda a Palestina, a partir de 63 a.C. Em 135, após a derrota de Bar-Kokhba, foi rebatizada para Palestina pelos romanos. *JUDÉIA* também se aplica à parte meridional do país, a fim de distingui-la de *SAMÁRIA*, no centro, e *GALILÉIA* no norte. A distinção entre *JUDÁ* e *JUDÉIA* é de nuança; de certo modo: *JUDÁ* — nome de homem e de *reino* (aspecto político), *JUDÉIA* — nome de *território* (aspecto geográfico).

JUDEIDADE. *O mundo judeu. O povo judeu. O conjunto dos judeus de um determinado território.*

JUDEU. JUDEUS. Nome que, a partir dos Macabeus (ou, segundo outros, a partir da destruição do reino de Israel ou, ainda, a partir do regresso do cativeiro da Babilônia), passou a ser dado aos hebreus. Do hebraico *IEHUDIM* (plural de *IEHUDI*): *Os homens de Judá*, através do latino *JUDAEOS* (povo da Judéia). O nome cabia primitivamente aos súditos do rei de Judá; estendeu-se, na época greco-romana, a todos os hebreus, assim como o nome Judéia passou a aplicar-se a toda a Palestina.

JUDITE. Do hebraico *IEHUDIT*, com várias interpretações: *Judia. Louvada. Confessora* (a que confessa ou afirma a sua fé).

K

KADESH. Hebraico: *Santificar.* Variante: *CADES.*

KADISH. Hebraico: *Oração pelos mortos. Oração dos órfãos.* Prece dos enlutados, escrita em aramaico, com enxertos em hebraico. Os parentes mais próximos (antes de tudo, os filhos homens, especialmente o primogênito) devem proferi-la todos os dias, durante um ano após o óbito. *KÁDISH* também designa *a pessoa que diz a prece* e, finalmente, também significa *herdeiro masculino.*

KADOSH. Hebraico: *Santo; sagrado. Mártir.* Plural: *KEDOSHIM.*

KAHAL. Hebraico: *Comunidade.* Tem sentido semelhante ao de *KEHILAH*, diferindo levemente porque *KAHAL* não implica necessàriamente a condição de organização, podendo significar também *povo, multidão, público.* Merece lembrar que, por outro lado, *KAHAL* já foi usado na Polônia como o *comitê dirigente da KEHILAH.* Finalmente, cabe observar que *KAHAL* também tem sido empregado no sentido restrito de *congregação*, sob a forma ampliada: *KAHAL KADOSH (Congregação Sagrada).* (Existe, igualmente, a forma *KEHILAH KEDOSHAH*, com o mesmo sentido).

KANAÍM. Hebraico: *Zelotes.* Plural de *KANÁ*: *Zeloso; fanático.* Os zelotes foram o grupo mais fanático revoltado contra a opressão romana.

KARAITAS. Veja *CARAÍTAS.*

KASHER. Hebraico: *Puro; próprio; adequado; correto* (ritualmente); *de acordo com as leis dietéticas judaicas.* Usa-se também para qualificar, não apenas alimentos, senão qualquer objeto que preencha os requisitos rituais. E ainda qualifica: o judeu que cumpre as prescrições rituais. (Antônimos: *TAREF* e *TREIFAH*). Variante: [*KOSHER*].

KAZARES. Veja *CAZARES.*

KEHILAH. Hebraico: *Comunidade.* Subentende-se "comunidade organizada". O nome apareceu no Exílio da Babilônia, onde os judeus se organizaram numa *KEHILAH*, chefiada pelo Exilarca (*ROSH HA-GOLAH* ou *RESH GALUTA*). Plural: *KEHILOT.* (Confronte com *KAHAL*). Variante: *KEHILÁ.*

KÉREN HA-IESSOD. Hebraico: *Fundo de base.* Fundo Judaico de Fundação. Criado em 1920 (na Conferência anual Sionista, em Londres) com a finalidade de atender aos problemas de imigração, educação, colonização e serviços de saúde em Éretz-Israel.

KÉREN KAIÉMET LE-ISRAEL. Hebraico: *Fundo Perpétuo para Israel. Fundo Nacional Judaico.* Estabelecido em 1901, no V Congresso Sionista, com a finalidade de comprar na Palestina terras que seriam propriedade inviolável do povo judeu. Variante (forma abreviada): *KÉREN KAIÉMET.*

KETUBAH. Hebraico: *Documento de matrimônio judaico. Contrato de casamento.* De *KATAB*: *Escrever.*

KEVUTZAH. Hebraico: *Grupo.* Núcleo agrícola coletivista, em Israel, em terra de propriedade nacional. Na *KEVUTZAH*, tudo é comum: a terra, o equipamento e as finanças. A *KEVUTZAH* evita o trabalho assalariado e a penetração da indústria. Plural: *KEVUTZOT.* (Veja *KIBUTZ, MOSHAV* e *MOSHAVAH*).

KHABAD. Doutrina variante, dentro do *KHASSIDISMO.* A palavra *KHABAD* é formada pelas iniciais das palavras: *KHOKHMAH (sabedoria), BINAH (compreensão)* e *DAAT* ou *DEAH (conhecimento).* A doutrina *KHABAD*, instituída pelo Rabi *ZALMAN SHNEUR* de Liadi, conseguiu harmonizar o *rabinismo* e o *khassidismo*, amalgamando a contemplação mística com o ideal de estudar e instruir.

KHAKHAM. Hebraico: *Inteligente; sábio; douto. Perito.* Tratamento dado aos rabinos entre os sefaradim. Variante: *KHAKIM.*

KHALUTZ. Hebraico: *Pioneiro; dianteiro* (em Israel — principalmente na agricultura). Plural: *KHALUTZIM.* Nome do movimento do pioneirismo: *HE-KHALUTZ (O Pioneiro).* Qualidade ideológica do movimento: *KHALUTZIUT (KHALUTZISMO).*

KHAMETZ. Hebraico. *Pão com levedura*, em oposição a *MATZAH.* Por extensão: *alimentos* proibidos nos dias de *PÉSSAKH*, ou mesmo *objetos* que não tenham sido purificados para uso durante o Péssakh.

KHANAN. Veja *ANANO.*

KHANUKAH. Hebraico: *Consagração.* "Festa das Luzes", comemorativa da vitória de Judá, o Macabeu, sôbre Antíoco Epifanes e da subseqüente reconsagração do Templo e do altar. Variantes: *KHANUKÁ*, [*CHANUKÁ, HANUKÁ, CHANUCÁ* e *HANUCÁ*].

KHANUKIAH. Hebraico. Veja *MENORAH.*

KHÁPERS. Iídiche. Plural de *KHÁPER*: *Apanhador; raptor; que leva; que rouba.* (Em hebraico, *KHATFAN*: *Raptor*, *KHATUF*: *Raptado*, *KHATUFIM*: *Raptados*). No tempo do czar Nicolau I (1827), foi promulgada uma lei impondo aos judeus um serviço militar cruel e longo (25 anos). Amiúde, crianças eram agarradas (pelos *KHÁPERS*) e desterradas para províncias afastadas, onde geralmente eram forçadas ao cristianismo. Êsses soldados juvenis eram chamados "cantonistas".

KHASSID. Hebraico: *Pio; devoto. Adepto; admirador* (fã) *de alguém; adepto do KHASSIDISMO.* Plural: *KHASSIDIM.* No tempo dos Macabeus (séc. II a.C.), existiu um grupo religioso organizado, com o nome de *KHASSIDIM*, que combateu a potência ocupante por causa da sua política assimilacionista. Os *KHASSIDIM* ou *KHASSIDEUS* (forma grega) só deixaram de apoiar os Macabeus quando estes evidenciaram seus objetivos políticos seculares. Variantes: [*HASSID* e *CHASSID*].

KHASSIDISMO. Do hebraico *KHASSID.* Movimento religioso e social fundado, na primeira metade do século XVIII, por Israel ben Eliezer, cognominado *BAAL SHEM TOV (O Senhor do Bom Nome)* ou simplesmente *BAAL SHEM*, e ainda conhecido pela sigla das iniciais: *BESHT.* Êste ensinava que:

a) todos — letrados como ignorantes — são iguais diante de Deus;
b) a pureza do coração é superior ao estudo;
c) a devoção das orações deve ser estimulada, e as orações devem caracterizar-se pelo êxtase e pela alegria, que têm o poder de aproximar de Deus o coração do homem;
d) o princípio básico da conduta diária é o amor a Israel.

KHAZAKAH. Hebraico: *Direito de propriedade. Captura. Pretensão.* Termo talmúdico que designa o direito de posse tranqüila, criando a pretensão de um direito legalmente adquirido. (*KHAZAKAH* tem certa afinidade de sentido com *USUCAPIÃO*). Na Itália, essa lei era conhecida como *JUS GAZAGA*, numa curiosa denominação híbrida.

KHAZAL. Nome coletivo — misto de carinho e respeito — com que são designados os talmudistas judeus do passado. *KHAZAL* é acrossemia de *KHAKHAMEINU ZIKHRONOM LEVRAKHAH*: *Nossos sábios, possa sua lembrança ser uma bênção.* Variante: [*HAZAL*].

KHAZAN. Hebraico: *Cantor. Cantor principal de sinagoga.* Esta é a significação entre os ashkenazitas, ao passo que, entre os sefaraditas, é uma espécie de rabino. Em tempos remotos, o *KHAZAN* era um poeta, que ficava ao lado do cantor e recitava suas composições em público, entremeando as orações. Há quem derive da raiz hebraica *KHAZOH*: *ver; prever.* Em aramaico, no Talmude Babilônico, significa *aguazil* (funcionário de uma sinagoga), *professor, guardião* (de uma cidade). Variante: *HAZAN*.

KHEDER. Hebraico: *Quarto; recinto.* Designa a escola primária judaica, de caráter predominantemente religioso. Plural: *KHADARIM*. Variante: [*HEDER*].

KHEREM. Hebraico: *Excomunhão.*

KHERUT. Hebraico: *Liberdade.* Nome de um partido político. Variante: [*HERUT*].

KHEVRAH KADISHA. Hebraico: *Santa Confraria.* Sociedade que tem por missão principal tratar dos serviços funerários de acordo com as prescrições judaicas.

KHIBAT TZION. Hebraico: *O amor a Sion.* Movimento surgido na Rússia em 1882. Variante: [*HIBAT ZION*].

KHOVEVEI TZION. Hebraico: *Amantes de Sion.* Adeptos ou partidários do movimento *KHIBAT TZION*. Variante: [*HOVEVEI ZION*].

KHUK HA-SHVUT. Hebraico: *Lei do Retorno.* De acordo com essa lei, todo *oleh* judeu que declare sua disposição de se fixar em Israel, recebe imediatamente todos os direitos de cidadania.

KHUMASH. Hebraico: *Pentateuco.* De *KHAMESH* ou *KHAMISHAH*: *Cinco*, pois são 5 os livros do Pentateuco. O nome completo é *KHAMISHAH KHOMSHEI TORAH*: *Os cinco quintos da Torah*, ou *KHAMISHAH KHUMSHEI TORAH*: *Os cinco tomos da Torah.* São eles: *BERESHIT, SHEMOT, VAIKRA, BAMIDBAR* e *DEVARIM*.

KHUPAH. Hebraico: *Dossel. KHUPAH* tanto designa a cerimônia do casamento judaico como o próprio dossel (que pode ser portátil) sob o qual é celebrada a cerimônia.

KHURBAN — Hebraico: *Destruição; ruína.* (*KHURBAN BET HA-MIKDASH*: *Destruição do Templo*).

KIBUTZ. Hebraico: *Reunião. Comunidade; grupo.* Aldeia coletiva ou grande fazenda coletiva, em Israel. Embora seguindo orientação semelhante à da *KEVUTZAH*, o *KIBUTZ* é em geral de maiores proporções, e admite mão-de-obra assalariada e empreendimentos industriais. Plural: *KIBUTZIM*. (Veja *KEVUTZAH, MOSHAV* e *MOSHAVAH*).

KIBUTZ GALUIOT. Hebraico: *Reunião das Diásporas.* A rigor: *Reunião dos Exílios.*

KIDUSH. Hebraico: *Santificação; sagração.* Designa também a bênção sobre o vinho.

KIDUSH HA-SHEM. Hebraico: *Santificação do (divino) Nome* (Deus). *Abnegação. Martírio.* Morrer por *KIDUSH HA-SHEM*: *Morrer como mártir, pela manutenção de princípios judaicos ou da identidade judaica.* O oposto de *KIDUSH HA-SHEM* é *KHILUL HA-SHEM*: *Profanação do Nome.*

KIPAH. Veja *IARMELKE*.

KLITAH. Hebraico: *Absorção* (de imigrantes em Israel).

KNESSET. Hebraico: *Assembléia; reunião; parlamento.* Deve ser tratado como do gênero feminino.

KNESSET HA-GDOLAH. Hebraico: *A Grande Sinagoga* ou *A Grande Assembléia.* Formada pelos líderes da comunidade, em número de 83 (sendo 23 *kohanim*, 17 *leviim* e 43 *israelim*), no período pré-Hasmoneano desde o tempo de Ezra e Nehemias. Era convocada pelo Sumo-Sacerdote para tratar de assuntos de alta relevância para o Estado.

KOHELET. Hebraico: *Eclesiastes. Membro de uma congregação* (*KAHAL*), tal como Eclesiastes é membro de uma assembléia (*ECCLESIA*). *Pregador.* De *KAHAL*: *Reunião; congregação; assembléia.* Entretanto, a tradução correta de *KOHELET* seria: *Antologia, coleção, reunião*, de *KAHEL* — *Reunir*, já que se trata de uma coleção de aforismos. A autoria de *KOHELET* é comumente atribuída ao rei Salomão, com base na declaração que figura no texto: *KOHELET, filho de Davi.*

KOHEN. Hebraico: *Sacerdote.* Descendente da família sacerdotal de Aarão. Plural *KOHANIM*. Variantes (sobrenomes derivados de *KOHEN*): *COHEN, COEN, COHN, COHIM, CAHN, COOGAN, KOHN, KAHN, KAHAN, KAHANE, KAGAN, KOGAN, KOOGAN* e [*KATZ, KAZ, CATZ* (formados pelas iniciais de *KOHEN-TZEDEK*: *Sacerdote justo, genuíno, autêntico*, para diferençar dos *KOHANIM* que tivessem adquirido o título por compra)].

KOL NIDREI. Do aramaico: *Todos os votos; todas as promessas.* Fórmula para a anulação dos votos, recitada na véspera do Dia da Expiação (*IOM KIPUR*) num ambiente de profunda impregnação religiosa e forte emotividade, para o que concorre a beleza da melodia em que é entoada.

KOTEL HA-MAARAVI. Hebraico: *O Muro Ocidental.* Trata-se do chamado Muro das Lamentações, em Jerusalém, considerado e venerado como resto do muro do próprio Templo. Na verdade, é a parte ocidental do muro-fortaleza que circundava o templo construído por Herodes. A apropriação explica-se pelo fato de que o recinto do Santo dos Santos, situado na extremidade ocidental do Templo, ficava próximo da parte que subsiste do muro-fortaleza.

L

LABÃO. Do hebraico *LABAN*: *Branco.*

LADINO. Corruptela de *LATINO*. Dialeto judeu-espanhol, datando do século XV, falado pelos sefaradim do Mediterrâneo e escrito em caracteres hebraicos. Basicamente, é o castelhano medieval, incluindo também palavras de outros dialetos espanhóis, bem como portuguesas, hebraicas, gregas e turcas. Embora o *LADINO* jamais tivesse alcançado a categoria de idioma judaico, por assim dizer, universal (como foi o caso do aramaico e do iídiche), cabe notar que foram

produzidas nesse dialeto várias obras de ética, religião, romances e baladas, afora a publicação de alguns jornais. Mesmo hoje, o *LADINO* ainda é usado no Norte da África, na Turquia e em Israel. (O *LADINO* é também chamado *JUDEZMO* ou *DJUDEZMO*).

LASHON-KÓDESH. Hebraico: *A língua sagrada.* O hebraico tradicional, clássico (bíblico e talmúdico); o hebraico-aramaico rabínico. Variante: *L'SHON HA-KÓDESH.* (Veja *IVRIT*).

LATRÃO. Nome de um palácio, de uma praça e de uma basílica de Roma. Do italiano *LATERANO*, nome devido ao fato de o palácio ter sido residência da família dos *LATERANI*. Variante: [*LATERÃO*]. (Os diversos Concílios de Latrão, especialmente o 4.º em 1215, promulgaram decretos opressivos contra os judeus da Europa).

LATRUN. Mosteiro e posto estratégico na estrada Jerusalém — Tel-Aviv. O nome vem do castelo *"LE TORON DES CHEVALIERS"* dos Cruzados, destruído por Saladino em 1191. Foi cenário de lutas encarniçadas durante a Guerra da Independência de Israel em 1948.

LÉIA. Do hebraico *LEAH*: *A de olhos fracos*, isto é, *ternos* ou *tristes*. *Cansada; languescente.* [*Bonita. Ativa; laboriosa*]. Do verbo *LAAH*: *Fatigar-se; estar cansado; languir.* Há quem prefira derivar *LÉIA* do latino *LEA*: *Leoa.* A forma correspondente ao nome hebraico *LEAH* seria então *LIA* e não *LÉIA*. Variante: *LEA*.

LEVAIAH. Hebraico: *Funeral; enterro. Séquito.* De *LAVEH*: *Acompanhar.*

LEVI. Hebraico: *Ligado* (à casa de Deus). *Ajuntado*, isto é, marido da viúva. Do verbo *LAVAH*: *Ligar-se; acompanhar.*

LIA. Veja *LÉIA*.

LIDA. Do hebraico *LOD*: *Litígio*, através do grego e do latino *LYDDA*.

LÚAKH. Hebraico: *Tábua; placa. Calendário.* (Veja *CALENDÁRIO*).

LULAV. Hebraico: *Ramalhete. Ramo novo de palmeira. Folha de tamareira. Broto; rebento.* Nome dado à palma que deve ser levada, na Festa dos Tabernáculos (*SUKOT*), juntamente com o *etrog*, a *murta* e o *salgueiro*.

M

MACABEU. Alcunha de Judá, filho de Matatias, chefe da revolta contra a Síria por motivo da assimilação forçada que a potência ocupante queria impor aos judeus. Do hebraico *MAKABI*, de *MAKEB* ou *MAKABAH* ou *MAKÉBET*: *Martelo*, isto é, *valoroso, ilustre guerreiro*, ou por causa da forma da sua cabeça. *IEHUDAH HA-MAKABI*: *Judá o Macabeu.* Há quem interprete *MACABEU* como *redentor*, ou *aquele que é nomeado pelo Senhor*, e ainda há quem atribua o nome a uma acrossemia, resultante das iniciais das palavras da frase hebraica: *MI KAMOKHA BAELIM IEHOVAH*: *Quem como Tu entre os Deuses, Jeová?* (Êxodo 15.11).

MACABEUS. Extensão do nome *MACABEU* aos irmãos de Judá o Macabeu e mesmo a todos os membros do seu grupo (propriamente, eram todos *HASMONEUS*). Na tradição cristã, o nome *MACABEUS* é aplicado às 7 crianças martirizadas por Antíoco Epifanes, em virtude de se terem recusado a cometer idolatria. (Existe a lenda judaica sobre *KHANAH* e seus 7 filhos).

MACPELA. Caverna, perto de Hebrom. Do hebraico *MAKHPELAH*: *Produto; multiplicação.* De *KEPEL*: *Duplo.* Donde: *O que é duplo; caverna dupla; túmulo duplo.* O adjetivo *duplo* pode justificar-se pelo fato de terem sido ali enterrados os patriarcas com suas esposas. Variante: *MAKPELA*.

MAGUEN-DAVID. Hebraico: *Escudo de Davi.* Símbolo místico que consiste em dois triângulos entrelaçados, formando uma estrêla de seis pontas (hexagrama), impropriamente chamada hexágono estrelado. Era primitivamente um motivo decorativo não especificamente judaico. No século XIII foi introduzido na "Cabala prática" como símbolo mágico, associado ao pentagrama (pentágono estrelado). No século XVII passou a figurar esparsamente como característica judaica, e em 1897 foi adotado como símbolo oficial do 1.º Congresso Sionista da Basiléia. Figura no centro da bandeira do Estado de Israel, enquanto a *MENORAH* figura no Emblema de Israel.

MAGUEN DAVID ADOM. Hebraico: *Escudo Vermelho de Davi.* Organização israelense de pronto-socorro, de caráter nacional, correspondente às entidades da Cruz Vermelha Internacional e da Meia-Lua Vermelha do Oriente-Médio.

MAGUID. Hebraico: *Mensageiro; narrador; pregador; orador sacro.* Designação dada pelos judeus da Europa oriental aos que faziam pregação religiosa.

MAHARAL. Acrossemia de *MORENU HA-RAV RABI LIVA*: *Nosso mestre o rabino Liva.* Trata-se do famoso rabi *IEHUDAH LIVA BEN BETZALEL* (1525-1609), de Praga, conhecido também como Der Hoche Rabi Loew, e que foi considerado criador de um *GÓLEM*. O Gôlem (autômato) adquiria vida quando se lhe introduzia na boca o Divino Nome (*SHEM HA-MEFORASH*). O Gôlem só trabalhava nos dias de semana, descansando no sábado. Quando era praticada uma injustiça contra os judeus de Praga, o Gôlem intervinha em sua ajuda. Era tido como o "defensor do gueto".

MAIMÔNIDES. Veja *RAMBAM*.

MAKHANAIM. Hebraico: *Dois acampamentos fronteiros.* De *MAKHANEH*: *Acampamento.*

MAKHAZOR. Hebraico: *Ciclo.* Livro de orações de festividades judaicas. Plural: *MAKHZORIM*. (Veja *SIDUR*).

MALAQUIAS. Do hebraico *MALAKHI*: *Angélico.* De *MALAKH*: *Anjo; mensageiro; enviado. Profeta.* Também se interpreta como *meu anjo*, considerando o *i* final como desinência do possessivo de primeira pessoa do singular.

MAMZER. Hebraico: *Bastardo.* No sentido figurado: *Astuto; maroto.* Possivelmente, de *ME-AM ZAR*: *De povo estranho* ou de *ME-EM*: *De mãe e ZERA*: *Semente; filho.* Donde: *Semente da mãe. Só é* considerado *MAMZER* o filho nascido de uma união ilícita, isto é, de mulher casada e outro homem que não o marido. (Feminino — *MAMZÉRET*).

MANASSÉS. Do hebraico *MENASHEH* (de *NASHAH*: *Esquecer*): *Entregue ao esquecimento; o que faz esquecer.* Variantes: [*MENASSÉS, MENASSÉ* e *MENASSEH*].

MAOMÉ. Do árabe *MUHAMMAD*: *Louvado*. Do verbo *HAMADA*: Louvar. Variantes: [*MAFOMA, MAFAMEDE, MAFOMEDE, MAHAMED, MOAMED, MAHAMEDE, MAHOMA, MAHOMET, MACOMETO, MOHMET*]. Em hebraico: *MAKHMAD*: *Delícia*. O nome *MAMEDE* é forma contracta de *MAHAMEDE*.

MAPAI. Hebraico. Sigla de *MIFLEGUET POALEI ERETZ ISRAEL*: *Partido dos Trabalhadores de Israel*. Partido Trabalhista, formado em 1930 pela união do *HA-POEL HA-TZAIR* com a *AKHDUT HA-AVODAH*.

MAPAM. Hebraico. Sigla de *MIFLEGUET POALIM MEUKHEDET*: *Partido Unido dos Trabalhadores*. Partido socialista de esquerda, fundado em Israel pela fusão dos partidos *HA-SHOMER HA-TZAIR* e *AKHDUT HA-AVODAH*, no ano de 1948.

MAR. Hebraico: *Mestre*. Título dado a alguns AMORAIM da Babilônia, especialmente ao *EXILARCA*. No hebraico moderno é usado como *SR*.

MARAN. Hebraico: *Mestre. Senhor*. Plural: *MARANAN*.

MARDOQUEU. Veja *MORDECAI*.

MARRANO. Velha palavra espanhola — que remonta aos princípios da Idade Média — significando "porco". O termo era aplicado com escárnio aos judeus ibéricos convertidos ao cristianismo sob coação ("*FORÇADOS*", "*CRISTÃOS-NOVOS*", "*KAFUIM*", "*ANUSSIM*"), mas que intimamente se sentiam judeus e ocultamente guardavam o judaísmo ("*CRIPTO-JUDEUS*"). Há quem atribua o uso do termo ao fato de os judeus não comerem carne de porco. Secundariamente, a designação "marranos" era dada também aos mouros.

MASKIL. Hebraico: *Intelectual; inteligente; esclarecedor. Adepto da HASKALAH*. Plural: *MASKILIM*.

MASSADAH. Do hebraico. Derivações possíveis: De *MASSAD*: *Fundamento; base*: ou de *MATZADAH*: *Forte; cidadela*. Variantes: *MATZADAH, METZADAH* [*MASSADA* e *MASADA*].

MASSORAH. Hebraico: *Tradição*.

MATATIAS. Do hebraico *MATATIAHU*: *Dom de Deus*. *MATIAS* é abreviação haplológica de *MATATIAS*.

MATZAH. Hebraico: *Pão ázimo* (que se come durante o Pessakh, em substituição ao pão fermentado). Plural: *MATZOT*.

MAZAL TOV. Hebraico: *Felicidades; boa sorte*. Saudação habitual em ocasiões festivas. De *MAZAL*: *Constelação; signo zodiacal. Estrela. Planeta. Sorte*, e *TOV*: *Bom*.

MAZELTOV. Iídiche: Veja *MAZAL TOV*.

MEDINA. Nome de cidade da Arábia. Abreviação de *MEDINA-AL-NAB* ou *MEDINATELNABI*: *Cidade do profeta; cidade por excelência*.

MEDINAH. Hebraico: *Estado*. Donde *MEDINAT*: *Estado de; MEDINAT ISRAEL*: *Estado de Israel*. Variante: *MEDINA*.

MEGIDO. Variantes: *MEGUIDO* e [*MAGEDO*]. Talvez do hebraico *MIGDAL*: *Tôrre*.

MEGUILAH. Hebraico: *Rolo de pergaminho. Livro; brochura*. (Usa-se também com o sentido de: *narração fastidiosa; lengalenga*). Plural: *MEGUILOT*. O termo é comumente aplicado ao Livro de Ester (*MEGUILAT ESTER*), que é lido na festa do Purim.

MEIR. Hebraico: *Aquele que ilumina*. (Nomes provavelmente derivados de *MEIR*: *MEYER, MAYER* e *MEIER*).

MELAMED. Hebraico: *Professor*.

MENELAU. Do grego *MENÉLAOS*, pelo latino *MENELAU*. Em grego, *MENO*: *Ficar* e *LAOS*: *Povo*. Donde: *O que sustenta o esforço do povo*. Há quem traduza como sendo: *o que é forte ante o povo*.

MENORAH. Hebraico: *Candelabro. Candeeiro; lâmpada*. Geralmente, tem 7 braços. A menorah destinada à comemoração da festa de Khanukah se chama *KHANUKIAH* e tem 8 braços, afora uma lamparina adicional chamada *SHAMES*, que serve para acender as 8 luzes. A Menorah dourada de 7 braços era uma das características mais importantes dos dois Templos de Jerusalém. Passou a ser símbolo do judaísmo no 1.º século da E. C. Figura no Emblema do Estado de Israel. (Veja *MAGUEN DAVID*).

MEOR HA-GOLAH. Hebraico: *A Luz do Exílio*. Pseudônimo de *RABEINU GUERSHOM* de Maiença (960-1040). Conhecido pela proibição de ter mais de uma esposa, de ler cartas alheias, e outras disposições.

MESHUMAD. Hebraico: *Renegado; apóstata; convertido*. De *SHIMED*: *Converter*. (Veja *SHMAD*).

MESOPOTAMIA. Do grego *MESOPOTAMIA* (*MÉSOS*: *Meio* e *POTAMOS*: *Rio*): *Região entre rios*.

MESSIANISMO. Crença na vinda do Messias — um descendente da Casa de Davi — que redimirá a humanidade. O messianismo faz parte da tradição judaica desde os dias do profeta Isaías. A tradição judaica encara o Messias não como um ser divino, mas apenas humano: um grande chefe, um reformador social, que ensejará uma era de perfeita paz. Mais modernamente, vem sendo reinterpretado o Messias não como um ente individual, mas como sendo globalmente a própria humanidade numa fase futura de sua evolução, quando ela terá alcançado um nível de perfeição.

MESSIAS. Do hebraico *MASHIAKH*: *Ungido. Libertador supremo*. (Através do grego *MESSÍAS*, e do latino *MESSIAS*, com *i* longo). Forma antiga, em português: *MEXIAS*. (Veja *MESSIANISMO*).

MEZUZAH. Hebraico: *Jamba; marco da porta*. Pergaminho enrolado no qual estão inscritos os versículos VI, 4-9 e XI, 13-21 do Deuteronômio, e que, devidamente acomodado num estojo, se costuma fixar, nas casas judaicas, à jamba direita (para quem entra) da porta de entrada. (Muitos judeus ortodoxos também pregam a *MEZUZAH* nas portas internas). É símbolo de amor a Deus, mas é freqüentemente considerado um amuleto.

MIDRASH. Hebraico: *Estudo. Comentário. Comentário da Bíblia*. É a busca de um novo significado, além do literal, nas Escrituras. Versão homilética, legendária e embelezadora, da história bíblica. A literatura midráshica — sermões, homilias, palestras, estudos — foi elaborada paralelamente à Mishnah e às Guemarás, e prosseguiu até o ano 1000 da E.C., quando se deu o fechamento das academias da Babilônia. Plural: *MIDRASHIM*.

MIGUEL. Do hebraico *MIKHAEL*: *Quem é como Deus?* De *MI* — *Quem*, *KHA* — *Como*, *EL* — *Deus*. Variante: *MICAEL*.

MIKMASH. Em hebraico *MIKHMAS*: *Esconderijo*. Divindade moabita.

MIKVAH. Hebraico: *Piscina para o banho ritual de purificação. Acúmulo* (de água); *reservatório*. É feminino. (Plural: *MIKVAOT*).

MIKVEH. Hebraico: *Esperança*. É masculino. É também traduzido — mas impropriamente — como *piscina, reservatório, acúmulo de água*, à semelhança de *MIKVAH*. (Plural: *MIKVOT*).

MIKVEH ISRAEL. Hebraico: *A Esperança de Israel*. Primeira escola agrícola estabelecida na Palestina, perto de Jafa, pela Alliance Israélite Universelle, no ano de 1870, por iniciativa de Adolf Cremier e Karl Netter. A escola *MIKVEH ISRAEL* é, merecidamente, considerada a semente da formação da nação judaica em Eretz-Israel. O nome *MIKVEH ISRAEL* tinha uma dupla significação: *Esperança histórica do povo judeu* e *Acúmulo de Israel*, isto é, reunião dos judeus da Diáspora.

MIQUÉIAS. Do hebraico *MIKHAIAH* ou *MIKHA*: *Quem como Deus?*

MIRIÃ. Do hebraico *MIRIAM*, com muitas interpretações: *Contumácia; rebeldia. Mar de amargura;*

mar amargo. Amargura dos dias. Elevada. Exaltada. Princesa. [*Estrela do mar*]. Ainda há derivações do siríaco (*princesa do mar*) e do egípcio (*amada de Amom*, de *MERI*: *Amor* e *AM*: *Amom*). Variantes: *MIRIAM*, *MIRIAM* e [*MARIAM*: esta consta da Septuaginta].

MISHMAR HA-ÉMEK. Hebraico: *Guarda do Vale.*

MISHNAH. Hebraico: *Estudo; ensinamento; doutrina. Coleção das leis tradicionais judaicas. Interpretação da TORAH* (Lei de Moisés). *Codificação legal da essência da Lei Oral. Segunda Lei.* De *MISHNEH*: *Segundo*, *SHENI*: *Segundo*, *SHANAH*: *Repetir; estudar.* A *MISHNAH* foi redigida em hebraico. Plural: *MISHNAIOT*. Usa-se freqüentemente o plural para aludir à obra. (Veja *SHAS*, *GUEMARA* e *TALMUDE*).

MISPA. Do hebraico *MITZPEH*: *Atalaia.* Variantes: *MITZPAH*, *MISPE*, *MISPÉ* e *MISPÁ*.

MITNAGUED. Ou *MISNAGUED*. Hebraico: *Opositor; oponente; adversário. Adversário do KHASSIDISMO.* Plural: *MITNAGDIM*.

MITZRAIM. Nome de um dos filhos de Cão e, pois, neto de Noé. Nome do Egito em hebraico. A aparente terminação dual (*AIM*) pode ser atribuída à existência do Alto Egito e do Baixo Egito como duas entidades dentro de uma só. Derivações possíveis do hebraico: 1) *METZAR*: *Estreito; istmo* (alusão ao istmo de Suez); 2) *MATZOR*: *Cidadela; sítio; circunvalação;* 3) *METZER*: *Fronteira.* Variante: [*MIZRAIM*].

MITZVAH. Hebraico: *Boa ação. Mandamento; preceito; ordem.* Plural: *MITZVOT*.

MIZRAKHI. Hebraico: *Oriental.* O nome designa uma corrente religiosa dentro do Sionismo. Neste caso, o termo nada tem com o sentido de "oriental". É simplesmente uma abreviação e aglutinação das palavras hebraicas *MERKAZ RUKHANI*: *Centro espiritual.*

MOAB. Hebraico: *Prole do pai; filho de meu pai; semente do pai.* [*Terra desejável*]. Variantes: *MÓAB* e *MOABE*.

MODIIM. Hebraico: Significa, possivelmente: *Informadores.* De *MODIA*: *Informador.* Localidade situada a meio caminho entre Jerusalém e Iafa (Tel-Aviv), e onde começou a revolta dos Macabeus. Variantes: *MODEIN* e *MODIN*.

MOGONCIA. Em francês *MAYENCE*, donde a variante em português *MAIENÇA*. Em alemão *MAINZ*. Em hebraico *MAGUENTZA*. De origem celta. Talvez do gaulês *MOGONTIOS*: *O grande; o forte.*

MOHEL. Hebraico: *O profissional judeu religioso que realiza a circuncisão.*

MOISÉS. Do hebraico *MOSHEH*: *Salvo das águas.* Do verbo *MASHAH*: *Tirar* ("...pois o tirei da água" — palavras da filha do Faraó). Também é interpretável como *aquele que resgata* (pois ele resgatou o povo judeu). Finalmente, há quem derive o nome do egípcio *MSW* (Mosu) — *Criança; filho.* Aliás, esse vocábulo entra na formação de nomes próprios genuinamente egípcios: *AHmose*, *TUTmose*, *RAmsés*.

MOLKHO. Possivelmente do hebraico *MALAKH*: *Reinar.* Donde: *O que reina.* Salomão *MOLKHO* — nome adotado pelo marrano Diego Pires, de Lisboa, quando decidiu colaborar com o falso Messias Davi Reubeni.

MORDECAI. Do hebraico *MARDEKHAI* (de origem *persa*): *Homenzinho. Amarga contrição.* [*Adorador de Marte*]. Há quem derive *MORDECAI* de *MARDUK*, nome do deus da cidade de Babilônia. Variantes: *MARDOQUEU* e *MORDEKHAI*.

MÓRIA. Do hebraico *MORIAH* (de *RAAH*: *Ver* e *IAH* — *Deus*): *Deus viu; Deus escolheu.* [*Da visão. Amargor; amargura*]. Variantes: *MORIAH* e *MORIÁ*.

MORTO (MAR). Em hebraico: *IAM HA-MÉLAKH* (*Mar do Sal; Mar Salgado*). Os gregos chamavam-no *MAR DO ASFALTO*.

MOSHAV. Hebraico: *Morada. Sede. Assento. Colônia cooperativa em Israel.* Normalmente, a terra do *MOSHAV* pertence ao Fundo Nacional Judaico. *MOSHAV OVEDIM*: *Colônia de trabalhadores* (cooperativista). Os colonos possuem residências próprias e pequenos lotes particulares, mas cooperam na aquisição de equipamentos, bem como na venda dos produtos e no auxílio mútuo. *MOSHAV SHITUFI*: *Colônia coletiva* (semi-coletivista). Caracteriza-se pela tendência ao sistema kibutziano, pois, embora os lotes sejam particulares, a lavra, a economia e as vendas são conduzidas como se a terra fosse explorada em comum. Plural: *MOSHAVIM*. (Veja *MOSHAVAH*, *KEVUTZAH* e *KIBUTZ*).

MOSHAVAH. Hebraico: *Colônia.* Em Israel, aldeia agrícola em que o trabalhador segue critérios individuais e as terras são de propriedade particular. Plural: *MOSHAVOT*. (Veja *MOSHAV*, *KEVUTZAH* e *KIBUTZ*).

N

NABI. Ou *NAVI*. Hebraico: *Profeta. Orador.* [*Porta-voz*]. Em hebraico, *NABON*: *Sábio; inteligente.* Plural: *NEVIIM*.

NABLUS. Antiga cidade *SIQUÉM*. Corruptela de *NEAPOLIS*: *Cidade nova.* (O nome completo era *FLAVIA NEAPOLIS*, em memória de Tito Flávio Vespasiano). Variante: *NAPLUSA*.

NABOT. Hebraico: *Frutos.* Há quem traduza como *fala, profecia*, vinculando a *NABI*.

NABUCODONOSOR. Do caldaico *NABU KUDUR USSUR*: *Nebo protege a tiara*, ou de *NABU KUDVI USSUR*: *Nebo protege a fronteira.* (Nebo ou Nabu é nome de um deus e de reis caldeus). Também há quem traduza como *pranto do julgamento.* Em hebraico: *NEVUKHADNETZAR* (e, eventualmente, *NEVUKHADNESSAR* e *NEVUKHADRESSOR*).

NAGUID. Hebraico: *Governante; Governador; Superintendente; Chefe. Nobre. Rico.* Na Idade Média era título dado aos chefes das comunidades judaicas.

NAKHMAN. Hebraico: *O que consola.*

NAKHSHON. Hebraico: *Pioneiro; vanguardeiro.* (Nome do hebreu que, segundo a lenda, foi o primeiro a avançar nas águas que se abriam no mar Vermelho, na ocasião do Êxodo).

NASSI. Hebraico: *Chefe. Patriarca. Presidente.* Plural: *NESSIIM*.

NATÃ. Do hebraico *NATAN*: *Dádiva; doado. Que dá.* Talvez seja um hipocorístico de *JÔNATAS* (*IONATAN*). Variantes: *NATAN* e [*NATÃO*].

NATANIEL. Do hebraico *NETANEEL*: *Dom de Deus; que Deus deu.* Há quem considere o nome

como uma inversão das partes de JÔNATAS — *JO-NATAN* dando NATAN-JO — e uma troca de JO por *EL*, ambos significando Deus. Variante: NATANAEL.

NATZIV. Hebraico: *Comissário. Governador Geral. Comandante.* Plural: NETZIVIM.

NAUM. Do hebraico NEKHUM: *Consolação. Consolador; o que é cheio de consolação.* Variantes: [NACHUM, *NAKHUM* e NAHUM].

NAZARÉ. Do hebraico NATZERET: *Guarda*, de *NATZAR* — *Guardar*. Também há quem derive de *NETZER*: *Ramo; rebento.* [*Florida; verde*]. Variantes: [*NAZARET* e *NAZARETE*].

NEEMIAS. Do hebraico NEKHEMIAH: *Que Deus consola; consolação de Deus. Consolação.*

NEFTALI. Do hebraico NAFTALI: *Minha luta.* De *NAFTULIM* — *Luta; combate.* Também é possível a derivação de NIFTAL — *Falso; tortuoso.*

NEGBAH. Hebraico: *Região salina*, de NEGUEV: *Sul.*

NEGUEV. Hebraico: *Sul; país do sul.* (O deserto de Neguev se acha no sul da Palestina). Também merece notar que *NIGUEV* significa *secar*, o que se harmoniza com o fato de ser o Neguev uma região seca, desértica.

NILO. Incerta a origem. Talvez de *NAKHAL* (semítico): *Rio.*

NINIVE. Do assírio *NINUA*: *Habitação.* Há quem traduza como *bela*, e ainda há quem derive de *NINO*, nome do fundador da cidade. Em hebraico: *NINEVEH.*

NOÉ. Do hebraico *NOAKH*: *Repouso; descanso. Quiescente.* [*Consolação*]. Variante: [*NOAH*]. (O nome *NOEL* não tem vinculação com *NOÉ*).

NUN. Hebraico: *Peixe.*

NUREMBERG. Há várias interpretações, sendo a mais aceitável: *NEU-ROM-BERG*: *Monte da Nova Roma*, donde a forma em alemão *NUREMBERG*. Variantes: [*NURIMBERGA, NURUMBERGA, NORIMBERGA* e *NURIMBERGUE*].

O

OBADIAH. Veja *ABDIAS.*

OFIR. A origem do nome e a localização do país são desconhecidas. Há quem considere uma região na costa da Abissínia cujos habitantes se chamam *AFAR*. Outros, tendo em vista que a viagem a Ofir levou 3 anos, situam-no no longínquo *PERU*, suposição que é reforçada pela presença comum das consoantes *P* (*F*) e *R* nas palavras *PERU* e *OFIR*. Finalmente, há quem vincule *OFIR* a *ÁFRICA*, localizando-o no Transvaal (África do Sul), região dotada de ricas minas de ouro e diamantes.

OLEH. Hebraico: *Aquele que ascende.* Imigrante novo em Israel. Aquele que pratica a *ALIAH*. Também: a pessoa chamada para a leitura da Torah. Plural: *OLIM.*

OLIVEIRAS (MONTE DAS). Em hebraico: *HAR HA-ZEITIM*. De *ZAIT*: *Oliveira; azeitona.* Plural: *ZEITIM.*

OMAR. Árabe: *O de longa vida.* Variante: [*ÔMAR*].

OMRI. Derivações possíveis do hebraico: 1) *OMER* — *Gavela; paveia.* 2) *AM-RA* — *Povo mau.* 3) *AM-RAM* — *Povo elevado.*

ORT. Sigla derivada do nome russo: *ÓBSHTCHESTVO RASPROSTRANIÉNIA TRUDÁ*: *Associação para Propagação do Trabalho.* Uma das mais antigas organizações judaicas em funcionamento ininterrupto até o presente. Fundada na Rússia em 1880, com o fim de difundir o ensino profissional nos campos do artesanato, da indústria e da agricultura. Sede atual em Genebra e ramificações autônomas em mais de 20 países, com especial desenvolvimento em Israel. No Brasil, o nome da organização é *ORGANIZAÇÃO, RECONSTRUÇÃO E TRABALHO*, com sede no Rio de Janeiro.

OSÉIAS. Do hebraico *OSHEA*: *Salvação; salvador. Que Deus salvou; Jeová salva.* [*Força de Deus*].

OZE. Sigla derivada do nome russo *ÓBSHTCHESTVO ZDRAVOOKHRANIÉNIA EVRÉIEV*: *Associação Judaica de Proteção à Saúde.* Fundada na Rússia em 1912, com ramificações em vários países. Ocasionalmente, a *OZE* tem funcionado vinculada à organização *ORT* (sigla *ORT-OZE*). Variante: [*OSE*].

OZIAS. Do hebraico *UZIAHU* ou *UZIAH*: *Fortaleza de Deus*, ou de [*UZI*: *Minha força*]. Variante: *OSIAS.*

OZIEL. Do hebraico *UZIEL*: *Força de Deus. Minha força é Deus.*

P

PADÃ. Do hebraico *PADAN*: *Planície.*

PALESTINA. De *FILISTIA* (veja), através do latino *PALAESTINA*. Na Bíblia, a Palestina (terra dos Filisteus) designava apenas uma faixa costeira contígua ao Vale de Sharon. Durante o período greco-romano, o nome Palestina entrou em uso comum para designar o país inteiro habitado pelos judeus. O nome completo era *SIRIA PALESTINA*, mas, com o tempo, o prenome Síria foi eliminado.

PALMAKH. Sigla derivada de *PLUGAT MAKHATZ*: *Tropa de choque.* Em hebraico: *PLUGAH* — *Grupo; companhia* e *MAKHATZ* — *Quebrar; romper; ferir.*

Variante: *PLUGOT-MAKHATZ* — Unidades judaicas subterrâneas no tempo do mandato britânico antes do surgimento do Estado de Israel.

PARNAS. Hebraico: *Chefe; líder. Administrador; provedor.* Plural: *PARNASSIM.* De *PARNES: Amparar; sustentar.*

PEKA. Hebraico: *Fenda.* [*Botão em flor*]. Variante: *PECA.*

PENTATEUCO. Veja *KHUMASH.*

PÊSSAKH. Hebraico: *Páscoa judaica.* De *PASSAKH: Saltar; passar; passar por cima, pular.* Há várias interpretações possíveis: 1) alusão à *passagem* pelo Mar Vermelho, por ocasião do Êxodo do Egito: 2) simbolização da *passagem* dos hebreus da escravidão para a liberdade; 3) vinculação à referência de que Deus omitiu (*saltou; passou por cima*) as casas dos hebreus na noite em que Ele feriu os egípcios; 4) alusão ao carneiro (ou cabrito, que *salta*) que se costumava sacrificar por ocasião da Páscoa; 5) Relacionamento com *dançar, pular*, dado que, primitivamente, correspondia à Páscoa o Festival da Primavera. Outras designações, secundárias, da festa do *PÊSSAKH* são: *KHAG HA-MATZOT* (*Festa das Matzot*) e *KHAG HA-AVIV* (*Festa da Primavera*).

PETAKHIAH. Hebraico: *Porta de Deus.* De *PETAKH — Abertura; entrada; porta* e *IAH — Deus.*

PÊTAKH-TIKVAH. Hebraico: *Porta da Esperança.* Colônia fundada em Fretz-Israel, no ano de 1878, por um pequeno grupo de pioneiros (dois judeus da Hungria e dois de Jerusalém).

PIONEIRAS (MULHERES PIONEIRAS). Organização Sionista do Trabalho Feminino, com grupos em muitos países, inclusive no Brasil, onde atua desde 1948. A principal finalidade da Organização é desenvolver nas mulheres judias a cultura geral e, particularmente, a cultura judaica.

PIRKEI-AVOT. Hebraico: *Os Capítulos dos Pais. A Ética dos Pais* (ou dos *Patriarcas*). De *PEREK — Capítulo* e *AV — Pai* (*AVOT — Pais*). É parte da Mishná (9.º Tratado da 4.ª Ordem) que trata de princípios éticos. A autoria é atribuída a uns 60 professores judeus, pertencentes na sua maior parte ao período de 70 — 170 da E.C., enquanto uns poucos foram bastante anteriores.

POALEI-TZION. Hebraico: *Trabalhadores de Sion.* É nome de partido sionista socialista, fundado em 1907.

PÔNCIO PILATOS. Do grego *PÓNTIOS — Marinho* e do latino *PILATUS — Armado de dardo.*

PRAGA. Do tcheco *PRAHA: Soleira* (talvez do velho eslavo *PRAG: Cachoeira*).

PTOLOMEU. Possivelmente do grego *PTOLEMAIOS: Guerreiro.* Variantes: PTOLEMEU e [TOLOMEU].

PURIM. Hebraico (de origem persa: *Sortes;* ou assíria: Puru-*Pedra*). Plural de *PUR: Sorte.* Alusão às referências de que, na Pérsia, se haviam lançado sortes numa urna para ver em que mês deveriam ser exterminados os judeus. O *PURIM* — que é comemorativo da salvação dos judeus da Pérsia pela Rainha Ester — tornou-se com o tempo uma festa carnavalesca da vida judaica. (Aliás, o Purim ocorre nas proximidades do *CARNAVAL*).

R

RABAI. Corruptela de *RABI*, devida à pronúncia dessa palavra em inglês (*RABBI*). Plural: *RABAIM* ou *RÁBAIS.* Usada comumente (sendo que às vezes, pelos judeus ortodoxos, em tom pejorativo, embora sem razão efetiva), para designar doutores em teologia, sem ordenação rabínica, ou rabinos não-ortodoxos.

RABAN. Aramaico e hebraico: *Mestre. Campeão.* Plural: *RABANAN.*

RABANITA. Ou *RABINITA.* Partidário dos mestres talmúdicos. Em hebraico: *RABANI*, plural — *RABANIIM.* (Veja *CARAITAS.*)

RABENU ou RABEINU. Hebraico: *Nosso mestre* (*MOSHÉ RABENU: Moisés, o nosso mestre*). De *RABENU* derivou a palavra *RABINO.*

RABI. Hebraico: *Meu mestre. Mestre. Rabino.*

RAMBAM. Acrossemia de *RABI* (ou *RABENU*) *MOSHÉ BEN MAIMON*, conhecido também sob o nome grecizado *MAIMÔNIDES.* Um dos maiores pensadores judeus. Aristotélico. Racionalista. Visou conciliar e fundir a fé pura e o pensamento puro.

RAMBAN. Acrossemia de *RABI MOSHÉ BEN NAKHMAN*, também chamado *NAKHMÂNIDES.*

RAMLA. Ou *RAMLE:* (em árabe) *Cidade arenosa.* Não confundir com *RAMALAH* (*RAM-ALAH*), que é outra cidade.

RAMSÉS. Do egípcio *RAMESSÉ: Filho de RÁ* (*o sol*).

RAQUEL. Do hebraico *RAKHEL: Ovelha* (isto é, *mansa*).

RASHI. Acrossemia de *RABI SHLOMOH ITZKHAKI* (*RABI SALOMÃO* filho de *ISAAC*), de Troyes. Foi o maior comentador do Tanakh e do Talmude (1040-1105).

RAV. Hebraico: *Rabino. Mestre. Rabino ortodoxo.* Plural: *RABANIM.*

RÉB. Iídiche (adaptação de *RAV*). É usado como *SR.*

RÉBE. Iídiche (adaptação de *RAV* ou de *RABI*): *Professor elementar* (equivalente a *MELAMED*). Líder ou Mestre khassídico, também qualificado como *TZADIK.* Plural: *RÉBES* ou *RABEIM.*

REBECA. Do hebraico *RIVKAH: A que liga. Laço; rêde.* [*A que, com sua beleza, prende os homens. Gorda.*]. Variante: [*REVECA*].

RECONSTRUCIONISMO. Corrente ideológica defendida modernamente pelo rabino Mordecai Kaplan, dos Estados Unidos, que não vê o judaísmo como uma mera religião, senão como uma civilização religiosa. O Reconstrucionismo reclama a reconstrução da Terra de Israel como centro da civilização judaica e a formação de comunidades judaicas na Diáspora. É uma forma de equilíbrio entre o universalismo humano e o particularismo nacional que caracterizam o povo judeu ao longo da história.

REKHOVOT. Hebraico: *Amplidões* (plural de *REKHAVAH*). Variante: *REHOVOT.*

REUBENI. Do hebraico *REOBEN* (*ROBEM*): *Relativo a* ou *Pertencente a Reúben.* Davi *REUBENI* — nome de um falso Messias surgido na 1.ª metade do século XVI.

ROBOÃO. Do hebraico *REKHABAM*: *Que alarga ou engrandece o povo*. Variantes: *REOBÃO* e [*REHOBOAM*].

ROSH. Hebraico: *Cabeça. Chefe. Início.*

ROSH HA-GOLAH. Hebraico: *Chefe do Exílio. Exilarca.* Variante (em aramaico): *RESH GALUTA.*

ROSH HA-SHANAH. Hebraico: *Início do ano. Ano Novo.* É o primeiro dia do mês de TISHRI (1.º mês do ano bíblico), que, primitivamente (até o exílio para a Babilônia), era o 7.º mês do ano (e ainda pode ser considerado como tal). Segundo a tradição pós-bíblica, o mundo foi criado no dia de *ROSH HA-SHANAH*. Designações secundárias de Rosh Ha-Shanah: *IÓM HA-ZIKARON* (*Dia da Recordação*), *IÓM TERUAH* (*Dia do toque do Shofar*) e *IÓM HA-DIN* (*Dia do Julgamento*).

RÓBEM. Do hebraico *RAOVEN* ou *REOBEN*: *Vedes um filho. Vede um filho!; eis aqui um filho!* [*Deus viu minha aflição*]. Variantes: *RÓBENS* e *RÓBEN*. (Notar que *RUBIM* não deriva de *RÓBEM* e sim de *ROBIM*, este de *ROBIN*, hipocorístico de *ROBERT*).

RÓTE. Do hebraico *RUT*: *Amiga.* [*Saturada; farta. Beleza*].

S

SAADIAH. Hebraico: *Ajuda de Deus.* De *SAAD — Ajuda* e *IAH — Deus.*

SABÁ. Cidade da Arábia antiga (hoje Mareb). Em hebraico *SHEVÁ*, interpretado como *conversão*. (Existe em hebraico o verbo *SHAVAH*: *Conquistar.*) *SABÁ* também designa o sábado judaico (*SHABAT*). (Veja *IEMEN*).

SABATAI TZVI. Em hebraico *SHABTAI TZVI*: *O cervo sabático.* (Independentemente do sentido de *sabático*, o termo *SHABTAI* também designa o planeta *Saturno*. Aliás, na nomenclatura planetária dos dias da semana, sábado corresponde ao *dia de Saturno*: *Die Saturni*, em latim; *Saturday*, em inglês). *SABATAI TZVI* foi o mais famoso e fascinante falso Messias. Natural de Esmirna, declarou-se Messias em Jerusalém, no ano 1655. (*SABATAISTAS*: *Seguidores de Sabatai Tzvi. SABATAÍSMO*: *O movimento favorável a Sabatai Tzvi*).

SABORAÍM. Veja *SEVORAIM.*

SADOC. Do hebraico *TZADOK*, de *TZADIK*: *Justo.*

SADUCEU. Do hebraico *TZEDOKI*: Relativo a *TZADOK* (*SADOC*). Os *SADUCEUS* (adversários dos *FARISEUS*) foram os sucessores dos helenistas. De tendência conservadora e assimilacionista, pertenciam às classes superiores na escala social: militares, funcionários, sacerdotes e gente de alta linhagem. Limitavam-se a respeitar apenas a palavra da lei escrita. A religião judaica era para eles uma doutrina fixada, que cabia conservar, mas não desenvolver. Foram os precursores dos *CARAÍTAS.*

SAFED. Em hebraico *TZEFAT*. De *TZAFAH*: *Olhar; contemplar.* [*Profetizar*]. As condições topográficas da cidade favorecem amplos panoramas. Variantes: *SAFAD* e *TZEFAT.*

SALMANASAR. Do assírio *SHULMAN ASARID*: *O Deus Shulman é o guia.* Ou de *SHALMANU ASHARID*: *O Deus Shalman é o príncipe.* Em hebraico: *SHALMANETZAR*. Variantes: *SALMANESER*, [*SALMANAZAR* e *SALMANEZER*].

SALOMÃO. Do hebraico *SHELOMOH* ou *SHLOMOH*: *Pacífico.* Variantes: [*SALAMÃO, SALOMON* e *SOLOMON*]. (Os nomes *SELMO, SELMA* e *SELMAN* prendem-se provavelmente a *SALOMÃO*).

SALOMÉ. Do hebraico *SHELOMIT*: *Pacífica.*

SAMÁRIA. Do hebraico *SHOMRON*: *Atalaia*, sob a forma caldaica *SHAMARAÍN*. Variante: *SAMARIA*. (Veja *SEBASTIÉ*).

SAMARITANOS. Em hebraico: *SHOMRONIM*. Descendentes dos grupos remanescentes das tribos de Efraím e Manassés, que não foram exilados pelo rei Sargão da Assíria no ano de 720 a.C., quando foi destruído o reino da Samária. Os Samaritanos aceitavam apenas o Pentateuco e o livro de Josué, e tinham o seu centro sagrado no Monte Guerizim, junto a Siquém. Seu número, hoje, é de apenas umas três centenas, concentrados sobretudo em *SIQUÉM.*

SAMUEL. Do hebraico *SHEMUEL*: *Deus o ouviu. Nome de Deus; seu nome é Deus.* [*Posto por Deus*].

SANSÃO. Do hebraico *SHIMSHON*: *Pequeno sol. Parecido com o sol.* Variantes: [*SIMSON* e *SAMSÃO*].

SARA. Do hebraico *SARAH*: *Princesa.* Segundo a Bíblia (Gênese XVII, 15), Deus ordenou a Abraão que mudasse o nome de sua mulher *SARAI* (*minha princesa*) para *SARAH.*

SAUL. Do hebraico *SHAUL*: *Pedido; desejado.* [*Alcançado por meio de orações*].

SAULO. Forma grecizada do nome hebraico *SHAUL* (*SAUL*).

SCOPUS. *MONTE SCOPUS*. Em hebraico: *HAR HA-TZOFIM — Monte dos vigias* (ou *sentinelas*). *TZOFIM* é plural de *TZOFEH*: *Observador; vigia; sentinela.* [*Profeta*].

SEBASTIÉ. Antiga *SAMÁRIA*. Augusto deu a cidade a Herodes, o Grande, que a embelezou e fortificou, dando-lhe o nome de *SEBASTÉ* em honra ao imperador. Do grego *SEBASTOS*: *Augusto.*

SÊDER. Ou *SEIDER*. Hebraico: *Ordem; arranjo.* Festividade da 1.ª noite (na Diáspora: das duas primeiras noites) do Péssakh (Páscoa).

SEFARAD. Hebraico: *Nome da ESPANHA*. Designação usada pelos judeus desde os tempos medievais. Há quem derive o termo *SEFARAD* de *HESPÉRIA*, antigo nome da Espanha; hespério significa: *Ocidental.*

SEFARADI. Hebraico: *Oriundo de SEFARAD. Judeu espanhol.* Designação dos judeus descendentes dos primeiros israelitas da península ibérica, donde foram expulsos no final do séc. XV. Variantes: *SEFARDI, SEFARDITA, SEFARADITA* e [*SEFARDIM*]. Plural: *SEFARADIM, SEFARDIM, SEFARDITAS* e *SEFARADITAS.*

SÊFER-TORAH: Hebraico: *Livro da Torah. Rolo da Lei.* Designação do manuscrito em pergaminho que contém a Lei de Moisés.

SELDJÓKIDAS. (Freqüentemente confundido com *SELÊUCIDAS*). Dinastia turcomana (séculos XI a XIII). Descendentes do chefe *SELDJUK* (séc. X). Variantes: *SELDJÓCIDAS* e *SELDJÓQUIDAS.*

SELÊUCIDAS. Dinastia fundada por *SELEUCO I* (séculos IV a I a.C.). Variantes: *SELEUKIDAS, SELÊUQUIDAS* e [*SELÊQUIDES*].

SELEUCO. Do grego *SÊLAUKOS*: *Esplendor branco* (*SELAS* + *LEUKÓS*).

SEM. Do hebraico: *SHEM*: *Fama; nome*. Nome do primeiro filho de Noé e antepassado dos Semitas.

SEMIKHAH. Hebraico: *Certificado; diploma; autorização, apoio, amparo. Ordenação rabínica. Colação de grau. Colocação das mãos*. De *SAMAKH*: *Apoiar. Colocar* (as mãos).

SENAQUERIB. Do assírio *SIN-AKHI-IRIB* ou *SIN-AKHE-IRIB* ou *SIN-AKHE-ERIBA*: *Sin cria, aumenta* (*SIN* era o Deus da lua). Em hebraico: *SANKHERIV* ou *SANKHERIB*.

SEPTUAGINTA. Veja *BIBLIA DOS SETENTA*.

SEVORAÍM. Hebraico: *Raciocinadores*. De *SAVUR*: *Que pensa, que crê* ou *opina*. É plural de *SEVORAI*. Os *SEVORAIM*, ou "Analistas", fizeram a redação final do Talmude Babilônico. Variante: *SABORAIM*.

SHABAT. Hebraico: *O sábado judaico*. De *SHAVOT*: *Descansar* (Veja *SABÁ*.)

SHADAI. Hebraico: *O Todo-Poderoso; Deus*. Possivelmente de origem acadiana. (Entretanto, *SHED*, em hebraico, significa Demônio. *SHADAI* seria o Anti-Demônio). Termo mais amplo *EL-SHADAI*: *Deus o Todo Poderoso*.

SHALOM. Hebraico: *Paz. Saúde. Bem-estar*. É usado a título de saudação — quer de encontro, quer de despedida — como abreviação de *SHALOM-ALEIKHEM*: *A paz sobre vós; a paz esteja convosco*. Também é empregado como nome de homem. (*SHOLEM-ALEIKHEM* é pseudônimo do grande humorista iidiche Sholem Rabinovitch).

SHAMAI. Hebraico: *Avaliador; taxador*.

SHAMARIAHU. Do hebraico *SHAMAR*: *Guardar; velar* e *IAHU*: *Deus*. Donde: *Deus vela por ele*. Variante: *SHAMARIAH*.

SHAMASH. Hebraico: *Aquele que serve. Bedel de Sinagoga*. O termo é também usado para designar a lamparina adicional (9.ª) que serve para acender as 8 da Khanukiah. Variante, em iidiche: *SHAMES*.

SHARON. Planície costeira de Israel. Possivelmente do grego *SARONIS*: *Carvalho*, pois a região era parcialmente coberta de florestas de carvalho.

SHAS. Acrossemia das palavras hebraicas *SHISHAH SEDARIM*: *Seis ordens*. Significa a *MISHNAH*, que se compõe de seis partes. O termo tornou-se comum depois do século XVI, em virtude de a censura católica fazer então objeções ao têrmo *TALMUDE*.

SHAVUOT. Ou SH'VUOT. Hebraico: *Pentecostes. KHAG HA-SHAVUOT*: *Festa de Pentecostes*. De *SHAVOA*: *Semana; SHAVUOT*: *Semanas*. São 7 semanas que vão do 2.º dia de Pessakh até o 1.º dia de *SHAVUOT*. Este cai portanto no 50.º dia após o Pessakh; daí a palavra Pentecostes, que, em grego, significa: o 50.º. Outras designações, secundárias, de *SHAVUOT* são: *KHAG HA-KATZIR* (*Festa da Ceifa*), *KHAG HA-BIKURIM* (Festa das Primícias) e *IÓM MATAN-TORAH* (*Dia da outorga da Lei*). No Talmude, figura a designação *ATZERET* (*Reunião solene* ou, também, *Reclusão, Abstinência do trabalho*, derivado do vocábulo *OTZER*: *Privação; opressão*).

SHEERIT HA-PLEITAH. Hebraico: *Salvados*. Restos que sobreviveram à catástrofe durante a 2.ª Guerra Mundial.

SHEFELAH. Hebraico: *Planície; país baixo; baixada*.

SHEM. Hebraico: *Nome. Renome; reputação*. Usado com o artigo definido (*HA-SHEM*), significa: *O Nome. Deus*. (Veja *SEM*).

SHEMÁ. Hebraico: *Ouve. SHEMÁ ISRAEL*: *Ouve Israel* ("Ouve Israel, Deus é nosso Senhor, Deus é uno") (Deuteronômio 6:4). Profissão de fé do judaísmo, proclamando a absoluta unidade de Deus. Sumário do credo judaico. Deve ser recitado pela manhã, ao anoitecer e no leito antes de dormir. Também é proferido pelo judeu moribundo. Ao longo da História, centenas de milhares de mártires judeus enfrentaram a morte com o *SHEMÁ* nos lábios.

SHEMAIAH. Hebraico: *Ouve, Deus*.

SHEM HA-MEFORASH. Hebraico: *O nome inefável. O nome explicitado. Deus*.

SHEMITAH. Hebraico: *Abandono. Remissão de dívidas*. É o *ano sabático*.

SHEMOT. Hebraico: *Nomes*. Nome do 2.º Livro do Pentateuco (Êxodo), cujo texto começa assim: *VEELE SHEMOT* — *E são estes os nomes*.

SHEVET. Hebraico: *Tribo*. Plural — *SHEVATIM*. A expressão *ASSERET HA-SHEVATIM* significa *as 10 tribos* (perdidas); de *ASSARAH*: *Dez*.

SHILOH. Possivelmente do hebraico *SHALOH*, significando: *Estar tranqüilo*.

SHIV'AH. Hebraico: *Sete*. Os 7 dias de luto pelo falecimento de parente (pai, mãe, marido, mulher, filho, filha, irmão, irmã).

SHLOSHIM. Hebraico: *Trinta*. Os primeiros 30 dias de luto pelo falecimento de um parente próximo. O 30.º dia do luto.

SHMAD. Hebraico: *Conversão* (de um judeu a outro credo). *Perseguição religiosa*. (Veja *MESHUMAD*).

SHOFAR. Hebraico: *Trombeta de corno* (chifre de carneiro utilizado como trombeta para fins religiosos).

SHOKHET. Hebraico: *O abatedor ritual de animais e aves*. É freqüente o *SHOKHET* acumular as funções de *MOHEL*.

SHOMER. Hebraico: *Guarda; vigia. HA-SHOMER*: *O guarda*. Plural: *SHOMRIM*.

SHTADLAN. Hebraico: *Intercessor* (o que intercede junto às autoridades não judaicas). Plural: *SHTADLANIM*.

SHTETL. Iidiche: *Cidade pequena*. Aglomeração judaica típica na Europa Oriental até a 2.ª Guerra Mundial.

SHULKHAN ARUKH. Hebraico: *Mesa posta; mesa preparada*. Repositório de leis básicas que norteiam os costumes da maioria dos judeus ortodoxos do mundo ocidental. Obra de José Caro, concluída em Tzefat, em meados do século XVI. A 1.ª edição impressa data de 1565, em Veneza.

SIÃO. Monte de Jerusalém e, por extensão, toda a cidade. Originalmente, era o nome de uma fortaleza jebusita, em Jerusalém, capturada por Davi. Ali foi depois construído o Templo. Mais tarde tornou-se sinônimo de Jerusalém. Do hebraico *TZION*: *Lugar soalheiro ou exposto ao sol. Colina*. Há quem prefira a grafia *SION* para distinguir de *SIÃO*, país da Ásia (*SIAM*, hoje Tailândia).

SIDON. Cidade da Fenícia, hoje *SAIDÃ* no Líbano. Do fenício *ZIDON*: *Pesca. Caça*. Em hebraico *TZIDON*. Variantes: *SIDON, SIDOM* e [*ZIDOM*].

SIDUR. Hebraico: *Ordenação; arranjo. Livro de orações* (orações diárias — não as dos feriados e festas; nestes últimos casos, o livro é o *MAKHAZOR* ou *MAKHZOR*).

SIMÃO. Forma contracta de *SIMEÃO*.

SIMEÃO. Do hebraico *SHIMEON* ou *SHIM'ON*: *Ser ouvido; obediente. Audição*.

SIMON. Não é derivado de *SIMÃO* e sim do grego *SIMON*, de *SIMÓS*: *De nariz chato*.

SINAGOGA. Do grego *SYNAGOGÉ* — *Reunião*, através do latino *SYNAGOGA*. Em hebraico: *BET-KNESSET*. Edifício para as orações públicas dos judeus. (Os cristãos-novos do Nordeste do Brasil empregavam a corruptela *ESNOGA*).

SINAI. Monte e península. Derivado do nome do deserto *SIN*: *Sarça de Deus* (talvez alusão à sarça ardente de Moisés). Há quem derive *SINAI* de *SIN*, o deus babilônico da lua. O monte *SINAI* é também conhecido como *HOREB*.

SINEDRIM. Do hebraico *SAN'HEDRIN*, vindo do grego *SINÉDRION*: *Sentar em conjunto*. (O fato de

um nome grego ter sido aplicado ao Supremo Conselho judaico revela a forte influência helênica então exercida na vida judaica.) Os membros do Pequeno Sinedrim eram em número de 23 e os do Grande Sinedrim eram em número de 71. Daí o seu nome *SAN'HEDRIN* (ou *BET-DIN*) *SHEL SHIV'IM VEEKHAD* (*Sinedrim dos 71*). Conotação com os 70 anciãos nomeados por Moisés para julgarem o povo (Números 11-16), os quais, juntamente com Moisés, perfaziam o número 71. Há quem admita que havia no Sinedrim 2 organismos (ou câmaras) — um político e o outro jurídico. A palavra *SINODO* tem igualmente origem grega, correspondendo a *caminhar em conjunto*. Já a palavra *SENADO* é de origem latina; vincula-se à idéia de velhice, senectude, e significa *Assembléia de Anciãos*. Variantes: *SINÉDRIO, SANEDRIM* e *SIN'HEDRION*). (Veja *BET-DIN*).

SION. Veja *SIÃO*.

SIONISMO. *Sentimento de apego a SIÃO* (isto é, a Jerusalém e, por extensão, a toda a Terra de Israel), experimentado pelos judeus ao longo dos séculos, desde a época do seu Exílio na Babilônia. Na 2.ª metade do século XIX, esse sentimento foi assumindo a forma de movimento ideológico e, sob o nome expresso de *SIONISMO*, passou a reivindicar o restabelecimento de uma nação judaica (ou de um "lar" judaico) em solo judaico. *SIONISTA*: *Partidário do SIONISMO*.

SIQUÉM. Cidade da Palestina, hoje *NABLUS, NABULUS* ou *NAPLUSA*. Em hebraico: *SHEKHEM*: *Dorso; ombro; costas. Pescoço; nuca.*

SIRIA. Tal como *ASSIRIA*, deriva possivelmente das inscrições babilônicas *ASUR, ASHUR*: *Liso; plano; planície*. Segundo parece, os povos que os babilônios chamavam de *ASSIRIOS* eram chamados *SIRIOS* pelos gregos. Em hebraico, correspondem: Para *ASSIRIA — ASHUR*, e para *SIRIA — SURIAH*.

SMIRNA. Veja *ESMIRNA*.

SODOMA. Do hebraico *SEDOM* (ou *S'DOM*): *Queima; incêndio*. Variante: *SÓDOMA*.

SOFER. Hebraico: *Escriba; escritor*. Plural — *SOFRIM*: Sábios da época de *EZRA HA-SOFER*. Posteriormente, o termo passou a ser aplicado àqueles que escreviam os Rolos da Lei.

SOFONIAS. Veja *TZEFANIAH*.

SOKHNUT. Abreviação de *HA-SOKHNUT HA-IEHUDIT*, nome hebraico da *AGÊNCIA JUDAICA*.

SOLIMÃO. Do árabe *SULAIMAN*: *Pacífico*. Corresponde a *SALOMÃO*.

SPEYER. Cidade da Alemanha. Do latino *SPIRA*: *Coorte; tropa*. (Havia lá um acampamento romano). Variante: *ESPIRA*.

SUEZ. Do árabe *SUVEIZ*: *Do poço* (talvez alusão ao poço de Moisés, de que fala a Bíblia). A pronúncia predominante é *SUÉZ*, mas há quem adote *SUEZ*.

SUKAH. Hebraico: *Cabana*. Moradia provisória em que, segundo a Torah (Levítico 23-42, 43), os judeus devem ficar durante a semana da festa de *SUKOT*.

SUKOT. Hebraico: *Tabernáculos*. De *SUKAH* (plural — *SUKOT*): *Taberna; choupana*. *KHAG HA-SUKOT*: *Festa dos Tabernáculos* (também chamada *KHAG HA-ASSIF*: *Festa da colheita*, no final do ano agrícola, ou simplesmente *KHAG*).

SULAMITA. Do hebraico *SHULAMIT*: *Perfeita*.

SUSA. Cidade da antiga Pérsia, hoje aldeia de Toster. Em assírio *SUSSAN* e em aramaico *SHO-SHAN*. Em hebraico *SHUSHAN*: *Lírio; açucena*. Ao nome hebraico *SHOSHANAH*: *Lírio; flor* corresponde *SUSANA* ou *SUZANA*. (Há na Itália uma cidade *SUSA*, mas seu nome é de origem inteiramente diversa — do latino *SEGUSIO*).

SUSANA (SUZANA). Veja *SUSA*.

T

TABOR. Do hebraico *TAVOR*: *Pedreira. Lugar alto; monte*. [Ou de *TABUR*: *Centro*.]

TADEU. Do hebraico *TODAH*: *Agradecimento. O que agradece*. Ou do siríaco, significando *prudente*.

TALIT. Hebraico: *Manto; capa*. Xale de oração usado pelos judeus.

TALMUDE. Do hebraico *TALMUD*: *Ensino; estudo; instrução; doutrina*. Da raiz *LAMAD* ou *LIMED* — *Estudar*. É abreviação da expressão *TALMUD TORAH*: *Estudo da Lei*. Obra enciclopédica, de grande envergadura, tratando de assuntos legais, éticos e históricos. A elaboração do Talmude se processou durante cerca de 8 séculos (ano 300 a.C. até 500 E.C.). A princípio, a designação *TALMUDE* referia-se somente à *GUEMARÁ*: depois, passou a ser aplicada ao conjunto da *MISHNAH* (interpretação da *TORAH*) e da *GUEMARÁ* (interpretação ou complemento da *MISHNAH*). Tendo havido duas Guemarás — a Galiléia e a Babilônica — resultaram dois Talmudes: o *TALMUDE JEROSOLOMITA* (*IERUSHALMI*), ou Palestinense — *MISHNAH* mais *GUEMARÁ GALILÉIA* — e o *TALMUDE BABILÔNICO* (*BAVLI*) — *MISHNAH* mais *GUEMARÁ BABILÔNICA*. Não havendo ressalva, subentende-se que o nome *TALMUDE* designa o Babilônico, que, aliás, é o mais completo e mais estudado dos dois. O primeiro Talmude foi publicado no ano 499 na Babilônia. Variante: *TALMUD*. (Veja *MISHNAH* e *GUEMARÁ*).

TAMAR. Hebraico: *Palmeira. Tâmara; tamareira*. Variante: *TÂMAR*.

TANAIM. Hebraico. Plural de *TANA* (de origem aramaica significando: ensinador): *Tradicionalista. Mestre. Estudioso que colaborou na redação da Mishnah* (no período do séc. I a.C. ao séc. III da E.C.). A compilação da Mishnah foi concluída pelo tana Rabi Judá Ha-Nassi. Variante: *TANAITAS*.

TANAKH. Acrossemia das palavras *TORAH, NEVIIM, KETUVIM*: *Pentateuco, Profetas, Escritos* (Hagiógrafos). É o conjunto que forma a Bíblia judaica, a que também se chama Velho Testamento. A compilação e a redação dos livros bíblicos foram concluídas durante o 2.º século a.C. Com isso também foi encerrado o cânone das Escrituras sagradas, da "Lei Escrita", e teve início, segundo a tradição judaica, o período da "Lei Oral". Mais precisamente: O *PENTATEUCO* foi canonizado no ano 444 a.C., os *PROFETAS* o foram por volta do ano 200 a.C. e os *HAGIÓGRAFOS* no ano 65 da E.C. Os livros *KOHÉLET* e *ESTER* foram acrescentados nos anos 90 E.C. e 140 E.C., respectivamente.

TAREF. Hebraico: *Proibido; alimento proscrito pela lei judaica*. (Veja *TREIFAH*). (*Antônimo — KASHER*).

TARFUN. Provavelmente do grego *TRYPHON*, particípio presente de *TRYPHAO*: *Levar vida voluptuosa*

(Foi epíteto de Ptolomeu IV). Também se pode vincular ao hebraico *TARFAN*: *Devorador*. Variantes: *TARFON* e *TERPÃO*.

TARGUM. Hebraico: *Tradução; interpretação*. Aplica-se especificamente à tradução ou paráfrase aramaica do Velho Testamento, na época em que o aramaico era a língua internacional do Oriente.

TARIAG. Hebraico. Pelo valor numérico das letras (*T* — *R* — *I* — *G*) (400 + 200 + 10 + 3), *TARIAG* representa o número 613. Usa-se na expressão *TARIAG MITZVOT*: 613 *preceitos*, e significa o desempenho de um ato com todo o rigor, com todos os detalhes. Os 613 preceitos foram computados no período talmúdico, sendo 248 preceitos afirmativos (número que tradicionalmente corresponde ao dos ossos do corpo humano) e 365 negativos (número dos dias do ano).

TARSIS. Do hebraico *TARSHISH*, filho de Javã e, pois, neto de Jafé e bisneto de Noé. Significou antigamente dois locais diferentes: um na Cilícia, outro na Espanha. Variante: *TARSO* (do grego *TARSÓS*, através do latino *TARSU*). Em hebraico *TARSHISH*: *Madrepérola. Água marinha*.

TEFILIN. Aramaico: *Ligação. Filactérios*. São duas caixinhas de couro negro, atadas a tiras de couro, contendo 4 trechos do Pentateuco (Êxodo 13-2-10 e 13-11-16; Deutoronômio 6-4-9 e 11-13-21) escritos em pergaminho, e que os judeus religiosos devem colocar, um no braço e o outro na cabeça, para as orações matinais nos dias de semana. A forte semelhança, tanto na forma como no sentido, que a palavra *TEFILIN* apresenta com a palavra hebraica *TEFILAH*: *Oração*, induz a considerar *Tefilin* como plural de *Tefilah*, mas é simples coincidência. De outra parte, a tradução de *Tefilin* como *filactérios* (do grego *phylaktérion*: *amuleto; que protege*) é incorreta pois não se trata de amuleto.

TEFUTZAH ou T'FUTZAH. Hebraico: *Dispersão; diáspora*. (Veja *GALUT, GOLAH*).

TEHILIM. Hebraico: *Salmos*. De *TEHILAH*: *Louvor*. O plural correto de *TEHILAH* é *TEHILOT*, mas foi-lhe dada propositalmente a terminação plural masculina *IM* para designar especificamente a obra. A maioria dos salmos é atribuída ao rei Davi.

TEL-AVIV. Hebraico: *Colina da primavera* (*TEL* — *Colina* e *AVIV* — *Primavera*), ou *Colina das Espigas*, pois *AVIV* tem igualmente o sentido de *espigas antes da maturação*. Também é de certo modo aceitável a tradução: *Colina do riacho*. Mas, não se justifica a interpretação dada por certos autores: *Colina das gavelas*. O nome *TEL-AVIV* não é novo. No Exílio da Babilônia, há dois milênios e meio, existiu uma colônia judaica com o mesmo nome. O profeta Ezequiel (3:15) menciona essa colônia. Merece lembrar que a tradução hebraica da novela *Altneuland*, de Herzl, recebeu o título *TEL-AVIV*. Variantes TEL AVIV, [*TELAVIV* e *TELAVIVE*].

'TEL KHAI. Hebraico: *Colina viva*.

THEODOR. Nome de *HERZL*. Do grego *THEÓDOROS*: *Dádiva de Deus*. (*THEÓS* — *Deus* e *DÓRON* — *Dádiva*). *THEODOR* não tem relação com os nomes judaicos de Herzl, que eram *ZEEV BENIAMIN* (*Lôbo Benjamim*). Entretanto, existe o nome judaico *TODROS* correspondente a Teodoro.

TIBERÍADES. Cidade e lago. Do nome *TIBÉRIO*: *Que nasceu (ou que viveu) nas margens do Tibre*. Em hebraico, a cidade é *T'VERIAH* e o lago é *KINERET*.

TIRO. Hoje é *SUR*. Do fenício ZOR ou do hebraico *TZUR*: *Rochedo*.

TISHA B'AV. Hebraico: *O nono dia do mês AV*. É conhecido como Dia das Lamentações (rememorativo da destruição de ambos os Templos de Jerusalém).

TKHUM HA-MOSHAV. Hebraico: *Limite da Residência* (dentro do qual era permitido aos judeus morar na Rússia), ou *Área de Residência*. *TKHUM* — *Limite; área* e *MOSHAV* — *Morada; domicílio; residência*. Em russo: *TCHERTÁ* — *Limite*. Em inglês: *PALE* — *Limite; área*.

TOBIAS. Do hebraico *TOBIAH* ou *TOVIAH*: *Agradável a Deus. Deus é bom, bondade de Deus; Jeová é meu bem*.

TOLEDO — Em latim: *TOLETUM* e *URBS TOLETANA*. Em hebraico antigo: *TOLTILA*. Há quem derive do hebraico *TILTUL*: *Migração; deslocamento*, como alusão às migrações forçadas dos judeus da Espanha.

TORAH. Hebraico: *Ciência; doutrina; religião; lei*. Nome dado à lei mosaica e ao Pentateuco. Variantes: *TORÁ, TORA* e [*TOURA*]. A forma *TOURA* teve amplo emprego em Portugal, nos tempos da Inquisição, e depois no Brasil colonial como designação do Pentateuco. Essa corruptela tinha certo sabor pejorativo e se confundia, inclusive, com a figura da cabeça de boi, dada a semelhança do têrmo com a palavra "touro" (boi) e mesmo com a palavra talmúdica "tora", que também significa "boi". É possível que ainda houvesse a intenção de estabelecer um vínculo entre a "toura" sagrada dos judeus e o "bezerro" do pecado.

TOSSEFTA. É um suplemento da Mishná. Do hebraico *TOSSEFET* ou [*TOSSEFTAN*] ou [*TOSSAFTAN*]: *Suplemento; apêndice; acréscimo*. Comentários e observações sobre os comentários de *RASHI* referentes ao Talmud. Foram escritos pelos sábios na França e na Alemanha nos séculos 12 e 13. Plural: *TOSSAFOT*.

TRANSJORDÂNIA. Região situada na outra margem do rio Jordão. Em hebraico: *EBER HA-IARDEN*. (À Jordânia aplica-se em hebraico o nome *IARDANIAH*).

TREIFAH. Hebraico: *Animal devorado. Alimento proscrito pela lei judaica*. Animal que morreu com sofrimento é "treifah". Igualmente é "treifah" o animal que se nutre de outros animais, ou que lhes causa dor. Antônimo: *KASHER*.

TZADIK. Hebraico: *Justo; íntegro. Piedoso; devoto. Rabino khassídico* (*RÉBE*).

TZAHAL. Acrossemia de *TZVA HAGANAH LE-ISRAEL*: *Exército de defesa de Israel*.

TZEFANIAH. Hebraico: *Deus o protege*. De *TZAFAN*: *Ocultar; guardar; proteger* e *IAH*: *Deus*.

TZIN. Nome de deserto na península do *SINAI*. Possivelmente do hebraico *TZEN* — *Espinho; planta espinhenta*. Variantes: *ZIM* e *SIN*. (Veja *SINAI*).

TZIPÓRI. Hebraico. De *TZIPORIN*: *Semelhante a uma ave*, com a eliminação do *N* final. Famosa sede de estudos judaicos na Galiléia (séculos III - IV), rival de Tiberíades. Variante: *SEFORIS*.

TZVA HAGANAH LE-ISRAEL. Veja *TZAHAL*.

U

UCRANIA. Grafia usual de *UCRAINA*: *País fronteiriço* (do eslavo *U — Junto de* e *KRAI — Fronteira*).

UGANDA. Região da África onde ficava localizada uma área, de 5.000 milhas quadradas, oferecida pelo Governo Britânico a Herzl, em 1903, para o estabelecimento de um lar judaico, em lugar da Palestina. (A oferta acabou sendo rejeitada ao fim de 2 anos de debates no seio dos sionistas). Essa região, aliás, localiza-se hoje não na *UGANDA* e sim na atual *QUÊNIA*. Nome derivado de *BUGANDA*, uma de suas províncias.

UR. Em hebraico: *Chama; fogo.* (*UR KASDIM*: *Chama dos Conquistadores*).

URIAS. Do hebraico *URIAH*: *Chama de Deus; fogo de Deus.* [*Luz de Deus; Deus é minha luz*].

URIEL. Hebraico. Tem a mesma significação que *URIAS*, pois *IAH* e *EL* convergem na tradução como *Deus.*

UZIAS. Veja *OZIAS.*

V

VAAD ARBÁ ARTZOT. Hebraico: *Conselho das Quatro Terras* ou *Sínodo dos Quatro Países.* Organização Central autônoma dos judeus da Polônia criada em meados do século XVI, abrangendo as 4 províncias: Grande Polônia, Pequena Polônia, Podólia e Volínia.

VAAD LEUMI. Hebraico: *Conselho Nacional.* Órgão executivo, designado pela *ASSEFAT HA-NIVKHARIM*, em Eretz-Israel.

VAIKRÁ. Hebraico: *E chamou.* Nome do 3.º Livro do Pentateuco (Levítico) e 1.ª palavra do seu texto.

VERMELHO (MAR). Conhecido na antiguidade como *ERYTHRA THALASSA*, *SINUS ARABICUS* e *MARE RUBRUM*. Antiga denominação portuguesa: *MAR ROXO*. Em hebraico: *IAM SUF — Mar dos Caniços* (na antiguidade supunha-se que o "mar dos Caniços" ou "dos Juncos" era parte do "Mar Vermelho").

W

WIZO. Sigla de *WOMEN'S INTERNATIONAL ZIONIST ORGANIZATION*: *Organização Sionista Feminina Internacional.* Fundada em Londres no ano de 1920, com o duplo programa de preparar moças e senhoras para o trabalho na Palestina e dar assistência às mães e crianças nesse país.

Z

ZABULÃO. Do hebraico *ZEBULON*: *Habitação; morada.* Variantes: *ZABULON, ZABULOM, ZEBULOM, ZEBULÃO* e *ZEBULON.*

ZACARIAS. Do hebraico *ZEKHARIAH*: *Aquele de quem Deus se lembra; lembrado de Jeová.*

ZAKAI. Hebraico: *Inocente. Justo. Íntegro. Merecedor.* Variante: *ZAQUEU.*

ZALMAN. Nome do fundador da corrente khassídica *KHABAD* (Shneur *ZALMAN* de Liadi), do poeta iidiche-hebraico *ZALMAN* Shneur (adaptação de Zalkind Shneur) e do 3.º Presidente de Israel (Shneur *ZALMAN* Shazar). Provavelmente, o nome *ZALMAN* deriva de *SALOMÃO*, sob influência árabe, já que em árabe o nome correspondente a *SALOMÃO* é *SULAIMAN*. (Não há qualquer fundamento para vincular *ZALMAN* a *SALMANASAR*). Variantes: *ZALMEN* e [*SELMAN*].

ZAQUEU. Do hebraico *ZAKAI*, através do grego *ZAKKAIOS* e do latino *ZACCHAEUS*. (Veja *ZAKAI*).

ZEDEQUIAS. Do hebraico *TZIDKIAHU*: *A justiça de Deus.* O nome foi dado a um rei de Judá por Nabucodonosor, em lugar do nome *MATANIAH — Dádiva de Deus.* Variante: *SEDECIAS.*

ZIM. Veja *TZIN.*

ZOHAR. Hebraico: *Esplendor.* É o livro básico da doutrina mística *CABALA*. É sobretudo um comentário místico do Pentateuco. Autoria duvidosa, mas provavelmente de um rabino medieval espanhol, Moisés de Leon.

ZOROBABEL. Do hebraico *ZERUBABEL*: *Alheio à confusão. Gerado na Babilônia. Estrangeiro na Babilônia.* (De *ZAR — Alheio; estrangeiro* ou *ZERA — Semente; filhos*, e *BABEL — Confusão. Babilônia*).